

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2011

Tarso Genro

Governador do Estado

Odir Alberto Pinheiro Tonollier

Secretário de Estado da Fazenda

Luiz Paulo Freitas Pinto

Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200
90.030-080 - Porto Alegre - RS

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

| | |
|--|-----|
| 3.1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL | 13 |
| 3.2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio | 177 |
| 3.3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios | 203 |
| 3.4 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM | 229 |
| 3.5 - Companhia Operadora de Mineração - COM | 265 |
| 3.6 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA | 277 |
| 3.7 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS | 291 |
| 3.8 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN | 311 |
| 3.9 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP | 321 |
| 3.10 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS | 343 |
| 3.11 - Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS - CAIXA RS | 357 |
| 3.12 - Companhia de Gás do Estado do Rs - SULGÁS | 427 |
| 3.13 - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT | 449 |
| 3.14 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D | 555 |

**DEMONSTRATIVOS
DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA**

SETOR EMPRESARIAL

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

Mensagem do Presidente

2011 Um ano de grandes desafios!

No âmbito externo, a instabilidade financeira global aprofundou-se e, ainda que as economias doméstica e regional permanecessem sólidas, o grau de integração entre os sistemas econômicos exigiu permanente atenção. Internamente, a Instituição vivenciou a troca de dirigentes e a substituição de membros dos Conselhos Fiscal e de Administração. Uma transição que se fez de forma tranquila, graças aos padrões de governança corporativa já consolidados no Banco. As metas financeiras estabelecidas para o período foram alcançadas.

No contexto econômico, o nível de negócios no Brasil seguiu favorecido pelo crescimento da renda e pela expansão do mercado de crédito. O quadro de acentuada fragilidade financeira nas economias maduras, especialmente nos EUA e Europa, afetou os fluxos de comércio exterior e de investimentos, com repercussões sobre segmentos importantes das indústrias nacional e regional. Essa conjuntura exigiu ajustes na condução da política monetária do País, com alterações na trajetória da taxa básica de juros.

Ese o ambiente externo configurou oportunidades e restrições, as condicionantes de cunho organizacional foram igualmente causa e efeito das escolhas de gestão. Desde que assumimos a direção desta Instituição, em março de 2011, foram muitas as frentes firmadas para por de pé uma estratégia concebida de fortalecimento e de expansão do Banco.

Decorridos nove meses e encerrado o ano de 2011, já são visíveis os resultados do caminho que se decidiu seguir. Uma estratégia de crescimento foi a escolha. A ampliação de resultados, de fronteiras e de negócios vem sendo buscada sem perder de vista o interesse das políticas de Governo implementadas no Rio Grande do Sul, pois somos uma empresa controlada pelo poder público e

temos como missão estimular o desenvolvimento sustentado do Estado.

O projeto estratégico que estamos executando no Banco se alicerça na qualificação do atendimento aos clientes, abrangendo a modernização e padronização da rede de agências e a qualificação contínua dos empregados; excelência na gestão de custos administrativos; manutenção de investimentos em tecnologia e inovação e expansão da escala de negócios, através do incremento da carteira de crédito, da oferta de produtos financeiros e da ampliação dos pontos de atendimento.

Dois grandes movimentos deflagram ações da Diretoria para o atingimento desses objetivos: a reestruturação da área administrativa e a construção do Plano Estratégico 2012-2015.

Na estrutura de governança do Banco foi criada a Diretoria de Controle e Risco. Posteriormente, foi criada a Diretoria de Tecnologia da Informação. Na Direção-geral, foram instituídas novas unidades – Rede Banricompras; Cartões de Crédito e Débito; Seguros, Previdência e Capitalização; Crédito Imobiliário; Microcrédito; Fundos Estruturados; Engenharia e Relações com Investidores, Mercado de Capitais e Governança, além de reorganizados os papéis de outras áreas – Núcleo de Estratégia e Monitoramento; Comercial e Marketing; Administração de Recursos de Terceiros; Relacionamento com Clientes; Atendimento e Gestão Patrimonial - e criadas duas gerências especializadas - o Grupo de Estudos Econômicos e o Grupo Estratégico de Gestão Socioambiental.

O planejamento estratégico, iniciado em julho de 2011, contou com a colaboração de mais de 4,5 mil empregados, envolvidos na discussão de alternativas futuras para o Banco nos próximos anos. Nos debates, foram constatadas as potencialidades e necessidades de mudanças na Instituição, proposições que contribuíram para o desdobramento das estratégias em



objetivos e projetos, alguns já em implantação.

Os processos de comunicação interna e de *compliance* também foram alvo de aperfeiçoamento. Mudanças nas ferramentas multimídia estão permitindo que a informação circule com maior interatividade. Já o aperfeiçoamento dos mecanismos de controles internos e de gestão do risco exigiu a reorganização de processos e a incorporação de novas ferramentas. O fortalecimento de processos internos era condição necessária para suportar o crescimento de negócios e a expansão da rede de agências.

Em 2011, o Banrisul injetou nos mercados em que atua R\$33 bilhões de recursos em crédito, tendo as linhas de crédito rural, desenvolvimento, imobiliário e de capital de giro para empresas as modalidades que apresentaram os maiores incrementos em termos de concessão, 42,94%, 23,59%, 23,85% e 20,65% respectivamente. O saldo da carteira de crédito alcançou R\$20 bilhões ao final de dezembro de 2011, 19,73% acima do registrado em 2010.

Os recursos captados e administrados somaram R\$29 bilhões em dezembro de 2011, com crescimento de 15,58% em relação ao mesmo mês do ano passado. As metas de captação e crédito, divulgadas ao mercado pela Diretoria em 2011, foram cumpridas, com exceção do crescimento do crédito à pessoa física, cujo incremento, 9,20%, ficou, face à desaceleração do consumo proveniente das medidas macroprudenciais editadas ao final de 2010, abaixo do piso do intervalo esperado, entre 12% e 17%.

O lucro líquido registrado pelo Banrisul foi de R\$904 milhões em 2011, 22% acima do obtido no ano anterior. A rentabilidade foi de 21,91% sobre o patrimônio líquido médio, cujo saldo alcançou R\$4,4 bilhões ao final de 2011. E apesar das flutuações do ambiente e da política econômica implementada em 2011, fechamos o ano com

indicadores de margem, de retorno e de eficiência dentro dos intervalos previstos ao final de 2010.

As realizações de 2011 não se limitam apenas a indicadores econômicos. Uma das estratégias definidas para o Banrisul diz respeito à evolução da Rede Comercial Banricompras, que alcançou mais de 100 mil pontos ao final do ano. A rede cresce em estabelecimentos credenciados e também no negócio de aquisição de outras bandeiras. Em 2011, foram firmadas parcerias com as bandeiras VISA, MasterCard e VerdeCard, além de convênio com o sistema *SafetyPay* para compras internacionais no *website* Amazon.com. O fortalecimento da Rede Banricompras contribui para a execução da estratégia de desconcentração regional e de sustentação do crescimento do Banco.

Nessa mesma linha, outra iniciativa empreendida pelo Banrisul, foi a assinatura, em dezembro de 2011, do Memorando de Entendimento e a abertura de processo de *due diligence* para a aquisição de 49,9% da Bem-Vindo Promotora de Vendas e Serviços, rede de lojas e estrutura especializada na originação de créditos consignados do INSS e a servidores públicos federais, estaduais e municipais. A operação, realizada em parceria com a Matoneinvest Holding, é parte do movimento estratégico concebido para alavancar canais de relacionamento com clientes, aumentar a carteira de crédito e expandir o potencial de distribuição de produtos e serviços financeiros em escala nacional.

E, por fim, como resultado dos esforços realizados em 2011, o Banrisul, pela primeira vez em seus 83 anos, recebeu, no início de janeiro de 2012, classificação *Investment Grade* em escala global e *rating* máximo em escala nacional pela Moody's Investors Service. Os *ratings* atribuídos são de perspectiva estável e favorecem o acesso do Banco a investidores institucionais nos mercados nacional e internacional, ampliando o leque de recursos para alocação em ativos de crédito.

2011, foi um ano de muitas realizações!



Túlio Luiz Zaplin
Presidente

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Mensagem do Presidente | 3 |
| Press Release | 11 |
| Relatório da Administração | 19 |
| Cenário Econômico | 21 |
| Desempenho Consolidado | 23 |
| Lucro Líquido | 23 |
| Patrimônio Líquido | 23 |
| Ativo Total | 24 |
| Impostos e Contribuições | 24 |
| Desempenho Operacional | 25 |
| Recursos Captados e Administrados | 25 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 26 |
| Operações de Crédito | 27 |
| Produtos, Serviços e Canais | 30 |
| Banricompras | 30 |
| Correspondentes Banrisul | 31 |
| Agência Virtual – <i>Home e Office Banking</i> | 31 |
| Banrifone e <i>Call Center</i> de Agências | 31 |
| Novas Linhas de Crédito para Pessoas Físicas e Jurídicas | 31 |
| Cartões de Crédito | 32 |
| Seguros, Previdência e Capitalização | 33 |
| Ações com o Poder Público | 33 |
| Rede de Atendimento Banrisul | 35 |
| Empresas Controladas | 36 |
| Governança Corporativa | 37 |
| Visão Geral | 37 |
| Estrutura Acionária | 37 |
| Política de Comunicação/Transparência: Relações com Investidores | 38 |
| Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos | 39 |
| Controles Internos e <i>Compliance</i> | 40 |
| Gestão de Riscos | 41 |
| Índice de Basileia | 44 |
| Modernização Tecnológica | 45 |
| Marketing | 46 |
| Recursos Humanos | 47 |
| Responsabilidade Corporativa | 48 |
| Reconhecimentos | 49 |
| Agradecimentos | 50 |



| | |
|--|-----------|
| Índice de Gráficos | |
| Gráfico 1: Lucro Líquido | 23 |
| Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido | 23 |
| Gráfico 3: Evolução do Ativo Total | 24 |
| Gráfico 4: Evolução dos Recursos Captados e Administrados | 25 |
| Gráfico 5: Evolução dos Títulos e Valores Mobiliários | 26 |
| Gráfico 6: Evolução das Operações de Crédito | 27 |
| Gráfico 7: Evolução do Crédito Comercial - Pessoas Física e Jurídica | 28 |
| Gráfico 8: Banricompras | 31 |
| Gráfico 9: Estrutura Acionária | 38 |
| Gráfico 10: Valor de Mercado x Patrimônio Líquido | 38 |
| Gráfico 11: Distribuição de Resultados | 39 |
| Demonstrações Financeiras | 51 |
| Balanços Patrimoniais | 53 |
| Demonstrações do Resultado | 57 |
| Demonstrações do Fluxo de Caixa | 58 |
| Demonstrações do Valor Adicionado | 59 |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | 60 |
| Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras | 61 |
| Nota 01 - Contexto Operacional | 63 |
| Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Financeiras | 63 |
| Nota 03 - Principais Práticas Contábeis | 64 |
| Nota 04 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 69 |
| Nota 05 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 69 |
| Nota 06 - Créditos Vinculados | 71 |
| Nota 07 - Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito | 71 |
| Nota 08 - Outros Créditos | 73 |
| Nota 09 - Permanente | 74 |
| Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto | 74 |
| Nota 11 - Obrigações por Empréstimos | 75 |
| Nota 12 - Obrigações por Repasses | 75 |
| Nota 13 - Outras Obrigações | 76 |
| Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes | 76 |
| Nota 15 - Receitas de Prestação de Serviços | 78 |
| Nota 16 - Rendas de Tarifas Bancárias | 78 |
| Nota 17 - Outras Despesas Administrativas | 79 |
| Nota 18 - Outras Receitas Operacionais | 79 |
| Nota 19 - Outras Despesas Operacionais | 79 |
| Nota 20 - Patrimônio Líquido - Banrisul | 80 |
| Nota 21 - Compromissos, Garantias e Outros | 81 |
| Nota 22 - Imposto de Renda e Contribuição Social | 82 |
| Nota 23 - Fundação Banrisul de Seguridade Social e Cabergs – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul | 84 |
| Nota 24 - Instrumentos e Gestão de Riscos Financeiros | 87 |
| Nota 25 - Transações com Partes Relacionadas | 92 |
| Nota 26 - Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade | 97 |
| Nota 27 - Eventos Subsequentes | 97 |
| Nota 28 - Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras | 98 |
| Relatórios e Parecer | 99 |

| | |
|---|------------|
| Análise de Desempenho | 105 |
| Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. | 107 |
| Ambiente Bancário e Mercado Competitivo | 108 |
| Ambiente Bancário | 108 |
| Mercado Competitivo | 109 |
| Indicadores Econômico-Financeiros | 110 |
| Estrutura Patrimonial e de Resultados | 111 |
| Desempenho Financeiro | 111 |
| Política de Investimentos | 113 |
| Margem Analítica | 114 |
| Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas | 115 |
| Desempenho do Banrisul no Mercado Acionário | 117 |
| Evolução das Contas Patrimoniais | 120 |
| Ativos Totais | 120 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 121 |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 122 |
| Operações de Crédito | 122 |
| Composição do Crédito por Porte de Empresa | 123 |
| Composição do Crédito por Setor de Atividade | 123 |
| Composição do Crédito por Carteira | 124 |
| Composição da Concessão por Linhas de Financiamento | 125 |
| Crédito Comercial | 126 |
| Composição do Crédito por <i>Rating</i> | 127 |
| Provisão para Operações de Crédito | 128 |
| Índice de Cobertura | 129 |
| Índice de Inadimplência | 129 |
| Recursos Captados e Administrados | 130 |
| Depósitos à Vista | 130 |
| Depósitos de Poupança | 131 |
| Depósitos a Prazo | 131 |
| Recursos de Terceiros Administrados | 131 |
| Patrimônio Líquido | 132 |
| Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio | 132 |
| Índice de Basileia | 133 |
| Velocidade de Crescimento | 134 |
| Evolução das Contas de Resultado | 135 |
| Lucro Líquido | 135 |
| Receitas da Intermediação Financeira | 136 |
| Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil | 137 |
| Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica | 138 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos | |
| Financeiros Derivativos | 140 |
| Resultado de Operações de Câmbio | 141 |
| Resultados das Aplicações Compulsórias | 142 |



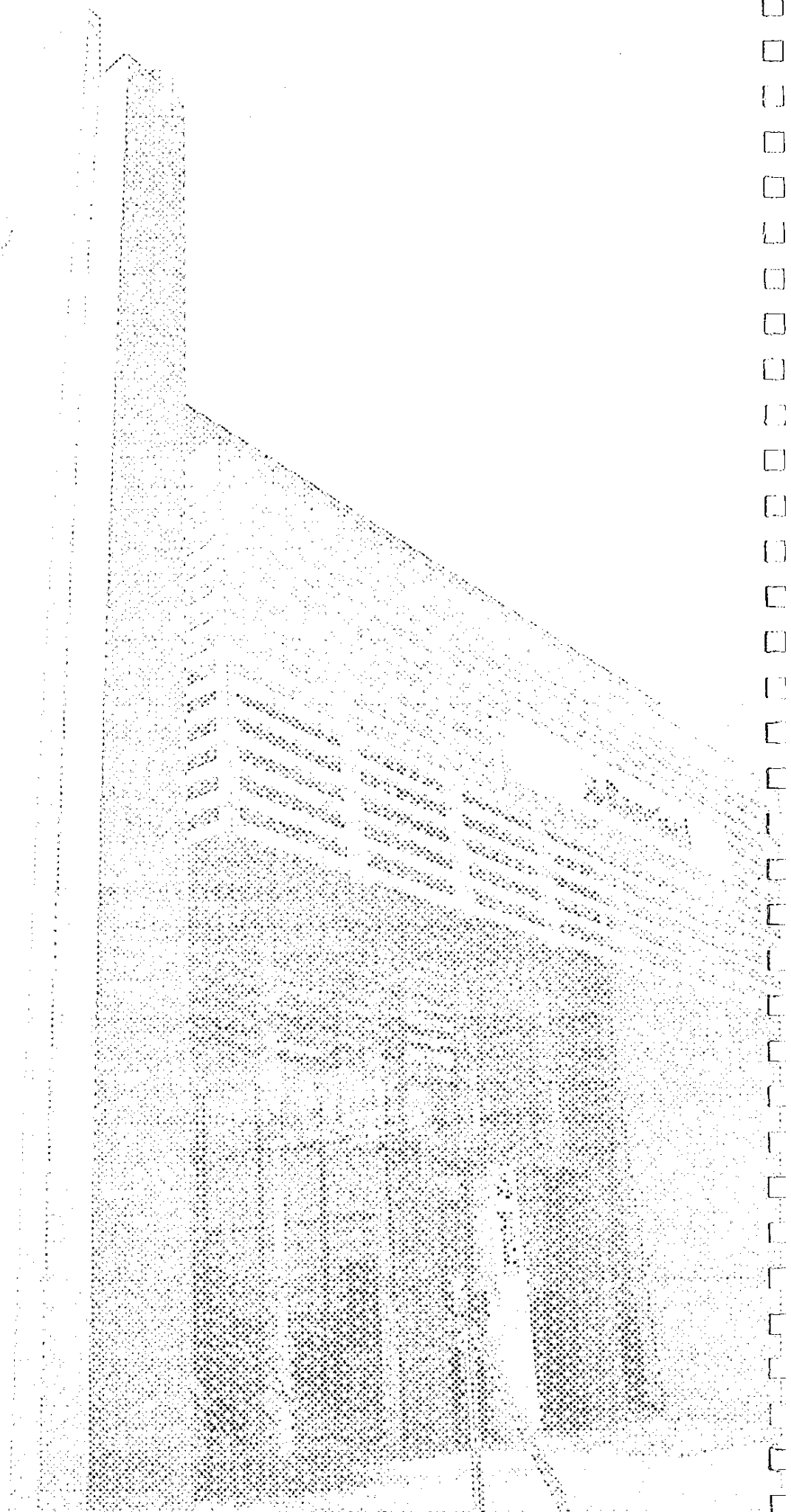
| | |
|---|------------|
| Despesas da Intermediação Financeira | 143 |
| Despesas de Captação no Mercado | 144 |
| Custo de Captação | 144 |
| Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses | 146 |
| Despesas de Provisões para Operações de Crédito | 147 |
| Margem Financeira | 147 |
| Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias | 148 |
| Despesas Administrativas | 149 |
| Outras Receitas Operacionais | 150 |
| Outras Despesas Operacionais | 151 |
| Indicadores Econômico-Financeiros | 152 |
| Grau de Alavancagem | 152 |
| Custo Operacional | 152 |
| Índice de Capitalização | 152 |
| Produtividade por Funcionário | 153 |
| Índice de Eficiência | 153 |
| Reconhecimentos | 154 |
| Balanço Patrimonial Consolidado <i>Pro Forma</i> | 158 |
| Demonstração de Resultado <i>Pro Forma</i> | 159 |
| Índice de Gráficos | |
| Gráfico 01: Desempenho Ações Banrisul x Índices da Bolsa | 117 |
| Gráfico 02: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações | 118 |
| Gráfico 03: Distribuição Geográfica dos Ativos Mobiliários do Banrisul | 118 |
| Gráfico 04: Ativo Total | 120 |
| Gráfico 05: Composição dos Ativos | 121 |
| Gráfico 06: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 121 |
| Gráfico 07: Relações Interfinanceiras e Interdependências | 122 |
| Gráfico 08: Operações de Crédito | 122 |
| Gráfico 09: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica | 124 |
| Gráfico 10: Carteira de Crédito por Níveis de Risco | 127 |
| Gráfico 11: Composição da Provisão para Operações de Crédito | 128 |
| Gráfico 12: Índice de Cobertura | 129 |
| Gráfico 13: Índice de Inadimplência | 129 |
| Gráfico 14: Recursos Captados e Administrados | 130 |
| Gráfico 15: Patrimônio Líquido | 132 |
| Gráfico 16: Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio | 132 |
| Gráfico 17: Índice de Basileia Consolidado | 133 |
| Gráfico 18: Velocidade de Crescimento do Crédito e da Captação | 134 |
| Gráfico 19: Lucro Líquido | 135 |
| Gráfico 20: Receitas da Intermediação Financeira | 136 |
| Gráfico 21: Receitas de Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil | 137 |
| Gráfico 22: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 141 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 23: Resultado de Operações de Câmbio | 141 |
| Gráfico 24: Resultado das Aplicações Compulsórias | 142 |
| Gráfico 25: Despesas da Intermediação Financeira | 143 |
| Gráfico 26: Despesas de Captação no Mercado | 144 |
| Gráfico 27: Custo Médio da Captação Total em relação à Taxa Selic | 145 |
| Gráfico 28: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses | 146 |
| Gráfico 29: Despesas de Provisões para Operações de Crédito | 147 |
| Gráfico 30: Margem Financeira | 148 |
| Gráfico 31: Receita de Prestação de Serviços | 149 |
| Gráfico 32: Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas | 150 |
| Gráfico 33: Outras Receitas Operacionais | 150 |
| Gráfico 34: Outras Despesas Operacionais | 151 |
| Gráfico 35: Grau de Alavancagem | 152 |
| Gráfico 36: Custo Operacional | 152 |
| Gráfico 37: Índice de Capitalização | 152 |
| Gráfico 38: Produtividade por Funcionário | 153 |
| Gráfico 39: Índice de Eficiência | 153 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 01: Mercado Competitivo | 109 |
| Tabela 02: Indicadores Econômico-Financeiros | 110 |
| Tabela 03: Margem Analítica | 114 |
| Tabela 04: Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas | 116 |
| Tabela 05: Ações de Comunicação e Relacionamento | 117 |
| Tabela 06: Composição do Crédito Pessoa Jurídica por Porte de Empresa | 123 |
| Tabela 07: Composição do Crédito por Setor de Atividade | 123 |
| Tabela 08: Composição do Crédito por Carteira | 124 |
| Tabela 09: Composição da Concessão de Crédito por Linhas de Financiamento | 126 |
| Tabela 10: Composição de Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica | 127 |
| Tabela 11: Saldo das Provisões para Perdas | 129 |
| Tabela 12: Composição da Captação de Recursos | 131 |
| Tabela 13: Receitas do Crédito Comercial - Pessoas Física e Jurídica | 139 |
| Tabela 14: Taxas Médias do Crédito Comercial - Pessoas Física e Jurídica | 140 |
| Tabela 15: Custo de Captação | 145 |
| Tabela 16: Balanço Patrimonial Consolidado <i>Pro Forma</i> | 158 |
| Tabela 17: Demonstração do Resultado <i>Pro Forma</i> | 159 |







Press Release



Banrisul

Bovespa: BRSR3, BRSR5 , BRSR6

Este *Press Release* pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviço da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no *mix* de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Press Release* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Terça-feira, 14.02.2012. Divulgação do Resultado do Quarto Trimestre de 2011.

Apresentamos os principais números obtidos pelo Banrisul no quarto trimestre de 2011. A Análise de Desempenho, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponibilizadas no site do Banco www.banrisul.com.br/ri.

| Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | 4T11/ 3T11 | 2011/ 2010 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------------|-------------|
| Margem Financeira Líquida | 3.368 | 2.915 | 907 | 873 | 833 | 755 | 787 | 3,87% | 15,56% |
| Despesas com Provisão para Operações de Crédito | 630 | 518 | 166 | 182 | 143 | 138 | 127 | -9,12% | 21,45% |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 2.739 | 2.397 | 741 | 691 | 690 | 617 | 660 | 7,30% | 14,28% |
| Receita de Intermediação Financeira | 5.947 | 4.842 | 1.541 | 1.669 | 1.437 | 1.300 | 1.310 | -7,63% | 22,82% |
| Despesa de Intermediação Financeira | 3.208 | 2.445 | 800 | 978 | 747 | 683 | 650 | -18,18% | 31,19% |
| Receita de Serviços e Tarifas Bancárias | 702 | 642 | 185 | 172 | 173 | 172 | 173 | 7,10% | 9,40% |
| Despesas Administrativas e Despesas Operacionais ⁽¹⁾ | 2.079 | 1.895 | 583 | 528 | 499 | 469 | 499 | 10,36% | 9,70% |
| Outras Receitas Operacionais | 243 | 209 | 43 | 87 | 47 | 67 | 81 | -50,26% | 16,29% |
| Resultado Operacional | 1.372 | 1.148 | 325 | 362 | 353 | 331 | 362 | -10,09% | 19,56% |
| Lucro Líquido | 904 | 741 | 227 | 239 | 227 | 211 | 230 | -5,23% | 22,00% |
| Resultados Distribuídos/Destinados - R\$ Milhões | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | 4T11/ 3T11 | 2011/ 2010 |
| Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽¹⁾ | 358 | 293 | 126 | 58 | 117 | 57 | 120 | 116,37% | 22,20% |
| Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões | Dez11 | Dez10 | Dez11 | Set11 | Jun11 | Mar11 | Dez10 | Dez11/Dez10 | Set11/Dez10 |
| Ativos Totais | 37.586 | 32.128 | 37.586 | 36.554 | 34.755 | 32.951 | 32.128 | 2,82% | 16,99% |
| Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ | 11.080 | 9.574 | 11.080 | 10.571 | 9.966 | 9.789 | 9.574 | 4,81% | 15,73% |
| Carteira de Crédito Total | 20.393 | 17.033 | 20.393 | 19.655 | 18.809 | 17.940 | 17.033 | 3,76% | 19,73% |
| Provisão para Operações de Crédito | 1.318 | 1.102 | 1.318 | 1.285 | 1.215 | 1.156 | 1.102 | 2,58% | 19,58% |
| Créditos em Atraso > 60 dias | 563 | 418 | 563 | 567 | 499 | 478 | 418 | -0,61% | 34,72% |
| Recursos Captados e Administrados | 28.999 | 25.091 | 28.999 | 27.505 | 26.093 | 25.290 | 25.091 | 5,43% | 15,58% |
| Patrimônio Líquido | 4.400 | 3.855 | 4.400 | 4.298 | 4.118 | 4.009 | 3.855 | 2,36% | 14,12% |
| Patrimônio de Referência Consolidado | 4.393 | 3.873 | 4.393 | 4.290 | 4.171 | 4.001 | 3.873 | 2,41% | 13,43% |
| Patrimônio Líquido Médio | 4.127 | 3.632 | 4.349 | 4.208 | 4.064 | 3.932 | 3.801 | 3,34% | 13,64% |
| Ativo Total Médio | 34.857 | 30.606 | 37.070 | 35.655 | 33.853 | 32.539 | 32.234 | 3,97% | 13,89% |
| Índices Financeiros | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | | |
| Retorno sobre o Ativo Total | 2,41% | 2,31% | 2,43% | 2,64% | 2,64% | 2,59% | 2,89% | | |
| Retorno sobre o Patrimônio Líquido | 20,56% | 19,23% | 22,26% | 24,19% | 23,96% | 22,81% | 26,07% | | |
| ROAA Anualizado ⁽⁴⁾ | 2,59% | 2,42% | 2,47% | 2,71% | 2,71% | 2,62% | 2,88% | | |
| ROAE Anualizado ⁽⁵⁾ | 21,91% | 20,41% | 22,54% | 24,75% | 24,31% | 23,29% | 26,47% | | |
| Índice de Eficiência ⁽⁶⁾ | 45,19% | 47,76% | 45,19% | 44,41% | 44,99% | 45,78% | 47,76% | | |
| Índice de Basileia Consolidado | 17,24% | 16,07% | 17,24% | 15,91% | 15,64% | 15,80% | 16,07% | | |
| Índice de Imobilização ⁽⁷⁾ | 3,72% | 4,38% | 3,72% | 3,80% | 4,03% | 4,30% | 4,38% | | |
| Índice de Inadimplência ⁽⁸⁾ | 2,76% | 2,45% | 2,76% | 2,88% | 2,65% | 2,67% | 2,45% | | |
| Índice de Cobertura ⁽⁹⁾ | 234,00% | 263,63% | 234,00% | 226,72% | 243,47% | 241,72% | 263,63% | | |
| Indicadores Econômicos | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | | |
| Selic Efetiva Acumulada | 11,62% | 9,78% | 2,67% | 3,01% | 2,81% | 2,65% | 2,57% | | |
| Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período) | 1,88 | 1,67 | 1,88 | 1,85 | 1,56 | 1,63 | 1,67 | | |
| Variação Cambial (%) | 12,58% | -4,31% | 1,15% | 18,79% | -4,15% | -2,25% | -1,65% | | |
| IGP-M | 5,10% | 11,32% | 0,91% | 0,97% | 0,70% | 2,43% | 3,18% | | |
| IPCA | 6,50% | 5,91% | 1,46% | 1,06% | 1,40% | 2,44% | 2,23% | | |

⁽¹⁾ Inclui despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outras despesas operacionais.

⁽²⁾ Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).

⁽³⁾ Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

⁽⁴⁾ Lucro líquido sobre ativo total médio.

⁽⁵⁾ Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

⁽⁶⁾ Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / Margem financeira líquida + rendas de prestação de serviços + (Outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

⁽⁷⁾ Imobilizado sobre o patrimônio líquido.

⁽⁸⁾ Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

⁽⁹⁾ Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias



Banrisul

Destaques Operacionais

Em março de 2011, a Diretoria do Banrisul passou a ser constituída por um novo grupo de gestores. Também os Conselhos Fiscal e de Administração tiveram seus membros renovados. Uma transição que ocorreu tranquila, face ao amadurecimento da Instituição na adoção de práticas de governança corporativa.

A estratégia de fortalecimento e de expansão do Banco, concebida e colocada em prática no ano de 2011, está referenciada no compromisso de entrega de retorno aos acionistas público e privados, sem perder de vista os interesses das políticas públicas do Governo do Estado e a missão do Banco em apoiar o desenvolvimento do RS.

Os frutos dessa estratégia são visíveis não só pelos resultados econômicos apresentados

na sequência, mas, sobretudo, pelas conquistas recentes. Em dezembro de 2011, o Banrisul anunciou a assinatura do Memorando de Entendimento e a abertura de processo de *due diligence* para a aquisição de 49,9% da Bem-Vindo Promotora de Vendas e Serviços, rede de lojas e estrutura especializada na originação de créditos consignados do INSS e a servidores públicos federais, estaduais e municipais. No início de 2012, o Banrisul recebeu classificação *Investment Grade* em escala global e *rating* máximo em escala nacional pela Moody's Investors Service, condição que permitiu captar US\$500 milhões no mercado externo em dívida subordinada - Tier II, recursos de capital que serão utilizados como base para aplicação em ativos de crédito.

Desempenho Financeiro

A Instituição alcançou lucro líquido de R\$904 milhões no exercício de 2011, 22,00% ou R\$163 milhões acima do registrado no ano anterior. No 4T11, o resultado totalizou R\$227 milhões, 5,23% ou R\$13 milhões abaixo do montante contabilizado no 3T11.

O lucro líquido do ano de 2011 foi influenciado, positivamente, pelo aumento das receitas de crédito e arrendamento mercantil, em 22,21% ou R\$780 milhões, pelo resultado das operações com TVM, em 15,54% ou R\$168 milhões, pela expansão do resultado de operações de câmbio, em R\$86 milhões, pelo incremento das receitas de tarifas e serviços, em 9,40% ou R\$60 milhões, pelas outras receitas operacionais e, também, pela estabilidade das outras despesas administrativas frente ao desempenho registrado no ano de 2010. O resultado de 2011 foi, também, afetado pela elevação das despesas de captação no mercado, em 27,99% ou R\$393 milhões, pelo incremento das despesas com empréstimos

e repasses, em 49,75% ou R\$260 milhões, e pelo aumento das despesas com provisão para operações de crédito em 21,45% ou R\$111 milhões.

Em relação ao 3T11, a performance do 4T11 foi influenciada pela queda nas despesas de intermediação financeira, em 18,18% ou R\$178 milhões, principalmente, nas despesas de empréstimos e repasses, em 43,37% ou R\$131 milhões; e pela redução no resultado do câmbio, em 84,43% ou R\$90 milhões, nas outras receitas operacionais, em 50,26% ou R\$44 milhões, no resultado com títulos e valores mobiliários, em 4,64% ou R\$16 milhões, e ainda pelo aumento das despesas administrativas em 6,43% ou R\$31 milhões.

A margem financeira somou R\$3.368 milhões nos doze meses de 2011, 15,56% ou R\$453 milhões acima do montante gerado no mesmo período do ano anterior, impactada pelo aumento da receita de operações de crédito, pelo incremento do resultado de operações com TVM e de aplicações

compulsórias; compensada pela elevação das despesas de captação no mercado e despesas de obrigações de empréstimos, cessões e repasses.

No 4T11, a margem financeira atingiu R\$907 milhões, com avanço de 15,29% ou R\$120 milhões acima do valor apurado no 4T10, aumento associado à elevação das receitas de crédito, do resultado de tesouraria e do resultado das aplicações compulsórias, compensado pela expansão das despesas com captação, com obrigações por empréstimos, cessões e repasses e com provisão para operações de crédito.

O crescimento de R\$34 milhões, ou 3,87% em relação ao 3T11, na margem financeira, foi gerado pela redução das despesas com

captação, com obrigações por empréstimos, cessões e repasses e com provisão para operações de crédito, que superou a queda das receitas de crédito e do resultado de operações com TVM.

As despesas de provisão para operações de crédito somaram, nos doze meses de 2011, R\$630 milhões, 21,45% ou R\$111 milhões acima do valor contabilizado em 2010, face ao aumento do volume da carteira e das operações vencidas há mais de 60 dias. Em relação ao 4T11, essas despesas totalizaram R\$166 milhões, com crescimento de 30,88% ou R\$39 milhões acima do valor registrado no 4T10, contudo, queda de 9,12% ou R\$17 milhões sobre o montante apurado no 3T11.

Margem Financeira

R\$ Milhões

| | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Margem Financeira | 3.368 | 2.915 | 907 | 873 | 833 | 755 | 787 |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 2.739 | 2.396 | 741 | 691 | 690 | 617 | 660 |
| Ativos Rentáveis Médios ⁽¹⁾ | 32.488 | 28.716 | 34.679 | 32.141 | 31.475 | 29.919 | 29.564 |
| Margem Financeira Líquida ⁽²⁾ | 10,37% | 10,15% | 10,88% | 11,32% | 11,01% | 10,49% | 11,08% |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira ⁽³⁾ | 8,43% | 8,35% | 8,83% | 8,88% | 9,05% | 8,51% | 9,24% |

⁽¹⁾ Ativos Rentáveis Médios do período em análise.

⁽²⁾ Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis Médios (anualizada).

⁽³⁾ Resultado Bruto da Intermediação Financeira sobre Ativos Rentáveis Médios (anualizado).

Evolução da Situação Patrimonial

O total de ativos alcançou R\$37.586 milhões em dezembro de 2011, 16,99% acima do registrado no mesmo mês do ano anterior, e 2,82% acima do saldo de setembro de 2011. Nos doze meses, o aumento dos ativos proveio da ampliação da captação de depósitos, em R\$3.308 milhões, do aumento do Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais (FRDJ), em R\$654 milhões, e do crescimento das obrigações por empréstimos e repasses em R\$533 milhões. Na alocação de ativos, destacam-se, nos últimos doze meses, o crescimento do crédito e das operações de tesouraria. O volume de operações de crédito do

Banrisul totalizou R\$20.393 milhões, expandindo 19,73% ou R\$3.360 milhões no ano de 2011. Na comparação com o trimestre anterior, a evolução no montante de ativos de crédito foi de 3,76% ou R\$738 milhões. A carteira comercial totalizou R\$15.271 milhões, com variação de 16,30% ou R\$2.140 milhões em doze meses, e 2,44% ou R\$364 milhões no trimestre.

O crédito comercial pessoa física totalizou R\$8.079 milhões em dezembro de 2011, representando crescimento de 9,20% ou R\$681 milhões em doze meses, especialmente influenciado pelo aumento no crédito consignado, e retração de 2,97%



Banrisul

ou R\$247 milhões no último trimestre, refletindo a queda na carteira de consignado adquirido. As operações com pessoas jurídicas somaram R\$7.191 milhões em dezembro de 2011, com crescimento de 25,45% em relação ao mesmo período de 2010 e crescimento de 9,29% ou R\$611 milhões frente o valor de setembro de 2011. O crescimento nos saldos da pessoa jurídica reflete o avanço nas linhas de capital de giro, seja no comparativo de doze meses ou no último trimestre.

O índice de inadimplência acima de 60 dias apresentou crescimento de 0,31 pp. no ano e queda de 0,12 pp. no trimestre, alcançando 2,76% do volume total de crédito em dezembro de 2011. O montante das operações em atrasos superior a 60 dias alcançou, em dezembro de 2011, R\$563 milhões, 34,72% acima de dezembro de 2010. A inadimplência acima de 90 dias atingiu R\$486 milhões no quarto trimestre, representando 2,38% do total da carteira e aumento de 0,20 pp. em relação a dezembro de 2010. Na comparação com setembro de 2011, o indicador retraiu 0,04 pp.

Nos doze meses de 2011, o resultado com TVM e instrumentos financeiros derivativos reflete o aumento do saldo em ativos com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez de 14,02% ou R\$1.527 milhões, a majoração de 1,84 pp. da Taxa Selic acumulada no período, que passou de 9,78%, em 2010, para 11,62% em 2011, bem como o encerramento dos contratos de instrumentos financeiros

derivativos em dezembro de 2010. O resultado do 4T11 foi influenciado pela queda da taxa básica de juros, em 0,34 pp., compensada pelo aumento no saldo dos ativos financeiros de 1,69% ou R\$206 milhões.

Os recursos captados e administrados somaram o montante de R\$28.999 milhões no último mês do ano de 2011, com avanço de 15,58% ou R\$3.909 milhões sobre o saldo registrado no mesmo período de 2010, e 5,43% ou R\$1.494 milhões na comparação com o trimestre anterior. Os depósitos atingiram saldo de R\$22.361 milhões em dezembro de 2011, com destaque para os depósitos a prazo. A expansão no saldo de depósitos totais foi de 17,36% sobre o montante de dezembro de 2010 e ampliação de 6,94% sobre o último trimestre. Os recursos de terceiros administrados totalizaram R\$6.638 milhões, posição 9,95% superior à registrada ao final de 2010 e 0,65% acima do saldo de setembro de 2011.

O patrimônio líquido do Banrisul alcançou R\$4.400 milhões em dezembro de 2011, expansão de 14,12% ou R\$545 milhões na comparação com o mesmo período de 2010 e ampliação de 2,36% ou R\$102 milhões em relação a setembro de 2011. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados, em R\$904 milhões, subtraídos o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio em R\$358 milhões. O índice de Basileia atingiu 17,24% em dezembro de 2011.

Evolução Patrimonial

| | Dez/11 | Set/11 | Jun/11 | Mar/11 | Dez/10 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Ativos Totais | 37.586 | 36.554 | 34.755 | 32.951 | 32.128 |
| Operações de Crédito | 20.393 | 19.655 | 18.809 | 17.940 | 17.033 |
| Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾ | 11.080 | 10.571 | 9.966 | 9.789 | 9.574 |
| Recursos Captados e Administrados | 28.999 | 27.505 | 26.093 | 25.290 | 25.091 |
| Patrimônio Líquido | 4.400 | 4.298 | 4.118 | 4.009 | 3.855 |

⁽¹⁾ Títulos e Valores Mobiliários + Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Obrigações Compromissadas.

O índice de eficiência, em dezembro de 2011, atingiu 45,19%, 2,57 pp. menor que o índice de dezembro de 2010 e 0,78 pp. acima do percentual de setembro de 2011. A melhora do índice de eficiência, durante os últimos

doze meses, reflete a trajetória de ascensão da margem financeira, em 15,56% ou R\$453 milhões, da receita de serviços e tarifas, em 9,40% ou R\$60 milhões, e das outras receitas operacionais, em 16,29% ou R\$34 milhões,

que absorveram o crescimento das despesas administrativas, em 7,75% ou R\$133 milhões, e das outras despesas operacionais em 27,63% ou R\$51 milhões.

O indicador de custo operacional alcançou 4,90% nos doze meses de 2011. A

ampliação dos ativos, especialmente por meio de operações de crédito, contribuiu para a absorção do aumento das despesas administrativas, refletindo na redução do custo operacional em proporção aos ativos em doze meses.

Guidance

As metas de captação e crédito, divulgadas ao mercado para 2011, foram cumpridas, com exceção do crescimento do crédito à pessoa física, cujo incremento, 9,20%, ficou, face à desaceleração do consumo proveniente das medidas macroprudenciais editadas ao final de 2010, abaixo do piso do intervalo esperado, entre 12% e 17%. O crédito comercial pessoa jurídica, o crédito imobiliário e os depósitos a prazo superaram os intervalos divulgados em 4,45 pp., 12,45 pp. e 4,60 pp. respectivamente. As demais metas financeiras foram realizadas dentro dos intervalos previstos.

As diretrizes concebidas para os próximos anos incluem a qualificação do atendimento aos clientes, abrangendo a modernização e padronização da rede de agências e a qualificação contínua dos empregados; excelência na gestão de custos administrativos; manutenção de investimentos em tecnologia e inovação e expansão da escala de negócios, através do incremento na carteira de crédito, na oferta de produtos financeiros e na ampliação dos pontos de atendimento, estratégias que sustentam metas financeiras para 2012 próximas das realizadas no exercício de 2011.

| Perspectivas Banrisul | Ano 2012 | Ano 2011 | |
|--|------------------|---------------|------------------|
| | | Realizado | Previsto |
| Carteira de Crédito Total | 15% a 20% | 19,73% | 15% a 20% |
| Crédito Comercial Pessoa Física | 12% a 17% | 9,20% | 12% a 17% |
| Crédito Comercial Pessoa Jurídica | 16% a 21% | 25,45% | 16% a 21% |
| Crédito Imobiliário | 20% a 25% | 35,45% | 18% a 23% |
| Despesa Provisão Crédito/Carteira Crédito | 3% a 4% | 3,09% | 3% a 4% |
| Saldo de Provisão sobre a Carteira de Crédito | 6% a 8% | 6,46% | 6% a 8% |
| Captação Total | 13% a 18% | 15,58% | 15% a 20% |
| Depósitos a Prazo | 18% a 23% | 44,60% | 35% a 40% |
| Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio | 19% a 23% | 21,91% | 19% a 23% |
| Índice de Eficiência | 42% a 46% | 45,19% | 44% a 48% |
| Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis | 10% a 11% | 10,37% | 10% a 11% |

Reconhecimentos

Jan/2011. *Marca do Banrisul é destaque em ranking mundial.*

Jan/2011. *Banrisul é uma das empresas de melhor reputação no Rio Grande do Sul.*

Mar/2011. *Banrisul é destaque no estudo Marcas de Quem Decide.*

Abr/2011. *Ações do Banrisul apresentam melhor rentabilidade.*

Abr/2011. *Banrisul é uma das maiores empresas do mundo.*

Mai/2011. *Ações do Banrisul participam de novo índice da Bovespa.*

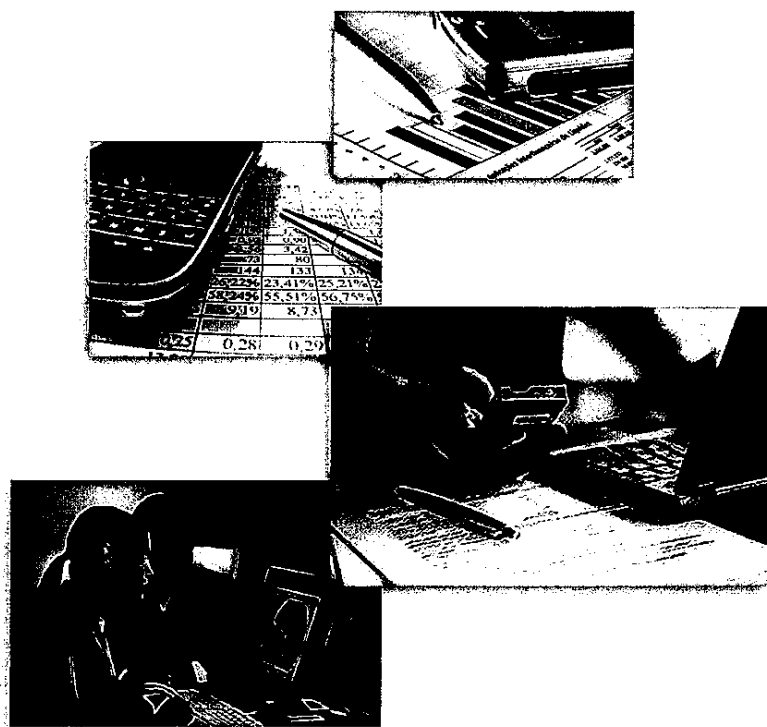
Mai/2011. *Banrisul é uma das marcas mais valiosas do País - Revista Dinheiro.*



Banrisul

- Jun/2011. *Banrisul está entre as marcas mais valiosas do Brasil - Interbrand.*
- Jun/2011. *Banrisul é a marca mais lembrada do RS na categoria banco.*
- Jun/2011. *O Banrisul conquistou o Certificado de Sustentabilidade em Governo e Sociedade.*
- Jul/2011. *Banrisul é uma das 100 maiores empresas do País - Revista Exame.*
- Jul/2011. *Projeto Pescar Banrisul é premiado como Melhor Prática Educativa.*
- Ago/2011. *Banrisul é reconhecido como Melhor Amigo do Esporte.*
- Ago/2011. *Banrisul é destaque em ranking nacional.*
- Ago/2011. *Banrisul está entre as 500 melhores empresas do País - IstoÉ Dinheiro.*
- Ago/2011. *Banrisul é destaque na área socioambiental.*
- Ago/2011. *Banrisul é premiado com o Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler.*
- Set/2011. *Banrisul é destaque em ranking de satisfação dos clientes.*
- Out/2011. *Banrisul é a terceira maior empresa do Estado.*
- Nov/2011. *Banrisul é destaque em tecnologia em serviços.*
- Nov/2011. *Banrisul é premiado na área social.*
- Dez/2011. *Banrisul recebe o Prêmio Mérito Lojista 2011.*
- Dez/2011. *Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do País – Valor Econômico.*

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2012.

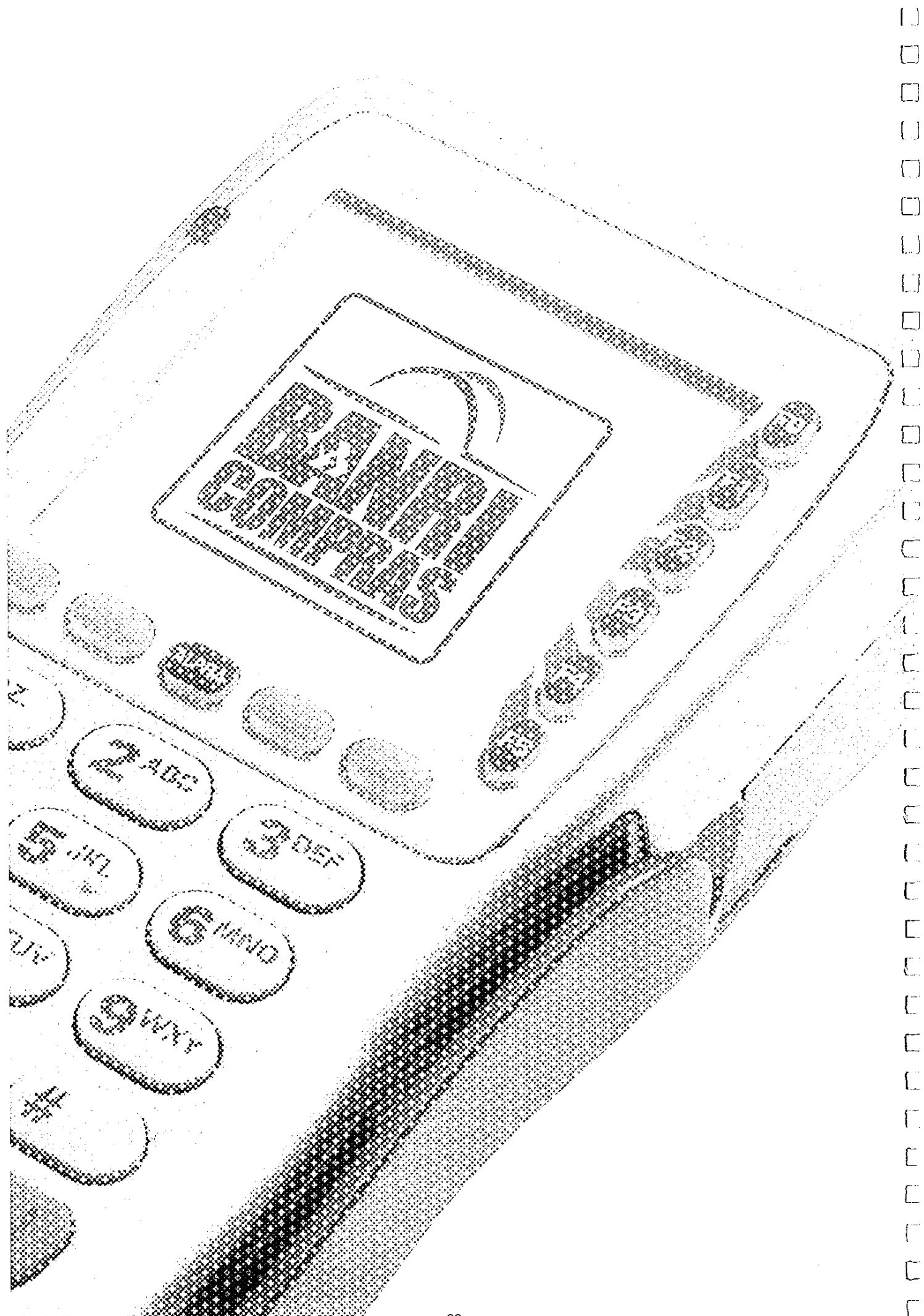


Relatório da Administração

APRESENTAMOS O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011, ELABORADOS DE ACORDO COM AS NORMAS ESTABELECIDAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.



Banrisul



Cenário Econômico



O cenário econômico internacional, ao longo de 2011, caracterizou-se pelo aprofundamento da instabilidade financeira global, diretamente associado ao agravamento dos problemas fiscais em economias maduras, ao crescimento do risco inflacionário, especialmente, nas economias emergentes, e à incerteza quanto à recuperação da atividade econômica mundial. Nos EUA, o prolongado impasse acerca da elevação do teto da dívida, bem como as perspectivas desfavoráveis para a evolução da economia, levaram ao rebaixamento do *rating* da maior economia do mundo, com reflexos importantes na deterioração da confiança de consumidores e empresários e no crescimento fraco e intermitente da atividade econômica. Na Europa, o desequilíbrio orçamentário, a fragilidade do sistema bancário, o elevado nível de desemprego e o baixo crescimento econômico, sem perspectiva de retomada no curto prazo, contribuíram para o aumento da aversão global ao risco e da demanda por ativos líquidos e de baixo risco, num contexto de evidente falta de unidade política entre as autoridades da Zona do Euro, que impossibilitou o desenho de uma solução clara e definitiva para a crise.

A deterioração do quadro macroeconômico nas economias maduras e o contágio da economia real pelo aumento da incerteza provocaram relevante aumento da aversão ao risco, prejudicando o ambiente de negócios também nas economias emergentes. Quanto ao Brasil, em especial, os indicadores econômicos recentes mostraram um claro processo de desaceleração ao longo do ano. Contudo, diferentemente dos EUA e da Europa, no Brasil, o cenário econômico esteve mais próximo de uma trajetória de convergência para uma taxa de crescimento mais ajustada à capacidade de longo prazo. Apesar dessa desaceleração, mais evidente no segmento industrial, bastante sensível à concorrência a produtos importados e ao contexto internacional, a atividade econômica brasileira manteve-se firme, sustentada pelo consumo das famílias, que, por sua vez, teve como suporte a estabilidade do mercado de trabalho, com níveis de desemprego historicamente baixos e rendimentos reais elevados, bem como a evolução consistente do crédito no País. Essa conjuntura, combinada à explosão dos preços das *commodities* no mercado internacional, culminou em pressões inflacionárias, que mantiveram pessimistas as expectativas de mercado ao longo do período, dado o receio de deterioração do quadro inflacionário, bem como de queda no ritmo de crescimento.

Nesse contexto, a autoridade monetária, num primeiro momento, implementou ajustes na política monetária voltados ao controle inflacionário, elevando a Taxa Selic em 175 pontos-base, para 12,50% ao ano, no período de janeiro a julho, além de outras medidas de caráter macroprudencial, como elevação de depósitos compulsórios, de impostos sobre operações



financeiras e de requerimento de capital para bancos ao final de 2010. Contudo, face ao cenário de maior incerteza e pessimismo quanto à evolução da economia global, a condução da política monetária foi tempestivamente revertida, iniciando-se, em agosto, um novo ciclo de ajuste da taxa básica, com redução de 150 pontos-base, passando ao patamar de 11,00% ao ano em dezembro, com vistas à preservação de condições adequadas ao desempenho da economia brasileira.

Acompanhando a dinâmica do restante do País, a economia gaúcha também evidenciou perda significativa de ímpeto de expansão ao longo do ano, comparativamente a 2010. Esse cenário de desaceleração, não obstante o comportamento favorável da agropecuária, com safras recordes em 2011, das vendas do comércio varejista, sustentado pela solidez do mercado de trabalho e dos rendimentos em elevação, e das exportações de produtos primários, resultado, sobretudo, da valorização das *commodities*, refletiu, fundamentalmente, na estagnação da atividade industrial. Conforme dados divulgados pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS, o Índice de Desempenho Industrial – IDI indicou crescimento acumulado de apenas 0,5% até novembro de 2011, revelando dificuldades de suplantar restrições e retomar o crescimento. Entre os fatores restritivos à expansão da indústria, destacou-se a valorização cambial, com efeitos diretos sobre a balança comercial dos produtos industriais e sobre a demanda doméstica, dado que tornam menos atrativos ao exterior os produtos do Estado e favorece o abastecimento do mercado interno com bens importados, combinada a um contexto de apatia da atividade econômica internacional. Relevante mencionar que, a despeito desse cenário, o nível de utilização da capacidade instalada na indústria manteve-se relativamente estável e as variáveis associadas ao mercado de trabalho não mostraram deterioração relevante.

Com relação ao setor agropecuário, a safra gaúcha de grãos 2010/2011 superou, em 13,5%, a safra 2009/2010, sendo o maior crescimento da Região Sul do País, que, associado à alta dos preços, garantiu o bom desempenho do setor no Estado. De acordo com o Levantamento Conab referente ao mês de dezembro, a produção de grãos ultrapassou 28 milhões de toneladas, favorecida por aumentos de produtividade e adequadas condições climáticas.

Quanto à balança comercial gaúcha, o resultado das vendas externas, acumulado em 2011, expressou crescimento relevante, sustentado, sobretudo, na elevação de preços. No período, as exportações acumularam US\$19,4 bilhões, 26,3% superiores ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, o Estado voltou a posicionar-se entre os maiores estados exportadores do País, respondendo por 7,59% das exportações nacionais. Por outro lado, o resultado das importações permaneceu elevado, sustentado pelo câmbio e pela expansão do mercado interno, acumulando US\$15,6 bilhões ao longo do ano, crescimento de 17,9% em relação a 2010. Dessa forma, o saldo comercial fechou com superávit de US\$3,7 bilhões, frente a US\$2,1 bilhões acumulados no mesmo período do ano anterior.

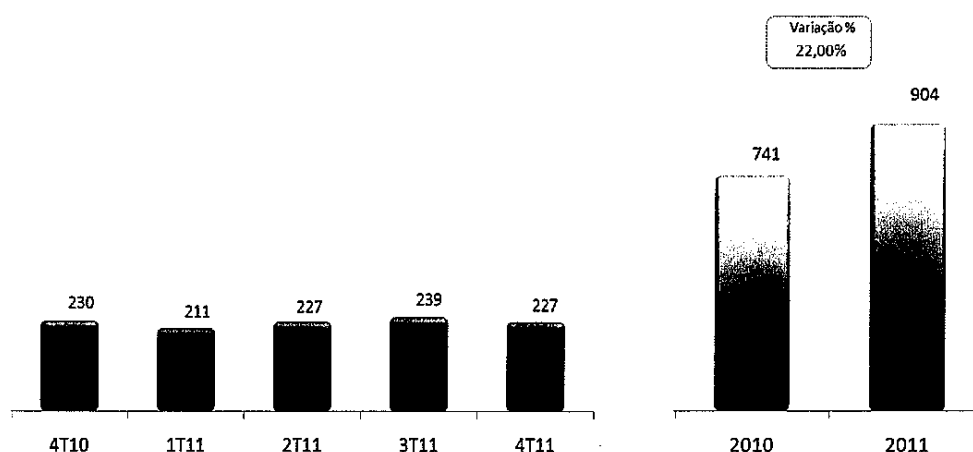
Nesse cenário, é relevante observar, ainda, que a evolução dos preços, em 2011, manteve dinâmica semelhante à observada em nível nacional, tendo nos grupos Alimentação e Habitação os maiores impactos. Com base no IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Região Metropolitana de Porto Alegre, a inflação acumulada no período foi de 6,53%.

Desempenho Consolidado

Lucro Líquido

O Banrisul alcançou lucro líquido de R\$904 milhões no ano de 2011, 22,00% ou R\$163 milhões acima do resultado acumulado no mesmo período de 2010, desempenho decorrente do crescimento das receitas de crédito, de tesouraria e de serviços, bem como da estabilidade das despesas administrativas, excluídas as de pessoal.

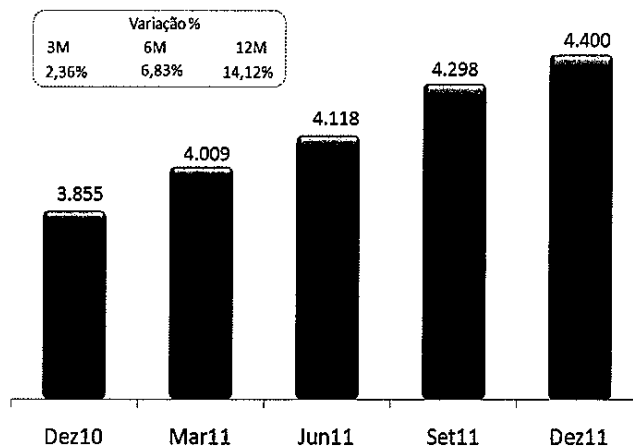
Gráfico 1: Lucro Líquido - R\$Milhões



Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2011, o Banrisul registrou patrimônio líquido de R\$4.400 milhões. A expansão de 14,12% em um ano tem como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 21,91% no exercício de 2011.

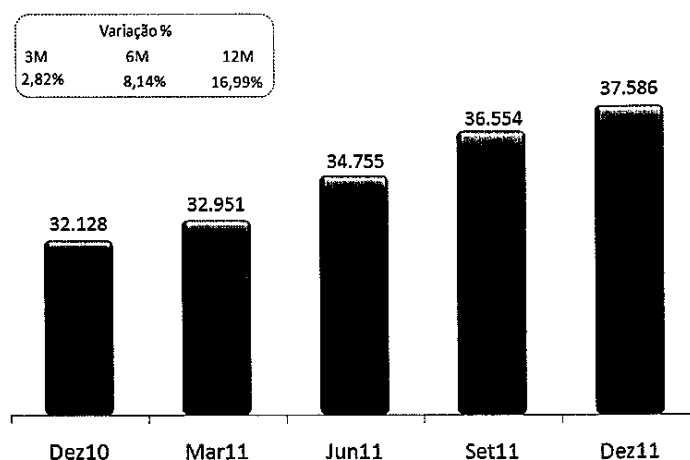
Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$Milhões



Ativo Total

Os ativos totais alcançaram saldo de R\$37.586 milhões ao final de dezembro de 2011, com incremento de 16,99% em relação aos R\$32.128 milhões registrados em dezembro de 2010, movimento motivado pela expansão do crédito, derivado, em especial pelo crescimento da carteira comercial, principalmente no segmento empresarial.

Gráfico 3: **Evolução do Ativo Total** - R\$Milhões



Impostos e Contribuições

O Banrisul recolheu e provisionou, no ano de 2011, R\$863 milhões em impostos e contribuições próprios. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, alcançaram R\$588 milhões.

Desempenho Operacional

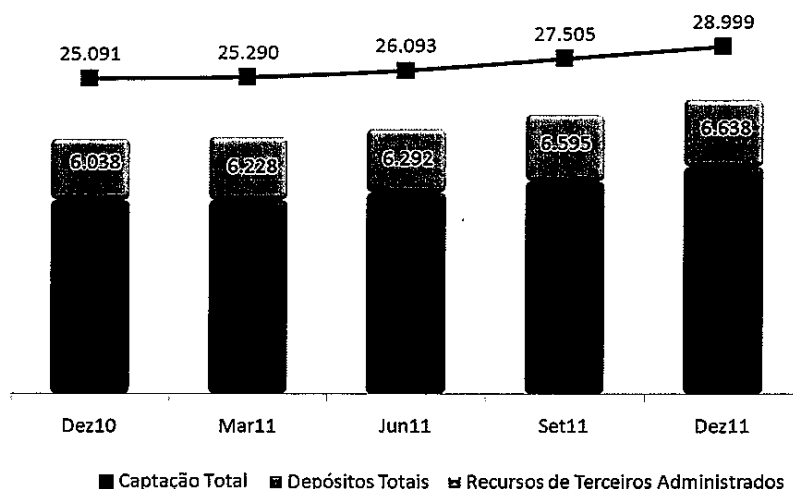
Recursos Captados e Administrados

Os depósitos totais totalizaram R\$22.361 milhões em dezembro de 2011, com incremento de 17,36% ou R\$3.308 milhões em relação ao mesmo mês de 2010. O Banco manteve a política de captação pulverizada. Os recursos de terceiros administrados atingiram R\$6.638 milhões, 22,89% da captação total ao final de dezembro de 2011, 9,95% ou R\$601 milhões acima do valor de dezembro de 2010.

Os depósitos a prazo, que compõem 48,27% dos recursos captados e administrados, alcançaram saldo de R\$13.997 milhões, com crescimento de 44,60% ou R\$4.317 milhões em relação a dezembro de 2010. Os depósitos de poupança, 17,71% da captação total, apresentaram redução de 7,95% ou R\$444 milhões, totalizando R\$5.136 milhões. Os depósitos à vista compõem 11,02% do montante total de recursos, reduziram 15,47% ou R\$585 milhões em doze meses e alcançaram o valor de R\$3.195 milhões.

O desempenho na captação de depósitos, em 2011, reflete a criação de novas modalidades de CDBs em outubro de 2010, estratégia que possibilitou a ampliação de recursos captados em mercado, bem como a migração de recursos entre os produtos.

Gráfico 4: Evolução dos Recursos Captados e Administrados - R\$Milhões

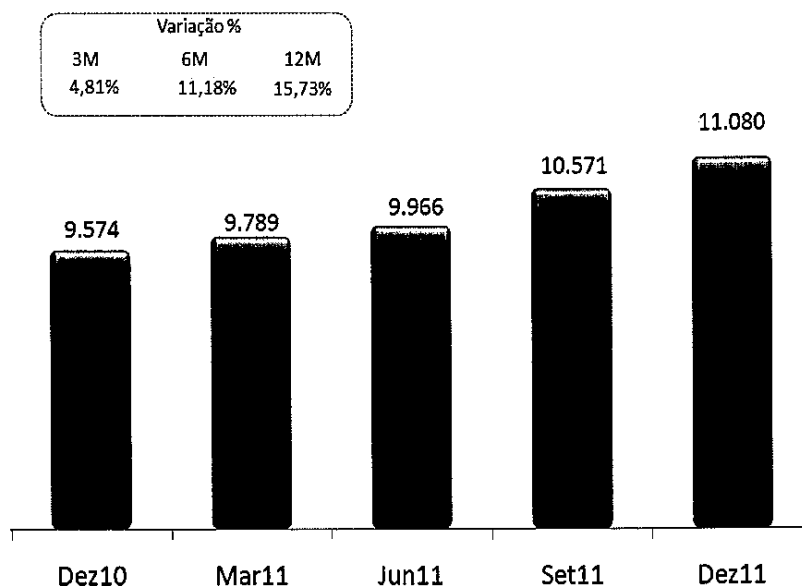


Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos e valores mobiliários apresentaram saldo de R\$11.080 milhões em dezembro de 2011, o que representa incremento de 15,73% ou R\$1.506 milhões em relação ao montante registrado no mesmo mês de 2010. Esse saldo inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações passivas de operações compromissadas.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil.

Gráfico 5: **Evolução dos Títulos e Valores Mobiliários*** - R\$ Milhões



* Deduzidos de Obrigações Compromissadas.

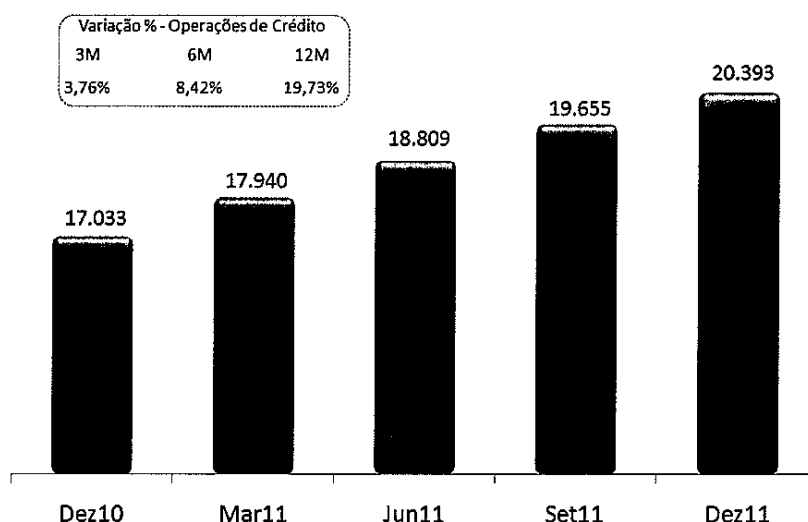
Operações de Crédito



O saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou, em dezembro de 2011, R\$20.393 milhões, com evolução de 19,73% ou R\$3.360 milhões frente aos R\$17.033 milhões no mesmo mês do ano anterior. Responsável por 63,69% desse crescimento, a carteira comercial passou de R\$13.131 milhões para R\$15.271 milhões, com elevação de 16,30% ou R\$2.140 milhões em um ano.

A classificação da carteira por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2011, as operações classificadas como Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$18.169 milhões, representando 89,09% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$1.731 milhões, compondo 8,49% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H e que exigem 100% de provisão, totalizou R\$494 milhões ou 2,42% do total.

Gráfico 6: Evolução das Operações de Crédito - R\$Milhões



As operações de crédito comercial destinadas às pessoas físicas totalizaram, em dezembro de 2011, R\$8.079 milhões, correspondendo a 52,91% da carteira comercial e a 39,62% do total das operações de crédito. O incremento de 9,20% ou R\$681 milhões em doze meses, ainda que em ritmo menor que o registrado no ano anterior, decorre, especialmente, do crescimento de operações de crédito consignado, cujo saldo alcançou R\$5.987 milhões ao final de dezembro de 2011.

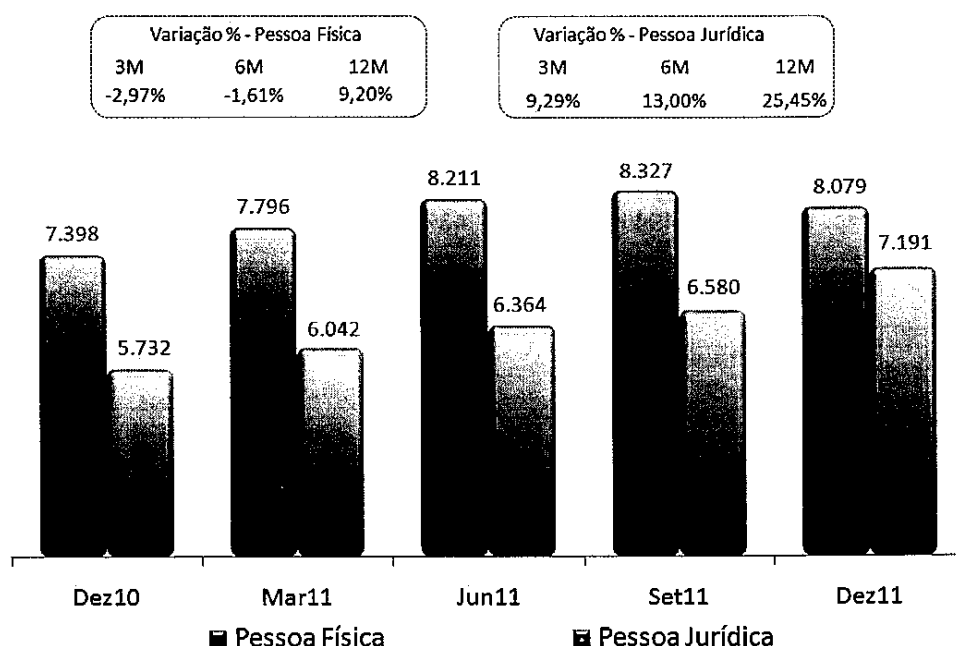
O crédito consignado próprio alcançou R\$3.786 milhões em dezembro de 2011, 9,26% acima do obtido no mesmo mês de 2010. O saldo das aquisições de carteiras de crédito consignado



de outras instituições financeiras, em dezembro de 2011, totalizou R\$2.201 milhões, montante relativamente estável em relação ao registrado no ano anterior. A liquidação de operações de crédito adquirido e a redução da compra de novas carteiras, especialmente no último trimestre de 2011, refletiram na redução do ritmo de crescimento da pessoa física.

As operações de crédito comercial pessoa jurídica cresceram 25,45% ou R\$1.459 milhões e atingiram saldo de R\$7.191 milhões em dezembro de 2011, respondendo por 47,09% da carteira comercial e 35,26% do total das operações de crédito. As linhas de capital de giro do Banrisul, com saldo de R\$5.437 milhões em dezembro de 2011, apresentaram evolução de 29,69% em doze meses.

Gráfico 7: Evolução do Crédito Comercial – Pessoa Física e Jurídica - R\$Milhões



No exercício de 2011, o crédito imobiliário alcançou saldo de R\$1.741 milhões, com incremento de 35,45% ou R\$456 milhões em doze meses. Em 2011, o Banrisul realizou eventos para divulgação do crédito imobiliário aos profissionais que atuam no mercado de comercialização de imóveis, em cidades de todas as regiões do Estado atingindo um público de mais de 1.050 pessoas; participou de eventos, Salão Pense Imóveis, Construmóveis, 5º Salão do Imóvel – possibilitando a divulgação do crédito imobiliário e vantagens para os participantes na contratação de financiamentos; lançou o Programa de Financiamento Imobiliário para Servidores Estaduais, oferecendo taxas e prazos diferenciados e limites pré-aprovados e contratou Correspondentes Imobiliários, profissionais do mercado responsáveis pelo encaminhamento das propostas de financiamento. Em relação à qualificação dos colaboradores, o Banco participou do projeto piloto, Certificação Profissional – ABECIP – Crédito Imobiliário, para certificação de profissionais para operar com crédito imobiliário e também ofereceu treinamento para 360 funcionários da equipe de vendedores.

Ao final de dezembro de 2011, o crédito rural registrou saldo de R\$1.705 milhões, com crescimento de 32,77% ou R\$421 milhões em doze meses. Durante o ano de 2011, o Banrisul participou de programas e feiras, lançou novos produtos, treinou pessoal e realizou estudos para implementação de novas rotinas. O programa Mais Ovinos no Campo superou a casa dos R\$30 milhões em empréstimos para aquisição e retenção de ovinos, financiando a comercialização de 210 mil animais. O Banrisul integrou-se ao Plano Safra Estadual, com a meta de financiar mais de R\$1 bilhão no ano agrícola 2011/2012. O Banriagro Simplificado, para cooperativas e agroindústrias, o Arroz na Bolsa, esse em conjunto com a Corretora Banrisul, o convênio Pecuária Familiar, com linha de crédito com juros mais acessíveis aos pecuaristas em regime familiar e o convênio Mais Alimentos Zero, com juros subsidiados pelo Governo Estadual também estão inseridos nos negócios do Banco. Em relação às feiras, o Banrisul esteve presente em 194 exposições-feiras agropecuárias, com destaque para a Expointer 2011, na qual foram recebidas propostas de financiamento no valor de R\$47 milhões. É intuito do Banco ampliar a participação no crédito rural do Estado, com foco no desenvolvimento econômico. Para isso, a Instituição treinou 330 empregados, locados na área de crédito rural das agências. Foram também realizados estudos e concluídas rotinas para possibilitar a implementação das alterações ocorridas no Recor - Registro Comum das Operações Rurais e no Manual do Crédito Rural – MCR.

A carteira de financiamento de longo prazo atingiu, em dezembro de 2011, o montante de R\$917 milhões, que representa incremento de 28,31% ou R\$202 milhões em relação ao saldo registrado ao final do mesmo mês de 2010.

O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$557 milhões em dezembro de 2011.

Considerando que é necessário instituir programas alinhados com políticas públicas para disponibilizar crédito para microempreendedores da economia formal e informal, voltados ao desenvolvimento socioeconômico urbano e rural, o Banrisul criou, na estrutura organizacional, a Unidade de Microcrédito. Em conjunto com o Governo do Estado, o Banco participa do Programa Gaúcho de Microcrédito, disponibilizando R\$50 milhões com recursos próprios ao Projeto. Durante o ano, a Instituição participou do 1º Fórum Gaúcho de Microcrédito, para a divulgação do Programa nas regiões do Estado e promoveu campanhas promocionais, através de materiais publicitários e divulgação na mídia, com o objetivo de popularizar o Programa.



Produtos, Serviços e Canais

Banricompras



Configurado como um produto e, ao mesmo tempo, como um canal, o Banricompras realizou, no ano de 2011, 78 milhões de operações, movimentando R\$5.535 milhões, valores superiores em 9,86% e 14,86% respectivamente, comparados ao mesmo período do ano anterior.

O ano de 2011 foi fundamental para a Instituição desenvolver seu objetivo de fortalecer e consolidar a Rede Banricompras como um canal de captura de cartões de outras bandeiras. A estrutura organizacional foi reorganizada e, devido à importância do produto para o Banrisul, foi criada a Unidade Rede Banricompras, responsável pela gestão e centralização comercial, técnica e operacional da Rede Banricompras. Nesse sentido, o Banco realizou acordos operacionais, lançou produtos, firmou parcerias e promoveu treinamentos aos funcionários.

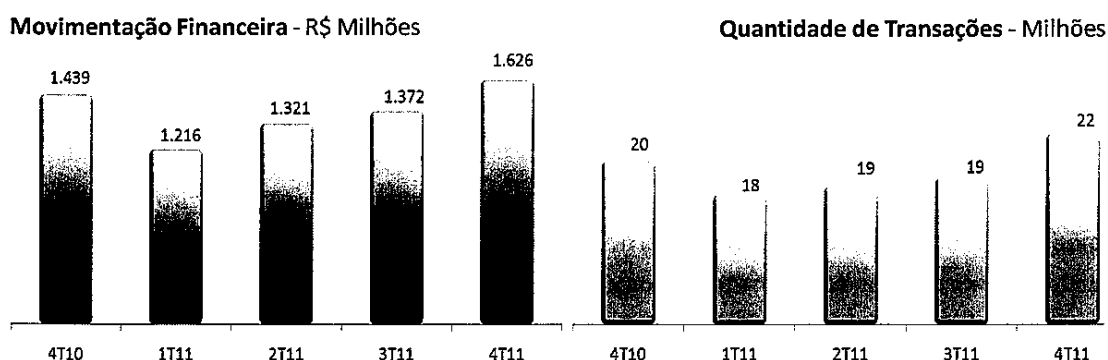
Buscando espaço no mercado de aquisição, o Banrisul, no primeiro semestre de 2011, anunciou parceria com a MasterCard, permitindo à Rede Banricompras credenciar-se para a captura de transações dos cartões de crédito e débito das marcas MasterCard, Maestro, Cirrus e Redeshop. Em julho, a parceria ocorreu com a Verde Administradora de Cartões de Crédito, a VerdeCard, das lojas Quero-Quero. Em outubro, outra parceria foi firmada, desta vez com a VISA. O convênio permitirá a captura de transações dos cartões de crédito, débito e pré-pago VISA.

Simultaneamente às novas aquisições, é imprescindível oferecer produtos e serviços de qualidade e competitivos no canal. O produto Banricompras pelo celular, que opera na rede de consultoras da empresa Jequiti Cosméticos, possibilita a 1,5 mil consultoras realizar transações com o Banricompras. Em parceria inédita no mercado nacional, através do convênio firmado com o Banrisul, o sistema *SafetyPay* no Brasil facilita o pagamento de compras feitas pela Internet em mais de 2.500 lojas virtuais no exterior, liquidadas por meio do *Internet Banking* Banrisul.

Com o objetivo de expandir os pontos de credenciamento da Rede Banricompras e conquistar novos clientes, o Banrisul firmou convênio com o CRO/RS - Conselho Regional de Odontologia do RS. O Conselho conta com mais de 17 mil inscritos, que poderão se beneficiar com as vantagens contempladas pelo convênio.

O processo de transformação da Rede Banricompras em uma rede multibandeira está sendo executado passo a passo. Zelando para que ocorra de maneira eficiente e eficaz, e considerando as recentes mudanças na Rede, o Banco ofereceu, à equipe de vendedores, treinamento focado em aquisição multibandeira. Os treinamentos ocorreram em todas as Superintendências do Estado e também em Santa Catarina.

Gráfico 8: Banricompras



Correspondentes Banrisul

Em dezembro de 2011, o Banrisul apresentou em sua rede de correspondentes a quantidade de 2 mil conveniados. Nesse período, foi registrado 57 milhões de transações em um montante de R\$14.798 milhões, volume 7,24% superior em relação ao mesmo período de 2010. No ano, 636 conveniados migraram do velho para o novo modelo de Correspondentes Banrisul. O novo modelo prepara os conveniados para realizar a venda de produtos e serviços do Banco, como cartão de crédito, empréstimos, crédito imobiliário, microcrédito e, ainda, abertura de conta com mais segurança.

Agência Virtual – Home e Office Banking

A Agência Virtual Banrisul realizou 104 milhões de operações de janeiro a dezembro de 2011 e movimentou o montante de R\$91.769 milhões. Em relação ao mesmo período de 2010, a quantidade de transações apresentou crescimento de 4,52% e o valor movimentado expandiu 16,67%.

Banrifone e Call Center de Agências

No Banrifone, o cliente pode realizar consultas de saldos, solicitação de serviços e transações bancárias, através do telefone. Durante o ano de 2011, esse canal de relacionamento recebeu 5 milhões de acessos no atendimento eletrônico e 537 mil no personalizado, gerando movimentação financeira superior a R\$220 milhões, além das informações prestadas aos clientes. No mesmo período, o Call Center de Agências, canal de atendimento telefônico que tem por característica a captura de ligações de clientes pessoa física, direcionadas às agências integrantes desse atendimento, recebeu mais de 1 milhão de ligações e movimentou R\$22 milhões.

Novas Linhas de Crédito para Pessoas Físicas e Jurídicas

O Banrisul tem como estratégia de negócios ampliar a base de clientes e diversificar os produtos da carteira de crédito. Para isso, durante o ano de 2011, o Banco disponibilizou novas linhas de crédito a pessoas físicas e jurídicas.

Às pessoas físicas, foram oferecidas as modalidades CDC - Crédito Direto ao Consumidor e CPB - Crédito Pessoal Banrisul. O CDC Digital foi disponibilizado durante a realização da 14ª Jornada Nacional de Literatura, na Universidade de Passo Fundo (UPF) para financiar a compra de equipamentos de informática, como *tablets*, *netbooks* e *e-readers*; o CDC Móveis e Decoração, foi direcionado para a aquisição de móveis e/ou artigos para decoração em geral como uma linha adicional aos clientes que realizam o financiamento imobiliário pelo Banrisul;



o CPB Fidelidade Exército, para atender, com taxas e prazos diferenciados, militares da ativa, inativos e pensionistas do comando do exército que recebam folha de pagamento no Banco; o CPB Tributos - Parcelamento IPVA e IPTU, foi criado especificamente para pagamentos dos impostos IPVA/IPTU 2012, incluindo multas e seguro obrigatório e, ainda, o CDC Sustentabilidade para as pessoas físicas adquirirem produtos sustentáveis, reduzindo custos e impactos ao meio ambiente.

No segmento empresarial, foram disponibilizados produtos para o capital de giro a pequenas, médias e grandes empresas. O Desconto de Recebíveis MasterCard foi criado para potencializar a Rede Banricompras no mercado de aquisição e atender empresas, com domicílio bancário no Banrisul, que optarem por antecipar o recebimento do valor de suas vendas parceladas. Por outro lado, para participar do crescimento das empresas por meio da inovação com foco no negócio e produtividade foi lançado o CEB Inovação, que destina-se a empresas que desejam obter recursos para a participação em cursos, eventos, missões, feiras nacionais e internacionais. Ressalta-se, ainda, a reativação das linhas de crédito CEB/CGB Tributos, que disponibiliza recursos para a quitação de diversos compromissos financeiros das empresas (IPVA, IPTU e outros tributos), possibilitando assim às empresas manter os tributos em dia sem afetar a gestão do fluxo de caixa.

Cartões de Crédito

A base de cartões de crédito do Banrisul encerrou o ano de 2011 com um crescimento de 38,31% em relação ao final de 2010, totalizando 424.519 mil cartões de crédito nas bandeiras VISA e MasterCard. No período, os cartões movimentaram o total de R\$1 bilhão em 14 milhões de transações, expansão de 36,11% e 35,63% respectivamente.

Seguindo as tendências de mercado que indicam aumento no uso de cartões nas transações comerciais, é objetivo do Banrisul expandir a emissão de cartões de crédito com foco no bom atendimento e na satisfação das necessidades dos clientes. Com base nesse projeto de expansão, foi criada, em 2011, a Unidade de Cartões de Crédito e Débito, responsável pela gestão mercadológica e operacional dos cartões de crédito e débito. Para alavancar as vendas e oferecer benefícios de forma mais ampla e equiparada à atuação da concorrência, no período, o Banco criou promoções e lançou novos produtos.

Visando fidelizar os clientes, foi implementado para os Cartões de Crédito Banrisul Consignado, um pacote de benefícios que reduziram a anuidade e a taxa de juros do crédito parcelado dessa modalidade de cartões.

A Resolução nº 3.919, de 25.11.2010, do Conselho Monetário Nacional, estabeleceu que as instituições que emitam cartão de crédito ficam obrigadas a ofertar a pessoas naturais cartão de crédito básico, nacional e/ou internacional. Em consonância com essa Resolução, o Banrisul criou o Cartão de Crédito Básico, possuindo o diferencial do uso internacional, benefício acima do exigido pela Resolução.

As ações implementadas estão sendo alvo de reconhecimento no mercado. Almejando satisfazer ainda mais essa relação, estão previstos os lançamentos de novos produtos, como o Cartão Pré-Pago para viagens (em dólar e euro), o Cartão Platinum e a migração da base para a tecnologia de cartões de crédito com *chip*.

Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos seguros, previdência e capitalização estão assumindo um papel de maior importância em virtude do ciclo econômico do País. Considerando esse cenário, o Banrisul tem como objetivo ampliar a comercialização dos produtos na base de clientes, visando o aprofundamento do relacionamento e a fidelização.

Durante o ano de 2011, a ampliação das vendas ocorreu, sobretudo, em relação aos seguros massificados, com crescimento expressivo nos ramos de auto e vida. Foi, também, reformulado o *mix* de produtos para o segmento rural e ampliada a penetração do seguro prestamista nas operações de crédito.

No terceiro trimestre, foram lançados três novos produtos: Risco de Engenharia, Responsabilidade Civil e Riscos Diversos Equipamentos. No último trimestre do ano, o Banco inaugurou o produto Seguro de Acidente Pessoal Coletivo de Curto Prazo (APC-CP), seguro de pessoas, destinado a cobrir sinistros ocorridos em feiras e eventos.

Resultado da parceria entre o Banrisul, Icatu Seguros e Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, o Banrisul lançou o Plano Azul. Trata-se de um título de capitalização, no qual o torcedor contribui mensalmente, durante 24 meses, e garante o direito de receber 5 camisas históricas do Clube, além de concorrer a sorteios mensais e semestrais. Para o Banrisul, a venda é uma oportunidade de oferecer outros produtos adequados aos diferentes perfis de clientes, bem como ampliar a venda de produtos acessórios.

Ações com o Poder Público

Como banco público estadual, é objetivo do Banrisul fortalecer parcerias com as instituições do setor público e despertar e ampliar a percepção positiva desses clientes. O ano de 2011 foi marcado pela ampliação do relacionamento comercial com os órgãos federais, estaduais e municipais.

Na esfera federal, o Banco assinou contrato de credenciamento com o Ministério da Defesa para a prestação do serviço de folha de pagamento aos servidores civis, militares e pensionistas do Exército Brasileiro.



Desde janeiro de 2010, o Banrisul possui a preferência para o pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Estado e, no decorrer de 2011, efetuou o pagamento para cerca de 340 mil novos beneficiários do INSS, que agora contam com produtos diferenciados como o cartão Banricompras, além de possuírem a comodidade de efetuar seus cadastramentos na própria Rede de Agências do Banrisul, evitando o deslocamento até o Instituto. Destaca-se, que o Banrisul foi uma das instituições financeiras responsáveis pelo repasse de recursos do INSS para o auxílio aos beneficiários residentes em cidades em situação de calamidade pública.



Banrisul

Na condição de agente financeiro do Estado, o Banrisul atua como efetivo parceiro do Governo na implementação de políticas, projetos e programas sócio econômicos voltados para o desenvolvimento regional. Em parceria com o Estado do Rio Grande do Sul, com a Secretaria de Segurança Pública e com a Superintendência de Serviços Penitenciários – SUSEPE, o Banco implantou o projeto Cartão Reinserção, conta corrente individualizada para remuneração do trabalho prisional e formação de pecúlio. O projeto Contas Correntes – Pesquisadores FAPERGS, visa à abertura de contas correntes de forma eletrônica aos pesquisadores e bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, que tem como missão induzir e fomentar a pesquisa científica. Em conjunto com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e a Secretaria da Administração e Recursos Humanos (SARH), objetivando racionalizar os gastos da administração pública, proporcionar maior agilidade e segurança ao servidor e contribuir para a preservação do meio ambiente, o Banco implementou o projeto Contracheque Verde. Os contracheques não são mais impressos, mas sim, disponibilizados no *site* do Banrisul, em equipamentos de autoatendimento e no Portal do Servidor.

A Instituição, em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado, disponibilizou o Pagamento Automatizado de Precatórios, possibilitando que as partes ou representantes legais, através da devida identificação, recebam os recursos na agência Banrisul escolhida. Em relação aos serviços e documentos, durante o ano de 2011, foram arrecadadas 525.298 guias de depósitos judiciais e 878.088 guias de custas e taxas judiciais. Ao todo, considerando inclusive os documentos manuais, foram arrecadadas 1.450.011 guias.

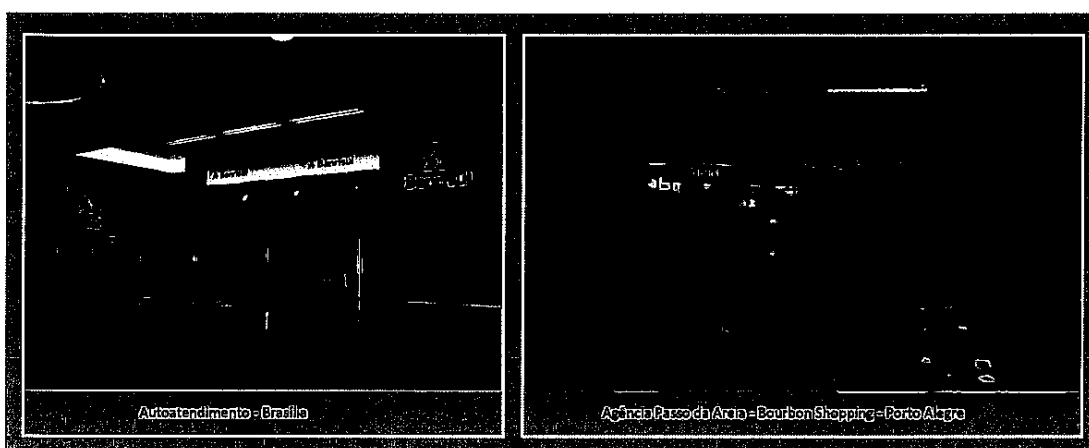
Iniciado em 2011, o Programa Banrisul no Município tem como finalidade ampliar, melhorar e qualificar o atendimento e os serviços prestados pelo Banco aos municípios. Os encontros periódicos ocorrem na sede da Instituição, em Porto Alegre, com a Direção do Banco e os gestores municipais (prefeitos e secretários). De janeiro a dezembro de 2011, o volume arrecadado com tributos e taxas municipais foi de R\$1 bilhão, gerado pelo trânsito de mais de 5 milhões de documentos liquidados através dos canais de pagamento disponibilizados pelo Banrisul.

Rede de Atendimento Banrisul

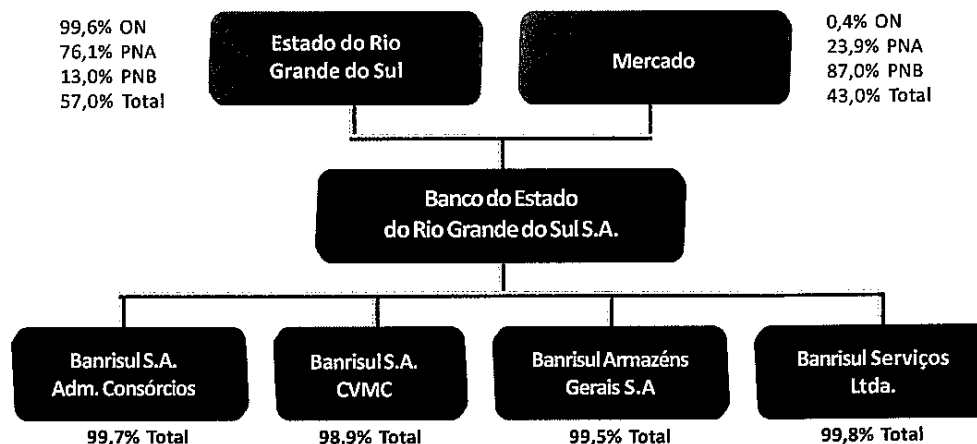
Em 2011, a Rede de Atendimento Banrisul atingiu 1.278 pontos, distribuídos em 442 agências (401 no Rio Grande do Sul, 25 em Santa Catarina, 14 nos demais estados brasileiros, 1 em Nova Iorque e 1 em Grand Cayman), 275 Postos de Atendimento Bancário e 561 Pontos de Atendimento Eletrônico. No Rio Grande do Sul, o Banco está presente em 415 municípios, que abrangem 98,31% do PIB e 97,95% da população do Estado.



O foco de expansão da rede de atendimento está na Região Sul do País. O projeto prevê a abertura de 35 agências em municípios já assistidos pelos serviços do Banco, 21 novas casas em municípios desassistidos e a transformação de 48 postos de atendimento em agências, mediante modelo de atendimento diferenciado através de casas de menor porte no Rio Grande do Sul, além da abertura de 7 novas agências no Estado Santa Catarina, totalizando 111 unidades.



Empresas Controladas



Banrisul S.A. Administradora de Consórcios – A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, automóveis, tratores, caminhões e motocicletas. A empresa encerrou o ano de 2011 com 26.881 cotas ativas, totalizando R\$854 milhões em volume de cartas de crédito. Foram vendidas 8.969 cotas, com volume de crédito de R\$297 milhões. Ocorreram cerca de 5 mil contemplações, representando a distribuição de R\$116 milhões na economia para a aquisição de bens de consumo. O lucro líquido registrado atingiu R\$14 milhões.

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio - A Banrisul Corretora intermediou R\$1.285 milhões no mercado acionário durante o ano de 2011, 62,2% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado nos doze meses foi de R\$5 milhões. No período, a Empresa definiu como prioridade o reposicionamento estratégico com ênfase em projetos que alavanquem o volume de operações e a receita da empresa, tais como: o desenvolvimento de campanha de atração de novos clientes, com foco na rede de atendimento do Banrisul; início da administração do Fundo 157, concepção do *Banribroker* (evolução da plataforma de *home broker*) e o alinhamento mercadológico com as áreas de venda do Banrisul.

Banrisul Armazéns Gerais S.A. – A Banrisul Armazéns Gerais acumulou até dezembro de 2011 um lucro líquido de R\$2 milhões. A estratégia da Empresa, para ampliação de sua participação no mercado de logística, é investir em tecnologia, automação de processos, ampliação do quadro funcional e busca de novos nichos de mercado.

Banrisul Serviços Ltda. – A Banrisul Serviços opera na Região Sul do País nos segmentos de cartão Refeição e Alimentação, cartões Combustível, Presente, *Private Label* e Benefício e Sistema da Manutenção de Frota. Diariamente, mais de 440 mil usuários e 5,5 mil empresas conveniadas utilizam os serviços disponibilizados em mais de 55 mil pontos credenciados. No ano de 2011, por meio da utilização dos produtos foram realizadas mais de 14,4 milhões de transações, 28% a mais do que no ano de 2010. Em relação às linhas incentivadas pelo Governo Federal, no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), a Empresa disponibiliza o PAT para cerca de 35% do total dos beneficiados no Rio Grande do Sul. Ao final de dezembro de 2011, o lucro acumulado da Empresa foi de R\$21 milhões.

Governança Corporativa

Visão Geral

Desde julho de 2007 listado no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e, em linha com as melhores práticas de mercado, também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes.



Práticas de governança corporativa criam mecanismos de incentivo e de monitoramento, assegurando que o comportamento do Banrisul esteja alinhado com o mercado, e ratificam o interesse em melhorar e estreitar o relacionamento com os controladores, acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, auditores independentes, órgãos de controle e demais partes relacionadas e interessadas.

Tais práticas tornam-se importantes, sobretudo, em momentos de mudanças administrativas, como o ocorrido ao longo do primeiro semestre deste ano, sem que alterações significativas na gestão do Banrisul fossem observadas, reforçando seu papel de empresa de capital aberto, de controle estatal, orientada ao mercado.

Também é relevante destacar que, no primeiro trimestre de 2011, ocorreu a substituição, por término de vigência de contrato, dos serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S. A contratação foi feita através de processo licitatório (Concorrência 97/2010), dentro do que estabelece a Lei nº 8.666 de 21.06.93 (Lei de Licitações), que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a qual o Banrisul se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Rio Grande do Sul.

A participação dos Conselhos de Administração e Fiscal na estrutura de tomada de decisão, o modelo de gestão focado na lucratividade e qualidade das operações e a criação de políticas de governança corporativa conferem ao Banrisul solidez e reconhecimento, refletidos no desempenho adequado ao de sua área de atuação.

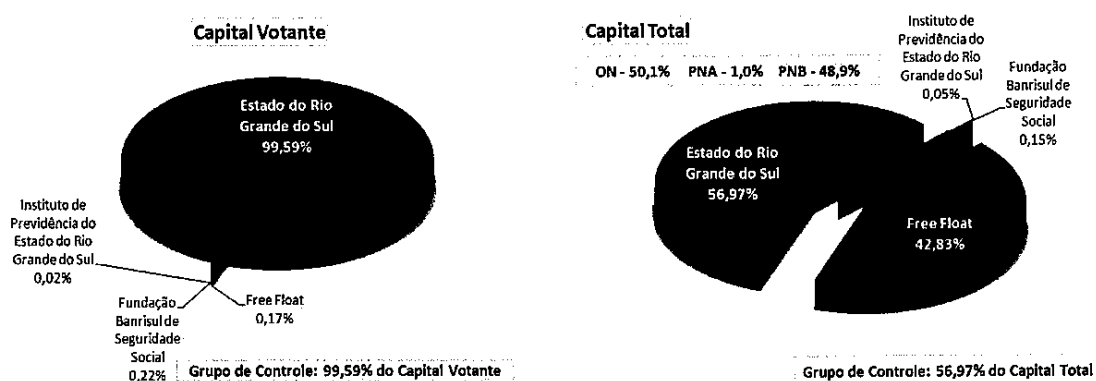
Estrutura Acionária

O acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, detém controle sobre a eleição do Conselho de Administração, a direção do Banrisul e suas operações. Contudo, o Banco apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,83% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir.



Banrisul

Gráfico 9: Estrutura Acionária



Política de Comunicação/Transparência: Relações com Investidores

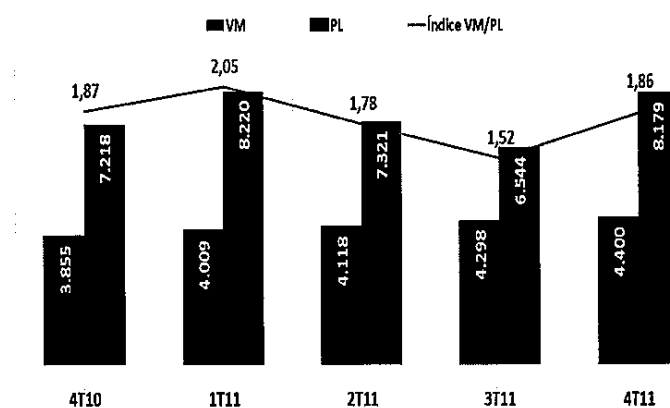
A relação transparente com clientes e investidores é fundamentada na permanente comunicação com o mercado e na disseminação de dados e informações que permitam maior e oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O *site* de Relações com Investidores do Banrisul, em língua portuguesa e inglesa, disponibiliza informações para acionistas, investidores institucionais, pessoas físicas, analistas de mercado e demais interessados, mantendo comunicação ágil e equânime com os vários públicos com os quais interage.

As atividades de relacionamento com investidores refletem-se no volume de negócios dos ativos mobiliários do Banrisul. Ao final do mês de dezembro de 2011, a ação PNB (BRSR6) estava listada na 90ª posição dentre as 100 ações mais negociadas na Bovespa (82ª posição em 12 meses).

O valor de mercado do Banrisul, em dezembro de 2011, representado pelo total de suas ações multiplicado pela cotação de fechamento da ação PNB foi 86% superior ao patrimônio líquido no mesmo período.

Gráfico 10: Valor de Mercado X Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



A distribuição geográfica por quantidade de acionistas e de ações do Banrisul representadas por faixas de ações está demonstrada na tabela abaixo:

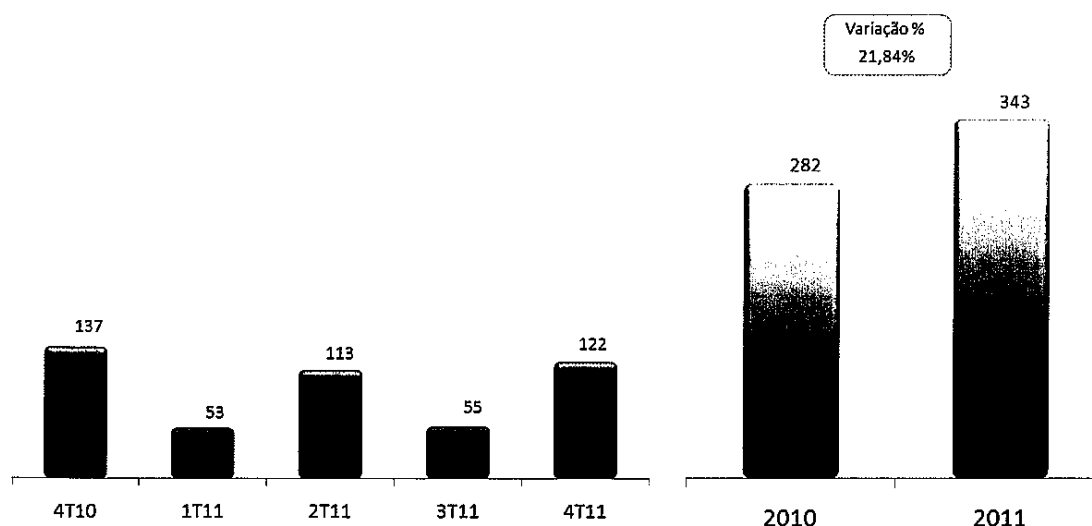
| REGIÃO | ACIONISTAS | % | AÇÕES | % |
|--------------------------------|---------------|-------------|--------------------|-------------|
| BRASIL | 55.233 | 98,88% | 241.935.559 | 59,16% |
| EUROPA | 223 | 0,40% | 83.249.666 | 20,36% |
| AMÉRICA DO NORTE | 285 | 0,51% | 58.858.326 | 14,39% |
| ÁSIA | 73 | 0,13% | 20.585.323 | 5,03% |
| OCEANIA | 19 | 0,03% | 2.562.719 | 0,63% |
| AMÉRICA CENTRAL | 13 | 0,02% | 1.446.604 | 0,35% |
| AMÉRICA DO SUL (EXCETO BRASIL) | 10 | 0,02% | 336.280 | 0,08% |
| ÁFRICA | - | - | - | - |
| TOTAL: | 55.856 | 100% | 408.974.477 | 100% |

Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

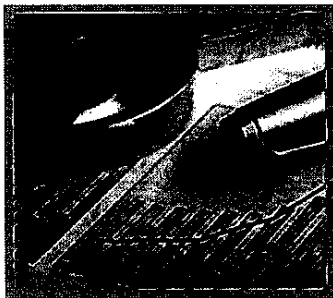
O Banco mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido.

De janeiro a dezembro de 2011, líquidos de imposto de renda na fonte, foram pagos e/ou provisionados R\$343 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Gráfico 11: Distribuição de Resultados - R\$ Milhões



Controles Internos e *Compliance*



A estrutura de controles internos do Banrisul é sustentada mediante o estabelecimento de políticas que assegurem a disseminação da cultura e a efetividade do sistema de controles em todos os níveis de negócio, mantendo-o alinhado aos objetivos estratégicos da Instituição.

A alta administração institui os objetivos relativos às atividades de controle e promove padrões éticos de forma a enfatizar a todos os funcionários a importância dos controles internos e o papel de cada um no processo. Visando a maior efetividade dessas diretrizes, foi criada, além do Comitê de Gestão de Controles Internos, a Diretoria de Controle e Risco, que tem como responsabilidade o acompanhamento da implementação de metodologias e procedimentos relacionados ao monitoramento e à avaliação de controles e riscos corporativos.

A área responsável pelos controles possui, entre outras atribuições, a de reportar à alta administração a situação qualitativa do sistema de controles internos, monitorando fatores que possam afetar adversamente os objetivos da Instituição e assegurando que os itens requeridos pelos órgãos reguladores sejam atendidos pelas diversas áreas do Banco. Para essas atividades de monitoramento, a Diretoria nomeou empregados para atuar sistematicamente nas suas unidades, na implementação das ações necessárias à melhoria dos controles. Assim, os agentes de controles internos reportam à área responsável as inconformidades identificadas e buscam junto aos gestores a revisão periódica de seus processos e instruções normativas, a fim de manter adequabilidade constante.

Em atendimento à Resolução nº 2.554/98, semestralmente, são preparados Relatórios de Controles Internos com informações das ações conduzidas com foco em controle. As informações são estruturadas conforme os cinco elementos padronizados pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations*: Supervisão Gerencial e Cultura de Controle; Identificação e Avaliação de Riscos; Atividades de Controle e Segregação de Funções; Informação e Comunicação; Monitoramento de Atividades e Correção de Deficiências. O documento e seus anexos, são submetidos à Diretoria e Conselho de Administração, para avaliação e diagnóstico quanto à efetividade do sistema de controles internos da Organização, permanecendo à disposição do Banco Central.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro – PLD

O Banrisul, baseado na sua política institucional de prevenção à lavagem de dinheiro, adota processos e sistemas específicos, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em um ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados ao crime de lavagem de dinheiro.

Nesse contexto, a Instituição mantém equipe exclusiva dedicada à execução de atividades com foco na prevenção à lavagem de dinheiro, na revisão da legislação e procedimentos internos e no desenvolvimento de programas de treinamento para todo o quadro de colaboradores.

O processo “Conheça seu Cliente” é continuamente revisado e disseminado de maneira a ressaltar a importância da coleta das informações dos clientes com registros tempestivos e qualificados a cada início de relacionamento, minimizando os riscos da Instituição em ter seus serviços e produtos utilizados para legitimar atividades ilícitas.

Da mesma forma, a política “Conheça seu Colaborador”, estabelece, indistintamente, a todos os níveis hierárquicos da Organização, a responsabilidade pela observância e cumprimento das diretrizes contra a corrupção e a lavagem de dinheiro, bem como o dever de promover os valores éticos, preservando assim, a imagem e reputação do Banco.

Gestão de Riscos

A estratégia de revisão e melhoria de processos do Banco inclui como objetivos prioritários aperfeiçoar e introduzir mecanismos de gestão de riscos corporativos. As políticas e estratégias institucionais de gerenciamento de riscos corporativos foram reestruturadas de acordo com as medidas estabelecidas pelos órgãos reguladores e as prioridades de gestão do Banco.

Risco de Crédito

A política institucional de gerenciamento do risco de crédito do Banrisul tem como objetivos identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito no âmbito de portfólio; atuar de forma a consolidar a cultura das melhores práticas de gerenciamento do risco de crédito; aperfeiçoar continuamente a gestão do risco de crédito em todas as modalidades de ativos; garantir níveis adequados de risco e evitar perdas não previstas; garantir a isenção e a segregação de função no processo de gerenciamento de risco de crédito.

No processo de identificação, avaliação e monitoramento do risco de crédito, o Banrisul adota para a pessoa física os modelos de escoreagem *Credit Score* e *Behaviour Score*, definindo créditos pré-aprovados, baseados em classificações de riscos previstas nos modelos estatísticos. As análises de aderência ao modelo são apreciadas semestralmente pelos Comitês de Gestão e Diretoria. Para a pessoa jurídica, foi implantado, em fevereiro de 2011, o Modelo de Risco e Crédito Automatizado, também baseado nos modelos *Credit Score* e *Behaviour Score*. Nessa etapa de implementação, o modelo atual de políticas, praticado para a pessoa jurídica, por alçada e concessão de crédito pelos Comitês das Agências, permanecerá disponível. Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados pela área interna de análise de riscos, que avalia as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando os cenários econômicos, a partir da análise da situação econômica das empresas nesses ambientes.

Já nas operações de crédito não contempladas pelos modelos de escoreagem e nas operações de repasse por meio de agentes financeiros, o Banco avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Regularmente, a administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

De acordo com a Resolução n.º 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras devem classificar as operações de crédito em ordem crescente de risco,



contemplando aspectos em relação ao devedor e seus garantidores e em relação à operação. Baseado na norma, todas as operações dos clientes do Banrisul possuem *ratings* calculados, que adicionados ao *rating* mínimo, é apurado o de maior risco para o cliente. Além disso, são realizados testes de estresse da carteira de crédito, a fim de estimar o capital exigido e o impacto das provisões adicionais no Índice de Basileia da Instituição, em simulações de cenários adversos. Em relação às provisões, elas são constituídas mensalmente de acordo com a resolução, e ainda, são provisionados pelo Banco valores adicionais, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

A gestão da exposição ao risco de crédito caracteriza-se pela postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela alta administração e áreas técnicas da corporação. Para todos os segmentos de clientes são realizadas análises dos indicadores de atraso, pendência, volume de concessão, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando o gerenciamento dessas exposições por produto, classificação de risco, concentração de crédito, agência. Além disso, periodicamente são reportados à alta administração relatórios gerenciais da carteira de crédito do Banco para monitoramento dos volumes alocados e índices de pendências.

A descrição dessa estrutura está disponibilizada no *site* <http://www.banrisul.com.br>, na rota: “Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito”.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores. O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banco, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação, quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A carteira *trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A carteira *banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da carteira *trading*, utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com

um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*. A apuração do risco das operações da carteira *banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

Para complementar, a Instituição realiza, trimestralmente, análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo financeiro e de satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O risco de liquidez do Banrisul é gerenciado através da análise da projeção do fluxo de caixa, contemplando diferentes cenários de mercado. Nas posições de ativos, são consideradas a evolução da carteira de crédito e de liquidação dos instrumentos financeiros. Para os passivos, as premissas adotadas incluem a possibilidade de resgates antecipados e também de rolagem das captações menor do que o previsto.

A gestão consolidada do risco de liquidez do Banrisul é atribuição da Unidade de Riscos Corporativos. Essa gestão tem por objetivo acompanhar a disponibilidade de recursos para fazer face às suas necessidades financeiras sob o ponto de vista das captações e alocações, maturidade dos negócios e referenciais, a fim de evitar desajustes significativos, que possam comprometer a liquidez da Instituição e o planejamento orçamentário. A Instituição mantém seus controles sob o ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras, da Resolução nº 2.804/00, do Conselho Monetário Nacional e da Circular 3.393/07, do Banco Central do Brasil, que estabelecem acompanhamento condizente com as posições assumidas no mercado financeiro, de modo a evidenciar o risco de liquidez decorrente dessas exposições. Para monitorar esses resultados, são elaborados o fluxo de caixa diário, mapas das posições das carteiras, mapas de descasamentos de prazos e moedas, mapa *duration* das operações, dentre outros. Diariamente, são disponibilizados ao Diretor Financeiro e ao Diretor de Controle e Riscos essas informações.

Mensalmente, é elaborado o Relatório de Risco de Mercado e Liquidez com os principais fatos ocorridos no mês. Esse procedimento tem o propósito de evidenciar as diretrizes e políticas vigentes da Instituição e garantir a observância de limites das exposições para o risco de mercado e liquidez, através do referendo dos Comitês de Riscos Corporativos, de Gestão Bancária, Comitê Econômico, Diretoria Executiva e Conselho de Administração.



Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional tem como principais responsabilidades identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais do Grupo Banrisul, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados. O responsável pelo Risco Operacional no Banrisul, indicado ao BACEN, é o Diretor de Controle e Risco. Adicionalmente, fazem parte da estrutura, a Diretoria e o Conselho de Administração; o Comitê de Riscos Corporativos; a Unidade de Gestão de Riscos Corporativos; a Controladoria; as agências e unidades da Direção-geral e o Agente de Controles Internos. A descrição dessa estrutura está disponibilizada no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota: "Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional".

Visando facilitar o processo de aculturação do corpo funcional, o Banco mantém instrumentos de comunicação interna referente ao risco operacional, através da página de Riscos Corporativos, de fóruns e boletins, com notícias da imprensa, disponibilizados na Intranet, além de promover módulos de treinamento para os novos empregados da Instituição e para a formação dos novos gerentes de negócios, supervisores e auditores internos.

Para o monitoramento e controle dos processos de risco operacional, são realizados ciclos periódicos de avaliação de riscos, submetendo os resultados das análises e os planos de mitigação à alta administração para deliberação. Adicionalmente, estão sendo executados planos de melhoria de processos, a partir do diagnóstico elaborado pela empresa PWC - Consultores Associados.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido - PRE, conforme regulamentação em vigor, demonstrando a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN é de 11%. O CMN ainda determina que o valor mínimo do Patrimônio de Referência deva ser igual à soma das parcelas calculadas para os riscos de crédito, de mercado e operacional.

Em dezembro de 2011, o Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro foi de 16,81%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. O incremento apresentado, em relação a dezembro de 2010, foi causado pela redução da alocação de capital para cobertura do Risco de Mercado, de R\$306 milhões para R\$1 milhão e pelo crescimento de 14,35% no Patrimônio de Referência.

A parcela de risco de crédito variou em decorrência do aumento das operações de crédito e da alocação de capital (Circular nº 3.563/11, do Banco Central do Brasil) e a parcela de risco operacional pelo aumento das receitas no período. Em relação ao Consolidado Econômico-financeiro, manteve-se o impacto relativo às parcelas do Patrimônio de Referência Exigido, o que resultou no aumento do Índice de Basileia de 16,07%, em dezembro de 2010, para 17,24%, em dezembro de 2011, permitindo um incremento de até R\$13.157 milhões em novos negócios.

Modernização Tecnológica

As ações de tecnologia, no Banrisul, agregam sistemas, segurança e rede de tecnologia. No ano de 2011, os investimentos somaram R\$189 milhões em *hardware*, *software* e manutenção de bens. Com foco no objetivo de promover inovações e soluções tecnológicas em negócios e processos, ao longo de 2011, a Instituição instalou novos equipamentos e executou ações voltadas à segurança dos ativos de TI e gestão de continuidade de negócios, aos

projetos de criptografia e certificação digital, à segurança, prevenção e combate a fraudes na Rede, à cultura e conscientização.

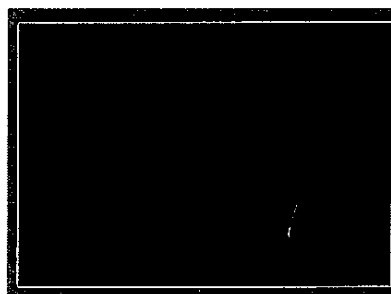
Visando melhorar a estrutura física dos pontos de atendimento, o Banco renovou o parque de ATMs para modernizar o autoatendimento e adquiriu leitoras *smart card* para os clientes efetuarem transações pela Internet através do cartão com *chip*. Além dessas iniciativas, encontra-se em fase de aquisição a substituição de computadores, a aquisição de máquinas POS móvel e fixo, para a expansão da Rede Banricompras, bem como a instalação de equipamentos servidores nas agências.

Para suportar os processos de negócio, produtos e serviços financeiros ofertados aos clientes, o Banco efetuou análises de segurança de diversos ativos de informação (ambientes, processos tecnológicos) considerados de grande relevância e criticidade, identificando possíveis problemas e a ação proativa necessária para a melhoria e o aumento da segurança do ambiente tecnológico.

Em relação à emissão de certificados digitais, no mês de abril de 2011, o Banrisul constituiu sua própria Autoridade de Registro, para garantir segurança e agilidade na utilização pelos clientes através do Cartão Múltiplo Banrisul. Nesse contexto, foram definidas rotinas criptográficas e de utilização do Cartão Múltiplo *Full EMV* junto à Tecban para a rede do Banco 24 Horas. A definição do modelo de criptografia a ser utilizado para o projeto de adquirência com a VerdeCard e a ativação da TKE, equipamento com recursos de segurança necessários para ser utilizado no processo de geração de chaves criptográficas para a VISA também foram concluídos.

Permanentemente, são direcionados esforços para que o Banrisul esteja aderente aos padrões de segurança em cartões de pagamento. Assim, foram definidas políticas, processos e procedimentos que visam aumentar a segurança e prevenir fraudes não só na Rede Banricompras, como em todas as bandeiras.

Nos eventos externos, destaques para o encontro do 4º Fórum Internacional de TI Banrisul, realizado em Porto Alegre, que contou com a presença de 1,5 mil pessoas, apresentando o tema Redes Sociais e Mobilidade, Negócios com Segurança, bem como para a participação na iniciativa do Plano Gaúcho de Inclusão Digital do Governo do Estado, oportunidade em que a Instituição doou 300 computadores no 12º Fórum de *Software Livre* em Porto Alegre.



Marketing

O processo de marketing e vendas engloba a inteligência de mercado, a segmentação, a prospecção e a identificação de oportunidades. E, para o Banrisul, é prioridade dinamizar o processo de venda com a introdução de novos canais, foco no cliente e na estratégia global com maior assertividade na comunicação.

Ao longo do ano de 2011, o Banrisul aprofundou a reestruturação organizacional iniciada no ano anterior. Os processos comerciais e de marketing foram integrados numa única área. As mudanças realizadas favoreceram o desenvolvimento de novos produtos e serviços, o estabelecimento de parcerias e a inserção em novos canais de comunicação.

As diretrizes comerciais de relacionamento com pessoas físicas estão voltadas para fidelização e retenção de clientes do setor público, para a venda e atendimento referenciado na segmentação por perfis e para melhoria do atendimento com expansão da rede de agências, revitalização dos pontos de atendimento e qualificação da força de vendas.

Junto ao segmento empresarial, constituem também diretrizes na área de negócios, a ampliação da atuação nas linhas de financiamento à produção, abrangendo os diversos segmentos da economia, a exemplo do agronegócio, construção civil, micro e pequenas empresas, bem como linhas de investimento com repasse do BNDES.

Com foco na estratégia de expansão, o Banco lançou novos produtos para fidelizar e suprir as necessidades dos clientes. Entre os produtos lançados, destacam-se, para a pessoa física, novas linhas de crédito direto ao consumidor e de crédito pessoal, cartões de crédito consignado setor público, além do Fundo de Investimento Grêmio/Inter, aplicação financeira na qual o torcedor contribui com o seu time, pois parte da taxa de administração reverte para seu clube, ao mesmo tempo em que permite ao Banrisul ampliar as oportunidades de relacionamentos e o potencial de fidelização.

A Rede Banricompras, a partir do ingresso no ramo da adquirência, passou a concorrer no mercado com as grandes redes na captura de transações com cartões de crédito e débito. As parcerias firmadas com a MasterCard, VISA e VerdeCard propiciaram o incremento na rede própria do Banco, tornando-a uma rede multibandeira.

Em relação à comunicação na nova era digital, as redes sociais, também, estão servindo como um canal no mundo dos negócios e a inserção nesse novo ambiente de interatividade, entre as empresas e o cliente, se torna necessária. No evento do 4º Fórum Internacional de TI Banrisul, com o tema Redes Sociais e Mobilidade, o Banco, além de debater sobre a vinculação das redes sociais com o mundo corporativo, lançou o perfil oficial da Instituição na rede social *Twitter*, o @Banrisul.

No Banrisul, o marketing institucional e o comercial são trabalhados de forma equilibrada. É importante fazer com que a marca seja lembrada através da presença nas mídias. Nesse sentido, o fortalecimento da marca nas diversas mídias tem sido a diretriz adotada, possibilitando à Instituição ser destacada com o reconhecimento *Top of Mind* no ano de 2011, como a marca mais lembrada do RS na categoria Banco. Quanto ao marketing comercial de produtos ou serviços, a atuação possui foco segmentado e regionalizado, com amplo estudo de mercado, visando atingir a expansão planejada. A participação em eventos locais, também faz parte das ações para a maior e melhor aproximação dos consumidores e das comunidades.

Recursos Humanos



Em 2011, o Banrisul contou com um quadro de 10.225 colaboradores e 1.845 estagiários. No período, foram realizados 1.934 cursos de aperfeiçoamento, com 11.616 participações. Para isso, o Banco investiu R\$12 milhões, dos quais R\$537 mil foram direcionados a programas de graduação, R\$389 mil em programas de pós-graduação e R\$361 mil em cursos de idiomas.

É meta do Banco implementar programas contínuos que favoreçam as boas relações no trabalho, saúde e segurança dos funcionários. Em busca desse objetivo, ao longo de 2011, a Instituição investiu na capacitação dos colaboradores, efetuou pesquisas de clima organizacional, aprimorou a comunicação corporativa e incentivou a atividade física e o lazer.

O planejamento estratégico da Empresa foi elaborado com a colaboração de toda a equipe. Através de encontros com os colaboradores, foi debatido a atuação do Banco para os próximos anos. Mais de 4,5 mil funcionários participaram das reuniões de discussões dos objetivos traçados para o planejamento estratégico. No mês de agosto o quadro de funcionários participou de uma pesquisa sobre o clima organizacional da empresa. Na pesquisa, foram apuradas as percepções dos empregados nas relações interpessoais e de ambiente de trabalho como um todo. A análise serve para identificar os pontos que propiciam o desenvolvimento e o bem estar dos colaboradores e também os pontos críticos.

A comunicação interna precisa ser atenta e dedicada, próxima e inclusiva. O modo como uma empresa se comunica com os funcionários é primordial para que cada um entenda os processos do início ao fim e se sinta integrado às atividades que executa. Visando evoluir no conceito de comunicação corporativa, o Banco desenvolveu uma nova *Intranet*, com novo visual, conteúdo aprimorado, que engloba as atividades diárias e reformulou processos e estruturas de gestão da comunicação interna.

A prática de atividades físicas e hábitos saudáveis também são incentivados pelo Banrisul. Criado há 11 anos, o programa *Banrifitness* possui uma programação, para funcionários, familiares e convidados, que vai desde as modalidades esportivas, até torneios de xadrez e *shows* musicais. Pela primeira vez, este ano, o programa foi realizado em todas as Superintendências Regionais e contou com um público superior ao da primeira edição. Para a manutenção do bem estar diário, o Banrisul possui o programa de Ginástica Laboral, ministrado por profissionais da Educação Física, que proporciona aos funcionários e estagiários pausas no trabalho, para a execução de exercícios de alongamento, importantes para evitar a LER – lesão por esforço repetitivo e tensões musculares.



Responsabilidade Corporativa

Nas últimas décadas, foram constantes as mudanças estruturais na economia brasileira e as empresas tiveram que se reinventar por completo para adaptar-se a elas. A abertura comercial exigiu altos ganhos de produtividade e a “onda verde” demandou a revisão de processos lesivos ao meio ambiente. Como novo elemento da fórmula dos negócios para o novo século, a responsabilidade social completou o tripé da sustentabilidade, um conceito que associa aspectos econômicos, sociais e ambientais.

No Banrisul, as ações são orientadas com base no conceito de sustentabilidade social corporativa. Ao longo do ano de 2011, o Banco promoveu programas na área ambiental, em prol da comunidade e do público interno.



Em março, o Programa Reciclar Banrisul completou 10 anos, registrando a reciclagem de 4.084 toneladas de papel, o equivalente a 65 mil árvores poupadas. O Projeto Sementes Banrisul, desde 2008, entregou mais de 35 milhões de sementes e mudas de árvores nativas para produtores rurais, escolas, associações e cooperativas de agricultores ecológicos, em trabalhos de extensão em universidades, feiras agroecológicas e em eventos ambientais ligados à área rural. Através desses programas, pela atuação socioambiental, o Banrisul recebeu o prêmio Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler, da revista Ecologia e Meio Ambiente, de Porto Alegre. Outro destaque na área, é o Programa Coletor de Pilhas, que desde sua implantação já recolheu mais de 5 toneladas de pilhas e foi expandido para os municípios de Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão.

Junto à comunidade, o Banrisul em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) lançou o programa POD Criança. O projeto visa atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no RS. O Projeto Pescar Banrisul já formou 160 jovens e recebeu o prêmio nacional Melhor Prática Educativa da Fundação Projeto Pescar, pelo módulo Consciência Ecológica do Ser. Através do Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania do Estado, RS NA PAZ, a Instituição ofereceu práticas socioambientais e de microcrédito que contribuirão para a melhor qualidade de vida das comunidades envolvidas. Buscando a saúde e o bem estar da população, o Banrisul e o Instituto da Mama do RS (IMAMA) assinaram parceria para dar continuidade ao Programa Mamamóvel, o qual oferece exames gratuitos, atendendo em municípios com dificuldade de acesso à mamografia.

Entre as ações relacionadas com o público interno, o Banrisul incluiu o tema sustentabilidade no conteúdo abordado em programas de formação de gerentes de negócios e supervisores e na integração de novos empregados. A prática permite uma reflexão quanto aos ganhos positivos para toda a sociedade, por meio da gestão de soluções financeiras transformadoras. O programa BanriBike, que já expandiu sua atuação, passando a interagir com o público externo, oportuniza aos colaboradores do Banrisul, espaço para estacionar bicicletas, vestiário,

com programa de acompanhamento físico e orientações de segurança e primeiros socorros. Em setembro, foi lançado o projeto Inclusão Digital, uma parceria do Programa Voluntariado e Banrisul – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados, ministrado por instrutores voluntários do Banrisul e monitores da Cooperativa, capacitando pessoas da terceira idade, com a tecnologia como suporte para as atividades diárias.

Para o Banrisul, os objetivos estratégicos e a execução do negócio estão em parceria com as práticas de sustentabilidade. Como forma de avaliar os resultados das ações, o Banrisul prepara-se para divulgar as atuações praticadas e seus reflexos no Relatório de Sustentabilidade. No documento, que tem por base a metodologia GRI - *Global Reporting Initiative*, será possível descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais, compromissos e estratégias e também a forma de gestão da Organização.

Reconhecimentos

- Jan/2011. *Marca do Banrisul é destaque em ranking mundial.*
- Jan/2011. *Banrisul é uma das empresas de melhor reputação no Rio Grande do Sul.*
- Mar/2011. *Banrisul é destaque no estudo Marcas de Quem Decide.*
- Abr/2011. *Ações do Banrisul apresentam melhor rentabilidade.*
- Abr/2011. *Banrisul é uma das maiores empresas do mundo.*
- Mai/2011. *Ações do Banrisul participam de novo índice da Bovespa.*
- Mai/2011. *Banrisul é uma das marcas mais valiosas do País - Revista Dinheiro.*
- Jun/2011. *Banrisul está entre as marcas mais valiosas do Brasil - Interbrand.*
- Jun/2011. *Banrisul é a marca mais lembrada do RS na categoria banco.*
- Jun/2011. *O Banrisul conquistou o Certificado de Sustentabilidade em Governo e Sociedade.*
- Jul/2011. *Banrisul é uma das 100 maiores empresas do País - Revista Exame.*
- Jul/2011. *Projeto Pescar Banrisul é premiado como Melhor Prática Educativa.*
- Ago/2011. *Banrisul é reconhecido como Melhor Amigo do Esporte.*
- Ago/2011. *Banrisul é destaque em ranking nacional.*
- Ago/2011. *Banrisul está entre as 500 melhores empresas do País - IstoÉ Dinheiro.*
- Ago/2011. *Banrisul é destaque na área socioambiental.*
- Ago/2011. *Banrisul é premiado com o Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler.*
- Set/2011. *Banrisul é destaque em ranking de satisfação dos clientes.*
- Out/2011. *Banrisul é a terceira maior empresa do Estado.*
- Nov/2011. *Banrisul é destaque em tecnologia em serviços.*
- Nov/2011. *Banrisul é premiado na área social.*
- Dez/2011. *Banrisul recebe o Prêmio Mérito Lojista 2011.*
- Dez/2011. *Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do País – Valor Econômico.*



Agradecimentos

A Diretoria agradece, aos funcionários, pelo comprometimento com a Instituição, aos clientes, pela fidelidade e parceria, e aos acionistas e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pelo apoio que permitiu alcançar o crescimento sólido registrado em 2011.

A Diretoria



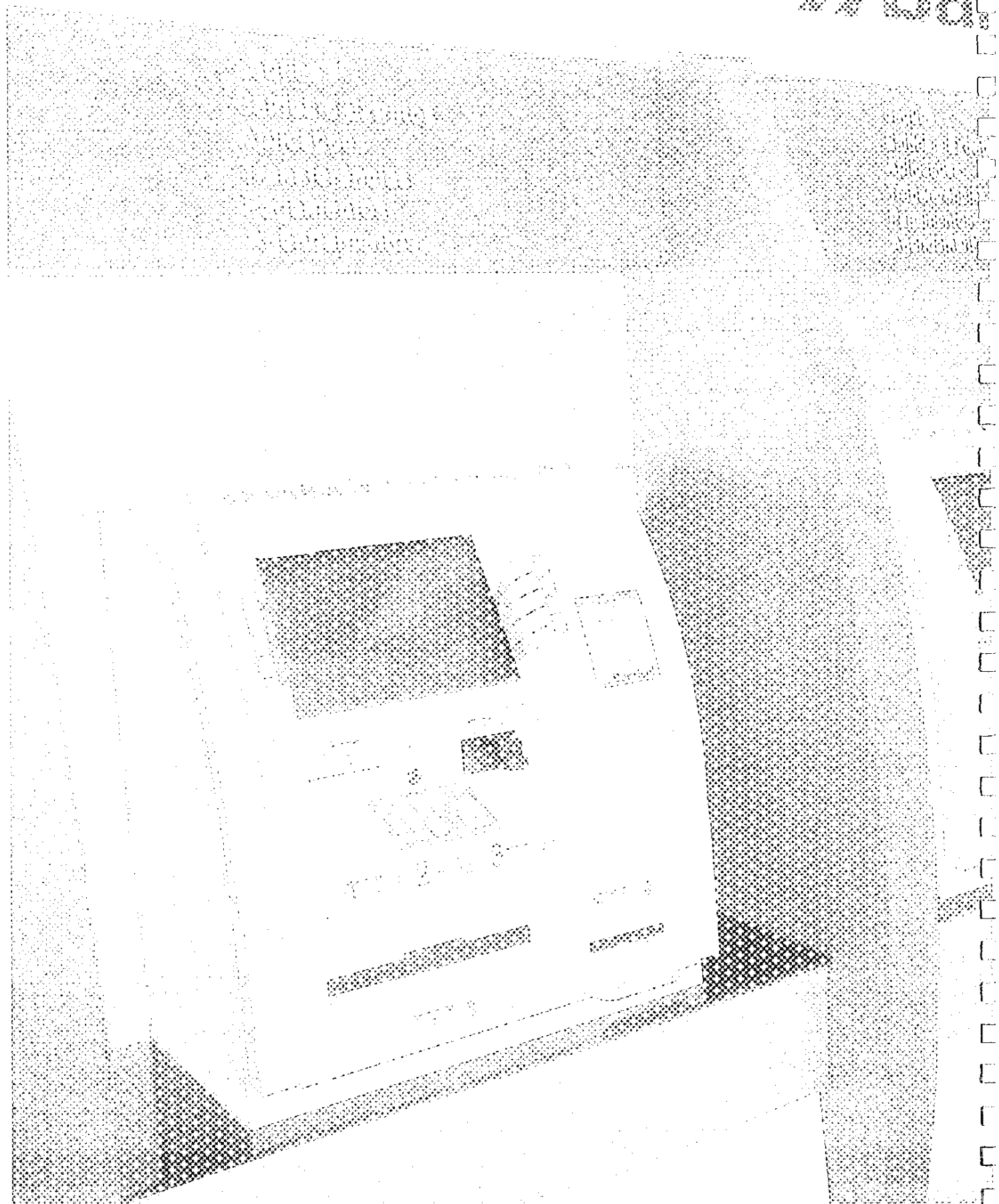
Demonstrações Financeiras



Banrisul

A. Banrisul

A. Ba



Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores em Milhares de Reais)

| ATIVO | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|-------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| CIRCULANTE | 19.149.804 | 17.791.207 | 19.229.621 | 17.866.613 |
| DISPONIBILIDADES | 624.206 | 403.281 | 624.255 | 403.321 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | | | | |
| (Nota 04) | 2.667.197 | 2.340.989 | 2.685.991 | 2.359.329 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 2.553.755 | 2.224.333 | 2.572.549 | 2.242.673 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 113.442 | 116.656 | 113.442 | 116.656 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS | | | | |
| FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05) | 2.515.466 | 4.018.642 | 2.527.984 | 4.030.936 |
| Carteira Própria | 1.781.155 | 2.636.520 | 1.793.667 | 2.648.808 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra | 734.311 | 1.379.873 | 734.311 | 1.379.873 |
| Vinculados à Prestação de Garantias | - | 2.249 | - | 2.249 |
| Moedas de Privatização | - | - | 6 | 6 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 2.918.234 | 2.470.329 | 2.918.234 | 2.470.329 |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 3.616 | 3.446 | 3.616 | 3.446 |
| Créditos Vinculados (Nota 06) | | | | |
| Depósitos no Banco Central | 2.877.891 | 2.437.243 | 2.877.891 | 2.437.243 |
| Convênios | 3.001 | - | 3.001 | - |
| Correspondentes | 33.726 | 29.640 | 33.726 | 29.640 |
| RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS | 45.759 | 80.994 | 45.759 | 80.994 |
| Recursos em Trânsito de Terceiros | 2.115 | 1.030 | 2.115 | 1.030 |
| Transferências Internas de Recursos | 43.644 | 79.964 | 43.644 | 79.964 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07) | 8.930.536 | 7.334.317 | 8.930.536 | 7.334.317 |
| Operações de Crédito | | | | |
| Setor Público | 26.979 | 33.860 | 26.979 | 33.860 |
| Setor Privado | 9.376.278 | 7.707.539 | 9.376.278 | 7.707.539 |
| Provisão para Perdas em Operações de Crédito | (472.721) | (407.082) | (472.721) | (407.082) |
| OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07) | 36.074 | 37.065 | 36.074 | 37.065 |
| Operações de Arrendamento a Receber | | | | |
| Setor Público | 966 | 707 | 966 | 707 |
| Setor Privado | 38.128 | 39.967 | 38.128 | 39.967 |
| Provisão para Créditos de Arrendamento | | | | |
| Mercantil | (3.020) | (3.609) | (3.020) | (3.609) |
| OUTROS CRÉDITOS (Nota 08) | 1.390.488 | 1.084.641 | 1.438.587 | 1.129.070 |
| Carteira de Câmbio | 630.688 | 390.141 | 630.688 | 390.141 |
| Rendas a Receber | 44.176 | 42.248 | 38.777 | 36.388 |
| Negociação e Intermediação de Valores | - | - | 3.223 | 4.951 |
| Créditos Específicos | - | - | 19 | 8 |
| Diversos | 742.060 | 678.502 | 794.261 | 724.393 |
| Provisão para Outros Créditos | (26.436) | (26.250) | (28.381) | (26.811) |
| OUTROS VALORES E BENS | 21.844 | 20.949 | 22.201 | 21.252 |
| Outros Valores e Bens | 1.893 | 1.746 | 2.029 | 1.890 |
| Despesas Antecipadas | 19.951 | 19.203 | 20.172 | 19.362 |



Banrisul

| ATIVO (cont.) | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | <u>18.053.092</u> | <u>13.897.475</u> | <u>18.076.949</u> | <u>13.913.186</u> |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS | | | | |
| FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05) | <u>7.192.006</u> | <u>4.491.788</u> | <u>7.197.639</u> | <u>4.494.810</u> |
| Carteira Própria | <u>5.849.841</u> | <u>3.831.970</u> | <u>5.849.841</u> | <u>3.831.970</u> |
| Vinculados a Compromissos de Recompra | <u>666.479</u> | - | <u>666.479</u> | - |
| Vinculados ao Banco Central | <u>662.491</u> | <u>593.424</u> | <u>662.491</u> | <u>593.424</u> |
| Vinculados à Prestação de Garantias | <u>13.195</u> | <u>66.394</u> | <u>18.828</u> | <u>69.416</u> |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | <u>625.417</u> | <u>604.552</u> | <u>625.417</u> | <u>604.552</u> |
| Créditos Vinculados (Nota 06) | | | | |
| Sistema Financeiro da Habitação | <u>625.417</u> | <u>604.552</u> | <u>625.417</u> | <u>604.552</u> |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07) | <u>9.547.147</u> | <u>8.144.575</u> | <u>9.547.147</u> | <u>8.144.575</u> |
| Operações de Crédito | | | | |
| Setor Público | <u>91.554</u> | <u>89.423</u> | <u>91.554</u> | <u>89.423</u> |
| Setor Privado | <u>10.256.731</u> | <u>8.706.793</u> | <u>10.256.731</u> | <u>8.706.793</u> |
| Provisão para Perdas em Operações de Crédito | <u>(801.138)</u> | <u>(651.641)</u> | <u>(801.138)</u> | <u>(651.641)</u> |
| OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07) | <u>37.733</u> | <u>37.646</u> | <u>37.733</u> | <u>37.646</u> |
| Operações de Arrendamento a Receber | | | | |
| Setor Público | <u>2.739</u> | <u>2.091</u> | <u>2.739</u> | <u>2.091</u> |
| Setor Privado | <u>42.373</u> | <u>40.860</u> | <u>42.373</u> | <u>40.860</u> |
| Provisão para Créditos de Arrendamento | | | | |
| Mercantil | <u>(7.379)</u> | <u>(5.305)</u> | <u>(7.379)</u> | <u>(5.305)</u> |
| OUTROS CRÉDITOS (Nota 08) | <u>641.194</u> | <u>610.294</u> | <u>659.418</u> | <u>622.983</u> |
| Carteira de Câmbio | <u>7.646</u> | <u>8.084</u> | <u>7.646</u> | <u>8.084</u> |
| Diversos | <u>662.789</u> | <u>649.337</u> | <u>681.013</u> | <u>662.026</u> |
| Provisão para Outros Créditos | <u>(29.241)</u> | <u>(47.127)</u> | <u>(29.241)</u> | <u>(47.127)</u> |
| OUTROS VALORES E BENS | <u>9.595</u> | <u>8.620</u> | <u>9.595</u> | <u>8.620</u> |
| Outros Valores e Bens | <u>21.464</u> | <u>17.889</u> | <u>21.464</u> | <u>17.889</u> |
| Provisão para Desvalorização | <u>(12.305)</u> | <u>(10.072)</u> | <u>(12.305)</u> | <u>(10.072)</u> |
| Despesas Antecipadas | <u>436</u> | <u>803</u> | <u>436</u> | <u>803</u> |
| PERMANENTE | <u>627.747</u> | <u>661.037</u> | <u>279.005</u> | <u>347.854</u> |
| INVESTIMENTOS | <u>364.902</u> | <u>328.978</u> | <u>7.514</u> | <u>7.660</u> |
| Participação em Controladas no País | | | | |
| (Nota 02 (c)) | <u>358.096</u> | <u>322.172</u> | - | - |
| Outros Investimentos | <u>11.599</u> | <u>11.599</u> | <u>12.780</u> | <u>12.926</u> |
| Provisão para Perdas | <u>(4.793)</u> | <u>(4.793)</u> | <u>(5.266)</u> | <u>(5.266)</u> |
| IMOBILIZADO DE USO (Nota 09 (a)) | <u>156.342</u> | <u>161.815</u> | <u>163.831</u> | <u>168.923</u> |
| Imóveis de Uso | <u>120.238</u> | <u>120.361</u> | <u>130.504</u> | <u>130.623</u> |
| Outras Imobilizações de Uso | <u>479.701</u> | <u>469.105</u> | <u>485.809</u> | <u>474.380</u> |
| Depreciação Acumulada | <u>(443.597)</u> | <u>(427.651)</u> | <u>(452.482)</u> | <u>(436.080)</u> |
| INTANGÍVEL (Nota 09 (b)) | <u>106.503</u> | <u>170.244</u> | <u>107.660</u> | <u>171.271</u> |
| Ativos Intangíveis | <u>365.576</u> | <u>361.221</u> | <u>367.655</u> | <u>362.248</u> |
| Amortização Acumulada | <u>(259.073)</u> | <u>(190.977)</u> | <u>(259.995)</u> | <u>(190.977)</u> |
| TOTAL DO ATIVO | <u>37.830.643</u> | <u>32.349.719</u> | <u>37.585.575</u> | <u>32.127.653</u> |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| CIRCULANTE | <u>24.133.833</u> | <u>23.732.482</u> | <u>23.887.151</u> | <u>23.508.247</u> |
| DEPÓSITOS (Nota 10) | <u>14.928.975</u> | <u>15.837.402</u> | <u>14.645.829</u> | <u>15.600.626</u> |
| Depósitos à Vista | 3.199.122 | 3.783.239 | 3.195.322 | 3.779.936 |
| Depósitos de Poupança | 5.136.227 | 5.579.974 | 5.136.227 | 5.579.974 |
| Depósitos Interfinanceiros | 10.201 | 12.310 | 10.201 | 12.310 |
| Depósitos a Prazo | 6.583.425 | 6.461.408 | 6.304.079 | 6.227.935 |
| Outros Depósitos | - | 471 | - | 471 |
| CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 10) | <u>1.401.282</u> | <u>1.380.046</u> | <u>1.331.544</u> | <u>1.311.160</u> |
| Carteira Própria | 1.401.282 | 1.380.046 | 1.331.544 | 1.311.160 |
| RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS | <u>26.755</u> | - | <u>26.755</u> | - |
| Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares | 26.755 | - | 26.755 | - |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | <u>5.823</u> | <u>9.798</u> | <u>5.823</u> | <u>9.798</u> |
| Recebimentos e Pagamentos a Liquidar | 5.822 | 9.783 | 5.822 | 9.783 |
| Correspondentes | 1 | 15 | 1 | 15 |
| RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS | <u>211.069</u> | <u>169.862</u> | <u>211.069</u> | <u>169.862</u> |
| Recursos em Trânsito de Terceiros | 210.979 | 169.796 | 210.979 | 169.796 |
| Transferências Internas de Recursos | 90 | 66 | 90 | 66 |
| OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11) | <u>908.123</u> | <u>537.171</u> | <u>908.123</u> | <u>537.171</u> |
| Empréstimos no Exterior | 908.123 | 537.171 | 908.123 | 537.171 |
| OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - | | | | |
| INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12) | <u>318.759</u> | <u>309.842</u> | <u>318.759</u> | <u>309.842</u> |
| Tesouro Nacional | 79.721 | 60.145 | 79.721 | 60.145 |
| BNDES | 111.363 | 134.930 | 111.363 | 134.930 |
| CEF | 9.240 | 5.652 | 9.240 | 5.652 |
| FINAME | 118.435 | 109.115 | 118.435 | 109.115 |
| OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12) | <u>8.674</u> | <u>19.410</u> | <u>8.674</u> | <u>19.410</u> |
| Repasse do Exterior | 8.674 | 19.410 | 8.674 | 19.410 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13) | <u>6.324.373</u> | <u>5.468.951</u> | <u>6.430.575</u> | <u>5.550.378</u> |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e | | | | |
| Assemelhados | 34.539 | 23.601 | 34.539 | 23.601 |
| Carteira de Câmbio | 30.083 | 18.784 | 30.083 | 18.784 |
| Sociais e Estatutárias | 73.684 | 27.779 | 73.759 | 27.868 |
| Fiscais e Previdenciárias | 318.304 | 231.468 | 329.090 | 241.387 |
| Negociação e Intermediação de Valores | - | - | 3.409 | 2.053 |
| Fundos Financeiros e de Desenvolvimento | 5.098.561 | 4.444.611 | 5.098.561 | 4.444.611 |
| Diversas | 769.202 | 722.708 | 861.134 | 792.074 |



| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (cont.) | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | <u>9.297.299</u> | <u>4.761.998</u> | <u>9.297.299</u> | <u>4.762.488</u> |
| DEPÓSITOS (Nota 10) | <u>7.715.309</u> | <u>3.452.379</u> | <u>7.715.309</u> | <u>3.452.379</u> |
| Depósitos Interfinanceiros | 22.005 | - | 22.005 | - |
| Depósitos a Prazo | 7.693.304 | 3.452.379 | 7.693.304 | 3.452.379 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | <u>11.832</u> | - | <u>11.832</u> | - |
| Repasse Interfinanceiros | 11.832 | - | 11.832 | - |
| OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11) | <u>3.893</u> | <u>2.532</u> | <u>3.893</u> | <u>2.532</u> |
| Empréstimos no Exterior | 3.893 | 2.532 | 3.893 | 2.532 |
| OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - | | | | |
| INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12) | <u>894.015</u> | <u>747.661</u> | <u>894.015</u> | <u>747.661</u> |
| Tesouro Nacional | 8.375 | 10.140 | 8.375 | 10.140 |
| BNDES | 558.119 | 485.696 | 558.119 | 485.696 |
| CEF | 46.585 | 34.309 | 46.585 | 34.309 |
| FINAME | 280.936 | 217.516 | 280.936 | 217.516 |
| OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12) | <u>21.778</u> | <u>5.823</u> | <u>21.778</u> | <u>5.823</u> |
| Repasse do Exterior | 21.778 | 5.823 | 21.778 | 5.823 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13) | <u>650.472</u> | <u>553.603</u> | <u>650.472</u> | <u>554.093</u> |
| Fiscais e Previdenciárias | 413.557 | 393.470 | 413.557 | 393.470 |
| Diversas | 236.915 | 160.133 | 236.915 | 160.623 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS | - | - | <u>1.614</u> | <u>1.679</u> |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20) | <u>4.399.511</u> | <u>3.855.239</u> | <u>4.399.511</u> | <u>3.855.239</u> |
| Capital Social de Domiciliados no País | 3.200.000 | 2.900.000 | 3.200.000 | 2.900.000 |
| Reservas de Capital | 4.512 | 4.511 | 4.512 | 4.511 |
| Reservas de Lucros | 1.202.219 | 956.177 | 1.202.219 | 956.177 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b)) .. | (7.220) | (5.449) | (7.220) | (5.449) |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | <u>37.830.643</u> | <u>32.349.719</u> | <u>37.585.575</u> | <u>32.127.653</u> |

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores em Milhares de Reais)

| | Banrisul | | | Banrisul Consolidado | |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| | 2º Semestre 2011 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 3.200.183 | 5.928.533 | 4.826.391 | 5.946.731 | 4.841.827 |
| Operações de Crédito | 2.265.630 | 4.277.061 | 3.497.519 | 4.277.061 | 3.497.519 |
| Operações de Arrendamento Mercantil | 8.626 | 15.988 | 15.407 | 15.988 | 15.407 |
| Resultado de Operações com Títulos e | | | | | |
| Valores Mobiliários | 644.621 | 1.231.877 | 1.066.519 | 1.250.075 | 1.081.955 |
| Resultado de Operações de Câmbio | 122.949 | 140.306 | 54.544 | 140.306 | 54.544 |
| Resultado das Aplicações Compulsórias | 158.357 | 263.301 | 192.402 | 263.301 | 192.402 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 1.789.378 | 3.229.612 | 2.462.719 | 3.208.195 | 2.445.485 |
| Operações de Captação no Mercado | 967.270 | 1.817.023 | 1.420.131 | 1.795.233 | 1.402.666 |
| Operações de Empréstimos, Cessões e | | | | | |
| Repasse | 474.250 | 783.452 | 523.158 | 783.452 | 523.158 |
| Resultado com Instrumentos Financeiros | | | | | |
| Derivativos | - | - | 1.321 | - | 1.339 |
| Provisão para Operações de Crédito | | | | | |
| (Nota 07 (d)) | 347.858 | 629.137 | 518.109 | 629.510 | 518.322 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO | | | | | |
| FINANCEIRA | 1.410.805 | 2.698.921 | 2.363.672 | 2.738.536 | 2.396.342 |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | (735.470) | (1.349.546) | (1.235.462) | (1.366.244) | (1.248.518) |
| Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15) | 56.622 | 109.367 | 100.619 | 153.544 | 151.181 |
| Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 16) | 267.478 | 533.225 | 490.491 | 548.431 | 490.480 |
| Resultado de Participação em Controladas | | | | | |
| (Nota 02 (c)) | 23.540 | 40.982 | 36.338 | - | - |
| Despesas de Pessoal | (591.067) | (1.095.678) | (956.651) | (1.100.882) | (966.492) |
| Outras Despesas Administrativas (Nota 17) | (386.505) | (726.512) | (731.590) | (741.361) | (743.226) |
| Despesas Tributárias | (116.674) | (223.944) | (196.657) | (232.322) | (203.998) |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 18) | 139.924 | 245.531 | 206.201 | 242.937 | 208.903 |
| Outras Despesas Operacionais (Nota 19) | (128.788) | (232.517) | (184.213) | (236.591) | (185.366) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 675.335 | 1.349.375 | 1.128.210 | 1.372.292 | 1.147.824 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO | | | | | |
| DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO | 675.335 | 1.349.375 | 1.128.210 | 1.372.292 | 1.147.824 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | | | |
| (Nota 22 (a)) | (172.081) | (382.897) | (337.696) | (405.613) | (357.056) |
| PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO | | | | | |
| RESULTADO | (37.403) | (62.129) | (49.272) | (62.180) | (49.304) |
| PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO | - | - | - | (150) | (222) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE | 465.851 | 904.349 | 741.242 | 904.349 | 741.242 |
| Número de Ações em Circulação - Milhares | 408.974 | 408.974 | 408.974 | - | - |
| Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do | | | | | |
| Capital Social - R\$ | 1.139,07 | 2.211,26 | 1.812,44 | - | - |



Banrisul

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores em Milhares de Reais)

| | Banrisul | | | Banrisul Consolidado | |
|--|------------------|------------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| | 2º Semestre | | | | |
| | 2011 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Lucro Líquido Ajustado | 863.957 | 1.663.351 | 1.431.685 | 1.702.679 | 1.462.775 |
| Lucro Líquido do Exercício/Semestre | 465.851 | 904.349 | 741.242 | 904.349 | 741.242 |
| Ajuste ao Lucro Líquido | | | | | |
| Depreciação e Amortização | 56.501 | 111.293 | 109.004 | 111.862 | 109.728 |
| Resultado de Participações em Controladas | (23.540) | (40.982) | (36.338) | - | - |
| Dividendos Recebidos de Controladas | - | 5.597 | 4.398 | - | - |
| Provisão para Operações de Crédito | 347.858 | 629.137 | 518.109 | 629.510 | 518.322 |
| Provisão para Perdas de Securitização | 3.493 | 2.763 | (2.522) | 2.763 | (2.522) |
| Provisão para Contingência | 70.582 | 132.767 | 114.456 | 136.022 | 111.467 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos | (56.788) | (81.573) | (16.664) | (81.827) | (15.462) |
| Varição de Ativos e Obrigações | (708.920) | (777.628) | (4.060.347) | (815.571) | (4.087.367) |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | (36) | (1.771) | 398 | (1.771) | 398 |
| Aumento (Redução) em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | (100.408) | 4.793 | 9.389 | 4.793 | 9.389 |
| (Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários | (820.836) | (1.197.042) | (1.260.144) | (1.199.877) | (1.268.444) |
| Aumento (Redução) em Instrumentos Financeiros Derivativos | - | - | 1.339 | - | 1.339 |
| (Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências | (733.850) | (384.471) | (1.177.208) | (384.471) | (1.177.208) |
| (Aumento) Redução em Operações de Crédito | (1.784.685) | (3.607.358) | (4.113.084) | (3.607.358) | (4.113.084) |
| (Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil | (6.370) | (3.575) | 11.727 | (3.575) | 11.727 |
| (Aumento) Redução em Outros Créditos | (13.772) | (269.292) | (58.660) | (277.872) | (57.681) |
| (Aumento) Redução em Outros Valores e Bens .. | (6.798) | (1.870) | 16.051 | (1.924) | 15.985 |
| Aumento (Redução) em Depósitos | 2.587.764 | 3.354.503 | 2.731.362 | 3.308.133 | 2.683.260 |
| Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto | (445.226) | 21.236 | (689.847) | 20.384 | (695.337) |
| Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos | 26.755 | 26.755 | - | 26.755 | - |
| Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos | 318.182 | 532.803 | 140.759 | 532.803 | 140.759 |
| Aumento (Redução) em Outras Obrigações .. | 270.360 | 747.661 | 327.571 | 768.409 | 361.530 |
| CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS | 155.037 | 885.723 | (2.628.662) | 887.108 | (2.624.592) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | | |
| Atualização de Ativos em Controladas | 1 | 1 | - | 1 | - |
| Alienação de Investimentos | 1 | 2 | 151 | 146 | 296 |
| Alienação de Imobilizado de Uso | 388 | 506 | 172 | 507 | 172 |
| Aquisição de Investimentos | (78) | (79) | (198) | - | (1.858) |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | (17.094) | (35.234) | (34.883) | (36.118) | (38.272) |
| Aplicação no Intangível | (1.678) | (7.351) | (60.898) | (7.548) | (61.635) |
| CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (18.460) | (42.155) | (95.656) | (43.012) | (101.297) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | | |
| Dividendos Pagos | (60.000) | (60.000) | (65.000) | (60.000) | (65.000) |
| Juros sobre o Capital Próprio Pagos | (117.365) | (231.642) | (204.858) | (231.642) | (204.858) |
| Varição na Participação dos Acionistas Minoritários | - | - | - | (65) | 24 |
| CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (177.365) | (291.642) | (269.858) | (291.707) | (269.834) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (40.788) | 551.926 | (2.994.176) | 552.389 | (2.995.723) |
| Disponibilidades | 405.785 | 403.281 | 411.158 | 403.321 | 411.220 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04) | 2.825.998 | 2.235.788 | 5.222.087 | 2.254.128 | 5.241.952 |
| CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE | 3.231.783 | 2.639.069 | 5.633.245 | 2.657.449 | 5.653.172 |
| Disponibilidades | 624.206 | 624.206 | 403.281 | 624.255 | 403.321 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04) | 2.566.789 | 2.566.789 | 2.235.788 | 2.585.583 | 2.254.128 |
| CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO/SEMESTRE | 3.190.995 | 3.190.995 | 2.639.069 | 3.209.838 | 2.657.449 |

Demonstrações do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores em Milhares de Reais)

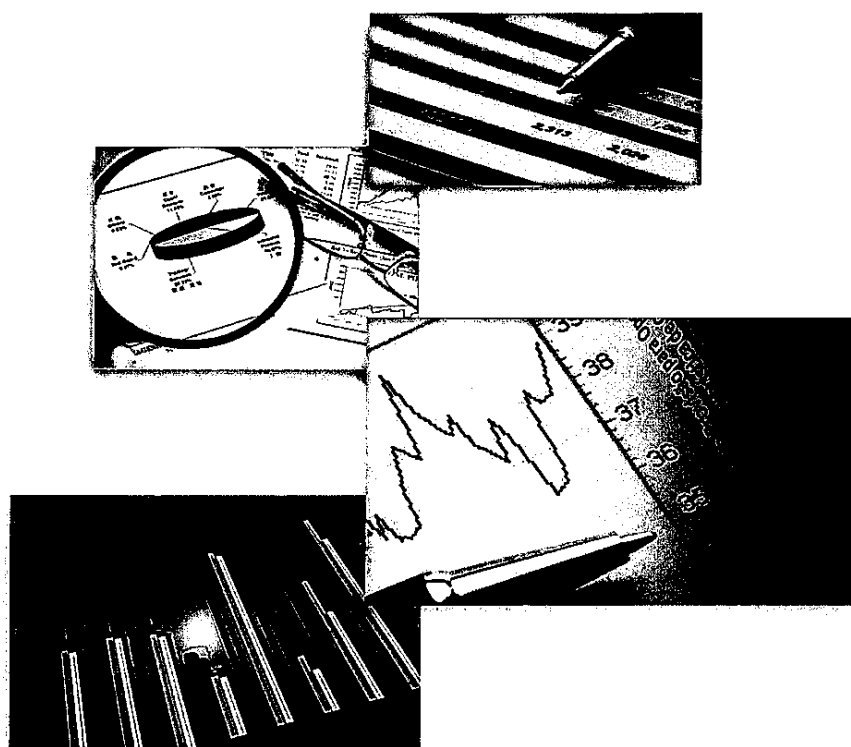
| | Banrisul | | | Banrisul Consolidado | |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2º Semestre 2011 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| RECEITAS (a) | <u>3.316.082</u> | <u>6.194.378</u> | <u>5.105.615</u> | <u>6.269.792</u> | <u>5.172.612</u> |
| Intermediação Financeira | 3.199.916 | 5.928.275 | 4.826.413 | 5.947.273 | 4.840.370 |
| Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias | 324.100 | 642.592 | 591.110 | 701.975 | 641.661 |
| Constituição de Provisão para Operações de Crédito | (347.858) | (629.137) | (518.109) | (629.510) | (518.322) |
| Outras | 139.924 | 252.648 | 206.201 | 250.054 | 208.903 |
| DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b) .. | <u>1.441.520</u> | <u>2.600.478</u> | <u>1.944.610</u> | <u>2.578.688</u> | <u>1.927.163</u> |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c) | <u>431.984</u> | <u>801.762</u> | <u>758.025</u> | <u>822.052</u> | <u>770.168</u> |
| Materiais, Energia e Outros | 359.335 | 661.087 | 635.484 | 677.184 | 646.299 |
| Serviços de Terceiros | 72.916 | 140.933 | 122.519 | 144.326 | 125.326 |
| Perda/Recuperação de Valores Ativos | (267) | (258) | 22 | 542 | (1.457) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c) | <u>1.442.578</u> | <u>2.792.138</u> | <u>2.402.980</u> | <u>2.869.052</u> | <u>2.475.281</u> |
| DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO (e) | <u>56.501</u> | <u>111.293</u> | <u>109.004</u> | <u>111.862</u> | <u>109.728</u> |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e) | <u>1.386.077</u> | <u>2.680.845</u> | <u>2.293.976</u> | <u>2.757.190</u> | <u>2.365.553</u> |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g) | <u>23.540</u> | <u>40.982</u> | <u>36.338</u> | - | - |
| Resultado de Participações em Controladas | 23.540 | 40.982 | 36.338 | - | - |
| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g) | <u>1.409.617</u> | <u>2.721.827</u> | <u>2.330.314</u> | <u>2.757.190</u> | <u>2.365.553</u> |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | <u>1.409.617</u> | <u>2.721.827</u> | <u>2.330.314</u> | <u>2.757.190</u> | <u>2.365.553</u> |
| Pessoal | <u>539.703</u> | <u>994.332</u> | <u>855.727</u> | <u>999.331</u> | <u>865.270</u> |
| Remuneração Direta | 414.998 | 760.151 | 660.090 | 763.920 | 668.462 |
| Benefícios | 96.259 | 176.786 | 148.031 | 177.486 | 148.720 |
| FGTS | 28.446 | 57.395 | 47.606 | 57.925 | 48.088 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | <u>377.522</u> | <u>770.316</u> | <u>684.549</u> | <u>801.666</u> | <u>711.580</u> |
| Federais | 359.738 | 734.156 | 650.881 | 762.810 | 675.519 |
| Estaduais | 236 | 507 | 441 | 525 | 449 |
| Municipais | 17.548 | 35.653 | 33.227 | 38.331 | 35.612 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | <u>26.541</u> | <u>52.830</u> | <u>48.796</u> | <u>51.694</u> | <u>47.239</u> |
| Aluguéis | 26.541 | 52.830 | 48.796 | 51.694 | 47.239 |
| Remuneração de Capitais Próprios | <u>465.851</u> | <u>904.349</u> | <u>741.242</u> | <u>904.499</u> | <u>741.464</u> |
| Juros sobre o Capital Próprio | 117.365 | 231.642 | 204.858 | 231.642 | 204.858 |
| Dividendos | 67.069 | 126.665 | 88.345 | 126.665 | 88.345 |
| Lucros Retidos do Exercício/Semestre | 281.417 | 546.042 | 448.039 | 546.042 | 448.039 |
| Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos | - | - | - | 150 | 222 |



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores em Milhares de Reais)

| | Capital Social | Reservas de Capital | | Reservas de Lucros | | | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros Acumulados | TOTAL |
|---|------------------|--|-------------------------------|--------------------|----------------|----------------|----------------------------------|-------------------|------------------|
| | | Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas | Subvenções para Investimentos | Legal | Estatutária | Para Expansão | | | |
| Em 01 de janeiro de 2010 | 2.600.000 | 1.660 | 4.511 | 155.369 | 425.031 | 227.738 | (5.847) | - | 3.408.462 |
| Aumento de Capital (Nota 20 (a)) | 300.000 | - | - | - | (72.262) | (227.738) | - | - | - |
| Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada | - | (1.660) | - | - | - | - | - | - | (1.660) |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b)) | - | - | - | - | - | - | 398 | - | 398 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | - | - | - | 741.242 | 741.242 |
| Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b)): | | | | | | | | | |
| Constituição de Reservas | - | - | - | 37.062 | 185.311 | 225.666 | - | (448.039) | - |
| Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | (204.858) | (204.858) |
| Dividendos Propostos | - | - | - | - | - | - | - | (88.345) | (88.345) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 2.900.000 | - | 4.511 | 192.431 | 538.080 | 225.666 | (5.449) | - | 3.855.239 |
| Aumento de Capital (Nota 20 (a)) | 300.000 | - | - | - | (74.334) | (225.666) | - | - | - |
| Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b)) | - | - | - | - | - | - | (1.771) | - | (1.771) |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | - | - | - | 904.349 | 904.349 |
| Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b)): | | | | | | | | | |
| Constituição de Reservas | - | - | - | 45.217 | 226.087 | 274.738 | - | (546.042) | - |
| Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | (231.642) | (231.642) |
| Dividendos Propostos | - | - | - | - | - | - | - | (126.665) | (126.665) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 3.200.000 | 1 | 4.511 | 237.648 | 689.833 | 274.738 | (7.220) | - | 4.399.511 |
| Em 01 de julho de 2011 | 3.200.000 | 1 | 4.511 | 214.356 | 573.370 | 133.076 | (7.184) | - | 4.118.130 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b)) | - | - | - | - | - | - | (36) | - | (36) |
| Lucro Líquido do Semestre | - | - | - | - | - | - | - | 465.851 | 465.851 |
| Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b)): | | | | | | | | | |
| Constituição de Reservas | - | - | - | 23.292 | 116.463 | 141.662 | - | (281.417) | - |
| Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | (117.365) | (117.365) |
| Dividendos Propostos | - | - | - | - | - | - | - | (67.069) | (67.069) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 3.200.000 | 1 | 4.511 | 237.648 | 689.833 | 274.738 | (7.220) | - | 4.399.511 |



Notas Explicativas



Banrisul

No. 22-150134
 Agency:
 Code:

Code for Analysis:
 Error:
 Date:

Liquor Charges
 Insurance
 Gas
 Telephone
 Other

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado).

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (*New York e Grand Cayman*). Os ativos, os passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

| | 2011 | 2010 |
|---|----------------|----------------|
| ATIVO | | |
| Operações de Crédito | 150.625 | 144.728 |
| Operações com Sede no Brasil | 79.723 | 82.866 |
| Outras Operações de Crédito | 70.902 | 61.862 |
| Outros Ativos | 36.568 | 21.510 |
| Total do Ativo | 187.193 | 166.238 |
| PASSIVO | | |
| Depósitos | 56.183 | 52.702 |
| Operações com Sede no Brasil | 16.384 | 7.017 |
| Outros Depósitos | 39.799 | 45.685 |
| Outros Passivos | 450 | 708 |
| Patrimônio Líquido | 130.560 | 112.828 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | 187.193 | 166.238 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | | |
| Receitas da Intermediação Financeira | 7.016 | 6.027 |
| Despesas da Intermediação Financeira | (1.179) | (1.355) |
| Outras Despesas, Líquidas | (2.299) | (2.065) |
| Lucro Líquido do Exercício | 3.538 | 2.607 |



Banrisul

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as do Banrisul, das dependências no exterior e das empresas controladas, cujos investimentos, em 31 de dezembro de 2011, totalizaram R\$358.096 (2010 - R\$322.172), geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no exercício de R\$40.982 (2010 - R\$36.338) e estão apresentados no quadro a seguir:

Principais informações sobre os Investimentos em Controladas:

| | Banrisul Armazéns Gerais S.A. | Banrisul S.A. Corretora de Val. Mob. e Câmbio | Banrisul S.A. Administradora de Consórcios | Banrisul Serviços Ltda. | Total |
|---|-------------------------------------|---|--|-------------------------------|-----------|
| Milhares de Ações/Quotas | | | | | |
| Ações Ordinárias | 696 | 10.000 | 89.216 | - | - |
| Ações Preferenciais | - | 19.608 | - | - | - |
| Quotas | - | - | - | 2.780 | - |
| Participação no Capital Social Ajustada (%) ... | 99,498 | 98,957 | 99,683 | 99,785 | - |
| Capital Social | 24.700 | 58.000 | 116.000 | 77.640 | - |
| Patrimônio Líquido | 26.603 | 74.745 | 142.010 | 116.351 | - |
| Lucro Líquido do Exercício | 2.364 | 4.578 | 14.457 | 20.711 | - |
| Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 25): | | | | | |
| Saldos Ativos (Passivos) | | | | | |
| 31 de dezembro de 2011 | 732 | (68.876) | (132.689) | (156.042) | (356.875) |
| 31 de dezembro de 2010 | 353 | (66.109) | (121.649) | (119.906) | (307.311) |
| Receitas (Despesas) | | | | | |
| 31 de dezembro de 2011 | (1.453) | (4.586) | (10.920) | 3.081 | (13.878) |
| 31 de dezembro de 2010 | (1.439) | (3.587) | (9.028) | 501 | (13.553) |
| Valor Contábil do Investimento | | | | | |
| 31 de dezembro de 2011 | 26.470 | 73.965 | 141.560 | 116.101 | 358.096 |
| 31 de dezembro de 2010 | 24.768 | 70.403 | 130.572 | 96.429 | 322.172 |
| Resultado de Participações em Controladas | | | | | |
| 31 de dezembro de 2011 | 2.343 | 4.555 | 14.413 | 19.671 | 40.982 |
| 31 de dezembro de 2010 | 1.053 | 12.540 | 11.380 | 11.365 | 36.338 |

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e resultado das transações, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

NOTA 03 Principais Práticas Contábeis

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

i) Títulos para Negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado do exercício.

ii) Títulos Disponíveis para Venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii) Títulos Mantidos até o Vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados *pro rata temporis*. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

Instrumentos Financeiros Derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos contratados associadamente a outras operações de aplicação de recursos são avaliados pelo valor de mercado. As receitas e despesas apuradas são registradas de acordo com regime de competência, em contrapartida do resultado do exercício.

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 07.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(e) Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e MasterCard. Estes valores são contabilizados em Títulos e Créditos a Receber, sem característica de crédito, sendo que as operações parceladas onde o Banrisul é o emissor e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (Rotativo), são reclassificados para Operações de Crédito.



(f) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos
Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 07, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações e o número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma, para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

(g) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas permanentes;
- Depreciação do imobilizado de uso pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais divulgadas na Nota 09;
- Os Ativos Intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09; e
- A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos Ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

(h) Ativos e Passivos denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pelo Banrisul e suas controladas, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Conforme determinado pela Lei nº 12.069/04 e Lei nº 12.585/06 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, até 85% do saldo dos valores depositados judicialmente no Banrisul por terceiros, quando solicitado deverá ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e o saldo remanescente é mantido no Banrisul para constituição de fundo. Os valores repassados ao Estado são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 21 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução

nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

i) Contingências Ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

ii) Contingências Passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo:

Provisões para Riscos Trabalhistas - Constituídas para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

Provisões para Riscos Cíveis - Constituídas, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários - Provisões de contingências fiscais e previdenciárias referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é, considerada provável, e estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados, exceto quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

(l) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

(m) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para Contribuição Social (9% para empresas não financeiras) e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício.



(n) Benefício Pós-Emprego

O Banrisul é patrocinador da FBSS- Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência - O Banrisul é patrocinador de planos do tipo "benefício definido" e de "contribuição variável".

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida a medida em que estabelecem um valor de benefício de aposentadoria a que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde - São benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão.

(iii) Prêmio Aposentadoria - Para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

A política adotada pela Instituição para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o método corredor, conforme parágrafo 92, da Deliberação CVM nº 600, que estabelece o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais como despesa ou receita, se no final do exercício exceder o maior valor entre:

(i) 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano); e

(ii) 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes baseados na experiência e na mudança das premissas atuariais de cada plano de benefício definido é o excesso determinado conforme supracitado, dividido pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos funcionários participantes de cada plano de benefício definido e desta maneira reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Este ativo é registrado pela Instituição somente quando:

(i) a Instituição controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;

(ii) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e

(iii) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida à legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(o) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução - CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 04 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 2.553.755 | 2.224.333 | 2.572.549 | 2.242.673 |
| Revendas a Liquidar - Posição Bancada | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 2.421.236 | 1.971.232 | 2.421.236 | 1.971.232 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 132.519 | 203.082 | 132.519 | 203.082 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | - | 50.019 | 18.794 | 50.019 |
| Outros | - | - | - | 18.340 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 113.442 | 116.656 | 113.442 | 116.656 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (*) | 113.442 | 116.656 | 113.442 | 116.656 |
| Total | 2.667.197 | 2.340.989 | 2.685.991 | 2.359.329 |

(*) Em 31 de dezembro de 2011, do montante de R\$113.442 de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, R\$100.408 (2010 - R\$105.201) possui o prazo de vencimento superior a noventa dias da data da aplicação, e não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa.

NOTA 05 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Títulos para Negociação | 2.113.511 | 2.068.788 | 2.116.540 | 2.072.460 |
| Títulos Disponíveis para Venda | 1.287.394 | 1.704.184 | 1.296.883 | 1.712.806 |
| Títulos Mantidos até o Vencimento | 6.306.567 | 4.737.458 | 6.312.200 | 4.740.480 |
| Total | 9.707.472 | 8.510.430 | 9.725.623 | 8.525.746 |
| Ativo Circulante | 2.515.466 | 4.018.642 | 2.527.984 | 4.030.936 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 7.192.006 | 4.491.788 | 7.197.639 | 4.494.810 |

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pela Administradora; e para os títulos que não possuem preços divulgados, (principalmente CVS) o Banrisul adota técnica interna de precificação como parâmetro para cálculo do valor de mercado.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel, pelo valor de mercado:

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 2.113.511 | 2.068.788 | 2.113.511 | 2.068.788 |
| Ações de Cias. Abertas | - | - | 3.029 | 3.672 |
| Total | 2.113.511 | 2.068.788 | 2.116.540 | 2.072.460 |

Composição por Prazo de Vencimento:

| Vencimentos | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------|-------------------------------|------------------|
| | Custo de Aquisição Atualizado | Valor de Mercado | Custo de Aquisição Atualizado | Valor de Mercado |
| Sem Vencimento | - | - | 2.248 | 3.029 |
| De 1 a 3 anos | 910.333 | 910.391 | 910.333 | 910.391 |
| De 3 a 5 anos | 98.154 | 98.177 | 98.154 | 98.177 |
| De 5 a 15 anos | 1.104.718 | 1.104.943 | 1.104.718 | 1.104.943 |
| Total em 2011 | 2.113.205 | 2.113.511 | 2.115.453 | 2.116.540 |
| Total em 2010 | 2.068.739 | 2.068.788 | 2.070.904 | 2.072.460 |

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.



(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel, pelo valor de mercado:

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 885.445 | 1.154.287 | 885.445 | 1.154.287 |
| Ações de Cias. Abertas | 9.775 | 13.645 | 9.775 | 13.647 |
| Certificados de Privatização | - | - | 6 | 6 |
| Cotas de Fundo de Renda Fixa | 10.211 | - | 19.694 | 8.614 |
| Cotas de FIDC (*) | 381.963 | 536.252 | 381.963 | 536.252 |
| Total | 1.287.394 | 1.704.184 | 1.296.883 | 1.712.806 |

(*) Referem-se a 100% das cotas sênior do Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A., cuja carteira de créditos é custodiada no Deutsche Bank S.A. Devido ao fato do fundo aplicar seus recursos em direitos creditórios, o resgate das cotas pelo Banrisul depende de recursos disponíveis, e poderá obrigar o Banrisul a aguardar até o vencimento dos respectivos créditos (até 72 meses). A remuneração prevista das cotas sênior deste fundo é de 114% da taxa DI.

Composição por Prazo de Vencimento:

| Vencimentos | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------|-------------------------------|------------------|
| | Custo de Aquisição Atualizado | Valor de Mercado | Custo de Aquisição Atualizado | Valor de Mercado |
| Sem Vencimento | 414.041 | 401.949 | 423.530 | 411.438 |
| De 1 a 3 anos | 800.461 | 800.503 | 800.461 | 800.503 |
| De 3 a 5 anos | 84.925 | 84.942 | 84.925 | 84.942 |
| Total em 2011 | 1.299.427 | 1.287.394 | 1.308.916 | 1.296.883 |
| Total em 2010 | 1.713.269 | 1.704.184 | 1.721.889 | 1.712.806 |

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$12.033 (2010 – R\$9.085), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$4.813 (2010 – R\$3.636), lançados na rubrica Outros Créditos.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|--|-------------------------------|------------------|-------------------------------|------------------|
| | Custo de Aquisição Atualizado | Valor de Mercado | Custo de Aquisição Atualizado | Valor de Mercado |
| Títulos Públicos Federais | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 6.124.638 | 6.125.461 | 6.130.271 | 6.131.094 |
| Compensações das Variações Salariais - CVS | 156.791 | 119.695 | 156.791 | 119.695 |
| Outros | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Letras Hipotecárias - LH | 22.704 | 22.704 | 22.704 | 22.704 |
| Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI | 2.428 | 2.428 | 2.428 | 2.428 |
| Total em 2011 | 6.306.567 | 6.270.294 | 6.312.200 | 6.275.927 |
| Total em 2010 | 4.737.458 | 4.697.569 | 4.740.480 | 4.700.591 |

Composição por Prazo de Vencimento:

| Vencimentos | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Até 3 meses | 6 | 899.554 | 6 | 899.554 |
| De 3 a 12 meses | - | 376.630 | - | 376.630 |
| De 1 a 3 anos | 2.349.902 | 2.104.983 | 2.349.902 | 2.104.983 |
| De 3 a 5 anos | 1.433.476 | 1.200.269 | 1.439.109 | 1.203.291 |
| De 5 a 15 anos | 2.366.392 | 2.637 | 2.366.392 | 2.637 |
| Acima de 15 anos | 156.791 | 153.385 | 156.791 | 153.385 |
| Total | 6.306.567 | 4.737.458 | 6.312.200 | 4.740.480 |
| Ativo Circulante | 6 | 1.276.184 | 6 | 1.276.184 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 6.306.561 | 3.461.274 | 6.312.194 | 3.464.296 |

A Administração declara que possui capacidade financeira de manter estes títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não há contrato de operações de derivativos em aberto.

NOTA 06 Créditos Vinculados

| Descrição | Forma de Remuneração | Banrisul e Banrisul Consolidado | |
|---------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|------------------|
| | | 2011 | 2010 |
| Depósitos Compulsórios - Bacen | | 2.877.891 | 2.437.243 |
| Depósitos à Vista e Outros Recursos | Sem Remuneração | 553.195 | 899.030 |
| Exigibilidade Adicional | SELIC | 496.486 | 106.553 |
| Depósitos de Poupança | Poupança | 1.008.770 | 1.105.762 |
| Outros Depósitos | Sem Remuneração | 51.383 | 32.921 |
| Outros Depósitos | Taxa Referencial | - | 292.977 |
| Recursos a Prazo | SELIC | 768.057 | - |
| Créditos Vinculados ao SFH | | 625.417 | 604.552 |
| Carteira Adquirida | Taxa pré-fixada 14,07% a.a. | 435.211 | 425.639 |
| Carteira Adquirida | Taxa Referencial + Juros (*) | 188.275 | 163.155 |
| Carteira Própria | Taxa Referencial + Juros (*) | 1.931 | 15.758 |
| Correspondentes | Sem Remuneração | 33.726 | 29.640 |
| Convênios | SELIC | 3.001 | - |
| Total | | 3.540.035 | 3.071.435 |
| Ativo Circulante | | 2.914.618 | 2.466.883 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | | 625.417 | 604.552 |

(*) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - De outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2011, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$623.486 (2010 - R\$588.794). O seu valor de face é de R\$804.519 (2010 - R\$789.387). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração sendo os montantes já vencidos, apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os seus valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - Referem-se a créditos junto ao FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS. Em setembro de 2011, o montante de R\$13.106, foi novado para CVS, com vencimento em janeiro de 2027 e o montante de R\$4.926 referente a atualização foi integralmente recebido no ato da novação.

NOTA 07 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito

As tabelas a seguir, compreendem os saldos de operações de crédito e da carteira de câmbio, e de arrendamento mercantil.

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

| | Banrisul e Banrisul Consolidado | | | | | | | | | | 2011 | 2010 |
|--|---------------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | | | |
| Empréstimos e Títulos Descontados | 2.049.590 | 7.254.700 | 2.444.711 | 1.302.688 | 381.590 | 389.054 | 502.064 | 84.235 | 393.045 | 14.801.677 | 12.696.323 | |
| Financiamentos | 516.140 | 465.994 | 282.980 | 88.820 | 18.917 | 19.646 | 4.955 | 5.519 | 27.261 | 1.430.232 | 1.212.428 | |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 238.580 | 573.841 | 526.960 | 140.441 | 83.439 | 54.490 | 33.942 | 14.461 | 38.937 | 1.705.091 | 1.284.652 | |
| Financiamentos Imobiliários | 527.065 | 631.474 | 352.588 | 118.254 | 35.298 | 25.579 | 24.920 | 2.313 | 23.498 | 1.740.989 | 1.285.334 | |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento | 20.919 | 52.634 | - | - | - | - | - | - | - | 73.553 | 58.878 | |
| Total de Operações de Crédito | 3.352.294 | 8.978.643 | 3.607.239 | 1.650.203 | 519.244 | 488.769 | 565.881 | 106.528 | 482.741 | 19.751.542 | 16.537.615 | |
| Operações de Arrendamento Mercantil | 9.706 | 21.506 | 22.907 | 12.685 | 3.027 | 5.346 | 3.391 | 828 | 4.810 | 84.206 | 83.625 | |
| Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (1) | 24.523 | 173.124 | 260.822 | 43.599 | 9.126 | 6.039 | 19.215 | 745 | 606 | 537.799 | 395.692 | |
| Outros Créditos - Câmbio (2) | 201 | 4.982 | 4.164 | 2.315 | 1.786 | 59 | 655 | 27 | 5.438 | 19.627 | 16.229 | |
| Total em 2011 | 3.386.724 | 9.178.255 | 3.895.132 | 1.708.802 | 533.183 | 500.213 | 589.142 | 108.128 | 493.595 | 20.393.174 | | |
| Total em 2010 | 3.309.272 | 8.027.737 | 2.698.960 | 1.202.064 | 361.675 | 283.381 | 675.477 | 78.812 | 395.783 | | 17.033.161 | |

(1) A conta Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio está classificada como redutora de "Outras Obrigações - Carteira de Câmbio" (Nota 13).

(2) Outros Créditos - Câmbio compreendem créditos referentes a Rendimentos a Receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.



(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

| | Banrisul e Banrisul Consolidado | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|------------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | |
| | | | | | | | | | | |
| Parcelas Vencidas (*) | 3.386.665 | 9.175.001 | 3.885.235 | 1.693.098 | 512.803 | 475.242 | 545.539 | 80.363 | 329.851 | 20.083.797 |
| Até 180 dias | 1.299.154 | 2.282.233 | 1.664.243 | 775.431 | 246.914 | 218.210 | 250.962 | 30.035 | 94.832 | 6.862.014 |
| 181 a 360 dias | 493.820 | 1.502.201 | 686.722 | 243.274 | 81.174 | 69.156 | 76.677 | 11.714 | 46.954 | 3.211.692 |
| Acima de 360 dias | 1.593.691 | 5.390.567 | 1.534.270 | 674.393 | 184.715 | 187.876 | 217.900 | 38.614 | 188.065 | 10.010.091 |
| Parcelas Vencidas | 59 | 3.254 | 9.897 | 15.704 | 20.380 | 24.971 | 43.603 | 27.765 | 163.744 | 309.377 |
| Até 180 dias | 59 | 3.254 | 9.897 | 15.704 | 20.380 | 24.951 | 42.707 | 27.160 | 108.135 | 252.247 |
| 181 a 360 dias | - | - | - | - | - | 20 | 896 | 605 | 45.140 | 46.661 |
| Acima de 360 dias | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.469 | 13.137 |
| Total em 2011 | 3.386.724 | 9.178.255 | 3.895.132 | 1.708.802 | 533.183 | 500.213 | 589.142 | 108.128 | 493.595 | 20.393.174 |
| Total em 2010 | 3.309.272 | 8.027.737 | 2.698.960 | 1.202.064 | 361.675 | 283.381 | 675.477 | 78.812 | 395.783 | 17.033.161 |

(*) Parcelas vencidas até 14 dias estão incluídas nas parcelas vencidas.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

| | Banrisul e Banrisul Consolidado | |
|---|---------------------------------|-------------------|
| | 2011 | 2010 |
| Setor Público Municipal | | |
| Governo - Administração Direta e Indireta | 122.238 | 107.095 |
| Atividade Empresarial - Outros Serviços | - | 18.986 |
| Total Setor Público | 122.238 | 126.081 |
| Setor Privado | | |
| Rural | 1.705.091 | 1.284.652 |
| Indústria | 4.032.261 | 3.504.631 |
| Comércio | 2.486.504 | 2.010.770 |
| Serviços e Outros | 2.220.598 | 1.476.456 |
| Pessoa Física (*) | 8.085.493 | 7.345.237 |
| Habitação | 1.740.989 | 1.285.334 |
| Total Setor Privado | 20.270.936 | 16.907.080 |
| Total | 20.393.174 | 17.033.161 |

(*) Inclui R\$2.201.005 (R\$2.190.239 em 2010) de operações de compra de carteira de crédito consignado com coobrigação de outras instituições financeiras.

(d) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito:

A movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, exclusivamente com características de crédito, é a seguinte:

| | Banrisul e Banrisul Consolidado | |
|---|---------------------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 |
| Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Crédito | 1.101.923 | 1.016.754 |
| Constituição Líquida do Exercício | 628.862 | 518.109 |
| Baixas para Contas de Compensação | (413.106) | (432.940) |
| Provisão para Perdas em Operações de Crédito por Níveis de Risco | 1.317.679 | 1.101.923 |
| Provisão sobre Operações de Crédito | | |
| Ativo Circulante | 472.721 | 407.082 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 801.138 | 651.641 |
| Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil | | |
| Ativo Circulante | 3.020 | 3.609 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 7.379 | 5.305 |
| Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito | | |
| Ativo Circulante | 26.436 | 26.250 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 6.985 | 8.036 |

A despesa com a provisão para Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$275.

(e) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito por Níveis de Risco:

| Níveis de Risco | Carteira de Crédito | Provisionamento mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99 | Provisão mínima requerida | Banrisul e Banrisul Consolidado | |
|----------------------|---------------------|---|---------------------------|---------------------------------|------------------|
| | | | | Provisão existente | Total |
| | | | | Provisão Adicional (Nota 03(f)) | |
| AA | 3.386.724 | 0,0% | - | 6.631 | 6.631 |
| A | 9.178.255 | 0,5% | 45.892 | 18.356 | 64.248 |
| B | 3.895.132 | 1,0% | 38.951 | 19.476 | 58.427 |
| C | 1.708.802 | 3,0% | 51.264 | 34.176 | 85.440 |
| D | 533.183 | 10,0% | 53.318 | 10.664 | 63.982 |
| E | 500.213 | 30,0% | 150.064 | 10.004 | 160.068 |
| F | 589.142 | 50,0% | 294.571 | 11.783 | 306.354 |
| G | 108.128 | 70,0% | 75.690 | 3.244 | 78.934 |
| H | 493.595 | 100,0% | 493.595 | - | 493.595 |
| Total em 2011 | 20.393.174 | | 1.203.345 | 114.334 | 1.317.679 |
| Total em 2010 | 17.033.161 | | 1.013.062 | 88.861 | 1.101.923 |

As operações de crédito baixadas a prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 mantidas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação, montavam R\$413.106 (2010 - R\$432.940).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R\$126.384 (2010 - R\$135.439) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Conforme Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, as operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 montavam R\$331.020 (2010 - R\$265.867).

NOTA 08 Outros Créditos

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|--|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Carteira de Câmbio | 638.334 | 398.225 | 638.334 | 398.225 |
| Câmbio Comprado a Liquidar | 613.041 | 381.844 | 613.041 | 381.844 |
| Cambiais e Documentos a Prazo - Moedas Estrangeiras | 186 | - | 186 | - |
| Direitos sobre Vendas de Câmbio | 17.912 | 17.129 | 17.912 | 17.129 |
| Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos | (5.821) | (8.700) | (5.821) | (8.700) |
| Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos | 13.016 | 7.952 | 13.016 | 7.952 |
| Rendas a Receber | 44.176 | 42.248 | 38.777 | 36.388 |
| Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber | 5.399 | 5.860 | - | - |
| Serviços Prestados a Receber | 38.597 | 34.469 | 38.597 | 34.469 |
| Outros | 180 | 1.919 | 180 | 1.919 |
| Negociação e Intermediação de Valores | - | - | 3.223 | 4.951 |
| Negociação e Intermediação de Valores | - | - | 3.223 | 4.951 |
| Créditos Específicos | - | - | 19 | 8 |
| Créditos Específicos | - | - | 19 | 8 |
| Diversos | 1.404.849 | 1.327.839 | 1.475.274 | 1.386.419 |
| Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito | 37.702 | 57.373 | 37.702 | 57.373 |
| Adiantamentos a Empregados | 12.362 | 11.920 | 12.494 | 13.797 |
| Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta | 539 | 446 | 6.446 | 3.251 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 22 (b)) | 700.911 | 616.903 | 705.782 | 621.238 |
| Devedores por Depósito em Garantia (Nota 14 (b)) | 184.704 | 162.382 | 196.336 | 174.215 |
| Impostos e Contribuições a Compensar | 5.165 | 13 | 6.368 | 2.267 |
| Pagamentos a Ressarcir | 42.960 | 86.494 | 42.966 | 87.078 |
| Títulos e Créditos a Receber (*) | 227.762 | 238.809 | 230.281 | 239.731 |
| Transações com Cartões de Crédito | 117.179 | 84.604 | 117.179 | 84.604 |
| Devedores Diversos - País | 75.565 | 68.895 | 119.720 | 102.865 |
| Provisão para Outros Créditos | (55.677) | (73.377) | (57.622) | (73.938) |
| Com Característica de Crédito | (33.421) | (34.286) | (33.421) | (34.286) |
| Sem Característica de Crédito | (22.256) | (39.091) | (24.201) | (39.652) |
| Total de Outros Créditos | 2.031.682 | 1.694.935 | 2.098.005 | 1.752.053 |
| Ativo Circulante | 1.390.488 | 1.084.641 | 1.438.587 | 1.129.070 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 641.194 | 610.294 | 659.418 | 622.983 |

(*) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas de um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2011, totalizavam R\$95.282 (2010 - R\$88.191) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$88.287 (2010 - R\$95.298) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 1% a 8,5% a.a. e indexado à TR e IGPM com vencimento até 2036.



NOTA 09 Permanente

(a) Imobilizado

| Imobilizado de Uso | Taxa | Custo Original | Depreciação Acumulada | Banrisul | |
|---|------|----------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | | | | Saldo Líquido em 2011 | Saldo Líquido em 2010 |
| Imóveis de Uso | 4% | 120.238 | (98.298) | 21.940 | 22.620 |
| Outras Imobilizações de Uso | | | | | |
| Móveis e Equipamentos em Estoque | - | 10.945 | - | 10.945 | 10.728 |
| Imobilizações em Curso | - | 56 | - | 56 | 58 |
| Instalações | 10% | 92.227 | (80.632) | 11.595 | 11.246 |
| Móveis e Equipamentos de Uso | 10% | 74.223 | (53.032) | 21.191 | 20.880 |
| Outros | | | | | |
| Sistema de Comunicação | 10% | 4.445 | (3.973) | 472 | 557 |
| Sistema de Processamento de Dados | 20% | 286.109 | (198.514) | 87.595 | 92.827 |
| Sistema de Segurança | 10% | 9.448 | (7.062) | 2.386 | 2.629 |
| Sistema de Transportes | 20% | 2.248 | (2.086) | 162 | 270 |
| Total em 2011 | | 599.939 | (443.597) | 156.342 | |
| Total em 2010 | | 589.466 | (427.651) | | 161.815 |

| Imobilizado de Uso | Taxa | Custo Original | Depreciação Acumulada | Banrisul Consolidado | |
|---|------|----------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | | | | Saldo Líquido em 2011 | Saldo Líquido em 2010 |
| Imóveis de Uso | 4% | 130.504 | (103.261) | 27.243 | 28.135 |
| Outras Imobilizações de Uso | | | | | |
| Móveis e Equipamentos em Estoque | - | 10.945 | - | 10.945 | 10.728 |
| Imobilizações em Curso | - | 56 | - | 56 | 58 |
| Instalações | 10% | 93.451 | (81.123) | 12.328 | 12.046 |
| Móveis e Equipamentos de Uso | 10% | 78.270 | (55.805) | 22.465 | 21.508 |
| Outros | | | | | |
| Sistema de Comunicação | 10% | 4.445 | (3.973) | 472 | 557 |
| Sistema de Processamento de Dados | 20% | 286.881 | (199.142) | 87.739 | 92.944 |
| Sistema de Segurança | 10% | 9.448 | (7.062) | 2.386 | 2.629 |
| Sistema de Transportes | 20% | 2.313 | (2.116) | 197 | 318 |
| Total em 2011 | | 616.313 | (452.482) | 163.831 | |
| Total em 2010 | | 605.003 | (436.080) | | 168.923 |

(b) Intangível

| Ativos Intangíveis | Taxa | Custo | | Saldo Líquido | | Banrisul Consolidado | |
|---|------|----------------|------------------|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| | | Original | Amortização | em 2011 | em 2010 | em 2011 | em 2010 |
| Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento (*) | | | | | | | |
| Setor Público | 20% | 298.285 | (214.899) | 83.386 | 143.042 | 83.386 | 143.042 |
| Setor Privado | 20% | 27.728 | (11.803) | 15.925 | 19.659 | 15.925 | 19.659 |
| Aquisição de Software | 20% | 38.595 | (31.748) | 6.847 | 7.483 | 7.424 | 7.483 |
| Outros | - | 968 | (623) | 345 | 60 | 925 | 1.087 |
| Total em 2011 | | 365.576 | (259.073) | 106.503 | | 107.660 | |
| Total em 2010 | | 361.221 | (190.977) | | 170.244 | | 171.271 |

(*) Referem-se aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de prioridade no canal de consignação de empréstimos para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 10 Depósitos e Captações no Mercado Aberto

| | Sem | | | | Banrisul | |
|---|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Vencimento | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | 2011 | 2010 |
| Depósitos | | | | | | |
| À Vista (a) | 3.199.122 | - | - | - | 3.199.122 | 3.783.239 |
| Poupança (a) | 5.136.227 | - | - | - | 5.136.227 | 5.579.974 |
| Interfinanceiros | - | 10.201 | - | 22.005 | 32.206 | 12.310 |
| A Prazo (b) | 2.942 | 1.709.035 | 4.871.448 | 7.693.304 | 14.276.729 | 9.913.787 |
| Outros Depósitos | - | - | - | - | - | 471 |
| Total | 8.338.291 | 1.719.236 | 4.871.448 | 7.715.309 | 22.644.284 | 19.289.781 |
| Passivo Circulante | | | | | 14.928.975 | 15.837.402 |
| Passivo Exigível a Longo Prazo | | | | | 7.715.309 | 3.452.379 |
| Captação no Mercado Aberto | | | | | | |
| Carteira Própria | - | 1.401.282 | - | - | 1.401.282 | 1.380.046 |
| Total | - | 1.401.282 | - | - | 1.401.282 | 1.380.046 |

| Banrisul Consolidado | | | | | | |
|---|--------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Sem Vencimento | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | 2011 | 2010 |
| Depósitos | | | | | | |
| A Vista (a) | 3.195.322 | - | - | - | 3.195.322 | 3.779.936 |
| Poupança (a) | 5.136.227 | - | - | - | 5.136.227 | 5.579.974 |
| Interfinanceiros | - | 10.201 | - | 22.005 | 32.206 | 12.310 |
| A Prazo (b) | 2.942 | 1.709.035 | 4.592.102 | 7.693.304 | 13.997.383 | 9.680.314 |
| Outros Depósitos | - | - | - | - | - | 471 |
| Total | 8.334.491 | 1.719.236 | 4.592.102 | 7.715.309 | 22.361.138 | 19.053.005 |
| Passivo Circulante | | | | | 14.645.829 | 15.600.626 |
| Passivo Exigível a Longo Prazo | | | | | 7.715.309 | 3.452.379 |
| Captação no Mercado Aberto | | | | | | |
| Carteira Própria | - 1.331.544 | - | - | - | 1.331.544 | 1.311.160 |
| Total | - 1.331.544 | - | - | - | 1.331.544 | 1.311.160 |

(a) Classificados como sem vencimento, pois podem ser resgatados imediatamente.

(b) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 87% e 13% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 70,04% (2010 – 96,48%) da variação do CDI e os pré-fixados 9,40% (2010 – 8,56%) ao ano.

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 11 Obrigações por Empréstimos

No Exterior - São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo a variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros a taxas entre 2,48% a 5,50% (2010 - 2,00% a 6,50%) ao ano, com vencimento máximo em 1.078 dias (2010 – 1.826 dias).

NOTA 12 Obrigações por Repasses

| Banrisul e Banrisul Consolidado | | | | | | |
|---|--|------------------|----------------------|---------------|------------------|------------------|
| | Repasses do País-Instituições Oficiais | | Repasses do Exterior | | Total | |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Até 90 dias | 94.560 | 249.287 | 8.248 | 7.117 | 102.808 | 256.404 |
| De 91 a 360 dias | 224.199 | 60.555 | 426 | 12.293 | 224.625 | 72.848 |
| De 1 a 3 anos | 383.234 | 325.302 | 21.510 | 5.109 | 404.744 | 330.411 |
| De 3 a 5 anos | 234.902 | 186.680 | 268 | 714 | 235.170 | 187.394 |
| Acima de 5 anos | 275.879 | 235.679 | - | - | 275.879 | 235.679 |
| Total | 1.212.774 | 1.057.503 | 30.452 | 25.233 | 1.243.226 | 1.082.736 |
| Passivo Circulante | 318.759 | 309.842 | 8.674 | 19.410 | 327.433 | 329.252 |
| Passivo Exigível a Longo Prazo | 894.015 | 747.661 | 21.778 | 5.823 | 915.793 | 753.484 |

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e Caixa Econômica Federal). Essas obrigações têm vencimentos mensais até setembro de 2028, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,61% (2010 - 0,90% a 8,00%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar e Cesta de Moedas), e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% (2010 - 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.



NOTA 13 Outras Obrigações

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 34.539 | 23.601 | 34.539 | 23.601 |
| Recebimento de Tributos Federais | 34.310 | 23.589 | 34.310 | 23.589 |
| Outros | 229 | 12 | 229 | 12 |
| Carteira de Câmbio | 30.083 | 18.784 | 30.083 | 18.784 |
| Câmbio Vendido a Liquidar | 18.037 | 16.937 | 18.037 | 16.937 |
| Obrigações por Compras de Câmbio | 549.845 | 397.539 | 549.845 | 397.539 |
| Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 07 (a)) | (537.799) | (395.692) | (537.799) | (395.692) |
| Sociais e Estatutárias | 73.684 | 27.779 | 73.759 | 27.868 |
| Dividendos e Bonificações a Pagar | 67.345 | 24.030 | 67.420 | 24.119 |
| Gratificações e Participações a Pagar | 6.339 | 3.749 | 6.339 | 3.749 |
| Fiscais e Previdenciárias | 731.861 | 624.938 | 742.647 | 634.857 |
| Impostos e Contribuições a Recolher | 53.967 | 50.243 | 55.431 | 51.641 |
| Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro | 250.267 | 169.590 | 257.815 | 176.664 |
| Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 22 (b2)) | 14.070 | 11.635 | 14.353 | 11.636 |
| Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14 (b)) | 413.557 | 393.470 | 415.048 | 394.916 |
| Negociação e Intermediação de Valores | - | - | 3.409 | 2.053 |
| Negociação e Intermediação de Valores | - | - | 3.409 | 2.053 |
| Fundos Financeiros e de Desenvolvimento | 5.098.561 | 4.444.611 | 5.098.561 | 4.444.611 |
| Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 21 (a)) | 5.078.198 | 4.425.023 | 5.078.198 | 4.425.023 |
| Outros | 20.363 | 19.588 | 20.363 | 19.588 |
| Diversos | 1.006.117 | 882.841 | 1.098.049 | 952.697 |
| Cheques Administrativos | 13.343 | 18.536 | 13.343 | 18.536 |
| Credores por Recursos a Liberar | 101.062 | 60.079 | 101.289 | 60.287 |
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos | 8.530 | 3.750 | 8.626 | 3.813 |
| Obrigações por Convênios Oficiais | 32.499 | 19.366 | 32.499 | 19.366 |
| Provisões para Férias e Outros Encargos | 239.232 | 208.131 | 230.542 | 200.870 |
| Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 23) | 64.428 | 63.054 | 64.428 | 63.054 |
| Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 14 (b)) | 122.845 | 111.894 | 134.907 | 123.073 |
| Multas Câmbio Bacen (Nota 14(f)(ii)) | 120.538 | 115.381 | 120.538 | 115.381 |
| Provisão para Riscos Previdenciários (Nota 14 (f)(ii)) | 18.783 | 18.783 | 18.783 | 18.783 |
| Provisão para Perdas de Securitização (*) | 7.670 | 4.907 | 7.670 | 4.907 |
| Provisão para Riscos Cíveis (Nota 14 (b)) | 23.426 | 9.575 | 23.514 | 9.575 |
| Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB) | 8.120 | 7.213 | 8.120 | 7.213 |
| Recursos de FGTS para Amortizações | 3.636 | 3.458 | 3.636 | 3.458 |
| Credores Diversos - País | 72.746 | 104.949 | 159.573 | 169.593 |
| Transações de Cartões a Pagar | 104.478 | 76.714 | 104.478 | 76.714 |
| Outros | 64.781 | 57.051 | 66.103 | 58.074 |
| Total de Outras Obrigações | 6.974.845 | 6.022.554 | 7.081.047 | 6.104.471 |
| Passivo Circulante | 6.324.373 | 5.468.951 | 6.430.575 | 5.550.378 |
| Passivo Exigível a Longo Prazo | 650.472 | 553.603 | 650.472 | 554.093 |

(*) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$25.776 (2010 - R\$40.053), controlada em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

(b) Movimentação das Provisões

| | Banrisul | | | | |
|--|----------|--------------|--------|---------|----------|
| | Fiscais | Trabalhistas | Cíveis | Outros | Total |
| Saldo Inicial em 31/12/2010 | 393.470 | 111.894 | 9.575 | 134.164 | 649.103 |
| Constituição e Atualização Monetária | 20.087 | 92.920 | 15.260 | 5.157 | 133.424 |
| Reversão da Provisão | - | - | (767) | - | (767) |
| Baixas por Pagamento | - | (81.969) | (642) | - | (82.611) |
| Saldo Final em 31/12/2011 | 413.557 | 122.845 | 23.426 | 139.321 | 699.149 |
| Depósitos em Garantia (Nota 08) | - | 100.394 | 66.895 | 17.415 | 184.704 |

| | Banrisul Consolidado | | | | |
|--|----------------------|--------------|--------|---------|----------|
| | Fiscais | Trabalhistas | Cíveis | Outros | Total |
| Saldo Inicial em 31/12/2010 | 394.916 | 123.073 | 9.575 | 134.164 | 661.728 |
| Constituição e Atualização Monetária | 20.132 | 96.122 | 15.348 | 5.157 | 136.759 |
| Reversão da Provisão | - | (80) | (767) | - | (847) |
| Baixas por Pagamento | - | (84.208) | (642) | - | (84.850) |
| Saldo Final em 31/12/2011 | 415.048 | 134.907 | 23.514 | 139.321 | 712.790 |
| Depósitos em Garantia (Nota 08) | 1.564 | 108.953 | 68.404 | 17.415 | 196.336 |

(c) Provisões Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. Quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

A principal causa de natureza fiscal se refere ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do *déficit* atuarial junto à Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005 no montante de R\$413.557. O Banrisul, através de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto e, registrou provisão para contingências no valor estimado da perda.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$41.835 (Consolidado – R\$59.921). De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

(d) Provisões Trabalhistas

São ações movidas principalmente pelos sindicatos e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas.

Registra a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$81.280 (Consolidado - R\$89.040). Adicionalmente, o valor de R\$19.114 (Consolidado - R\$19.913) foi exigido para os recursos processuais.

Existem causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$49.253 (Consolidado – R\$50.212). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já provisionados, existem



também pedidos na mesma ação que são considerados como de perda possível, no montante de R\$188.722 (Consolidado – R\$194.983). De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

(e) Provisões Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registra a provisão constituída, quando do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda R\$136.467 (Consolidado – R\$138.576) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis.

(f) Outros

i) Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$120.538.

ii) Notificação fiscal de débito do INSS referente a cobrança previdenciária sobre verbas que não possuem natureza salarial e salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$18.783.

NOTA 15 Receitas de Prestação de Serviços

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Administração de Fundos | 61.416 | 56.494 | 64.007 | 63.185 |
| Cobrança de Títulos | 46.690 | 43.195 | 46.690 | 43.464 |
| Rendas de Taxas de Administração de Consórcios | - | - | 15.709 | 12.051 |
| Rendas de Corretagens de Operações | - | - | 4.156 | 4.272 |
| Outras Receitas de Serviços | 1.261 | 930 | 22.982 | 28.209 |
| Total | 109.367 | 100.619 | 153.544 | 151.181 |

NOTA 16 Rendas de Tarifas Bancárias

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Banricompras | 101.842 | 85.917 | 101.842 | 85.917 |
| Devolução de Cheques | 18.737 | 18.611 | 18.737 | 18.611 |
| Débitos em Conta | 23.811 | 21.756 | 23.811 | 21.756 |
| Serviços de Arrecadação | 59.551 | 58.157 | 59.551 | 58.157 |
| Transações com Cheques | 12.766 | 14.589 | 12.766 | 14.589 |
| Tarifas Bancárias de Contas Correntes | 270.776 | 248.538 | 270.776 | 248.538 |
| Cartão de Crédito | 9.684 | 12.181 | 9.684 | 12.181 |
| Outras Receitas de Tarifas | 36.058 | 30.742 | 51.264 | 30.731 |
| Total | 533.225 | 490.491 | 548.431 | 490.480 |

Do montante de R\$533.225 de rendas do exercício, R\$254.750 (2010 - R\$242.036) são provenientes de operações com pessoas físicas e R\$278.475 (2010 - R\$248.455) com pessoas jurídicas.

NOTA 17 Outras Despesas Administrativas

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Processamento de Dados e Telecomunicações | 146.015 | 147.829 | 152.227 | 152.588 |
| Vigilância, Segurança e Transporte de Valores | 83.431 | 75.653 | 83.431 | 75.653 |
| Amortização e Depreciação | 111.293 | 109.004 | 111.862 | 109.728 |
| Aluguéis e Condomínios | 58.077 | 53.177 | 56.941 | 51.619 |
| Materiais | 23.655 | 22.908 | 23.705 | 22.975 |
| Serviços de Terceiros | 140.933 | 122.519 | 144.326 | 125.327 |
| Propaganda, Promoções e Publicidade (*) | 64.885 | 102.337 | 65.606 | 104.079 |
| Manutenção e Conservação | 21.937 | 23.657 | 22.194 | 23.852 |
| Água, Energia e Gás | 18.145 | 17.690 | 18.384 | 17.913 |
| Serviços do Sistema Financeiro | 21.892 | 20.030 | 23.455 | 20.929 |
| Outras | 36.249 | 36.786 | 39.230 | 38.563 |
| Total | 726.512 | 731.590 | 741.361 | 743.226 |

(*) É composto principalmente por R\$15.829 (2010 - R\$37.675) de despesa com propaganda institucional e R\$36.587 (2010 - R\$53.598) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 18 Outras Receitas Operacionais

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Recuperação de Encargos e Despesas | 55.719 | 49.099 | 50.792 | 47.962 |
| Reversão de Provisões Operacionais para: | | | | |
| Trabalhistas | - | - | 80 | 3.031 |
| Cível | 767 | - | 767 | - |
| Outros | 34.159 | 33.252 | 34.159 | 33.252 |
| Perdas de Securitização | 730 | 3.167 | 730 | 3.167 |
| Outros Tributos | - | 61 | - | 61 |
| Comissão sobre Títulos de Capitalização | 5.664 | 3.070 | 5.664 | 3.070 |
| Tarifas Interbancárias | 20.049 | 21.020 | 20.049 | 21.020 |
| Ajuste Cambial - Dependências no Exterior | 14.193 | - | 14.193 | - |
| Títulos de Créditos a Receber | 8.244 | 9.953 | 8.244 | 9.953 |
| Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069 | 25.712 | 16.782 | 25.712 | 16.782 |
| Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros | 2.641 | 2.374 | 2.641 | 2.374 |
| Outras Receitas Operacionais | 77.653 | 67.423 | 79.906 | 68.231 |
| Total | 245.531 | 206.201 | 242.937 | 208.903 |

NOTA 19 Outras Despesas Operacionais

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Descontos Concedidos de Renegociações | 13.862 | 7.497 | 13.862 | 7.497 |
| Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 14 (b)) | 92.920 | 90.383 | 96.122 | 90.383 |
| Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso | 3.064 | 3.298 | 3.064 | 3.298 |
| Despesas com Provisões para Perdas de Securitização | 3.493 | 645 | 3.493 | 645 |
| Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 14 (b)) | 15.260 | 2.716 | 15.348 | 2.716 |
| Despesas com Arrecadação de Tributos Federais | 3.671 | 2.345 | 3.671 | 2.345 |
| Despesas com Atualização da Provisão para Riscos | | | | |
| Fiscais (CS/IR) - (Nota 14 (b)) | 20.087 | 17.081 | 20.132 | 17.123 |
| Despesas com Indenizações - Processos Administrativos | 110 | 7.762 | 110 | 7.762 |
| Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 14 (b)) | 5.157 | 4.276 | 5.157 | 4.276 |
| Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação | | | | |
| Banrisul | 7.302 | 9.825 | 7.302 | 9.825 |
| Despesas de Cheque Especial e Banricompras Premiável | - | 704 | - | 704 |
| Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB... | 2.161 | 1.046 | 2.161 | 1.046 |
| Ajuste Cambial - Dependências no Exterior | - | 4.961 | - | 4.961 |
| Despesas com Processos Judiciais | 14.895 | 7.396 | 14.895 | 7.396 |
| Despesas com Cartões | 3.650 | 3.851 | 3.650 | 3.851 |
| Bônus Cartão Banrisul de Vantagens | 5.149 | - | 5.149 | - |
| Outras Despesas Operacionais | 41.736 | 20.427 | 42.475 | 21.538 |
| Total | 232.517 | 184.213 | 236.591 | 185.366 |



NOTA 20 Patrimônio Líquido - Banrisul

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2011 é de R\$3.200.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme abaixo:

| | ON | | PNA | | PNB | | Total | |
|---|--------------------|---------------|------------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Estado do Rio Grande do Sul | 204.199.859 | 99,59 | 2.721.484 | 76,08 | 26.086.957 | 13,02 | 233.008.300 | 56,97 |
| Fundação Banrisul de Seguridade Social | 449.054 | 0,22 | 158.983 | 4,45 | - | 0,00 | 608.037 | 0,15 |
| Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul | 44.934 | 0,02 | 168.612 | 4,71 | - | 0,00 | 213.546 | 0,05 |
| Outros | 349.527 | 0,17 | 528.108 | 14,76 | 174.266.959 | 86,98 | 175.144.594 | 42,83 |
| Total | 205.043.374 | 100,00 | 3.577.187 | 100,00 | 200.353.916 | 100,00 | 408.974.477 | 100,00 |

No exercício de 2011, houve a conversão das ações entre PNA e PNB no montante de 88.172 ações.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 29 de abril de 2011, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$300.000, sem emissão de novas ações, já homologado pelo Bacen.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- ii) Direito de participar, depois de pago às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (II) 25% para constituição de Reserva Estatutária, (III) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

Em 29 de abril de 2011, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2011, no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os

quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$216.988, referente ao exercício de 2011 (2010 - R\$193.327), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento destes juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$92.657 (2010 - R\$81.943) (Nota 22 (a)).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está assim representada:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|----------------|----------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 904.349 | 741.242 |
| Ajuste | | |
| Reserva Legal | (45.217) | (37.062) |
| Base de Cálculo dos Dividendos | 859.132 | 704.180 |
| Dividendo Mínimo Obrigatório 25% | 214.783 | 176.045 |
| Dividendo Adicional 15% | 128.870 | 105.627 |
| Total dos Dividendos | 343.653 | 281.672 |
| A) Juros sobre Capital Próprio Pagos | 216.988 | 193.327 |
| Ações Ordinárias (R\$566,30967 por lote de mil ações) | 116.119 | 102.694 |
| Ações Preferenciais A (R\$575,99394 por lote de mil ações) | 2.093 | 1.896 |
| Ações Preferenciais B (R\$566,30967 por lote de mil ações) | 113.430 | 100.268 |
| Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio | (14.654) | (11.531) |
| B) Dividendos Pagos | 60.000 | 65.000 |
| Ações Ordinárias (R\$146,57944 por lote de mil ações) | 30.055 | 32.559 |
| Ações Preferenciais A (R\$161,23738 por lote de mil ações) | 577 | 641 |
| Ações Preferenciais B (R\$146,57944 por lote de mil ações) | 29.368 | 31.800 |
| C) Dividendos Provisionados | 66.665 | 23.345 |
| Ações Ordinárias (R\$162,86347 por lote de mil ações) | 33.394 | 11.694 |
| Ações Preferenciais A (R\$179,14982 por lote de mil ações) | 641 | 230 |
| Ações Preferenciais B (R\$162,86347 por lote de mil ações) | 32.630 | 11.421 |
| Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C) | 343.653 | 281.672 |

NOTA 21 Compromissos, Garantias e Outros

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 12.585 de 29 de agosto de 2006, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2011, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$7.115.644 (2010 - R\$6.468.023), do qual R\$2.043.000 (2010 - R\$2.043.000) foi transferido para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 13).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$598.698 (2010 - R\$507.513), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 479.704 mil títulos de clientes (2010 - 439.491 mil).



Banrisul

(d) O Banrisul possui coobrigações em créditos abertos para importação no valor de R\$56.840 (2010 - R\$51.853).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fundos de Investimentos (*)..... | 5.190.678 | 5.267.017 | 5.190.678 | 5.284.694 |
| Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos | | | | |
| de Investimentos | 117.429 | 119.164 | 117.429 | 119.164 |
| Fundos de Ações | 83.722 | - | 83.722 | 132.947 |
| Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida | | | | |
| Pública do Estado do Rio Grande do Sul | 497.382 | 229.362 | 497.382 | 229.362 |
| Carteiras Administradas | 1.242.669 | 485.387 | 1.242.669 | 499.414 |
| Clubes de Investimentos | - | - | 3.813 | 1.588 |
| Total | 7.131.880 | 6.100.930 | 7.135.693 | 6.267.169 |

(*) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 135 grupos (122 em 2010) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 26.881 consorciados ativos (23.382 em 2010).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2011 é de R\$154.086, sendo R\$40.939 com vencimento até um ano, R\$99.558 de um a cinco anos e R\$13.589 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizavam R\$52.830.

NOTA 22 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|--|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Lucro do Período antes da Tributação e Participações | 1.349.375 | 1.128.210 | 1.372.292 | 1.147.824 |
| Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25% | (337.344) | (282.053) | (343.073) | (286.956) |
| Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9% | - | - | (12.292) | (1.345) |
| Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15% | (202.406) | (169.232) | (186.644) | (169.932) |
| Total do Imposto de Renda e Contribuição Social | | | | |
| pelas Alíquotas Efetivas | (539.750) | (451.285) | (542.009) | (458.233) |
| Ajuste Multa Câmbio | (2.063) | (1.710) | (2.063) | (1.710) |
| Participação dos Empregados nos Resultados | 24.851 | 19.709 | 24.851 | 19.709 |
| Juros sobre o Capital Próprio | 92.657 | 81.943 | 92.657 | 81.943 |
| Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências ... | 23.485 | 13.593 | 7.483 | (1.985) |
| Outras Adições, Líquidas das Exclusões | 17.923 | 54 | 13.468 | 3.220 |
| Total do Imposto de Renda e Contribuição Social | (382.897) | (337.696) | (405.613) | (357.056) |
| Corrente | (464.470) | (354.360) | (487.440) | (372.518) |
| Diferido | 81.573 | 16.664 | 81.827 | 15.462 |

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em dezembro de 2011 o Banrisul possuía Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

(b1) Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

| | Banrisul | | |
|---|------------------------|----------------|------------------------|
| | Saldo em 31/12/2010 | Constituição | Realização |
| | | | Saldo em 31/12/2011 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 452.612 | 247.384 | 180.540 |
| Provisão para Riscos Trabalhistas | 44.758 | 37.168 | 32.788 |
| Provisão para Riscos Fiscais | 76.892 | 8.291 | 257 |
| Outras Provisões Temporárias | 42.664 | 10.392 | 5.642 |
| Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias | 616.926 | 303.235 | 219.227 |
| Créditos não Registrados | (23) | - | - |
| Total de Créditos Tributários Registrados | 616.903 | 303.235 | 219.227 |
| Obrigações Fiscais Diferidas | (11.635) | (2.435) | - |
| Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas | 605.268 | 300.800 | 219.227 |

| | Banrisul Consolidado | | |
|---|------------------------|----------------|------------------------|
| | Saldo em 31/12/2010 | Constituição | Realização |
| | | | Saldo em 31/12/2011 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 452.612 | 247.617 | 180.540 |
| Provisão para Riscos Trabalhistas | 48.559 | 38.257 | 33.547 |
| Provisão para Riscos Fiscais | 77.384 | 8.306 | 257 |
| Outras Provisões Temporárias | 42.706 | 10.392 | 5.684 |
| Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias | 621.261 | 304.572 | 220.028 |
| Créditos não Registrados | (23) | - | - |
| Total de Créditos Tributários Registrados | 621.238 | 304.572 | 220.028 |
| Obrigações Fiscais Diferidas | (11.636) | (2.717) | - |
| Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas | 609.602 | 301.855 | 220.028 |

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

| | Diferenças Temporárias | | | Banrisul | Banrisul Consolidado |
|----------------------------|------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------------|
| Ano | Imposto de Renda | Contribuição Social | Total | Totais Registrados | Totais Registrados |
| 2012 | 170.659 | 102.395 | 273.054 | 273.054 | 273.514 |
| 2013 | 106.339 | 63.803 | 170.142 | 170.142 | 170.601 |
| 2014 | 77.646 | 46.587 | 124.233 | 124.233 | 124.693 |
| 2015 | 58.887 | 35.333 | 94.220 | 94.220 | 94.680 |
| 2016 | 15.598 | 9.358 | 24.956 | 24.956 | 25.416 |
| 2017 a 2019 | 7.739 | 4.643 | 12.382 | 12.382 | 14.128 |
| 2020 a 2022 | 1.202 | 722 | 1.924 | 1.924 | 2.750 |
| Após 2022 | 14 | 9 | 23 | - | - |
| Total em 31/12/2011 | 438.084 | 262.850 | 700.934 | 700.911 | 705.782 |
| Total em 31/12/2010 | 385.579 | 231.347 | 616.926 | 616.903 | 621.238 |

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$533.788, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b2) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

| | Banrisul | | Banrisul Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|----------------------|-----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Superveniência de Depreciação | (13.943) | (11.626) | (13.943) | (11.626) |
| Títulos Próprios Disponíveis para Venda | (127) | (9) | (127) | (9) |
| Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação | - | - | (283) | (1) |
| Total | (14.070) | (11.635) | (14.353) | (11.636) |



NOTA 23 Fundação Banrisul de Seguridade Social e Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Serviços, da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A partir de 6 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev, que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo "contribuição variável", entrou em funcionamento em novembro de 2009. A partir da sua implantação, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação Banrisul recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários e dos seus assistidos. O montante das contribuições do Banrisul no exercício totalizou R\$12.336 (2010 - R\$11.761), correspondendo, em 31 de dezembro de 2011, a 3,17% (2010 - 3,51%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados e foi imputado às despesas operacionais.

(a) Plano de Benefícios I - Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

Relativo a este plano, o Banrisul possui parcela remanescente de dívida contratada no montante de R\$64.428 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$63.054) registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 13). Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, através de atualizações e pagamentos mensais, e com prazo final em 2028.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos nos parágrafos 76-81 da CVM-600, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em

Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativo ao Plano de Benefícios I apresenta o seguinte resultado:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>01/01/2010</u> |
|---|----------------------|-------------|-----------------------|
| Valor Presente das Obrigações Atuariais | (3.136.522) | (2.787.358) | (2.301.202) |
| Valor Justo dos Ativos do Plano | 2.758.557 | 2.636.530 | 2.491.893 |
| Perdas Atuariais não Reconhecidas | 436.516 | 150.828 | - |
| Ativo Atuarial | <u>58.551</u> | - | <u>190.691</u> |

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Em 1º de Janeiro | <u>2.787.358</u> | <u>2.301.202</u> |
| Custo do Serviço Corrente | 23.470 | 19.780 |
| Custo Financeiro | 290.349 | 253.249 |
| Perdas (Ganhos) Atuariais | 206.788 | 365.909 |
| Benefícios Pagos | (171.443) | (152.782) |
| Em 31 de Dezembro | <u>3.136.522</u> | <u>2.787.358</u> |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no período apresentado é a seguinte:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Em 1º de Janeiro | <u>2.636.530</u> | <u>2.491.893</u> |
| Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano | 340.498 | 300.428 |
| Ganhos (Perdas) Atuariais | (77.974) | (34.119) |
| Contribuições do Empregador e Empregados | 30.946 | 31.110 |
| Benefícios Pagos | (171.443) | (152.782) |
| Em 31 de Dezembro | <u>2.758.557</u> | <u>2.636.530</u> |

Custo do plano de pensão líquido do período:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|------------------------|------------------------|
| Custo dos Serviços Correntes | 23.470 | 19.780 |
| Custo Financeiro | 290.349 | 253.249 |
| Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*) | (340.498) | (300.428) |
| Contribuição dos Empregados | (21.969) | (20.817) |
| Saldo em 31 de Dezembro | <u>(48.648)</u> | <u>(48.216)</u> |

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$262.524 (2010 – R\$266.309).

(b) Banrisulprev - Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- i) Parcela Básica: 1% aplicado sobre o salário de participação;
- ii) Parcela Adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- iii) Parcela Variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.



Banrisul

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativos ao Plano Banrisulprev apresenta o seguinte resultado:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>01/01/2010</u> |
|--|-------------|-------------|-------------------|
| Valor Presente das Obrigações Atuariais | (1.233) | (840) | (669) |
| Valor Justo dos Ativos do Plano | 309 | 121 | 103 |
| Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidas | 320 | 132 | - |
| Custo do Serviço Passado não Reconhecido | 514 | 540 | 566 |
| Passivo Atuarial Líquido | (90) | (47) | - |

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---------------------------------|--------------|-------------|
| Em 1º de Janeiro | 840 | 571 |
| Custo do Serviço Corrente | 153 | 58 |
| Custo Financeiro | 82 | 65 |
| Perdas (Ganhos) Atuariais | 312 | 146 |
| Benefícios Pagos | (154) | - |
| Em 31 de Dezembro | 1.233 | 840 |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano Banrisulprev no período apresentado é a seguinte:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|-------------|-------------|
| Em 1º de Janeiro | 121 | 5 |
| Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano | 16 | 5 |
| Ganhos (Perdas) Atuariais | 101 | (11) |
| Contribuições do Empregador e Empregados | 225 | 122 |
| Benefícios Pagos | (154) | - |
| Em 31 de Dezembro | 309 | 121 |

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|-------------|-------------|
| Custo dos Serviços Correntes | 153 | 58 |
| Custo Financeiro | 82 | 65 |
| Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano | (16) | (5) |
| Resultado de (Ganhos) Perdas Atuariais, Líquido | 2 | - |
| Custo do Serviço Passado | 26 | 26 |
| Contribuição dos Empregados | (94) | (36) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 153 | 108 |

(c) Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - O Banrisul oferece planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento, através da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

A avaliação atuarial dos planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento apresentava o seguinte resultado:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>01/01/2010</u> |
|--|--------------|-----------------|-------------------|
| Valor Presente das Obrigações Atuariais | (110.598) | (129.621) | (107.882) |
| Valor Justo dos Ativos do Plano | 139.176 | 110.322 | 92.989 |
| Perdas (Ganhos) Atuariais não Reconhecidos | (22.943) | 4.140 | - |
| Ativo (Passivo) Atuarial Líquido | 5.635 | (15.159) | (14.893) |

Os efeitos provenientes das avaliações para os períodos de 01 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010, foram integralmente compensadas pelo resultado atuarial apurado em 31/12/2011.

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

| | 2011 | 2010 |
|---------------------------------|----------|---------|
| Em 1º de Janeiro | 129.621 | 107.882 |
| Custo do Serviço Corrente | 1.746 | 1.652 |
| Custo Financeiro | 13.690 | 12.049 |
| Perdas (Ganhos) Atuariais | (29.937) | 12.358 |
| Benefícios Pagos | (4.522) | (4.320) |
| Em 31 de Dezembro | 110.598 | 129.621 |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de saúde no período apresentado é a seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|---|----------|----------|
| Em 1º de Janeiro | 110.322 | 92.989 |
| Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano | 11.111 | 9.422 |
| Ganhos (Perdas) Atuariais | (14.320) | 9.211 |
| Contribuições do Empregador e Empregados | 21.124 | 13.673 |
| Benefícios Pagos | (8.863) | (14.973) |
| Reversão do Fundo Ativo Excedente | 19.802 | - |
| Em 31 de Dezembro | 139.176 | 110.322 |

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

| | 2011 | 2010 |
|---|----------|---------|
| Custo dos Serviços Correntes | 1.746 | 1.652 |
| Custo Financeiro | 13.690 | 12.049 |
| Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*) | (11.111) | (9.422) |
| Resultado de (Ganhos) Perdas Atuariais, Líquido | (70) | - |
| Em 31 de Dezembro | 4.255 | 4.279 |

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de perda R\$3.209 (2010 – ganho R\$18.633).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

| | 2011 | 2010 | 01/01/2010 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Taxa de Desconto | 10,38% a.a. | 10,77% a.a. | 11,40% a.a. |
| Taxa de Inflação | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano | | | |
| Plano de Benefícios I | 13,17% a.a. | 13,28% a.a. | 12,36% a.a. |
| Plano Banrisulprev | 13,34% a.a. | 12,01% a.a. | 12,39% a.a. |
| Plano de Saúde | 11,98% a.a. | 10,69% a.a. | 10,58% a.a. |
| Crescimentos Salariais Futuros | 7,64% a.a. | 6,59% a.a. | 6,59% a.a. |
| Crescimento dos Custos Médicos | 7,64% a.a. | 7,64% a.a. | 7,64% a.a. |
| Tábua de Mortalidade | AT - 2000 | AT - 2000 | AT - 2000 |

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

(d) Outros Benefícios de Longo Prazo – Prêmio de Aposentadoria - O Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão existente para este benefício é de R\$88.487 (2010 - R\$78.036), considerando os encargos incidentes.

NOTA 24 Instrumentos e Gestão de Riscos Financeiros

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para o Banrisul. Os riscos intrínsecos abrangem desde aqueles facilmente identificáveis, como os riscos de mercado, de liquidez, de crédito, assim como os não diretamente identificados como tal, mas também de extrema importância, tais como risco operacional e de imagem, dentre outros.

O Banrisul procura alinhar suas atividades aos padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capital - Basileia II, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. São processos contínuos nesse escopo, o aprimoramento sistemático de políticas de risco,



Banrisul

sistemas de controles internos e normas de segurança integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

A estrutura de avaliação de riscos do Banrisul está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem, desde a extensa rede de agências, com suas diversas categorias, até as esferas diretivas e seus comitês de risco e crédito na Direção-Geral. Esse processo objetiva agilizar a concessão com base em limites tecnicamente predefinidos, que determinam a exposição que o Banrisul está disposto a operar com cada cliente, atendendo o binômio risco/retorno.

A contínua e crescente utilização de metodologias estatísticas para avaliação de risco de clientes, com a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios aliada à otimização dos controles sobre as informações cadastrais através de um modelo de certificação, intensificaram e fortaleceram as avaliações. A adoção de sistema de *credit score* e *behaviour score* oportunizou o estabelecimento de créditos pré-aprovados à pessoa física de acordo com classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, considerados conceitualmente mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento corporativo, o Banrisul adota técnicas que avaliam as empresas sob os prismas financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas que ainda observam cenários econômico e concorrencial contemporâneos e prospectivos, inserindo as empresas nestes ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz uma postura seletiva e conservadora, seguindo estratégias definidas pela Administração e por áreas técnicas da corporação.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito Diretas e Operações de Repasse por Meio de Agentes Financeiros - O Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal. Nos compromissos de empréstimo, são incluídas todas as quantias sacadas além do valor que poderá ter sido retirado à época da inadimplência, se esta vier a ocorrer.

Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banrisul com relação ao montante da perda estabelecido por uma ação, se a inadimplência ocorrer. Este montante é expresso como perda percentual por unidade de exposição e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da ação e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitigação de crédito.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos.

A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a

segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho da Administração, se for o caso.

A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive os agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem exposições registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos são monitoradas mensalmente.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos Relacionados a Crédito representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros. Ainda, referem-se a contratos cujos recursos serão liberados mediante o cumprimento de alguma exigência contratual, conforme cronograma de etapas de construção, como ocorre em alguns contratos imobiliários.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

Risco de Mercado - O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banco, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A carteira *trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A carteira *banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da carteira *trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da carteira *banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.



A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade - Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*). Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2011.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2011.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2011.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$1,88 de 31/12/2011 (PTAX - Bacen).

Valores Resultantes do Teste de Sensibilidade

| Fator de Risco | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 |
|-------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Taxa de Juros | 178 | 4.386 | 8.652 |
| Moeda Estrangeira | 1.120 | 28.009 | 56.017 |
| Renda Variável | 128 | 3.201 | 6.402 |
| Total | <u>1.426</u> | <u>35.596</u> | <u>71.071</u> |

Definições:

Taxa de Juros – Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.

Moeda Estrangeira – Exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – Exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, podemos identificar no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 79% de toda a perda esperada para os três cenários. Do Cenário 1 para o Cenário 2, observamos um crescimento de 96% da maior perda esperada considerando o total de exposição de todos os fatores de risco. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 50%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (50%), no valor total de R\$71.071.

Risco de Liquidez – O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo financeiro e satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O risco de liquidez do Banrisul é gerenciado através da análise da projeção do Fluxo de Caixa, contemplando diferentes cenários de mercado. Nas posições de ativos, são consideradas a evolução da carteira de crédito e de liquidação dos instrumentos financeiros. Para os passivos, as premissas adotadas incluem a possibilidade de resgates antecipados e também de rolagem das captações menor do que o previsto.

A Gestão Consolidada do Risco de Liquidez do Banrisul é atribuição da Unidade de Riscos Corporativos. Esta gestão tem por objetivo acompanhar a disponibilidade de recursos para fazer face às suas necessidades financeiras sob o ponto de vista das captações e alocações, maturidade dos negócios e referenciais, a fim de evitar desajustes significativos, que possam comprometer a liquidez da Instituição e o planejamento orçamentário. A Instituição mantém seus controles sob o ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras da Resolução nº 2.804/00, do Conselho Monetário Nacional - CMN e da Circular 3.393/07 do Bacen, que estabelece acompanhamento condizente com as posições assumidas no mercado financeiro, de modo a evidenciar o risco de liquidez decorrente dessas exposições. Para monitorar estes resultados são elaborados o Fluxo de Caixa Diário, Mapas das Posições das Carteiras, Mapas de Descasamentos de Prazos e Moedas, Mapa *Duration* das operações dentre outros. Diariamente, são disponibilizados ao Diretor Financeiro e ao Diretor de Controle e Riscos estas informações.

Mensalmente é elaborado o Relatório de Risco de Mercado e Liquidez com os principais fatos ocorridos no mês. Este procedimento tem como propósito evidenciar as diretrizes e políticas vigentes da Instituição e garantir a observância de limites das exposições para o risco de mercado e liquidez, através do referendo dos Comitês de Riscos Corporativos, de Gestão Bancária, Comitê Econômico, Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Derivativos – O Banrisul não contratou operações denominadas de *target forward swap* ou outro tipo de derivativo alavancado, sendo que não estão previstas em suas políticas, operações que não objetivem *hedge* de suas posições ativas e passivas.

O Banrisul não possui operações de Instrumentos Financeiros Derivativos em sua carteira em 31 de dezembro de 2011, motivo pelo qual não está divulgando o quadro da análise de sensibilidade relacionado a estas operações.

(d) Índice de Basileia

O Índice de Basileia representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência – PR, e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido – PRE. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN é de 11%. O CMN ainda determina que o valor mínimo do Patrimônio de Referência seja igual à soma das parcelas calculadas para os riscos de crédito, de mercado e operacional. O Banrisul está enquadrado nesse limite operacional em 31 de dezembro de 2011.

| | <u>Banrisul Consolidado</u> |
|--|-----------------------------|
| | <u>2011</u> |
| Patrimônio de Referência Nível I | 4.400.384 |
| Patrimônio Líquido | 4.122.057 |
| Contas de Resultado Credoras | 3.803.779 |
| Contas de Resultado Devedoras | 3.455.127 |
| Ativo Permanente Diferido | 10.124 |
| Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos | (7.220) |
| Dividendos e Bonificações a Distribuir | 67.421 |
| Patrimônio de Referência Nível II | (7.220) |
| Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos | (7.220) |
| Patrimônio de Referência (PR) | 4.393.164 |
| Patrimônio de Referência Exigido (PRE) | 2.803.813 |
| Parcela Referente ao: | |
| Risco de Crédito (PEPR) | 2.380.332 |
| Risco de Juros (PJUR) | 1.224 |
| Risco de Ações (PACS) | 2.049 |
| Risco Operacional (POPR) | 420.208 |
| Parcela Referente Risco da Carteira <i>Banking</i> (RBAN) | 141.987 |
| Valor da Margem ou Insuficiência (PR-PRE-RBAN) | 1.447.364 |
| Índice de Basileia (Fator de Risco/PRE) | 17,24% |
| Índice de Imobilização | 4,14% |
| Margem de Imobilização | 2.014.514 |



NOTA 25 Transações com Partes Relacionadas

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. mantém relacionamentos comerciais com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as empresas por ele controladas, Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS e Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS, a seguir demonstradas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Em 29 de junho de 2007 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1959/2007, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegura ao Banrisul a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS), pelo prazo de cinco anos e mantendo a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, devido à reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários.

O Banrisul também é prestador de serviços nos repasses financeiros realizados pelas secretarias quanto à destinação de valores vinculados aos programas sociais e efetua serviços de atualização de dados cadastrais de servidores inativos e de detentores de pensões especiais ou vitalícias oriundas da Administração Direta. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul efetua também o pagamento de fornecedores relacionados ao sistema de Finanças Públicas e processa as movimentações relacionadas ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, responsável por centralizar em conta bancária única as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e suas controladas. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul também efetua para diversas fundações e autarquias outros serviços, de cobrança através de arrecadação e fornecimento de tíquetes/cartão refeição e combustível. Esses serviços geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, receita no valor de R\$9.142. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

O Banrisul adquiriu direitos de créditos do FCVS, conforme descrito na Nota 06. Em 31 de dezembro de 2011, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos de rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$625.417. Esses títulos foram adquiridos originalmente com deságio e com a troca simultânea da contratação de instrumento de indexador para Selic através de contrato de *swap*. Em 07 de dezembro de 2010, com o objetivo de simplificar a estrutura dessa operação bem como dos fluxos de caixa gerados nas liquidações as partes aditaram o contrato, cancelando as cláusulas de equalização de taxas, na modalidade *swap*, e compensando os ajustes a receber apurados até aquela data-base, não impactando no resultado do Banrisul.

O Banrisul possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, despesas no montante de R\$1.005.

O Banrisul possui acordo com o Estado de cessão de funcionários, onde o Estado cedeu 11 (onze) funcionários e recebeu 8 (oito) funcionários alocados em Secretarias e Fundações. Os custos com esses funcionários são ressarcidos pelas partes.

Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O Banrisul é também agente arrecadador pelo serviço de arrecadação das contas de consumo emitidas pela CEEE, pelo fornecimento de cartão combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi remunerado em R\$3.562 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal. O Banrisul é também agente arrecadador das contas de consumo emitidas pela CORSAN, pelo fornecimento de cartão combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi remunerado em R\$4.083 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

SULGÁS, CEASA, CESA, CIEL, CORAG, CRM e PROCERGS - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e, com a SULGÁS, a CEASA e a CESA, possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural emitida por estas Companhias e o fornecimento de tíquete/cartão refeição e combustível também é de responsabilidade do Banrisul e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi remunerado em R\$277 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

A SULGÁS possui ainda aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do CDI, bem como o Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural e o fornecimento de tíquetes/cartão refeição também são de responsabilidade do Banrisul e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi remunerado em R\$51 sobre estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banrisul possui acordo de cessão de funcionários, onde o Banrisul cedeu 5 (cinco) funcionários. Os custos com estes funcionários são ressarcidos pelas partes.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento relativos aos funcionários alocados no Rio Grande do Sul, sendo também responsável pelo serviço de cobrança escritural.

Fundação Banrisul de Seguridade Social - Conforme descrito na Nota 23, o Banrisul possui dívida contratada em 31 de março de 1998, relativa a parcela remanescente do *déficit* atuarial, no montante de R\$64.428. Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela



variação do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna – IGP-DI, através de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

Para a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários, o Banrisul contribuiu para a Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$12.336 conforme descrito na Nota 23.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento do pessoal bem como de aposentadorias e pensões dos beneficiários da Fundação Banrisul.

A Fundação possui também fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banrisul foi remunerado em R\$305. As aplicações financeiras efetuadas pela Fundação Banrisul junto ao Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes à Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, despesas no montante de R\$5.519.

Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, despesas no montante de R\$22.064.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e fornecedores. A Cabergs possui fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banrisul foi remunerado em R\$158. As aplicações financeiras efetuadas pela Cabergs junto ao Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

Todas as transações remuneradas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas

O Banrisul é administrador de diversos Fundos, Carteiras Administradas e Clubes de Investimentos, que são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável.

O Banrisul foi responsável pela realização, como contraparte, das operações compromissadas junto aos fundos administrados. Estas operações foram realizadas em condições de mercado no que se relaciona a prazos e taxas praticadas.

A Banrisul Corretora CVMC foi responsável pela realização, como contraparte, das operações de compras e vendas de ações dos Fundos de Ações administrados pelo Banrisul realizadas no exercício. Essas operações apresentaram um volume de R\$84.730, e foram realizadas a preço de mercado por meio do pregão eletrônico da BMF&Bovespa. Estas operações incorreram em uma corretagem de R\$221.

As transações com controladores e controladas estão demonstradas a seguir:

| | Banrisul | | | |
|--|--------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | Ativos (Passivos) | | Receitas (Despesas) | |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | - | - | - | (1.321) |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | - | - | - | (1.321) |
| Serviços de Arrecadação | 5.072 | 5.072 | - | - |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | 5.072 | 5.072 | - | - |
| Outros Créditos | 19.111 | 19.212 | 9.472 | 5.491 |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | 13.890 | 13.159 | - | - |
| Empresas Controladas | 5.221 | 6.053 | 9.472 | 5.491 |
| Depósitos à Vista | (286.045) | (262.457) | - | - |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | (282.244) | (247.656) | - | - |
| Entidades Controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul ... | - | (11.499) | - | - |
| Empresas Controladas | (3.801) | (3.302) | - | - |
| Depósitos a Prazo | (279.346) | (233.473) | (14.233) | (11.522) |
| Empresas Controladas | (279.346) | (233.473) | (14.233) | (11.522) |
| Captações no Mercado Aberto | (567.121) | (298.247) | (105.098) | (117.694) |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*) | (497.382) | (229.361) | (97.541) | (111.750) |
| Empresas Controladas | (69.739) | (68.886) | (7.557) | (5.944) |
| Outras Obrigações | (121.568) | (94.907) | (14.004) | (12.058) |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | (47.402) | (22.896) | (1.005) | (1.095) |
| Fundação Banrisul de Seguridade Social | (64.956) | (64.308) | (11.439) | (9.385) |
| Empresas Controladas | (9.210) | (7.703) | (1.560) | (1.578) |
| Total | (1.229.897) | (864.800) | (123.863) | (137.104) |

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

| | Banrisul Consolidado | | | |
|--|----------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | Ativos (Passivos) | | Receitas (Despesas) | |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Disponibilidades | 18.794 | 18.341 | 2.076 | 1.710 |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | 18.794 | 18.341 | 2.076 | 1.710 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | - | - | - | (1.321) |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | - | - | - | (1.321) |
| Serviços de Arrecadação | 5.072 | 5.072 | - | - |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | 5.072 | 5.072 | - | - |
| Outros Créditos | 18.221 | 22.988 | 1.056 | 860 |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | 18.221 | 22.988 | 1.056 | 860 |
| Depósitos à Vista | (282.244) | (259.155) | - | - |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | (282.244) | (247.656) | - | - |
| Entidades Controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul ... | - | (11.499) | - | - |
| Captações no Mercado Aberto | (497.382) | (229.361) | (97.541) | (111.750) |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*) | (497.382) | (229.361) | (97.541) | (111.750) |
| Outras Obrigações | (112.358) | (87.204) | (12.444) | (10.480) |
| Governo do Estado do Rio Grande do Sul | (47.402) | (22.896) | (1.005) | (1.095) |
| Fundação Banrisul de Seguridade Social | (64.956) | (64.308) | (11.439) | (9.385) |
| Total | (849.897) | (529.319) | (106.853) | (120.981) |

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Banrisul e controladas.



Banrisul

Em 2011, foi deliberado o valor máximo individual anual de R\$403 para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as remunerações estão demonstradas a seguir:

| Benefícios de Curto Prazo | 2011 | 2010 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Proventos | 3.213 | 3.768 |
| Gratificações | 67 | 62 |
| Encargos Sociais | 725 | 899 |
| Total | 4.005 | 4.729 |

O Banrisul custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as contribuições à Fundação Banrisul de Seguridade Social estão demonstradas a seguir:

| Benefícios Pós-emprego | 2011 | 2010 |
|--|-------------|-------------|
| Plano de Previdência Complementar de Contribuição Definida | 18 | 22 |

O Banrisul possui seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$236.

O Banrisul não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras Informações

(1) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não é efetuado pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(2) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2011:

| <u>Ações</u> | <u>Quantidade</u> |
|-----------------------|--------------------------|
| Ações Ordinárias | 9 |
| Ações Preferenciais | 228 |
| Total de Ações | <u>237</u> |

NOTA 26. Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente, as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Eventos Subsequentes (CPC 24); e
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias (120 dias para o exercício de 2010) após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Em 16 de junho de 2011, foi editado pelo IASB revisão da IAS 19 - Benefícios a Empregados, a ser aplicada obrigatoriamente a partir de 01.01.2013. Esta norma revisada ainda não foi deliberada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), porém poderá trazer impactos significativos no Resultado e/ou Patrimônio Líquido do Banco quando de sua aplicação. A Administração do Banco está avaliando junto a Fundação Banrisul de Seguridade Social os impactos e as medidas que deverão ser necessariamente implementadas visando a minimização desses efeitos nas Demonstrações Financeiras dos Patrocinadores.

O Banrisul, em 02 de maio de 2011, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, elaboradas de acordo com as IFRS. Na avaliação da Administração, as reconciliações entre o lucro líquido e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 são consistentes com os valores apresentados nas reconciliações de 31 de dezembro de 2010.

NOTA 27 Eventos Subsequentes

1) Aquisição da Bem-Vindo Promotora de Vendas e Serviços S.A. - Como parte de movimento estratégico para alavancar canais de relacionamento com clientes, aumentar carteira de crédito e expandir o potencial de distribuição de produtos e serviços financeiros em escala nacional, o Banrisul está adquirindo 49,9% (quarenta e nove por cento e nove décimos) das ações de emissão da Bem-Vindo Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Bem-Vindo"), sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A MatoneInvest Holding adquirirá o saldo restante das ações tornando-se, juntamente com o Banrisul, sócia da Bem-Vindo na proporção do capital integralizado.

O Banrisul e a MatoneInvest Holding firmaram Memorando de Entendimento no qual, entre outros pontos, prevê-se a assinatura de Acordo de Acionistas, por ocasião da compra e venda das ações, que contemple cláusulas de Governança, direitos de veto do acionista minoritário, regras sobre a compra e venda das ações, além de outras costumeiras nesse tipo de Acordo.



2) Emissão de Dívidas Subordinadas - Em 26 de janeiro de 2012 o Banrisul concluiu um processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, com volume total captado de USD 500 milhões (500 milhões de Dólares Americanos).

A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e possui prazo de 10 anos com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta num rendimento efetivo de 7,50% a.a.

NOTA 28 Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

A diretoria do Banrisul autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2012, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Diretoria

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

GUILHERME CASSEL
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
JOÃO EMÍLIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN
Diretores

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534



Relatórios



Banrisul

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de abril de 2004, e seus integrantes, em sua atual composição, foram eleitos pelo Conselho de Administração, em reunião de 27-06-2011, e empossados em 15-08-2011, para mandato de um ano.

Para atender o disposto no parágrafo 2º, do artigo 17, do Regulamento anexo à Resolução nº 3198, de 27 de maio de 2004, do Conselho Monetário Nacional, o Comitê de Auditoria elaborou o presente documento, evidenciando de forma resumida e como ali se exige, as principais informações contidas em seu relatório semestral.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Para o desempenho de suas atividades o Comitê estabeleceu uma política de relacionamento aberto e cooperativo com os variados níveis de gestores, realçando sempre a essencialidade do efetivo comprometimento de todos com as atividades de controle interno e com o efetivo gerenciamento de riscos.

Reuniu-se com o Conselho de Administração e um de seus integrantes participou, como convidado, das reuniões daquele Conselho. Além de reunir-se com a Diretoria do Banco o comitê manteve sucessivos e produtivos encontros com o seu Presidente, e, não menos proveitosos, com os Diretores de Controle e Risco, de Tecnologia da Informação, de Crédito e, ainda, com o Diretor Financeiro e de Relação com Investidores. Atendendo a convite, o Comitê reuniu-se em duas oportunidades com o Conselho Fiscal do Banco.

Tratando da política de recuperação de créditos o Comitê ouviu o superintendente executivo da unidade responsável, e o Superintendente Executivo da Assessoria Jurídica, que abordou, também, a questão da ex-Assessoria de Marketing. O Comitê discutiu a política de consequências e a redução do impacto das ações de reclamações trabalhistas com o superintendente da Unidade de Gestão de Pessoas.

A política de controles internos recebeu do Comitê um tratamento especial; além de reunir-se com a Gerência Executiva de Controles Internos, da Controladoria e com o *Controller*, seguidos contatos foram mantidos com o chefe da Auditoria Interna. A superintendente executiva do Núcleo de Estratégia e Monitoramento esclareceu que o sistema de metas do Banco está focado em alcançar os resultados estabelecidos.

O controle externo também mereceu atenção continuada, tendo reuniões com os auditores independentes, Ernst Young & Terco Auditores S/S. Com os técnicos do Banco Central do Brasil foram realizados encontros mensais.

Registre-se, também, que em duas oportunidades o Comitê ouviu os representantes da Fundação Banrisul de Seguridade Social e com eles debateu as questões da entidade.



CONCLUSÕES

Com base nas análises efetuadas pelo Comitê de Auditoria e em informações colhidas em encontros realizados e relatórios produzidos por diversas instâncias, é possível concluir que as políticas e estratégias de gerenciamento de risco adotadas pelo Banrisul estão, na essência, ajustadas à natureza e complexidade de suas atividades.

As práticas e processos de controle interno têm merecido ininterrupta atenção dos setores responsáveis, podendo-se afirmar que estão satisfatórios, o que não afasta a necessidade de revisões periódicas e iniciativas que visem o seu aperfeiçoamento.

A auditoria independente, de modo geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e as características do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Já em relação à Auditoria Interna destaca-se a dedicação e o profissionalismo de seus integrantes. Dada à impossibilidade de auditoria presencial em todas as dependências do Banco, recomenda-se intensificar e qualificar as auditorias indiretas, com o suporte permanente da área de tecnologia da informação.

As manifestações da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, da Diretoria, e as informações colhidas pelo Comitê de Auditoria ao longo do período, permitem concluir que as demonstrações financeiras do Banrisul S.A., data-base 31-12-2011, foram elaboradas em consonância com as normas legais e regulamentares, daí, recomendarmos a sua aprovação.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2012.

João Acir Verle

Orion Herter Cabral

Valdir Heck

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2012.

Cláudio Morais Machado

Presidente

André Luiz Barreto de Paiva Filho

Vice-Presidente

João Victor Oliveira Domingues

Rubens Lahude

Conselheiros



Banrisul

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Instituição") e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2010 - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 07 de fevereiro de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2012

Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC-1SP217532/O-6/S-RS

ERNST & YOUNG TERCO
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS



Análise de Desempenho

APRESENTAMOS A ANÁLISE DE DESEMPENHO DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. RELATIVA AOS DOZE MESES E QUARTO TRIMESTRE DE 2011.



Banrisul

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Estabelecido em 1928, o Banrisul é um banco múltiplo controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul. É o banco oficial e principal agente financeiro do Governo do Estado. Em 1934, o Banco iniciou um processo de expansão, através da abertura de agências em diversos municípios do Estado, movimento que prosseguiu com a incorporação de instituições financeiras públicas, como o Banco Real de Pernambuco (1969), o Banco Sul do Brasil (1970), o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, BADESUL (1992) e a DIVERGS - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (1992).



Em 1998, em razão da adesão ao PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, o Banrisul passou por um processo de reestruturação, que resultou num aporte de capital em valor equivalente a R\$1,4 bilhão, dos quais (i) R\$700,0 milhões aportados em títulos emitidos pelo Governo Federal e Banco Central e (ii) os R\$700,0 milhões restantes, referentes ao passivo atuarial com a Fundação Banrisul e a valores devidos ao BNDES. Os R\$700,0 milhões capitalizados em títulos foram utilizados para a constituição de provisões para (i) perdas em operações, especialmente as de crédito, e provisão para riscos trabalhistas, (ii) baixa parcial de créditos tributários e ativos diferidos e (iii) em investimentos

Em 2007, o Banrisul realizou uma oferta pública primária e secundária de ações, totalizando aproximadamente R\$2,1 bilhões e aderiu ao Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOvespa. O período coincidiu também com a consolidação de um programa de reestruturação interna, iniciado em 2005, que tomou forma com a implementação de um modelo de gestão referenciado na consecução de resultados, mediante a revisão de processos internos, desenvolvimento de um novo modelo de crédito, reestruturação da modelagem de metas comerciais e de remuneração variável aos empregados, além da modernização do parque tecnológico.

O ano de 2011 foi um período de grandes desafios. No âmbito externo, as economias maduras e emergentes foram impactadas pelo aprofundamento da instabilidade financeira global. Internamente, a Instituição vivenciou a troca de dirigentes e a substituição de membros dos Conselhos Fiscal e de Administração. Uma transição que ocorreu de forma tranquila, graças aos padrões de governança corporativa já consolidados no Banco. O resultado dos esforços empreendidos em 2011 foi coroado com a classificação recebida pelo Banco como *Investment Grade* em escala global e como *rating* máximo em escala nacional, pela Moody's Investors Service no início de janeiro de 2012. Os *ratings* atribuídos pela primeira vez na história dos 83 anos da Instituição são de perspectiva estável e favorecem o acesso do Banco a investidores institucionais nos mercados nacional e internacional, ampliando o leque de recursos de *funding* para o crescimento dos ativos.

Ao final de 2011, o Banrisul atingiu R\$38 bilhões em ativos, posicionando-se em 11º no *ranking* das instituições financeiras em saldo de ativos. As operações de crédito somaram R\$20 bilhões, os depósitos totalizaram R\$22 bilhões e o patrimônio líquido alcançou R\$4,4 bilhões, em dezembro de 2011.

O foco da Instituição é o atendimento às demandas de consumo das pessoas físicas e de financiamento de capital de giro às empresas. Para tanto, novos produtos foram inseridos no período, como por exemplo o CDC Digital para a pessoa física e o CEB Inovação para o segmento



Banrisul

empresarial. Adicionalmente, são oportunizadas aos clientes linhas de crédito imobiliário, rural, longo prazo, câmbio e recursos específicos para o setor público. No ano de 2011, em parceria com o Governo do Estado, foi instituído o Programa Gaúcho de Microcrédito, que visa disponibilizar recursos aos microempreendedores, em prol do desenvolvimento social e econômico do Estado. Salienta-se que a concessão na linha microcrédito atingiu R\$3 milhões até dezembro de 2011.

O crédito comercial manteve a posição destacada na carteira de crédito total, compondo 74,88% dos ativos de crédito. Destaca-se na carteira comercial, o segmento pessoa jurídica, que avançou 25,45% em doze meses. O crédito comercial à pessoa física evoluiu 9,20% nos doze meses, atingindo 39,62% de participação do total do crédito. Cabe salientar, também, o crescimento anual do financiamento imobiliário, em 35,45%, e aumento de 32,77% do financiamento rural, segmentos que receberam diversos estímulos no período.

O foco geográfico de atuação do Banco é a Região Sul do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, Estado que ocupa a 4ª posição entre as economias que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) do País e no qual está situada a sede da Instituição.

O conglomerado do Banrisul é formado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a Banrisul Serviços Ltda.

Ambiente Bancário e Mercado Competitivo

Ambiente Bancário

A volatilidade do ambiente financeiro global exigiu ajustes na política monetária interna e no marco regulatório, implementados através da edição, por parte do Banco Central do Brasil, de medidas macropprudenciais ao final de 2010, alterações na trajetória da taxa básica de juros (com elevação da Taxa Selic em 1,75 pp. até julho de 2011, quando alcançou 12,50% a.a. e, redução de 1,50 pp. até dezembro, finalizando o ano em 11,00% a.a.), regulamentação da alocação de capital com base no Basileia III e afrouxamento das medidas de contenção do crédito. No ambiente bancário, a atuação da autoridade monetária refletiu na desaceleração do crédito, ainda que a demanda interna permanecesse aquecida, e na elevação da inadimplência.

As medidas de restrição do crédito, anunciadas ao final de 2010, através da Circular nº 3.515 do Banco Central, ampliaram o nível de requerimento de capital das operações com prazo superior a 24 meses, exceto sobre operações de crédito rural, imobiliário, financiamento e *leasing* de veículos de carga. No crédito consignado, a medida afetou as operações com prazo superior a 36 meses. O impacto de tais medidas refletiu na queda do ritmo de concessões de crédito consignado, especialmente nos bancos com foco nessa modalidade de operação.

Ademais, o Comunicado nº 20.615, de fevereiro de 2011, disciplinou orientações preliminares sobre as medidas regulatórias de Basileia III, que implicaram no reforço de capital das instituições financeiras. A medida contempla, essencialmente, o aumento de capital e a inserção de uma parcela contracíclica, dando às instituições fôlego para atravessar períodos de crise, além de dois índices de liquidez. A estrutura de capital também sofre alterações face à mudança na contabilização de venda ou transferência de ativos financeiros, regulamentada pelas Resoluções nº 3.533 e 3.895. A contabilização dependerá do tipo de operação que será realizada, em que pese, na coobrigação, as carteiras de crédito vendidas, devam ser mantidas no balanço do cedente, enquanto o cessionário deve manter os ativos comprados como recebíveis. A mudança no registro dos ativos financeiros, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, afetou o mercado de cessão de carteiras.

Outra medida com efeitos a partir de 2012 é a portabilidade bancária, disciplinada pelas Resoluções nº 3.402 e 3.424 do Conselho Monetário Nacional. Com a vigência da portabilidade bancária, o servidor público adquire o direito de escolha do banco em que irá receber seu salário. A alteração reflete em melhorias nos sistemas de atendimento, dentre outras estratégias, para fidelizar os clientes.

Em 2011, o saldo de operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional apresentou incremento de 18,98%, frente uma evolução de 20,62% registrada no ano anterior. Ainda que em ritmo menor, o crescimento do crédito em 2011 refletiu na elevação do saldo de operações em proporção do PIB, alcançando 49,10%. A inadimplência do mercado bancário atingiu 3,57% ao final de dezembro de 2011, frente a 3,18% registrado em 2010.

Para 2012, o afrouxamento das medidas de contenção do crédito deverá refletir na ampliação das concessões. O índice de inadimplência deverá estabilizar, face à queda na taxa de juros e à manutenção de indicadores favoráveis de emprego e renda. Influenciado pelas perspectivas de queda da inadimplência e de novos cortes na taxa de juros, o *spread* bancário deverá apresentar redução em 2012.

Mercado Competitivo

No mercado competitivo, o Banrisul ocupava, em setembro de 2011, a 11ª posição entre os bancos médios e grandes do Sistema Financeiro Nacional em ativos totais, 11ª posição em patrimônio líquido, 8ª posição em depósitos totais e 7ª em número de agências, de acordo com o ranking divulgado pelo Banco Central do Brasil, excluído o BNDES.

Em dezembro de 2011, o Banco apresentou ganhos de *market share* de 0,3886 pp. na captação de depósitos a prazo no mercado financeiro nacional, comparado com dezembro de 2010, ampliando a participação para 1,9574% sobre o saldo de depósitos a prazo, que atingiu R\$715 bilhões. A variação de depósito a prazo do Banrisul, no ano, foi de 44,60%, enquanto que no conjunto das instituições financeiras, o crescimento foi de 15,89%. A instituição registrou, também, crescimento na participação sobre operações de crédito, de 0,9985% ao final de 2010, para 1,0048% em dezembro do mesmo ano.

No mercado regional, o Banrisul apresentou, nos doze meses, incremento nos depósitos a prazo, em 2,1406 pp., e aumento nos depósitos à vista, em 5,3305 pp. A redução no *share* da poupança decorre da migração de recursos para os depósitos a prazo no período. O saldo de operações de crédito atingiu, em setembro de 2011, participação de 22,4586% sobre o saldo de crédito do Rio Grande do Sul, o que significa crescimento de 4,1513 pp. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 01: Mercado Competitivo

| | Brasil | | Rio Grande do Sul | |
|----------------------|---------------------|---------|---------------------|----------|
| | Dez/11 ¹ | Dez/10 | Set/11 ² | Set/10 |
| Depósito à Vista | 2,0880% | 2,3640% | 25,7770% | 20,4465% |
| Poupança | 1,2217% | 1,4699% | 15,3175% | 20,5323% |
| Depósito a Prazo | 1,9574% | 1,5688% | 31,7105% | 29,5699% |
| Operações de Crédito | 1,0048% | 0,9985% | 22,4586% | 18,3073% |
| Nº de Agências | 2,0773% | 2,2056% | 25,1735% | 26,0984% |

¹ Última informação divulgada. ² Última informação disponível.

Indicadores Econômico-Financeiros

Tabela 02: Indicadores Econômico-Financeiros

| Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | 4T11/3T11 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------------|-------------|
| Margem Financeira Líquida | 3.368 | 2.915 | 907 | 873 | 833 | 755 | 787 | 3,87% | 15,56% |
| Despesas com Provisão para Operações de Crédito | 630 | 518 | 166 | 182 | 143 | 138 | 127 | -9,12% | 21,45% |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 2.739 | 2.397 | 741 | 691 | 690 | 617 | 660 | 7,30% | 14,28% |
| Receita de Intermediação Financeira | 5.947 | 4.842 | 1.541 | 1.669 | 1.437 | 1.300 | 1.310 | -7,63% | 22,82% |
| Despesa de Intermediação Financeira | 3.208 | 2.445 | 800 | 978 | 747 | 683 | 650 | -18,18% | 31,19% |
| Receita de Serviços e Tarifas Bancárias | 702 | 642 | 185 | 172 | 173 | 172 | 173 | 7,10% | 9,40% |
| Despesas Administrativas e Despesas Operacionais ⁽¹⁾ | 2.079 | 1.895 | 583 | 528 | 499 | 469 | 499 | 10,36% | 9,70% |
| Outras Receitas Operacionais | 243 | 209 | 43 | 87 | 47 | 67 | 81 | -50,26% | 16,29% |
| Resultado Operacional | 1.372 | 1.148 | 325 | 362 | 353 | 331 | 362 | -10,09% | 19,56% |
| Lucro Líquido | 904 | 741 | 227 | 239 | 227 | 211 | 230 | -5,23% | 22,00% |
| Resultados Distribuídos/Destinados - R\$ Milhões | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | 4T11/3T11 | 2011/2010 |
| Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽²⁾ | 358 | 293 | 126 | 58 | 117 | 57 | 120 | 116,37% | 22,20% |
| Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões | Dez11 | Dez10 | Dez11 | Set11 | Jun11 | Mar11 | Dez10 | Dez11/Dez10 | Set11/Dez10 |
| Ativos Totais | 37.586 | 32.128 | 37.586 | 36.554 | 34.755 | 32.951 | 32.128 | 2,82% | 16,99% |
| Títulos e Valores Mobiliários ⁽³⁾ | 11.080 | 9.574 | 11.080 | 10.571 | 9.966 | 9.789 | 9.574 | 4,81% | 15,73% |
| Carteira de Crédito Total | 20.393 | 17.033 | 20.393 | 19.655 | 18.809 | 17.940 | 17.033 | 3,76% | 19,73% |
| Provisão para Operações de Crédito | 1.318 | 1.102 | 1.318 | 1.285 | 1.215 | 1.156 | 1.102 | 2,58% | 19,58% |
| Créditos em Atraso > 60 dias | 563 | 418 | 563 | 567 | 499 | 478 | 418 | -0,61% | 34,72% |
| Recursos Captados e Administrados | 28.999 | 25.091 | 28.999 | 27.505 | 26.093 | 25.290 | 25.091 | 5,43% | 15,58% |
| Patrimônio Líquido | 4.400 | 3.855 | 4.400 | 4.298 | 4.118 | 4.009 | 3.855 | 2,36% | 14,12% |
| Patrimônio de Referência Consolidado | 4.393 | 3.873 | 4.393 | 4.290 | 4.171 | 4.001 | 3.873 | 2,41% | 13,43% |
| Patrimônio Líquido Médio | 4.127 | 3.632 | 4.349 | 4.208 | 4.064 | 3.932 | 3.801 | 3,34% | 13,64% |
| Ativo Total Médio | 34.857 | 30.606 | 37.070 | 35.655 | 33.853 | 32.539 | 32.234 | 3,97% | 13,89% |
| Índices Financeiros | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | | |
| Retorno sobre o Ativo Total | 2,41% | 2,31% | 2,43% | 2,64% | 2,64% | 2,59% | 2,89% | | |
| Retorno sobre o Patrimônio Líquido | 20,56% | 19,23% | 22,26% | 24,19% | 23,96% | 22,81% | 26,07% | | |
| ROAA Anualizado ⁽⁴⁾ | 2,59% | 2,42% | 2,47% | 2,71% | 2,71% | 2,62% | 2,88% | | |
| ROAE Anualizado ⁽⁵⁾ | 21,91% | 20,41% | 22,54% | 24,75% | 24,31% | 23,29% | 26,47% | | |
| Índice de Eficiência ⁽⁶⁾ | 45,19% | 47,76% | 45,19% | 44,41% | 44,99% | 45,78% | 47,76% | | |
| Índice de Basileia Consolidado | 17,24% | 16,07% | 17,24% | 15,91% | 15,64% | 15,80% | 16,07% | | |
| Índice de Imobilização ⁽⁷⁾ | 3,72% | 4,38% | 3,72% | 3,80% | 4,03% | 4,30% | 4,38% | | |
| Índice de Inadimplência ⁽⁸⁾ | 2,76% | 2,45% | 2,76% | 2,88% | 2,65% | 2,67% | 2,45% | | |
| Índice de Cobertura ⁽⁹⁾ | 234,00% | 263,63% | 234,00% | 226,72% | 243,47% | 241,72% | 263,63% | | |
| Indicadores Econômicos | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | | |
| Selic Efetiva Acumulada | 11,62% | 9,78% | 2,67% | 3,01% | 2,81% | 2,65% | 2,57% | | |
| Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período) | 1,88 | 1,67 | 1,88 | 1,85 | 1,56 | 1,63 | 1,67 | | |
| Variação Cambial (%) | 12,58% | -4,31% | 1,15% | 18,79% | -4,15% | -2,25% | -1,65% | | |
| IGP-M | 5,10% | 11,32% | 0,91% | 0,97% | 0,70% | 2,43% | 3,18% | | |
| IPCA | 6,50% | 5,91% | 1,46% | 1,06% | 1,40% | 2,44% | 2,23% | | |

⁽¹⁾ Inclui despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outras despesas operacionais.

⁽²⁾ Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).

⁽³⁾ Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

⁽⁴⁾ Lucro líquido sobre ativo total médio.

⁽⁵⁾ Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

⁽⁶⁾ Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / Margem financeira líquida + rendas de prestação de serviços + (Outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

⁽⁷⁾ Imobilizado sobre o patrimônio líquido.

⁽⁸⁾ Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

⁽⁹⁾ Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias

Estrutura Patrimonial e de Resultados

Desempenho Financeiro

Embora o ano de 2011 tenha sido marcado pela incerteza e instabilidade financeira no mercado mundial, para o Banrisul o período foi de resultados consistentes, superando, em sua maioria, os indicadores do *guidance* divulgado em fevereiro e mantido durante todo o ano.

A Instituição manteve sua estratégia de crescimento no crédito e usufruiu das vantagens competitivas que apresenta em relação às demais instituições: confortável volume de disponibilidades, baixa exposição a riscos em operações de tesouraria, níveis de inadimplência e de custo de captação adequados e capacidade financeira para sustentar o crescimento dos ativos de crédito.

A liquidez da Instituição é favorecida pelas características da captação de recursos em mercado, as disponibilidades líquidas estão aplicadas em papéis federais indexadas à Taxa Selic, em Letras Financeiras do Tesouro ou em operações compromissadas, sempre com lastro em títulos federais, não havendo exposição em câmbio ou em outro tipo de derivativo alavancado.

O *funding* para a concessão de crédito tem origem na captação pulverizada, por meio dos depósitos de pequenos e médios correntistas da rede de agências, o que possibilita custo financeiro menor para a Instituição. O Banco captou, até dezembro de 2011, o montante de R\$22 bilhões, dos quais 62,60% são em depósitos a prazo. O total de depósitos representa 67,38% dos passivos de terceiros da Instituição.

O saldo aplicado em ativos de crédito atingiu R\$20 bilhões, com participação de 54,26% nos ativos totais. A carteira de crédito é composta por operações pulverizadas, contratadas, principalmente, junto a pessoas físicas, médias e pequenas empresas e microempresas. Dentre as linhas de crédito, destacam-se pela representatividade, o crédito consignado na pessoa física, com 29,36% do total de crédito e, o giro às empresas, que absorvia 26,66% do volume total de crédito ao final de dezembro de 2011. O destaque em relação ao crescimento percentual nos doze meses foi o financiamento imobiliário, que apresentou elevação de 35,45% no período, com participação de 8,54% na carteira total. Já a concessão de crédito, apresentou expansão, especialmente, nas linhas capital de giro, conta garantida, cheque especial e financiamento rural, em relação a dezembro de 2010.

O índice de inadimplência acima de 60 dias atingiu 2,76% do volume total de crédito, em dezembro de 2011, indicador superior em 0,31 pp. ao apresentado no mesmo período do ano anterior. A inadimplência acima de 90 dias alcançou 2,38% em dezembro de 2011, superior a de dezembro de 2010, que registrou 2,18% de atrasos na carteira total. Apesar da elevação, os níveis de inadimplência permanecem inferiores aos informados pelo Sistema Financeiro Nacional. O índice de cobertura das operações de crédito em atraso há mais de 60 dias atingiu 234,00%, mantendo-se adequado às práticas do mercado bancário, considerando os riscos dos créditos em atraso.

O Banrisul possui margem para sustentar o crescimento de suas operações, capacidade atestada pelo índice de Basileia, 17,24% em dezembro de 2011. Os índices que demonstram a eficácia da estrutura administrativa, dados pela proporção de despesas administrativas em relação ao volume de ativos ou em relação às receitas geradas, persistem em níveis favoráveis, representados pelos indicadores de custo operacional e de eficiência, que atingiram 4,90% e 45,19% em dezembro de 2011 respectivamente.



A Instituição alcançou lucro líquido de R\$904 milhões nos doze meses de 2011, resultado 22,00% ou R\$163 milhões acima do registrado no mesmo período do ano anterior, refletindo a elevação das receitas de crédito, de tesouraria e de resultados de câmbio, minimizado pelo aumento das despesas com empréstimos e repasses e com captação no mercado. Na comparação com o mesmo trimestre de 2010, o lucro líquido acumulado no 4T11 arrefeceu 1,39%, devido, especialmente, ao aumento das despesas financeiras, que compensaram o aumento da receita com operações de crédito, resultado de TVM e câmbio. Em comparação com o 3T11, o lucro retraiu 5,23%, atingindo R\$227 milhões no 4T11, influenciado pela queda nas receitas de intermediação financeira, pela redução das outras receitas operacionais, e pelo aumento das despesas administrativas, compensadas, parcialmente pela contração das despesas de intermediação financeira.

O resultado gerado no ano de 2011 equivale à rentabilidade de 21,91% calculada sobre o patrimônio líquido médio. Em dezembro de 2011, o patrimônio líquido totalizou R\$4.400 milhões, com aumento de 14,12% sobre o saldo de dezembro de 2010, e 2,36% acima de setembro de 2011.

O resultado bruto da intermediação financeira alcançou R\$2.739 milhões nos doze meses de 2011, com variação positiva de 14,28% ou R\$342 milhões sobre o resultado dos doze meses de 2010. No último trimestre de 2011, o resultado bruto de intermediação financeira acumulou R\$741 milhões, 12,30% ou R\$81 milhões acima do último trimestre de 2010 e 7,30% ou R\$50 milhões superior ao valor registrado no 3T11.

O total de ativos alcançou R\$37.586 milhões em dezembro de 2011, 16,99% acima do registrado no mesmo mês do ano anterior, e 2,82% acima do saldo de setembro de 2011. A alocação de recursos em crédito, especialmente na carteira comercial, e em tesouraria favoreceu o crescimento dos ativos.

As operações de crédito do Banrisul expandiram 19,73% ou R\$3.360 milhões no ano de 2011, totalizando R\$20.393 milhões. Na comparação com o trimestre anterior, a evolução no montante de ativos de crédito foi de 3,76% ou R\$738 milhões. A carteira comercial totalizou R\$15.271 milhões, com variação de 16,30% ou R\$2.140 milhões em doze meses, e 2,44% ou R\$364 milhões no trimestre. O crédito comercial com pessoas físicas totalizou R\$8.079 milhões em dezembro de 2011, representando crescimento de 9,20% ou R\$681 milhões em doze meses, especialmente influenciado pelo aumento no crédito consignado, e retração de 2,97% ou R\$247 milhões no último trimestre, refletindo a queda na carteira de consignado adquirido. As operações com pessoas jurídicas somaram R\$7.191 milhões em dezembro de 2011, com crescimento de 25,45% em relação ao mesmo período de 2010, e crescimento de 9,29% ou R\$611 milhões frente ao valor de setembro de 2011. O crescimento nos saldos da pessoa jurídica reflete o avanço nas linhas de capital de giro, seja no comparativo de doze meses ou no último trimestre.

Os recursos captados e administrados somaram o montante de R\$28.999 milhões no último mês do ano de 2011, com avanço de 15,58% ou R\$3.909 milhões sobre o saldo registrado no mesmo período de 2010, e 5,43% ou R\$1.494 milhões na comparação com o trimestre anterior. Os depósitos atingiram o saldo de R\$22.361 milhões em dezembro de 2011, com destaque para o depósito a prazo. A expansão no saldo de depósitos totais foi de 17,36% sobre o montante de dezembro de 2010, e ampliação de 6,94% sobre o último trimestre. Os recursos de terceiros administrados totalizaram R\$6.638 milhões, posição 9,95% superior à registrada ao final de 2010, e 0,65% acima do saldo de setembro de 2011.

O Banrisul recolheu e provisionou, em 2011, R\$863 milhões em impostos e contribuições próprios. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$588 milhões.

Política de Investimentos

Os investimentos em *hardware*, *software* e manutenção de bens centraram-se, principalmente, na implementação de soluções para a garantia de segurança no ambiente de pagamentos, para credenciamento do Banrisul como autoridade emissora de certificado de identidade digital e na reestruturação do ambiente de armazenamento corporativo para a plataforma de grande porte (*Mainframes*). Em 2011, foram aplicados R\$189 milhões em expansão e modernização tecnológica, reformas e ampliações de agências.

Expansão/Modernização Tecnológica

A Instituição aplicou o equivalente a R\$163 milhões em tecnologia da informação no ano de 2011. Os investimentos refletem a estratégia de melhoria contínua dos mecanismos de segurança, que previnem e combatem fraudes nas transações bancárias e potencializam a eficiência operacional da infraestrutura de sistemas da Instituição.

Durante o ano de 2011, foram normatizados e implementados processos de segurança adequados ao atendimento da Rede Banricompras e das bandeiras conveniadas, visando à conformidade com o padrão PCI (*Payment Card Industry*) de segurança para o mercado de cartões. O Banco é a única Instituição da América Latina com participação no quadro de conselheiros do PCI, influenciando diretamente na definição das regras desse padrão a serem aplicadas a nível mundial.

Os projetos de criptografia e certificação digital agregam igualmente maior nível de segurança aos canais de relacionamento da Instituição. O sistema para Correspondentes Banrisul incorporou mecanismo de autenticação de computadores baseado em certificados digitais. Os sistemas do ambiente *web* do Banco são autenticados com o *smartcard* de identidade digital, aumentando a segurança e a validação de acesso aos produtos. Os certificados de identidade digital alertam o usuário sobre a proximidade de vencimento, evitando problemas de indisponibilidade no acesso.

Reformas e Ampliações

Ampliar e melhorar os pontos de atendimento do Banco faz parte do conceito amplo de atender com mais qualidade e eficiência, correntistas e não correntistas. Para tanto, o Banrisul investiu, em 2011, o equivalente a R\$26 milhões na rede. Os recursos destinaram-se à renovação dos ambientes de trabalho, no que se refere a mobiliário, leiaute, padronização de cores e fachadas, assim como à atualização de sistemas de segurança, contemplando alarme, portas detectoras de metais e circuito fechado de TV.

A Instituição detém uma rede que abrange 97,95% da população do Rio Grande do Sul, além de 39 agências distribuídas em Santa Catarina e Paraná, bem como em capitais brasileiras das regiões sudeste, nordeste e centro-oeste e ainda, 2 agências no exterior.

Comparativamente a dezembro de 2010, houve um acréscimo de 48 pontos de atendimento, incluindo 4 novas agências no Estado. O saldo positivo nos últimos doze meses confirma a aceitação da comunidade da região aos produtos ofertados e ao atendimento disponibilizado, além de ratificar a proposta do Banrisul de ampliar a participação no mercado, especialmente no Sul.

Para o próximo ano, é esperada a abertura de outras agências na região que engloba Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como uma reestruturação nos Postos de Atendimento existentes, os quais serão transformados em agências de menor porte.



Margem Analítica

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos doze meses que compõem os respectivos períodos analisados.

A tabela apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas da intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas.

Tabela 03: Margem Analítica

| | 12M11 | | | 12M10 | | | 12M09 | | |
|---------------------------------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| | Balanco Médio | Receita Despesa | Taxa Média | Balanco Médio | Receita Despesa | Taxa Média | Balanco Médio | Receita Despesa | Taxa Média |
| Ativos Rentáveis | 32.488 | 5.947 | 18,30% | 28.716 | 4.841 | 16,86% | 25.622 | 4.263 | 16,64% |
| Operações de Créditos | 18.371 | 4.433 | 24,13% | 15.099 | 3.567 | 23,63% | 11.789 | 2.949 | 25,01% |
| Compromissos de Revendas | 2.630 | 299 | 11,35% | 3.772 | 369 | 9,78% | 5.427 | 517 | 9,53% |
| TVM para Negociação | 2.167 | 241 | 11,12% | 1.980 | 183 | 9,24% | 1.668 | 158 | 9,48% |
| TVM Disponíveis para Venda | 1.656 | 184 | 11,12% | 1.471 | 136 | 9,24% | 960 | 91 | 9,48% |
| TVM Mantidos até o Vencimento | 4.604 | 512 | 11,12% | 4.112 | 380 | 9,24% | 3.755 | 356 | 9,48% |
| Depósitos Interbancários | 203 | 14 | 7,02% | 126 | 11 | 8,50% | 154 | 15 | 9,98% |
| Outros Ativos Rentáveis | 2.858 | 263 | 9,22% | 2.156 | 195 | 9,04% | 1.868 | 176 | 9,44% |
| Compulsórios | 2.228 | 204 | 9,17% | 1.673 | 132 | 7,86% | 1.453 | 118 | 8,09% |
| Outros | 630 | 59 | 9,38% | 483 | 63 | 13,10% | 415 | 59 | 14,17% |
| Ativos Não Rentáveis | 2.705 | | | 2.527 | | | 2.100 | | |
| Ativos Totais | 35.192 | 5.947 | 16,90% | 31.242 | 4.841 | 15,49% | 27.723 | 4.263 | 15,38% |
| Passivos Onerosos | 25.756 | (2.579) | 10,01% | 23.115 | (1.926) | 8,33% | 20.794 | (1.720) | 8,27% |
| Depósitos Interfinanceiros | 14 | (2) | 12,85% | 50 | (4) | 7,87% | 58 | (4) | 7,24% |
| Poupança | 5.205 | (365) | 7,02% | 5.871 | (350) | 5,96% | 5.048 | (293) | 5,80% |
| Depósitos a Prazo | 12.163 | (1.212) | 9,96% | 9.160 | (837) | 9,14% | 8.277 | (782) | 9,45% |
| Captações no Mercado Aberto | 1.683 | (216) | 12,85% | 2.004 | (214) | 10,70% | 2.468 | (258) | 10,44% |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 1.864 | (257) | 13,80% | 1.633 | (112) | 6,89% | 1.392 | (58) | 4,14% |
| No País | 1.122 | (91) | 8,12% | 1.043 | (77) | 7,43% | 889 | (42) | 4,72% |
| Exterior | 741 | (166) | 22,40% | 590 | (35) | 5,94% | 503 | (16) | 3,09% |
| Outros | 4.828 | (526) | 10,90% | 4.398 | (408) | 9,28% | 3.550 | (326) | 9,17% |
| Passivos Não Onerosos | 5.237 | | | 4.470 | | | 3.676 | | |
| Patrimônio Líquido | 4.200 | | | 3.657 | | | 3.253 | | |
| Passivos e PL | 35.192 | (2.579) | 7,33% | 31.242 | (1.926) | 6,16% | 27.723 | (1.720) | 6,21% |
| Spread | | | 9,57% | | | 9,33% | | | 9,17% |
| Margem Anualizada | | 3.368 | 10,37% | | 2.915 | 10,15% | | 2.542 | 9,92% |

As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros.

Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A trajetória da margem sobre ativos rentáveis foi crescente em 2011 em relação ao observado em 2010, período em que a taxa básica de juros Selic (efetiva) passou de 9,78%, nos 12M10, para 11,62% nos 12M11. Os ativos médios rentáveis cresceram 13,14% no ano e os passivos onerosos, 11,43%. A margem absoluta apresentou incremento de 15,54% e a margem relativa superou em 0,22 pp. àquela apurada em 2010.

A ampliação da taxa básica de juros no período refletiu em aumento das taxas sobre ativos rentáveis e sobre passivos onerosos. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos e também os prazos de contratação são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos médios rentáveis ampliou-se em 3,97 pp. no último ano, contrariamente, as operações de tesouraria reduziram a participação, passando de 26,34% em 2010 para 25,94% em 2011. A receita proveniente do aumento do volume de operações de crédito e dos títulos e valores mobiliários, somado ao efeito da elevação da Taxa Selic, que age diretamente nas operações de crédito e tesouraria, foram os principais motivos de elevação da margem.

Em relação aos passivos onerosos, pode-se observar a alteração da estrutura de captação: o saldo médio, calculado sobre os doze meses de 2011 e de 2010, dos depósitos a prazo passou a representar 47,22% dos passivos geradores de despesas, 7,59 pp. acima da participação de 39,63% apresentada no ano anterior; a poupança reduziu a representatividade, passando de 25,40%, em 2010, para 20,21% em 2011. Em contrapartida, nos passivos não onerosos, os depósitos à vista apresentaram aumento na participação de 1,78 pp. no saldo médio, passando de 51,30%, nos 12M10, para 53,08% nos 12M11.

Em relação aos passivos, os saldos da poupança e da captação no mercado aberto apresentaram queda de volume, enquanto os depósitos a prazo e as obrigações por empréstimos, cessões e repasses registraram ampliação de saldos médios. Contudo, os passivos onerosos apresentaram trajetória ascendente nas taxas médias, fortemente influenciada pelas medidas econômicas de majoração da Taxa Selic anual, que alcançou o ponto máximo em julho de 2011, 12,50%, com queda gradativa nos meses subsequentes, encerrando o ano de 2011 com 11,00%. Os resultados dessas variações em conjunto provocaram o crescimento do *spread*, que atingiu 9,57% nos 12M11, 0,24 pp. acima do registrado em 12M10.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 2011 vs 2010, (ii) 2010 vs 2009 e (iii) 2009 vs 2008.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros sobre os ativos geradores de receitas e passivos geradores de despesas. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos geradores de despesas no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A variação positiva das receitas geradas pelos ativos rentáveis, em R\$1.106 milhões, está associada, principalmente, ao aumento dos volumes no crédito e nos títulos e valores mobiliários (TVM) descontada da redução das operações de compromissos de revendas, que geraram ganhos de R\$751 milhões e, ainda, à oscilação das taxas médias, que provocaram aumento de R\$286 milhões, movimentos motivados pelo incremento das taxas de crédito em R\$78 milhões e pela expansão



da receita com títulos e valores mobiliários acrescida das operações com compromissos de revendas que cresceram R\$206 milhões.

A ampliação das despesas geradas pelos passivos onerosos, em R\$653 milhões, está vinculada ao avanço nos saldos médios dos depósitos a prazo e das obrigações por empréstimos e repasses, que produziram aumento dos gastos em R\$312 milhões, e, conjuntamente, pela majoração das taxas médias, que elevaram os custos dos depósitos a prazo, em R\$81 milhões e das despesas com obrigações por empréstimos e repasses, em R\$127 milhões. Observa-se, que tanto a poupança quanto a captação no mercado apresentaram redução no saldo médio, gerando, consequentemente, redução das despesas proporcionais, em R\$34 milhões, contrariamente, à elevação das taxas de juros, provocaram aumento de despesas em R\$52 milhões.

A variação das receitas de operações de crédito, provenientes das taxas médias, foi, diretamente, influenciada pela desvalorização, de 12,58% acumulada em 2011, frente à valorização cambial de 4,31% em 2010, resultado que provocou elevações nos financiamentos de longo prazo em moeda estrangeira e nas receitas das operações de adiantamento sobre contratos de câmbio. Esse efeito foi anulado pelo incremento das despesas das obrigações de empréstimos e repasses e das outras receitas operacionais, que apresentaram trajetória ascendente vinculada, especificamente, à volatilidade da variação cambial.

O desempenho positivo das variações das receitas e despesas financeiras foi produzido pelo aumento do volume médio, possibilitando que os ganhos gerados pelos ativos fossem superiores ao ônus produzido pelos passivos em R\$504 milhões, contrariamente, às taxas onerosas dos passivos superaram as taxas médias rentáveis dos ativos em R\$51 milhões, gerando a expansão da margem analítica em R\$453 milhões.

Tabela 04: Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas

R\$ Milhões

| | 2011 / 2010 | | | 2010 / 2009 | | | 2009 / 2008 | | |
|---|-----------------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|------------|
| | Aumento / (Redução) | | | Aumento / (Redução) | | | Aumento / (Redução) | | |
| | Devido a Variação em: | | | Devido a Variação em: | | | Devido a Variação em: | | |
| | Volume | Taxa | Variação | Volume | Taxa | Variação | Volume | Taxa | Variação |
| | Juros | Líquida | | Juros | Líquida | | Juros | Líquida | |
| Ativos Rentáveis | | | | | | | | | |
| Operações de Crédito, Arrendamento | | | | | | | | | |
| Mercantil e Outros Créditos | 788 | 78 | 866 | 771 | (152) | 619 | 515 | (137) | 378 |
| Compromissos de Revendas | (123) | 53 | (70) | (161) | 13 | (148) | 32 | (24) | 8 |
| Operações com Títulos, Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 86 | 153 | 239 | 108 | (15) | 94 | 205 | (45) | 160 |
| Depósitos Interbancários | 5 | (1) | 3 | (1) | (4) | (5) | (6) | (5) | (12) |
| Compulsórios | 48 | 24 | 73 | - | - | - | - | - | - |
| Outros | 16 | (21) | (4) | 26 | (7) | 18 | (62) | (72) | (134) |
| Total de Ativos Rentáveis | 820 | 286 | 1.106 | 743 | (165) | 578 | 684 | (284) | 401 |
| Passivos Onerosos | | | | | | | | | |
| Depósitos Interfinanceiros | 4 | (2) | 2 | 1 | (1) | 0 | (4) | 0 | (4) |
| Depósitos de Poupança | 27 | (43) | (16) | (49) | (8) | (57) | (33) | 37 | 4 |
| Depósitos a Prazo | (294) | (81) | (375) | (81) | 26 | (55) | (127) | 117 | (10) |
| Captações no Mercado Aberto | 7 | (9) | (2) | 50 | (7) | 43 | 17 | 56 | 73 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | (18) | (127) | (145) | (8) | (47) | (55) | (80) | 308 | 228 |
| Outros | (42) | (76) | (118) | (79) | (4) | (82) | (174) | 45 | (129) |
| Total de Passivos Onerosos | (316) | (337) | (653) | (166) | (40) | (206) | (401) | 564 | 163 |

Desempenho do Banrisul no Mercado Acionário

Em 31/07/11, o Banrisul completou quatro anos de sua adesão ao Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Nesse período, o Banrisul vem reforçando e consolidando sua relação de transparência com clientes e investidores, construída pela disseminação de dados e informações ao mercado, proporcionando maior e oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

Durante o ano de 2011, foram realizadas reuniões e teleconferências, totalizando 185 oportunidades de interação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras.

Tabela 05: Ações de Comunicação e Relacionamento

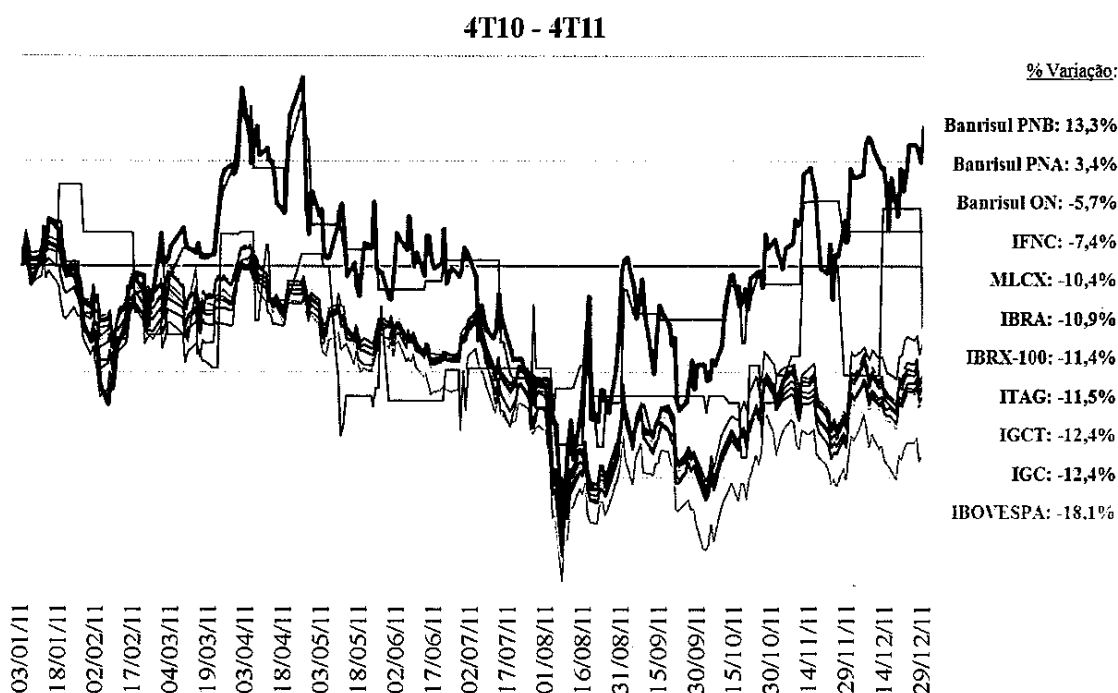
| | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 |
|----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Reuniões | 25 | 7 | 39 | 15 | 16 |
| Teleconferências | 14 | 6 | 19 | 12 | 5 |
| Eventos no Exterior* | 22 | 0 | 23 | 0 | 16 |
| Expo Money | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reuniões APIMEC | 3 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| TOTAL | 64 | 13 | 81 | 27 | 38 |

* 2010: Londres, Nova Iorque e Stavanger.

* 2011: Amsterdam, Chicago, Haia, Londres, Milwaukee, Nova Iorque, Paris, Rotterdam, Stavanger e Zurique.

A ação PNB faz parte da composição de 7 índices da BM&FBovespa e mantém sua participação para o primeiro quadrimestre de 2012, segundo prévia divulgada das carteiras. O desempenho das ações Banrisul no Mercado Acionário (ON, PNA e PNB) em comparação com os índices pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 01: Desempenho Banrisul x Índices de Ações Mercado Brasileiro

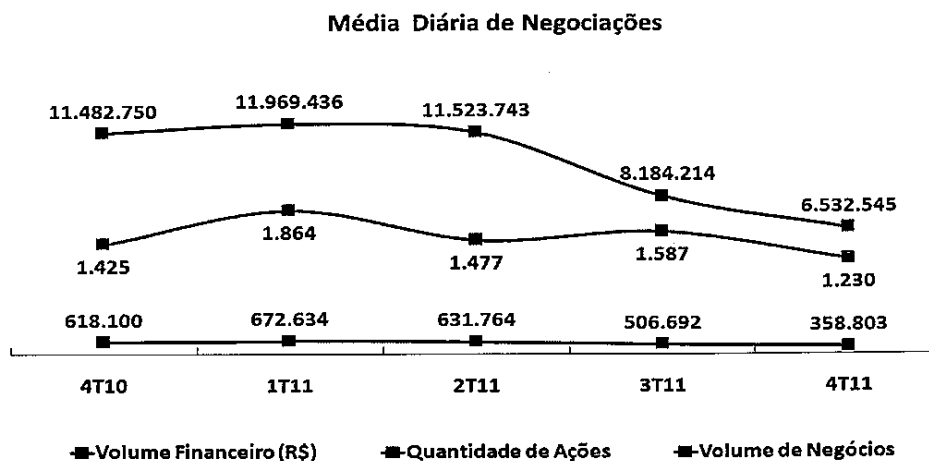


Banrisul

No final do ano de 2011, a ação PNB (BRSR6) estava entre as 100 ações mais negociadas na BM&FBovespa, estando listada na 82ª posição (82ª posição em 12 meses).

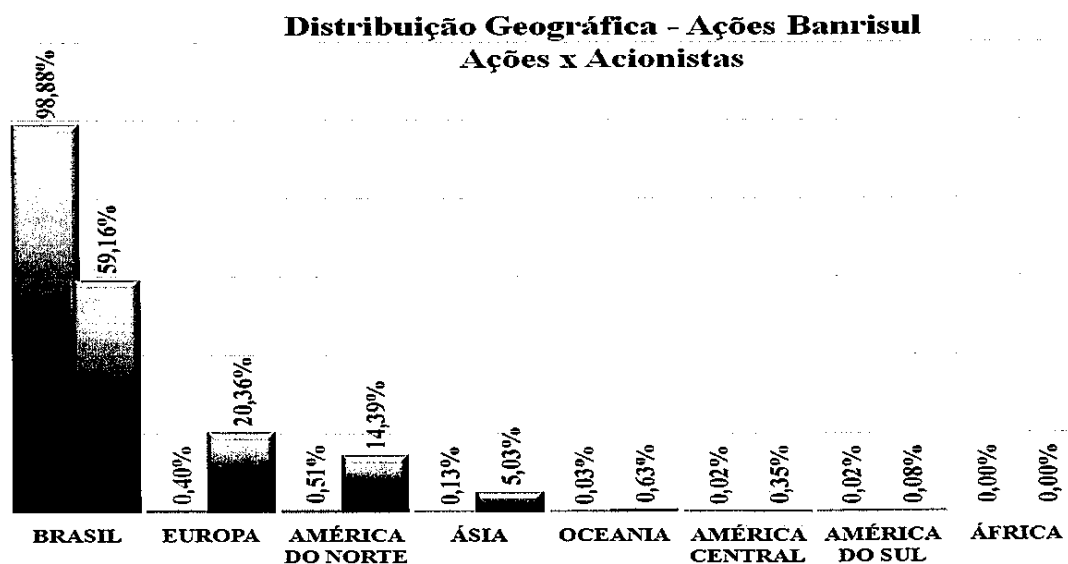
No 4T11, o volume financeiro médio negociado, diariamente, foi 43,11% abaixo do apurado no 4T10, enquanto o volume médio de negócios diários diminuiu em 13,66% no mesmo período.

Gráfico 02: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações



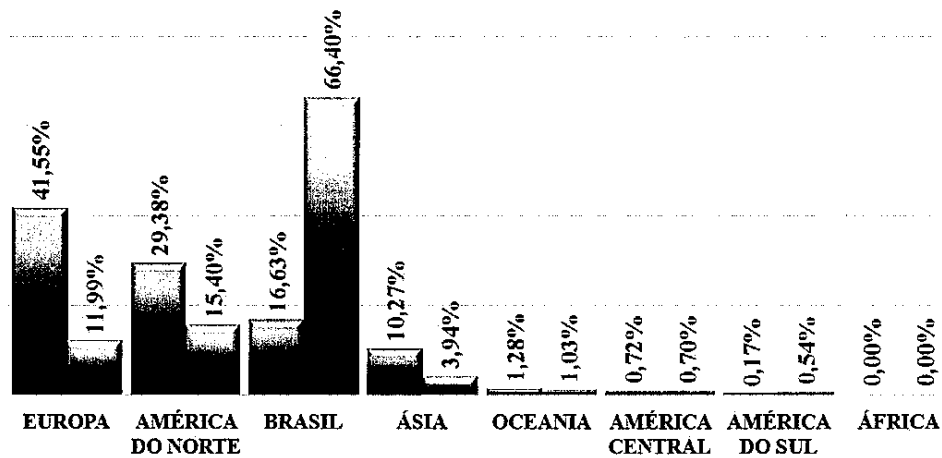
As Ações e Acionistas Banrisul estão distribuídos geograficamente conforme os gráficos abaixo:

Gráfico 03: Distribuição Geográfica dos Ativos Mobiliários do Banrisul



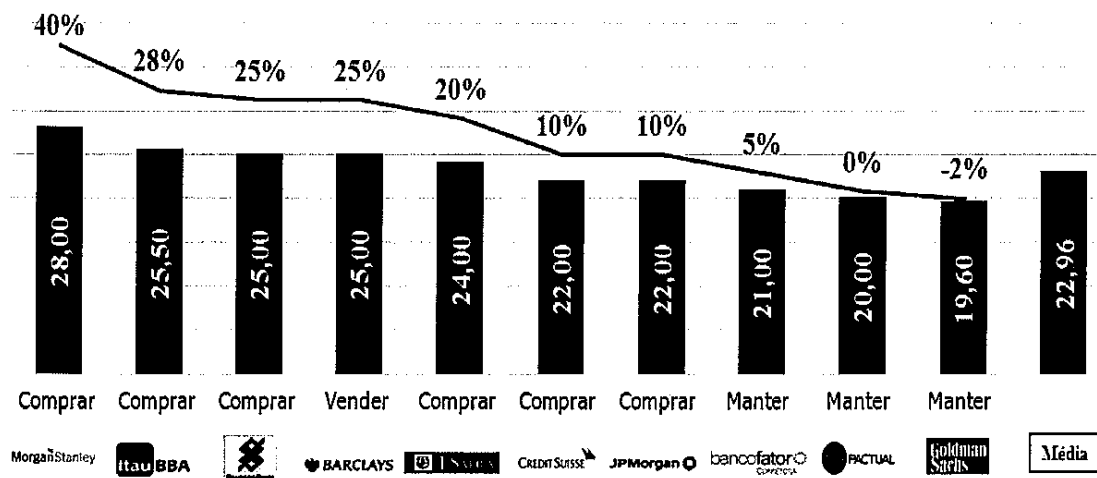
Distribuição Geográfica - Ações Banrisul PNB

Ações x Acionistas

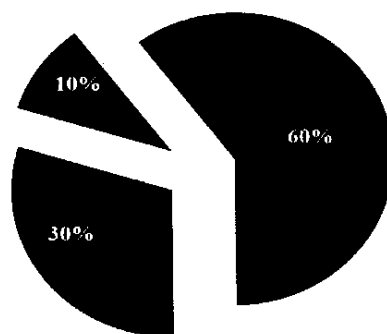


Os resultados do Banrisul são analisados periodicamente por um grupo de dez instituições que, ao final de 2011, emitiram relatórios de acompanhamento (*sell side*) sobre o Banrisul, cujos preço alvo consolidados estão apresentados abaixo e também disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.banrisul.com.br/ri).

Preço Alvo (R\$), Upside (%) - Base 31/12/2011



Consenso de Analistas



- Comprar, Buy, Outperform, Overweight
- Manter, Hold, Neutral, Equal-weight
- Vender, Sell, Underperform, Underweight

Evolução das Contas Patrimoniais

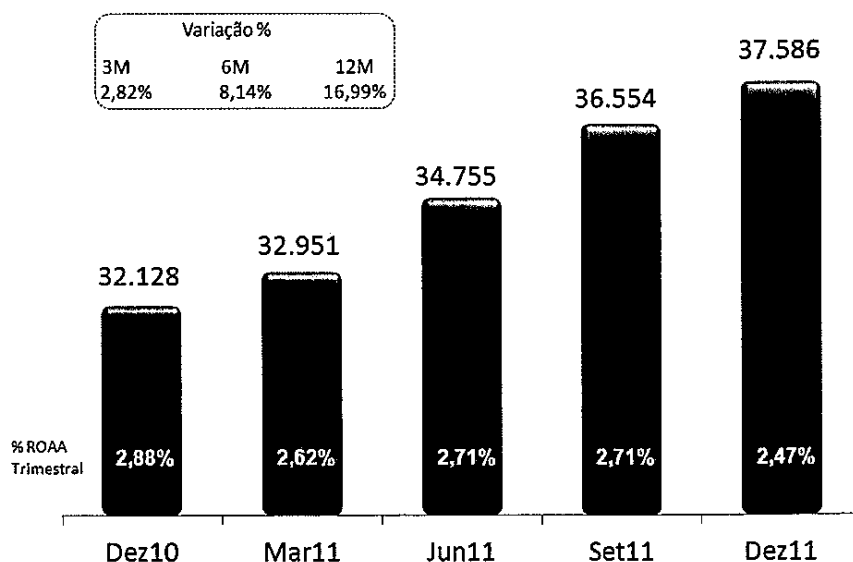
Ativos Totais

Os ativos totais atingiram, ao final do ano de 2011, R\$37.586 milhões, o que representa acréscimo de 16,99% ou R\$5.458 milhões em relação a 2010. Na comparação com setembro de 2011, o aumento foi de 2,82% ou R\$1.032 milhões.

Nos doze meses, o aumento dos ativos proveio da ampliação da captação de depósitos, em R\$3.308 milhões, do aumento do Fundo de Reservas de Depósitos Judiciais (FRDJ), em R\$654 milhões, e do crescimento das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$533 milhões. Os recursos captados foram, em parte, aplicados na carteira de crédito, que apresentou expansão de R\$3.360 milhões, e nos títulos e valores mobiliários somados as aplicações interfinanceiras de liquidez, que registraram aumento de R\$1.527 milhões no saldo.

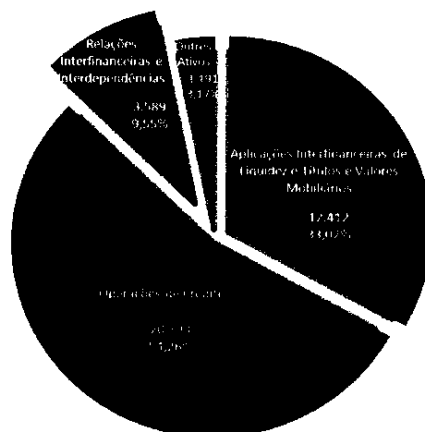
No último trimestre do ano, a elevação dos ativos teve como origem o crescimento dos depósitos em R\$1.451 milhões, o incremento nas obrigações por empréstimos e repasses, em R\$152 milhões, e no FRDJ, em R\$87 milhões, compensados pela queda na captação em mercado aberto, em R\$303 milhões, e nas relações interfinanceiras e interdependências, em R\$320 milhões. Em termos de alocação, as operações de crédito apresentaram incremento de R\$738 milhões, seguidas pelas operações de tesouraria, em R\$206 milhões.

Gráfico 04: Ativo Total - R\$ Milhões



O ativo total está composto por 54,26% em operações de crédito, 33,02% em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, 9,55% em relações interfinanceiras e interdependências e 3,17% em outros ativos.

Gráfico 05: Composição dos Ativos - R\$ Milhões



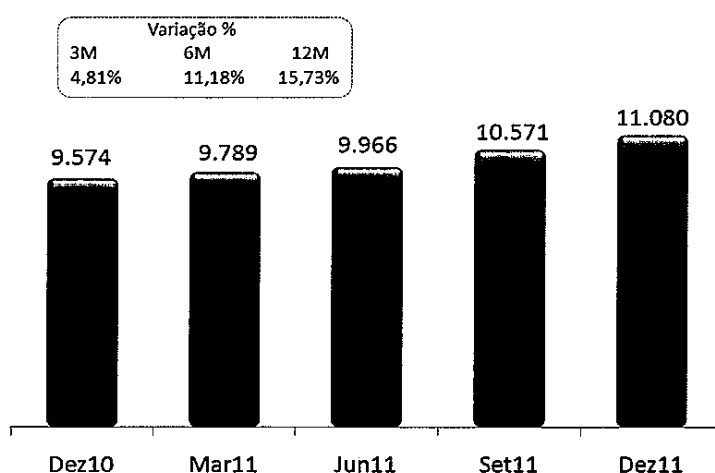
Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos e valores mobiliários totalizaram R\$11.080 milhões em dezembro de 2011, o que representou expansão de 15,73% ou R\$1.506 milhões em relação ao volume registrado ao final de 2010. Na comparação com o trimestre anterior, o montante apresentou crescimento de 4,81% ou R\$509 milhões. O valor inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações por operações compromissadas.

A ampliação do saldo dos títulos e valores mobiliários em 2011, resultou do crescimento da captação de depósitos, em R\$3.308 milhões, da expansão do Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais (FRDJ), em R\$654 milhões, e do avanço das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$533 milhões, descontada do aumento das aplicações nas operações de crédito, em R\$3.360 milhões.

A elevação dos depósitos, em R\$1.451 milhões, a ampliação das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$152 milhões, e o crescimento do FRDJ, em R\$87 milhões, permitiram o aumento tanto nos títulos e valores mobiliários quanto nas operações de crédito no quarto trimestre.

Gráfico 06: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez* - R\$ Milhões



*Deduzidos de obrigações compromissadas.

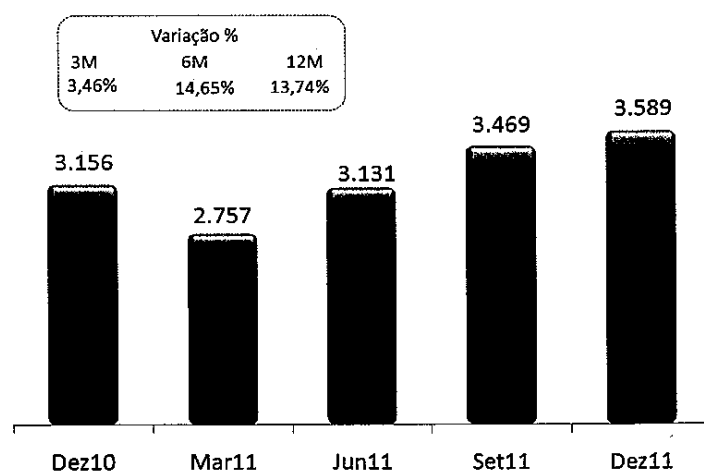
Relações Interfinanceiras e Interdependências

As relações interfinanceiras e interdependências atingiram R\$3.589 milhões em dezembro de 2011, montante 13,74% ou R\$434 milhões acima do registrado no mesmo mês do ano anterior, e ampliação de 3,46% ou R\$120 milhões em relação a setembro de 2011.

Em relação a dezembro de 2011, a variação de saldo refere-se ao aumento do volume de exigibilidades de recolhimentos obrigatórios pelo Banco Central, face à expansão em R\$4.317 milhões dos recursos captados em depósitos a prazo, mesmo com a redução no saldo dos depósitos à vista e da poupança.

Na comparação com setembro de 2011, o aumento nos depósitos a prazo, em R\$728 milhões, e a expansão nos depósitos à vista, em R\$639 milhões, provocou aumento do recolhimento de compulsórios.

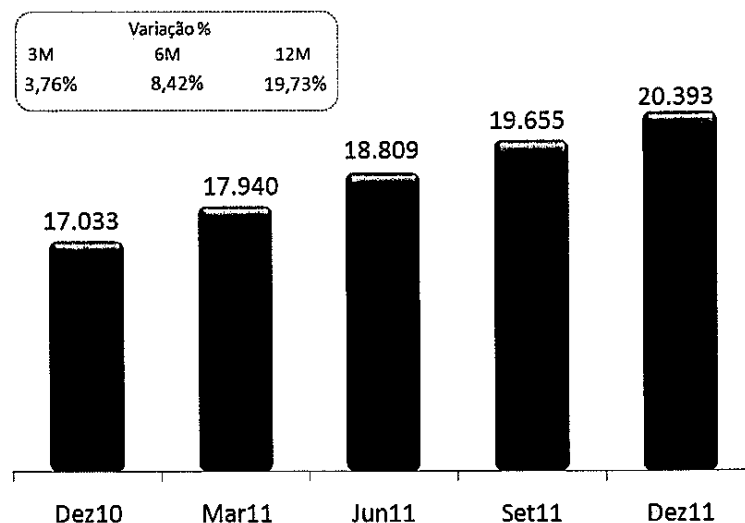
Gráfico 07: Relações Interfinanceiras e Interdependências - R\$ Milhões



Operações de Crédito

O estoque de crédito do Bannrisul alcançou R\$20.393 milhões em dezembro de 2011, saldo que representa um acréscimo de 19,73% sobre a posição alcançada em dezembro de 2010, e evolução de 3,76% ou R\$738 milhões sobre o volume de setembro de 2011.

Gráfico 08: Operações de Crédito - R\$ Milhões



Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito direcionadas a pessoas jurídicas totalizaram R\$9.854 milhões em dezembro de 2011, compondo 48,32% da carteira total de crédito.

Tabela 06: Composição do Crédito Pessoa Jurídica por Porte de Empresa

R\$ Milhões

| Porte | Saldo | Dez11 % PJ | % Cart. Total | Saldo | Set11 % PJ | % Cart. Total | Saldo | Dez10 % PJ | % Cart. Total | % Dez11/ Set11 | % Dez11/ Dez10 |
|---------------------------|--------------|----------------|------------------|--------------|----------------|------------------|--------------|----------------|------------------|----------------------|----------------------|
| Grandes Empresas | 2.402 | 24,38% | 11,78% | 2.610 | 28,48% | 13,28% | 1.734 | 22,44% | 10,18% | -7,99% | 38,48% |
| Total Média/Pequena/Micro | 7.452 | 75,62% | 36,54% | 6.556 | 71,52% | 33,35% | 5.995 | 77,56% | 35,19% | 13,67% | 24,31% |
| Médias Empresas | 5.727 | 58,12% | 28,08% | 4.890 | 53,35% | 24,88% | 4.570 | 59,13% | 26,83% | 17,10% | 25,31% |
| Pequenas Empresas | 1.363 | 13,83% | 6,68% | 1.300 | 14,19% | 6,62% | 1.096 | 14,18% | 6,44% | 4,80% | 24,32% |
| Microempresas | 362 | 3,68% | 1,78% | 365 | 3,98% | 1,86% | 328 | 4,25% | 1,93% | -0,76% | 10,37% |
| Total PJ | 9.854 | 100,00% | 48,32% | 9.166 | 100,00% | 46,64% | 7.729 | 100,00% | 45,38% | 7,50% | 27,49% |

O critério utilizado para segmentação por porte é o faturamento médio mensal: Microempresas até R\$20 mil, Pequenas até R\$200 mil, Médias até R\$25 milhões e Grandes acima de R\$25 milhões.

O saldo de operações no segmento empresarial registrou expansão de 27,49% na comparação com dezembro de 2010 e 7,50% no último trimestre. O destaque, nos doze meses, foi empresas de grande porte, que elevaram em 1,94 pp. a representatividade no total aplicado na pessoa jurídica. Nos últimos três meses, a maior variação percentual ocorreu nas empresas de médio porte, que aumentaram a participação no crédito para o segmento empresarial em 4,77 pp.

Os créditos direcionados às grandes empresas apresentaram evolução no saldo de 38,48% ou R\$667 milhões em relação a dezembro de 2010 e retração de 7,99% ou R\$208 milhões no último trimestre de 2011. A ampliação do saldo de operações junto a micro, pequenas e médias empresas foi de 24,31% ou R\$1.457 milhões no ano, e 13,67% ou R\$896 milhões em relação a setembro de 2011.

Composição do Crédito por Setor de Atividade

Na composição da carteira de crédito distribuída por atividade, o setor privado deteve 99,40% dos ativos de crédito em dezembro de 2011, e apresentou evolução de 19,90% ou R\$3.364 milhões nos últimos doze meses. Destacaram-se, no período, as seguintes atividades: serviços e outros, com crescimento de R\$744 milhões, pessoa física, com incremento de R\$740 milhões, e indústria, com expansão de R\$528 milhões.

No último trimestre, a carteira de crédito por atividade, no setor privado, apresentou incremento de 3,78% ou R\$738 milhões, reflexo do aumento dos serviços e outros, em R\$430 milhões, do comércio, em R\$162 milhões, movimento reduzido pela queda de R\$248 milhões na pessoa física.

Tabela 07: Composição do Crédito por Setor de Atividade

R\$ Milhões

| | Dez11 | Set11 | Jun11 | Mar11 | Dez10 | Dez11/ Set11 | Dez11/ Dez10 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|
| Setor Privado | 20.271 | 19.533 | 18.693 | 17.816 | 16.907 | 3,78% | 19,90% |
| Rural | 1.705 | 1.584 | 1.295 | 1.338 | 1.285 | 7,63% | 32,73% |
| Indústria | 4.032 | 3.888 | 3.833 | 3.532 | 3.505 | 3,70% | 15,05% |
| Comércio | 2.487 | 2.325 | 2.209 | 2.145 | 2.011 | 6,95% | 23,66% |
| Serviços e Outros | 2.221 | 1.791 | 1.749 | 1.709 | 1.476 | 23,99% | 50,40% |
| Pessoa Física | 8.085 | 8.333 | 8.145 | 7.737 | 7.345 | -2,97% | 10,08% |
| Habitação | 1.741 | 1.611 | 1.461 | 1.354 | 1.285 | 8,07% | 35,45% |
| Setor Público | 122 | 122 | 117 | 124 | 126 | 0,21% | -3,05% |
| Governo - Administração Direta e Indireta | 122 | 122 | 100 | 107 | 107 | 0,21% | 14,14% |
| Atividade Empresarial - Outros Serviços | 0 | 0 | 17 | 17 | 19 | 0,00% | -100,00% |
| Total | 20.393 | 19.655 | 18.809 | 17.940 | 17.033 | 3,76% | 19,73% |



Banrisul

Composição do Crédito por Carteira

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio e, em dezembro de 2011, compuseram 75,88% do total da carteira. As carteiras de financiamento a longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e detinham, no último mês do ano, 24,12% do valor aplicado.

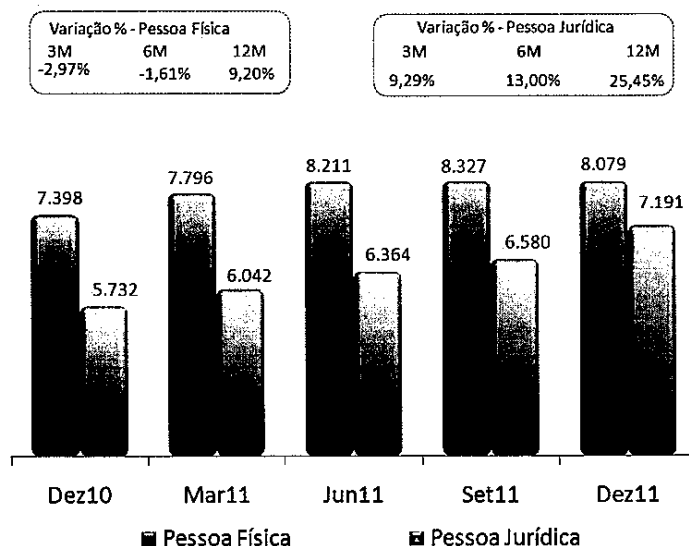
Tabela 08: Composição do Crédito por Carteira

| Operações de Crédito | R\$ Milhões | | | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|
| | Dez11 | Set11 | Jun11 | Mar11 | Dez10 | Dez11/ Set11 | Dez11/ Dez10 |
| Sector Privado | 20.271 | 19.533 | 18.693 | 17.816 | 16.907 | 3,78% | 19,90% |
| Câmbio | 557 | 513 | 529 | 451 | 412 | 8,68% | 35,34% |
| Comercial | 15.271 | 14.907 | 14.575 | 13.839 | 13.131 | 2,44% | 16,30% |
| Pessoa Física | 8.079 | 8.327 | 8.211 | 7.796 | 7.398 | -2,97% | 9,20% |
| Cartão de Crédito | 53 | 54 | 54 | 59 | 52 | -2,62% | 2,71% |
| Empréstimos e Títulos Descontados - PF | 7.758 | 8.026 | 7.907 | 7.480 | 7.099 | -3,33% | 9,29% |
| Financiamento Direto ao Consumidor - PF | 268 | 246 | 251 | 258 | 248 | 8,80% | 8,19% |
| Pessoa Jurídica | 7.191 | 6.580 | 6.364 | 6.042 | 5.732 | 9,29% | 25,45% |
| Créditos no Exterior | 71 | 67 | 60 | 67 | 62 | 5,75% | 14,61% |
| Empréstimos e Títulos Descontados - PJ | 6.919 | 6.317 | 6.132 | 5.806 | 5.484 | 9,53% | 26,17% |
| Financiamento Direto ao Consumidor - PJ | 201 | 196 | 172 | 169 | 186 | 2,59% | 7,91% |
| Financiamento a Longo Prazo | 917 | 838 | 758 | 756 | 714 | 9,41% | 28,31% |
| Imobiliário | 1.741 | 1.611 | 1.461 | 1.354 | 1.285 | 8,07% | 35,45% |
| Leasing | 81 | 80 | 75 | 79 | 81 | 0,06% | -0,40% |
| Rural | 1.705 | 1.584 | 1.295 | 1.338 | 1.284 | 7,65% | 32,77% |
| Sector Público | 122 | 122 | 117 | 124 | 126 | 0,21% | -3,05% |
| Total | 20.393 | 19.655 | 18.809 | 17.940 | 17.033 | 3,76% | 19,73% |

A carteira comercial, que compõe 74,88% do saldo total de crédito do Banco, alcançou em dezembro de 2011, R\$15.271 milhões. Em relação a dezembro de 2010, o crédito comercial apresentou ampliação de 16,30% ou R\$2.140 milhões, responsável por 63,69% da variação total das operações de crédito. Na comparação com o terceiro trimestre, o acréscimo no estoque da carteira foi de 2,44% ou R\$364 milhões.

Do montante do crédito comercial, o segmento pessoa física alcançou R\$8.079 milhões ao final de 2011, participação de 52,91% no saldo da carteira comercial e 39,62% no total das operações de crédito do Banco. O segmento empresarial somou R\$7.191 milhões em dezembro de 2011, o que corresponde a 47,09% do saldo de crédito comercial e 35,26% do estoque total de crédito.

Gráfico 09: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões



A carteira de crédito imobiliário atingiu o montante de R\$1.741 milhões no encerramento de 2011, com acréscimo de 35,45% ou R\$456 milhões em doze meses, e saldo superior em 8,07% ou R\$130 milhões ao registrado em setembro de 2011, figurando como a segunda maior contribuição em valor absoluto para a ampliação do estoque de crédito. O avanço da carteira pode ser explicado por diversos motivos: (i) pela demanda aquecida no setor; (ii) pela inclusão do produto no modelo de metas; (iii) pela contratação de Correspondentes Imobiliários; e (iv) pelo estabelecimento de políticas para realização de convênio com empresas privadas.

O saldo do crédito rural totalizou R\$1.705 milhões em dezembro de 2011, com crescimento de 32,77% ou R\$421 milhões em doze meses, e expansão de 7,65% ou R\$121 milhões nos últimos três meses. O incremento do crédito rural no ano de 2011 foi influenciado, especialmente, pela presença do Banrisul em feiras agropecuárias regionais, inclusive na 34ª Expointer, pelo treinamento de 330 empregados nos produtos específicos de crédito direcionados ao agronegócio e pelo lançamento do programa Mais Ovinos no Campo.

O financiamento a longo prazo alcançou R\$917 milhões no último mês de 2011, com incremento de 28,31% ou R\$202 milhões em doze meses, e elevação de 9,41% ou R\$79 milhões em comparação a setembro de 2011.

A carteira de câmbio registrou R\$557 milhões em dezembro de 2011, desempenho 35,34% ou R\$146 milhões superior ao registrado ao final de 2010, e expansão de 8,68% ou R\$44 milhões em relação a setembro de 2011. O crescimento no saldo da carteira reflete a desvalorização cambial no ano, em 12,58%, e a ampliação dos negócios no período.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

Até dezembro de 2011, a concessão de ativos de crédito acumulou R\$32.642 milhões, o que representa avanço de 8,69% ou R\$2.610 milhões comparativamente ao mesmo período de 2010. O crédito comercial, com participação de 86,93% no incremento da carteira total, apresentou expansão de 6,97% ou R\$1.850 milhões. Também apresentaram variações significativas o financiamento rural, com ampliação de 42,94% ou R\$414 milhões, o financiamento imobiliário, com acréscimo de 23,85% ou R\$144 milhões e ainda, o financiamento a longo prazo, com avanço de 23,59% ou R\$119 milhões.

No 4T11, o Banrisul disponibilizou R\$8.553 milhões em recursos de crédito, R\$446 milhões superior ao montante concedido no 4T10. Destaca-se a participação do crédito comercial, que somou 87,50% da concessão ou R\$7.484 milhões, distribuído, especialmente, nas linhas de capital de giro, com R\$1.813 milhões, de cheque especial, com R\$1.729 milhões, de conta garantida, com R\$1.502 milhões e de crédito pessoal, que atingiu R\$1.147 milhões. O financiamento a longo prazo apresentou crescimento de 18,88% ou R\$31 milhões alavancado pela estratégia de financiar investimentos, em moeda nacional e estrangeira, nas grandes e médias empresas e fomentar a comercialização do Cartão BNDES, lançado em 2011. O crédito rural registrou concessão de R\$339 milhões no 4T11, com incremento de 11,14% ou R\$34 milhões sobre a posição alcançada no mesmo período do ano anterior.

Em relação ao 3T11, os dados da concessão indicaram incremento de 3,90% ou R\$321 milhões, em que pese a variação positiva de 6,41% ou R\$451 milhões na concessão da carteira comercial, em especial na linha de capital de giro, cujo crescimento foi de 32,49% ou R\$445 milhões, contido pela retração de 32,10% ou R\$160 milhões no saldo concedido do financiamento rural, prejudicado pela sazonalidade das atividades agrícolas.



Tabela 9: Composição dos Volumes Concedidos Crédito por Linhas de Financiamento

| | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | R\$ Milhões | |
|------------------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|----------------|
| | | | | | | | | 2011/ 2010 | 4T11/ 3T11 |
| Cambial | 1.483 | 1.399 | 329 | 275 | 464 | 416 | 391 | 5,99% | 19,71% |
| Comercial | 28.377 | 26.527 | 7.484 | 7.033 | 7.397 | 6.464 | 7.046 | 6,97% | 6,41% |
| Cheque Especial | 6.810 | 6.260 | 1.729 | 1.703 | 1.715 | 1.663 | 1.660 | 8,78% | 1,52% |
| Crédito Pessoal | 5.331 | 5.888 | 1.147 | 1.302 | 1.694 | 1.189 | 1.466 | -9,46% | -11,92% |
| Conta Garantida | 5.833 | 4.964 | 1.502 | 1.457 | 1.504 | 1.370 | 1.254 | 17,51% | 3,06% |
| Capital de Giro | 5.490 | 4.551 | 1.813 | 1.368 | 1.216 | 1.093 | 1.415 | 20,65% | 32,49% |
| Desconto de Recebíveis | 2.562 | 2.420 | 666 | 647 | 644 | 605 | 631 | 5,86% | 2,83% |
| Outros | 2.351 | 2.445 | 628 | 556 | 624 | 544 | 619 | -3,82% | 13,06% |
| Financiamento a Longo Prazo | 623 | 504 | 195 | 173 | 113 | 143 | 164 | 23,59% | 12,60% |
| Financiamento Imobiliário | 750 | 606 | 199 | 243 | 169 | 139 | 188 | 23,85% | -18,13% |
| Leasing | 29 | 31 | 8 | 9 | 5 | 8 | 12 | -5,65% | -15,80% |
| Financiamento Rural | 1.380 | 965 | 339 | 499 | 365 | 176 | 305 | 42,94% | -32,10% |
| Total | 32.642 | 30.032 | 8.553 | 8.232 | 8.513 | 7.345 | 8.107 | 8,69% | 3,90% |

Crédito Comercial

O crédito comercial pessoa física atingiu o saldo de R\$8.079 milhões ao final de 2011, com incremento de 9,20% ou R\$681 milhões na comparação com dezembro de 2010, impulsionado, especificamente, pelo crédito consignado e não consignado. Em relação ao trimestre anterior, o saldo da carteira apresentou redução de 2,97% ou R\$247 milhões, devido à contração no saldo do crédito pessoal consignado e não consignado, bem como do cheque especial.

O crédito consignado alcançou R\$5.987 milhões em dezembro de 2011, perfazendo 74,10% da carteira, com crescimento de 5,86% ou R\$332 milhões em doze meses. No quarto trimestre, o crédito consignado apresentou retração de 1,83% ou R\$111 milhões, impactado pela queda no saldo da linha de consignação adquirida, em R\$180 milhões, parcialmente compensado, pela elevação no estoque da linha de consignação própria em R\$69 milhões.

Entre as linhas de crédito consignado, o próprio atingiu R\$3.786 milhões até dezembro de 2011, representando 63,23% da carteira de consignados e 46,85% da carteira comercial pessoa física. O crédito consignado próprio apresentou expansão de 9,26% ou R\$321 milhões em doze meses, e 1,85% ou R\$69 milhões no trimestre. O crédito adquirido atingiu R\$2.201 milhões no último trimestre de 2011, compondo 36,77% da carteira de consignados e 27,24% do crédito comercial pessoa física. O saldo da linha de consignado adquirido registrou elevação de 0,49% ou R\$11 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução na incorporação de novas carteiras e o vencimento de diversos contratos ao longo dos últimos três meses justificam a retração de 7,56% ou R\$180 milhões da linha.

O destaque de 2011, na carteira comercial, foi o crédito da pessoa jurídica, que apresentou expansão de 25,45% ou R\$1.459 milhões em doze meses, totalizando R\$7.191 milhões. Em relação a setembro, a carteira registrou evolução de 9,29% ou R\$611 milhões. A carteira comercial pessoa jurídica tem seus ativos alocados, principalmente, nas linhas de capital de giro, que atingiram R\$5.437 milhões. O saldo representou, ao final de 2011, 75,61% da carteira comercial pessoa jurídica, e 35,61% do total do crédito comercial. Em doze meses, as linhas de capital de giro registraram expansão de 29,69% ou R\$1.245 milhões e crescimento de 12,46% ou R\$602 milhões no último trimestre de 2011.

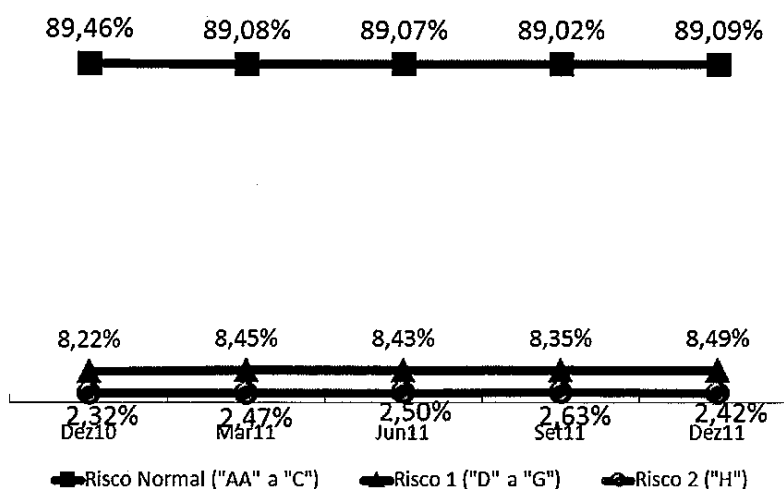
Tabela 10: Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica

| | Dez11 | Set11 | Jun11 | Mar11 | Dez10 | Dez11/ Set11 | Dez11/ Dez10 |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|
| R\$ Milhões | | | | | | | |
| Pessoa Física | 8.079 | 8.327 | 8.211 | 7.796 | 7.398 | -2,97% | 9,20% |
| Crédito Pessoal - Consignado | 5.790 | 5.908 | 5.849 | 5.574 | 5.456 | -2,00% | 6,12% |
| Aquisição Bens - Consignado | 197 | 190 | 198 | 206 | 199 | 3,66% | -1,22% |
| Aquisição Bens - Outros Bens | 6 | 6 | 5 | 4 | 5 | -2,46% | 25,63% |
| Aquisição Bens - Veículos | 65 | 51 | 49 | 49 | 44 | 28,03% | 48,00% |
| Cheque Especial | 585 | 662 | 674 | 671 | 560 | -11,60% | 4,46% |
| Crédito 1 Minuto | 284 | 293 | 291 | 283 | 262 | -3,09% | 8,11% |
| Crédito Pessoal Automático | 235 | 249 | 258 | 262 | 255 | -5,34% | -7,77% |
| Crédito Pessoal - Não Consignado | 433 | 525 | 449 | 365 | 279 | -17,38% | 55,53% |
| Cartão de Crédito | 53 | 54 | 54 | 59 | 52 | -2,62% | 2,71% |
| Outros - PF | 431 | 389 | 386 | 325 | 287 | 10,71% | 50,43% |
| Pessoa Jurídica | 7.191 | 6.580 | 6.364 | 6.042 | 5.732 | 9,29% | 25,45% |
| Aquisição Bens - Outros Bens | 36 | 33 | 32 | 31 | 31 | 6,47% | 14,47% |
| Aquisição Bens - Veículos | 42 | 37 | 30 | 27 | 23 | 13,32% | 83,17% |
| Capital de Giro - CEB | 3.876 | 3.506 | 3.378 | 3.172 | 3.025 | 10,56% | 28,16% |
| Capital de Giro - CGB | 1.561 | 1.329 | 1.249 | 1.258 | 1.168 | 17,45% | 33,65% |
| CDCI | 26 | 27 | 25 | 21 | 23 | -2,67% | 13,30% |
| Comprar | 99 | 100 | 87 | 92 | 110 | -1,15% | -10,09% |
| Conta Devedora Caução - CCC | 170 | 184 | 195 | 194 | 166 | -7,43% | 2,67% |
| Conta Garantida | 536 | 566 | 601 | 510 | 437 | -5,22% | 22,69% |
| Desconto de Recebíveis | 394 | 377 | 367 | 367 | 351 | 4,54% | 12,40% |
| Vendor | 106 | 97 | 102 | 84 | 132 | 9,46% | -19,99% |
| Crédito no Exterior | 71 | 67 | 60 | 67 | 62 | 5,75% | 14,61% |
| Outros - PJ | 274 | 257 | 238 | 219 | 205 | 6,46% | 33,71% |
| Total | 15.271 | 14.907 | 14.575 | 13.839 | 13.131 | 2,44% | 16,30% |

Composição do Crédito por Rating

As operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, equivaliam, em dezembro de 2011, a 89,09% da carteira de crédito. Na comparação com o ano anterior, o indicador apresentou queda de 0,37 pp. e, em relação ao trimestre anterior, melhora de 0,07 pp.

Gráfico 10: Carteira de Crédito por Níveis de Risco (%)



Banrisul

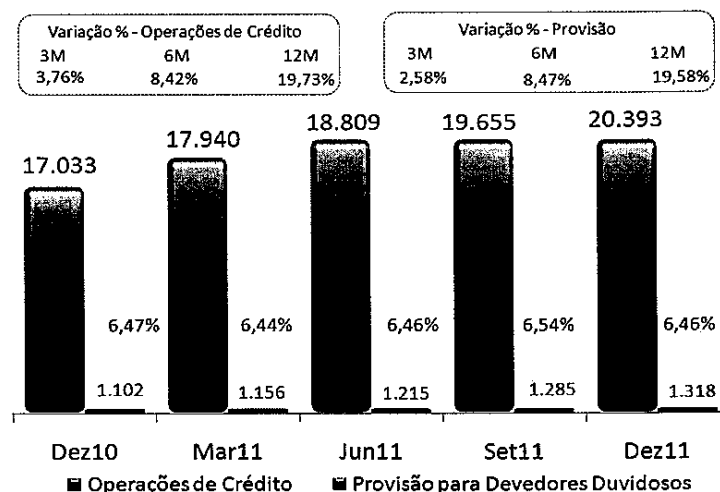
Provisão para Operações de Crédito

As provisões para perdas com operações de crédito somaram R\$1.318 milhões no último mês de 2011, representando 6,46% da carteira de crédito consolidada. O indicador apresentou manutenção em relação ao mês de dezembro do ano anterior, e contração de 0,08 pp. na comparação com setembro de 2011.

O saldo da provisão apresentou trajetória de crescimento diretamente vinculada ao crescimento das operações de crédito, como pode ser observado no trimestre, semestre e ano.

A redução da proporção entre provisões e o volume de operações de crédito, em três meses, reflete o aumento da carteira de crédito aliado ao ajuste no estoque de provisões. O índice de provisionamento do Banco, contudo, se mantém ajustado aos valores registrados pelos maiores bancos comerciais no período.

Gráfico 11: Composição da Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



A provisão para perdas com créditos, em dezembro de 2011, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e complementos:

- I. R\$417 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias;
- II. R\$787 milhões para contratos vincendos há menos de 60 dias;
- III. R\$114 milhões referentes à provisão excedente ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, constituída em função da análise periódica da qualidade do cliente efetuada pela administração, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

Tabela 11: Saldo das Provisões para Perdas

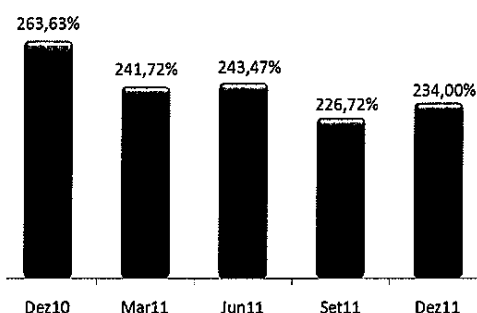
R\$ Milhões

| Níveis de Risco | Provisão Requerida | Carteira Total | Participação Relativa Acumulada | Créditos Vencidos | Créditos a Vencer | Provisão Mínima | | Provisão Adicional | Provisão Total | Provisão sobre a Carteira |
|-----------------|--------------------|-----------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|--------------|--------------------|----------------|---------------------------|
| | | | | | | Vencidos | A Vencer | | | |
| AA | 0,00% | 3.386,7 | 16,61% | 0,0 | 3.386,7 | 0,0 | 0,0 | 6,6 | 6,6 | 0,20% |
| A | 0,50% | 9.178,3 | 61,61% | 0,1 | 9.178,2 | 0,0 | 45,9 | 18,4 | 64,2 | 0,70% |
| B | 1,00% | 3.895,1 | 80,71% | 0,1 | 3.895,0 | 0,0 | 39,0 | 19,5 | 58,4 | 1,50% |
| C | 3,00% | 1.708,8 | 89,09% | 12,4 | 1.696,4 | 0,4 | 50,9 | 34,2 | 85,4 | 5,00% |
| D | 10,00% | 533,2 | 91,71% | 33,7 | 499,5 | 3,4 | 49,9 | 10,7 | 64,0 | 12,00% |
| E | 30,00% | 500,2 | 94,16% | 39,8 | 460,4 | 12,0 | 138,1 | 10,0 | 160,1 | 32,00% |
| F | 50,00% | 589,1 | 97,05% | 115,9 | 473,2 | 58,0 | 236,6 | 11,8 | 306,4 | 52,00% |
| G | 70,00% | 108,1 | 97,58% | 59,9 | 48,3 | 41,9 | 33,8 | 3,2 | 78,9 | 73,00% |
| H | 100,00% | 493,6 | 100,00% | 301,1 | 192,5 | 301,1 | 192,5 | 0,0 | 493,6 | 100,00% |
| Total | | 20.393,2 | | 563,1 | 19.830,1 | 416,7 | 786,6 | 114,3 | 1.317,7 | 6,46% |

Índice de Cobertura

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas com créditos e o saldo das operações vencidas que não geram receitas, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência. As provisões para perdas representavam, em dezembro de 2011, 2,34 vezes o saldo das operações de crédito vencidas. O indicador foi inferior ao obtido em dezembro de 2010, quando as provisões cobriam 2,64 vezes os créditos com atraso superior há 60 dias, porém, maior que o índice registrado em setembro de 2011, de 2,27 vezes.

Gráfico 12: Índice de Cobertura (acima de 60 dias)



Em relação às operações vencidas há mais de 90 dias, em dezembro de 2011, a cobertura com provisões representou 2,71 vezes o saldo vencido, frente ao índice de 2,97 vezes, verificado em dezembro de 2010, e acima dos 2,70 vezes alcançado em setembro de 2011.

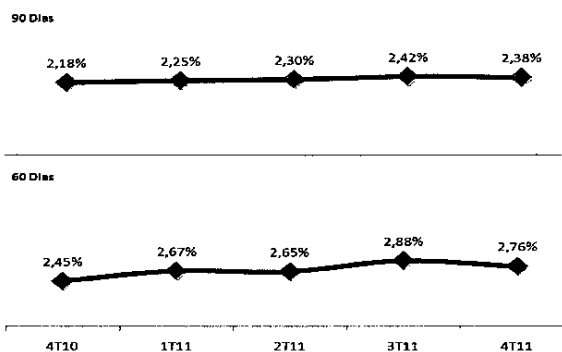
O nível de cobertura confortável, tendo em vista o provisionamento superior ao requerido pelo Conselho Monetário Nacional, atesta a política conservadora do Banrisul no tocante à gestão do risco de crédito.

Índice de Inadimplência

O índice de inadimplência acima de 60 dias apresentou crescimento de 0,31 pp. no ano e queda de 0,12 pp. no trimestre, alcançando 2,76% em dezembro de 2011. O montante das operações em atraso superior a 60 dias alcançou, em dezembro de 2011, R\$563 milhões, 34,72% superior ao de dezembro de 2010.

A inadimplência de 90 dias atingiu R\$486 milhões no quarto trimestre, representando 2,38% do total da carteira e aumento de 0,20

Gráfico 13: Índice de Inadimplência



Banrisul

pp. em relação a dezembro de 2010. Na comparação com setembro de 2011, o indicador retraiu 0,04 pp.

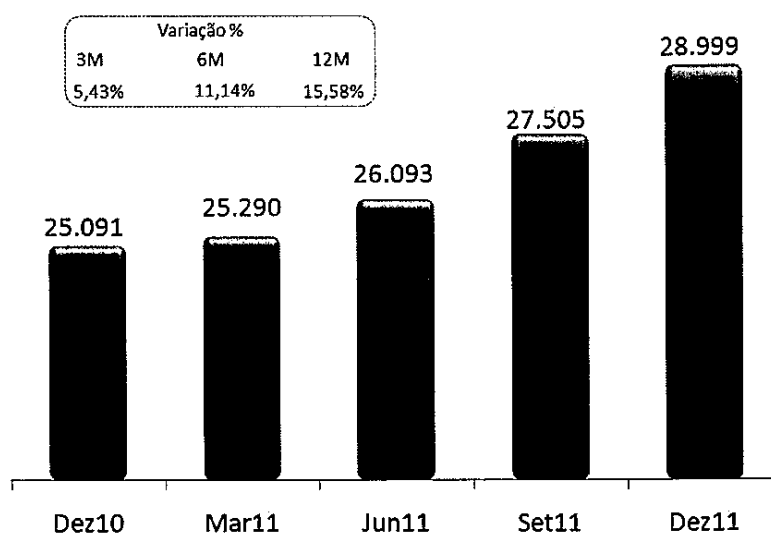
A variação crescente do indicador durante o ano é reflexo do impacto gerado, também no mercado gaúcho, pelo cenário externo instável, que afetou as exportações e a atividade industrial do Rio Grande do Sul, principal estado de atuação do Banco.

Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados alcançaram R\$28.999 milhões ao final de dezembro de 2011, saldo 15,58% ou R\$3.909 milhões acima do registrado no mesmo mês do ano anterior, movimento explicado pelo incremento no montante de depósitos a prazo e de fundos de investimento.

Na comparação com o 3T11, a variação positiva da captação foi de 5,43% ou R\$1.494 milhões. A ampliação no saldo de depósitos a prazo e à vista, juntamente com os recursos de terceiros, colaboraram para a obtenção do crescimento no período.

Gráfico 14: Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões



Depósitos à Vista

Os depósitos à vista compõem 11,02% dos recursos captados e administrados do Banco. Em dezembro de 2011, a modalidade atingiu o montante de R\$3.195 milhões, com retração de 15,47% ou R\$585 milhões em relação a dezembro do ano anterior. Na comparação com setembro de 2011, o saldo em depósito à vista apresentou ampliação de 25,01% ou R\$639 milhões. A redução observada, em relação a dezembro de 2010, provém do direcionamento dos recursos para os depósitos a prazo, e o crescimento, verificado em relação a setembro de 2011, decorre do período de sazonal aumento de saldos em conta corrente, em função do recebimento do décimo terceiro salário.

Depósitos de Poupança

Os depósitos de poupança totalizaram R\$5.136 milhões ao final de dezembro de 2011, perfazendo 17,71% dos recursos captados e administrados. O saldo da poupança apresentou redução de 7,95% ou R\$444 milhões na comparação com dezembro de 2010, porém, em relação ao trimestre anterior, o montante cresceu 1,26% ou R\$64 milhões. A retração nos depósitos de poupança decorreu da desativação da transferência automática para poupança integrada, bem como, do direcionamento dos recursos para os depósitos a prazo. A reversão na queda dos depósitos no último trimestre pode ser explicada pela retração na taxa de juros, devolvendo, em parte, a competitividade à aplicação em poupança perante os depósitos a prazo.

Depósitos a Prazo

Os depósitos a prazo são o principal instrumento de captação do Banco, perfazendo 48,27% do conjunto de recursos captados e administrados. Em dezembro de 2011, o saldo de depósitos a prazo atingiu R\$13.997 milhões, com incremento de 44,60% ou R\$4.317 milhões em relação ao mesmo mês do ano anterior. No último trimestre, os depósitos a prazo apresentaram aumento de 5,49% ou R\$728 milhões sobre a posição do terceiro trimestre de 2011. O lançamento de modalidades específicas, CDB Automático e CDB Longo Prazo, no final do ano de 2010, resultou na expansão significativa dos depósitos a prazo durante o ano.

Recursos de Terceiros Administrados

Os recursos de terceiros administrados totalizaram R\$6.638 milhões em dezembro de 2011, posição 9,95% ou R\$601 milhões acima da apurada em dezembro de 2010 e, montante R\$43 milhões acima da posição registrada em setembro de 2011. O incremento dos recursos administrados foi motivado, especialmente, pela expansão de fundos de renda fixa e de previdência municipal.

Tabela 12: Composição da Captação de Recursos

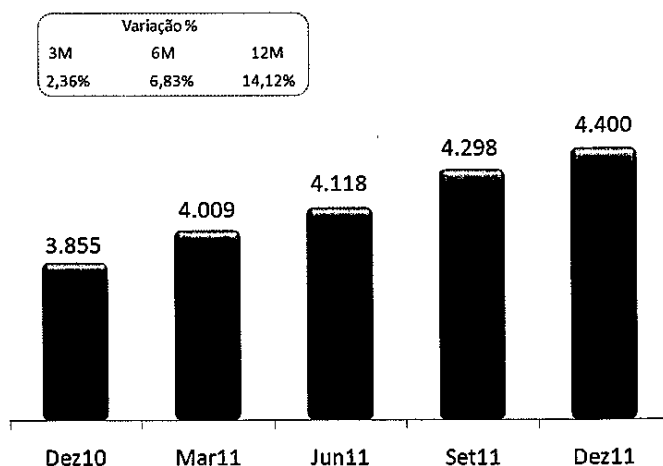
| | Dez11 | Set11 | Jun11 | Mar11 | Dez10 | Dez11/ Set11 | Dez11/ Dez10 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|
| Depósitos Totais | 22.361 | 20.910 | 19.801 | 19.062 | 19.053 | 6,94% | 17,36% |
| Depósitos a Prazo | 13.997 | 13.269 | 11.936 | 10.935 | 9.680 | 5,49% | 44,60% |
| Depósitos à Vista | 3.195 | 2.556 | 2.695 | 2.779 | 3.780 | 25,01% | -15,47% |
| Depósitos de Poupança | 5.136 | 5.072 | 5.159 | 5.337 | 5.580 | 1,26% | -7,95% |
| Outros Depósitos | 32 | 12 | 11 | 12 | 13 | 159,58% | 151,98% |
| Recursos de Terceiros Administrados | 6.638 | 6.595 | 6.292 | 6.228 | 6.038 | 0,65% | 9,95% |
| Total | 28.999 | 27.505 | 26.093 | 25.290 | 25.091 | 5,43% | 15,58% |



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banrisul alcançou R\$4.400 milhões em dezembro de 2011, expansão de 14,12% ou R\$545 milhões na comparação com o mesmo período de 2010, e ampliação de 2,36% ou R\$102 milhões em relação a setembro de 2011. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados, em R\$904 milhões, reduzidas pelo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio em R\$358 milhões.

Gráfico 15: Patrimônio Líquido - R\$ Milhões

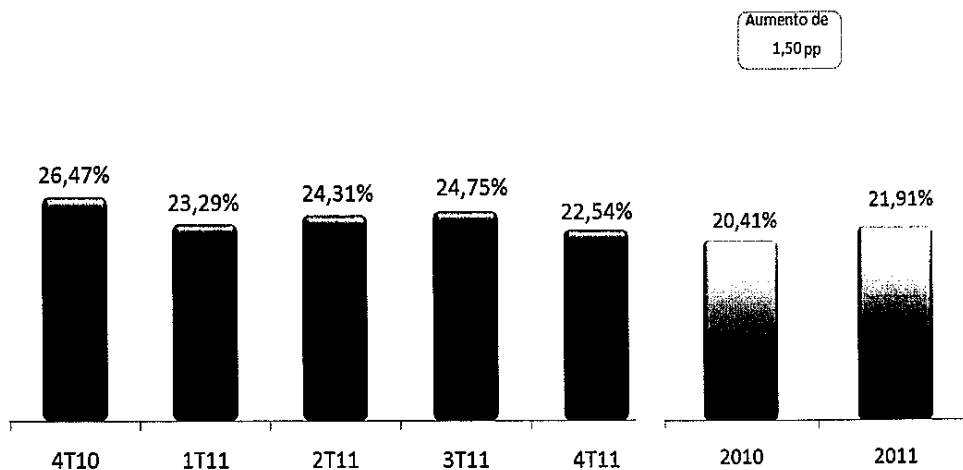


Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 21,91% em 2011. O resultado de R\$904 milhões nos doze meses de 2011 retrata o crescimento das receitas de operações de crédito, de tesouraria, de tarifas e serviços, das outras receitas operacionais e, ainda, a estabilidade das outras despesas administrativas.

No 4T11, a rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio alcançou 22,54%, redução de 2,21 pp. em relação a registrada no 3T11, devido, principalmente, à queda do resultado de câmbio.

Gráfico 16: Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio



Índice de Basileia

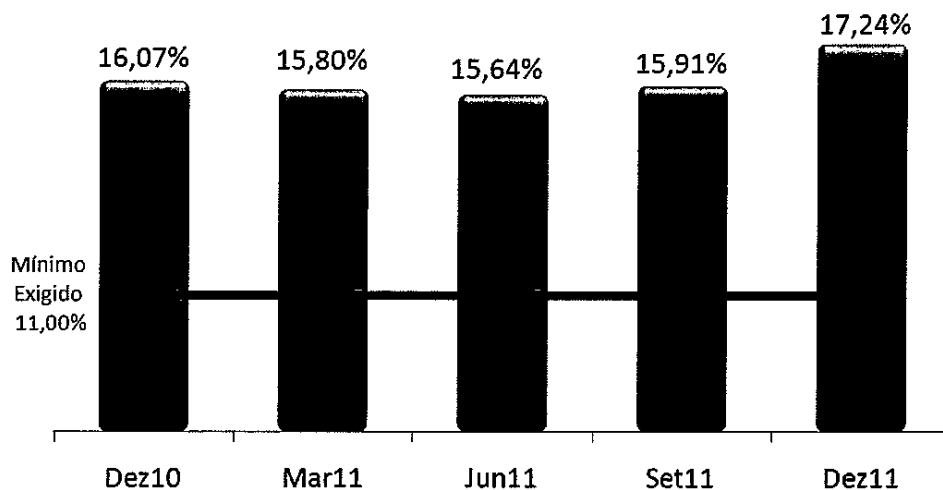
O índice de Basileia representa a relação entre o Patrimônio Base, Patrimônio de Referência (PR), e os riscos ponderados, Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme regulamentação em vigor, demonstrando a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN é de 11%. O CMN ainda determina que o valor mínimo do Patrimônio de Referência deva ser igual à soma das parcelas calculadas para os riscos de crédito, de mercado e operacional.

Em dezembro de 2011, o índice de Basileia do Consolidado Econômico-financeiro foi de 17,24%, 6,24 pp. superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. A melhora do índice, em relação a dezembro de 2010, foi causada pelo aprimoramento do cálculo da alocação de capital para cobertura do risco de mercado, que reduziu de R\$306 milhões para R\$1 milhão, permitindo um incremento de até R\$13.156 milhões em novos negócios.

A parcela de risco de crédito variou em decorrência do aumento das operações de crédito e da alocação de capital (Circular Bacen nº 3.515/10), e a parcela de risco operacional, foi influenciada pelo aumento das receitas no período.

O Relatório de Gerenciamento de Riscos está disponível no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota: "Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Relatório de Gerenciamento de Riscos".

Gráfico 17: Índice de Basileia Consolidado



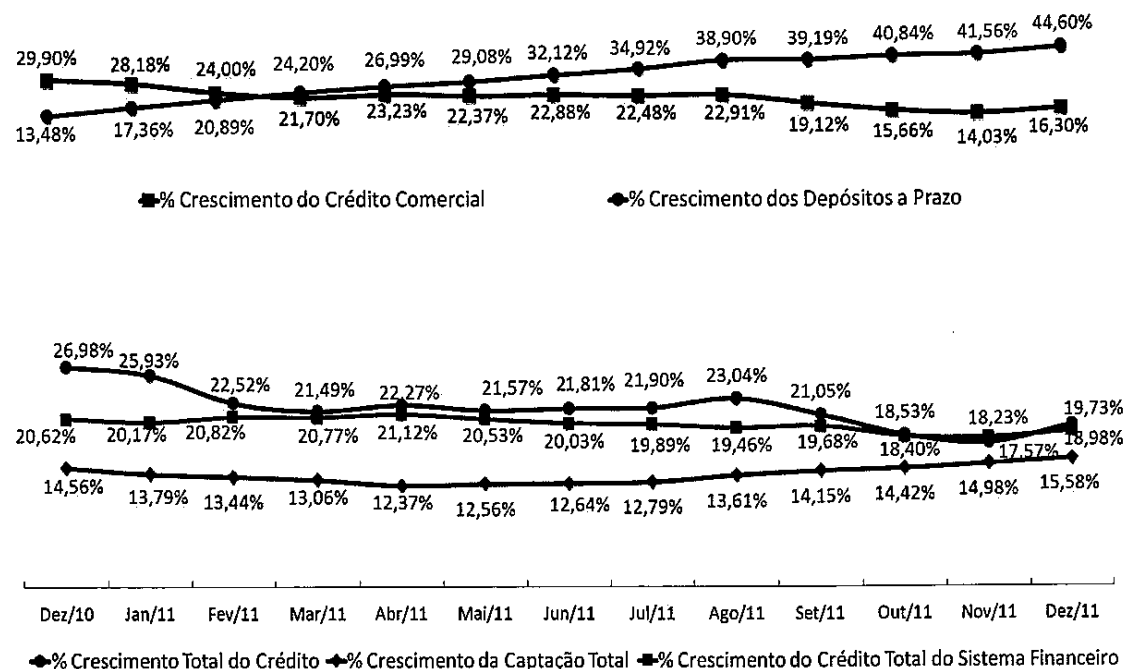
Velocidade de Crescimento

A velocidade de crescimento da captação de depósitos a prazo e do crédito comercial, medida pela evolução relativa dos volumes, demonstra os efeitos das alterações econômicas e as estratégias adotadas internamente na trajetória dos ativos e passivos do Banco. O ritmo de crescimento do crédito comercial, 16,30% nos últimos doze meses encerrados em dezembro de 2011, foi menor que a expansão dos depósitos totais em 17,36% e também inferior ao crescimento dos depósitos a prazo em 44,60% no período.

A velocidade de crescimento do crédito total retraiu 7,25 pp. na comparação com dezembro de 2010, decorrente, especialmente, do anúncio das medidas macroprudenciais inibidoras do consumo e da majoração das taxas de juros influenciada pela Selic ao final de 2010. Já, o expressivo crescimento dos depósitos a prazo reflete a estratégia de alterações promovidas, desde outubro de 2010, nas modalidades de produtos oferecidos aos depositantes.

O crescimento no saldo de crédito das instituições financeiras, segundo informações do Banco Central, foi de 18,98% em relação a dezembro de 2011, e 5,09%, nos últimos três meses. O Banrisul apresenta índice anual de crescimento no crédito total superior em 0,75 pp. ao registrado pelo conjunto das instituições financeiras nos doze meses. As operações de crédito apresentaram crescimento de 19,73% nos últimos doze meses terminados em dezembro de 2011 e 3,76% na comparação com setembro de 2011.

Gráfico 18: Velocidade de Crescimento do Crédito e da Captação



Evolução das Contas de Resultado

Lucro Líquido

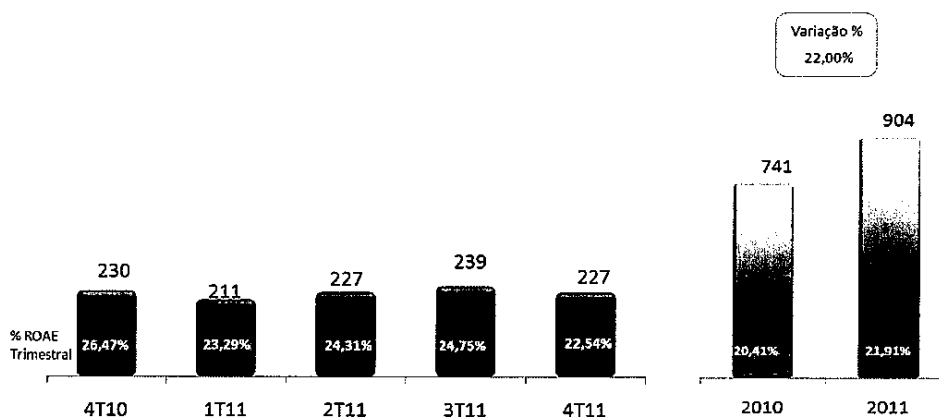
O lucro líquido do Banrisul, nos doze meses de 2011, atingiu R\$904 milhões, 22,00% ou R\$163 milhões acima do resultado registrado em 2010. No 4T11, o resultado totalizou R\$227 milhões, 1,39% ou R\$3 milhões abaixo do valor registrado no 4T10 e, 5,23% ou R\$13 milhões menor que o montante contabilizado no 3T11.

O lucro líquido do ano de 2011, comparado com o do ano anterior, foi influenciado pelo aumento das receitas de crédito e arrendamento mercantil, em 22,21% ou R\$780 milhões, pelo resultado das operações com TVM, em 15,54% ou R\$168 milhões, pela expansão do resultado de operação de câmbio, em R\$86 milhões, e pelas receitas com serviços e tarifas, em 9,40% ou R\$60 milhões. Por outro lado, o desempenho foi afetado pela elevação das despesas de captação, em 27,99% ou R\$393 milhões, devido ao incremento de recursos captados no mercado, pelo aumento das despesas com empréstimos e repasses, em 49,75% ou R\$260 milhões, pelo maior fluxo de despesas com provisão para operações de crédito, em 21,45% ou R\$111 milhões, e pela ampliação das despesas administrativas em 7,75% ou R\$133 milhões.

O desempenho do 4T11, comparado ao resultado do 4T10, reflete a elevação das receitas de crédito e arrendamento mercantil, em 16,88% ou R\$162 milhões, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários, em 10,56% ou R\$31 milhões, e o resultado das aplicações compulsórias, em 56,64% ou R\$30 milhões, minimizado pelo crescimento das despesas de captação, empréstimos e repasses, em 21,21% ou R\$111 milhões, pelas despesas administrativas, em 14,74% ou R\$65 milhões, pelas despesas de provisão para crédito, em 30,88% ou R\$39 milhões, e redução das outras receitas operacionais, em 46,84% ou R\$38 milhões.

Em relação ao 3T11, a performance do 4T11 foi influenciada pela queda nas despesas de intermediação financeira, em 18,18% ou R\$178 milhões, principalmente, nas despesas de empréstimos e repasses, em 43,37% ou R\$131 milhões, e pela redução no resultado do câmbio, em 84,43% ou R\$90 milhões, nas receitas de crédito e arrendamento mercantil, em 2,35% ou R\$27 milhões, nas outras receitas operacionais, em 50,26% ou R\$44 milhões, no resultado com títulos e valores mobiliários, em 4,64% ou R\$16 milhões, e ainda, pelo aumento das despesas administrativas em 6,43% ou R\$31 milhões.

Gráfico 19: Lucro Líquido - R\$ Milhões



Receitas da Intermediação Financeira

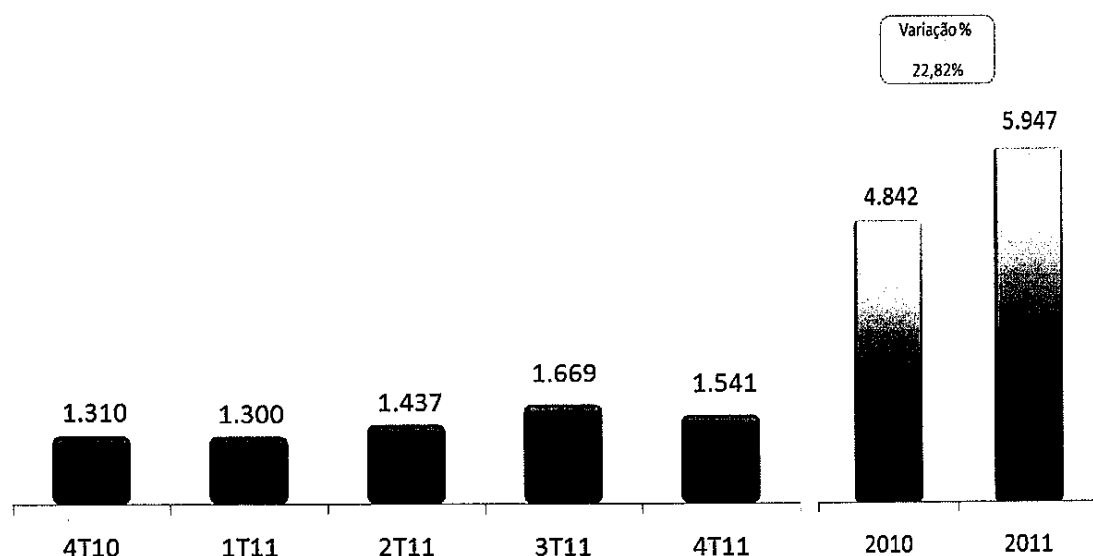
Nos doze meses de 2011, as receitas de intermediação financeira totalizaram R\$5.947 milhões, 22,82% ou R\$1.105 milhões acima do mesmo período do ano anterior. As receitas da intermediação financeira somaram R\$1.541 milhões, no 4T11, 17,63% ou R\$231 milhões acima do montante registrado no mesmo período de 2010 e, 7,63% ou R\$128 milhões abaixo do valor apurado no 3T11.

O crescimento das receitas da intermediação nos doze meses de 2011, em relação ao valor acumulado até dezembro de 2010, decorre do aumento das receitas de crédito e arrendamento mercantil, no valor de R\$780 milhões, motivado pelo aumento do volume de operações, da elevação das receitas com títulos e valores mobiliários, em R\$168 milhões, devido à majoração da Taxa Selic entre os períodos e o crescimento do saldo dos recursos aplicados, do incremento no resultado de operações de câmbio, em R\$86 milhões, influenciado pela desvalorização cambial, e pelo avanço no resultado das aplicações compulsórias, em R\$71 milhões, decorrente do aumento do saldo dos depósitos compulsórios, explicado pelas alterações nas regulamentações sobre exigibilidades do Conselho Monetário Nacional.

As receitas de intermediação, no 4T11, superaram os valores do 4T10, devido à elevação das receitas de crédito e arrendamento mercantil, em R\$162 milhões, ao aumento do resultado de operações com títulos e valores mobiliários e das operações de câmbio, em R\$39 milhões, e da expansão do resultado das aplicações compulsórias, em R\$30 milhões. O crescimento das receitas foi influenciado pelo ambiente econômico, principalmente, pela desvalorização cambial e a elevação da Taxa Selic, assim como pela evolução das operações de crédito, dos títulos e valores mobiliários e das aplicações compulsórias.

No 4T11, a redução das receitas de intermediação foi influenciada, principalmente, pela retração do resultado de câmbio, em R\$90 milhões, pela queda das receitas de crédito e arrendamento mercantil, em R\$27 milhões, e pela diminuição do resultado das operações com títulos e valores mobiliários, em R\$16 milhões quando comparadas ao 3T11. O ritmo de desvalorização cambial e a retração da Taxa Selic, comparados 4T11 e o 3T11, provocaram a redução das receitas, mesmo tendo ocorrido crescimento substancial no saldo dos ativos de crédito e financeiros.

Gráfico 20: Receitas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

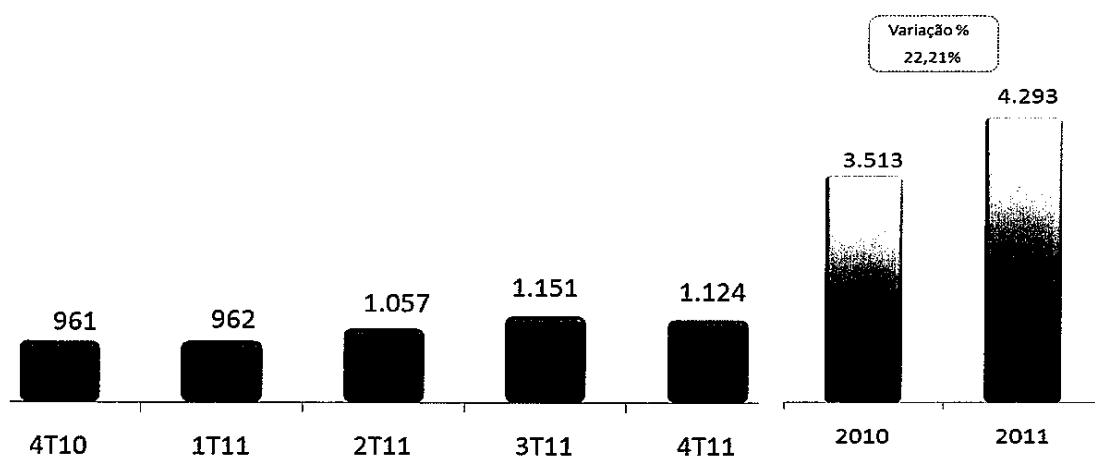
As receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil somaram R\$4.293 milhões no ano de 2011, 22,21% ou R\$780 milhões acima do montante contabilizado no mesmo período do ano passado. Em relação ao 4T11, as receitas de crédito e arrendamento mercantil atingiram R\$1.124 milhões, com aumento de 16,88% ou R\$163 milhões comparado ao 4T10 e queda de 2,35% ou R\$27 milhões em relação ao 3T11.

A expansão das receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil, nos doze meses de 2011, foi afetada pelo incremento no volume de ativos de crédito em R\$3.360 milhões. A evolução da receita de crédito foi influenciada, positivamente, pela receita do crédito comercial, que apresentou crescimento de 22,60% ou R\$723 milhões, pela receita do crédito imobiliário, que registrou avanço de 30,30% ou R\$37 milhões, pela receita do crédito rural, que apresentou elevação de 24,87% ou R\$19 milhões e, pelo financiamento em moeda estrangeira com incremento de R\$44 milhões, influenciada pela desvalorização cambial ocorrida no período.

A elevação da receita de crédito e arrendamento mercantil, na comparação entre os períodos 4T11 e 4T10, reflete o crescimento do volume de operações e o aumento de taxas. Em relação ao 4T10, o aumento da receita de crédito, proveio, especialmente, da receita do crédito comercial, em 16,67% ou R\$145 milhões, da receita do crédito imobiliário, em 34,13% ou R\$11 milhões, e do crédito rural, em 26,71% ou R\$6 milhões, compensado pela redução da receita de recuperação de créditos baixados para prejuízo, em 25,40% ou R\$12 milhões.

Comparativamente ao 3T11, a queda nas receitas da carteira de crédito e arrendamento mercantil reflete, principalmente, a desvalorização cambial que provocou redução nas receitas de financiamento a longo prazo em moeda estrangeira, em R\$41 milhões, compensado parcialmente, pelo aumento da receita na recuperação de créditos baixados para prejuízo em R\$13 milhões.

Gráfico 21: Receitas de Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil - R\$ Milhões



Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

Nos doze meses de 2011, as receitas geradas pelo crédito comercial somaram R\$3.920 milhões, 22,60% ou R\$723 milhões acima do montante apurado em 2010. No 4T11, as receitas de crédito comercial atingiram R\$1.016 milhões, 16,67% ou R\$145 milhões acima do valor de 4T10 e, 0,46% ou R\$5 milhões abaixo do fluxo contabilizado no 3T11.

As receitas geradas pelo crédito comercial, nos doze meses de 2011, comparadas ao montante acumulado até dezembro de 2010, decorreram do crescimento de R\$372 milhões ou 17,81% na receita de crédito comercial pessoa física (PF), influenciado, especialmente, pela elevação das receitas nas linhas de crédito consignado, em R\$164 milhões, e no cheque especial, em R\$85 milhões. No crédito comercial pessoa jurídica (PJ), verificou-se avanço de 31,65% ou R\$350 milhões, justificado, especialmente, pelo produto capital de giro, cuja receita apresentou incremento de R\$227 milhões, e da conta garantida em R\$82 milhões. Nos doze meses de 2011, a receita do crédito comercial pessoa física representou 62,81% do total do crédito comercial e, o segmento pessoa jurídica, 37,19%; sobre o total da receita de crédito, a representatividade foi de 57,34% na PF e 33,96% na PJ.

No 4T11, a receita de crédito comercial pessoa física apresentou crescimento de 11,01% ou R\$62 milhões e a receita do segmento comercial pessoa jurídica registrou incremento de 27,01% ou R\$83 milhões em relação ao 4T10. A elevação do crédito comercial está distribuída em quatro principais modalidades de crédito: consignado e cheque especial, que agregaram R\$35 milhões de receita adicional à pessoa física; e capital de giro e conta garantida, que somaram R\$74 milhões, influenciadas pela expansão de volumes e majoração das taxas de juros seguindo a tendência da Taxa Selic nos períodos analisados.

No último trimestre, as receitas de crédito comercial apresentaram trajetória negativa devido à redução do saldo da pessoa física, principalmente, nas linhas de crédito consignado adquirido, em R\$180 milhões, e do cheque especial, em R\$77 milhões. Essa redução foi devido à liquidação de contratos de crédito adquirido no período e, em relação ao cheque especial, o fluxo de recursos em conta corrente, face ao 13º salário, provoca redução na concessão de limites rotativos, consequentemente, diminuindo a receita gerada pelas respectivas linhas.

Tabela 13: Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica

| | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | R\$ Milhões 2011/ 2010 |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|------------|------------------------------|
| Pessoa Física | 2.462 | 2.090 | 626 | 635 | 618 | 583 | 564 | 17,81% |
| Crédito Pessoal - Consignado | 1.190 | 1.034 | 301 | 309 | 297 | 283 | 276 | 15,10% |
| Aquisição Bens - Consignado | 35 | 28 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 27,21% |
| Aquisição Bens - Outros Bens | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 42,93% |
| Aquisição Bens - Veículos | 11 | 7 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 53,22% |
| Cheque Especial | 622 | 537 | 154 | 156 | 159 | 154 | 144 | 15,88% |
| Crédito 1 Minuto | 190 | 152 | 49 | 49 | 48 | 44 | 42 | 25,18% |
| Crédito Pessoal Automático | 150 | 134 | 36 | 38 | 38 | 38 | 37 | 12,26% |
| Crédito Pessoal - Não Consignado | 159 | 122 | 45 | 45 | 39 | 30 | 32 | 30,65% |
| Cartão de Crédito | 49 | 48 | 13 | 12 | 12 | 12 | 13 | 3,84% |
| Outros - PF | 54 | 29 | 15 | 15 | 14 | 10 | 9 | 88,81% |
| Pessoa Jurídica | 1.458 | 1.107 | 390 | 386 | 353 | 329 | 307 | 31,65% |
| Aquisição Bens - Outros Bens | 7 | 5 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 28,38% |
| Aquisição Bens - Veículos | 7 | 4 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 65,76% |
| Capital de Giro - CEB | 638 | 504 | 172 | 171 | 151 | 144 | 138 | 26,55% |
| Capital de Giro - CGB | 245 | 152 | 68 | 63 | 57 | 56 | 48 | 61,42% |
| CDCI | 8 | 7 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 7,80% |
| Comprar | 17 | 21 | 4 | 5 | 4 | 4 | 5 | -17,07% |
| Conta Devedora Caução - CCC | 37 | 31 | 9 | 9 | 10 | 9 | 8 | 19,90% |
| Conta Garantida | 348 | 266 | 90 | 93 | 87 | 77 | 70 | 30,81% |
| Desconto de Recebíveis | 93 | 76 | 25 | 24 | 23 | 21 | 21 | 23,42% |
| Vendor | 16 | 16 | 4 | 4 | 4 | 4 | 5 | 1,43% |
| Crédito no Exterior | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 52,59% |
| Outros - PJ | 39 | 24 | 11 | 10 | 10 | 8 | 7 | 62,35% |
| Total | 3.920 | 3.197 | 1.016 | 1.021 | 970 | 912 | 871 | 22,60% |

As taxas médias do crédito comercial nos doze meses de 2011, comparativamente ao mesmo período de 2010, apresentaram elevação, passando de 2,22%, em 2010, para 2,26%, em 2011. O ritmo de elevação das taxas médias foi influenciado, diretamente, pelas operações da carteira comercial pessoa jurídica pós-fixadas, referenciadas pela Taxa Selic efetiva que atingiu 11,62% nos doze meses de 2011, 1,84 pp. acima da taxa efetiva de 9,78% alcançada no mesmo período do ano anterior. As taxas médias da pessoa física mantiveram-se, praticamente, inalteradas.

As taxas médias do crédito comercial no 4T11 alcançaram 2,26%, estáveis em relação ao 4T10, oscilação segue a tendência da Taxa Selic nos trimestres comentados.

Em relação ao 3T11, as taxas médias do crédito comercial permaneceram estáveis. As taxas do 4T11 foram influenciadas pela redução nas linhas de crédito pessoa jurídica, que sofreram modificações decorrentes da retração da taxa básica de juros compensadas, pela elevação da taxa de juros nas linhas da pessoa física que devido à liquidação de operações de crédito consignado adquirido (com menores taxa de juros), provocou a elevação das taxas ponderadas pelo volume de linhas de crédito mais rentáveis.



Tabela 14: Taxas Médias Mensais do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica

| | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Pessoa Física | 2,55% | 2,54% | 2,57% | 2,53% | 2,55% | 2,54% | 2,52% |
| Crédito Pessoal - Consignado | 1,73% | 1,74% | 1,76% | 1,73% | 1,72% | 1,71% | 1,71% |
| Aquisição Bens - Consignado | 1,48% | 1,52% | 1,48% | 1,48% | 1,48% | 1,48% | 1,49% |
| Aquisição Bens - Outros Bens | 0,97% | 0,61% | 1,14% | 1,10% | 0,85% | 0,66% | 0,65% |
| Aquisição Bens - Veículos | 1,78% | 1,89% | 1,77% | 1,80% | 1,78% | 1,78% | 1,81% |
| Cheque Especial | 7,89% | 7,85% | 7,93% | 7,86% | 7,83% | 7,92% | 8,03% |
| Crédito 1 Minuto | 5,51% | 5,29% | 5,61% | 5,57% | 5,47% | 5,38% | 5,36% |
| Crédito Pessoal Automático | 4,94% | 4,76% | 5,05% | 4,98% | 4,90% | 4,85% | 4,82% |
| Crédito Pessoal - Não Consignado | 3,02% | 3,01% | 2,97% | 3,01% | 3,08% | 3,05% | 3,02% |
| Cartão de Crédito | 7,46% | 5,41% | 7,95% | 7,58% | 7,33% | 6,98% | 6,16% |
| Outros - PF | 1,22% | 1,01% | 1,25% | 1,27% | 1,23% | 1,10% | 1,06% |
| Pessoa Jurídica | 1,90% | 1,80% | 1,90% | 1,95% | 1,88% | 1,85% | 1,85% |
| Aquisição Bens - Outros Bens | 1,67% | 1,45% | 1,73% | 1,71% | 1,66% | 1,56% | 1,54% |
| Aquisição Bens - Veículos | 1,90% | 1,78% | 1,93% | 1,90% | 1,90% | 1,87% | 1,82% |
| Capital de Giro - CEB | 1,57% | 1,54% | 1,58% | 1,60% | 1,54% | 1,54% | 1,59% |
| Capital de Giro - CGB | 1,56% | 1,40% | 1,57% | 1,61% | 1,52% | 1,51% | 1,49% |
| CDCI | 2,67% | 2,18% | 2,56% | 2,91% | 2,76% | 2,44% | 2,21% |
| Comprar | 1,49% | 1,34% | 1,41% | 1,54% | 1,56% | 1,45% | 1,40% |
| Conta Devedora Caução - CCC | 1,65% | 1,50% | 1,66% | 1,67% | 1,67% | 1,58% | 1,56% |
| Conta Garantida | 5,24% | 4,88% | 5,25% | 5,40% | 5,10% | 5,19% | 5,22% |
| Desconto de Recebíveis | 2,09% | 1,90% | 2,15% | 2,12% | 2,07% | 2,00% | 1,98% |
| Vendor | 1,31% | 1,27% | 1,32% | 1,34% | 1,30% | 1,28% | 1,19% |
| Crédito no Exterior | 0,41% | 0,28% | 0,46% | 0,55% | 0,33% | 0,31% | 0,33% |
| Outros - PJ | 1,34% | 1,16% | 1,32% | 1,34% | 1,40% | 1,32% | 1,32% |
| Total | 2,26% | 2,22% | 2,26% | 2,27% | 2,26% | 2,24% | 2,24% |

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

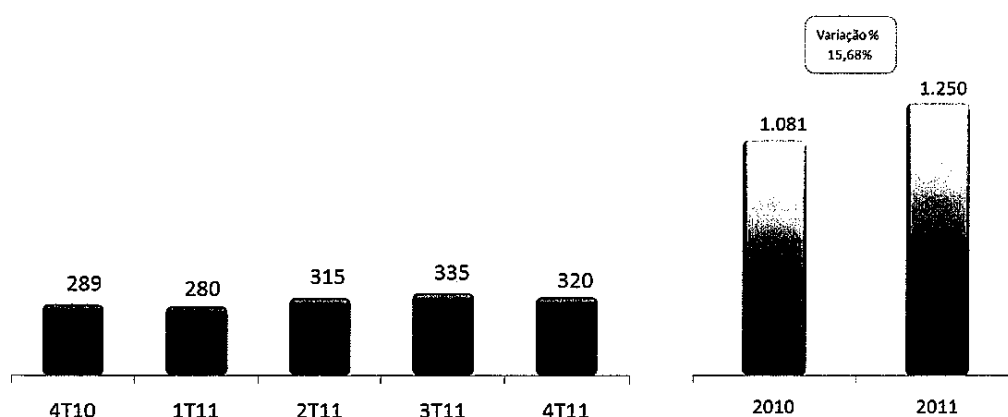
O resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$1.250 milhões nos doze meses de 2011, 15,68% ou R\$169 milhões acima do montante contabilizado no mesmo período de 2010. Em relação ao 4T11, o resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos totalizou R\$320 milhões, com crescimento de 10,65% ou R\$31 milhões comparado ao resultado do 4T10 e redução de 4,64% ou R\$16 milhões face ao 3T11.

Nos doze meses de 2011, o resultado com TVM e instrumentos financeiros derivativos reflete o aumento do saldo em ativos com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez de 14,02% ou R\$1.527 milhões, a majoração de 1,84 pp. da Taxa Selic acumulada no período, que passou de 9,78%, em 2010, para 11,62% em 2011, bem como o encerramento das aplicações em instrumentos financeiros derivativos em dezembro de 2010.

Em relação ao 4T11, a expansão do resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, comparada ao 4T10, deve-se à elevação da taxa de rentabilidade dos ativos (Selic), em 0,10 pp., que passou de 2,57%, no 4T10 para 2,67% no 4T11, aliada ao crescimento no volume de recursos aplicados em TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez.

Quanto ao 3T11, o resultado foi influenciado pela queda da taxa básica de juros, em 0,34 pp., compensada pelo aumento no saldo dos ativos financeiros de 1,69% ou R\$ 206 milhões.

Gráfico 22: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos



Resultado de Operações de Câmbio

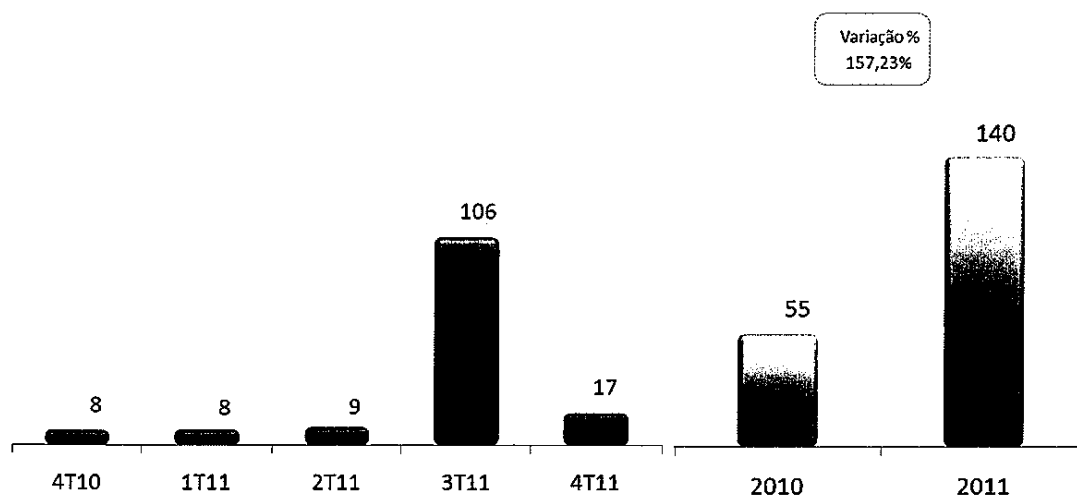
O resultado de operações de câmbio totalizou R\$140 milhões nos doze meses de 2011, 157,23% ou R\$86 milhões acima do montante contabilizado no mesmo período de 2010. Quanto ao 4T11, o resultado de operações de câmbio totalizou R\$17 milhões, com crescimento de 111,64% ou R\$9 milhões comparado ao resultado do 4T10 e redução de 84,43% ou R\$90 milhões face ao 3T11.

Nos doze meses de 2011, o desempenho positivo do resultado de câmbio reflete a desvalorização cambial, em 12,58%, frente à valorização de 2010, em 4,31%, acumulada no período. As operações de câmbio no Banrisul são casadas com o *funding* em moeda estrangeira, logo, o crescimento das receitas é compensado, proporcionalmente, pelo aumento das despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

Em relação ao 4T11, a expansão positiva do resultado de câmbio, comparada ao 4T10, deve-se à variação cambial, valorização de 1,65%, no 4T10 contra desvalorização de 1,15% no 4T11.

Quanto ao 3T11, observa-se que a desvalorização cambial do 4T11, em 1,15%, foi inferior à variação de 18,79% registrada no 3T11, provocando a redução do resultado no último trimestre.

Gráfico 23: Resultado de Operações de Câmbio



Resultado das Aplicações Compulsórias

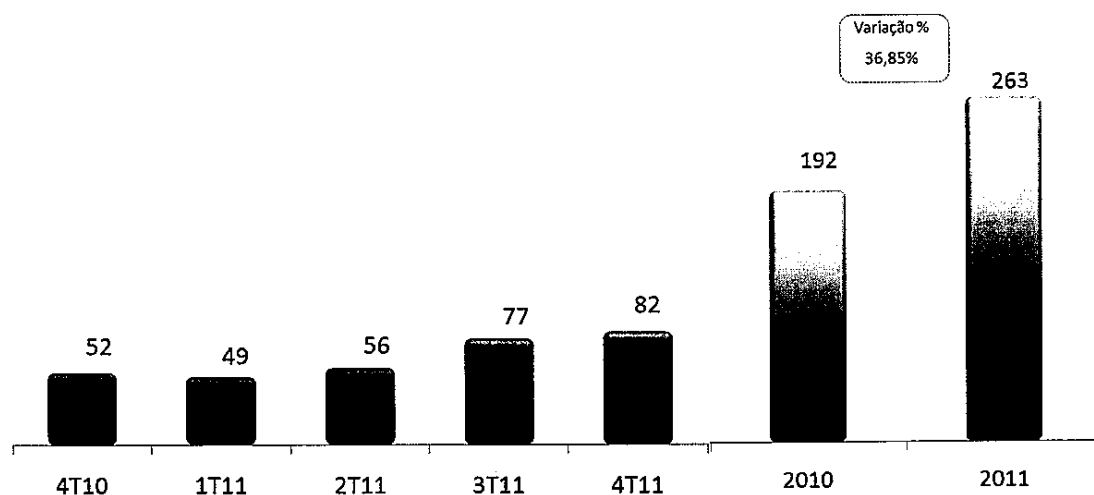
O resultado das aplicações compulsórias somou, nos doze meses de 2011, R\$263 milhões, 36,85% ou R\$71 milhões acima do valor contabilizado em 2010. Em relação ao 4T11, o resultado das aplicações compulsórias totalizou R\$82 milhões, com elevação de 56,64% ou R\$30 milhões acima do valor registrado no 4T10 e 6,59% ou R\$5 milhões superior ao 3T11.

O resultado das aplicações compulsórias, em 2011, comparado a 2010, apresentou incremento devido ao crescimento da receita de compulsório sobre depósito a prazo, em R\$32 milhões, gerado pela mudança na estrutura de depósitos do Banrisul, bem como pelas medidas de aperto monetário implementadas pelo Banco Central através das regras sobre recolhimentos compulsórios.

No 4T11, o resultado das aplicações compulsórias, comparadas ao 4T10, apresentou trajetória ascendente devido ao aumento de R\$18 milhões das rendas vinculadas ao compulsório de depósito a prazo e R\$10 milhões das rendas do compulsório adicional.

Em relação ao 3T11, o resultado positivo das aplicações compulsórias foi impulsionado pelo crescimento dos compulsórios em 9,16% ou R\$353 milhões, fato que provocou o aumento das receitas de compulsório adicional, em R\$2 milhões, e das rendas de compulsório do depósito a prazo, em R\$4 milhões, reduzido pela queda das rendas de compulsório da poupança em R\$2 milhões.

Gráfico 24: Resultado das Aplicações Compulsórias



Despesas da Intermediação Financeira

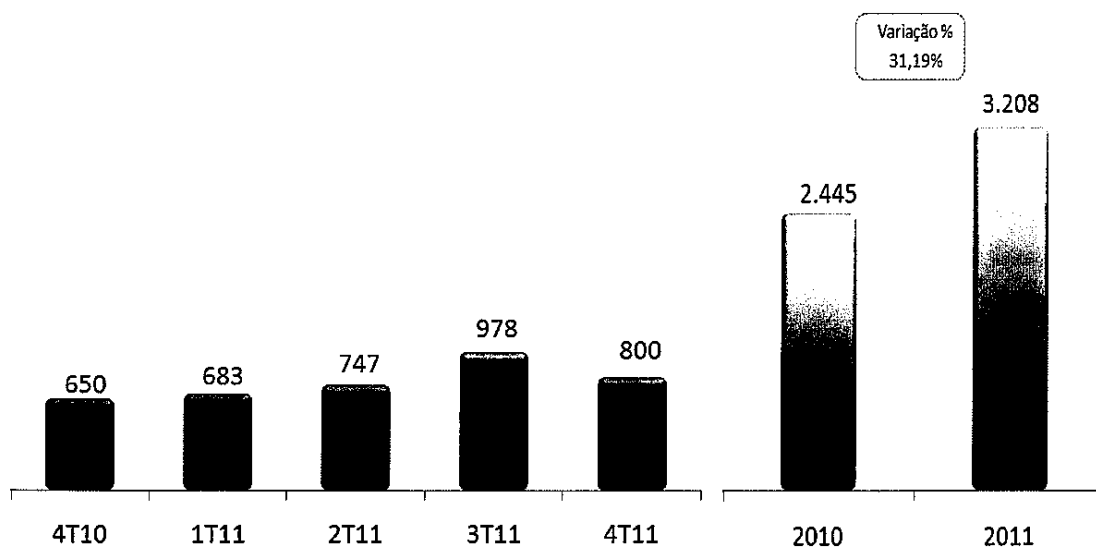
As despesas da intermediação financeira totalizaram R\$3.208 milhões nos doze meses de 2011, 31,19% ou R\$763 milhões acima do montante contabilizado no mesmo período de 2010. Em relação ao 4T11, as despesas da intermediação financeira, de R\$800 milhões, apresentaram incremento de 23,05% ou R\$150 milhões, comparadas ao valor acumulado no 4T10 e redução 18,18% ou R\$178 milhões superior ao montante do 3T11.

O avanço das despesas de intermediação nos doze meses de 2011, em relação aos valores acumulados até dezembro de 2010, deve-se, principalmente, ao aumento das despesas de captação no mercado, em 27,99% ou R\$393 milhões, em função do crescimento do saldo de depósitos a prazo em R\$4.317 milhões, além da elevação da taxa de remuneração (Selic). Observa-se, também, a participação relevante das despesas com obrigações de empréstimos, cessões e repasses, que apresentaram acréscimo de 49,75% ou R\$260 milhões, reflexo do crescimento do volume do FRDJ, em R\$654 milhões, e da ampliação das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$533 milhões.

O aumento das despesas de intermediação no 4T11, comparado ao 4T10, decorre, especialmente, do crescimento das despesas com captação de recursos, em 21,45% ou R\$82 milhões, das despesas com provisões para crédito, em 30,88% ou R\$39 milhões, e das despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses, em 20,58% ou R\$29 milhões.

A redução nas despesas, entre os períodos 4T11 e 3T11, provém, da queda das despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses, em 43,37% ou R\$131 milhões, das despesas com provisões para crédito, em 9,12% ou R\$17 milhões, e das despesas com captação, em 6,06% ou R\$30 milhões.

Gráfico 25: Despesas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



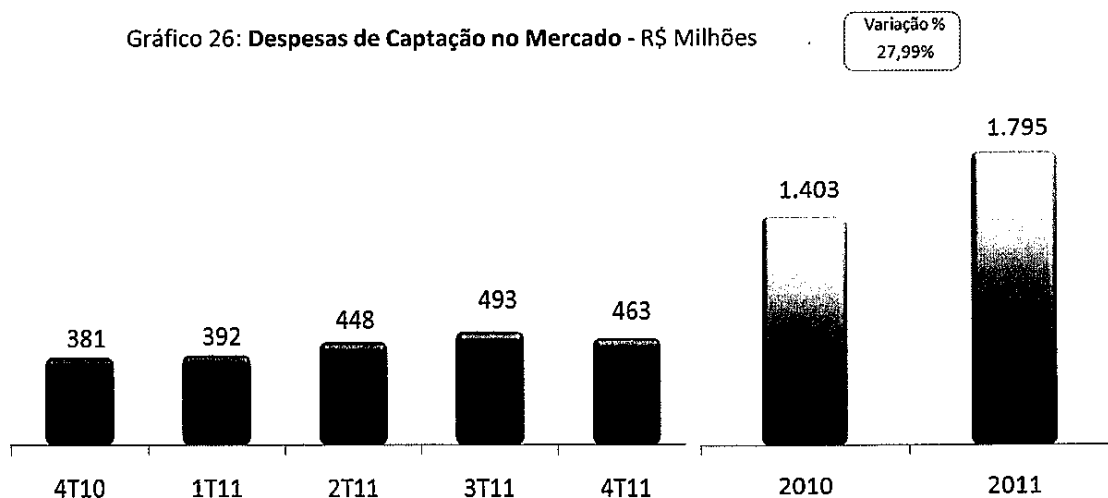
Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado somaram R\$1.795 milhões nos doze meses de 2011, 27,99% ou R\$393 milhões acima do montante acumulado no mesmo período de 2010. Em relação ao 4T11, as despesas de captação de R\$463 milhões apresentaram incremento de 21,45% ou R\$82 milhões acima do 4T10 e 6,06% ou R\$30 milhões abaixo do 3T11.

Nos doze meses de 2011, o maior fluxo de despesas de captação, proveio da evolução das despesas com depósitos a prazo, em 45,66% ou R\$370 milhões, face à expansão de R\$ 4.317 milhões no volume dos depósitos a prazo e à evolução da taxa de remuneração (Selic), e da elevação da Taxa Referencial (TR), de 0,69% em 2010 para 1,21% em 2011, que gerou crescimento de 4,46% ou R\$16 milhões nas despesas de poupança, apesar da redução do saldo do produto, em 7,95% ou R\$444 milhões.

O maior volume de despesas observado na comparação entre o 4T11 e o 4T10 decorre da ampliação nas despesas de depósitos a prazo, em 39,87% ou R\$91 milhões, compensado pela redução em 7,56% ou R\$11 milhões na soma das despesas de poupança e das despesas com operações compromissadas. As despesas de captação foram diretamente influenciadas pelo aumento do volume nos depósitos a prazo e, ao mesmo tempo, a redução do saldo da poupança.

Na comparação entre o 4T11 e 3T11, a contração das despesas de captação é explicada pela trajetória descendente da Taxa Selic que reduziu 0,34 pp. (3,01% no 3T11, para 2,67%, no 4T11), e pela queda da TR em 0,21 pp. (0,43%, no 3T11, para 0,22%, no 4T11), o que justifica a queda das despesas de depósito a prazo e das obrigações compromissadas em 5,39% ou R\$21 milhões e das despesas de poupança em 10,43% ou R\$10 milhões.



Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados, vinculados aos correspondentes valores de despesas de captação, gerando as taxas médias efetivas. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação os depósitos, a captação no mercado aberto e os recursos de aceites e emissão de títulos, vinculados, diretamente, às respectivas despesas para o cálculo do custo médio.

A trajetória do custo médio de captação acompanhou o movimento da taxa básica de juros no 4T11, que referencia as remunerações pagas aos depositantes. O preço médio da captação apresentou volatilidade nos trimestres, alcançando 2,00%, no 4T11, abaixo do índice de 2,21%, do 3T11, e acima de 1,89%, do 4T10. Na comparação do custo médio em relação à Taxa Selic, observa-se crescimento no 4T11, que atingiu 74,86%, acima do 73,24%, alcançado no 4T10, e,

maior que 73,19%, demonstrado no 3T11.

A representatividade do saldo médio dos depósitos a prazo no total de recursos captados alcançou 59,23%, com crescimento de 11,61 pp. acima do valor do 4T10, e 1,79 pp. em relação ao 3T11, decorrente, principalmente, da desativação do mecanismo de transferência automática de crédito para a poupança no final do ano de 2010, e do direcionamento dos recursos para as novas modalidades específicas de Certificado de Depósito Bancário (CDB), CDB Automático e CDB Longo Prazo, durante o ano de 2011, que resultou na expansão significativa dos depósitos a prazo.

Especificamente no que se refere aos depósitos a prazo, as taxas acumuladas nos trimestres: 2,33% no 4T11, 2,57% no 3T11 e 2,37% no 4T10 refletem a estratégia da mudança de estrutura de depósitos adotada pelo Banrisul, no final de 2010, e ainda, o custo reduzido do CDB Automático, produto que substituiu a poupança integrada. A proporcionalidade dos custos dos depósitos a prazo em relação à Taxa Selic no 4T11, que atingiu 87,21%, apresentou queda frente ao registrado no 4T10, de 92,15%, e aumento comparado à proporção 85,13%, alcançada no 3T11, influenciado, especialmente, pela pulverização da carteira de clientes aplicadores.

Nas operações compromissadas, observa-se redução no saldo médio em relação ao 4T10 e 3T11, contrariamente, o custo tem aumentado, passando de 3,01%, no 4T10, para 3,22%, no 3T11 e, por último, atingindo 3,26%, no 4T11, decorrente das oscilações dos saldos do final do mês, pois a estratégia de captação desta modalidade de operação é complementar aos negócios financeiros.

Destaca-se, no último trimestre, a captação de recursos de aceites e emissão de títulos, especificamente, letras financeiras, que incrementaram a estrutura de captação apresentada em períodos anteriores

Gráfico 27: Custo Médio da Captação Total em relação à Taxa Selic (%)

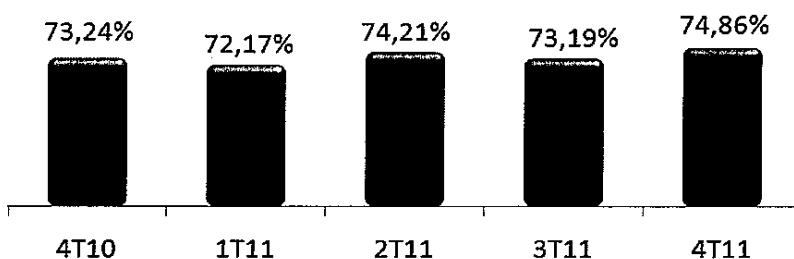


Tabela 15: Custo de Captação

| | R\$ Milhões e % | | | | | | | | |
|--|-----------------|-----------------------|--------------|---------------|-----------------------|--------------|---------------|-----------------------|--------------|
| | Saldo Médio | 4T11 Despesa Acum. | Custo Médio | Saldo Médio | 3T11 Despesa Acum. | Custo Médio | Saldo Médio | 4T10 Despesa Acum. | Custo Médio |
| Depósitos à Vista | 2.797 | | | 2.538 | | | 3.147 | | |
| Depósitos de Poupança | 5.094 | (86) | 1,68% | 5.094 | (96) | 1,88% | 5.657 | (92) | 1,63% |
| Depósitos a Prazo | 13.705 | (320) | 2,33% | 12.836 | (329) | 2,57% | 9.628 | (228) | 2,37% |
| Depósitos Interfinanceiros | 21 | (0) | 2,21% | 11 | (0) | 2,91% | 13 | (0) | 2,30% |
| Despesas de Contribuição FGC | | (8) | | | (7) | | | (7) | |
| Operações Compromissadas | 1.502 | (49) | 3,26% | 1.864 | (60) | 3,22% | 1.772 | (53) | 3,01% |
| Recursos de Aceites e Emissão de Títulos | 15 | (0) | 2,17% | | | | | | |
| Obrigações Depósito Especial de Fundos e Programas | 3 | (0) | 0,11% | 3 | (0) | 0,30% | 2 | (0) | 0,12% |
| Depósitos para Investimento | | | | 1 | | | 1 | | |
| Saldo Médio Total / Despesa Total | 23.138 | (463) | 2,00% | 22.348 | (493) | 2,21% | 20.219 | (381) | 1,89% |
| Selic | | | 2,67% | | | 3,01% | | | 2,57% |
| Custo Médio / Selic | | | 74,86% | | | 73,19% | | | 73,24% |
| Custo Depósito a Prazo / Selic | | | 87,21% | | | 85,13% | | | 92,15% |



Banrisul

Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses

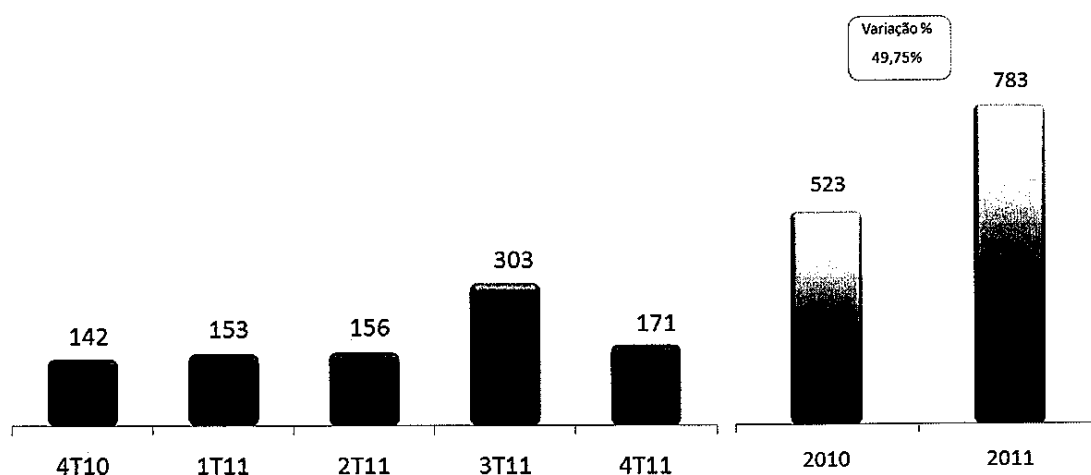
As despesas de empréstimos, cessões e repasses somaram R\$783 milhões nos doze meses de 2011, 49,75% ou R\$260 milhões acima do montante acumulado no mesmo período do ano passado. Em relação ao 4T11, as despesas de empréstimos, cessões e repasses de R\$171 milhões apresentaram incremento de 20,58% ou R\$29 milhões acima do 4T10 e 43,37% ou R\$131 milhões abaixo do 3T11.

Nos doze meses de 2011, o maior fluxo de despesas de empréstimos, cessões e repasses proveio da evolução das despesas de obrigações e repasses com banqueiros no exterior, em R\$138 milhões, e da expansão de despesas de fundos financeiros e de desenvolvimento, em 28,93% ou R\$118 milhões.

O aumento no volume de despesas, na comparação entre o 4T11 e o 4T10, decorre do aumento de 18,99% ou R\$21 milhões nas despesas de fundos financeiros e de desenvolvimento, devido à evolução do saldo do Fundo de Reserva de Depósito Judicial (FRDJ), da ampliação de R\$19 milhões nas despesas de obrigações e repasses com banqueiros no exterior, explicada pela desvalorização do câmbio em 1,15% no 4T11, ante a valorização de 1,65% ocorrida no 4T10, compensados, pela redução em 78,42% ou R\$12 milhões nas despesas de repasses do FINAME, proveniente de ajustes referentes a atualizações e prorrogações de operações de crédito de FINAME e Pronaf realizadas somente em 2010.

O menor volume de despesas, entre os períodos 4T11 e 3T11, foi gerado pela redução das despesas de obrigações e repasses com banqueiros no exterior, em R\$123 milhões, influenciado pela desvalorização cambial que atingiu 1,15% no 4T11, frente à desvalorização cambial de 18,79% alcançada no 3T11 e, pela diminuição das despesas de fundos financeiros e de desenvolvimento, em 6,02% ou R\$9 milhões, influenciada pela queda da Taxa Selic no último trimestre.

Gráfico 28: Gráfico Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses



Despesas de Provisões para Operações de Crédito

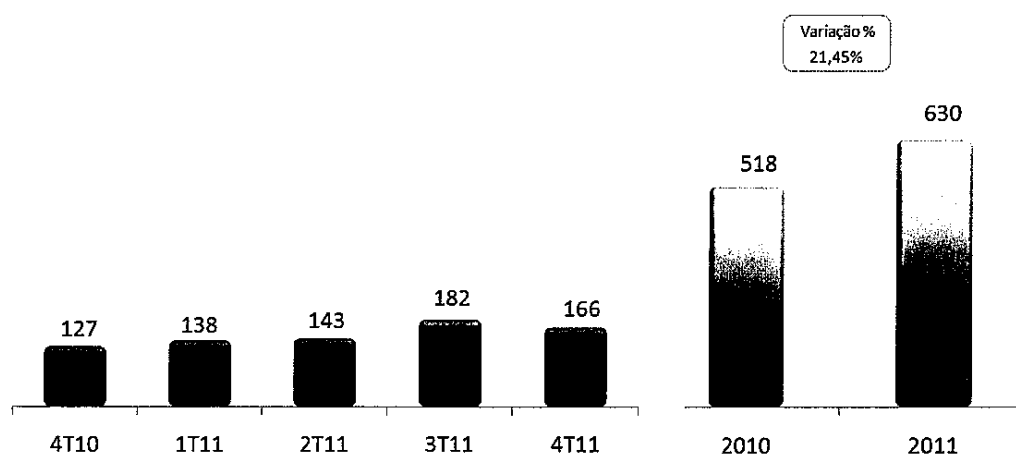
As despesas de provisão para operações de crédito somaram, nos doze meses de 2011, R\$630 milhões, 21,45% ou R\$111 milhões acima do valor contabilizado em 2010. Em relação ao 4T11, as despesas de provisão de crédito totalizaram R\$166 milhões, com crescimento de 30,88% ou R\$39 milhões acima do valor registrado no 4T10 e queda de 9,12% ou R\$17 milhões abaixo do montante do 3T11.

As despesas de provisão para operações de crédito, nos doze meses de 2011, comparadas ao mesmo período de 2010, apresentaram ampliação influenciada, diretamente, pelo crescimento da carteira de crédito em 19,73% e das operações vencidas acima de 60 dias em 34,72% ou R\$145 milhões.

No 4T11, as despesas de provisão com operações de crédito, comparadas ao 4T10, apresentaram trajetória ascendente devido ao aumento do volume da carteira de crédito.

Em relação ao 3T11, devido ao crescimento da participação da carteira de crédito no nível de risco normal (AA-C), em R\$673 milhões, e redução do risco 2 (H), em R\$23 milhões, classificados segundo critérios de *rating* definidos pelas normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, a necessidade de alocação de recursos para o saldo de provisão para operações de crédito reduziu, promovendo a queda das despesas no último trimestre.

Gráfico 29: Despesas de Provisões para Operações de Crédito - R\$ Milhões



Margem Financeira

A margem financeira somou R\$3.368 milhões nos doze meses de 2011, 15,56% ou R\$453 milhões acima do montante gerado no mesmo período do ano anterior. Em relação ao 4T11, a margem financeira atingiu R\$907 milhões, com avanço de 15,29% ou R\$120 milhões acima do valor apurado no 4T10 e 3,87% ou R\$34 milhões superior ao fluxo do 3T11.

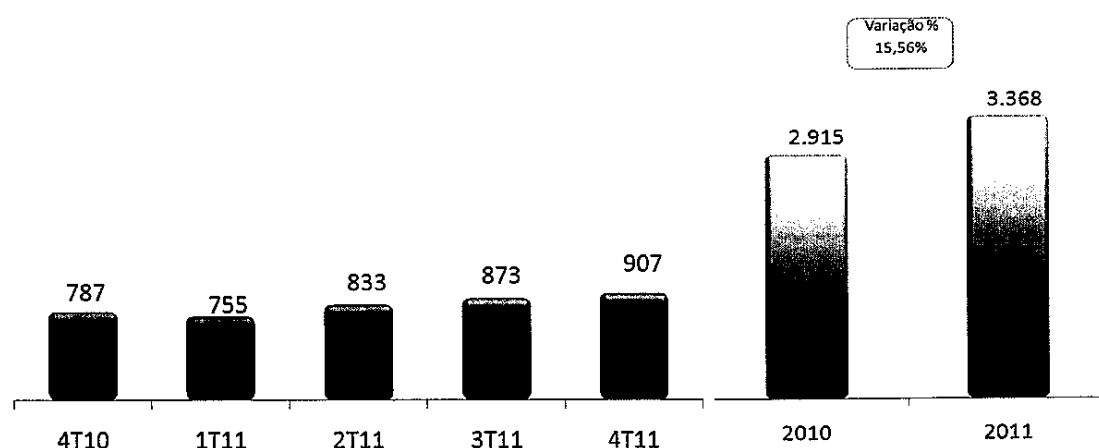
Nos doze meses de 2011, a margem financeira foi impactada, positivamente, pelo aumento da receita de operações de crédito, pelo incremento do resultado de operações com TVM, de operações de câmbio e de aplicações compulsórias; negativamente, pela elevação das despesas de captação no mercado e das despesas de obrigações de empréstimos, cessões e repasses.



Na comparação entre o 4T11 e o 4T10, o aumento da margem financeira está associado à elevação das receitas de crédito, do resultado de tesouraria e do resultado das aplicações compulsórias, compensado pela expansão das despesas com captação, com obrigações por empréstimos, cessões e repasses e com provisão para operações de crédito.

Em relação ao 3T11, a redução das despesas com captação, com obrigações por empréstimos, cessões e repasses e com provisão para operações de crédito superaram a queda das receitas de crédito e do resultado de operações com TVM, gerando crescimento da margem financeira.

Gráfico 30: Margem Financeira - R\$ Milhões



Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

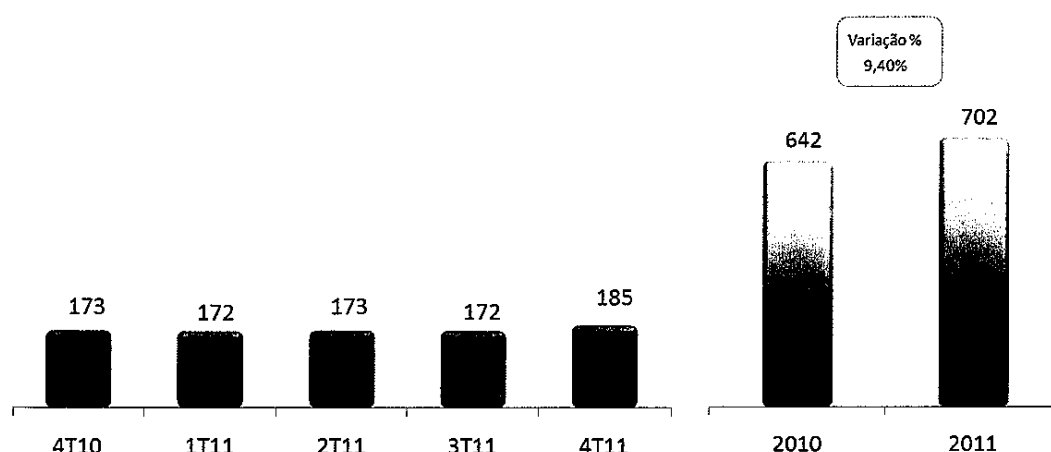
As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$702 milhões nos doze meses de 2011, 9,40% ou R\$60 milhões acima do montante acumulado em 2010. No 4T11, as receitas de serviços e tarifas somaram R\$185 milhões, com elevação de 6,41% ou R\$11 milhões sobre o 4T10 e de 7,10% ou R\$12 milhões em relação ao 3T11.

A ampliação das receitas de serviços e tarifas acumuladas em 2011, comparativamente ao montante de 2010, reflete, principalmente, o crescimento das tarifas bancárias de conta corrente, em 8,95% ou R\$22 milhões, das tarifas com Banricompras, em 18,54% ou R\$16 milhões, e das rendas de tarifas de administração de consórcio, em 30,35% ou R\$4 milhões.

No 4T11, a trajetória ascendente das receitas de serviços e tarifas, em relação ao 4T10, foi impactada pelo aumento da receita com Banricompras, em 16,18% ou R\$4 milhões, e pelas outras receitas de tarifas, em R\$10 milhões, reduzidas pela queda das receitas de tarifas bancárias em contas correntes, em 5,03% ou R\$4 milhões.

Em relação ao 3T11, o incremento das receitas com Banricompras, em 10,75% ou R\$3 milhões, e das receitas de tarifas bancárias de contas correntes, em 2,85% ou R\$2 milhões, provocaram a elevação das rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias no último trimestre.

Gráfico 31: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias - R\$ Milhões



Despesas Administrativas

Nos doze meses de 2011, as despesas administrativas somaram R\$1.842 milhões, montante 7,75% ou R\$132 milhões acima do valor apurado nos doze meses de 2010. As despesas administrativas totalizaram R\$510 milhões no 4T11, 14,74% ou R\$65 milhões acima do valor do 4T10 e 6,43% ou R\$31 milhões superior ao montante do 3T11.

As despesas de pessoal, que compõem 59,76% do total das despesas administrativas acumuladas de janeiro a dezembro de 2011, registraram aumento de 13,90% ou R\$134 milhões sobre o valor registrado em 2010, enquanto outras despesas administrativas apresentaram queda de 0,25% ou R\$2 milhões no mesmo período.

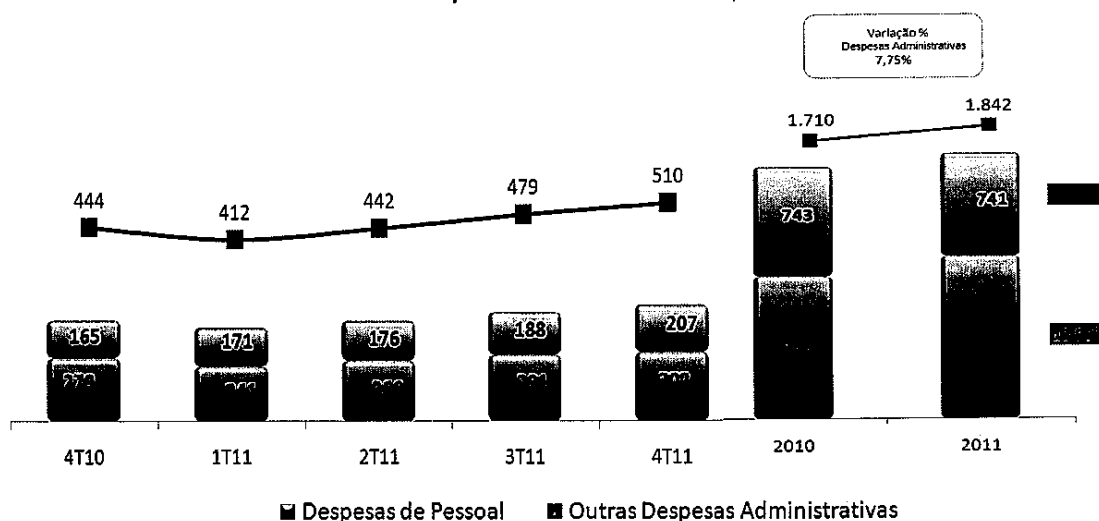
A elevação das despesas de pessoal, comparando o período acumulado de doze meses de 2011 versus 2010, decorre do reajuste salarial e do aumento do número de funcionários em 880 colaboradores no ano. Entre as rubricas das outras despesas administrativas, destacam-se: a redução das despesas com propaganda, promoções e publicidade (R\$38 milhões), compensada, pelo aumento das despesas com serviços de terceiros e técnicos especializados (R\$19 milhões).

As despesas de pessoal acumuladas no 4T11, comparadas ao 4T10, apresentaram aumento de 8,39% ou R\$23 milhões, face ao efeito de ajustes relativos ao dissídio da categoria em 9% concedido em setembro de 2011 e, ao maior número de funcionários. As outras despesas administrativas registraram elevação de 25,46% ou R\$42 milhões, decorrente do aumento nas despesas com propaganda, promoções e publicidade (R\$12 milhões) e nas despesas com serviços de terceiros e técnicos especializados (R\$11 milhões).

Em relação ao 3T11, as despesas de pessoal do 4T11 cresceram 3,75% ou R\$11 milhões, influenciadas pelo dissídio salarial referente ao reajuste dos funcionários. As outras despesas administrativas aumentaram em 10,61% ou R\$20 milhões, influenciadas pelo aumento das despesas com propaganda, promoções e publicidade (R\$14 milhões), com processamento de dados (R\$4 milhões) e, com serviços de terceiros e técnicos especializados (R\$3 milhões), compensadas, pela queda das despesas com transportes (R\$2 milhões).



Gráfico 32: Despesas Administrativas - R\$ Milhões



Outras Receitas Operacionais

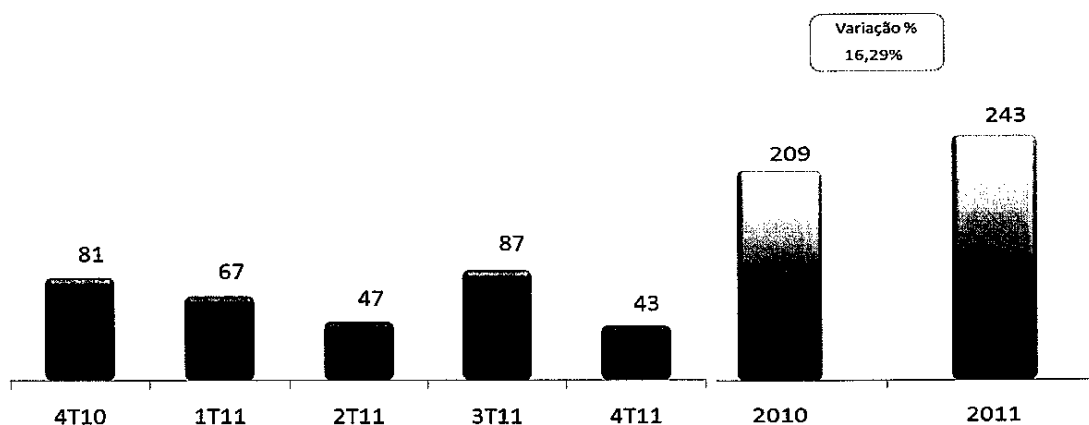
As outras receitas operacionais totalizaram R\$243 milhões nos doze meses de 2011, 16,29% ou R\$34 milhões acima do registrado no mesmo período do ano passado. Em relação ao 4T11, outras receitas operacionais somaram R\$43 milhões, fluxo de 46,84% ou R\$38 milhões abaixo do montante apurado no 4T10 e queda de 50,26% ou R\$44 milhões em relação ao 3T11.

Nos doze meses de 2011, o avanço nas outras receitas operacionais pode ser explicado: (i) pelo aumento de R\$14 milhões na receita proveniente do ajuste cambial, gerado pela desvalorização cambial ocorrida no período; (ii) pelo incremento de R\$9 milhões da receita do Fundo de Reserva de Depósito Judicial, originada pela administração dos recursos; e (iii) pela evolução de R\$12 milhões nas outras receitas operacionais.

A redução das outras receitas operacionais do 4T11, comparado ao 4T10, reflete a queda das receitas com a reversão de provisões operacionais em R\$30 milhões, sendo R\$14 milhões gerados pela renegociação de operações sem característica de crédito e, R\$18 milhões decorrentes de ajustes de saldos de contas contábeis referentes a implantações sistêmicas ocorridas somente no 4T10.

A retração das outras receitas operacionais, no último trimestre, foi influenciada pela contração das receitas decorrentes de reversão de provisões operacionais, em R\$13 milhões, da receita proveniente do ajuste cambial, em R\$11 milhões, justificada pela desvalorização cambial, e das outras receitas operacionais, em R\$14 milhões.

Gráfico 33: Outras Receitas Operacionais - R\$ Milhões



Outras Despesas Operacionais

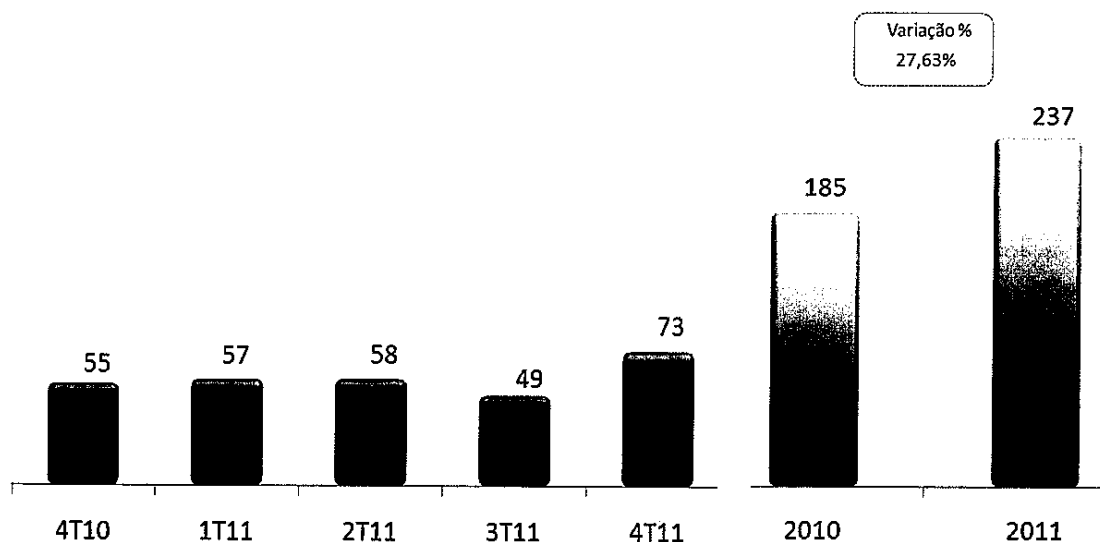
Nos doze meses, as outras despesas operacionais totalizaram R\$237 milhões, 27,63% ou R\$51 milhões acima do valor registrado no mesmo período de 2010. As outras despesas operacionais somaram R\$73 milhões no 4T11, 32,38% ou R\$18 milhões acima do montante do 4T10 e 48,85% ou R\$24 milhões acima do valor apurado no 3T11.

O crescimento das outras despesas operacionais acumuladas nos doze meses de 2011, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, foi impactado, especialmente, pelo aumento do fluxo de provisionamento de ações cíveis, em R\$13 milhões, incremento das despesas com processos judiciais, em R\$7 milhões, da expansão das despesas com descontos concedidos em renegociações, em R\$6 milhões, compensado pela redução das despesas com indenizações de processos, em R\$8 milhões, e das despesas com ajuste cambial em R\$5 milhões.

No 4T11, o aumento das outras despesas operacionais, em relação ao 4T10, foi influenciado pela evolução das despesas de descontos concedidos, em R\$4 milhões, das despesas com provisões para ações cíveis, em R\$13 milhões, e das despesas com provisões para perdas de securitização, em R\$3 milhões, compensada pela queda das despesas com provisões trabalhistas, em R\$8 milhões.

No último trimestre, as outras despesas operacionais apresentaram acréscimo, devido ao aumento das despesas com provisões para ações cíveis e para perdas de securitização, em R\$16 milhões, e dos descontos concedidos de renegociações, em R\$5 milhões, reduzido pela queda das despesas com provisões trabalhistas, em R\$5 milhões.

Gráfico 34: Outras Despesas Operacionais - R\$ Milhões



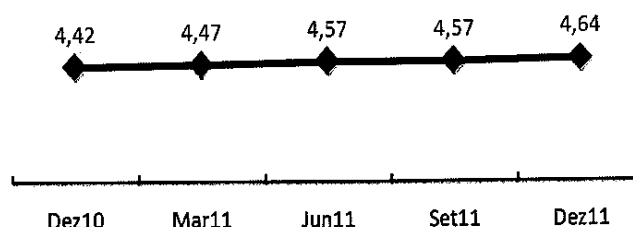
Indicadores Econômico-financeiros

Grau de Alavancagem

O grau de alavancagem relaciona o volume da carteira de operações de crédito com o patrimônio líquido. Em dezembro de 2011, as operações de crédito do Banrisul representavam 4,64 vezes o patrimônio líquido, proporção que era de 4,42 vezes em dezembro de 2010 e 4,57 vezes em setembro de 2011.

O expressivo crescimento da carteira de crédito tem refletido na elevação do índice. A situação confortável de alavancagem da Instituição atesta a capacidade de expansão da carteira de crédito.

Gráfico 35: Grau de Alavancagem

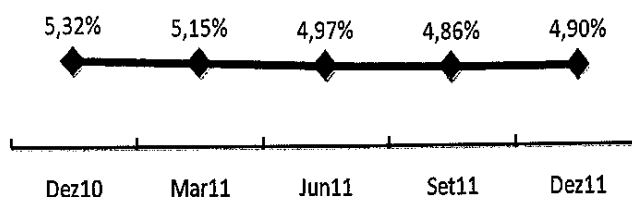


Custo Operacional

O custo operacional dimensiona a totalidade das despesas administrativas em relação ao total de ativos. O índice é calculado com base nas despesas acumuladas em doze meses contra o saldo de ativos ao final do período de análise.

A ampliação dos ativos, em 16,99% em relação a dezembro de 2010, alavancada pelo crescimento das operações de crédito, contribuiu para a absorção do aumento de 7,75% das despesas administrativas, refletindo na redução do custo operacional em proporção aos ativos em doze meses, atingindo 4,90% em dezembro de 2011.

Gráfico 36: Custo Operacional



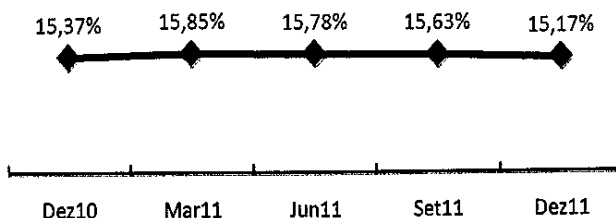
Índice de Capitalização

O índice de capitalização mensura a relação entre o patrimônio líquido e o total de recursos captados junto ao público, inclusive os fundos de investimento. Esse índice avalia a segurança que os recursos próprios oferecem ao capital de terceiros. Em dezembro de 2011, o índice de capitalização alcançou 15,17%, 0,20 pp.

abaixo do indicador de dezembro de 2010, e 0,46 pp. inferior ao resultado de setembro de 2011.

A redução dos índices, em relação a dezembro de 2011 versus dezembro de 2010, demonstra que o crescimento do patrimônio líquido, em 14,12% ou R\$544 milhões, não acompanhou a evolução dos recursos captados, que cresceram 15,58% ou R\$3.909 milhões.

Gráfico 37: Índice de Capitalização

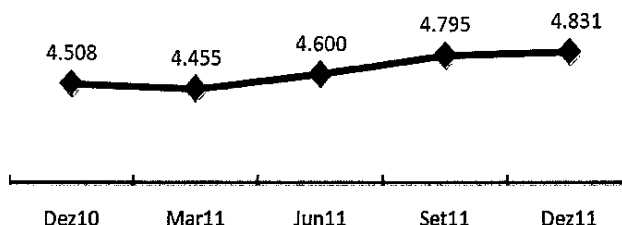


Em relação a setembro de 2011, os recursos captados apresentaram avanço de 5,43% ou R\$1.494 milhões, incremento superior à elevação do patrimônio líquido, em 2,36% ou R\$102 milhões.

Produtividade por Funcionário

O indicador de produtividade, medido pelo total de volume de negócios (captação e crédito) por empregado, apresentou crescimento de 7,19% nos últimos doze meses, alcançando R\$4.831 mil, o que se explica pelo crescimento orgânico dos negócios tanto na captação de recursos como na concessão de crédito.

Gráfico 38: Produtividade por Funcionário - R\$ Mil

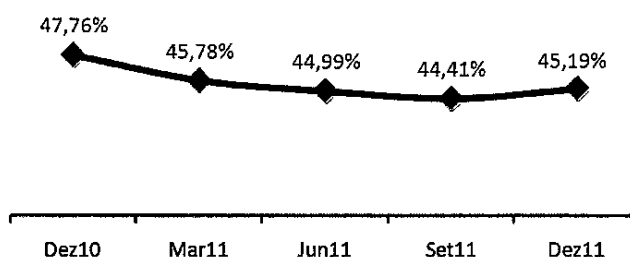


O Banrisul contava, em dezembro de 2011, com 10.225 empregados, o que representa o acréscimo de 880 pessoas em relação ao quadro de dezembro de 2010.

Índice de Eficiência

O índice de eficiência mede, em percentual, o volume de receitas consumidas na cobertura das despesas administrativas. O índice acumulado em doze meses comparativamente ao registrado no mesmo período do ano anterior apresenta melhora. O índice de eficiência atingiu, em dezembro de 2011, 45,19%, 2,57 pp. menor que o índice de dezembro de 2010 e 0,78 pp. acima do percentual de setembro de 2011.

Gráfico 39: Índice de Eficiência



A redução do índice de eficiência, nos últimos doze meses, reflete a trajetória de ascensão da margem financeira, em 15,56% ou R\$453 milhões, da receita de serviços e tarifas, em 9,40% ou R\$60 milhões, e das outras receitas operacionais, em 16,29% ou R\$34 milhões, que absorveram o crescimento das despesas administrativas, em 7,75% ou R\$133 milhões e, das outras despesas operacionais, em 27,63% ou R\$51 milhões.

No último trimestre, o aumento do índice de eficiência foi influenciado, negativamente, pela queda das outras receitas operacionais, acrescidas do aumento das outras despesas operacionais, e do incremento das despesas administrativas, que superaram o avanço positivo da margem financeira e das receitas de serviços e tarifas.



Reconhecimentos

☉ Janeiro/2011. **Marca do Banrisul é destaque em ranking mundial.**

O valor da marca Banrisul alcançou, em 2011, R\$532 milhões, com aumento de 12,5% em relação ao ano passado. O resultado faz parte de levantamento elaborado pela consultoria inglesa Brand Finance, que analisou as 500 maiores instituições financeiras em vários países. A logomarca do Banrisul aparece na 319ª posição no *ranking* Brand Finance Global Banking 500.

☉ Janeiro/2011. **Banrisul é uma das empresas de melhor reputação no Rio Grande do Sul.**

O Banrisul foi um dos vencedores do Prêmio Reputação Corporativa da revista Amanhã, que revelou as corporações mais prestigiadas do Rio Grande do Sul, em estudo feito pela Troiano Consultoria de Marca. A Instituição alcançou um Índice de Prestígio de Marca Corporativa equivalente a 32,41 pontos e obteve destaque em todas as dimensões analisadas pela pesquisa: Admiração e Confiança, Capacidade de Inovação, Qualidade dos Produtos e Serviços, Responsabilidade Social e Ambiental e Histórico e Evolução.

☉ Março/2011. **Banrisul é destaque no estudo Marcas de Quem Decide.**

O Banrisul foi destaque no estudo Marcas de Quem Decide, na 13ª edição da pesquisa realizada pelo Jornal do Comércio e a empresa Qualidata, como uma das marcas mais lembradas nas categorias Banco e Caderneta de Poupança.

☉ Abril/2011. **Ações do Banrisul apresentam melhor rentabilidade.**

As ações preferenciais classe B (PNB) do Banrisul apresentaram o melhor desempenho entre os bancos médios brasileiros, segundo levantamento da consultoria Economatica. A rentabilidade das ações PNB do Banrisul nos últimos 12 meses alcançou 41,2%.

☉ Abril/2011. **Banrisul é uma das maiores empresas do mundo.**

O Banrisul figura na nova lista das duas mil maiores empresas do mundo, divulgada pela revista americana Forbes. O Banco, que é uma das 37 companhias brasileiras incluídas no *ranking*, aparece no 1.438º lugar. O estudo é elaborado com base em critérios que levam em conta: vendas, lucro líquido, ativos e valor de mercado.

☉ Maio/2011. **Ações do Banrisul participam de novo índice da Bovespa.**

As ações do Banrisul passaram a compor o novo índice da Bovespa, o Índice Brasil Amplo (IBRA). Conforme divulgação da Bovespa, o índice engloba todas as ações das empresas listadas na BM&FBovespa que atendam aos critérios mínimos de liquidez, como a inclusão numa lista cujos índices de negociabilidade somados representem 99% dos totais de negócios e de volume financeiro registrado, além de participação em pregão igual ou superior a 95% no período de 12 meses anterior ao cálculo do indicador.

☉ Maio/2011. **Banrisul é uma das marcas mais valiosas do País - Revista Dinheiro.**

O Banrisul, pela primeira vez, faz parte do *ranking* As 50 marcas mais valiosas do Brasil, e na categoria bancos tornou-se a quarta instituição financeira de maior valor no País. Na edição deste ano do estudo, a marca Banrisul atingiu o valor de US\$344 milhões. A pesquisa foi elaborada pela revista Dinheiro e a consultoria BrandAnalytics.

☉ Junho/2011. **Banrisul está entre as marcas mais valiosas do Brasil - Interbrand.**

O Banrisul está entre as 25 marcas mais valiosas do Brasil. O *ranking* foi elaborado pela Interbrand, consultoria de marcas norte-americana. De acordo com a empresa, o valor da marca ficou estipulado em R\$501 milhões.

☉ Junho/2011. **Banrisul é a marca mais lembrada do RS na categoria banco.**

O Banrisul está entre as marcas gaúchas mais lembradas na categoria Grande Empresa RS da pesquisa Top of Mind 2011, divulgada pela revista Amanhã. A Instituição, ainda, assumiu a liderança entre os bancos no Estado, com 26,4% das citações, além de figurar em primeiro lugar na modalidade Rede de Pagamento Eletrônico, com destaque para o Banricompras. A Instituição destacou-se, ainda, como empresa pública eficiente e que investe em cultura, e nas categorias Caderneta de Poupança e Cartão de Crédito, com o Banricompras. No mesmo estudo, a Banrisul Serviços conquistou a liderança na categoria Refeição Convênio.

☉ Junho/2011. **O Banrisul conquistou o Certificado de Sustentabilidade em Governo e Sociedade.**

O Banco recebeu o Certificado de Sustentabilidade em função da 7ª Pesquisa de Gestão Sustentável. A pesquisa, realizada pela Editora Expressão em conjunto com a Aequo Soluções em Sustentabilidade, envolveu 112 corporações de médio e grande porte, que operam na Região Sul e se preocupam com a responsabilidade empresarial.

☉ Julho/2011. **Banrisul é uma das 100 maiores empresas do País - Revista Exame.**

O Banrisul é uma das 100 maiores empresas de capital aberto por valor de mercado do Brasil, segundo *ranking* divulgado pela revista Exame na edição especial: Melhores e Maiores de 2011. O estudo apontou o valor de mercado da Instituição, em 2010, de R\$6,7 bilhões, crescimento de 11,5% em relação ao ano anterior.

No setor financeiro nacional, o Banrisul é destaque entre os dez maiores bancos em volume de lucro líquido e patrimônio líquido. Entre os indicadores setoriais do mercado financeiro, o Banco aparece nas primeiras colocações em depósitos à vista e em poupança, rede de agências, crédito pessoal, crédito imobiliário e riqueza criada.

☉ Julho/2011. **Projeto Pescar Banrisul é premiado como Melhor Prática Educativa.**

O Projeto Pescar Banrisul recebeu o prêmio Melhor Prática Educativa da Fundação Projeto Pescar. A unidade do Banrisul foi escolhida, por unanimidade, entre as 22 unidades que fazem parte da Regional Porto Alegre, que é a maior das 11 regionais no País.

O reconhecimento foi pelo módulo Consciência Ecológica do Ser, onde os alunos do Pescar Banrisul elaboram e executam projetos ambientais que, posteriormente, são apresentados em escolas públicas da Zona Sul de Porto Alegre.

☉ Agosto/2011. **Banrisul é reconhecido como Melhor Amigo do Esporte.**

O Banrisul conquistou o prêmio Melhor Amigo do Esporte, na categoria Rio Grande do Sul. A premiação, promovida pelo Ministério do Esporte, reconhece as empresas que mais investiram no segmento por meio da Lei de Incentivo ao Esporte. O Banrisul recebeu o troféu pelos projetos esportivos que desenvolve para crianças e adolescentes, principalmente o Criança no Esporte, que conta com a parceria dos clubes esportivos Sport Club Internacional e Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.



☉ Agosto/2011. **Banrisul é destaque em ranking nacional.**

O Banrisul foi destaque no *ranking* Finanças da publicação Valor 1000, editada pelo jornal Valor Econômico. O Banco ocupa a 11ª posição entre os 100 maiores bancos do País. A instituição gaúcha foi classificada, ainda, entre os 20 maiores bancos em operações de crédito, depósitos totais, patrimônio líquido, lucro líquido, entre outros itens.

☉ Agosto/2011. **Banrisul está entre as 500 melhores empresas do País - IstoÉ Dinheiro.**

O Banrisul é uma das 500 melhores empresas do Brasil segundo o *ranking* As Melhores, da Dinheiro, divulgado pela publicação IstoÉ Dinheiro, de São Paulo. A Instituição figura em 106º lugar no estudo, que foi elaborado a partir de questionários preenchidos pelas próprias empresas. No setor de bancos, o Banrisul é destaque nos indicadores de sustentabilidade financeira, responsabilidade social e ambiental e recursos humanos. A Instituição também aparece entre as maiores empresas estatais do País, na 12ª posição.

☉ Agosto/2011. **Banrisul é destaque na área socioambiental.**

O Banrisul recebeu o certificado Destaque em Governo e Sociedade, no Fórum de Gestão Sustentável 2011, em Florianópolis, pela distinção na pesquisa de Gestão Sustentável publicada pelo Anuário Expressão, que foi elaborada com base nos Indicadores Ethos e metodologia do *Balanced Scorecard*.

☉ Agosto/2011. **Banrisul é premiado com o Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler.**

O Banrisul recebeu o prêmio Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler, da revista Ecologia e Meio Ambiente, de Porto Alegre, pela atuação na área socioambiental por meio dos programas Reciclar e Sementes.

☉ Setembro/2011. **Banrisul é destaque em ranking de satisfação dos clientes.**

O Banrisul obteve a terceira colocação no *ranking* de bancos *standard* com relação ao nível de satisfação dos clientes, segundo a pesquisa 2011 Brasil Retail Banking Customer Satisfaction StudySM, divulgada pela J.D. Power do Brasil.

☉ Outubro/2011. **Banrisul é a terceira maior empresa do Estado.**

O Banrisul é a empresa gaúcha com o maior capital de giro próprio no Estado, segundo o *ranking* Grandes & Líderes divulgado pela revista especializada em economia e negócios, Amanhã, e pela consultoria PricewaterhouseCoopers. Entre as 100 maiores companhias do Rio Grande do Sul, o Banrisul subiu uma posição, para o terceiro lugar. O Banrisul aparece, ainda, na 11ª posição no levantamento das 500 maiores da Região Sul. No Estado, a Instituição também é a terceira maior empresa entre os 50 maiores patrimônios líquidos, receitas brutas e lucro líquido.

☉ Novembro/2011. **Banrisul é destaque em tecnologia em serviços.**

O Banrisul recebeu o Prêmio Coletiva.net, promovido pelo portal Coletiva.net em parceria com a Qualidata Informações Estratégicas, no grupo Tecnologia em Serviços, categoria Financeiros.

● Novembro/2011. **Banrisul é premiado na área social.**

O Banrisul conquistou o Prêmio de Responsabilidade Social 2011, com menção especial no tema Redes de Cooperação, por meio do Projeto Sementes, e certificação no âmbito das entidades governamentais.

● Dezembro/2011. **Banrisul recebe o Prêmio Mérito Lojista 2011.**

O Banrisul recebeu o Prêmio Mérito Lojista 2011, na categoria Serviços, no segmento Instituição Financeira da Capital, concedido pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL-RS). A distinção foi dada a empresas que tiveram destacada atuação no varejo gaúcho em 2011.

● Dezembro/2011. **Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do País – Valor Econômico.**

O Banrisul é um dos 200 maiores grupos econômicos que atuam no País, de acordo com o *ranking* publicado pela edição anual Valor Grandes Grupos, do jornal especializado em economia e finanças Valor Econômico, de São Paulo. O Banco ganhou seis posições em relação ao estudo do ano passado, saltando da 78ª para a 72ª posição. A Instituição é destaque, ainda, no levantamento dos 20 maiores grupos da área de finanças do Brasil.



Balanço Patrimonial Consolidado *Pro Forma*

Tabela 16: Balanço Patrimonial Consolidado *Pro Forma*

R\$ Milhões

| Ativos | Dez11 | Set11 | Jun11 | Mar11 | Dez10 | Dez11/ Set11 | Dez11/ Jun11 | Dez11/ Dez10 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Circulante e Realizável a Longo Prazo | 37.307 | 36.256 | 34.439 | 32.615 | 31.780 | 2,90% | 8,33% | 17,39% |
| Disponibilidades | 624 | 481 | 406 | 383 | 403 | 29,76% | 53,82% | 54,78% |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 2.686 | 3.057 | 2.845 | 2.535 | 2.359 | -12,14% | -5,58% | 13,85% |
| Títulos Mobiliários e Inst. Financ. Derivativos | 9.726 | 9.148 | 8.900 | 8.689 | 8.526 | 6,31% | 9,28% | 14,07% |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 3.589 | 3.469 | 3.131 | 2.757 | 3.156 | 3,46% | 14,65% | 13,74% |
| Operações de Crédito | 19.752 | 19.058 | 18.203 | 17.407 | 16.538 | 3,64% | 8,51% | 19,43% |
| Provisão para Operações de Crédito | (1.274) | (1.234) | (1.168) | (1.102) | (1.059) | 3,25% | 9,07% | 20,32% |
| Operações de Arrendamento Mercantil | 84 | 84 | 78 | 81 | 84 | 0,75% | 8,18% | 0,69% |
| Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil | (10) | (9) | (7) | (6) | (9) | 20,85% | 50,60% | 16,66% |
| Outros Créditos | 2.156 | 2.231 | 2.089 | 1.917 | 1.826 | -3,39% | 3,18% | 18,05% |
| Provisão para Outros Créditos | (58) | (66) | (63) | (71) | (74) | -13,28% | -8,24% | -22,07% |
| Outros Valores e Bens | 32 | 37 | 25 | 25 | 30 | -12,29% | 27,53% | 6,44% |
| Permanente | 279 | 298 | 316 | 336 | 348 | -6,39% | -11,84% | -19,79% |
| Investimentos | 7 | 8 | 7 | 8 | 8 | -1,91% | -1,91% | -1,91% |
| Imobilizado de Uso | 164 | 163 | 166 | 172 | 169 | 0,41% | -1,29% | -3,01% |
| Intangível | 108 | 127 | 143 | 156 | 171 | -15,37% | -24,63% | -37,14% |
| Total do Ativo | 37.586 | 36.554 | 34.755 | 32.951 | 32.128 | 2,82% | 8,14% | 16,99% |
| Passivos | Dez11 | Set11 | Jun11 | Mar11 | Dez10 | Dez11/ Set11 | Dez11/ Jun11 | Dez11/ Dez10 |
| Circulante e Exigível a Longo Prazo | 33.184 | 32.254 | 30.635 | 28.940 | 28.271 | 2,88% | 8,32% | 17,38% |
| Depósitos | 22.361 | 20.910 | 19.801 | 19.063 | 19.052 | 6,94% | 12,93% | 17,36% |
| Depósitos à Vista | 3.195 | 2.556 | 2.695 | 2.779 | 3.780 | 25,01% | 18,56% | -15,47% |
| Depósitos de Poupança | 5.136 | 5.072 | 5.159 | 5.337 | 5.580 | 1,26% | -0,44% | -7,95% |
| Depósitos Interfinanceiros | 32 | 12 | 10 | 12 | 12 | 179,66% | 215,50% | 161,62% |
| Depósitos a Prazo | 13.997 | 13.269 | 11.936 | 10.935 | 9.680 | 5,49% | 17,27% | 44,60% |
| Outros Depósitos | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | - | - | - |
| Captação no Mercado Aberto | 1.331 | 1.634 | 1.779 | 1.434 | 1.311 | -18,51% | -25,15% | 1,55% |
| Recursos de Aceites e Emissão de Títulos | 27 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - | - |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 229 | 549 | 504 | 415 | 180 | -58,35% | -54,61% | 27,31% |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 2.155 | 2.004 | 1.837 | 1.755 | 1.622 | 7,57% | 17,32% | 32,84% |
| Outras Obrigações | 7.081 | 7.157 | 6.714 | 6.273 | 6.106 | -1,07% | 5,46% | 16,00% |
| Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados | 35 | 133 | 152 | 129 | 24 | -74,10% | -77,25% | 46,35% |
| Carteira de Câmbio | 30 | 36 | 19 | 28 | 19 | -16,78% | 59,92% | 60,15% |
| Sociais e Estatutárias | 74 | 101 | 85 | 37 | 28 | -26,87% | -13,23% | 164,67% |
| Fiscais e Previdenciárias | 743 | 861 | 711 | 578 | 635 | -13,73% | 4,49% | 16,98% |
| Negociação e Intermediação de Valores | 3 | 3 | 5 | 4 | 2 | 7,78% | -30,64% | 66,05% |
| Fundos Financeiros e de Desenvolvimento | 5.099 | 5.012 | 4.793 | 4.640 | 4.445 | 1,73% | 6,38% | 14,71% |
| Diversas | 1.097 | 1.011 | 949 | 857 | 953 | 8,57% | 15,53% | 15,26% |
| Patrimônio Líquido dos Acionistas Minoritários | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2,02% | 4,33% | -3,87% |
| Patrimônio Líquido | 4.400 | 4.298 | 4.118 | 4.009 | 3.855 | 2,36% | 6,83% | 14,12% |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 37.586 | 36.554 | 34.755 | 32.951 | 32.128 | 2,82% | 8,14% | 16,99% |

Demonstração de Resultado *Pro Forma*

Tabela 17: Demonstração do Resultado *Pro Forma*

R\$ Milhões

| | 2011 | 2010 | 4T11 | 3T11 | 2T11 | 1T11 | 4T10 | 2011/ 2010 | 4T11/ 3T11 | 4T11/ 4T10 |
|---|----------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| Receitas de Intermediação Financeira | 5.947 | 4.842 | 1.541 | 1.669 | 1.437 | 1.300 | 1.310 | 22,82% | -7,63% | 17,63% |
| Receita de Crédito e Arrendamento Mercantil | 4.293 | 3.513 | 1.124 | 1.151 | 1.057 | 962 | 961 | 22,21% | -2,35% | 16,88% |
| Resultado de Operações com TVM | 1.250 | 1.082 | 320 | 335 | 315 | 280 | 289 | 15,54% | -4,64% | 10,56% |
| Resultado de Operações de Câmbio | 140 | 55 | 17 | 106 | 9 | 8 | 8 | 157,23% | -84,43% | 111,64% |
| Resultado das Aplicações Compulsórias | 264 | 192 | 82 | 77 | 56 | 49 | 52 | 36,85% | 6,59% | 56,64% |
| Despesas de Intermediação Financeira | (3.208) | (2.445) | (800) | (978) | (747) | (683) | (650) | 31,19% | -18,18% | 23,05% |
| Operações de Captação no Mercado | (1.795) | (1.403) | (463) | (493) | (448) | (392) | (381) | 27,99% | -6,06% | 21,45% |
| Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses | (783) | (523) | (171) | (303) | (156) | (153) | (142) | 49,75% | -43,37% | 20,58% |
| Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos | 0 | (1) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - | - |
| Provisão para Operações de Créditos | (630) | (518) | (166) | (182) | (143) | (138) | (127) | 21,45% | -9,12% | 30,88% |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 2.739 | 2.397 | 741 | 691 | 690 | 617 | 660 | 14,28% | 7,30% | 12,30% |
| Margem Financeira | 3.368 | 2.915 | 907 | 873 | 833 | 755 | 787 | 15,56% | 3,87% | 15,29% |
| Outras Receitas / Despesas Operacionais | (1.367) | (1.249) | (416) | (329) | (336) | (285) | (298) | 9,43% | 26,44% | 39,40% |
| Receitas de Prestação de Serviços / Tarifas Bancárias | 702 | 642 | 185 | 172 | 173 | 172 | 173 | 9,40% | 7,10% | 6,41% |
| Despesas de Pessoal | (1.101) | (966) | (302) | (291) | (266) | (241) | (279) | 13,90% | 3,75% | 8,39% |
| Outras Despesas Administrativas | (741) | (743) | (207) | (188) | (176) | (171) | (165) | -0,25% | 10,61% | 25,46% |
| Outras Receitas Operacionais | 243 | 209 | 43 | 87 | 47 | 67 | 81 | 16,29% | -50,26% | -46,84% |
| Despesas Tributárias | (233) | (206) | (61) | (60) | (57) | (55) | (54) | 13,88% | 1,54% | 13,77% |
| Outras Despesas Operacionais | (237) | (185) | (73) | (49) | (58) | (57) | (55) | 27,63% | 48,85% | 32,38% |
| Resultado Operacional | 1.372 | 1.148 | 325 | 362 | 353 | 331 | 362 | 19,56% | -10,09% | -10,05% |
| Resultado Antes da Tributação s/ Lucro | 1.372 | 1.148 | 325 | 362 | 353 | 331 | 362 | 19,56% | -10,09% | -10,05% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (406) | (357) | (77) | (107) | (114) | (108) | (116) | 13,60% | -27,85% | -33,54% |
| Participações Estatutárias no Resultado | (62) | (50) | (22) | (16) | (12) | (12) | (16) | 26,12% | 36,41% | 36,74% |
| Participações Minoritárias no Resultado | (0) | (0) | (0) | (0) | (0) | (0) | (0) | -32,43% | 10,26% | -55,21% |
| Lucro Líquido | 904 | 741 | 227 | 239 | 227 | 211 | 230 | 22,00% | -5,23% | -1,39% |



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

GUILHERME CASSEL
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
JOÃO EMÍLIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN
Diretores

Conselho de Administração

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER
Presidente

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente

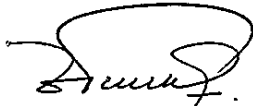
ALDO PINTO DA SILVA
DILIO SERGIO PENEDO
ERINEU CLÓVIS XAVIER
ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER
FLAVIO LUIZ LAMMEL
FRANCISCO CARLOS BRAGANÇA DE SOUZA
OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria



TÚLIO LUIZ ZAMIN

Presidente

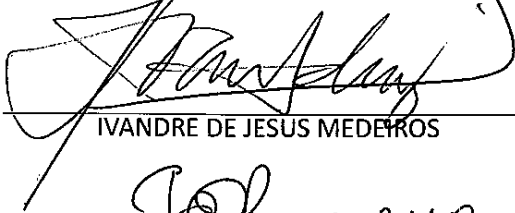


FLAVIO LUIZ LAMMEL

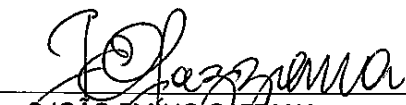
Vice-Presidente



GUILHERME CASSEL



IVANDRE DE JESUS MEDEIROS



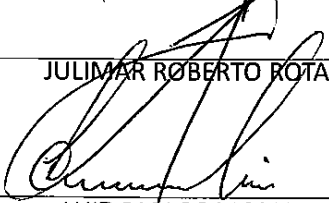
JOÃO EMÍLIO GAZZANA



JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO



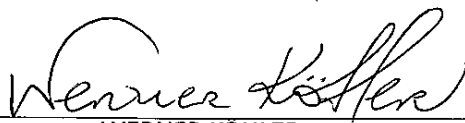
JONE LUIZ HERMES PFEIFF



JULIMAR ROBERTO ROTA

LUIZ CARLOS MORLIN

Diretores



WERNER KOHLER

Contador CRCRS 38.534

Conselho de Administração



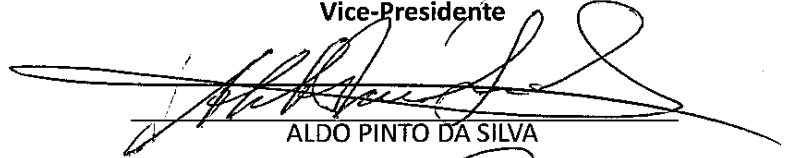
ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER

Presidente

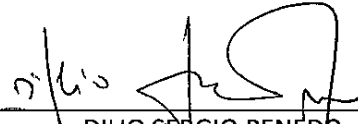


TÚLIO LUIZ ZAMIN

Vice-Presidente



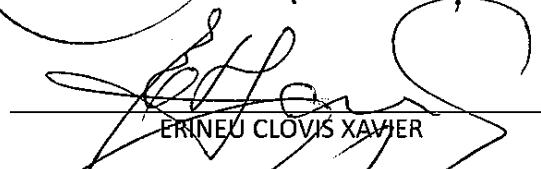
ALDO PINTO DA SILVA



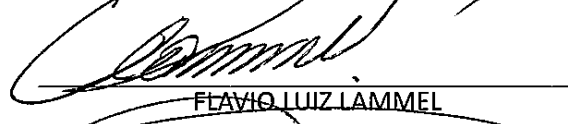
DILIO SÉRGIO PENEDO



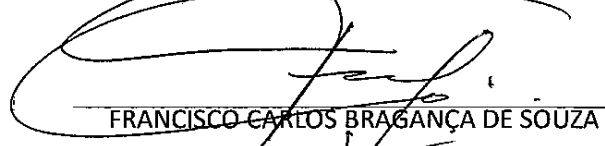
ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER



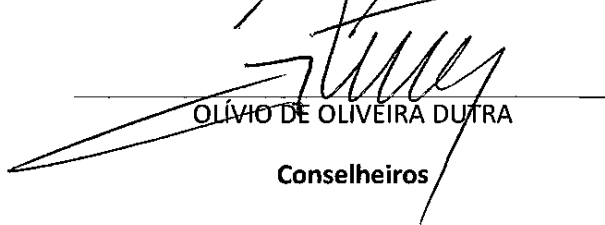
ERINEU CLOVIS XAVIER



FLAVIO LUIZ LAMMEL



FRANCISCO CARLOS BRAGANÇA DE SOUZA



OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA

Conselheiros

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2012.

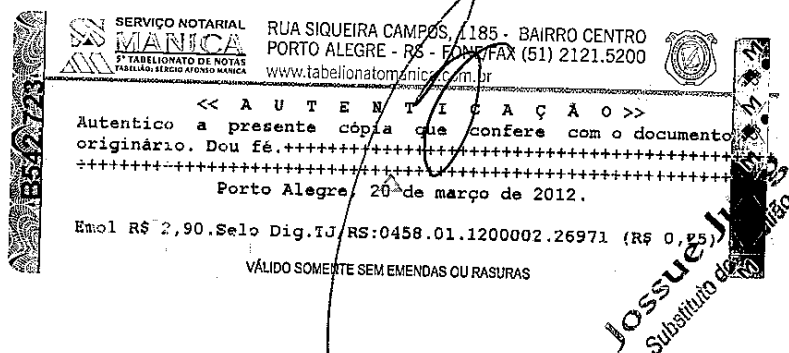

Cláudio Moraes Machado
Presidente


André Luiz Barreto de Paiva Filho
Vice-Presidente

Conselheiros


João Victor Oliveira Domingues

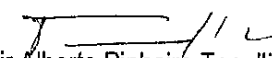

Rubens Lahude



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, item V, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, o Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações e o Parecer do Conselho Fiscal, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Com base nesses dados e nos demais exames procedidos ao longo do exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2012.


Odir Alberto Pinheiro Tonollier
Presidente


Túlio Luiz Zamin
Vice-Presidente



Conselheiros

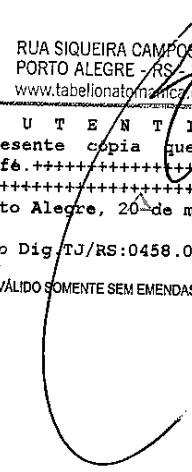

Aldo Pinto da Silva

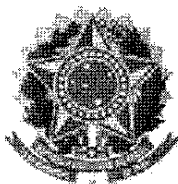

Dílio Sérgio Penedo


Erineu Clóvis Xavier


Francisco Carlos Bragança Xavier

| | | | |
|---|--|--|---|
|  | SERVIÇO NOTARIAL MANICA 5º TABELIONATO DE NOTAS TABELÃO: SÉRGIO AFONSO MANICA www.tabelionatomonica.com.br | RUA SIQUEIRA CAMPOS, 1185 - BAIRRO CENTRO PORTO ALEGRE - RS - FONE/FAX (51) 2121.5200 |  |
| << A U T E N T I C A Ç Ã O >> | | | |
| Autentico a presente cópia que confere com o documento originário. Dou fé.+++++ | | | |
| Porto Alegre, 20 de março de 2012. | | | |
| Emol R\$ 2,90.Selo Dig.TJ/RS:0458.01.1200002.26970 (R\$ 0,42) | | | |
| VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS | | | |


Jossué Jun
Substituto do Tabelião



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|------------------|
| NOME..... | : WERNER KOHLER |
| REGISTRO..... | : RS-038534/O-2 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 421.602.270-72 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 14.03.2012 as 09:25:42.

Válido até: 13.04.2012.

Código de Controle: 113868.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

1. Relatório da Administração

Ambiente Macroeconômico 2011

O ano de 2011 foi marcado pela excessiva oscilação dos preços dos ativos negociados na bolsa de valores, ocasionado principalmente pela crise do crédito soberano na região do Euro. Tal crise, entre outros fatores, determinou o fraco desempenho da bolsa brasileira neste ano, que até 31 de dezembro de 2011 teve variação negativa de 18,1%. Este cenário, por si só, mostrou-se negativo para o crescimento dos volumes operados em renda variável.

Neste período, é importante destacar que a Corretora passou por um processo de reestruturação, tendo ocorrido a sucessão administrativa de seu corpo diretivo. Tal processo desencadeou duas mudanças estruturais significativas: Foco na sinergia e fomento da inserção dos produtos de renda variável no conglomerado Banrisul e a transferência da administração dos fundos de investimento ao Banrisul.

O fraco desempenho do mercado e as mudanças estruturais percebidas na organização determinou o posicionamento estratégico da Diretoria, com ênfase em projetos que alavancassem o volume de operações e a receita da empresa. Neste sentido foi instituída a Campanha de Atração de novos clientes, com foco na rede de atendimento do Banrisul.

Desempenho Financeiro

Ativos Totais – Os ativos totais da Corretora alcançaram no ano de 2011 o saldo de R\$ 83,2 milhões, com um aumento de 0,85% em relação ao montante de R\$ 82,5 milhões, registrado no mesmo período de 2010. A variação se deve ao aumento nas aplicações financeiras, compensado pela redução na intermediação dos negócios.

Patrimônio Líquido – No ano de 2011 o patrimônio líquido da Corretora atingiu R\$74,7 milhões, representando um aumento de 4,55% em relação ao registrado no ano de 2010, de R\$71,3 milhões. A evolução do patrimônio líquido decorreu da incorporação dos resultados gerados.

Lucro Líquido – A Corretora registrou lucro líquido de R\$4,5 milhões no ano de 2011. Em comparação ao mesmo período de 2010, que foi de R\$11,0 milhões, manteve-se a tendência de resultados positivos alcançados em anos anteriores.

Rendas de Títulos e Valores Mobiliários – O resultado de títulos e valores mobiliários somou R\$9,2 milhões no ano de 2011. Este montante ficou abaixo do acumulado no mesmo período do ano anterior, que foi de R\$13,6 milhões. Em 2010 registramos um expressivo volume de realizações na Carteira Própria com a venda, principalmente, de ações da CETIP.

Receita de Prestação de Serviços – As receitas de prestação de serviços atingiram o montante de R\$6,9 milhões no ano de 2011, com uma redução de R\$4,2 milhões em relação ao valor contabilizado no ano de 2010, de R\$11,1 milhões. A variação é atribuída principalmente pela transferência da administração dos Fundos para o Banrisul.

Desempenho Operacional

Clubes de Investimento – A Corretora administra 12 Clubes de Investimento, constituídos por mais de 500 cotistas, com saldo de R\$ 3,8 milhões no exercício.

Sistema Home Broker - O Home Broker é o serviço interligado à Bovespa que permite ao investidor enviar pela internet, em ambiente seguro, ordens de compra e venda de ações. As operações efetuadas neste sistema atingiram um montante de R\$799,27 milhões, que representou 62,20% do total intermediado pela Corretora. No ano de 2010, o montante foi de R\$660,1 milhões, representando 42,20% do total das operações.

Volume Total de Operações - O total das operações realizadas em 2011 alcançou R\$1.285,07 milhões, representando uma redução de 17,85% em relação ao volume de R\$1.564,3 milhões, atingidos no ano de 2010.

Outros Produtos e Serviços

Banrisul Cinema - Com base na Lei do Audiovisual, de nº 8.685/93, que criou mecanismos de fomento à atividade audiovisual, a Corretora passou a atuar nesse mercado em 1997, selecionando criteriosamente projetos cinematográficos que aliam qualidade, segurança, rentabilidade e proporcionando aos investidores benefícios fiscais. A Corretora realizou modernização tecnológica e estendeu essa parceria também para as pessoas físicas, a fim de investir em cinema e obter os benefícios fiscais que a Lei proporciona.

Governança Corporativa

O Grupo Banrisul, buscando racionalizar suas atividades e garantir maior eficiência, concentrou no próprio Banco todas as ações de Gestão de Recursos de Terceiros, com a transferência dos Fundos administrados pela Banrisul Corretora.

O primeiro semestre de 2011 foi marcado, também, pela substituição dos serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, pela Ernest & Young Terco Auditores Independentes SS, face o encerramento do contrato anteriormente vigente.

Gestão de Risco

A Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio está inserida na estrutura organizacional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, seu controlador. A administração e a estrutura de gerenciamento de riscos são desenvolvidas de forma consolidada com o Banco, abrangendo os riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, em atendimento aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN e à Resolução Interna nº 4.354, de 20.06.2008, do Banrisul.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco está disponibilizada no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota "Relação com Investidores/Governança Corporativa/Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional". O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. divulgou o seu Balanço do exercício de 2011, em 15.02.2012, nos jornais Zero Hora, Valor Econômico e Diário Oficial do Estado.

Agradecimento

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores e acionistas pela confiança depositada, bem como aos nossos colaboradores, que não mediram esforços para o bom desempenho da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio.

A Administração



Demonstrações Financeiras



2. Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro 2011 e em 31 de Dezembro de 2010

| | Em Milhares de Reais | |
|---|----------------------|---------------|
| ATIVO | 2011 | 2010 |
| CIRCULANTE | 75.593 | 77.704 |
| Disponibilidades | 4 | 2 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4) | 69.739 | 68.886 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | | |
| Carteira própria | 3.035 | 3.680 |
| Outros créditos (Nota 6) | 2.813 | 5.136 |
| Negociação e intermediação de valores | 2.640 | 4.497 |
| Diversos | 173 | 639 |
| Outros valores e bens | | |
| Despesas antecipadas | 2 | - |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 5.866 | 3.023 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | | |
| Vinculados a prestação de garantia | 5.633 | 3.023 |
| Outros créditos (Nota 6) | | |
| Diversos | 233 | - |
| PERMANENTE | 1.813 | 1.757 |
| Investimentos | 627 | 627 |
| Imobilizado de uso | 483 | 473 |
| Intangíveis | 703 | 657 |
| TOTAL DO ATIVO | 83.272 | 82.484 |
| PASSIVO | | |
| CIRCULANTE | 8.527 | 10.659 |
| Outras obrigações (Nota 7) | | |
| Sociais e estatutárias | 1.119 | 2.645 |
| Fiscais e previdenciárias | 3.081 | 5.705 |
| Negociação e intermediação de valores | 3.409 | 2.053 |
| Diversas | 918 | 256 |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | - | 490 |
| Outras obrigações (Nota 7) | | |
| Credores diversos - país | - | 490 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 9) | 74.745 | 71.335 |
| Capital social | 58.000 | 58.000 |
| Reserva de capital | 1 | 1 |
| Reservas de lucros | 21.234 | 17.743 |
| Ações em tesouraria | (4.490) | (4.410) |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | 1 |
| TOTAL DO PASSIVO | 83.272 | 82.484 |

3. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

| | Reserva de Capital | | | | | | Reserva de Lucros | | | | Em Milhares de Reais | | |
|---|--------------------|----------------------|--------------|---------------|---------------------|------------------|-----------------------|-----------|-------------------|---------------------|----------------------|--|--|
| | Capital Social | Atualização | | Reserva Legal | Reserva Estatutária | Reserva Expansão | Avaliação Patrimonial | Ajuste de | Lucros Acumulados | Ações em Tesouraria | Total | | |
| | | Títulos Patrimoniais | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2010 | 40.000 | 1.276 | 3.087 | 15.639 | 7.330 | 45 | - | - | - | (4.410) | 62.967 | | |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | (44) | - | - | (44) | | |
| Atualização de títulos patrimoniais | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | | |
| Aumento de capital | 18.000 | (1.276) | - | (9.394) | (7.330) | - | - | - | - | - | - | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.031 | - | 11.031 | | |
| Destinação do lucro | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Reservas | - | - | 551 | 2.758 | 5.102 | - | - | - | (8.411) | - | - | | |
| Dividendos propostos (Nota 9) | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.620) | - | (2.620) | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 58.000 | 1 | 3.638 | 9.003 | 5.102 | 1 | - | - | - | (4.410) | 71.335 | | |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | (1) | - | - | (1) | | |
| Ações em tesouraria | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (80) | (80) | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.578 | - | 4.578 | | |
| Destinação do lucro | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Reservas | - | - | 230 | 1.144 | 2.117 | - | - | - | (3.491) | - | - | | |
| Dividendos propostos (Nota 9) | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.087) | - | (1.087) | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 58.000 | 1 | 3.868 | 10.147 | 7.219 | - | - | - | - | (4.490) | 74.745 | | |
| Saldos em 1º de julho de 2011 | 58.000 | 1 | 3.761 | 9.616 | 6.237 | 1 | - | - | - | (4.490) | 73.126 | | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | (1) | - | - | - | - | (1) | | |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.124 | - | 2.124 | | |
| Destinação do lucro | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Reservas | - | - | 107 | 531 | 982 | - | - | - | (1.620) | - | - | | |
| Dividendos propostos (Nota 9) | - | - | - | - | - | - | - | - | (504) | - | (504) | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 58.000 | 1 | 3.868 | 10.147 | 7.219 | - | - | - | - | (4.490) | 74.745 | | |



4. Demonstrações do Resultado

Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais

| | 2º Semestre 2011 | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|---------------------|---------------------|----------------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | <u>5.120</u> | <u>9.228</u> | <u>13.658</u> |
| Resultado de títulos e valores mobiliários | 5.120 | 9.228 | 13.658 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | <u>(87)</u> | <u>(124)</u> | <u>(133)</u> |
| Provisão para outros créditos | (87) | (124) | (115) |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | - | - | (18) |
| RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA..... | 5.033 | 9.104 | 13.525 |
| Receitas (despesas) operacionais | <u>(1.560)</u> | <u>(850)</u> | <u>3.683</u> |
| Receitas de prestação de serviços (Nota 12)..... | 2.721 | 6.968 | 11.109 |
| Despesas de Pessoal (Nota 8) | (255) | (576) | (704) |
| Outras despesas administrativas (Nota 13)..... | (3.591) | (6.211) | (5.119) |
| Despesas tributárias..... | (470) | (1.149) | (1.739) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 35 | 118 | 136 |
| RESULTADO OPERACIONAL | 3.473 | 8.254 | 17.208 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 3.473 | 8.254 | 17.208 |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 11) | (1.344) | (3.671) | (6.161) |
| Participações no Lucro | (5) | (5) | (16) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE | <u>2.124</u> | <u>4.578</u> | <u>11.031</u> |
| Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do período - R\$ | <u>0,071</u> | <u>0,153</u> | <u>0,368</u> |





5. Demonstrações do Valor Adicionado

| | Em Milhares de Reais | | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 2º Semestre 2011 | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
| RECEITAS | <u>7.815</u> | <u>16.242</u> | <u>24.795</u> |
| Intermediação financeira..... | 5.120 | 9.228 | 13.639 |
| Prestação de serviços | 2.721 | 6.968 | 11.109 |
| Provisão (reversão da) para outros créditos..... | (87) | (124) | (115) |
| Outras | 61 | 170 | 162 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | <u>3.327</u> | <u>5.803</u> | <u>4.793</u> |
| Serviços de terceiros..... | 3.165 | 5.473 | 4.538 |
| Aluguéis | 1 | 5 | 6 |
| Água, Energia e Gás | 20 | 43 | 33 |
| Comunicações | 133 | 269 | 210 |
| Materiais | 8 | 13 | 6 |
| VALOR ADICIONADO BRUTO..... | <u>4.488</u> | <u>10.439</u> | <u>20.002</u> |
| Depreciação..... | 10 | 20 | 21 |
| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR..... | <u>4.478</u> | <u>10.419</u> | <u>19.981</u> |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | |
| Honorários da Diretoria (Nota 8 b)..... | <u>508</u> | <u>920</u> | <u>929</u> |
| Proventos..... | 503 | 906 | 913 |
| Fundo de Garantia por Tempo de Serviço..... | 5 | 14 | 16 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | <u>1.846</u> | <u>4.921</u> | <u>8.021</u> |
| Federais..... | 1.710 | 4.573 | 7.465 |
| Municipais..... | 136 | 348 | 556 |
| Remuneração de capitais próprios..... | <u>2.124</u> | <u>4.578</u> | <u>11.031</u> |
| Lucros retidos..... | 1.620 | 3.491 | 8.411 |
| Dividendos | 504 | 1.087 | 2.620 |




6. Demonstrações dos Fluxos de Caixa


Valores expressos em Milhares de Reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2011

| | 2º Semestre 2011 | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Lucro líquido ajustado..... | 2.222 | 4.727 | 11.167 |
| Lucro líquido do semestre\exercício | 2.124 | 4.578 | 11.031 |
| Ajuste do lucro líquido | 98 | 149 | 136 |
| Depreciações e amortizações | 10 | 20 | 21 |
| Provisão para outros créditos | 88 | 129 | 115 |
| VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES | 1 | (1.176) | (3.132) |
| Títulos e valores mobiliários | (1.671) | (1.967) | (2.343) |
| Outros créditos | 2.652 | 1.961 | (929) |
| Outros valores e bens | - | (81) | 7 |
| Outras obrigações | (980) | (1.089) | 133 |
| CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 2.223 | 3.551 | 8.035 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aquisição (alienação) de investimentos | - | - | (2) |
| Aquisição de imobilizado de uso | (29) | (30) | (116) |
| Aplicação no intangível | (46) | (46) | (577) |
| CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (75) | (76) | (695) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Dividendos pagos | - | (2.620) | (1.853) |
| CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | (2.620) | (1.853) |
| AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 2.148 | 855 | 5.487 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do | | | |
| Semestre/Exercício | 67.595 | 68.888 | 63.401 |
| Disponibilidades | 4 | 2 | 5 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 67.591 | 68.886 | 63.396 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do | | | |
| Semestre/Exercício | 69.743 | 69.743 | 68.888 |
| Disponibilidades | 4 | 4 | 2 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 69.739 | 69.739 | 68.886 |

JK

Dilke



Notas Explicativas

7. Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, administração de clubes de investimentos, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Valores e Mercadorias, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A diretoria da Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2012.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme as Circulares nº 3.068 e 3.082 do Banco Central. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação**: incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

- **Títulos disponíveis para venda**: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

- **Títulos mantidos até o vencimento**: títulos e valores mobiliários com a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

- **Instrumentos financeiros e derivativos**: em 31 de dezembro de 2011, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros e derivativos em aberto.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, não inferiores às taxas mínimas definidas pelo COSIF, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso – 10%, imóveis de uso – 4% e sistemas de processamento de dados – 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- **Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Contingências passivas** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- **Obrigações legais** – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários foram calculados com base nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos- diversos" no grupo do ativo circulante, conforme descrito na nota 11.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment) - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do Banco Central do Brasil. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Disponibilidades | 4 | 2 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | <u>69.739</u> | <u>68.886</u> |
| Total | 69.743 | 68.888 |

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| Para negociação | 3.029 | 3.672 |
| Disponível para venda | 6 | 8 |
| Mantidos até o vencimento | 5.633 | 3.023 |
| Total da carteira | 8.668 | 6.703 |
| Curto prazo | 3.035 | 3.680 |
| Longo prazo | 5.633 | 3.023 |

a) Títulos e Valores Mobiliários - para negociação

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-----------------------------|---|-------------------------|
| <u>Sem vencimento</u> | <u>Valor de custo</u> <u>Valor de mercado</u> | <u>Valor de mercado</u> |
| Ações de companhias abertas | 2.321 3.029 | 3.672 |

b) Títulos e Valores Mobiliários - disponíveis para venda

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|------------------------------|---|-------------------------|
| <u>Sem vencimento</u> | <u>Valor de custo/curva</u> <u>Valor de mercado</u> | <u>Valor de mercado</u> |
| Ações de companhias abertas | 0 0 | 2 |
| Certificados de privatização | 6 6 | 6 |
| Total | 6 6 | 8 |

c) Títulos e valores mobiliários – mantidos até o vencimento

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| | <u>Valor de custo</u> <u>Valor de</u> | <u>Valor de custo</u> |
| | <u>atualizado</u> <u>mercado</u> | <u>atualizado</u> |
| <u>Vencimento de 3 a 5 anos</u> | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | | |
| Vinculados a prestação de garantia | 5.633 5.618 | 3.023 |

A Corretora adota o preço unitário através das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA), para a marcação a mercado dos títulos públicos e o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período para a marcação a mercado das ações de companhias abertas.

A Corretora declara possuir capacidade financeira e intenção de manter os títulos classificados nesta categoria até os seus respectivos vencimentos.

6. OUTROS CRÉDITOS

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|--------------|--------------|
| a) Negociação e intermediação de valores: | | |
| Caixa de registro e liquidação | - | 3.152 |
| Devedores - conta de liquidação pendente | 2.651 | 1.352 |
| Outros créditos | 572 | 447 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (583) | (454) |
| | 2.640 | 4.497 |
| b) Diversos: | | |
| Impostos e contribuições a recuperar | - | 43 |
| Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 b) | 233 | - |
| Depósitos de valores em garantia | 141 | 8 |
| Outros | 32 | (588) |
| | 406 | 639 |
| Total Outros Créditos | 3.046 | 5.136 |
| Curto Prazo | 2.813 | 5.136 |
| Longo Prazo | 233 | - |

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------------|----------------------|
| Sociais e estatutárias: | | |
| Dividendos e bonificações a pagar | <u>1.119</u> | <u>2.645</u> |
| | 1.119 | 2.645 |
| Fiscais e previdenciárias: | | |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 2.689 | 5.252 |
| Impostos e contribuições diferidos | 283 | 1 |
| Impostos e contribuições a recolher | <u>109</u> | <u>452</u> |
| | 3.081 | 5.705 |
| Negociação e intermediação de valores: | | |
| Caixa de registro e liquidação | 913 | - |
| Comissões e corretagens a pagar | 126 | 28 |
| Credores - conta de liquidação pendente | <u>2.370</u> | <u>2.025</u> |
| | 3.409 | 2.053 |
| Diversas: | | |
| Credores diversos - país | 504 | 490 |
| Obrigações por aquisição de bens e direitos | <u>414</u> | <u>256</u> |
| | <u>918</u> | <u>746</u> |
| Total geral das outras obrigações | <u>8.527</u> | <u>11.149</u> |
| Curto prazo | 8.527 | 10.659 |
| Longo prazo | - | 490 |

8. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podem ser assim sumariados:

| | Ativos | (Passivos) | Receitas | (Despesas) |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
| Disponibilidades | 4 | 2 | - | - |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | | | |
| Mercado Aberto | 69.739 | 68.886 | 7.557 | 5.944 |
| Convênio Prestação de Serviços | (318) | (193) | (2.973) | (2.357) |
| Dividendos | (1.070) | (2.585) | - | - |

A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banco. Os custos são suportados pela Corretora através de convênio de prestação de serviços.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício 2011 em R\$ 906 (R\$ 913 em 2010). Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

As despesas de pessoal registradas na Demonstração do resultado são representados por honorários da Diretoria.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - O capital social é R\$ 58.000 dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$ 1,45 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a. sobre o valor nominal destas ações.

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei, sendo assegurado aos titulares de ações preferenciais, direito de participar, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro, distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações ordinárias, com acréscimo de 10% sobre o valor pago a estas últimas.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------|--------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 4.578 | 11.031 |
| Constituição de reservas | | |
| Legal | (230) | (551) |
| Base de cálculo dos dividendos | <u>4.348</u> | <u>10.480</u> |
| Dividendos propostos | <u>1.087</u> | <u>2.620</u> |

10. LIMITES OPERACIONAIS

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº. 3.490/07 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de Julho de 2008. O índice de Basileia para 31 de Dezembro de 2011 é de 16,81% para o Conglomerado.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:

| | 2011 | 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro | <u>8.254</u> | <u>17.208</u> |
| Adições (Exclusões) - IRPJ e CSLL | | |
| Provisão para devedores duvidosos | 124 | 115 |
| Ajuste ao valor de mercado de títulos para negociação | 799 | (1.478) |
| Prejuízo com renda variável | 138 | 81 |
| Patrocínios, doações, gratificações, incentivos e outros - IRPJ | (76) | (6) |
| Patrocínios, doações, gratificações, incentivos e outros - CSLL | (44) | (22) |
| (=) Base do IRPJ Corrente | 9.239 | 15.920 |
| (=) Base do CSLL Corrente | 9.271 | 15.904 |
| Imposto de Renda corrente | (2.230) | (3.775) |
| Contribuição Social corrente | (1.391) | (2.386) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (50) | - |
| IRPJ e CSLL registrados no resultado | <u>(3.671)</u> | <u>(6.161)</u> |

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

Em dezembro de 2011, a Corretora possuía créditos e passivos tributários de Imposto de renda e Contribuição Social, diferidos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

| | 2011 |
|---|-------------|
| Ativo fiscal diferido | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 233 |
| Passivo fiscal diferido | |
| Ajuste ao valor de mercado de títulos para negociação | (283) |
| Total líquido dos impostos diferidos | (50) |

(c) Expectativa de realização dos créditos é a seguinte:

| Ano | Contribuição Social | Imposto de Renda | Total |
|--------------------|----------------------------|-------------------------|--------------|
| 2013 | 87 | 146 | 233 |
| Total | 87 | 146 | 233 |

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|---------------------|----------------------|
| Rendas de corretagens em operações em bolsas..... | 4.156 | 4.272 |
| Rendas de administração de fundos de investimento..... | 2.591 | 6.692 |
| Rendas de outros serviços..... | <u>221</u> | <u>145</u> |
| Total..... | <u>6.968</u> | <u>11.109</u> |

A partir de 15.06.2011 os Fundos de Investimentos administrados pela Corretora passaram para a administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, permanecendo a Corretora com a administração de Clubes de Investimentos. Em 31.12.2011 essas carteiras montam R\$ 3.813.

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

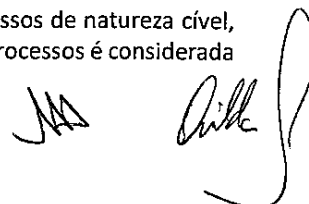
| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Comunicações..... | 270 | 210 |
| Processamento de dados..... | 544 | 515 |
| Serviços do sistema financeiro..... | 1.383 | 792 |
| Convênio de prestação de serviços (nota 8)..... | 2.973 | 2.357 |
| Serviços técnico especializado..... | 389 | 391 |
| Publicações..... | 206 | 153 |
| Propaganda e publicidades..... | 38 | 253 |
| Outras..... | 408 | 448 |
| Total..... | <u>6.211</u> | <u>5.119</u> |

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Corretora aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07, respectivamente, ambas do Banco Central do Brasil. A Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., líder do conglomerado financeiro.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Corretora figura como parte em processos judiciais de natureza fiscais e cíveis. Em 31 de dezembro de 2011 há R\$ 132 referentes a processos de natureza fiscal e R\$ 126 referentes a processos de natureza cível, que de acordo com os assessores jurídicos da Corretora a probabilidade de perda nestes processos é considerada como possível.




8. Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais Demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2011. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2012.

Edimar Luz
Presidente

Edir Pedro Domeneghini
Leandro Pires Barcellos
Conselheiros

9. Relatório dos Auditores Independentes

Aos

Administradores e acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos


Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

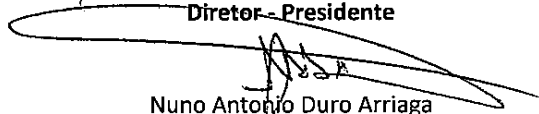
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de janeiro de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

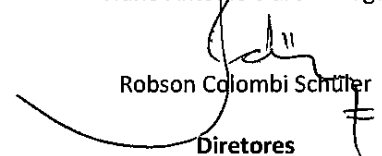
Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2012.

 **ERNST & YOUNG TERCO**
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6/F/RS

Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC 1SP-217.532/O-6 "S" RS


Daniel Maia
Diretor - Presidente


Nuno Antonio Duro Arriaga


Robson Colombi Schuler
Diretores

Conselho de Administração
Neusa Maria de Azevedo - **Presidente**
Adolar Rodrigues Queiroz - **Conselheiro**
Antônio Avila da Silva - **Conselheiro**
Cleber Cristiano Prodanov - **Conselheiro**
Clóvis Rech - **Conselheiro**
Marco Antonio Borba - **Conselheiro**


Onilda Maria Petró Dutra
Contadora - CRCRS - 063884/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bannisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de janeiro de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

Porto Alegre, 27 fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS



Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC-1SP217532/O-6 S-RS

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Com base em nossos exames, no Parecer do Conselho Fiscal e nos Relatórios dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2012.


Neusa Maria de Azeredo
Presidente

Conselheiros


Adolar Rodrigues Queiroz

Cleber Cristiano Prodanov


Antônio Ávila da Silva

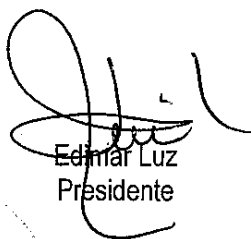
Clevis Rech


Marco Antônio Borba

PARECER DO CONSELHO FISCAL

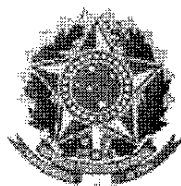
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2012.


Edimar Luz
Presidente


Edir Pedro Domenechini
Conselheiro


Leandro Pires Barcellos
Conselheiro

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|------------------|--------------------------|
| NOME..... : | ONILDA MARIA PETRO DUTRA |
| REGISTRO..... : | RS-063884/O-9 |
| CATEGORIA..... : | CONTADOR |
| CPF..... : | 238.343.310-15 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 07.03.2012 as 10:39:39.

Válido até: 06.04.2012.

Código de Controle: 113516.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Onilda Maria Petro Dutra
Onilda Maria Petro Dutra
Contadora
CRC/RS-063884/O-9

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

1. Relatório da Administração

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a sua apreciação o nosso Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2011, bem como as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, divulgou o seu balanço no Diário Oficial do Estado, na Zero Hora e no Valor Econômico, em 15.02.2011.

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e especialmente aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e credibilidade, e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

2. Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro 2011 e em 31 de Dezembro de 2010

| Ativo | Em Milhares de Reais | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante | <u>145.076</u> | <u>132.928</u> |
| Disponibilidade | 61 | 90 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5) | | |
| Certificados de depósitos bancários | 134.231 | 122.451 |
| Títulos e valores mobiliários (nota 6) | | |
| Cotas de fundos de investimento | 8.049 | 8.106 |
| Recursos não procurados | 623 | 508 |
| Outros créditos - diversos (nota 7) | 2.112 | 1.773 |
| Não circulante | <u>5.565</u> | <u>5.424</u> |
| Realizável a Longo Prazo | <u>5.259</u> | <u>5.164</u> |
| Outros créditos - diversos (nota 7) | 5.259 | 5.164 |
| Permanente | <u>306</u> | <u>260</u> |
| Imobilizado de Uso | | |
| Outras imobilizações de usos | 128 | 93 |
| Depreciações acumuladas | (38) | (20) |
| Intangível | | |
| Ativos intangíveis | 216 | 187 |
| Total do Ativo | <u>150.641</u> | <u>138.252</u> |
| Passivo e Patrimônio Líquido | | |
| Circulante | <u>8.631</u> | <u>7.366</u> |
| Outras Obrigações | | |
| Sociais e estatutárias | 3.441 | 2.729 |
| Fiscais e previdenciárias (nota 8) | 3.664 | 3.316 |
| Diversas | 1.526 | 1.321 |
| Patrimônio Líquido | <u>142.010</u> | <u>130.986</u> |
| Capital Social (nota 10) | 116.000 | 116.000 |
| Reserva de lucros | 26.010 | 14.986 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | <u>150.641</u> | <u>138.252</u> |

3. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

| | Em Milhares de Reais | | | | | |
|--|----------------------|---------------|---------------------|------------------|-------------------|----------------|
| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva Estatutária | Reserva Especial | Lucros Acumulados | Total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2010 | 105.000 | 2.770 | 2.770 | 11.708 | -,- | 122.248 |
| Aumento de capital | 11.000 | -,- | -,- | (11.000) | -,- | -,- |
| Lucro líquido do exercício | -,- | -,- | -,- | -,- | 11.460 | 11.460 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Constituição de reservas (Nota 11) | -,- | 573 | 573 | 7.592 | (8.738) | -,- |
| Dividendos propostos (R\$ 0,03 por ação em circulação) | -,- | -,- | -,- | -,- | (2.722) | (2.722) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 116.000 | 3.343 | 3.343 | 8.300 | -,- | 130.986 |
| Lucro líquido do exercício | -,- | -,- | -,- | -,- | 14.457 | 14.457 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Constituição de reservas (nota 11) | -,- | 723 | 723 | 9.578 | (11.024) | -,- |
| Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação em circulação) | -,- | -,- | -,- | -,- | (3.433) | (3.433) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 116.000 | 4.066 | 4.066 | 17.878 | -,- | 142.010 |
| Saldos em 01 de julho de 2011 | 116.000 | 3.683 | 3.683 | 12.805 | -,- | 136.171 |
| Lucro líquido do semestre | -,- | -,- | -,- | -,- | 7.658 | 7.658 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Constituição de reservas (nota 11) | -,- | 383 | 383 | 5.073 | (5.839) | -,- |
| Dividendos propostos (R\$0,02 por ação em circulação) | -,- | -,- | -,- | -,- | (1.819) | (1.819) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 116.000 | 4.066 | 4.066 | 17.878 | -,- | 142.010 |

4. Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio

| Ativo | Em Milhares de Reais | |
|--|-------------------------|-----------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante | <u>199.672</u> | <u>148.720</u> |
| Disponibilidades..... | 363 | 122 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez..... | <u>94.011</u> | <u>65.081</u> |
| Disponibilidade do grupo..... | 8.771 | 7.746 |
| Vinculadas a contemplações..... | 84.736 | 56.949 |
| Recursos grupos em formação..... | 503 | 386 |
| Outros créditos..... | <u>105.298</u> | <u>83.517</u> |
| Bens apreendidos ou retomados..... | - | 94 |
| Direitos junto a consorciados contemplados (nota 14)..... | 105.298 | 83.423 |
| Compensação | <u>990.018</u> | <u>691.193</u> |
| Consórcio | | |
| Previsão mensal de recursos a receber de consorciados..... | 9.172 | 6.694 |
| Contribuições devidas ao grupo..... | 506.075 | 352.317 |
| Valores e bens ou serviços a contemplar..... | 474.771 | 332.182 |
| Total do Ativo | <u>1.189.689</u> | <u>839.913</u> |
| Passivo | | |
| Circulante | <u>199.671</u> | <u>148.720</u> |
| Outras obrigações..... | <u>199.671</u> | <u>148.720</u> |
| Obrigações com consorciados..... | 86.499 | 71.036 |
| Grupos em formação..... | 503 | 386 |
| Valores a repassar..... | 379 | 454 |
| Contemplações a entregar..... | 84.737 | 56.949 |
| Recursos a devolver a consorciados..... | 16.848 | 12.303 |
| Recursos dos grupos..... | 10.705 | 7.592 |
| Compensação | <u>990.018</u> | <u>691.193</u> |
| Consórcio | | |
| Receitas mensais a receber de consorciados..... | 9.172 | 6.694 |
| Obrigações do grupo por contribuições..... | 506.075 | 352.317 |
| Bens ou serviços a contemplar..... | 474.771 | 332.182 |
| Total do Passivo | <u>1.189.689</u> | <u>839.913</u> |

5. Demonstração do Resultado

Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais

| | Semestre 31/12/2011 | Exercício 31/12/2011 | Exercício 31/12/2011 |
|---|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Receitas da Intermediação Financeira | | | |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 7.919 | 15.137 | 11.735 |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira..... | <u>7.919</u> | <u>15.137</u> | <u>11.735</u> |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais..... | <u>3.553</u> | <u>6.616</u> | <u>5.517</u> |
| Receita de prestação de serviços | 8.663 | 15.708 | 12.051 |
| Outras despesas administrativas..... | (3.851) | (6.829) | (4.797) |
| Despesas tributárias..... | (1.328) | (2.398) | (1.868) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 69 | 135 | 131 |
| Resultado Operacional | <u>11.472</u> | <u>21.753</u> | <u>17.252</u> |
| Imposto de renda e contribuição social (nota 12)..... | (3.807) | (7.289) | (5.776) |
| Participações nos resultados | (7) | (7) | (16) |
| Lucro Líquido do Semestre/Exercícios..... | <u>7.658</u> | <u>14.457</u> | <u>11.460</u> |
| Lucro Líquido por ação do Capital Social em circulação no fim do Semestre/Exercícios - R\$ | <u>0.09</u> | <u>0.16</u> | <u>0.13</u> |

6. Demonstrações das Variações nas Disponibilidades dos Grupos

| | Em Milhares de Reais | | |
|---|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Semestre 31/12/2011 | Exercício 31/12/2011 | Exercício 31/12/2010 |
| Disponibilidades no início do período..... | 76.340 | 65.203 | 47.990 |
| (+) RECURSOS COLETADOS..... | 80.879 | 146.665 | 111.100 |
| Contribuições para aquisições de bens..... | 62.885 | 114.656 | 87.705 |
| Taxa de administração..... | 8.438 | 15.348 | 11.831 |
| Contribuição ao fundo de reserva..... | 1.813 | 3.286 | 2.418 |
| Renda de aplicação financeira | 3.894 | 7.021 | 4.415 |
| Prêmios de seguros..... | 1.452 | 2.797 | 2.533 |
| Outros | 2.397 | 3.557 | 2.198 |
| (-) RECURSOS UTILIZADOS | 62.845 | 117.494 | 93.887 |
| Aquisição de bens | 50.332 | 93.718 | 74.884 |
| Taxa de administração..... | 8.662 | 15.707 | 12.050 |
| Prêmio de seguros..... | 1.446 | 2.813 | 2.545 |
| Outros | 2.405 | 5.256 | 4.408 |
| Disponibilidades no final do período | 94.374 | 94.374 | 65.203 |
| Depósitos Bancários | 363 | 363 | 122 |
| Aplicações financeiras | 94.011 | 94.011 | 65.081 |

7. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Valores expressos em Milhares de Reais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2011

(Método indireto)

| | Semestre 31/12/2011 | Exercício 31/12/2011 | Exercício 31/12/2010 |
|---|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do período | 7.658 | 14.457 | 11.460 |
| Ajustes ao lucro líquido | | | |
| Provisão para contingências..... | 33 | 45 | 42 |
| Créditos tributários | (6) | (15) | (14) |
| Depreciação | 9 | 18 | 16 |
| Variações de ativos e obrigações | | | |
| Aumento em aplicações interfinanceiras..... | (5.026) | (11.780) | (3.177) |
| Aumento em títulos e valores mobiliários | (2.283) | (58) | (5.957) |
| (Redução) Aumento em outros créditos | 1.006 | (534) | (1.660) |
| (Redução) Aumento em outras obrigações..... | <u>(1.518)</u> | <u>508</u> | <u>(1.910)</u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | <u>(127)</u> | <u>2.757</u> | <u>2.620</u> |
| Atividade de Investimento | | | |
| Aquisição de imobilizado | <u>(65)</u> | <u>(64)</u> | <u>(23)</u> |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento..... | <u>(65)</u> | <u>(64)</u> | <u>(23)</u> |
| Atividade de financiamento | | | |
| Pagamento de dividendos..... | <u>(1)</u> | <u>(2.722)</u> | <u>(2.578)</u> |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | <u>(1)</u> | <u>(2.722)</u> | <u>(2.578)</u> |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | <u>(193)</u> | <u>(29)</u> | <u>(19)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | <u>254</u> | <u>90</u> | <u>109</u> |
| Disponibilidades..... | 254 | 90 | 109 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre..... | <u>61</u> | <u>61</u> | <u>90</u> |
| Disponibilidades..... | 61 | 61 | 90 |

8. Demonstrações do Valor Adicionado

Valores expressos em Milhares de Reais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2011

| | Semestre 31/12/2011 | Exercício 31/12/2011 | Exercício 31/12/2010 |
|--|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| RECEITAS | 16.651 | 30.980 | 23.993 |
| Prestação de Serviços | 8.663 | 15.708 | 12.051 |
| Intermediação financeira..... | 7.919 | 15.137 | 11.735 |
| Outras receitas/despesas operacionais..... | 69 | 135 | 207 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (3.645) | (6.403) | (4.428) |
| Materiais, energia e outros | (1.420) | (2.411) | (1.287) |
| Serviços de terceiros..... | (2.225) | (3.992) | (3.141) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR | 13.006 | 24.577 | 19.565 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO..... | 13.016 | 24.577 | 19.565 |
| Pessoal | 214 | 433 | 461 |
| Remuneração direta..... | 202 | 409 | 434 |
| Fundo de garantia por tempo de serviço..... | 12 | 24 | 27 |
| Impostos, taxas e contribuições | 5.134 | 9.687 | 7.644 |
| Federais..... | 4.670 | 8.824 | 6.999 |
| Municipais..... | 474 | 839 | 645 |
| Remuneração de capitais próprios | 7.658 | 14.457 | 11.460 |
| Dividendos | 1.819 | 3.434 | 2.722 |
| Lucros retidos..... | 5.839 | 11.023 | 8.738 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Administradora) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. seu principal parceiro na comercialização de seus produtos. Em 17 de dezembro de 2010, a comissão de Valores Mobiliários – CVM, aprovou o cancelamento do registro de Companhia aberta, através de oferta pública de compra das ações que se encontravam em poder dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias em circulação no mercado pelo acionista controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As cartas circulares nº 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A diretoria da Banrisul Consórcios autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 29.02.2012.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E GRUPOS DE CONSÓRCIOS

a) Da administradora

(i) Apuração do resultado

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº. 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em três categorias a saber: títulos para negociação – avaliados a valor de mercado em contrapartida do resultado do período; títulos disponíveis para venda – atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento – atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida do resultado do período.

(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) Imobilizado de uso

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) Demais passivos circulantes

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(vii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável ou risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

a) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, estão apresentados no grupo não circulante na rubrica outros créditos diversos e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

b) Dos grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Disponibilidades e aplicações interfinanceiras

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs. 2.454 e 3.261 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes taxa de administração. As aplicações interfinanceiras são efetuadas em fundos de investimentos e títulos públicos pós-fixados, emitidos pelo Banco Central, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço, e custo de aquisição acrescido da receita auferida até a data do balanço, que não difere do valor de mercado.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e receitas mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços.

(v) Valores e bens ou serviços a contemplar e bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vi) Obrigações com consorciados

Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar

Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar

Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração. ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4. RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcio apresentam a seguinte posição em:

| | Quantidade | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Grupos administrados..... | 135 | 122 |
| Consortados ativos | 26.881 | 23.382 |
| Bens entregues - no período..... | 3.938 | 3.565 |
| Bens entregues - total..... | 12.644 | 11.232 |
| Bens pendentes de entrega | 3.334 | 2.602 |
| Desistentes/excluídos - no período..... | 1.429 | 666 |
| Desistentes/excluídos - total..... | 10.815 | 9.386 |
| Assembleias a realizar..... | 5.547 | 4.826 |

A taxa de inadimplência é de 4,28% (31/12/2010 - 4,60%), em virtude da existência de parcelas em atraso.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (ADMINISTRADORA)

Refere-se à aplicação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários -CDB com rendimento de 100% do CDI efetuada junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e com vencimento em 360 dias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (ADMINISTRADORA)

Referem-se à aplicação no Fundo de Investimento Flex Crédito privado de Longo Prazo, administrado pelo banco do Estado do Rio grande do Sul S.A. que tem por objetivo proporcionar rentabilidade atrelada à variação do CDI. Esta aplicação encontra-se classificada como disponível para venda e seu valor na data-base está ajustado pelo valor patrimonial, que corresponde ao seu valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS (ADMINISTRADORA)

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|---------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Circulante | | |
| Devedores diversos..... | 1.902 | 1.583 |
| Outros | <u>210</u> | <u>190</u> |
| | <u>2.112</u> | <u>1.773</u> |
| Realizável a longo prazo | | |
| Depósitos vinculados a processos judiciais..... | 4.752 | 4.672 |
| Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social | <u>507</u> | <u>492</u> |
| | <u>5.259</u> | <u>5.164</u> |

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se a impostos de renda e contribuição social diferidas sobre diferenças temporárias, oriundas da provisão para riscos fiscais.

A expectativa de realização desses créditos é em 2019 e o valor presente, calculado com base nesta expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 273.

Os depósitos vinculados aos processos judiciais são compostos por R\$ 1.819 relacionados a processos de natureza cível e R\$ 1.424 relacionados a processos judiciais de ISSQN divulgados, conforme divulgado na nota 8 e R\$ 1.509 relacionados a depósitos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela antiga Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, posteriormente transformada em Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS (ADMINISTRADORA)

| | Em milhares de reais | |
|--|----------------------|---------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 1.919 | 1.666 |
| Provisão para riscos fiscais (a)..... | 1.491 | 1.446 |
| Outras | <u>254</u> | <u>204</u> |
| Total..... | <u>3.664</u> | <u>3.316</u> |

(a) Refere-se a um processo fiscal pelo não recolhimento de ISSQN no período de setembro de 1994 a dezembro de 1995, que a Administradora discute judicialmente. O montante provisionado para este passivo contingente é considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas decorrentes do encerramento destes processos, baseado na opinião de seus advogados.

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e atos de infração e processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 11.516 e R\$ 317, respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão. Estes processos referem-se, principalmente, a questionamentos sobre o ISS sobre receitas de serviços. Não existem contingências sobre os grupos de consórcios.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ADMINISTRADORA)

O capital social é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

11. DESTINAÇÃO DE RESULTADOS (ADMINISTRADORA)

Conforme disposições estatutárias, do lucro líquido, serão destinados 5% para reserva legal e até 5% para constituição de um fundo de reserva destinado para futuro aumento de capital, após dedução dos dividendos mínimos obrigatórios.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

Os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembléia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro podem ser demonstrados como segue:

| | Em milhares de reais | |
|--|-----------------------------|--------------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Lucro líquido do exercício | 14.457 | 11.460 |
| Reserva legal | <u>(723)</u> | <u>(573)</u> |
| Base de cálculo dos dividendos | <u>13.734</u> | <u>10.887</u> |
| Dividendos propostos (25%) | 3.433 | 2.722 |
| Dividendos por ações em circulação - R\$ | 0,04 | 0,03 |

12. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL (ADMINISTRADORA)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

| | Em milhares de reais | |
|---|-----------------------------|--------------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro..... | <u>21.753</u> | <u>17.252</u> |
| Adições (Exclusões) - IRPJ | | |
| Provisão para riscos fiscais | 45 | 42 |
| Patrocínios, doações, gratificações e incentivos..... | 73 | 120 |
| (=) Base do IRPJ Corrente | 21.871 | 17.414 |
| (=) Base do CSLL Corrente | 21.877 | 17.389 |
| Imposto de Renda..... | (5.335) | (4.225) |
| Contribuição Social..... | (1.969) | (1.565) |
| IRPJ e CSLL Diferidos | <u>15</u> | <u>14</u> |
| IRPJ e CSLL registrados no resultado | <u>(7.289)</u> | <u>(5.776)</u> |

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (ADMINISTRADORA)

(a) As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

| | Em milhares de reais | | | |
|---|----------------------|------------------------|----------------------|------------------------|
| | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | |
| | Ativos (passivos) | Receitas (despesas) | Ativos (passivos) | Receitas (despesas) |
| Disponibilidades | 61 | - | 90 | - |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (*) | 134.231 | 15.137 | 122.451 | 11.735 |
| Outros créditos | 1.819 | - | 1.829 | - |
| Outras obrigações – Sociais e estatutárias | (3.423) | - | (2.569) | - |
| Despesas com serviços do sistema financeiro | - | (3.313) | - | (2.481) |

(*) Aplicações efetuadas com taxas equivalentes ao CDI

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Em 2011, foram pagos R\$ 409 a título de remuneração dos Administradores.

(c) Os Administradores possuem, ao todo, 3 cotas de consórcios de nossa administração, com taxas de administração que variam de 6 a 15,7%. Os Administradores do Banrisul, controlador, possuem uma cota, com taxa de 10%.

14. DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS (GRUPOS DE CONSÓRCIO)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

| | Em milhares de reais | |
|----------------------------|----------------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Curso normal | 104.409 | 82.802 |
| Em atraso | 327 | 255 |
| Em cobrança judicial | 562 | 366 |
| Total | 105.298 | 83.423 |

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (ADMINISTRADORA)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido a possibilidade de ocorrência de perdas para a Administradora, associadas ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração.

A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos estatísticos, monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

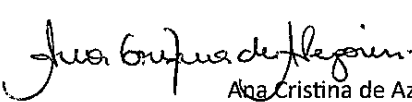
10. Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S/A Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais Demonstrativos, e o Relatório dos Auditores independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2011. Com base em nossos exames e no Parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2012.



Christopher Belchior Goulart
Presidente



Ana Cristina de Azeredo Pegorini
Marceane Gehlen
Conselheiros

11. Relatório dos Auditores Independentes

Aos

Administradores e quotistas da

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2010

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de janeiro de 2011, que não continha qualquer modificação.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2012.

 **ERNST & YOUNG TERCO**

Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6/F/RS

Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC 1SP-217.532/O-6 "S" RS


Alvaro Rogério Alencar Silva

Diretor - Presidente

Luiz Edson da Motta

Luís Fernando Alves de Godoi

Diretores

Conselho de Administração

João Emílio Gazzana - Presidente

Urbano Schmitt - Vice - Presidente

Alessandro Pires Barcellos - Conselheiro

João Lúcio da Costa - Conselheiro


Werner Köhler

Werner Köhler

Contador - CRCRS - 38.534

CPF: 421602270/72

 **Banrisul**
CONSÓRCIO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

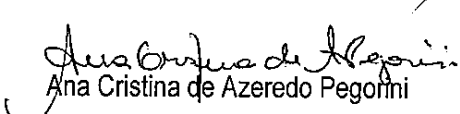
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2012



Christopher Belchior Goulart
Presidente

Conselheiras



Ana Cristina de Azeredo Pegorini




Marceane Gehlen

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios e em conformidade com as atribuições que nos confere o artigo 142, V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Agregado, demais demonstrativos e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao balanço patrimonial do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Parecer do Conselho Fiscal e nos Relatórios dos Auditores Independentes, sem modificações, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2012.


João Emilio Gazzana
Presidente
Alessandro Pires Barcellos
Conselheiro
João Lúcio da Costa
Conselheiro

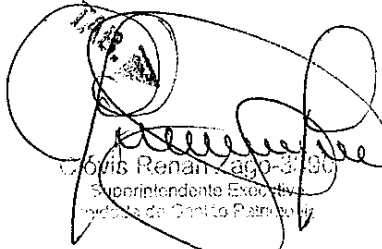
ATA DE REUNIÃO


Em 29 de dezembro de 2011 reuniram-se os representantes abaixo assinados, responsáveis pelo inventário dos bens físicos constantes no patrimônio da Banrisul Serviços Ltda, Banrisul SA Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul SA Administradora de Consórcios conforme consta no item 14 da IN 09.

Não houve divergências entre os bens físicos e os controles patrimoniais.

E como nada mais havia para tratar foi lavrada a presente ata a qual depois de lida e aprovada, foi assinada por todos em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Porto Alegre 29 de dezembro de 2011.

12º TAB.

Clóvis Renan Zago - 31.90
Superintendente Executivo
Unidade de Gestão Patrimonial

12º TAB.

RAQUEL SOUZA SCHERER
4758

12º TAB. 12º Tabelionato de Notas de Porto Alegre
Tabelião Rafael Leocádio dos Santos Neto
Av. Dom Cláudio José Gonçalves Porco de Leon, 40 - (51) 3340-0100-
www.12tabelionato.com.br

Reconheço a autenticidade das(2) firmas de: CLÓVIS RENAN ZAGO
e RAQUEL SOUZA SCHERER

Dou fé. Em test. da verdade.
Porto Alegre-RS 08/03/2012

Emol.: R\$5,80 Selo: R\$0,60
044801120000189587/89588

Emerson Matzenbacher, Escrivão

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e quotistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado


Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

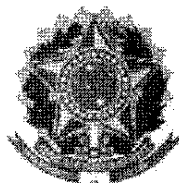
Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2010

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de janeiro de 2011, que não continha qualquer modificação.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS


Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC-1SP217532/O-6 S-RS



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|------------------|
| NOME..... | : WERNER KOHLER |
| REGISTRO..... | : RS-038534/O-2 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 421.602.270-72 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 20.03.2012 as 15:00:12.

Válido até: 19.04.2012.

Código de Controle: 114245.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2011 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o mínimo contratual de 275.000 t/mês ou 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoeletrica Presidente Médici – UPME, Fase A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. No entanto, problemas operacionais nas Fases A + B e de ajustes na Fase C limitaram este fornecimento durante todo o exercício, o que sem dúvida prejudicou o desempenho operacional da CRM. A Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento à UPME/CGTEE de 2.008.980 t , ou seja, aproximadamente 60% do programado.

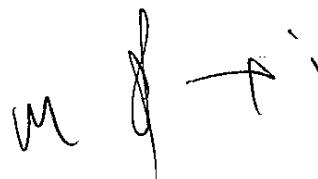
Na Mina do Leão, o fornecimento à Usina de São Jerônimo se manteve no mínimo contratual de 6.500 t/mês, durante todo o ano. Esta unidade passou por uma profunda revisão nos seu planejamento operacional em busca de uma maior rentabilidade, o que restringiu a oferta de seus produtos ao mercado por carvão termoeletrico no Estado de Santa Catarina.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

| TIPO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | VARIAÇÃO % 2011 / 2010 |
|--------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------------|
| CE 6300 | 1.843 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| CE 5500 | 17.156 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| CE 5200 | 2.421 | 44.704 | 50.053 | 53.277 | 12.195 | -77,11 |
| CE 4700 | 0 | 0 | 13.155 | 0 | 0 | 0,00 |
| CE 4500 | 20.319 | 30.168 | 15.433 | 8.002 | 942 | -88,23 |
| CE 4200 | 50.648 | 44.406 | 53.136 | 39.092 | 46.923 | 20,03 |
| CE 3300 | 1.816.958 | 1.636.709 | 1.661.920 | 1.699.102 | 2.000.466 | 17,74 |
| CE 5200* | 0 | 1.300 | 19.179 | 15.831 | 0 | -100,00 |
| CE 4200* | 0 | 0 | 1.615 | 643 | 2.301 | 257,85 |
| CE 5500* | 0 | 47.551 | 0 | 1.583 | 4.797 | 203,03 |
| ROM | 0 | 5.946 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| TOTAL | 1.909.345 | 1.810.784 | 1.814.491 | 1.817.530 | 2.067.624 | 13,76 |

*Carvões Finos



1.3.2. Produtividade

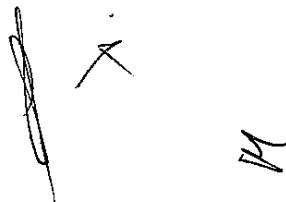
A produtividade do exercício de 2011 continuou sendo determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica- CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici - UPME no período. O cálculo mantém os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

| DESCRIÇÃO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Carvão Vendável (t/ano) | 1.909.345 | 1.810.784 | 1.814.491 | 1.817.530 | 2.067.624 |
| Total Homem/dia | 88.403 | 87.461 | 83.504 | 83.483 | 109.702 |
| PCV * (t/H/d) | 21,60 | 20,70 | 21,73 | 21,77 | 18,85 |

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:



| DADOS COMPARATIVOS DA CRM | | | | | |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| DESCRIÇÃO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Receita Bruta Anual | 90.544.305 | 92.549.022 | 97.557.110 | 105.861.897 | 149.481.715 |
| Receita Líquida Anual | 86.247.346 | 86.711.894 | 91.382.960 | 99.741.480 | 142.682.298 |
| Custos dos Prod. Vendidos | 53.904.599 | 53.418.346 | 61.954.381 | 67.641.658 | 78.520.447 |
| Resultado Bruto | 32.342.747 | 33.293.548 | 29.428.579 | 32.099.822 | 64.161.851 |
| Despesas Operacionais | 15.761.669 | 17.591.729 | 12.553.010 | 17.218.415 | 35.913.413 |
| Res. Oper. antes Res. Financ. | 16.581.078 | 15.701.819 | 16.875.569 | 14.881.407 | 28.248.438 |
| Resultado Financeiro | -10.719.645 | -11.160.605 | -12.608.717 | -13.168.955 | -43.031.041 |
| Resultado Operacional | 5.861.433 | 4.541.214 | 4.266.852 | 1.712.452 | -14.782.603 |
| Investimentos | 8.960.917 | 20.086.567 | 13.412.074 | 23.969.737 | 23.049.975 |
| Produção carvão ROM (t) | 1.894.849 | 1.886.063 | 2.013.187 | 2.015.205 | 2.207.739 |
| Pessoal Próprio | 356 | 348 | 344 | 401 | 402 |

Valores históricos em reais

| DADOS COMPARATIVOS DA CRM | | | | | |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| DESCRIÇÃO | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Receita Bruta Anual | 113.786.417 | 106.608.432 | 114.007.095 | 111.152.043 | 149.481.715 |
| Receita Líquida Anual | 108.386.458 | 99.884.467 | 106.791.866 | 104.725.776 | 142.682.298 |
| Custos dos Prod. Vendidos | 67.741.546 | 61.533.293 | 72.401.068 | 71.021.857 | 78.520.447 |
| Resultado Bruto | 40.644.912 | 38.351.274 | 34.390.797 | 33.703.919 | 64.161.851 |
| Despesas Operacionais | 19.807.583 | 20.264.143 | 14.669.686 | 18.078.856 | 35.913.413 |
| Res. Oper. antes Res. Financ. | 20.837.329 | 18.087.131 | 19.721.111 | 15.625.063 | 28.248.438 |
| Resultado Financeiro | -13.471.306 | -12.856.047 | -14.734.787 | -13.827.036 | -43.031.041 |
| Resultado Operacional | 7.366.023 | 5.231.084 | 4.986.324 | 1.798.027 | -14.782.603 |
| Investimentos | 11.261.124 | 23.137.980 | 15.673.605 | 25.167.556 | 23.049.975 |
| Produção carvão ROM (t) | 1.894.849 | 1.886.063 | 2.013.187 | 2.015.205 | 2.207.739 |
| Pessoal Próprio | 356 | 348 | 344 | 401 | 402 |

Valores em reais de 31/12/2011, com base na variação do IGP-DI/FGV.

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2011 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infra-estrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 23,0 milhões. Estes recursos são oriundos da própria geração de caixa da CRM.

1.6. Meio Ambiente

Foram mantidos e incrementados, no ano de 2011, os trabalhos de recuperação de áreas mineradas nas unidades mineiras da CRM. Destaque para o

avanço ocorrido na Mina de Candiota, onde foram recuperados 14 hectares a mais do que a área impactada no ano. Na Mina do Leão, a área São Vicente Norte também apresentou avanço significativo nas áreas recuperadas.

O viveiro de arbóreas nativas, implantado em Candiota, passou a abastecer com mudas as duas unidades mineiras da CRM.

A CRM recebeu da FEPAM, no final do ano, os Termos de Referência que irão permitir o início da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para as áreas da Jazida de Candiota na qual a CRM possui concessões de pesquisa e lavra.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços

| | | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | |
|-----------------------------------|-----------------------------|------------|------|--------|--------|--------|--------|
| MALHAS IV e VII (Candiota) | ÁREA IMPACTADA | 433 | 448 | 461 | 477 | 507 | |
| | RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA | 374 | 395 | 413 | 420 | 456 | |
| | RECUPERAÇÃO VEGETAL | 364 | 386 | 398 | 410 | 454 | |
| MALHA II (Candiota) | ÁREA IMPACTADA | 356 | 356 | 356 | 356 | 356 | |
| | RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA | 356 | 356 | 356 | 356 | 356 | |
| | RECUPERAÇÃO VEGETAL | 356 | 356 | 356 | 356 | 356 | |
| MALHA I (Candiota) | ÁREA IMPACTADA | 65 | 65 | 65 | 65 | 65 | |
| | RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA | 54 | 54 | 54 | 54 | 59 | |
| | RECUPERAÇÃO VEGETAL | 13 | 28 | 41 | 47 | 58 | |
| BOA VISTA (Leão) | ÁREA IMPACTADA | 41 | 41 | 41 | 41 | 41 | |
| | RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA | 20 | 26 | 26 | 26 | 26 | |
| | RECUPERAÇÃO VEGETAL | 15 | 15 | 21 | 21 | 21 | |
| SÃO VICENTE NORTE (Leão) | ÁREA IMPACTADA | - | 7 | 13 | 27 | 39 | |
| | RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA | - | 0 | 3 | 5 | 11 | |
| | RECUPERAÇÃO VEGETAL | - | 0 | 1 | 3 | 9 | |
| TOTAIS CRM | ÁREA IMPACTADA | Total | 895 | 917 | 936 | 966 | 1.008 |
| | | Incremento | | +2,45% | +2,07% | +3,20% | +4,34% |
| | RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA | Total | 804 | 831 | 852 | 861 | 908 |
| | | Incremento | | +3,36% | +2,53% | +1,06% | +5,46% |
| | RECUPERAÇÃO VEGETAL | Total | 748 | 791 | 817 | 837 | 898 |
| | | Incremento | | +5,75% | +3,29% | +2,45% | +7,29% |

ambientais, nos últimos cinco anos, nas unidades mineiras da CRM:

Obs. valores acumulados, em hectares.

1.7. Novos Empreendimentos

Embora prejudicadas pela não participação do carvão mineral no Leilão A – 5 realizado ao final de 2011 foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2012 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional.

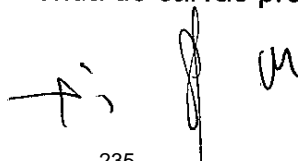
É a seguinte a situação dos demais empreendimentos que a CRM participa:

1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) – Mina de Candiota

A CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica é proprietária da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A e B, com capacidade instalada de 446 MW, localizada no município de Candiota (RS). Esta unidade geradora é abastecida com carvão mineral que a CRM produz na Mina de Candiota. Nos últimos anos foram consumidas, em média, 2 milhões de toneladas/ano de carvão CE-3300. Com sua participação no leilão de compra e venda de energia nova promovido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica em dezembro de 2005, a CGTEE viabilizou a implantação da Fase C da UPME, com capacidade de mais 350 MW de energia. Para prover todo o carvão que o complexo termelétrico passou a consumir (UPME Fases A + B + C), a partir de novembro de 2010, a Mina de Candiota aumentou sua capacidade de produção para 275.000 t/mês ou 3,3 milhões de toneladas/ano, o que representou um incremento em mais de 100%. Durante 2011, em função de problemas operacionais ocorridos na UPME, sua produção ficou limitada a pouco mais de 2 milhões de toneladas/ano.

1.7.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de “royalties” quando da venda do carvão produzido, bem como permitir



a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.7.3. Mina do Iruí

A CRM, durante 2011, continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoeletrica na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2011 esta Companhia procurou, através de ações nas Superintendências e nas diversas Gerências, alterar algumas políticas a fim de se adequar às diretrizes propostas pelo Governo do Estado, com o objetivo de cumprir metas, sempre aliadas à missão de pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado, visando, ao final de todo e qualquer processo o fortalecimento da Companhia como empresa pública.

Em primeiro lugar buscou-se a diminuição dos apontamentos dos órgãos auditores e fiscalizadores, diminuindo-se o fracionamento de compras, realizando-se treinamento interno inclusive com participação de agentes da CAGE e Tribunal de Contas do Estado, realizando-se auditoria em determinados contratos, aprimorando-se o controle dos contratos pelos gestores, entre outras ações.

Com vistas a diminuição de apontamentos também houveram diversas adequações internas na Companhia, como enquadramento de todos os veículos da empresa ao Decreto nº 45.571/10, formalização de uma política interna de patrocínios, com obediência aos termos do Decreto nº 48.188/11, instalação do relógio ponto em cumprimento à Portaria do Ministério Público do Trabalho, culminando na uniformização do ponto de todas as unidades da Companhia e,



ainda, uma determinação para que diminuísse consideravelmente a utilização da Carta Convite como modalidade licitatória.

Ainda, se buscou de forma bastante intensa aprimorar a política para desenvolvimento dos Recursos Humanos com vistas à valorização dos colaboradores, através da realização de Pesquisa de Satisfação, implantação do Programa de Treinamentos e Desenvolvimento, melhorias no local de trabalho, aperfeiçoamento das atividades de ginástica laboral, estudos sobre jornada de trabalho, negociação com os Sindicatos para readequações na política salarial da empresa nos acordos coletivos do trabalho, entre outros.

Além disso, houveram diversas ações visando a economia e racionalização de custos. Dentro desta meta encontram-se a redução da cota para utilização de celulares, a redução da concessão de patrocínios e a redução de veículos para viagem.

Na área da tecnologia da informação esteve em pauta a reformulação e modernização do site e da intranet, bem como uma melhor adequação e desenvolvimento de alguns módulos do sistema de ERP CIGAM.

Por fim, destaca-se que os esforços da Diretoria, juntamente com todo o corpo funcional, estão sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, na busca de melhorias para a Companhia e todo o Estado do Rio Grande do Sul.

1.9. Capitalização

Durante o exercício de 2011 a CRM negociou junto ao seu acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda/RS, um processo de capitalização dos créditos que o Estado detinha junto à CRM oriundos de avais honrados e juros sobre o capital próprio pendentes desde 2004 e sua respectiva atualização monetária. Em decorrência desta negociação, foram reconhecidas no balanço deste exercício, despesas financeiras no montante de R\$ 27,3 milhões, ocasionando um prejuízo contábil da ordem de R\$ 16,9 milhões. Este processo deverá ser finalizado durante o exercício de 2012, após a promulgação da respectiva Lei. Estas providências permitirão uma melhora significativa no perfil do Passivo Exigível da Companhia ao mesmo tempo em que aumentará seu Patrimônio Líquido

e, em decorrência, aumentará a base de cálculo do limite máximo para futuros pagamentos de juros sobre o capital próprio para seus acionistas, o que deverá ocorrer com o incremento de receita originário do fornecimento para a Usina Candiota III.

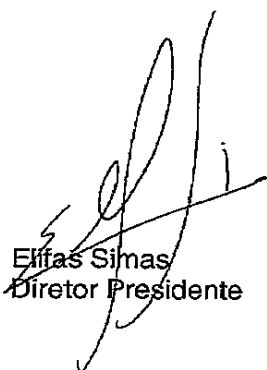
A capitalização também proporcionará melhores condições para a CRM captar recursos junto ao próprio Mercado de Capitais visando atender futuros investimentos atrelados a novos projetos termoeletricos em estudo na Jazida de Candiota.

1.10. Perspectivas

A crise energética vivida pelo país em 2001 mostrou claramente a necessidade de fontes complementares de energia elétrica, principalmente termelétrica, em um sistema essencialmente hidrelétrico, como o Sistema Interligado Nacional - SIN, de modo a regulá-lo. Este sistema, com base nos estudos realizados pela Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, continuará necessitando da expansão da geração termelétrica, ainda mais que significativa parte dos projetos de usinas hidrelétricas previstos não vem conseguindo obter o licenciamento ambiental necessário. Por sua vez, a Petrobrás informou aos empreendedores habilitados com projetos de usinas a gás no último leilão de energia nova A-5, realizado ao final de 2011, que não teria condições de garantir aos mesmos a oferta de suprimento do combustível necessário. Como fontes alternativas restam, portanto, além do carvão mineral, projetos de usinas eólicas e de biomassa, as quais não oferecem disponibilidade de energia firme. Outro fator importante a considerar por questões elétricas é a localização da Jazida de Candiota, no extremo sul do SIN. Esta situação geográfica permite uma geração elétrica com usinas térmicas a carvão em condições de propiciar uma maior segurança operacional e uma significativa redução de perdas elétricas na distribuição desta energia, além de favorecer uma possível exportação de energia aos demais países do extremo sul do continente. Assim, a fonte carvão, por ser disponível e nacional, portanto, sem o dispêndio de divisas e independente de questões políticas externas, deveria ser incentivada embora haja questões ambientais envolvidas. Dentro de uma perspectiva sustentável e não passional, usinas termoeletricas a carvão representam menos de 2% de um setor,

que como um todo, é responsável por 1,5% das emissões de gás carbônico (CO²) do país. A adoção de uma política racional para o carvão mineral nacional propiciará excelentes perspectivas futuras para a CRM em um horizonte não muito distante, já que é detentora dos direitos minerários das maiores e mais economicamente competitivas reservas de carvão do país.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2011



Elifas Simas
Diretor Presidente



Marcio Cairuga
Diretor Administrativo



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico



2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2011 e 2010

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'M' followed by a vertical line with a hook.

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| Ativo | 2011 | 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Circulante | 101.903 | 63.592 |
| Disponibilidades | 36.123 | 22.945 |
| Contas a receber de clientes | 12.123 | 11.858 |
| Demais contas a receber (nota 2.5.2.2) | 20.448 | 19.565 |
| Estoques (nota 2.5.3) | 13.654 | 8.825 |
| Despesas do exercício seguinte | 19.555 | 399 |
| Não Circulante | 251.994 | 234.601 |
| Realizável a longo prazo | 3.001 | 3.806 |
| Devedores por aquisição de imóveis | 26 | 18 |
| Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.4) | 2.975 | 3.788 |
| Investimentos (nota 2.5.5) | 54 | 54 |
| Custo | 4.026 | 4.026 |
| (-) Provisão para perda | (3.972) | (3.972) |
| Imobilizado (nota 2.5.6) | 248.939 | 230.741 |
| Custo | 404.289 | 381.634 |
| (-) Depreciação e exaustão acumulada | (116.474) | (112.017) |
| (-) Provisão para perda | (38.876) | (38.876) |
| Total | 353.897 | 298.193 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| Passivo | 2011 | 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Circulante | 100.926 | 56.939 |
| Fornecedores | 6.026 | 6.691 |
| Salários e encargos sociais | 2.527 | 1.217 |
| Impostos e contribuições sociais | 9.252 | 1.859 |
| Provisão para contingências (nota 2.5.9) | 2.340 | 447 |
| Demais contas a pagar (nota 2.5.7) | 21.897 | 6.535 |
| Juros sobre o capital próprio | 58.884 | 40.190 |
| Não Circulante | 139.455 | 110.299 |
| Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8) | 108.149 | 86.780 |
| Contribuição social | 111 | 535 |
| Provisão para contingências (nota 2.5.9) | 2.322 | 4.056 |
| Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.14) | 6.232 | 6.388 |
| Tributos federais a recolher (nota 2.5.10) | 22.641 | 12.540 |
| Patrimônio líquido | 113.516 | 130.955 |
| Capital social (nota 2.5.11.1) | 235.430 | 235.430 |
| Reserva de reavaliação (nota 2.5.11.3) | 12.169 | 12.472 |
| Prejuízos acumulados | (134.083) | (116.947) |
| Total | 353.897 | 298.193 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| | 2011 | 2010 |
|--|-----------------|-----------------|
| Receita bruta das vendas | 149.482 | 105.862 |
| (-) Impostos sobre vendas | (6.800) | (6.120) |
| Receita líquida de vendas | 142.682 | 99.742 |
| (-) Custo dos produtos vendidos | (78.520) | (67.642) |
| Lucro bruto | 64.162 | 32.100 |
| Despesas / Receitas operacionais | (35.040) | (17.219) |
| Comerciais | (1.430) | (1.090) |
| Gerais e administrativas | (20.410) | (17.910) |
| Outras despesas | (185) | (1.336) |
| Despesas indetutíveis | (17.580) | 0 |
| Outras receitas (nota 2.5.12 c) | 4.565 | 3.117 |
| Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras (nota 2.5.18) | 29.122 | 14.881 |
| Resultado financeiro líquido (nota 2.5.12 a/b) | (43.031) | (13.169) |
| Resultado do exercício antes da reversão da provisão | (13.909) | 1.712 |
| Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda | (13.909) | 1.712 |
| Contribuição social (nota 2.5.13) | (587) | 0 |
| Imposto de renda (nota 2.5.13) | (1.559) | 0 |
| Resultado antes da reversão dos juros sobre capital próprio | (16.055) | 1.712 |
| Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.11.2) | 0 | 1.712 |
| Participação dos empregados no Resultados das Operações (nota 2.5.19) | (874) | - |
| Prejuízo/Lucro líquido do exercício | (16.929) | 3.424 |
| Prejuízo/Lucro por lote de mil ações do capital social | (3,61) | 0,73 |



2.3. Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| | 2011 | 2010 |
|---|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo Líquido do Exercício | (16.929) | 3.424 |
| Ajustes: | | |
| Depreciações/Exaustões/Amortizações | 4.456 | 3.612 |
| Custo das baixas do ativo imobilizado | - | 902 |
| Juros e Variações Monetárias ativas | 108 | (121) |
| Juros e Variações Monetárias passivas | 34.139 | 16.641 |
| Reversão Provisão para contingências fiscais | (2.491) | (905) |
| Reversão Provisão para contingências trabalhistas | (446) | 122 |
| Provisão tributárias, Trabalhistas e outras | 3.097 | 511 |
| Provisão para impostos e contribuições sociais | 2.146 | 462 |
| Lucro líquido ajustado | 24.080 | 24.648 |
| Variações no ativo: | | |
| (Aumento) contas a receber de clientes | (265) | (2.925) |
| (Aumento) estoques | (4.829) | (723) |
| (Aumento) outras contas a receber | (17.918) | (4.012) |
| (Aumento)/Redução créditos tributários | (998) | 4.033 |
| Variações no passivo: | | |
| Aumento/(Redução) fornecedores | (665) | 2.829 |
| Aumento/(Redução) impostos e contribuições | 5.666 | (1.180) |
| Aumento contingências trab. e cíveis | - | 45 |
| Aumento contribuições sociais a recolher | 5.154 | - |
| Aumento outras contas a pagar | 15.605 | 3.187 |
| Aumento/(Redução) tributos parcelados de Longo Prazo para Curto Prazo | 5.171 | (447) |
| (Redução) Demais Contas exigível a longo prazo | (666) | (254) |
| | - | - |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 30.335 | 25.201 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Amortização de financiamentos | 5.924 | - |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | 5.924 | - |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Imobilizado | (23.081) | (23.969) |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | (23.081) | (23.969) |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 13.178 | 1.232 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 22.945 | 21.713 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 36.123 | 22.945 |

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi à seguinte:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>Variação</u> |
|----------------------------|---------------|---------------|-----------------|
| Disponibilidades | <u>36.122</u> | <u>22.945</u> | <u>13.177</u> |
| Caixa | 24 | 35 | (11) |
| Disponibilidades em bancos | 1.810 | 5.765 | (3.955) |
| Aplicações financeiras | 34.230 | 17.135 | 17.095 |
| Numerário em trânsito | 58 | 10 | 48 |

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2011

Em milhares de reais

| Saldos | Capital Social Subscrito | Reserva de Reavaliação | Prejuízos Acumulados | Total |
|--|--------------------------|------------------------|----------------------|----------------|
| Em 31 de dezembro de 2009-Ajustado | 235.430 | 12.784 | (119.131) | 129.083 |
| Realização da reserva de reavaliação | - | (472) | 472 | - |
| Realização tributos diferidos s/res.reaval | - | 160 | - | 160 |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | (1.712) | (1.712) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 3.424 | 3.424 |
| Em 31 de dezembro de 2010-Original | 235.430 | 12.472 | (116.947) | 130.955 |
| Ajuste de Exerc. Anteriores (nota 2.5.15) | - | - | (667) | (667) |
| Em 31 de dezembro de 2010-Ajustado | 235.430 | 12.472 | (117.614) | 130.288 |
| Realização da reserva de reavaliação | - | (460) | 460 | - |
| Realização tributos diferidos s/res.reaval | - | 157 | - | 157 |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | (16.929) | (16.929) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 235.430 | 12.169 | 134.083 | 113.516 |

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2. Demais Contas a Receber: R\$ 20.448 mil (R\$ 19.565 mil em 2010), compondo-se basicamente de:

- a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 2.455 mil (R\$ 1.818 mil em 2010), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE ocorrer com o imposto diferido;

- b) Adiantamento a Fornecedores - R\$ 40 mil (R\$ 25 mil em 2010);
- c) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 4.767 mil (R\$ 2.308 mil em 2010);
- d) Aplicações Caixa Único - R\$ 211 mil (R\$ 5.160 mil em 2010);
- e) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 10.996 mil (R\$ 8.702 mil em 2010).

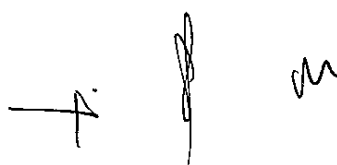
2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, esta avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|------------------------|----------------------|---------------------|
| Carvão | <u>8.842</u> | <u>4.956</u> |
| Produtos Acabados | <u>1.742</u> | <u>1.551</u> |
| Produtos em Elaboração | <u>7.100</u> | <u>3.405</u> |
| Almoxarifado | 4.812 | 3.869 |
| Total | <u>13.654</u> | <u>8.825</u> |

2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 2.975 mil (R\$ 3.788 mil em 2010), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósitos relativos aos processos nº. 2000.71.00.00.18583-1 - INSS, no valor de R\$ 964 mil (R\$ 964 mil em 2010) e nº. 98.00.324011 - 1ª. vara de execução fiscal, no valor de R\$ 0 mil (R\$ 44 mil em 2010);



- b) Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 916 mil (R\$ 1.525 mil em 2010);
- c) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2010).

2.5.5. Investimentos

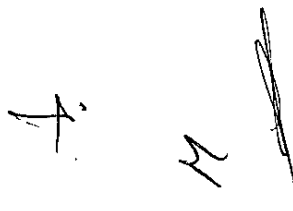
O valor total de R\$ 54 corresponde a: R\$ 10 em ações da subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 em ações e quotas noutras empresas e R\$ 21 em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.6. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. No exercício de 2011 a Companhia procedeu novamente à revisão da vida útil econômica dos bens existentes do ativo imobilizado atendendo a lei 11.638/07 de CPC 27 e CPC 04 revisto pela empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda. e ficou concluído que não houve mudança da vida útil das espécies e das taxas de depreciação atual.

a) Provisão para Perda

Conforme demonstrado a seguir, permanece com uma “Provisão para Perda com Ajuste a Valor de Mercado”, constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.



b) Demonstrativo do Imobilizado:

| ITENS | SALDO EM 2010 | ADIÇÕES | RECLASSIFICAÇÃO | TRANSFERÊNCIAS | DEPREC./EXAUSTÃO | SALDO EM 2011 | Taxas de depreciação anual em % |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------|------------------|-----------------|---------------------------------|
| Terrenos e Terras | 1.968 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.968 | 0 |
| Terrenos e Terras-Reaval. | 5.650 | | | | | 5.650 | 0 |
| Prédios de Uso/Residenciais | 10.273 | 0 | 0 | 18 | 0 | 10.291 | 0,03 a 6,81 |
| Prédios de Uso/Resid-Reaval. | 2.849 | | | | | 2.849 | 0,03 a 6,81 |
| Jazidas e Horto Florestais | 10.114 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.114 | 0,19 a 2,50 |
| Equip.de Produção | 95.150 | 11.331 | 0 | 0 | 0 | 106.481 | 0,06 a 100,00 |
| Equip.de Produção-Reaval. | 17.000 | | | | | 17.000 | 2,23 |
| Equip.de Manutenção | 2.383 | 41 | 0 | 0 | 0 | 2.424 | 0,11 a 13,31 |
| Equip.de Beneficiamento | 8.577 | 8 | 0 | 0 | 0 | 8.585 | 0,25 a 17,40 |
| Equip.de Escritório | 1.287 | 95 | 0 | 0 | 0 | 1.382 | 0,20 a 48,15 |
| Outros Equipamentos | 7.770 | 880 | 0 | 0 | 0 | 8.650 | 0,27 a 45,99 |
| Instalações | 17.441 | 14 | 0 | 0 | 0 | 17.455 | 0,10 a 6,67 |
| Outras Imobilizações | 481 | 0 | 0 | 0 | 0 | 481 | 3,71 a 100,00 |
| Bens em Operação | 180.943 | 12.369 | 0 | 18 | 0 | 193.330 | |
| Deprec./Exaustão Acumulada | (112.018) | 0 | 0 | 0 | (4.456) | (116.474) | 0 |
| Subtotal | 68.925 | 12.369 | 0 | 18 | (4.456) | 76.856 | |
| Imobilização em Andam. | 200.692 | 10.712 | (427) | (18) | 0 | 210.959 | |
| Direitos em Formação | 3.853 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.853 | 0 |
| Bens em Formação | 196.412 | 10.712 | 0 | (18) | 0 | 207.106 | 0 |
| Adiant.compras Permanente | 427 | 0 | (427) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Subtotal | 269.617 | 23.081 | (427) | 0 | (4.456) | 287.815 | |
| Ajustes a Valor de Mercado | (38.876) | 0 | 0 | 0 | 0 | (38.876) | 0 |
| Total | 230.741 | 23.081 | (427) | 0 | (4.456) | 248.939 | |

Foi reclassificado o valor de R\$ 427 mil de adiantamento para compras de ativo imobilizado do grupo permanente para o ativo circulante de 2010 para 2011.

O valor do imobilizado em formação refere-se, na sua maior parte, ao projeto em implantação da Mina do Leão II, que atualmente encontra-se arrendada pela CRM à Carbonífera Criciúma S/A.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de prejuízos acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

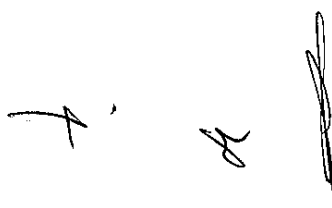
De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia realizou análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é recuperável, não havendo perda a ser registrada.

2.5.7. Demais Contas a Pagar: R\$ 21.897 mil (R\$ 6.535 mil em 2010), compondo-se basicamente de:

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 88 mil (R\$ 86 mil em 2010);
- b) Provisões para encargos sociais - R\$ 3.829 mil (R\$ 3.182 mil em 2010);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 544 mil (R\$ 503 mil em 2010);
- d) Adiantamento de clientes - R\$ 17.390 mil (R\$ 2.726 mil em 2010).

2.5.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.



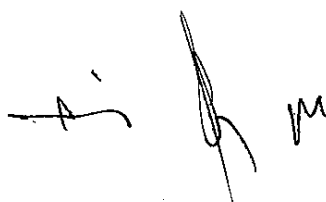
| | Taxa média anual de juros e comissões | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|--|-----------------------|----------------------|
| Moeda estrangeira - US\$ 145 mil - 2010 US\$ 146 mil - 2011 | Libor 3 meses + 0,8125 % a.a. | 274 | 241 |
| Moeda nacional | Tr-Selic + jr 1% | 107.875 | 86.539 |
| Total | | <u>108.149</u> | <u>86.780</u> |
| Exigível a longo prazo (50 parcelas) | | <u>108.149</u> | <u>86.780</u> |
| Total | | <u>108.149</u> | <u>86.780</u> |

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--------------|-----------------------|----------------------|
| 2012 | 25.956 | 20.829 |
| 2013 | 25.956 | 20.829 |
| 2014 | 25.956 | 20.829 |
| 2015 | 25.956 | 20.829 |
| 2016 | 4.325 | 3.464 |
| Total | <u>108.149</u> | <u>86.780</u> |

2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:



| Ações | Depósitos Judiciais | | Provisões | |
|------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Circulante | | | | |
| Fiscais | 0 | 0 | 2340 | 0 |
| Trabalhistas | 0 | 0 | 0 | 447 |
| Exigível a longo prazo | | | | |
| Trabalhistas | 377 | 537 | 1.009 | 635 |
| Fiscais | 964 | 1.009 | 14 | 2.506 |
| Cíveis | 0 | 0 | 1.299 | 915 |
| | <u>1.341</u> | <u>1.546</u> | <u>2.322</u> | <u>4.056</u> |
| Total | <u>1.341</u> | <u>1.546</u> | <u>4.662</u> | <u>4.503</u> |

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado de **R\$ 40.758 mil**, conforme processos nº. 11080-014.351/2008-37 e 11080-721.627/2010-51, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Ainda conforme entendimento de expectativa de êxito pela consultoria jurídica Sbaraini, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, no montante aproximado de R\$ 965.362 mil, conforme processo n 11.080.006.710/2004-59, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Foram provisionados os honorários de sucumbência contra a Companhia no valor de R\$ 2.340 mil, cuja origem é o processo nº 11080-007.266/2003-16 junto à PGFN, execução fiscal federal 2006.71.00.047343-7-RS.

2.5.10. Tributos Federais a Recolher: R\$ 22.641 mil (R\$ 12.540 mil em 2010)

Deste total, R\$ 22.488 mil (R\$ 12.347 mil em 2010) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

De acordo com o entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, tendo classificado o processo nº 11080-007.266/2003-16 junto à PGFN como perda provável, foi provisionado o restante da dívida em mais R\$ 13.545 mil (R\$ 12.087 mil em 2009) totalizando-se em 28.110 mil.

2.5.11. Patrimônio Líquido

2.5.11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 235.430 mil (R\$ 235.430 mil em 2010), representado por 4.693.999.235 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

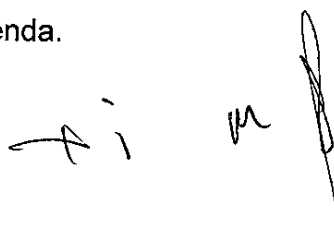
O capital autorizado é de R\$ 268.593 mil (R\$ 268.593 mil em 2010).

2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio

O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre o capital próprio fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reserva de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados, conforme Lei nº 9.249,95 (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996). No entanto, a Companhia apresentou no exercício de 2011 um prejuízo contábil de 16.929 mil.

2.5.11.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de R\$ 12.169 mil (R\$ 12.472 mil em 2010) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "A. i. m.", is located at the bottom right of the page.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, no montante de R\$ 460 mil (R\$ 472 mil em 2010).


2.5.12. Demonstração do Resultado

- a) Despesas Financeiras - R\$ 45.406 mil (R\$ 15.097 mil em 2010), tendo como valores mais significativos, R\$ 15.891 mil (R\$ 11.878 mil em 2010), correspondente a despesas c/financiamento permanente em moeda estrangeira e R\$ 29.215 mil correspondente a juros e atualizações monetárias.

Durante o exercício de 2011 a CRM negociou junto ao seu acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda/RS, um processo de capitalização dos créditos que o Estado detinha junto à CRM oriundos de avais honrados e juros sobre o capital próprio pendentes desde 2004 e sua respectiva atualização monetária. Em decorrência desta negociação, foram reconhecidas no balanço deste exercício, despesas financeiras no montante de R\$ 27.361mil. Este processo deverá ser finalizado durante o exercício de 2012, após a promulgação da respectiva Lei.

- b) Receitas Financeiras - R\$ 2.375 mil (R\$ 1.928 mil em 2010), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.527 mil (R\$ 1.860 mil em 2010), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;

- c) Outras Receitas - R\$ 4.565 mil (R\$ 3.117 mil em 2010), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R\$ 3.635 mil (R\$ 1.112 mil em 2010) e multa contratual - R\$ 2.131 mil (R\$ 1.921 mil em 2010) e a conta retificadora de PIS/COFINS - R\$ 1.218 mil (R\$ 1.921 mil em 2010);

2.5.13. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|-------------|-------------|
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 587 | 0 |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | 1.559 | 0 |


2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

| | Alíquota | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|------------------------------------|----------|---------------------|---------------------|
| Reserva de reavaliação | | 18.401 | 18.861 |
| Contribuição social | 9% | 1.656 | 1.697 |
| Imposto de renda | 15% | 2.760 | 2.829 |
| Adicional imposto de renda | 10% | 1.816 | 1.862 |
| Provisão impostos diferidos | | <u>6.232</u> | <u>6.388</u> |

2.5.15. Ajustes para fins de comparabilidade

O valor de (R\$ 328) mil corresponde aos processos trabalhistas, liquidados em 2010, assim como o valor de (R\$ 339) mil referentes a ajustes tributários, ambos não reconhecidos no respectivo exercício.



2.5.16. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.17. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|
| Plano de previdência complementar | 1.139 | 895 |

2.5.18. Mudança de Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia está apresentando uma nova Demonstração do Resultado comparativo de 2011/2010 onde estamos incluindo o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme CPC 26, Resolução do CFC nº 1185, item 82.

Dessa forma a demonstração do Resultado Financeiro Líquido que até as demonstrações anteriores, ou seja, comparativo 2010/2009 posicionava-se dentro das Despesas/Receitas Operacionais e antes do Lucro do exercício antes da reversão da provisão, atualmente encontra-se entre o Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras e o Lucro do exercício antes da reversão da provisão.



2.5.19. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

O montando a ser distribuído será de 3,00% (três por cento) do Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras – RO a/RFL positivo, no montante de R\$ 29.122 mil, sendo assim provisionados para fins de participação dos empregados no resultado (PLR) o valor de R\$ 874 mil, condicionados à aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Porto Alegre, 14 de março de 2012




ELIFAS MARIOM KERLLER SIMAS
Diretor Presidente
CPF N.º 252.982.750-87



MARCIO LOPES CAIRUGA
Diretor Administrativo
CPF N.º 882.422.180-72



EDUARDO MARTINS MEDEIROS
Diretor Técnico
CPF N.º 345.068.969-04



CINTIA MICHELOTTTO SCHEIN
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF N.º 763.863.410-15

3. Parecer dos Auditores Independentes

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE
31 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Eldorado do Sul, 09 de março de 2012.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM) é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Conhecimento que Gera Valor

| | | | |
|---------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Brasília - (61) 3321.5481 | Fortaleza - (85) 3264.0160 | Recife - (81) 3485.0036 | Porto Alegre - (51) 3342.5858 |
| Curitiba - (41) 3322.8284 | Salvador - (71) 3351.0060 | São Paulo - (11) 3810.2207 | Rio de Janeiro - (21) 2639.2988 |

www.Audilink.com.br

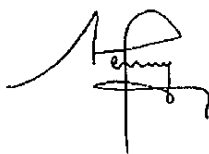
Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Companhia mantém conta credora no Imobilizado, no montante de R\$ 38.876 mil, oriundo de provisão para perda registrada em decorrência de avaliação patrimonial datada de 1997, do que os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Por indisponibilidade de indicação no relatório suporte do jurídico interno da Companhia, quanto à probabilidade individual de perda entre remota, possível e provável, não foi possível analisar a adequação das provisões Cíveis e Trabalhistas, no montante de R\$ 1.299 mil e R\$ 1.008 mil, respectivamente,

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS-23584/T/SP/S/RS

Conhecimento que Gera Valor

| | | | |
|---------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Brasília - (61) 3321.5481 | Fortaleza - (85) 3264.0159 | Recife - (81) 3486.0038 | Porto Alegre - (51) 3342.5858 |
| Curitiba - (41) 3322.8284 | Salvador - (71) 3361.6080 | São Paulo - (11) 3819.2207 | Rio de Janeiro - (21) 2539.2988 |

www.Audilink.com.br



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gácho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2011 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 09 de março de 2011, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente

Cleber Palma Domingues
CPF 406.044.540-15

Álvaro Rodrigo Wojciechowski da Silva
CPF 700.398.870-49

Vicente Paulo de Oliveira Selistre
CPF 508.301.980-91

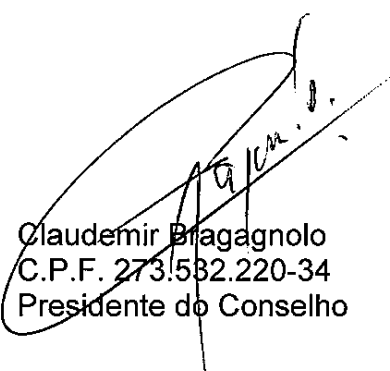


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Serviço Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social


MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2011, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

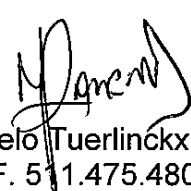
Porto Alegre, 14 de março de 2012.



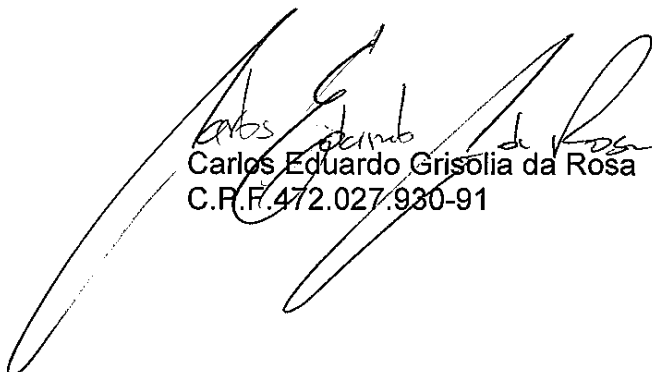
Claudemir Bragagnolo
C.P.F. 273.582.220-34
Presidente do Conselho



Elifas Mariom/Kerller Simas
C.P.F. 252.982.750-87



Marcelo Tuerlinckx Danéris
C.P.F. 511.475.480-72



Carlos Eduardo Grisolia da Rosa
C.P.F. 472.027.930-91

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|----------------------------|
| NOME..... | : CINTIA MICHELOTTO SCHEIN |
| REGISTRO..... | : RS-069410/O-0 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 763.863.410-15 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 19.03.2012 as 14:49:15.

Válido até: 18.04.2012.

Código de Controle: 114170.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

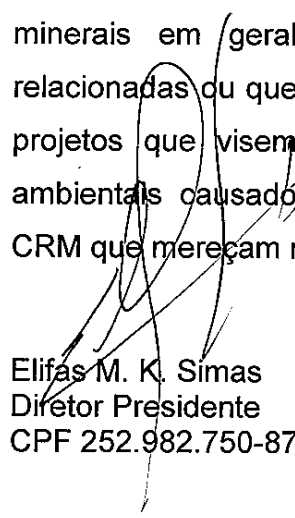
**Companhia Operadora
de Mineração
COM**

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2011

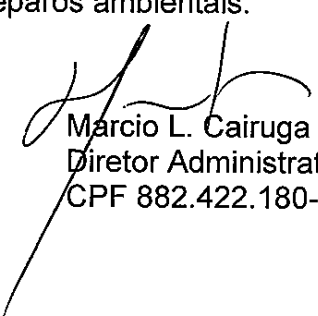
A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, constando valores somente no Balanço Patrimonial – Ativo e Passivo -, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, bem como destaca o que segue:

1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

2 - Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.



Elifas M. K. Simas
Diretor Presidente
CPF 252.982.750-87



Marcio L. Cairuga
Diretor Administrativo
CPF 882.422.180-72



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF 345.068.969-04

2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em reais

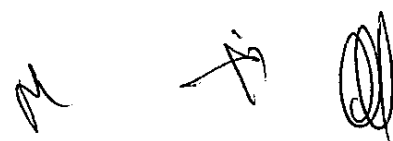
| Ativo | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|-----------------------|----------------------|----------------------|
| Circulante | <u>37.755</u> | <u>35.376</u> |
| Disponibilidade | 35.600 | 33.221 |
| Créditos Tributários | 2.155 | 2.155 |
| Não Circulante | | |
| Bens em Formação | <u>(11.919)</u> | <u>(9.540)</u> |
| Total | <u>25.836</u> | <u>25.836</u> |
| Passivo | | |
| Circulante | <u>15.836</u> | <u>15.836</u> |
| Outros Contas a pagar | 15.836 | 15.836 |
| Patrimônio Líquido | <u>10.000</u> | <u>10.000</u> |
| Capital Social | 10.000 | 10.000 |
| Total | <u>25.836</u> | <u>25.836</u> |

3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro
Em reais

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|------------------------|------------------------|
| Receita bruta das vendas | 0 | 0 |
| Impostos sobre vendas | 0 | 0 |
| Receita líquida de vendas | 0 | 0 |
| Custo dos produtos vendidos | 0 | 0 |
| Lucro (prejuízo) bruto | 0 | 0 |
| (Despesas) e receitas operacionais | <u>0</u> | <u>0</u> |
| Gerais e administrativas | 0 | 0 |
| Tributárias | 0 | 0 |
| Outras receitas operacionais | 0 | 0 |
| Resultado financeiro líquido | | |
| Resultado antes da contribuição social e imposto de renda | 0 | 0 |
| Contribuição social | | |
| Imposto de renda | | |
| Resultado líquido do exercício | <u><u>0</u></u> | <u><u>0</u></u> |

4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de Dezembro
Em reais

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|-------------|-------------|
| Saldo Inicial | 0 | 0 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 |
| Parcela de Lucros Incorporados ao Capital | 0 | 0 |
| Reversão de Reservas | 0 | 0 |
| Lucro (Prejuízos) Líquido do Exercício | 0 | 0 |
| Proposta da Administração de Destinação do Lucro | 0 | 0 |
| Saldo Final de Lucros (Prejuízos) Acumulados | 0 | 0 |



**5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.****5.1 – Contexto Operacional**

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

5.2 – Práticas Contábeis

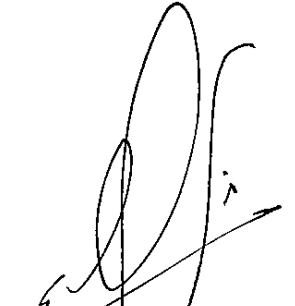
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam as disposições da legislação societária do país e Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os registros de sua constituição e despesas de manutenção administrativa estão contabilizados no ativo, Bens em Formação, face não ter a mesma entrado no ciclo operacional, até esta data. Também pelo mesmo motivo constam em conta retificadora do ativo, Bens em Formação, os rendimentos das aplicações financeiras; e o respectivo imposto de renda na fonte, no ativo circulante - créditos tributários.

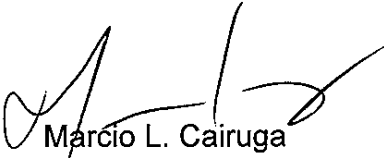
5.3 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pela Controladora

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração, através da Ata de Reunião de Diretoria nº 034/11 concordou por unanimidade com a proposição de efetuar um adiantamento para futuro aumento de capital em sua subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, no montante de R\$

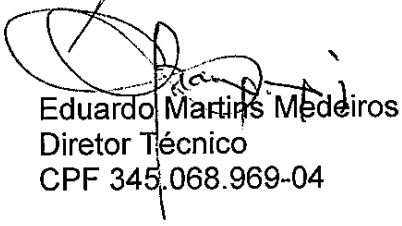
50.000,00 (cinquenta mil reais), como forma de prover meios ao cumprimento de seus compromissos fiscais perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego. A proposição será submetida à aprovação da próxima Assembléia Geral Ordinária da COM.




Elifas M. K. Simas
Diretor Presidente
CPF 252.982.750-87



Marcio L. Cairuga
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 882.422.180-72



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF 345.068.969-04

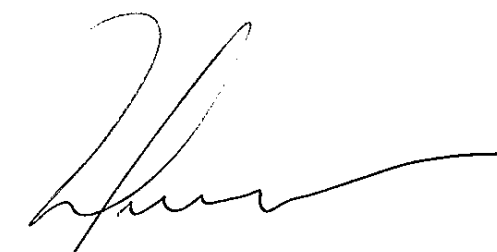


Cintia Michelotto Schein
Contador CRC/RS 44.941
CPF 763.863.410-15


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Operadora de Mineração – COM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei n.º 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I, II, do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, considerando a sua constituição em 27 de abril de 1998, e sem ter iniciado o ciclo operacional até esta data. Com base nesses exames e informações prestadas pela empresa, somos de opinião favorável às referidas peças, por atenderem às disposições estatutárias e legais, merecendo assim a sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 14 de março de 2012.



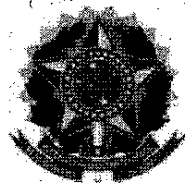
Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente



Cleber Palma Domingues
CPF 406.044.540-15



Vicente Paulo de Oliveira Selistre
CPF 508.301.980-91

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em
situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|----------------------------|
| NOME..... | : CINTIA MICHELOTTO SCHEIN |
| REGISTRO..... | : RS-069410/O-0 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 763.863.410-15 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que
posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal
Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 19.03.2012 as 14:49:15.

Válido até: 18.04.2012.

Código de Controle: 114170.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

| BALANÇO PATRIMONIAL | | |
|--|---------------------|---------------------|
| ATIVO | | |
| | 31/12/11 R\$ | 31/12/10 R\$ |
| CIRCULANTE | 4.531.408,14 | 3.873.885,89 |
| DISPONIBILIDADES | 2.087.289,13 | 1.832.515,56 |
| Caixa | 168.128,06 | 189.175,19 |
| Bancos | 1.874.997,90 | 1.602.128,66 |
| Aplicações de Liquidez Imediata | 44.163,17 | 41.211,71 |
| DIREITOS REALIZÁVEIS | 2.369.995,72 | 1.979.904,99 |
| Permissionários | 2.276.093,39 | 1.884.360,18 |
| (-) Provisão Perdas Recebimento Créditos | (47.547,89) | (8.859,30) |
| Estoques | 72.797,00 | 61.188,40 |
| Impostos a Recuperar | 23.034,50 | 32.989,30 |
| Outros Direitos | 45.618,72 | 10.226,41 |
| DESPEAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 74.123,29 | 61.465,34 |
| Premios de Seguros | 30.988,21 | 17.171,96 |
| Despesas Administrativas | 43.135,08 | 44.293,38 |
| NÃO CIRCULANTE | 4.842.944,48 | 5.136.260,19 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 189.557,25 | 157.414,96 |
| Permissionários | 12.616,70 | 0,00 |
| Depósitos Judiciais | 176.940,55 | 157.414,96 |
| INVESTIMENTOS | 23.543,15 | 23.543,15 |
| Participações | 23.543,15 | 23.543,15 |
| IMOBILIZADO | 4.629.844,08 | 4.955.302,08 |
| Custo Histórico Corrigido | 20.437.270,83 | 20.358.572,30 |
| (-) Depreciações Acumuladas | (15.807.426,75) | (15.403.270,22) |
| TOTAL ATIVO | 9.374.352,62 | 9.010.146,08 |

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

| BALANÇO PATRIMONIAL | | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| PASSIVO | | |
| | 31/12/11 R\$ | 31/12/10 R\$ |
| CIRCULANTE | 2.217.941,35 | 2.162.537,67 |
| Fornecedores | 944.397,45 | 952.432,14 |
| Ordenados e Salários a Pagar | 98.800,51 | 88.723,94 |
| Obrigações Sociais | 372.324,16 | 329.803,91 |
| Obrigações Tributárias | 356.033,46 | 324.560,06 |
| Provisões Constituídas | 287.242,60 | 343.812,96 |
| Outras Exigibilidades | 159.143,17 | 123.204,66 |
| NÃO CIRCULANTE | 2.603.655,79 | 2.656.508,90 |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 2.269.362,78 | 2.430.778,53 |
| Credores por Caução | 6.209,21 | 6.133,79 |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 1.746.963,97 | 1.671.884,50 |
| Provisões Constituídas | 516.189,60 | 752.760,24 |
| RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO | 334.293,01 | 225.730,37 |
| PATRIMONIO LIQUIDO | 4.552.755,48 | 4.191.099,51 |
| CAPITAL SOCIAL | 10.137.761,48 | 10.137.761,48 |
| Capital Subscrito | 11.288.105,48 | 11.288.105,48 |
| (-) Capital a Realizar | (1.150.344,00) | (1.150.344,00) |
| RESERVAS DE CAPITAL | 3.369.174,48 | 3.369.174,48 |
| PREJUÍZOS ACUMULADOS | (8.954.180,48) | (9.315.836,45) |
| TOTAL PASSIVO | 9.374.352,62 | 9.010.146,08 |

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | | |
|---|---------------------|---------------------|
| | 31/12/11 R\$ | 31/12/10 R\$ |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 8.340.182,79 | 7.847.067,49 |
| Serviços Prestados | 8.340.182,79 | 7.847.067,49 |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | (587.172,59) | (498.092,65) |
| Impostos Incidentes s/ receitas | 587.172,59 | 498.092,65 |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | 7.753.010,20 | 7.348.974,84 |
| LUCRO BRUTO | 7.753.010,20 | 7.348.974,84 |
| (+) RECEITAS OPERACIONAIS | 924.352,03 | 965.670,21 |
| Financeiras | 185.824,68 | 142.189,16 |
| Outras Receitas | 738.527,35 | 823.481,05 |
| (-) DESPESAS OPERACIONAIS | (8.288.271,96) | (8.000.570,11) |
| Pessoal | 3.934.110,27 | 3.786.574,10 |
| Gastos Gerais e Administrativos | 991.989,74 | 1.411.618,21 |
| Serviços e Seguros | 2.237.308,57 | 1.623.757,48 |
| Encargos, Impostos e Taxas | 134.537,31 | 70.464,37 |
| Depreciações e Amortizações | 404.156,53 | 382.268,99 |
| Financeiras | 221.177,90 | 222.223,18 |
| Provisões | (65.481,99) | 195.384,64 |
| Convênios | 293.872,87 | 274.972,67 |
| Outras Despesas | 136.600,76 | 33.306,47 |
| RESULTADO OPERACIONAL | 389.090,27 | 314.074,94 |
| RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ | 389.090,27 | 314.074,94 |
| (-) Provisão para Imposto de Renda | 16.882,65 | 64.342,41 |
| (-) Provisão para Contribuição Social | 10.551,65 | 32.585,31 |
| RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO | 361.655,97 | 217.147,22 |
| LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO | 0,032038677 | 0,019236817 |

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
|---|----------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------|
| DISCRIMINAÇÃO | CAPITAL SUBSCRITO | CAPITAL A REALIZAR | RESERVAS DE CAPITAL | LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS | TOTAL |
| SALDO EM 31.12.09 | 11.288.105,48 | (1.150.344,00) | 3.369.174,48 | (9.532.983,67) | 3.973.952,29 |
| INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL | | | | | 0,00 |
| SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL | | | | | 0,00 |
| AJUSTES EX.ANTERIORES | | | | | 0,00 |
| LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO | | | | 217.147,22 | 217.147,22 |
| SALDO EM 31.12.10 | 11.288.105,48 | (1.150.344,00) | 3.369.174,48 | (9.315.836,45) | 4.191.099,51 |
| INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL | | | | | 0,00 |
| SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL | | | | | 0,00 |
| AJUSTES EX.ANTERIORES | | | | | 0,00 |
| LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO | | | | 361.655,97 | 361.655,97 |
| SALDO EM 31.12.11 | 11.288.105,48 | (1.150.344,00) | 3.369.174,48 | (8.954.180,48) | 4.552.755,48 |

[Handwritten signatures]

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | | |
|---|------------------------|------------------------|
| | 31/12/11 RS | 31/12/10 RS |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO | 361.655,97 | 217.147,22 |
| AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO | | |
| Depreciações e Amortizações | 404.156,53 | 382.268,99 |
| Provisão Contingências Trabalhistas | (236.570,64) | 175.721,93 |
| Provisão Perdas Recebimento Créditos | 171.088,65 | 19.662,71 |
| AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO | | |
| Aumento/Redução Direitos Realizáveis | (390.090,73) | (267.976,74) |
| Aumento/Redução Despesas Pagas Antecipadamente | (12.657,95) | (1.191,26) |
| Aumento/Redução Realizável a Longo Prazo | (203.230,94) | 89.243,28 |
| Aumento/Redução Passivo Circulante | 55.403,68 | (49.084,54) |
| Aumento/redução Exigível Longo Prazo | 75.154,89 | 163.772,07 |
| Aumento/Redução Resultado Exercícios Futuros | 108.562,64 | (78.198,65) |
| CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 333.472,10 | 651.365,01 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Aquisições de Direitos do Imobilizado | (78.698,53) | (497.751,19) |
| CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (78.698,53) | (497.751,19) |
| GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA | 254.773,57 | 153.613,82 |
| SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES | 1.832.515,56 | 1.678.901,74 |
| SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES | 2.087.289,13 | 1.832.515,56 |

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011****NOTAS EXPLICATIVAS****NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas a Lei nº 9249/95, e com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas

Esta provisão foi constituída em função da média das despesas com indenizações trabalhistas ocorridas no exercício e multiplicada pelo número de processos em andamento, tendo como demanda 80 reclamações em 31/12/2011.

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

| CONTAS | Taxa depreciação | 2011 | 2010 |
|---------------------------|------------------|---------------|---------------|
| | % | RS | RS |
| Terrenos | 0 | 369.060,98 | 369.060,98 |
| Prédios e Urbanizações | 4 | 16.922.970,72 | 16.922.970,72 |
| Instalações | 10 | 1.198.578,00 | 1.178.838,95 |
| Veículos e Acessórios | 20 | 561.232,79 | 560.957,79 |
| Máq.Equipam.e Ferramentas | 10 | 482.436,10 | 458.881,61 |

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011****NOTAS EXPLICATIVAS**

| | | | |
|-----------------------------|----|-----------------|-----------------|
| Móveis e Utensílios | 10 | 379.800,20 | 375.316,20 |
| Equipamentos de Comunicação | 10 | 39.467,20 | 39.467,20 |
| Outras Imobilizações | 10 | 9.921,00 | 9.921,00 |
| Obras em Andamento | 0 | 7.789,35 | 0,00 |
| Direito Uso Software | 5 | 105.875,51 | 105.685,31 |
| Equipamentos de Informática | 20 | 360.138,98 | 337.472,64 |
| SOMA | | 20.437.270,83 | 20.358.572,30 |
| DEPRECIACÃO ACUMULADA | | (15.807.426,75) | (15.403.270,22) |
| VALOR RESIDUAL | | 4.629.844,08 | 4.955.302,08 |

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se a contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado é de R\$ 14.695.433,00. O Capital Social Integralizado está representado por 10.137.761 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

| ACIONISTAS | RS | % |
|--------------------------------------|----------------------|----|
| Estado do Rio Grande do Sul | 8.877.709,42 | 88 |
| Prefeitura Municipal de Porto Alegre | 1.153.636,10 | 11 |
| Outros | 106.415,96 | 1 |
| TOTAL | 10.137.761,48 | |

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

NOTA 9 - OUTRAS EXIGIBILIDADES

O Terreno no qual se encontra localizado o complexo Ceasa/RS foi integralizado como capital em 1970 na constituição da Empresa, mediante cessão e transferência para constituição e realização do capital, dos bens, direitos e ações investidas pelo Município de Porto Alegre e destinadas à implantação da Central de Abastecimentos, conforme escritura pública, firmada no livro 253-B, folhas 134/149, do 1º Tabelionato de Porto Alegre, sendo que até a presente data não houve averbação da referida cessão e transferência do bem no Registro de Imóveis.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre não cobrava da Ceasa/RS o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, porém em 29 de dezembro de 2009 a Empresa recebeu Auto de Lançamento nº 096/2009, notificando a Ceasa/RS que a mesma sofreu alterações cadastrais passando para a situação de tributado para fins de imposto predial, gerando lançamentos de IPTU para os exercícios de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, e partir de então emitindo cobranças dos anos posteriores, constando nas guias de cobrança IPTU/TCL como contribuintes a Ceasa/RS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sendo que o imóvel para efeitos legais não pertence a um terceiro, mas sim ao próprio Município de Porto Alegre acionista da CEASA/RS.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

NOTAS EXPLICATIVAS

A Ceasa/RS solicitou então um Parecer a PGE sobre o assunto, recebendo resposta publicada no Diário Oficial em 12 de novembro de 2010, sob nº 15.286, um expediente administrativo que emitiu um parecer com as seguintes alternativas: "a) enquanto o imóvel não for registrado em nome da CEASA, continua pertencendo ao Município, não sendo, pois, caso de cobrança de IPTU; b) ainda que da posse decorresse qualquer direito a satisfação do crédito tributário em tese para o Município, a atividade da CEASA, por corresponder a serviço público, torna o respectivo patrimônio imune à tributação; c) a incerteza jurídica poderá ser eliminada mediante ajuizamento de ação declaratória."

A Ceasa/RS solicitou também a Contadoria e Auditoria Geral do Estado parecer no que tange ao lançamento contábil no Balanço Patrimonial da CEASA/RS ou apresentar como Nota Explicativa, recebendo o Parecer de Informação CAGE/DAUD 022/2010 de 05/01/2011, no qual finaliza com: "Diante do exposto, ratificamos as conclusões exaradas pela PGE, bem como as recomendações emitidas por este Órgão de Controle Interno, por meio do Comunicado DAUD/CAGE 030/2010, que assim se manifestou: Dessa forma, tendo em vista os elevados valores questionados pela Prefeitura Municipal, os quais em princípio são questionáveis, e o seu provisionamento afetaria sobremaneira o resultado do exercício, recomendamos sejam os valores apenas declarados em notas explicativas por ocasião do encerramento do exercício, com apresentação do encaminhamento da alternativa adotada pela Administração da CEASA/RS para sanar o problema.

Assim, a CEASA/RS deverá proceder ao registro do montante relativo ao IPTU, como notas explicativas, conforme dispõe o art. 176, § 5º e incisos, da Lei 6.404/76 e suas alterações, que integrarão as Demonstrações Contábeis pertinentes ao encerramento do exercício 2010. Enfatizamos que o registro de outra forma implicará no reconhecimento de um débito que não constitui como líquido e certo para a Companhia. Para finalizar, com relação ao parecer que deverá ser emitido, pelo Conselho de Administração da CEASA/RS, sobre a adequação das Demonstrações Contábeis/2010, poderá aquele Conselho se assim entender, fazer a ressalva do valor relativo ao IPTU que constar em notas explicativas."

A Ceasa/RS solicitou novamente neste exercício um Parecer a PGE, que em 29/11/2011 recebeu o expediente nº 014561-15.00/09-0, com os seguintes Pareceres:

a) Parecer do Coordenador da Procuradoria Fiscal, Senhor Cristiano Xavier Bayne, que manifesta que "restam dois caminhos a serem trilhados, quais sejam: judicial ou político. No âmbito judicial, poder-se-ia ingressar com ação declaratória visando a imunidade da CEASA, em razão do serviço público desempenhado, ou mesmo discutir a cobrança do executivo fiscal, em sede de embargos a execução fiscal, com base na imunidade ou na própria confusão, já que o Município também é acionista da CEASA, o que não foi ventilado na defesa administrativa. Na seara política, seria interessante a celebração de acordo com o Município, mediante a concessão de isenção a CEASA, inclusive com efeitos retroativos, mediante o aumento da participação acionária do Município."

b) Parecer da Coordenadora das Assessorias Jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta, Senhora Georgine Simões Visentini, que se manifesta com os seguintes registros: "a) A discussão judicial dos créditos inscritos em dívida ativa que se encontram em fase de cobrança judicial é medida de rigor, para fins de suspender a exigibilidade dos créditos; b) É conveniente a negociação administrativa dos créditos relativos ao IPTU devido pela CEASA S/A ao Município de Porto Alegre e, sobretudo, a realização de tratativas de natureza política para obter provimento legislativo que isente a companhia do pagamento dos créditos vincendos; c) É recomendável, como medida apta a respaldar o administrador público, que o acordo administrativo a ser efetuado com o município seja previamente submetido ao exame de legalidade por esta Procuradoria-Geral do Estado, o que somente será possível quando restarem devidamente estabelecidos os seus termos e condições."

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011****NOTAS EXPLICATIVAS**

No exercício de 2011 após tratativas da Diretoria da Ceasa/RS e com os respectivos Secretários da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, da Secretaria Municipal da Fazenda e da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio restou construída uma composição administrativa para solucionar o contencioso desta dívida, na forma de capitalização de ações na Ceasa/RS pela Prefeitura de Porto Alegre e pelo Estado do Rio Grande do Sul, e trabalhar também o Projeto de Lei para imunidade e/ou isenção dos próximos exercícios.

Os Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria da Ceasa/RS são de opinião que no Balanço Patrimonial do exercício de 2011 esta dívida deverá ser apresentada novamente somente em Notas Explicativas tendo em vista o reflexo nas demonstrações contábeis, não constituindo tal desiderato uma obrigatoriedade de provisão para contingências tributárias.

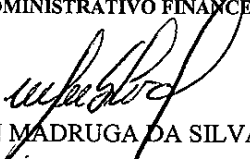
Os valores atualizados até a data de 31 de dezembro de 2011 arguidos pela Receita Municipal de Porto Alegre, estão assim constituídos:

| COMPETÊNCIA | LANÇAMENTO | VALOR (R\$) | | OBSERVAÇÃO |
|--------------|-------------|-------------------|---------------------|--------------|
| | | A VENCER | VENCIDO | |
| 2004 | 20096941078 | | 659.514,20 | Dívida Ativa |
| 2005 | 20096941086 | | 654.222,14 | Dívida Ativa |
| 2006 | 20096941094 | | 622.983,28 | Dívida Ativa |
| 2007 | 20096941108 | | 643.694,39 | Dívida Ativa |
| 2008 | 20096941116 | | 638.433,75 | Dívida Ativa |
| 2009 | 20095539543 | | 697.258,82 | Dívida Ativa |
| 2010 | 20105538021 | | 668.193,13 | Dívida Ativa |
| 2011 | 20115526956 | | 634.280,91 | |
| 2012 | 20125512664 | 594.674,73 | 0,00 | |
| TOTAL | | 594.674,73 | 5.218.580,62 | |

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2011.


LOTÁRIO JOSÉ VIER
PRESIDENTE


PAULO DE TARSO SANTANNA TAVARES
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


GERSON MADRUGA DA SILVA
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL

NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7 - CPF 204.550.030-68

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

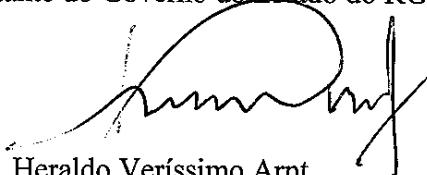
Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2011, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 15 de março de 2012.



Ivoy Vicentini
Presidente

Representante do Governo do Estado do RGS



Heraldo Veríssimo Arnt
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Gládir Rodrigues Amador
Representante do Governo do Estado do RGS



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A ceasa/RS
CEASA/RS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 16 de março de 2012.

Representante do Governo do Estado
Presidente

Elton Weber
Representante do Governo do Estado

Gervásio Plucinski
Representante do Governo do Estado

Valter Luis da Costa Nagelstein
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Evandro Finkler
Representante da Associação dos Produtores da CEASA/RS

Hermes Antonio Bitencourt
Representante da Associação dos Usuários da CEASA/RS

Cláudia Teresinha dos Santos
Representante da Associação dos Funcionários da CEASA/RS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|--------------------------------|
| NOME..... | : NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS |
| REGISTRO..... | : RS-037833/O-7 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 204.550.030-68 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 15.03.2012 as 15:49:21.

Válido até: 14.04.2012.

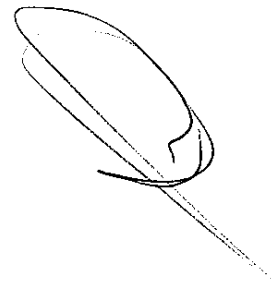
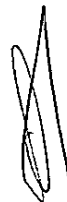
Código de Controle: 113993.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em reais)

| <u>ATIVO</u> | <u>Nota</u> <u>Explicativa</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <u>CIRCULANTE</u> | | <u>57.582.337,20</u> | <u>48.967.910,18</u> |
| DISPONIBILIDADES | 3.a | <u>2.460.709,12</u> | <u>4.787.170,65</u> |
| CAIXA E BANCOS | | 2.460.709,12 | 4.787.170,65 |
| CRÉDITOS | | <u>32.507.862,35</u> | <u>31.001.862,69</u> |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES | 3.b | 27.663.568,83 | 30.231.413,43 |
| PARCELAMENTO DE CLIENTES | | 0,00 | 4.969,21 |
| (-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA | 3.c | (486.380,57) | (2.257.532,99) |
| CRÉDITOS DE PESSOAL | 3.d | 1.119.581,16 | 1.055.813,11 |
| OUTROS CRÉDITOS | 3.e | 4.211.092,93 | 1.967.199,93 |
| ESTOQUES | | <u>21.907.765,28</u> | <u>12.413.326,32</u> |
| MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO | 3.f | 42.861,33 | 20.490,51 |
| MATERIAIS INDIRETOS | 3.f | 1.246.319,66 | 938.101,66 |
| SERVIÇOS EM ANDAMENTO | 3.g | 20.618.584,29 | 11.454.734,15 |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | | <u>706.000,45</u> | <u>765.550,52</u> |
| <u>NÃO CIRCULANTE</u> | | <u>25.880.671,30</u> | <u>26.700.599,70</u> |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | <u>3.018.430,65</u> | <u>2.329.501,32</u> |
| DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS | 3.h | 3.018.430,65 | 2.328.830,42 |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | | 0,00 | 670,90 |
| INVESTIMENTOS | 3.i | <u>151.388,40</u> | <u>151.388,40</u> |
| IMOBILIZADO | 3.j | <u>16.276.975,28</u> | <u>16.782.666,47</u> |
| INTANGÍVEL | 3.k | <u>6.433.876,97</u> | <u>7.437.043,51</u> |
| <u>TOTAL DO ATIVO</u> | | <u>83.463.008,50</u> | <u>75.668.509,88</u> |




BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em reais)


| <u>PASSIVO</u> | <u>Nota</u> <u>Explicativa</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <u>CIRCULANTE</u> | | <u>42.987.324,82</u> | <u>33.644.821,65</u> |
| FORNECEDORES | | 11.787.307,37 | 6.903.190,75 |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | | 8.971.083,37 | 7.446.459,82 |
| OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS | | 6.083.250,75 | 5.689.311,39 |
| PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS | | 11.279.923,00 | 9.608.998,94 |
| PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS | 6 | 675.300,36 | 650.433,00 |
| PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | 7 | 1.417.882,74 | 1.351.145,42 |
| PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS | 9.b | 1.591.932,84 | 1.000.000,00 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | 3.n | 1.180.644,39 | 995.282,33 |
| <u>NÃO CIRCULANTE</u> | | <u>1.698.486,73</u> | <u>3.194.530,87</u> |
| PARCELAMENTO CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS | 6 | 337.650,18 | 975.649,50 |
| PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | 7 | 708.941,37 | 2.026.718,11 |
| PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS | 9.b | 651.895,18 | 192.163,26 |
| <u>TOTAL DO PASSIVO</u> | | <u>44.685.811,55</u> | <u>36.839.352,52</u> |
| <u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | | | |
| <u>CAPITAL SOCIAL</u> | | <u>35.509.999,92</u> | <u>35.509.999,92</u> |
| CAPITAL SUBSCRITO | 8 | 36.440.000,00 | 36.440.000,00 |
| (-) CAPITAL A INTEGRALIZAR | | (930.000,08) | (930.000,08) |
| <u>RESERVAS DE CAPITAL</u> | | <u>7.863,68</u> | <u>7.863,68</u> |
| C.M. DO CAPITAL REALIZADO | | 7.863,68 | 7.863,68 |
| <u>RESERVAS DE LUCROS</u> | | <u>3.259.333,35</u> | <u>3.311.293,76</u> |
| RESERVA LEGAL | | 376.039,61 | 428.000,02 |
| RESERVA ESTATUTÁRIA | | 2.883.293,74 | 2.883.293,74 |
| <u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | | <u>38.777.196,95</u> | <u>38.829.157,36</u> |
| <u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | | <u>83.463.008,50</u> | <u>75.668.509,88</u> |


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

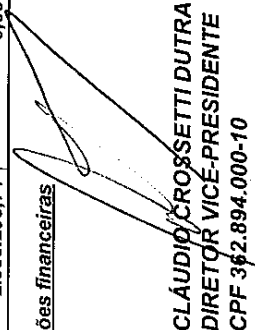
(Valores expressos em reais)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES | CAPITAL REALIZADO | RESERVA DE CAPITAL | | RESERVAS DE LUCROS | | LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|------------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------|--------------------|------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| | | RESERVA DO CAPITAL | C.M. | RESERVA LEGAL | RESERVA ESTATUTÁRIA | | |
| SALDO EM 31.12.2009 | 35.509.999,92 | | 7.863,68 | 428.000,02 | 4.406.009,95 | 0,00 | 40.351.873,57 |
| AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR | - | - | - | - | - | (2.183.526,11) | (2.183.526,11) |
| LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO | - | - | - | - | - | 660.809,90 | 660.809,90 |
| DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO: | | | | | | | |
| - RESERVA LEGAL | - | - | - | - | - | - | - |
| - RES. ESTATUTÁRIA | - | - | - | - | (1.522.716,21) | 1.522.716,21 | - |
| - RESERVA ESPECIAL | - | - | - | - | - | - | - |
| SALDO EM 31.12.2010 | 35.509.999,92 | | 7.863,68 | 428.000,02 | 2.883.293,74 | 0,00 | 38.829.157,36 |
| AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR | - | - | - | - | - | (214.119,29) | (214.119,29) |
| LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO | - | - | - | - | - | 162.158,88 | 162.158,88 |
| DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO: | | | | | | | |
| - RESERVA LEGAL | - | - | - | (51.960,41) | - | 51.960,41 | - |
| - RES. ESTATUTÁRIA | - | - | - | - | - | - | - |
| - RESERVA ESPECIAL | - | - | - | - | - | - | - |
| SALDO EM 31.12.2011 | 35.509.999,92 | | 7.863,68 | 376.039,61 | 2.883.293,74 | 0,00 | 38.777.196,95 |

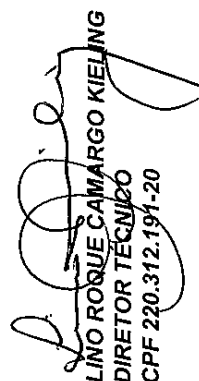
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



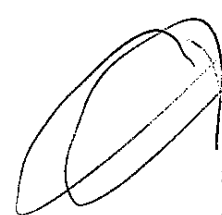
CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68



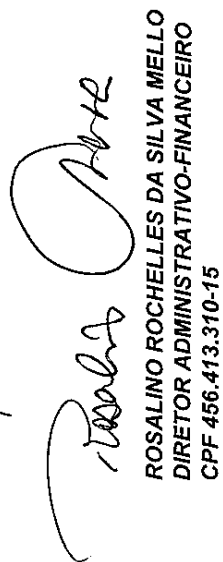
CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10



LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20



CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82




ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em reais)

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 183.705.094,20 | 170.274.790,99 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | (12.319.084,44) | (11.394.934,14) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 171.386.009,76 | 158.879.856,85 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | (123.902.126,02) | (114.710.371,30) |
| LUCRO BRUTO | 47.483.883,74 | 44.169.485,55 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | (44.509.766,53) | (43.266.087,68) |
| DESPESAS COM VENDAS | (4.492.069,60) | (3.939.797,26) |
| DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS | (39.692.243,31) | (39.527.190,59) |
| DESPESAS FINANCEIRAS | (497.100,99) | (746.389,66) |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 171.647,37 | 947.289,83 |
| OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | 635.906,16 | 997.354,17 |
| LUCRO OPERACIONAL | 3.610.023,37 | 1.900.752,04 |
| OUTRAS RECEITAS | 55.249,08 | 25.320,18 |
| OUTRAS DESPESAS | (19.807,60) | (17.888,82) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO | | |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 3.645.464,85 | 1.908.183,40 |
| IMPOSTO DE RENDA | (2.537.541,38) | (900.438,50) |
| CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (945.764,59) | (346.935,00) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 162.158,88 | 660.809,90 |
| Lucro por lote de mil ações | 1,05 | 4,30 |

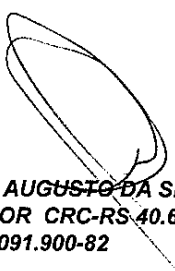
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.342.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL


Praça dos Açorianos s/nº - CEP 90010-340 - PABX (51) 3210.3100 - Fax (51) 3227.5177 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre - RS - BRASIL
INTERNET <http://www.procergs.com.br> E-MAIL procergs@procergs.com.br


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em reais)

| 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS | 2011 | 2010 |
|---|-----------------------|------------------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 162.158,88 | 660.809,90 |
| AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO: | | |
| DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO | 8.177.711,54 | 7.356.835,23 |
| DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - EXERCÍCIOS ANTERIORES | 110.250,00 | 295.790,48 |
| DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - OUTROS AJUSTES | (518,99) | (6.244,14) |
| PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS | 1.051.664,76 | 219.545,70 |
| PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | (1.771.152,42) | 113.740,32 |
| AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | (214.119,29) | (2.183.526,11) |
| LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO | 7.515.994,48 | 6.456.951,38 |
| VARIAÇÕES DO ATIVO | | |
| REDUÇÃO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES | 2.567.844,60 | 14.815.120,92 |
| REDUÇÃO PARCELAMENTO DE CLIENTES | 4.969,21 | 1.049.027,73 |
| REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | 59.550,07 | 169.871,13 |
| AUMENTO DOS ESTOQUES | (9.494.438,96) | (4.810.745,62) |
| AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS | (688.929,33) | (52.979,64) |
| AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER | (2.307.661,05) | 719.145,89 |
| VARIAÇÕES DO PASSIVO | | |
| AUMENTO DE FORNECEDORES | 4.884.116,62 | (5.927.226,19) |
| AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS | 2.096.427,34 | 1.544.911,43 |
| AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR | 153.798,14 | (847.567,25) |
| AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE E S/LUCRO | 2.464.004,81 | (657.415,99) |
| REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS | (939.381,26) | (1.961.830,33) |
| REDUÇÃO PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA | (613.131,96) | (563.397,66) |
| REDUÇÃO PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | (1.251.039,42) | (1.146.374,97) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 4.452.123,29 | 8.787.490,83 |
| 2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS | 21.346,59 | 72.151,47 |
| BAIXAS DE ATIVOS INTANGÍVEIS | 222.038,62 | 5.044,82 |
| COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS | (5.521.567,78) | (11.792.704,42) |
| COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS | (1.500.402,25) | (4.020.089,50) |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (6.778.584,82) | (15.735.597,63) |
| 3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | |
| PAGAMENTOS DE EMPRÉSTIMOS | - | (1.104.024,20) |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | - | (1.104.024,20) |
| REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | (2.326.461,53) | (8.052.131,00) |

| | 2011 | 2010 | VARIACÃO |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|
| CAIXA | 2.362,67 | 7.249,86 | -4.887,19 |
| BANCOS | 1.364.094,27 | 4.769.788,65 | -3.405.694,38 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC) | 1.094.252,18 | 10.132,14 | 1.084.120,04 |
| | 2.460.709,12 | 4.787.170,65 | (2.326.461,53) |

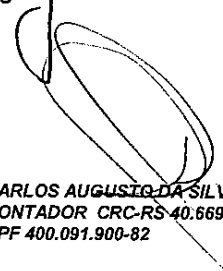
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.812.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria e Unidades Regionais nas cidades de Bagé, Cruz Alta e Santa Cruz do Sul, e suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Adicionalmente, presta serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e entidades privadas.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008 de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/09 e 1.285/10).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**(a) Disponibilidades**

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizadas pelo regime de competência.

(c) Provisão para Devedores Duvidosos

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que não seja controlador, controlada, coligada ou interligada com a

PROCERGS. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens à funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar (principalmente impostos), impostos a compensar, e outros créditos tais como bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia, encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição, inferiores aos valores do mercado.

(g) Serviços em Andamento

Nesta rubrica estão contabilizadas e demonstradas a valores históricos todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços, onde somente serão consideradas como custo, compondo o resultado do período, no momento em que seus respectivos faturamentos ocorrerem, objetivando dessa forma atender o princípio da competência.

(h) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes (Realizáveis a Longo Prazo)

São apresentados ao valor de sua realização, sendo que os Depósitos Judiciais referem-se a ações trabalhistas, para os quais constitui provisões no Passivo Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, Brasil Telecom S/A, Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/95. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/95.

(l) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real.

(m) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(n) Outras Obrigações

Neste item registramos os cauções de contratos recebidos pela Cia., os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeira (Barrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados à terceiros.

(o) Resultado do Exercício

É apurado em conformidade com o regime contábil obedecendo ao princípio da competência.

(p) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

4. Imobilizado

| Discriminação | Custo | Depreciação Acumulada | Líquido | Depreciação Anual |
|------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|
| Terrenos | 1.769.907,19 | --x-- | 1.769.907,19 | -- x -- |
| Prédios | 9.226.948,71 | 7.322.075,16 | 1.904.873,55 | 4% |
| Equip. de Produção | 39.620.652,07 | 34.184.584,00 | 5.436.068,07 | 40% |
| Equip. de Apoio | 3.213.291,20 | 1.318.973,90 | 1.894.317,30 | 20% |
| Instalações/Outros | 9.095.639,72 | 4.505.975,39 | 4.589.664,33 | 17% (1) |
| Benf. Prédios de Terc. | 978.124,24 | 295.979,40 | 682.144,84 | 20% |
| Totais | 63.904.563,13 | 47.627.587,85 | 16.276.975,28 | |

(1) Taxa Média

Em atendimento à Lei n.º 6.404/76 e suas atualizações, bem como o pronunciamento técnico CPC PME (Seção 18) aprovado pelas Resoluções CFC n.º

1.255/09 e 1.285/10, foi realizada a reclassificação do item "Programas de Computador" que pertencia ao grupo do Ativo Imobilizado para o grupo do Ativo Intangível.

A Companhia também avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo possa estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

5. Intangível

| Discriminação | Custo | Amortização Acumulada | Líquido | Amortização Anual |
|-------------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|-------------------|
| Programas de Computador | 16.906.052,07 | 10.480.187,83 | 6.425.864,24 | 20% |
| Direito Uso Telefone | 2.911,08 | --x-- | 2.911,08 | -- x -- |
| Marcas | 5.101,65 | --x-- | 5.101,65 | -- x -- |
| Totais | 16.914.064,80 | 10.480.187,83 | 6.433.876,97 | |

6. Parcelamento de Contribuições Previdenciárias

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

As parcelas de Longo Prazo em 31/12/11 têm a seguinte composição:

| Ano | Valor Anual |
|--------------|-------------------|
| 2013 | 337.650,18 |
| Total | 337.650,18 |

7. Parcelamento de Obrigações Tributárias

(a) PASEP

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, e adicionados de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

As parcelas de Longo Prazo em 31/12/11 têm a seguinte composição:

| Ano | Valor Anual |
|--------------|-------------------|
| 2013 | 223.056,17 |
| Total | 223.056,17 |

(b) PASEP - DÍVIDA ATIVA

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, e adicionados de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

As parcelas de Longo Prazo em 31/12/11 têm a seguinte composição:

| Ano | Valor Anual |
|--------------|-------------------|
| 2013 | 233.768,35 |
| Total | 233.768,35 |

(c) COFINS

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

As parcelas de Longo Prazo em 31/12/11 têm a seguinte composição:

| Ano | Valor Anual |
|--------------|-------------------|
| 2013 | 252.116,85 |
| Total | 252.116,85 |

8. Patrimônio Líquido - Capital Social

O Capital Social é composto de 153.718.535 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

| Acionistas | Tipo | Quantidade | % |
|--|------|--------------------|---------------|
| Estado do Rio Grande do Sul | ON | 151.547.598 | 98,59 |
| Brasil Telecom S/A | ON | 1.366.594 | 0,89 |
| CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento | ON | 431.557 | 0,28 |
| IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul | ON | 372.786 | 0,24 |
| Total das ações | | 153.718.535 | 100,00 |

A Companhia possui um saldo de Capital a Integralizar, remanescente da subscrição de ações em 07/12/94, na ordem de R\$ 930.000,08, conforme Boletim e Ata de Reunião do Conselho de Administração n.º 94/09, e processo 004398-24.89/98-0.

O valor patrimonial da ação em 31/12/11 é de R\$ 0,25.

9. Outras informações**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destacamos, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

| Objeto | Modalidade | Valor Segurado |
|--|---------------------------|----------------|
| Prédios, equipamentos, móveis e utensílios | Incêndio | 70.400.000,00 |
| Veículos | Colisão, incêndio e roubo | * Ver abaixo |
| Seguro de Vida em Grupo | Morte e invalidez | 16.035.000,00 |

*Valor de Mercado Referenciado pela tabela de referência do FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) utilizando-se o fator de ajuste de 100% (cem por cento) sobre o valor de cotação do veículo, na data de liquidação do sinistro (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

As atuais provisões contemplam as estimativas feitas pela Assessoria Jurídica Trabalhista, sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, sendo classificadas no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme a expectativa de desembolso.

- As ações trabalhistas estão representadas por 140 processos, movidos por ex-empregados e terceiros, abrangendo, principalmente, horas extras, FGTS e diferenças de salários.
- As ações cíveis estão representadas por 04 processos movidos por terceiros.

| Contingência | Curto Prazo | Longo Prazo |
|--------------|---------------------|-------------------|
| Trabalhista | 1.591.932,84 | 449.937,69 |
| Cíveis | - | 201.957,49 |
| Total | 1.591.932,84 | 651.895,18 |

(c) Plano Complementar de Aposentadoria e Pecúlio/Pensões

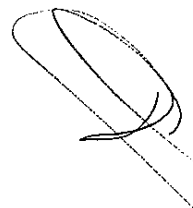
O Instituto Assistencial da PROCERGS – PROCIUS, é uma pessoa jurídica de direito privado, criada na forma de sociedade civil pela PROCERGS – Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade prestar assistência, promover o bem-estar social e suplementar a previdência oficial em favor dos empregados e dirigentes da mantenedora. A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.



10. Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os seguintes ajustes:

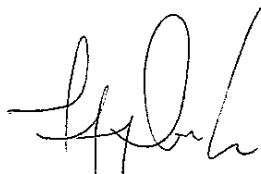
| Discriminação | Valor |
|---|---------------------|
| AJUSTES NEGATIVOS: | |
| • Valor notas fiscais ESPM, referente a despesa com treinamento exercício 2010..... | (128.174,40) |
| • Valor depreciação de bens adquiridos em 2006 e incluídos no patrimônio neste exercício..... | (110.250,00) |
| • Valor complemento auxílio doença s/13º salário lançado indevidamente como adiantamento no exercício de 2008..... | (39.015,99) |
| • Valor cancelamento diversas faturas SEFA, emitidas indevidamente em exercícios anteriores..... | (262.496,27) |
| • Valor acertos diversas faturas Processor Informática lançadas indevidamente no imobilizado em exercício anterior..... | (36.705,98) |
| Soma | (576.642,64) |
| AJUSTES POSITIVOS: | |
| • Valor crédito ICMS s/serviço de telecomunicação, exercício de 2010.... | 71.931,53 |
| • Valor ajuste saldo contas a receber de clientes..... | 290.591,82 |
| Soma | 362.523,35 |
| Total | (214.119,29) |



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através de análise dos Balancetes mensais e outros, a gestão econômico-financeira da entidade no exercício de 2011, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial e financeira da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2012.



ERWIN ERNST EDUARDO KRAUSE JUNIOR



JUAN ALBERTO BARBIERI CARVALHO



ANIGER LORENA RIBEIRO DE OLIVEIRA

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS

CNPJ 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

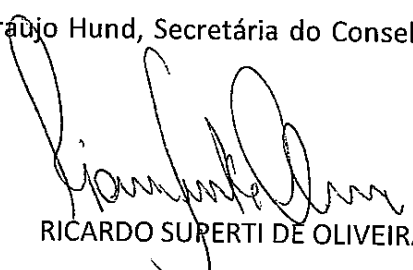
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N.º 2012/01

Aos treze dias do mês de março de 2012, às 16h, na Sala do Conselho da Sede da PROCERGS, reuniu-se o Conselho de Administração, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo e da Diretoria da PROCERGS, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Demonstração do Resultado do Exercício 2011; 2) Orçamento 2012; 3) Assuntos Gerais: a) Lançamento das Ações de 40 Anos PROCERGS; b) Mudança de endereço das Coordenadorias Regionais; c) Baixa Patrimonial; d) InfoViaRS. DELIBERAÇÕES: 1) O Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. Rosalino Mello, apresentou aos Conselheiros a Demonstração Contábil referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, que apresentou um lucro líquido no exercício antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social, sobre o Lucro Líquido, no valor de R\$ 3.645.464,85 (três milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), que deduzido do Imposto de Renda Pessoa Jurídica no valor de R\$ 2.537.541,38 (dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no valor de R\$ 945.764,59 (novecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), chegamos ao Lucro Líquido do Exercício de R\$ 162.158,88 (cento e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos). Em função dos ajustes de exercícios anteriores reconhecidos em 2011 sendo R\$ 362.523,35 (trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos), como ajuste positivo e R\$ 576.642,64 (quinhentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), como ajuste negativo, chegamos a um prejuízo contábil registrado no Patrimônio Líquido de R\$ 51.960,41 (cinquenta e um mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e um centavos), devidamente compensado com Reservas de Lucros, conforme determina a legislação e desta forma impossibilitando qualquer destinação. Os Conselheiros aprovaram as contas da Diretoria e as Demonstrações apresentadas. 2) O Diretor Rosalino também apresentou a previsão orçamentária da Companhia para 2012, no que tange às receitas, despesas e investimentos.

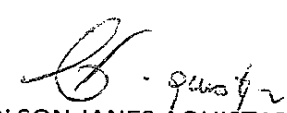
Em relação a definição dos recursos necessários para investimentos, foi deliberado que seja realizado uma avaliação e articulação junto ao núcleo do Governo. O restante dos itens do orçamento foram aprovados pelo Conselho. Ainda, o Diretor explicou que estão sendo realizados estudos tributários. Em janeiro do corrente ano foi adotado o benefício da Lei 12.546, que é a desoneração do INSS sobre a folha de pagamento, o que resultará na economia de R\$ 9,2 milhões ao ano. Ainda estão sendo analisadas a Lei do Bem, que incide sobre o pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social (a PROCERGS paga, em média, R\$ 2 milhões ano destes impostos), e a Lei 10.833, que incide sobre PASEP/COFINS, podendo, na sua adoção, a Companhia economizar R\$ 4,2 milhões por ano. 3) Em Assuntos Gerais foram tratados os seguintes assuntos: a) O Diretor-Presidente apresentou a Campanha de Lançamento das Ações de 40 Anos da PROCERGS. A PROCERGS, em 28 de dezembro deste ano completará 40 anos. Por tratar-se de um marco para a Companhia, serão realizadas diversas atividades durante o ano. Estão previstas mostras, palestras, concursos (ilustração, fotografia), inaugurações (galeria dos troféus e galeria dos ex-Presidentes), celebração de aniversário, entre outras ações. Inicialmente, todos os materiais de trabalho de 2012 (agenda/calendário/bloco, etc.) são alusivos aos 40 anos. Este material foi conceituado com o princípio da Inovação, um dos principais valores da atual gestão. Para realizá-lo, foram convidados quatro ilustradores, Fabiano Gummo, Ricardo Rocha, Romano Corá e Guilherme Dable, que expressaram o tema Inovação, através da visão artística que possuem. b) O Diretor Vice-Presidente, Sr. Cláudio Dutra, informou aos Conselheiros sobre a alteração de endereço da Coordenadoria da Regional de Santa Maria, devido à necessidade de mais espaço. A Coordenadoria Regional de Santa Maria teve seu endereço alterado em 12 de dezembro de 2011, mediante autorização da Diretoria, mudando-se para a Rua Serafim Valandro, 1735, Térreo, Centro, Santa Maria, RS, CEP 97.015-631. c) Os Conselheiros analisaram os processos de números 500-14.89/11-0 e 661-14.89/11-1, ambos referente a baixa patrimonial de mobiliários e equipamentos inservíveis, totalmente sucateados, sem qualquer possibilidade de recuperação e aproveitamento, que estão apenas ocupando espaço físico, gerando despesas de seguro, inventário e guarda. Os Conselheiros aprovaram o descarte dos bens relacionados nos respectivos processos. d) O Diretor-Presidente, Sr. Carlson Janes Aquistapasse, relatou aos Conselheiros as principais realizações do Projeto Infovia RS, de novembro de 2011 a março de 2012: - Implantação de infraestrutura para uso da fibra CEEE da região sul: Subestações Guaíba, Camaquã, Pelotas, Candiota e Bagé; - Implantação da transposição do Guaíba utilizando enlaces de rádio totalizando 400 Mbps; - Implantação de rede de fibra óptica e rádios próprios para comunicação na

região urbana de Bagé e Aceguá; - Instalação de infraestrutura para atendimento ao Projeto Santa Tecla da SEDUC – 23 escolas da região de Bagé e Aceguá; - Encaminhamento de contratos de compartilhamento de infraestruturas com SULGÁS, CEEE, ELETROSUL, TELEBRAS, TRENSURB, CGTEE, RNP, PROCEMPA e COINPEL; - Implantação de nove novos pontos de presença de rede em cidades do interior do RS. Nada mais havendo a tratar a reunião é dada por encerrada, sendo lavrada a presente ata, que após lida foi aprovada e assinada por mim, Jaiane Araújo Hund, Secretária do Conselho, e pelos Conselheiros presentes.

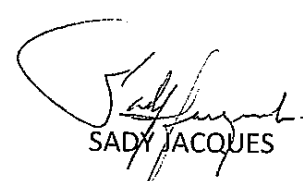

ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro de Administração


RICARDO SUPERTI DE OLIVEIRA
Conselheiro de Administração



MARCIA SCHÜLER
Conselheira de Administração

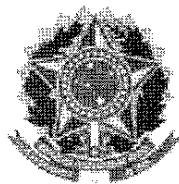

CARLSON JANES AQUISTAPASSE
Conselheiro de Administração


IRIA SALTON ROTUNNO
Conselheira de Administração (Suplente)


SADY JACQUES
Conselheiro de Administração


JAIANE ARAUJO HUND
Secretária do Conselho

Visto: 
PEDRO RUTHSCHILLING
OAB/RS 11.906

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|------------------------------------|
| NOME..... | : CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA |
| REGISTRO..... | : RS-040669/O-0 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 400.091.900-82 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 16.03.2012 as 14:13:07.

Válido até: 15.04.2012.

Código de Controle: 114072.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Saneamento
CORSAN**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submeto este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2011, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas. A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 26 de março de 1966 com o objetivo básico de fornecer melhor qualidade de vida e saúde à população com a preservação dos recursos hídricos.

Passados 45 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado, como braço estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao lado da Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, executando políticas públicas de saneamento básico.

O marco regulatório do saneamento básico, no Brasil, foi instituído pela Lei nº 11.445/07 e a partir daí, cada vez mais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da SEHABS e da CORSAN vem fortalecendo as implantações técnicas de planejamento e gestão corporativa, proporcionando uma série de melhorias e expandindo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços com 349 localidades na área de jurisdição de 322 municípios, onde atua nos serviços de abastecimento de água. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, a Companhia possui a concessão em 220 municípios.

Em 2011, ocorreu a saída litigiosa do município de Uruguai, que optou pela licitação para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, resultando na operação por empresa privada, e do sistema de São Francisco de Paula, cuja operação está a cargo do município.

Apesar desta mudança que vem gradativamente ocorrendo, a CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado, é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual, abrangendo a maioria dos sistemas e possuindo grande capacidade de geração de economia em escala, com variados níveis de complexidade da operação pelos diferentes aspectos geográficos das regiões.

A política econômica de subsídio cruzado é o que viabiliza o equilíbrio e a manutenção do mercado. Este equilíbrio é necessário para o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente aquelas menos desenvolvidas economicamente. No exercício de 2011, a política de gestão da Companhia voltou-se para a descentralização dos sistemas administrativos, operacionais e financeiros, sendo instaladas 10 superintendências nas regiões: Sul, Litoral, Metropolitana, Vale dos Sinos, Nordeste, Central, Pampa, Missões, Planalto e Fronteira. A divisão possibilitou o aumento da fiscalização das obras e investimentos, a qualificação da relação da Companhia com as administrações municipais, além de agilizar as soluções operacionais.

A Diretoria Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores foi desmembrada em duas diretorias, a Diretoria Administrativa e a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores.

Neste exercício, os serviços de abastecimento de água, prestados pela CORSAN, foram estendidos a 67.473 novas economias beneficiando aproximadamente 175 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 10.772 novas economias, beneficiando aproximadamente 29 mil pessoas.

| Variáveis Físicas e Financeiras | Unidade | 2011 | 2010 | % |
|---------------------------------|--------------|-----------|-----------|------|
| Total Economias Água | ECO | 2.371.494 | 2.344.690 | 1,1 |
| Total Economias Esgoto | ECO | 265.358 | 260.923 | 1,7 |
| Empregados em Atividade | Pessoas | 5.277 | 5.348 | -1,3 |
| Volume Disponibilizado | 1.000m³ | 501.129 | 509.555 | -1,7 |
| Receita Operacional Líquida | R\$ milhares | 1.558.910 | 1.576.992 | -1,1 |
| Custos dos Serviços | R\$ milhares | 905.212 | 1.003.414 | -9,8 |

Em prosseguimento ao desenvolvimento da gestão CORSAN, a Companhia incrementou uma sequência de ações voltadas às estratégias de inovação. Neste ano, com o intuito de reconhecimento de suas práticas de gestão, entrou a participação no Prêmio IGS (Inovação da Gestão em Saneamento). A Inovação da Gestão em Saneamento é uma categoria de premiação do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento, PNQS, que visa disseminar boas Práticas de Gestão para o setor de saneamento, desenvolvidas pelas organizações do setor.

A CORSAN participou do Prêmio de Responsabilidade Social 2011, tendo recebido um certificado durante a cerimônia realizada no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa. Instituído pela Lei estadual nº 11.440/2000, o Prêmio de Responsabilidade Social é promovido pelo Parlamento Gaúcho. A realização desse prêmio ocorre em parceria com entidades da Sociedade Civil representadas por uma Comissão Mista Organizadora. A Assembleia Legislativa objetiva com este prêmio incentivar, no âmbito das organizações riograndenses, a realização de projetos voltados para o bem-estar social e para a preservação do meio ambiente.

A CORSAN atua, também, em ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte da política de responsabilidade social corporativa, a Empresa apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

A CORSAN ocupa a 29ª posição na classificação das 50 maiores estatistas por vendas, conforme a Revista Exame (Edição Especial - Melhores e Maiores - p. 346 - julho 2011).

Referente aos números do setor de serviços, o indicador de rentabilidade está em 26,4%, colocando a Companhia em nível nacional no 8º lugar e em 3º lugar em nível estadual.

O indicador riqueza/emprego está em 112.127, ficando em 8º lugar no ranking de serviços de empresas nacionais e em 9º tratando-se de empresas de vários setores do Rio Grande do Sul, de acordo com a Revista Exame (Edição Especial - Melhores e Maiores - p. 505 e 538 - julho 2011).

O resultado do trabalho desenvolvido em conjunto com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS e o Ministério Público Estadual, vem de forma exitosa renovando os contratos de prestação de serviços com os municípios gaúchos, denominados Contratos de Programa, implementando, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a gestão associada dos serviços de saneamento básico.

O Governo do Estado, através da CORSAN, deu continuidade às obras e projetos financiados nos exercícios anteriores. O PAC1, cujo início se deu no ano de 2007, encontra-se em andamento com valores totais na ordem de R\$ 900 milhões, sendo R\$ 721 milhões de repasse e R\$ 87 milhões de contrapartida (valores originais dos contratos).

Referente ao PAC2, em 2011 foi realizada a contratação de R\$ 20,9 milhões em Estudos e Projetos para Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com recursos do OGU. Também foram contratados R\$ 367 milhões para investimentos em obras para Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário através desta mesma fonte de recurso.

| Programa | Próprio | Terceiros | Totais |
|-----------------------------|------------|------------|-------------|
| Abastecimento de Água | 19.268.218 | 18.518.633 | 37.784.857 |
| Esgotamento Sanitário | 35.228.535 | 58.145.825 | 93.374.362 |
| Desenvolvimento Comercial | 4.114.649 | - | 4.114.649 |
| Desenvolvimento Empresarial | 2.643.731 | - | 2.643.731 |
| Desenvolvimento Operacional | 8.847.229 | 4.025.955 | 12.873.083 |
| Totais | 70.102.362 | 80.688.319 | 150.790.682 |

Após o exercício de 2011, foi dado início aos procedimentos necessários para contratação de R\$ 132 milhões em obras (PAC2 Grupo 1), bem como R\$ 235 milhões (PAC2 Grupo 3), ambos financiados pelo BNDES. Também foram iniciadas as tratativas para obtenção de R\$ 25 milhões em Estudos e Projetos através da CEF (PAC2 Grupo 2) e, ainda, R\$ 73 milhões em obras (PAC2 Grupo 3) com recursos do OGU. A contratação desses recursos está prevista para o ano de 2012.

Em cada obra em andamento é prevista a realização de trabalho socioambiental, no qual o valor do investimento é estabelecido contratualmente com percentual mínimo entre 1,0% e 3,0% dos recursos destinados ao projeto. O percentual é definido de acordo com o porte do investimento, considerando o impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região de abrangência do projeto. A ação deve fazer parte do plano de trabalho, do Quadro de Composição do Investimento - QCI e do cronograma físico financeiro do Termo de Compromisso ou do Contrato.

A política empresarial e as ações se consolidam nas relações institucionais, as quais contemplam o avanço contínuo na tecnologia e excelência dos serviços, bem como, na estrutura logística colocada à disposição da comunidade gaúcha. Neste sentido, foram implementadas ações visando à redução de gastos comerciais, tendo como meta a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CORSAN, sujeito à legislação vigente e ao controle dos órgãos reguladores.

Para atendimento das metas estabelecidas pela Gestão, a política comercial está voltada para o controle e gerenciamento da inadimplência, redução da evasão de clientes para fontes alternativas de abastecimento, continuidade do Projeto de Computação Móvel CORSAN, através da implementação do Sistema Móvel de Cadastro, continuidade do Programa de Redução do Subsidio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda, continuidade do Programa de Otimização da Medição e atualização dos Indicadores de Eficiência Comercial.

No ano de 2011, atingiu-se o índice médio de hidrometragem na Companhia, de 99,65%, através da instalação de medidores. Na gestão do capital humano, foi consolidada uma política de recursos humanos que contemplou a contratação de novos funcionários, desenvolvimento funcional, crescimento na carreira e desligamento voluntário.

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela Excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2011.

A Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|
| | Nota Explicativa | 2011 | 2010 |
| CIRCULANTE | | 364.393 | 298.151 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 76.665 | 33.396 |
| Aplicações financeiras | 5 | 16.923 | 23.136 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 222.888 | 187.240 |
| Estoques | 7 | 34.431 | 37.805 |
| Outros créditos | 9 | 13.686 | 16.574 |
| NÃO CIRCULANTE | | 2.316.488 | 2.160.952 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 678.424 | 645.593 |
| Depósitos judiciais | 20 | 156.369 | 126.902 |
| Aplicações no caixa único do Estado | | 176 | 8.019 |
| Ativos financeiros - contratos de concessão | 10 | 393.852 | 368.890 |
| Créditos fiscais diferidos | 8 | 120.212 | 134.618 |
| Outros créditos | 9 | 7.815 | 7.164 |
| INVESTIMENTOS | 11 | 811 | 811 |
| IMOBILIZADO | 12 | 84.064 | 91.051 |
| INTANGÍVEL | 13 | 1.553.169 | 1.423.497 |
| TOTAL ATIVO | | 2.680.861 | 2.459.103 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | Nota Explicativa | 2011 | 2010 |
| CIRCULANTE | | 366.388 | 368.236 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 85.876 | 85.848 |
| Fornecedores | 16 | 87.487 | 113.836 |
| Impostos e contribuições | | 33.204 | 25.899 |
| Impostos e contribuições - parcelamentos | 17 | 1.170 | 1.132 |
| Dívidas com Fundação CORSAN | 23.b | 19.629 | 21.253 |
| Ordenados, lônias e encargos a pagar | | 42.351 | 35.281 |
| Participação nos resultados | | 26.758 | 20.087 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | | 74.679 | 54.136 |
| Outros débitos | 18 | 15.224 | 10.764 |
| NÃO CIRCULANTE | | 1.200.246 | 1.341.228 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 311.578 | 338.058 |
| Fornecedores | 16 | 13.342 | 19.727 |
| Impostos e contribuições - parcelamentos | 17 | 390 | 1.509 |
| Dívidas com Fundação CORSAN | 23.b | 131.399 | 139.131 |
| Contratos de repasse do OGU | 19 | - | 121.601 |
| Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas | 20 | 263.820 | 220.896 |
| Provisão para benefício pós-emprego | 21 | 467.649 | 492.274 |
| Débitos fiscais diferidos | 8 | 12.068 | 7.633 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.079.048 | 749.638 |
| Capital social | | 657.351 | 503.842 |
| Reservas de capital | | 17.148 | 17.148 |
| Reservas de lucros | | 313.288 | 153.399 |
| Outros resultados abrangentes | | 91.261 | 75.249 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 15.179 | - |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | 22 | 1.094.227 | 749.638 |
| TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2.680.861 | 2.459.103 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota Explicativa | 2011 | 2010 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS | 24 | 1.558.910 | 1.572.992 |
| Custos das vendas, serviços e de construção | 25 | (905.212) | (1.003.414) |
| LUCRO BRUTO | | 653.698 | 573.578 |
| Despesas comerciais | 25 | (56.076) | (66.333) |
| Despesas administrativas | 25 | (270.425) | (213.881) |
| Outras receitas operacionais | | 2.413 | 2.516 |
| Outras despesas operacionais | | (5.793) | (4.836) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | - | 907 |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | 26 | 4.938 | (8.938) |
| Receitas financeiras | | 74.901 | 57.236 |
| Despesas financeiras | | (69.963) | (66.120) |
| LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA | 8.a | 328.813 | 283.067 |
| Contribuição social | | (28.206) | (19.049) |
| Imposto de renda | | (54.920) | (40.136) |
| Contribuição social diferida | | 1.968 | (3.836) |
| Imposto de renda diferido | | (16.373) | (22.351) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 231.280 | 197.693 |
| LUCRO LÍQUIDO - BÁSICO E DILUIDO - POR AÇÃO (em reais) | | 0,43521 | 0,48535 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 | | |
|--|-----------|-----------|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | |
| | 2011 | 2010 |
| Receitas | 1.889.883 | 1.682.952 |
| Vendas de mercadorias e serviços | 1.522.934 | 1.392.837 |
| Receitas de construção | 179.628 | 316.127 |
| Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição | (12.569) | (26.857) |
| Outras receitas | (110) | 845 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (575.690) | (714.022) |
| Custos dos serviços | (478.784) | (604.199) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (98.140) | (109.386) |
| Outros | 1.234 | (437) |
| Valor adicionado bruto | 1.114.193 | 968.930 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 64.804 | 50.591 |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 1.049.389 | 918.339 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 77.319 | 59.698 |
| Receitas financeiras | 74.901 | 57.238 |
| Equivalência patrimonial | - | 907 |
| Doações e subvenções | 2.418 | 1.555 |
| Valor adicionado total a distribuir | 1.126.708 | 978.037 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | 480.356 | 415.512 |
| Remuneração | 370.266 | 274.575 |
| FGTS | 20.548 | 18.918 |
| Benefícios | 89.496 | 82.610 |
| Fundo de previdência | 10.046 | 41.409 |
| Impostos, taxas e contribuições | 315.944 | 279.835 |
| Federal | 310.479 | 276.785 |
| Estadual | 4.374 | 2.333 |
| Municipal | 1.091 | 717 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 89.129 | 84.997 |
| Despesas financeiras | 69.963 | 66.120 |
| Aluguéis | 19.165 | 18.877 |
| Remuneração de capitais próprios | 231.230 | 197.893 |
| Juros sobre o capital próprio | 38.886 | 49.702 |
| Dividendos propostos | 15.493 | 3.051 |
| Lucros retidos | 175.901 | 17.767 |
| Compensação de prejuízos | - | 128.173 |
| Total do valor adicionado distribuído | 1.126.708 | 978.037 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 | | |
|--|-----------|-----------|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | |
| | 2011 | 2010 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 328.813 | 283.067 |
| Ajustes para reconciliação: | | |
| Depreciação e amortização | 64.804 | 50.591 |
| Equivalência patrimonial | - | (907) |
| Baixa de intangível e imobilizado | 1.658 | 116 |
| Provisão para devedores duvidosos | 12.569 | 26.829 |
| Provisão para contingências | 36.811 | 13.456 |
| Provisão para benefício pós-emprego | (24.624) | (33.602) |
| Juros e variações monetárias | 42.373 | 24.192 |
| Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros | (25.298) | (17.151) |
| Margem na construção de obras - contratos de concessão | (7.022) | (10.904) |
| Imposto de renda e contribuição social - pagos | (83.128) | (59.185) |
| Provisão para tributos diferidos | 4.236 | 26.718 |
| Lucro líquido ajustado | 351.192 | 303.019 |
| Variações no ativo: | | |
| Aumento de contas a receber de usuários | (48.017) | (11.481) |
| Redução (aumento) de estoques | 3.373 | (2.013) |
| Aumento de depósitos judiciais | (29.467) | (1.719) |
| Redução de rendimentos SIAC | 7.843 | 20.259 |
| Redução (aumento) de outros créditos | 8.688 | (7.094) |
| Variações no passivo: | | |
| Redução (aumento) de fornecedores | (35.414) | 9.922 |
| Aumento de impostos e contribuições | 6.855 | 947 |
| Redução de impostos e contribuições - parcelamentos | (1.151) | (15.384) |
| Redução de dívidas com Fundação CORSAN | (25.810) | (11.949) |
| Aumento de férias e encargos a pagar | 132 | 3.073 |
| Aumento de participação nos resultados | 6.672 | 2.361 |
| Aumento (redução) de outros débitos | 11.493 | (596) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | 256.589 | 289.345 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento: | | |
| Aplicações financeiras | 6.213 | (23.136) |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | (8.785) | (23.339) |
| Custos de construção - contratos de concessão | (172.606) | (305.223) |
| Outras aquisições/reclassificações intangível | 16.745 | - |
| Reinvestimento de dividendos propostos pela controlada | - | (298) |
| Caixa líquido das atividades de investimento | (156.433) | (353.996) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento: | | |
| Empréstimos e financiamentos - captação | 43.337 | 76.045 |
| Empréstimos e financiamentos - pagamento | (112.140) | (84.861) |
| Contratos de repasse do OGU | 46.887 | 66.042 |
| Dividendos/Juros sobre o capital próprio - pagamento | (34.971) | (17.608) |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | (56.867) | 39.818 |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa incorporados | - | 1.395 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 43.269 | (23.438) |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 76.665 | 33.396 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 33.396 | 56.834 |
| Variação de caixa e equivalentes de caixa | 43.269 | (23.438) |
| Itens que não afetam caixa (Nota 2.1) | 2011 | 2010 |
| Incorporação de contas a receber | - | 1.042 |
| Incorporação de estoques | - | 1.472 |
| Incorporação de outros créditos | - | 444 |
| Incorporação de imobilizado | - | 8.935 |
| Incorporação de passivos | - | (1.193) |
| Incorporação de impostos diferidos | - | (2.597) |
| Aumento de capital com créditos | 153.509 | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 | | | | | | | | | | |
|---|---------------------|---------------------|---|---------------|----------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|--|
| (Valores expressos em milhares de reais) | | | | | | | | | | |
| Nota Explicativa | RESERVAS DE CAPITAL | | | | RESERVAS DE LUCROS | | | | ADTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL |
| | CAPITAL SOCIAL | AUXÍLIOS PARA OBRAS | DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS | RESERVA LEGAL | RESERVA DE LUCROS FISCALIS | RESERVA DE LUCROS DE LUCROS | OUTROS RESULTADOS ABRAÇANTES | LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS | TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO | |
| Saldo em 2009 | 503.842 | 9.262 | 7.886 | 18.592 | 78 | 106.471 | 85.740 | (128.173) | 603.698 | 603.698 |
| Realização da reserva de reavaliação | - | - | - | - | - | - | (10.491) | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 197.693 | 197.693 | 197.693 |
| Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | (48.702) | (48.702) | (48.702) |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | (3.051) | (3.051) | (3.051) |
| Constituição de reservas | - | - | - | 9.885 | - | 18.373 | - | (28.258) | - | - |
| Saldo em 2010 | 503.842 | 9.262 | 7.886 | 28.477 | 78 | 124.844 | 75.249 | - | 749.638 | 749.638 |
| Integralização de capital | 153.509 | - | - | - | - | - | - | - | 153.509 | 153.509 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | 15.179 | 15.179 |
| Reserva de reavaliação | - | - | - | - | - | - | 16.012 | (16.012) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 231.280 | 231.280 | 231.280 |
| Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | (38.886) | (38.886) | (38.886) |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | (16.493) | (16.493) | (16.493) |
| Constituição de reservas | - | - | - | 11.584 | 31 | 148.284 | - | (159.888) | - | - |
| Saldo em 2011 | 657.351 | 9.262 | 7.886 | 40.061 | 109 | 273.138 | 81.261 | - | 1.079.048 | 1.094.227 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios que a Companhia compete e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficiência das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está autorizada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator

determinante.
Visa à sustentabilidade econômica e à integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. Atua em 322 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 41 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Na maioria dos municípios as operações decorrem de Contratos de Concessão. Atualmente há 222 contratos nesta modalidade, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Acerca dos Contratos de Concessão há 34 cujos prazos expiram em 31 de dezembro de 2011, sendo que todos estão em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Concessão previstos na legislação específica.
A Companhia não possui Contratos de Concessão que sejam onerosos.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A autorização para conclusão destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 12 de março de 2012.

Demonstrações financeiras consolidadas:

Em 29 de outubro de 2010, a controlada integral Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL foi incorporada pela CORSAN, consequentemente as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado de 2010 deixaram de ser apresentadas. A controladora e a controlada adotaram as mesmas práticas contábeis.

Reclassificação das demonstrações financeiras de 2010:

A Companhia passou a apresentar o imposto de renda e a contribuição deferida de forma líquida no balanço patrimonial. Desta



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

forma, o saldo de passivo diferido em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$186.270, apresentado para fins de comparação, foi reclassificado para o ativo.

2.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.3) Ativos financeiros - contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a favor do poder concedente (município) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado, é calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.5) Estoques

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição que não excede o custo de realização. Provisão para perdas é registrada com base na expectativa de perda por avanços ou obsolescência.

2.6) Investimentos

A participação na empresa controlada foi avaliada pelo método de equivalência patrimonial, até a data da sua incorporação em 28 de outubro de 2010, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Os demais investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.7) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados a concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado são avaliados pelo custo menos depreciação ou consumo por aquisição ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

| | |
|----------------------|---------|
| • Edifícios | 25 anos |
| • Máquinas | 10 anos |
| • Veículos | 5 anos |
| • Demais bens móveis | 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da venda do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) não é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os juros e demais encargos financeiros, relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo de aquisição ou construção.

A Companhia revisa a vida útil econômica desses ativos anualmente. Em 31 de dezembro de 2011, revisou e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos.

2.8) Ativos Intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPIC 01 Contratos de Concessão.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERRS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro - trazido a valor presente - referente ao direito incondicional de reconstrução da caixa ao final da concessão e título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2011, R\$393.852 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$358.890 em 2010). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.9) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado efetivo, empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não realizou, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria a valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha da receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.10) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuariado independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600 de 2009, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

2.12) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baseado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | Alíquotas |
|---|-----------|
| COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | 7,60% |
| CASP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público | 1,65% |

As vendas são apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua corréla competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de percentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratuais, ou as estimadas, conforme abaixo:

| | 2011 | 2010 |
|---|--------|--------|
| Juros | 3,14% | 3,14% |
| Custos capitalizáveis (engenharia, supervisão de obras) | 5,44% | 6,44% |
| Materiais aplicados em obras | 14,42% | 14,42% |
| Serviços de engenharia contratados | 2,22% | 2,22% |

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações na caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

- Atividades de investimento: referem-se às aquisições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (OVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada segundo o CPC09 - demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há ativos e passivos que requeriam o ajuste a valor presente, exceto o ajuste a valor presente dos ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos.

2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.18) Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponível durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia, desta forma, o dividendo básico e o diluído são idênticos.

2.19) Programa de participação nos resultados - PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.20) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes não relacionadas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos são baseados nas informações no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As premissas utilizadas estão descritas na nota 21.

4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2012 ou 2013. A Companhia não adotou antecipadamente estes pronunciamentos. Espera-se que tais pronunciamentos sejam avaliados e aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando então serão implementados pela Companhia, no que for aplicável. Segue abaixo a avaliação da Companhia destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) - A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

- IAS 12 Imposto de Renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo de acordo com o IAS 40. A Companhia não possui propriedades classificadas nesta categoria de ativos.

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011) - A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à criação e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia está avaliando os requerimentos desta norma e não espera que esta alteração cause impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

- IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Não é aplicável à Companhia.

- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Não é aplicável à Companhia, uma vez que a Companhia não possui investimento compartilhado.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas - Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nessas ativos baixados, assim como os riscos associados. A Companhia iniciou um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mantido ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, consequentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo: controle sobre a entidade relevante). A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.

- IFRS 11 Investimentos Compartilhados ("Joint arrangements") - Descreve a contabilização de investimentos com controle comum. Não é aplicável à Companhia considerando a inexistência de investimentos compartilhados.

- IFRS 12 Divulgações de investimentos em outras entidades - Não é aplicável à Companhia uma vez que a Companhia não mantém investimentos em outras entidades.

- IFRS 13 Mensuração do valor justo - Fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Este normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justo quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo. Com base nas avaliações preliminares não são esperados impactos relevantes às demonstrações financeiras, porém algumas divulgações adicionais poderão ser requeridas.

A partir de 1 de janeiro de 2011, passaram a vigor as seguintes interpretações e interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estaduais e Definição de Parte Relacionada (revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. As adoções destas interpretações e interpretações não impactaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa | - | 3 |
| Depósitos bancários | 56.386 | 24.307 |
| Aplicação de liquidez imediata | 20.279 | 9.086 |
| | 76.665 | 33.396 |

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, totalizam R\$16.923 em 31 de dezembro de 2011 (R\$23.136 em 2010) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 2010) do CDI, com liquidez diária.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | 2011 | 2010 |
|--|-----------------|-----------------|
| Contas a receber vencidas | | |
| Particular | 113.024 | 101.380 |
| Pública | 4.181 | 4.190 |
| Contas a receber vencidas | | |
| Particular | 47.064 | 37.153 |
| Pública | 56.005 | 37.631 |
| Receitas a faturar | 49.224 | 41.127 |
| Total de contas a receber | 269.498 | 221.481 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (46.810) | (34.241) |
| | 222.688 | 187.240 |

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Contas a receber vencidas | | |
| Particular | | |
| Particular | 32.842 | 2.608 |
| Créditos vencidos - 01 a 30 dias | 4.748 | 5.034 |
| Créditos vencidos - 31 a 90 dias | 4.596 | 6.334 |
| Créditos vencidos - 91 a 180 dias | 1.084 | 7.304 |
| Créditos vencidos - 181 a 360 dias | 3.695 | 34.727 |
| Créditos vencidos - mais de 360 dias | 47.064 | 56.005 |
| Pública | | |
| Particular | | |
| Créditos vencidos - 01 a 30 dias | 24.174 | 2.607 |
| Créditos vencidos - 31 a 90 dias | 5.404 | 2.291 |
| Créditos vencidos - 91 a 180 dias | 3.133 | 2.933 |
| Créditos vencidos - 181 a 360 dias | 855 | 4.554 |
| Créditos vencidos - mais de 360 dias | 3.597 | 25.245 |
| | 37.153 | 37.631 |

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas.

A conta recolas a faturar se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.13).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

| | 2011 | 2010 |
|------------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldo no início do exercício | (34.241) | (7.413) |
| Adições | (12.586) | (27.219) |
| Reversões | 17 | 391 |
| Saldo no final do exercício | (46.810) | (34.241) |

7. ESTOQUES

| | 2011 | 2010 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Tubulações de água e esgoto | 19.351 | 31.054 |
| Materiais de tratamento/laboratório | 7.943 | 1.528 |
| Materiais diversos | 8.137 | 5.223 |
| | 34.431 | 37.805 |

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto e aplicação em investimentos. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no Intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

| | 2011 | 2010 |
|--|---------|---------|
| Classificados no Ativo | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 120.212 | 134.618 |
| Classificados no Passivo | | |
| Pasep e Cofins diferidos | 12.068 | 7.833 |

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32 vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 2011 | 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa | - | 20.446 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias: | | |
| Passivo atuarial | 487.649 | 492.274 |
| Provisão para riscos fiscais civis e trabalhistas | 243.820 | 200.895 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 46.810 | 34.241 |
| Provisões para perdas - diversas | 65.229 | 48.720 |
| Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa | 86.376 | 95.103 |
| Reserva de reavaliação | (93.683) | (106.574) |
| Efeitos da adoção do ICP/01 - contratos de concessão | (192.291) | (129.842) |
| Empargos financeiros capitalizados | (205.644) | (218.399) |
| Variação cambial tributada por regime de caixa | (53.303) | (66.874) |
| Outras provisões e diferenças temporárias | (11.386) | (13.745) |
| Total das diferenças temporárias | 353.565 | 335.800 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias | 120.212 | 114.172 |
| Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - líquido | 120.212 | 134.618 |



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A CORSAN adotou o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos.

Conciliação alíquota efetiva

| | 2011 | 2010 |
|---|-----------|----------|
| Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) | 328.813 | 283.067 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |
| Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente | (111.798) | (96.243) |
| Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes | - | - |
| Equivalência patrimonial | - | 306 |
| Diferenças permanentes referente a provisões indebitáveis | - | (6.800) |
| Juros sobre capital próprio | 13.221 | 16.559 |
| Incentivos fiscais | 1.819 | 1.149 |
| Outras diferenças permanentes | (576) | (347) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (97.533) | (85.374) |
| Corrente | (83.128) | (59.185) |
| Diferido | (14.405) | (26.189) |
| Alíquota efetiva | 30% | 30% |

b) COFINS e PASEP Diferidos

A Provisão para tributos diferidos de COFINS e PASEP é calculada com base no faturamento de órgãos públicos. Com base na legislação fiscal, tributos sobre faturamento a órgãos públicos são tributados quando do recebimento.

| | 2011 | 2010 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| COFINS e PASEP Diferidos | COFINS PASEP | COFINS PASEP |
| Determinar receita de órgãos públicos | 3.061 | 669 |
| RTT e Outros | 6.834 | 1.484 |
| Valor registrado no passivo | 9.815 | 2.153 |
| Total COFINS e PASEP | 12.068 | 7.833 |

9. OUTROS CRÉDITOS

| | 2011 | 2010 |
|---|--------|--------|
| Depósitos bloqueados | 2.688 | 2.115 |
| Créditos com prefeituras municipais | 4.012 | 4.369 |
| Créditos de empregados | 6.492 | 3.962 |
| Parcelamentos de créditos de clientes | 3.589 | 3.556 |
| Por serviços ou obras prestados a terceiros | 1.065 | 1.357 |
| Valores a compensar | 1.935 | 1.907 |
| Créditos diversos | 1.830 | 5.472 |
| | 21.501 | 23.736 |
| Circulante | 13.685 | 16.574 |
| Não circulante | 7.816 | 7.164 |

10. ATIVOS FINANCEIROS - CONTRATOS DE CONCESSÃO

| | 2011 | 2010 |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Ativos financeiros | 718.453 | 718.788 |
| (-) Ajuste a valor presente | (324.601) | (349.898) |
| | 393.852 | 368.890 |
| Movimentação do ativo financeiro: | 2011 | 2010 |
| Saldo no início do exercício | 368.890 | 718.788 |
| Adições | 25.287 | - |
| Baixas | - | - |
| Reversão de AVP | - | (349.898) |
| Bens em comodato | (335) | - |
| Saldo no final do exercício | 393.852 | 368.890 |

Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/08, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/11/2008 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi suscitado o cumprimento do mandado de inibição para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$31.696 e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

Em atendimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Limitares (SLs) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens e eles afetados ao Município de Uruguai, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$8.620 (mesmo valor em 2010) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

11. INVESTIMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 referem-se a investimentos mantidos ao custo, sendo inferior aos montantes esperados de realização. A Companhia era controladora integral da Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL. No dia 28 de outubro de 2010, foi realizada a incorporação, pela CORSAN, desta subsidiária integral. O investimento foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial até a sua incorporação, gerando um efeito ao resultado de 2010 de R\$907.

12. IMOBILIZADO

| | Sistemas de Esgoto | Bens de Uso Geral | Obras em Andamento | Total do Imobilizado |
|-------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| Saldos em 2010 | 22.190 | 260.639 | 147 | 283.176 |
| Adições | - | 8.915 | (129) | 8.785 |
| Baixas | - | (11) | - | (11) |
| Transferências | - | (4.425) | 5 | (4.420) |
| Reclassificações | - | - | - | - |
| Saldos em 2011 | 22.190 | 265.318 | 23 | 287.531 |
| Depreciação | (13.522) | (178.603) | - | (192.125) |
| Saldos em 2010 | (886) | (10.456) | - | (11.342) |
| Depreciações | (14.408) | (189.059) | - | (203.467) |
| Saldos em 2011 | (14.408) | (189.059) | - | (203.467) |
| Saldos Líquidos em 2010 | 8.668 | 82.236 | 147 | 91.051 |
| Saldos Líquidos em 2011 | 7.782 | 76.259 | 23 | 84.064 |

Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

13. ATIVO INTANGÍVEL

| | Sistemas de Abastecimento de Água | Sistemas de Esgoto | Bens de Uso Geral | Obras em Andamento | Total do Intangível |
|-----------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------|
| Saldo em 2010 | 525.850 | 350.676 | 66.993 | 606.312 | 1.549.831 |
| Adições / Margem | 7.103 | 953 | 5.145 | 167.572 | 180.774 |
| Baixas | (86) | - | (6) | (1.552) | (1.647) |
| Transferências | 7.861 | 7.940 | 4.531 | (19.035) | 4.296 |
| Saldo em 2011 | 540.728 | 359.569 | 76.661 | 756.297 | 1.733.255 |
| AMORTIZAÇÃO | | | | | |
| Saldo em 2010 | (65.751) | (31.748) | (28.635) | - | (126.335) |
| Amortização | (36.075) | (13.223) | (4.453) | - | (53.751) |
| Saldo em 2011 | (101.826) | (44.971) | (33.288) | - | (180.086) |
| Saldo Líquido em 2010 | 460.099 | 318.928 | 38.156 | 606.312 | 1.423.497 |
| Saldo Líquido em 2011 | 438.902 | 314.598 | 43.373 | 756.297 | 1.553.169 |

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública.

14. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Instituição | Indexador | Taxa de Juros anual | Último vencimento | Circulante | | Não circulante | |
|--|-----------|---------------------|-------------------|------------|--------|----------------|---------|
| | | | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Banco do Brasil | TR | 7,44% | 31/03/14 | 40.880 | 38.952 | 51.075 | 87.642 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento | TJLP | 2,61% | 15/04/23 | 8.354 | 964 | 101.258 | 71.846 |
| BID - Projeto "Pré-Guaíba" | US DOLAR | 4,16% | 26/07/20 | 7.988 | 6.860 | 64.753 | 54.715 |
| Caixa Econômica Federal | UPR* | 6,08%** | 17/02/20 | 21.808 | 37.801 | 81.600 | 96.563 |
| Caixa Econômica Federal | UPR* | 8,27%** | 28/12/15 | 12.884 | 16.753 | 22.183 | 41.059 |
| Secretaria do Tesouro Nacional | UPR* | 11,00% | 23/02/16 | 620 | 997 | 748 | 1.345 |
| PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social | UPR* | 8,00% | 08/05/30 | 146 | 146 | 1.039 | 1.080 |
| Prefeitura Municipal de Encantado | UPR* | 8,00% | 04/08/30 | 5.829 | - | 17.977 | 22.897 |
| Prefeitura Municipal de Osório | UPR* | 8,00% | 05/04/28 | 261 | 128 | 3.128 | 2.170 |
| Prefeitura Municipal de Torres | UPR* | 8,00% | - | - | - | - | - |
| | | | | 85.876 | 85.846 | 311.578 | 336.058 |

*UPR - Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR). **Ponderada.

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Os contratos da Companhia não tem cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

O montante do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| Ano | Valor |
|-----------|---------|
| 2013 | 81.155 |
| 2014 | 37.906 |
| 2015 | 23.632 |
| 2016 | 22.015 |
| 2017 | 21.962 |
| Após 2017 | 124.908 |
| | 311.578 |

16. FORNECEDORES

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------|---------|---------|
| Fornecedores de materiais e serviços | 77.619 | 105.478 |
| Parcelamento - DMAE | 9.575 | 13.110 |
| Parcelamento - Fundação (Nota 23.c) | 13.635 | 14.575 |
| | 100.829 | 133.563 |
| Circulante | 87.487 | 113.836 |
| Não circulante | 13.342 | 19.727 |

O parcelamento com o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão.

Em 31 de dezembro de 2011, o montante dos compromissos com fornecedores não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| Ano | Valor |
|------|--------|
| 2013 | 8.177 |
| 2014 | 3.262 |
| 2015 | 1.903 |
| | 13.342 |

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - PARCELAMENTOS

| | Indexador | Taxa de Juros | Último vencimento | Circulante | Não circulante |
|-------------------------|-----------|---------------|-------------------|------------|----------------|
| Imposto ou contribuição | | | | 2011 | 2010 |
| PASEP | SELIC | 31/10/10 | 1 | 1 | - |
| INSS | UFIR | 20/04/13 | 1.159 | 1.131 | 390 |
| | | | | 1.170 | 1.132 |
| | | | | 390 | 1.509 |

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos com impostos e contribuições apresentados no passivo não circulante vencem no ano de 2013.

18. OUTROS DÉBITOS

| | 2011 | 2010 |
|------------------------------------|--------|--------|
| Consignações a receber | 3.798 | 3.330 |
| Depósitos e retenções contratuais | 2.817 | 2.093 |
| Custo regulação AGERGS | 312 | 95 |
| Provisão para fornecedores a pagar | 8.636 | 2.988 |
| Outras contas a pagar | 1.639 | 2.258 |
| | 15.224 | 10.764 |

19. CONTRATOS DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - OGU

Foram assinados contratos de repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, o Estado do Rio Grande do Sul, cuja operacionalização se deu por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e a CORSAN, que têm por finalidade a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de diversas localidades do Estado do Rio Grande do Sul. A CORSAN, na qualidade de interveniente executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida de cada contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$243.484. Será alocado pela Companhia o valor de R\$42.089 a título de contrapartida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foram repassados os valores de R\$46.887, R\$56.042 e R\$55.579, respectivamente, representando um repasse total acumulado de R\$168.668 (R\$121.601 em 2010).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| Município | Valor contratado | | Valor repassado em 2011 | Valor repassado em 2010 | Valor repassado em 2009 |
|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Repasso | Contrapartida | | | |
| Alvorada/Viamão | 91.035 | 16.065 | 17.801 | 20.701 | 22.351 |
| Cachoeirinha | 491 | 130 | 156 | 54 | - |
| Campo Bom | 570 | 151 | 257 | 70 | - |
| Canela | 368 | 103 | 48 | 24 | - |
| Canóas | 34.170 | 6.030 | 4.478 | 15.216 | 12.230 |
| Canóas - Projetos | 910 | 241 | 204 | 363 | - |
| Caiazinho | 4.448 | 500 | 2.203 | 59 | 977 |
| Estância Velha | 332 | 89 | 163 | 21 | - |
| Estrela/Sapucaia do Sul | 89.930 | 15.870 | 19.974 | 27.005 | 19.109 |
| Gramado | 206 | - | 55 | 13 | - |
| Gravataí | 760 | 201 | 302 | 186 | - |
| Igrejinha | 301 | 80 | 55 | 19 | - |
| Nova Santa Rita | 285 | 76 | 34 | 119 | - |
| Parobé | 283 | 78 | 130 | 36 | - |
| Portão | 180 | 51 | 24 | 120 | - |
| Riozinho | 165 | 45 | 71 | 36 | - |
| São Francisco de Paula | 253 | 68 | 81 | 28 | - |
| São Gabriel | 4.449 | 500 | - | - | 1.092 |
| Sapiranga | 253 | 68 | 135 | 43 | - |
| Taguaí | 443 | 116 | 141 | 28 | - |
| Três Corras | 261 | 70 | 130 | 33 | - |
| Uruguaiana | 8.920 | 1.000 | 595 | 658 | - |
| Venâncio Aires | 4.449 | 500 | - | - | - |
| Total | 243.484 | 42.089 | 46.887 | 56.042 | 55.759 |

Em 28 de dezembro de 2011, o Estado do Rio Grande do Sul, aprovou a utilização do saldo acumulado de repasses, no valor de R\$163.509, para integralização de capital da Companhia. Também aprovou a destinação de R\$15.179 para a rubrica de adiantamentos para futuros aumentos de capital.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

| | Saldo em 2010 | Adições | Pagamentos/Reversões | Despesas financeiras | Saldo em 2011 |
|-------------------------|----------------|----------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Trabalhistas | 121.504 | 137.602 | (99.855) | 3.811 | 163.062 |
| Cíveis e fiscais | 99.392 | 51.942 | (52.877) | 2.301 | 100.758 |
| | 220.896 | 189.544 | (152.732) | 6.112 | 263.820 |
| (-) Depósitos judiciais | (126.902) | (127.662) | 98.195 | - | (156.369) |
| | 93.994 | 61.882 | (54.537) | 6.112 | 107.451 |
| Saldo em 2009 | 135.390 | 103.715 | (121.303) | 3.702 | 121.504 |
| Trabalhistas | 72.043 | 42.771 | (18.016) | 2.594 | 99.392 |
| Cíveis e fiscais | 207.433 | 146.486 | (139.319) | 6.296 | 220.896 |
| (-) Depósitos judiciais | (148.617) | (57.329) | 79.044 | - | (126.902) |
| | 58.816 | 89.157 | (60.275) | 6.296 | 93.994 |

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.000186-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperialismo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1988, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua disputando judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2011, R\$48.141 (R\$25.292 em 2010).

b) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.027 ações. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão referente a outras reclamações trabalhistas totaliza R\$116.921 (R\$96.212 em 2010).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constitui provisão, no valor de R\$54.998 em 31 de dezembro de 2011 (R\$58.031 em 2010).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira/Andrade Gutierrez - Em setembro de 2009, foi contabilizada provisão no valor de R\$18.589, referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 0281.03.0001235-1 - ENC Empreiteira da Orlas Ltda. versus CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia alienante ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá elevar esse reconhecimento, em face da denunciação da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. Foi depositado judicialmente em 01 de outubro de 2009 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exequente pela CORSAN, o montante de R\$31.041, salientando que apenas por cautela efetuou o depósito em valor muito superior ao que a Companhia entende como devido, objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantém provisão de R\$32.947 (R\$31.041 em 2010).

b) Outras reclamações - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo palamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia e parte em 552 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$67.811 (R\$66.351 em 2010).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$130.291 em 31 de dezembro de 2011 (R\$164.284 em 2010). Dessas ações, existem 2.373 ações ajuizadas pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande e Passo Fundo, que montam R\$75.070 (R\$66.089 em 2010).

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

| | 2011 | 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Plano de benefício definido | 291.752 | 320.669 |
| Sistema de assistência IPE-SAÚDE | 62.066 | 57.968 |
| Suplementação provisória de proventos "PAIS/PPP" | 113.811 | 113.617 |
| Total | 467.649 | 492.254 |

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD n° 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incide contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento a previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo índice atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

| | 2011 | 2010 |
|--|-----------|-----------|
| (1) Obrigações atuariais | 1.255.727 | 944.859 |
| (2) Valor justo dos ativos do plano | (694.393) | (612.269) |
| (3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2) | 561.334 | 332.570 |
| (4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos | (118.554) | 148.463 |
| (5) Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4) | 442.780 | 481.033 |
| (6) Contratos de débitos do empregador com o plano | (151.028) | (160.384) |
| (7) Passivo atuarial provisionado (5+6) | 291.752 | 320.669 |

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2011 e 2010 foi a seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|--|----------|----------|
| (1) Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano | 481.033 | 532.149 |
| (2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 12.962 | 10.273 |
| (3) Contribuições do empregador vertidas no ano | (51.235) | (61.369) |
| (4) Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3) | 442.780 | 481.033 |

A origem da despesa reconhecida durante os anos de 2011 e 2010 é explicada no quadro a seguir:

| | 2011 | 2010 |
|---|----------|----------|
| (1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial | 16.143 | 14.587 |
| (2) Contribuições esperadas de participantes | (29.312) | (29.177) |
| (3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 93.420 | 86.555 |
| (4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano | (63.914) | (55.562) |
| (5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais | (3.375) | (6.330) |
| (6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | 12.962 | 10.273 |

Política contábil para reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais: os estudos atuariais apontam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho ou perda atuarial.

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS. A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% dessas mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

| | 2011 | 2010 |
|--|----------|--------|
| (1) Obrigações atuariais | 72.859 | 58.849 |
| (2) Valor justo dos ativos do plano | - | - |
| (3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2) | 72.859 | 58.849 |
| (4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos | (10.773) | (881) |
| (5) Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4) | 62.086 | 57.968 |
| (6) Contratos de débitos do empregador com o plano | - | - |
| (7) Passivo atuarial provisionado | 62.086 | 57.968 |

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2011 e 2010 foi a seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|--|---------|---------|
| (1) Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano | 57.966 | 54.732 |
| (2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 6.024 | 5.635 |
| (3) Contribuições do empregador vertidas no ano | (1.926) | (2.380) |
| (4) Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3) | 62.065 | 57.988 |

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2011 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2012 são explicadas no quadro a seguir:

| | 2012 | 2011 | 2010 |
|---|-------|-------|-------|
| (1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial | 1.979 | 116 | 111 |
| (2) Contribuições esperadas de participantes | - | - | - |
| (3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 7.530 | 5.908 | 5.525 |
| (4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano | - | - | - |
| (5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais | 317 | - | - |
| (6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | 9.826 | 6.024 | 5.636 |

c) Suplementação provisória de proventos "PAIS/PPP"

A CORSAN assegura um benefício de suplementação provisória de proventos aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Interindustrial 2011 - 2012.

Para o recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) Indenização de pagamento único

- Adesão ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2012;
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Possuir mais de 10 anos de vínculo empregatício com a CORSAN no período anterior a 01 de maio de 2011;
- O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 220.000, conforme segue:
 - 54 anos: 21 remunerações base;
 - 55/56 anos: 19 remunerações base;
 - 57/58 anos: 17 remunerações base;
 - 59/60 anos: 15 remunerações base;
 - 61 anos ou mais: 5 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
- Estar designado da CORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

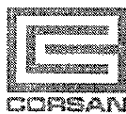
| | 2011 | 2010 |
|--|-----------|---------|
| (1) Obrigações atuariais | 381.827 | 112.200 |
| (2) Valor justo dos ativos do plano | - | - |
| (3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2) | 381.827 | 112.200 |
| (4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos | (184.417) | 1.417 |
| (5) Custo do Serviço Passado não reconhecidos | (83.599) | - |
| (6) Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4+5) | 113.811 | 113.617 |
| (7) Contratos de débitos do empregador com o plano | - | - |
| (8) Passivo (ativo) atuarial provisionado | 113.811 | 113.617 |

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2010 e 2011 foi a seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|--|----------|---------|
| (1) Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano | 113.617 | 111.528 |
| (2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 11.337 | 11.258 |
| (3) Contribuições do empregador vertidas no ano | (11.143) | (9.169) |
| (4) Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3) | 113.811 | 113.617 |

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2011 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2012 são explicadas no quadro a seguir:

| | 2012 | 2011 |
|---|---------|--------|
| (1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial | 12.858 | 306 |
| (2) Contribuições esperadas de participantes | - | - |
| (3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 35.157 | 11.031 |
| (4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano | - | - |
| (5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais | 96.893 | - |
| (6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | 144.908 | 11.337 |



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-80
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

| Econômicas e financeiras | 2011 | 2010 |
|---|-------------|-------------|
| Taxa de desconto atuarial - real | 5,50% a.a. | 6,00% a.a. |
| Taxa de desconto atuarial - nominal | 10,78% a.a. | 10,24% a.a. |
| Taxa de retorno esperado dos ativos - real | 6,40% a.a. | 6,00% a.a. |
| Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal | 11,72% a.a. | 10,24% a.a. |
| Taxa de crescimento salarial - nominal | 7,10% a.a. | 9,08% a.a. |
| Taxa de crescimento dos benefícios - nominal | 5,00% a.a. | 14,00% a.a. |
| Inflação projetada | 5,00% a.a. | 4,00% a.a. |
| Fator de capacidade | 98,00% | 100,00% |

O crescimento salarial é projetado de forma linear até a idade de 54 anos, conforme identificado nos estudos sobre a adequação de premissas realizado durante o ano de 2009.

Demográficas

| | 2011 | 2010 |
|-----------------------------------|--|-----------------------|
| Tábua de mortalidade geral | AT 83 male | AT 83 male |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT 49 male | AT 49 male |
| Tábua de entrada em invalidez | Light Média | Light Média |
| Tábua de rotatividade | Não aplicado | Não aplicado |
| Entrada em aposentadoria | 100% na elegibilidade | 100% na elegibilidade |
| Composição familiar | Família Média, conforme descrito na nota (a) | Experiência FUNCORSAN |

(a) 90% de casados, com diferença de idade entre titular e cônjuge de 1 ano e 1 filho temporário até 24 anos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 28 de dezembro de 2011, com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$153.509, mediante a emissão de 124.100.896 ações nominativas, sendo 62.050.448 ordinárias e 62.050.448 preferenciais. O aumento foi subscrito e integralizado pelo Estado do Rio Grande do Sul, com base em créditos delatados pelo mesmo relativamente a repasses do Orçamento Geral da União - OGU (Nota 19). Com base neste aumento o capital social da Companhia passou a ser R\$657.351 (R\$503.842 em 2010), estando assim representado:

| Acionistas | Ações ordinárias | Ações preferenciais | Total ações | Capital total (%) | Capital votante (%) | Ações preferenciais (%) |
|------------------------------|------------------|---------------------|-------------|-------------------|---------------------|-------------------------|
| Estado do RS | 265.709.454 | 265.709.454 | 531.418.908 | 99,99999247298 | 99,99999247298 | 99,99999247298 |
| Prof. Mun. de Estrela | 5 | 5 | 10 | 0,00000168175 | 0,00000168175 | 0,00000168175 |
| Prof. Mun. de Carazinho | 3 | 3 | 6 | 0,00000112905 | 0,00000112905 | 0,00000112905 |
| Prof. Mun. de São Marcos | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prof. Mun. de Mujum | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prof. Mun. de Rosário do Sul | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prof. Mun. de Lajeado | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prof. Mun. de Quaraí | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prof. Mun. de Cervo Largo | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| | 265.709.474 | 265.709.474 | 531.418.948 | 100,00000000000 | 100,00000000000 | 100,00000000000 |

Em 26 de dezembro de 2011, foram transferidas 34.338.000 ações preferenciais nominativas de emissão da CORSAN, da Caixa de Administração da Divida Pública Estadual S/A - CADIP para o Estado do Rio Grande do Sul.

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital serão deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.630/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$91.261 (R\$75.249 em 2010).

Com a aplicação do ICPD01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$2.427, líquido dos efeitos tributários. A Companhia rescou os valores realizados durante os exercícios de 2009 e 2010 e identificou o montante de R\$18.439, líquido dos efeitos tributários, realizado a maior. Este montante foi transferido da conta de lucros acumulados para lucros abrangentes.

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme se demonstra a seguir:

| | |
|------------------------------------|----------|
| Lucro Líquido do exercício de 2011 | 231.280 |
| (-) Reserva Legal 5% | (11.564) |
| Base de cálculo para Dividendos | 219.716 |

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

| Dividendos Obrigatórios | Número das ações | Dividendo proposto | Dividendo por ação |
|-------------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| Ações Ordinárias | 265.709.474 | 26.157 | 0,09844 |
| Ações Preferenciais | 265.709.474 | 28.772 | 0,10828 |
| | 531.418.948 | 54.929 | |

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício de 2011 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$38.886 (R\$48.702 em 2010), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda retido totalizou R\$450, sendo este relativo à participação mantida pelo acionista Caixa de Administração da Divida Pública Estadual S/A - CADIP. O Estado do Rio Grande do Sul é isento da tributação do IRRF.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF), cujo demonstrativo dos dividendos propostos evidencia-se no quadro a seguir.

| Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio | Total Dividendos | JSCP - valor líquido | Dividendos propostos (R\$) |
|--|------------------|----------------------|----------------------------|
| Ações Ordinárias | 26.157 | 19.216 | 6.939 |
| Ações Preferenciais | 28.772 | 19.216 | 9.554 |
| | 54.929 | 38.436 | 16.493 |

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$166.733 para

constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistema de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

| | 2011 | 2010 |
|--|----------|----------|
| Contas de água e esgoto - Saldo a receber | 38.374 | 15.745 |
| Aplicações no caixa único do Estado | 176 | 8.019 |
| Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado | (58.187) | (45.588) |
| Juros sobre o capital próprio a pagar para a CADIP | - | (4.498) |
| Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado | (16.492) | (2.025) |
| Dividendos propostos a pagar para a CADIP | - | (1.028) |

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado - SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Divisa Pública Estadual.

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$13.402, referente a rendimentos das aplicações efetuadas no caixa único do estado.

b) Fundação CORSAN - FUNCORSAN

b.1) Contratos de dividendos

| Contratos | Indexador | Taxa de Juros | Último vencimento | Circulante | Não circulante |
|-----------------|------------------------------|---------------|-------------------|------------|----------------|
| | | | | 2011 | 2010 |
| Contrato 1298 | INPC | 6% a.a. | 31/03/18 | 2.621 | 2.689 |
| Contrato 042001 | Média INPC/IPC/GP-M e (GP-D) | 12% a.a. | 31/01/11 | - | 1.468 |
| Contrato 122001 | Média INPC/IPC/GP-M e (GP-D) | 6% a.a. | 21/12/20 | 13.825 | 13.151 |
| Contrato 122005 | (*) | | 01/12/18 | 3.853 | 3.945 |
| | | | | 19.629 | 21.253 |
| | | | | 131.399 | 139.131 |

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2011, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| Ano | Valor |
|---------------|---------|
| 2013 | 18.780 |
| 2014 | 18.780 |
| 2015 | 18.780 |
| 2016 | 18.780 |
| 2017 | 18.780 |
| Acima de 2017 | 37.499 |
| | 131.399 |

b.2) Contas a pagar - Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 16), no montante de R\$13.635, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$3.245 (R\$2.976 em 2010).

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

| | 2011 | 2010 |
|---|-----------|-----------|
| Serviços de abastecimento de água | 1.441.991 | 1.317.078 |
| Serviços de esgoto | 79.952 | 73.556 |
| Receita de vendas | 272 | 51 |
| Outras receitas de serviços prestados | 719 | 2.152 |
| Receitas de construção | 179.628 | 316.127 |
| Impostos e devoluções s/ receita serviços | (143.632) | (131.972) |
| | 1.558.910 | 1.576.992 |

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

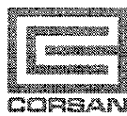
| | 2011 | 2010 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|
| Despesas por natureza | | |
| Pessoal | 546.366 | 511.356 |
| Materiais | 78.558 | 80.788 |
| Energia elétrica | 129.406 | 121.498 |
| Serviços de terceiros | 127.098 | 132.328 |
| Gerais | 77.871 | 76.612 |
| Depreciações e amortizações | 64.804 | 50.591 |
| Provisões | 34.598 | 4.951 |
| Custos de construção | 172.666 | 305.504 |
| Outras receitas/despesas operacionais | 3.380 | 1.413 |
| | 1.235.035 | 1.285.041 |
| Classificados como: | | |
| Custos dos serviços | 905.212 | 1.003.414 |
| Despesas comerciais | 58.018 | 66.333 |
| Despesas administrativas | 270.425 | 213.881 |
| Outras receitas/despesas operacionais | 3.380 | 1.413 |
| | 1.235.035 | 1.285.041 |

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 2011 | 2010 |
|---|----------|----------|
| Receitas financeiras | 74.801 | 57.236 |
| Acrescimos por inadimplimentos | 18.824 | 18.097 |
| Variações monetárias ativas | 14.638 | 5.490 |
| Receitas financeiras pela realização de AVP | 25.297 | 17.151 |
| Variações cambiais ativas | 9.756 | 13.340 |
| Outras receitas financeiras | 5.386 | 3.158 |
| Despesas financeiras | (69.953) | (65.120) |
| Juros e taxas sobre financiamentos internos | (15.497) | (24.192) |
| Juros e taxas sobre outras obrigações | (15.021) | (11.621) |
| Variações monetárias passivas | (23.012) | (21.531) |
| Variações cambiais passivas | (16.433) | (8.776) |
| Resultado financeiro líquido | 4.938 | (8.884) |

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posi-



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ções financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relacionados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.
- **Depósitos bancários** - referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2010) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez diária.
- **Contas a receber** - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidez duvidosa.
- **Contas a pagar** - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
- **Empréstimos e financiamentos** - são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 2.9.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratuais.

c) Gerenciamento de Riscos

Fatores de risco que podem afetar as operações da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descausamento de contas a receber.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2011.

Arnaldo Luiz Dutra

Diretor Presidente

CPF nº 344.285.850-04

Eduardo Antônio Peters

Diretor Financeiro e de

Relações com Investidores

CPF nº 406.611.130-00

André Passos Cordelro

Diretor Administrativo

CPF nº 509.848.100-72

Ricardo Röber Machado

Diretor de Operações

CPF nº 414.061.500-10

Alexandre Vilmar Jacoby Stoltz

Diretor de Expansão

CPF nº 467.415.770-98

Júlio César Riemenschneider de Quadros

Diretor Comercial

CPF nº 423.567.500-10

Rogério Moacir Santiago dos Santos

Diretor Técnico

CPF nº 212.989.200-00

Ivan Edlenio de Andrade

Superintendente de Contabilidade

Contador: CRC/RS nº 0445470-6

CPF nº 453.273.190-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 12 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditoria Independente S.S.

CRC-2SP0151990-6/IFRS

Luís Carlos de Souza

Contador CRC-15C0215650-4/ISRS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificado que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2011, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2012, contempla o pagamento sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Os dividendos propostos de R\$ 54.929 mil, que deduzido o valor de R\$ 38.436 mil, correspondente ao valor de juros sobre o capital próprio, já líquido da imposto de renda retido na fonte, corresponde a uma proposta de dividendos de R\$ 16.493 mil, assim demonstrada por ação, R\$ 0,09844 por ação ordinária e R\$ 0,10826 por ação preferencial. Os dividendos, os dividendos, a forma acima identificados, deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme disposição legal contida na Lei 6404/76. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa ERNST & YOUNG TERCO e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN, Porto Alegre, 15 de março de 2012. Roque José Coimbra Werlang, Samir Cubal, Sedinei Zen."

ROQUE JOSÉ COIMBRA WERLANG

SAMIR CUBAL

SEDEINEI ZEN

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, em vista dos esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 19 de março de 2012.

MARCEL MARTINS FRISON

Presidente do Conselho

ARNALDO LUIZ DUTRA

Conselheiro

CELSO ALBERICI

Conselheiro

VERA MARIA SPOLDORO DE CUADRADO

Conselheira

NEY DA SILVA PADILHA

Conselheiro



ISO 9001:2008

FS 513963

"Contabilização e Elaboração das Demonstrações Contábeis da CORSAN"

ANÚNCIO INSTITUCIONAL

**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2012.

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
31 de janeiro de 2012

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
31 de janeiro de 2012

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

SAWERYN & Associados S/S
Auditores Independentes
CRC RS 03349/O-0

Marcelo de Deus Saweryn
Sócio
Contador CRC RS 54712/O-5

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

| Ativo | 2011 | 2010 | Passivo e patrimônio líquido | 2011 | 2010 |
|--|---------------|---------------|--|---------------|---------------|
| Circulante | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | 26.720 | 5.885 | Impostos e taxas a pagar | | 104 |
| Créditos a receber (Nota 5) | 813 | 5.201 | Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 8 (c)) | 4.400 | |
| | <u>27.533</u> | <u>11.086</u> | | <u>4.400</u> | <u>104</u> |
| Não circulante | | | Não circulante | | |
| Investimento (Nota 6) | | 63.196 | Provisão para riscos fiscais (Nota 10) | 192 | 107 |
| Impostos diferidos (Nota 3) | 65 | | | <u>192</u> | <u>107</u> |
| | 65 | 63.196 | Patrimônio líquido (Nota 8) | | |
| | | | Capital social | 10.200 | 10.200 |
| | | | Reservas de lucros | 12.806 | 63.457 |
| | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | 414 |
| | | | | <u>23.006</u> | <u>74.071</u> |
| Total do ativo | <u>27.598</u> | <u>74.282</u> | Total do passivo e do patrimônio líquido | <u>27.598</u> | <u>74.282</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|----------------|----------------|
| Resultado da equivalência patrimonial (Nota 6) | 16.416 | 16.409 |
| Despesas administrativas | (104) | (79) |
| Despesas tributárias | (277) | (380) |
| Perda na alienação do investimento (Nota 6) | (2.106) | |
| Provisão para riscos fiscais (Nota 10) | <u>(85)</u> | <u>(107)</u> |
| Lucro operacional | 13.844 | 15.843 |
| Receitas financeiras | <u>626</u> | <u>78</u> |
| Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda | 14.470 | 15.921 |
| Contribuição social | | (234) |
| Imposto de renda | | (628) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | <u>65</u> | <u></u> |
| Lucro líquido do exercício | <u>14.535</u> | <u>15.059</u> |
| Lucro líquido por ação ordinária - básico e diluído - R\$ | <u>0,21375</u> | <u>0,22146</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Lucro líquido do exercício | 14.535 | 15.059 |
| Outros componentes do resultado abrangente: | | |
| Participação no resultado abrangente em investimento | <u>414</u> | <u>11</u> |
| Resultado abrangente do período | <u><u>14.949</u></u> | <u><u>15.070</u></u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

| | Capital social | Legal | Dividendos propostos | Reservas de lucros | | | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|----------------|---------|----------------------|--------------------|--------------------|--------|---------------------------------|-------------------------------|----------|
| | | | | Lucros a realizar | Retenção de lucros | lucros | | | |
| Em 1º de janeiro de 2010 | 10.200 | 3.703 | | 16.924 | 53.437 | | 425 | (25.677) | 59.012 |
| Participação no resultado abrangente de investimento | | | | | | | (11) | 11 | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | 15.059 | 15.059 |
| Reversão de reservas | | | | (16.924) | 16.924 | | | | |
| Apropriação em reservas de lucros | | (1.663) | | | (8.944) | | | 10.607 | |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 10.200 | 2.040 | | | 61.417 | | 414 | | 74.071 |
| Participação no resultado abrangente de investimento | | | | | | | (414) | 414 | |
| Aumento de capital social | 61.200 | | | | (61.200) | | | | |
| Redução de capital social | (61.200) | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | 14.535 | (61.200) |
| Destinação do resultado | | | 10.766 | | (217) | | | (10.549) | 14.535 |
| Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,0647 por ação ordinária | | | | | | | | (4.400) | (4.400) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 10.200 | 2.040 | 10.766 | | | | | | 23.006 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|-----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 14.535 | 15.059 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais: | | |
| Resultado da equivalência patrimonial | (16.416) | (16.409) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (65) | |
| Provisão para riscos fiscais | 85 | 107 |
| | <u>(1.861)</u> | <u>(1.243)</u> |
| Variações de ativos e passivos operacionais | | |
| Redução (aumento) em créditos a receber | 4.388 | (2.868) |
| Redução em impostos e taxas a pagar | (104) | (74) |
| Aumento em juros sobre o capital próprio a pagar | 4.400 | |
| | <u>8.684</u> | <u>(2.942)</u> |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | <u>6.823</u> | <u>(4.185)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Alienação de investimento | 75.589 | |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos | 4.023 | 4.106 |
| | <u>79.612</u> | <u>4.106</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Juros sobre o capital próprio a pagar | (4.400) | |
| Redução do capital social | (61.200) | |
| | <u>(65.600)</u> | <u></u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | <u>(65.600)</u> | <u></u> |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | <u>20.835</u> | <u>(79)</u> |
| Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | | |
| No fim do exercício | 26.720 | 5.885 |
| No início do exercício | 5.885 | 5.964 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | <u>20.835</u> | <u>(79)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------|---------------|
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Resultado da equivalência patrimonial | 16.416 | 16.409 |
| Receitas financeiras | <u>626</u> | <u>78</u> |
| Valor adicionado a distribuir | <u>17.042</u> | <u>16.487</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Serviços de terceiros, taxas e emolumentos | 104 | 79 |
| Provisão para riscos fiscais | 85 | 107 |
| Impostos federais | 212 | 1.242 |
| Perda na alienação do investimento | 2.106 | |
| Juros sobre o capital próprio a pagar | 4.400 | |
| Lucros retidos | <u>10.135</u> | <u>15.059</u> |
| Valor adicionado distribuído | <u>17.042</u> | <u>16.487</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 11 de janeiro de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido, a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis situam-se em níveis líquidos de mercado.

2.4 Investimento

O investimento foi contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 6, em decorrência de estar sob controle comum do seu Acionista Controlador - Estado do Rio Grande do Sul. Em 20 de outubro de 2011, o investimento foi integralmente alienado.

2.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais

2.6 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto diferido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação vigente, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações diversas. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento de tributos.

2.7 Capital social

O valor das ações ordinárias é classificado no patrimônio líquido.

2.8 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros possam fluir para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades. A receita de juros é incluída na rubrica “Receitas financeiras” no resultado do exercício.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2011, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 21.927 (2010 - R\$ 18.949), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 21.927 (2010 - R\$ 18.949), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.455 (2010 - R\$ 6.442), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. Em 2011, a Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 65.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--------------------------|---------------|--------------|
| Bancos - conta movimento | 115 | 194 |
| Aplicações financeiras | <u>26.605</u> | <u>5.691</u> |
| | <u>26.720</u> | <u>5.885</u> |

Os recursos financeiros de caixa e equivalentes de caixa referem-se, preponderantemente, a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5 Créditos a receber

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|-------------|--------------|
| Juros sobre o capital próprio a receber | | 4.497 |
| Contribuição social a compensar | 167 | |
| Imposto de renda a compensar | <u>646</u> | <u>704</u> |
| | <u>813</u> | <u>5.201</u> |

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais

6 Investimento

O total do investimento em ações preferenciais da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, de 20 de outubro de 2011, foi alienado ao Estado do Rio Grande do Sul, pelo preço unitário de R\$ 2,14, apurado com base na última demonstração financeira, daquela Companhia, revisada por auditores independentes, levantada em 30 de junho de 2011. A referida operação envolveu 34.338.000 de ações preferenciais, totalizando R\$ 73.483.

(a) Informações sobre o investimento

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--------------------------------------|-------------|-------------|
| Ações preferenciais possuídas | | 34.338.000 |
| Participação no capital social - %: | | 8,43% |
| Ativo total | | 2.645.373 |
| Passivos circulante e não circulante | | 1.895.735 |
| Patrimônio líquido | | 749.638 |
| Lucro líquido do exercício | | 197.693 |

(b) Movimentação do investimento

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 63.196 | 50.893 |
| Alienação de investimento pela redução do capital social (Nota 8 (a)) | (73.483) | |
| Perda na alienação do investimento | (2.106) | |
| Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos | (4.023) | (4.106) |
| Resultado da equivalência patrimonial | <u>16.416</u> | <u>16.409</u> |
| Saldo final | <u>63.196</u> | <u>63.196</u> |

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

8 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital social subscrito e integralizado é representado por 68.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

Em 20 de outubro de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária - AGE foram deliberados os seguintes assuntos:

- O aumento do capital social, no valor de R\$ 61.200, mediante a incorporação de parte da Reserva de Retenção de Lucros, sem alteração na quantidade de ações, atendendo o disposto no Artigo nº 199 da Lei 6.404/76;
- A redução do capital social, no valor de R\$ 61.200, sem alteração da quantidade de ações, na forma do disposto Artigo nº 174 da Lei 6.404/76; e
- A forma de pagamento, aos acionistas, do valor da redução do capital social, em moeda corrente nacional e ou com outros ativos da Companhia.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de lucros a realizar e retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais

(iii) Reserva de dividendos propostos

Representa os dividendos em excesso ao dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com o ICPC08.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

(i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e

(ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

Em 30 de abril de 2011, na Assembléia Geral Ordinária - AGO, por unanimidade de votos, na forma das disposições legais pertinentes e considerando que o lucro líquido obtido pela Companhia no exercício de 2010, no montante de R\$ 15.059, decorreu, prioritariamente, do resultado da equivalência patrimonial gerado por investimento, portanto até então não realizado, os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos mínimos, devendo a totalidade do lucro líquido daquele exercício ser apropriado na rubrica Reserva de Retenção de Lucros.

Em 31 de dezembro de 2011, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia distribuiu juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 4.400, que foram imputados ao pagamento do dividendo obrigatório, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária.

O dividendo obrigatório para o exercício de 2011, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social, seria o seguinte:

| | <u>2011</u> |
|--|---------------|
| Lucro líquido do exercício - base | <u>14.535</u> |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% | <u>3.634</u> |
| Juros sobre o capital próprio | <u>4.400</u> |
| Percentual do lucro líquido do exercício | <u>30%</u> |

O pagamento dos juros sobre o capital próprio resultou num ganho tributário para a Companhia da ordem de R\$ 1.496.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais

9 Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

10 Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 112 (R\$ 107 - em 2010) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória pelo atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 80.

* * *

Leonildo Migon
Presidente

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros
Diretor Técnico

Paulo Cesar Santana Nunes
Contador
CRCRS 034346/0-4
CPF 139198490-00

REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

ATA N º 76

Data, hora e local: às nove horas do dia nove de março de 2012, na sede social, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, 1155, conjunto 502A, 5º andar, reuniu-se o Conselho de Administração desta Companhia. **Presenças:** Fernando Rodrigues, José Luiz Piazza Pfitscher e Cristiane Costa da Rosa. **Deliberações tomadas:** após exame das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, da proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos e lucro líquido do exercício, elaborada pela administração da Companhia; da justificativa da não elaboração de proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2012 e, ainda, tendo presente o Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho deliberou, por unanimidade: **a)** pela aprovação do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas do exercício findo em trinta e um de dezembro de 2011; **b)** pela aprovação da proposta de destinação do resultado, oferecida pela Administração. **c)** pela aprovação da não elaboração do orçamento de capital, sob a justificativa da característica operacional da Companhia, emanando o seguinte parecer: *Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2011, bem como a proposta da Diretoria para a distribuição de juros sobre o capital próprio, dividendos mínimos obrigatórios e lucro líquido do exercício, e a justificativa da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2012, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho deliberou, por unanimidade, pela aprovação das referidas matérias, entendendo estarem os referidos documentos em condições de aprovação pelos Senhores Acionistas.* **Encerramento:** nada mais havendo a tratar foi elaborada a presente ata, que lida e aprovada, foi assinada por todos os membros presentes.

Fernando Rodrigues
Conselheiro

José Luiz Piazza Pfitscher
Conselheiro

Cristiane Costa da Rosa
Conselheira

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA nº 64

Data, hora e local: às nove horas do dia doze de março de 2012, na sede social, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, 1155, conjunto 502A, 5º andar, reuniu-se o Conselho de Administração desta Companhia. **Presenças:** Luis Antônio Medina Gomez; Flávio Pompermayer; João Emílio Gazzana; Felipe Rodrigues da Silva; Túlio Luiz Zamin, representando a totalidade de seus membros. Sob a presidência do Conselheiro Luis Antônio Medina Gomez foi aberta a reunião com a seguinte pauta. **Ordem do Dia:** a) exame e deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011; b) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício de 2011. **Deliberações:** colocadas as matérias da Ordem do Dia ao exame e discussão dos Senhores Conselheiros, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade: a) pela aprovação, sem ressalvas, do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e demais documentos pertinentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; b) pela aprovação da proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício, mediante o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 4.400.000,00 e, a constituição de Reserva de Dividendos Propostos, na forma estabelecida na Interpretação Técnica do Pronunciamento Conceitual do CPC 08 e, ainda, a sua concomitante reversão integral, no valor de R\$ 10.766.288,15. Das deliberações tomadas o Conselho extrai o seguinte parecer: *“Manifestação do Conselho de Administração – O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como a proposta da Diretoria para a distribuição de juros sobre o capital próprio, dividendos mínimos obrigatórios e lucro líquido do exercício, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas”*. Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

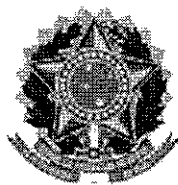
Luis Antônio Medina Gomez

Túlio Luiz Zamin

João Emílio Gazzana

Flávio Pompermayer

Felipe Rodrigues da Silva

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|-----------------------------|
| NOME..... | : PAULO CESAR SANTANA NUNES |
| REGISTRO..... | : RS-034346/O-4 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 139.198.490-00 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 03.04.2012 as 08:56:10.

Válido até: 03.05.2012.

Código de Controle: 115170.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais)

| <u>ATIVOS</u> | <u>Nota explicativa</u> | <u>31/12/11</u> | <u>31/12/10</u> | <u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | <u>Nota explicativa</u> | <u>31/12/11</u> | <u>31/12/10</u> |
|---|-------------------------|-----------------|-----------------|---|-------------------------|-----------------|-----------------|
| ATIVOS CIRCULANTES | | | | PASSIVOS CIRCULANTES | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 18.884 | 18.459 | Contas a pagar a fornecedores e outras | 7 | 426 | 237 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 2.201 | 788 | Impostos correntes a pagar | | 372 | 261 |
| | | | | Obrigações trabalhistas | | 270 | 245 |
| Outros ativos | | 541 | 350 | Partes relacionadas | 9 | 978 | 645 |
| | | | | Retenções diversas | | 228 | 208 |
| | | | | Outros passivos | | 5 | 62 |
| Total dos ativos circulantes | | 21.626 | 19.597 | Total dos passivos circulantes | | 2.279 | 1.858 |
| ATIVOS NÃO CIRCULANTES | | | | PASSIVOS NÃO CIRCULANTES | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos | 10 b | 212 | 152 | Provisões para contingências | 8 | 622 | 447 |
| Depósitos judiciais | | 352 | 209 | IRPJ e CSLL diferidos | 10 b | 176 | 112 |
| Outros ativos | | 185 | 183 | | | | |
| Partes relacionadas | 9 | 131 | 131 | Total dos passivos não circulantes | | 798 | 559 |
| | | | | CAPITAL E RESERVAS | 11 | | |
| Investimentos | | 81 | 81 | Capital social | | 24.700 | 23.750 |
| Imobilizado | 6 | 7.452 | 6.882 | Reservas | | 2.263 | 1.301 |
| Intangível | | 1 | 33 | Total do patrimônio líquido | | 26.963 | 25.051 |
| Total dos ativos não circulantes | | 8.414 | 7.671 | | | | |
| TOTAL DOS ATIVOS | | 30.040 | 27.268 | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS PASSIVOS | | 30.040 | 27.268 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

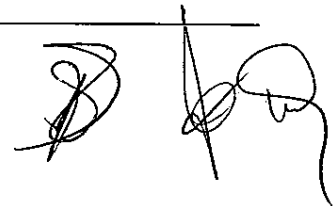
BANRISUL ARMAZENS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação básico e diluído, apresentado em reais)

| | <u>Nota explicativa</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|-----------------------------|---------------|---------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 15 | 8.423 | 5.896 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 13 | (4.399) | (3.479) |
| LUCRO BRUTO | | <u>4.024</u> | <u>2.417</u> |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 13 | (2.512) | (2.033) |
| Despesas comerciais | 13 | (198) | (198) |
| Despesas tributárias | | (154) | (148) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | 492 | 145 |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 1.652 | 184 |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | |
| Receitas financeiras | | 2.122 | 1.740 |
| Despesas financeiras | | (33) | (33) |
| LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 3.741 | 1.891 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 10 | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | (1.228) | (514) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | | (5) | (112) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | <u>2.508</u> | <u>1.265</u> |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO | | <u>3.5829</u> | <u>1.8071</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**
(Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | Capital social | Reserva de capital Reserva de incentivos fiscais | Reserva legal | Reserva de lucros Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|---------------------|-------------------|---|------------------|---|----------------------|---------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 | | | | | | | |
| Aumento de capital | 11 | 22.750 | 231 | 161 | 944 | - | 24.086 |
| Lucro líquido do exercício | | 1.000 | - | (56) | (944) | - | - |
| Destinação do lucro líquido: | | - | - | - | - | 1.265 | 1.265 |
| Reserva legal | 11 | - | - | 63 | - | (63) | - |
| Reserva de retenção de lucros | 11 | - | - | - | 902 | (902) | - |
| Dividendos | 11 | - | - | - | - | (300) | (300) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 | | 23.750 | 231 | 168 | 902 | - | 25.051 |
| Aumento de capital | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 11 | 950 | - | (48) | (902) | - | - |
| Destinação do lucro líquido: | | - | - | - | - | 2.508 | 2.508 |
| Reserva legal | 11 | - | - | 125 | - | (125) | - |
| Reserva de retenção de lucros | 11 | - | - | - | 1.787 | (1.787) | - |
| Dividendos | 11 | - | - | - | - | (596) | (596) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 | | 24.700 | 231 | 245 | 1.787 | - | 26.963 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais)**

| | Nota explicativa | 2011 | 2010 |
|---|---------------------|--------------|----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 2.508 | 1.265 |
| Ajustado por: | | | |
| Depreciação e amortização | | 254 | 240 |
| Provisão para contingências | | 239 | 61 |
| Impostos diferidos líquidos | | 4 | 111 |
| | | <u>3.005</u> | <u>1.677</u> |
| Aumento das contas a receber | | (1.413) | (44) |
| Aumento de outros ativos e depósitos judiciais | | (336) | (49) |
| Diminuição de fornecedores, obrigações trabalhistas e outros passivos | | 217 | 89 |
| Diminuição de impostos correntes | | 111 | 138 |
| Pagamento de provisões | | (64) | (61) |
| | | <u>1.520</u> | <u>1.750</u> |
| CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Compra de imobilizado | | (792) | (3.255) |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| | | <u>(792)</u> | <u>(3.255)</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Pagamento de Dividendos | | (303) | - |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| | | <u>(303)</u> | <u>-</u> |
| AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | | |
| | | <u>425</u> | <u>(1.505)</u> |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | | |
| Saldo no final do exercício | 4 | 18.884 | 18.459 |
| Saldo no início do exercício | | 18.459 | 19.964 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais)

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|----------------|----------------|
| RECEITAS | | |
| Receita da prestação de serviços | 10.128 | 7.028 |
| Outras receitas | 253 | 85 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | <u>(3.560)</u> | <u>(2.753)</u> |
| Custos dos serviços prestados | (2.573) | (1.874) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (987) | (879) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | <u>6.821</u> | <u>4.360</u> |
| Depreciação e amortização | (254) | (240) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | <u>6.567</u> | <u>4.120</u> |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | |
| Receitas financeiras | 2.122 | 1.740 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | <u>8.689</u> | <u>5.860</u> |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Pessoal | <u>(3.081)</u> | <u>(2.689)</u> |
| Remuneração direta | (2.347) | (1.959) |
| Benefícios | (618) | (625) |
| FGTS | (115) | (105) |
| Impostos, taxas e contribuições | <u>(3.068)</u> | <u>(1.873)</u> |
| Federais | (2.754) | (1.713) |
| Estaduais | (17) | (3) |
| Municipais | (296) | (157) |
| Remuneração de capitais de terceiros | <u>(33)</u> | <u>(33)</u> |
| Despesas financeiras | (33) | (33) |
| Remuneração de capitais próprios | <u>(2.508)</u> | <u>(1.265)</u> |
| Dividendos | (596) | (300) |
| Lucros retidos | (1.912) | (965) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mayda A. Wendland
Contadora
CRC: 83147 RS


BANRISUL Armazéns Gerais
Yuri Santanna dos Santos
Diretor Superintendente


BANRISUL Armazéns Gerais S/A
Francisco Blazius
Diretor Presidente

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N.º 92.721.232/0001-57
NIRE N.º 43300003183.

PARECER DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Valores Adicionados e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do relatório dos Auditores Independentes, documentos esses relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

Canoas, 21 de março de 2012.


Luiz Carlos Morlin
Presidente do Conselho de Administração


Francisco Biazus
Conselheiro


Roque José Coimbra Werlang
Conselheiro

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

PARECER

DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração dos Valores Adicionados, relativos ao exercício de 2011.

Baseado no exame procedido e no relatório da auditoria externa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S. A., por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Canoas, 21 de março de 2012.



Antonio Ávila da Silva
Conselheiro Presidente



Edir Pedro Domêneghini
Conselheiro



Zildo Sippel
Conselheiro

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

P:\Secretaria\PUBLICAÇÃO BALANÇO\Parecer Conselho Fiscal.doc

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Barinsul Armazéns Gerais S.A.
Canoas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2010

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 25 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 15 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS



Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC-1SP217532/O-6 S-RS

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57

NIRE N. ° 43300003183.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:

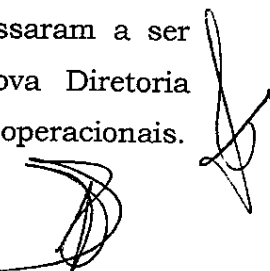
Temos a satisfação de apresentar o relatório do exercício de 2011 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50 % das ações.

A empresa tem sede e atua no município de Canoas – RS, onde opera em regime de Armazém Geral e Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias), apoiada em 09 (nove) armazéns ultrapassando 33 mil metros quadrados de área operacional construída.

Em 2011 foram atendidos 25.594 despachos aduaneiros, sendo 9.209 relativos à importação e 16.385 à exportação.

O resultado líquido do exercício foi de R\$ 2.507.710,39, contra R\$ 1.265.335,77 do exercício anterior, apresentando uma variação positiva de 98,18%, em razão de medidas de gestão: revendo processos, procedimentos e conceitos sem realização de nenhum investimento, sendo que as medidas só passaram a ser adotadas no mês de agosto, três meses após a posse da nova Diretoria (02/05/2011), através de estudo e análise das condições financeiras e operacionais.



Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

P:\Secretaria\PUBLICAÇÃO BALANÇO\Relatório Administração.doc

Contou-se com a participação de 144 colaboradores, incluindo o quadro permanente, contratos emergenciais e terceirizados. A nova Diretoria passou a desenvolver uma política de qualificação e valorização do quadro funcional. Entre as medidas adotadas destacamos a distribuição de 2% do resultado líquido a todos os funcionários a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados.

A estratégia da empresa, para ampliação de sua participação no mercado de logística, é investir em tecnologia, automação de processos, ampliação do quadro funcional e busca de novos nichos de mercado.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

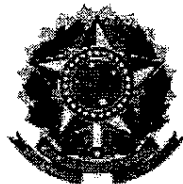
Canoas, 31 de dezembro de 2011.



Francisco Biazus
Diretor Presidente



Yuri Santanna dos Santos
Diretor Superintendente



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|--------------------------|
| NOME..... | : MAGDA ALETHEA WENDLAND |
| REGISTRO..... | : RS-083147/O-4 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 650.845.000-04 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.03.2012 as 13:43:47.

Válido até: 11.04.2012.

Código de Controle: 113739.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Caixa Estadual S.A. - Agência
de Fomento/RS
CAIXA RS**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dezembro de 2011

1 A Mensagem do Presidente

Nesta ocasião em que se encerra o primeiro exercício da atual gestão do BADESUL e mais um ano de nossas vidas, venho dirigir-me aos sul-rio-grandenses para transmitir-lhes as informações pertinentes ao desempenho estratégico, operacional e financeiro desta Agência de Fomento em 2011 e às circunstâncias que o condicionaram.

As informações apresentadas neste relatório dão forma e conteúdo à dinâmica institucional que a atual administração do BADESUL está imprimindo nesta Agência de Fomento. Enquanto a forma refere-se às definições estratégicas e de gestão da Instituição, o conteúdo está expresso nos resultados alcançados em 2011. Como preâmbulo a estes resultados são apresentados o cenário econômico que cercou esta Instituição no período e o Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, ao qual o BADESUL está integrado.

Mas peço-lhes antes licença para transmitir ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, os meus agradecimentos pela honra de participar da sua Administração e de assim servir ao povo gaúcho à frente de uma Instituição financeira de desenvolvimento que tanto contribui para a concretização de investimentos econômicos e sociais que se vinculam aos anseios de progresso dos rio-grandenses.

Transmito-lhes que este foi um ano de transição, como em geral acontece no início de cada nova gestão de governo, ao longo do qual houve revisão de estratégias, renovação de metas, reforma de estrutura e preparação do BADESUL para o exercício de papel destacado no âmbito do novo Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Tudo isto visando ainda buscar um renovado protagonismo desta Agência de Fomento em um ambiente econômico volátil e em um mercado que, além de competitivo, também exhibe falhas, às quais compete a esta Instituição atender.

Pois apesar destas transformações internas e dos fatores externos que condicionaram a atuação do BADESUL em 2011, os resultados operacionais e institucionais alcançados foram relevantes e, tenho certeza, passarão a ser notáveis já a partir do próximo exercício. Esta minha convicção está alicerçada não apenas na posição prioritária que o Governador Tarso Genro atribui ao desenvolvimento e ao BADESUL em sua gestão, mas também e principalmente na qualidade técnica e no comprometimento funcional dos colaboradores desta Instituição com a sua missão cotidiana e com a sua visão de futuro. A estes colaboradores, cuja dedicação ao trabalho e ética pessoal já passei a admirar, estendo-lhes meus agradecimentos, assim como aos meus colegas de Diretoria.

Finalmente, transmito minha gratidão aos clientes do BADESUL, razão de ser desta Instituição, pela ventura de exercerem a nobre função de investir no crescimento da economia do Rio Grande do Sul e de criar emprego e renda para todos aqueles que têm a sua querência nesta terra gaúcha.

Marcelo de Carvalho Lopes
Diretor-Presidente

2 A Situação da Economia em 2011

O Brasil e as economias emergentes que se abrigam no acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) parecem estar relativamente afastadas, ainda que não infensas, aos problemas fiscais, financeiros, de desemprego e de crescimento que estão enfrentando as economias dos Estados Unidos da América, do Japão e da União Europeia (nesta, em especial, alguns dos países que aderiram ao Euro como moeda única). O cenário atual de crise destas economias desenvolvidas

pode ser definido como uma segunda onda de choque, menos aguda, mas mais duradoura, da crise financeira e econômica mundial de 2008-2009.

Os mercados financeiros internacionais, mais uma vez, estão no bojo da crise, cujo epicentro agora está no alto endividamento público e nos persistentes e elevados déficits fiscais existentes em países como Grécia, Itália, Portugal e Espanha, que ainda experimentam problemas de competitividade sob a nova moeda representativa da União Europeia.

A economia dos EUA, também com elevado endividamento fiscal, equivalente a 100% do seu PIB, continua apresentando desemprego na casa dos 9% da população economicamente ativa e baixo nível de demanda interna. O fraco nível de consumo também está freando a economia do Japão, fator este agravado pelo terremoto e posterior tsunami que devastou parte do país.

No âmbito desta moldura mundial, o Brasil, que apresentou em 2010 uma invejável taxa de crescimento de 7,5% em seu Produto Interno Bruto, em 2011 deverá aumentar o seu PIB em torno de 3%, desempenho este principalmente devido à força do consumo interno, dado que muitos investimentos foram antecipados em 2010, motivados por incentivos do Governo Federal, que também vem cumprindo suas metas de economia fiscal, mediante racionalização de gastos e cortes orçamentários seletivos.

Por outro lado, houve aceleração da taxa de inflação no Brasil, que, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, saiu de 5,91% em 2010 e atingiu 6,5% em 2011. O Banco Central do Brasil espera que, em 2012, o IPCA convirja para o centro da meta de inflação, que é de 4,5%. Esta expectativa, por sua vez, está ancorada no impacto que os problemas econômicos mundiais terão sobre a economia brasileira em 2012. Tanto que vem promovendo moderados ajustes para baixo na taxa de juros básica da economia brasileira, a taxa Selic, que caiu para 11% a.a. no final de 2011, tendo atingido, em agosto de 2011 o ápice de 12,5% a.a.

Quanto ao mercado de trabalho, o IBGE apontou em 5,8% a taxa de desemprego no Brasil, a menor desde 2002, enquanto que a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE, feita nas sete regiões metropolitanas do Brasil, mostrou uma taxa de desemprego média de 10,1% da população economicamente ativa ao final de 2011, sendo que a Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou o menor índice, de 7,1% da PEA.

A taxa de câmbio perante o dólar norte-americano registrada pela economia brasileira ao final de 2011 alcançou R\$ 1,80 por US\$ 1.00, logo em situação mais depreciada do que o patamar de R\$ 1,66 por unidade de dólar que vigorou no final de 2010 e também no primeiro semestre de 2008, antes da fase aguda da crise dos títulos *subprime* nos EUA e na União Europeia. A taxa de variação cambial em 2011 registrou depreciação de 5%, inferior à taxa de inflação, portanto. Mercê os baixos preços e custos de produção dos bens industrializados fabricados no leste da Ásia, em especial na China, e depois exportados para as economias abertas do planeta, as empresas industriais do Brasil estão enfrentando uma dura concorrência nos seus mercados externo e interno, situação esta agravada pelo mercado de câmbio e pelas taxas de juros praticadas pelos bancos que operam no país.

Em relação ao desempenho do PIB da economia gaúcha em 2011, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul projetou uma taxa de crescimento de 5%, assim como a Fundação de Economia e Estatística estimou que esta alcançou 5,7%. De qualquer forma, a economia gaúcha cresceu em 2011 mais do que a economia brasileira como um todo. Esta situação é explicada pelo excepcional desempenho da agropecuária rio-grandense, dado que o crescimento da indústria de transformação situada nesta unidade da Federação foi em grande parte neutralizado pela substituição de produtos de fabricação nacional por bens importados.

3 O Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

O Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – SD/RS foi estruturado sob uma visão estratégica de governo que coloca o desenvolvimento econômico no centro das políticas públicas estaduais. Outros aspectos estratégicos do SD/RS são aqueles que se seguem.

- Estimular ações coordenadas entre o setor público, a iniciativa privada e as cooperativas.
- Localizar oportunidades internacionais para ampliar os negócios de empresas gaúchas e atrair investimentos.
- Aproveitar oportunidades abertas pelo ciclo de crescimento da economia brasileira e pela política de desenvolvimento do Governo Federal.
- Adensar cadeias produtivas e reduzir disparidades regionais.

A Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI está no centro do SD/RS, com a função de articular, a partir do Gabinete do Governador, as instituições e as ações de governo integradas no âmbito do referido sistema. Entre estas instituições estão a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – AGDI, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e o BADESUL, todas vinculadas ao Governo do Estado mediante a SDPI. Acrescenta-se que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL, vinculado à Secretaria da Fazenda – Sefaz, também integra o SD/RS.

Enquanto a AGDI faz gestão de projetos e exerce relações com o mercado de investimentos, o BADESUL, o BANRISUL e o BRDE são as instituições responsáveis pelo apoio financeiro aos projetos de investimentos priorizados pelo citado sistema. Estas prioridades encontram-se definidas pelos setores considerados estratégicos para a Política de Desenvolvimento Produtivo do Rio Grande do Sul, divididos em dois blocos: Nova Economia e Economia Tradicional.

Os setores prioritários da Nova Economia são: indústria oceânica e pólo naval; reciclagem e despoluição; biocombustíveis (etanol e biodiesel); semicondutores; energia eólica; saúde avançada e medicamentos; indústria da criatividade.

Os setores prioritários da Economia Tradicional são: agroindústria (carne bovina, carne suína, avicultura, leite e derivados, grãos (arroz, soja e milho), vitivinicultura); automotivo e implementos rodoviários; máquinas e implementos agrícolas; madeira, celulose e móveis; equipamentos para a indústria de petróleo e gás; produtos de borracha e material plástico; software; eletroeletrônica e automação; calçados e artefatos.

As empresas investidoras e os projetos de investimento, por sua vez, são objeto de atenção especializada, no âmbito do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, mediante a Sala do Investidor, instituída nesta gestão estadual para os fins de atendimento físico e virtual aos investidores na economia gaúcha, a partir da atuação coordenada das diversas instituições que integram o SD/RS, entre estas o BADESUL.

4 O BADESUL

O BADESUL é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado que atua sob a forma de agência de fomento, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual se vincula mediante a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI. A sua área geográfica de atuação abrange o território do Rio Grande do Sul.

Cabe ao BADESUL atuar no âmbito do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul no apoio à formulação e execução da Política Industrial e de Desenvolvimento estadual, por meio de ferramentas de financiamento tradicionais a investimentos, de apoio à inovação tecnológica e de novos instrumentos para participação no capital de empresas.



As diretrizes estratégicas do BADESUL no âmbito do SD/RS podem ser explicitadas conforme os itens que se seguem.

- Contribuir para tornar a economia do Rio Grande do Sul mais competitiva.
- Contribuir para reverter as tendências de declínio relativo da economia gaúcha.
- Atribuir prioridade a setores e regiões menos desenvolvidas, sem deixar de apoiar setores e regiões mais consolidadas.
- Adotar ferramentas permanentes de planejamento e monitoramento de suas ações operacionais.
- Contribuir para a articulação e execução da política industrial, inclusive para o agronegócio, do Governo do Estado, com foco em setores prioritários e em tecnologia e inovação.
- Contribuir com sua inteligência técnica e institucional para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Uma vez definidas essas atribuições estratégicas do BADESUL, a sua execução por esta Agência de Fomento está sendo e será feita mediante os instrumentos relacionados a seguir.

- Financiamento de Setores Prioritários.
- Financiamento da Modernização de Setores Tradicionais.
- Financiamento da Modernização da Gestão e da Infraestrutura Municipal.
- Apoio à Inovação e à Tecnologia.
- Promoção da Participação Acionária em Empresas Gaúchas.
- Financiamento de Outros Setores.
- Realização de Estudos Setoriais.

5 O BADESUL em 2011 - Realizações

5.1 Estratégias Institucionais

A Diretoria do BADESUL, ao assumir suas funções, ao final de abril deste ano, imediatamente propôs ao Governador do Estado, que aprovou, a transformação de CAIXARS para BADESUL como logomarca da Caixa Estadual S/A - Agência de Fomento/RS, cuja razão social, mediante a Lei nº 13.864, de 28 de dezembro de 2011, passou a ser BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, mudança esta que está em trâmites administrativos para utilização como denominação social oficial. Esta transformação associou a imagem presente e futura desta Instituição com a do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A., que a construiu com prestígio desde 1975 até 1992, quando o então BADESUL foi incorporado ao BANRISUL.

Em seguimento, a Administração do BADESUL preocupou-se com a renovação do planejamento estratégico e da estrutura organizacional da Instituição e com a definição de metas operacionais para 2012, ao lado do estímulo ao desempenho operacional desta Agência de Fomento em 2011. Nesta linha, a primeira preocupação estratégica foi o estabelecimento das prioridades, metas e indicadores do BADESUL referentes à inserção desta Agência de Fomento no Plano Plurianual Participativo (PPA) 2012-2015.

Outra preocupação foi o estabelecimento do planejamento estratégico 2011-2014 da nova gestão do BADESUL. Mediante oficina participativa foram redefinidos desde os conceitos estratégicos básicos, como o negócio, a missão, a visão, os valores, as diretrizes e os setores prioritários da Instituição, até os seus objetivos operacionais e de gestão. Dado que as diretrizes estratégicas e os setores prioritários já foram explicitados, seguem-se os demais conceitos.

Negócio

Soluções estratégicas e financeiras para o desenvolvimento sustentável.

Missão

Promover o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, atuando na formulação e execução de suas políticas públicas, como agente financeiro de excelência.

Visão

Ser a empresa líder em soluções financeiras de longo prazo, baseada na sua competência técnica e conhecimento da economia gaúcha.

Valores

- Atitude pró-ativa, criativa e empreendedora.
- Geração de valor para os clientes.
- Transparência, ética e qualidade nos relacionamentos internos e externos.
- Compromisso com a autossustentabilidade.
- Valorização e qualificação do quadro funcional.
- Comprometimento com o desenvolvimento sustentável e com a democratização do crédito.
- Comprometimento com a gestão compartilhada do conhecimento.

A Diretoria do BADESUL promoveu ainda a reestruturação administrativa da Instituição, cujo espírito foi a redução dos seus níveis hierárquicos e a criação de espaços para o aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade dos seus procedimentos gerenciais.

Simultaneamente à formulação e implementação das macroestratégias, a Diretoria do BADESUL voltou seus olhos para o desempenho operacional desta Agência de Fomento, representado pelo financiamento de projetos de investimentos, e para o fomento ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul e da gente gaúcha, mediante ações de incentivo a inversões, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento e em uníssono com a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Investimento.

5.2 Operações

No que se refere ao financiamento de projetos de investimentos, o acompanhamento da sua evolução foi feito em dois níveis: a) aprovações de projetos; b) liberações para projetos.

As aprovações de projetos de investimentos pelo BADESUL na economia gaúcha, em 2011, podem ser vistas na tabela que se segue.

Aprovações de Crédito a Projetos de Investimentos em 2011 pelo BADESUL
 Valores monetários em R\$ 1.000,00

| Setor Apoiado | Valor Acumulado até Dezembro/2011 | Nº | % Valor |
|------------------------|--|------------|----------------|
| Administração Pública | 76.280 | 69 | 8,7 |
| Rural e Agroindustrial | 215.127 | 449 | 24,6 |
| Empresarial | 582.102 | 112 | 66,7 |
| Total | 873.509 | 630 | 100,0 |

Nota-se que o apoio de crédito do BADESUL em 2011 encontra no setor rural e agroindustrial da economia gaúcha um destino relevante, mas a primazia das aprovações de financiamento a projetos de investimentos cabe ao setor empresarial, que envolve a indústria (exceto a agroindústria), o comércio e os serviços. Outro destaque cabe ao financiamento de projetos públicos, dado o impacto que esses projetos têm nas comunidades municipais gaúchas.

À medida que os projetos de investimento têm seu financiamento aprovado pela Diretoria do BADESUL, estes são contratados e seus valores são liberados, conforme cronograma individual. As liberações de projetos de investimentos na economia gaúcha, em 2011, podem ser vistas, por sua vez, na tabela que se segue.



Liberações de Crédito a Projetos de Investimentos em 2011 pelo BADESUL

Valores monetários em R\$ 1.000,00

| Setor Apoiado | Valor Acumulado até Dezembro/2011 | % Valor |
|-------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Administração Pública | 34.745 | 7,3 |
| Rural e Agroindustrial | 170.749 | 36,1 |
| Empresarial | 267.664 | 56,6 |
| Total 1 | 473.158 | 100,0 |
| Cartas-Fiança Liberadas | 23.290 | - |
| Total 2 | 496.448 | - |

A defasagem entre os valores aprovados e liberados é explicada principalmente pelo tempo que transcorre desde a aprovação do crédito pela Diretoria até a sua contratação e posterior registro cartorial dos seus termos, a partir do que se iniciam as liberações do financiamento.

O fluxo de liberações, por sua vez, passa a formar o estoque ou saldo acumulado de operações de crédito, a partir do qual resultam as despesas e receitas financeiras, a diferença entre as quais serve para cobrir as despesas administrativas, tributárias e diversas do BADESUL, sobrando como resíduo o lucro da Instituição. O saldo de operações de crédito do BADESUL registrado ao final de 2011 alcançou o valor de R\$ 1.683,9 milhões.

A distribuição geográfica do saldo das operações de crédito acumuladas pelo BADESUL ao final de 2011 mostra que a região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Serra absorveu 13,9%, seguida pelas regiões dos COREDES Metropolitano Delta do Jacuí (9,1%), Fronteira Oeste (8,9%), Alto Jacuí (8,3%), Sul (7,6%) e Vale do Taquari (5,7%).

Quanto à distribuição por setores da economia, 32,4% do estoque de operações de crédito do BADESUL estavam alocadas, no final de 2011, no segmento agropecuário, seguido do setor de alimentos e bebidas (19,5%), eletricidade, gás, água e esgoto (9,9%), comércio (9,4%) e Administração Pública (5,5%).

Mas o desempenho operacional do BADESUL não deve ser visto apenas pelo lado quantitativo dos projetos apoiados. Isto porque os objetivos desses investimentos traduzem, talvez com mais propriedade do que o valor do seu conjunto, o significado das ações do BADESUL no que concerne ao desenvolvimento da economia gaúcha. A seguir são descritos alguns desses aspectos relevantes que estão por trás dos financiamentos aprovados pelo BADESUL.

5.2.1 Operações de Crédito para o Setor Público Municipal

O BADESUL aprovou em 2011 R\$ 76,3 milhões para o financiamento de 69 projetos de investimentos projetados pelas prefeituras municipais do Rio Grande do Sul.

O BADESUL disponibiliza financiamentos para os municípios gaúchos mediante repasses de recursos de programas administrados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e da Caixa Econômica Federal – CEF. O BADESUL ainda financia, com recursos próprios, um importante conjunto de projetos destinados a equipar e modernizar as prefeituras gaúchas, com vistas à qualificação dos serviços públicos e à ampliação da infraestrutura básica e produtiva regional e local.

As operações de financiamento ao setor público pelo BADESUL têm um histórico de incentivo ao desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul nos eixos descritos a seguir.

- Redução das Desigualdades Sociais.
- Dinamização da Economia Local.
- Promoção do acesso universal dos serviços de saneamento básico.

- Modernização da Gestão Pública.

A partir desses eixos, o BADESUL atua no financiamento de projetos municipais de investimento em infraestrutura urbana, em educação e no desenvolvimento da gestão pública.

- Infraestrutura urbana

O BADESUL tem um histórico de grande volume de operações em infraestrutura urbana, principalmente com os municípios de pequeno e médio porte do Estado. Para esse fim, esta Agência de Fomento opera mediante os programas PIMES/BADESUL (Programa Integrado de Melhoria Social), PROURB/BADESUL (Projetos Especiais com Recursos Próprios), PROVIAS/BNDES (Programa de Intervenções Viárias), Saneamento para Todos - FGTS/CEF e Pró-Transporte e Mobilidade Urbana – FGTS/CEF.

O PIMES/BADESUL é o programa mais conhecido dos administradores municipais gaúchos, já tendo apoiado 264 municípios ao longo da sua história. Qualificar os serviços públicos e ampliar a infraestrutura é o objetivo primeiro do programa. O BADESUL tem a prerrogativa de destacar capital, com o objetivo específico de aplicar recursos exclusivamente no setor público, sem entrar na fila do contingenciamento do Banco Central do Brasil e tendo como vantagem a autonomia estadual na definição das condições operacionais e maior agilidade no atendimento. O BADESUL já destacou R\$ 160 milhões. Já o PROURB/BADESUL é destinado à complementação dos equipamentos e serviços de estrutura local para a atração de investimentos, tais como a infraestrutura de distritos industriais.

O PROVIAS/BNDES tem permitido aos municípios do Rio Grande do Sul, qualificar seu parque de máquinas e, portanto, melhorar os serviços de infraestrutura. Por ser um estado com importante setor agrícola, a manutenção das estradas vicinais é questão relevante para o escoamento da produção e, logo, para a manutenção e crescimento da economia local. O BADESUL é, no Rio Grande do Sul, o maior repassador de recursos do PROVIAS/BNDES.

Salienta-se também que o BADESUL está apto a repassar, como a única Agência de Fomento do país habilitada pela Caixa Econômica Federal, recursos dos programas Saneamento para Todos – FGTS/CEF e Pró-Transporte e Mobilidade Urbana - FGTS/CEF.

- Educação

O BADESUL apóia investimentos para o desenvolvimento da educação mediante os programas Caminho da Escola/BNDES e Um Computador por Aluno - Prouca/BNDES. Através do programa Caminho da Escola/BNDES, o BADESUL tem possibilitado aos municípios a aquisição de novas frotas de ônibus para o transporte escolar dos alunos de escolas rurais, permitindo um atendimento com mais segurança e qualidade. O programa Um Computador por Aluno – Prouca/BNDES, para a inclusão digital dos alunos das redes públicas municipais, está em fase de implantação e habilitação de operações.

- Gestão

Os projetos municipais voltados à melhoria da gestão pública são apoiados pelo BADESUL mediante o PMAT/BNDES – Programa de Modernização da administração tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos. Aliás, merece destaque ter sido o BADESUL a primeira agência oficial de fomento do país credenciada para atuar em nome do BNDES no PMAT, que se destina ao apoio de projetos de investimentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, visando à modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público. Isto proporciona aos Municípios uma gestão eficiente de recursos, em especial por meio do aumento das receitas e da redução do custo unitário dos serviços com administração geral, saúde e educação. O BADESUL é pioneiro no PMAT Automático no Rio Grande do Sul.



5.2.2 Operações de Crédito para a Agropecuária e a Agroindústria do Rio Grande do Sul

O BADESUL aprovou em 2011 R\$ 215,1 milhões para o financiamento de 449 projetos de investimentos para o desenvolvimento agrícola do Rio Grande do Sul.

O sentido do termo desenvolvimento agrícola refere-se à base material da produção agropecuária em todos os seus aspectos, físicos, humanos e tecnológicos, e envolve mudanças sociais e econômicas. Ao longo dos anos, a introdução de diversas novas tecnologias levou a uma rápida mudança no perfil da produção agrícola e na forma como as comunidades agrícolas vivem. Além disto, envolveu também outros setores da sociedade do país, pois deflagrou processos de mobilidade humana, que culminaram com o crescimento das populações das cidades. Desta forma, o desenvolvimento agrícola não se restringe somente ao “rural” – mas também abrange mudanças em diversas esferas da vida social do país.

Neste contexto, as políticas públicas ligadas ao estímulo e fomento ao desenvolvimento das atividades agrícolas são impulsionadoras e, ao mesmo tempo, atenuadoras dos efeitos da adoção de novos modelos tecnológicos. A operacionalização destas políticas está ligada ao financiamento da aplicação e/ou ampliação das novas tecnologias via instituições financeiras, entre as quais o BADESUL.

Considerando que a expansão da fronteira agropecuária do Rio Grande do Sul enfrenta as limitações da geografia estadual, a continuidade do desenvolvimento do agronegócio e da agropecuária familiar gaúchas está no aumento da produtividade e da eficiência produtiva. Nesta linha, o BADESUL vem atuando de forma intensa no apoio à modernização das atividades agrícolas e pastoris rio-grandenses, em especial no que se refere ao financiamento de tratores, colheitadeiras, silos e armazéns, recuperação de solos etc.

Os principais segmentos produtivos apoiados têm sido aqueles ligados às lavouras de soja, trigo, milho e arroz, ao lado da produção de carne, leite e derivados. Vale destacar que a Instituição pelo BNDES do programa Finame PSI (Programa de Sustentação do Investimento), ao lado do Moderinfra e do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), está na base desse processo de modernização e de renovação da agricultura do Rio Grande do Sul.

A atuação do BADESUL, como agente de desenvolvimento, está consolidada em função também de sua profunda ligação com todas as áreas de atividade agrícola. Isto decorre de um trabalho persistente de todas as esferas do banco em espalhar o desenvolvimento, promover a distribuição de renda e viabilizar a atividade rural.

5.2.3 Operações de Crédito para a Economia Empresarial do Rio Grande do Sul

O BADESUL aprovou em 2011 R\$ 582,1 milhões para o financiamento de 112 projetos de investimentos para o desenvolvimento empresarial do Rio Grande do Sul.

Dentre os projetos de desenvolvimento empresarial apoiados pelo BADESUL alguns segmentos merecem destaque. O primeiro destaque cabe à indústria de biodiesel, no apoio da qual o BADESUL foi pioneiro. Isto porque o BADESUL liderou o financiamento para a implantação no Rio Grande do Sul das plantas de produção desse biocombustível, que abastecem 25% da demanda nacional pelo produto. Isto significa que, sendo responsável por 8% do consumo nacional, o excedente de produção gaúcha de biodiesel destina-se ao abastecimento das regiões sul e sudeste do Brasil.

O segundo destaque corresponde ao apoio do BADESUL para a indústria metal-mecânica gaúcha. Isto porque a indústria metal-mecânica do Rio Grande do Sul continua sendo um foco relevante de investimentos em tecnologia e um fator de desenvolvimento para a economia rio-grandense,

na medida em que suas cadeias produtivas contribuem para a diversificação e o adensamento da indústria de transformação localizada neste estado.

No quesito de alta tecnologia, o destaque vai para o apoio do BADESUL à produção de semicondutores no Rio Grande do Sul. Isto porque o BADESUL engajou-se no esforço governamental gaúcho de contribuir para a instalação, junto ao Parque Tecnológico da Unisinos, da empresa HT Micron Semicondutores. Ao lado do Ceitec, a vinda da HT Micron Semicondutores para o Rio Grande do Sul representa um novo grande passo para o futuro da economia rio-grandense, ao qual se agrega a dinâmica tecnológica da Altus Sistemas de Informática S.A.

Aponta-se, ainda, a relevância do apoio do BADESUL para o desenvolvimento da atividade de logística de grãos na economia gaúcha, em Rio Grande, junto ao maior pólo naval, logístico e portuário estadual.

5.2.4 Operações de Participação Acionária

O BADESUL, a CRP (Companhia de Participações) e o Sebrae-RS lançaram em dezembro de 2011 o Fundo CRP Empreendedor, para apoiar empresas com elevado potencial de crescimento. O fundo de *venture capital* terá um aporte de R\$ 100 milhões e também terá como investidores o fundo de pensão Previ, a CAF (Corporación Andina de Fomento) e a Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

5.3 Finanças

A gestão estratégica do BADESUL não ficou circunscrita ao seu esforço operacional, na medida em que o desempenho das operações da Instituição foi acompanhado pelo fortalecimento das finanças desta Agência de Fomento, cuja solidez pode ser atestada pelos números que se seguem, relativos ao patrimônio e aos resultados financeiros alcançados em 2011.

5.3.1 Patrimônio

O Patrimônio Líquido do BADESUL ao final de 2011 alcançou R\$ 561,0 milhões, enquanto que, ao longo do exercício, o Patrimônio Líquido Médio foi de R\$ 531,9 milhões. O Ativo Total do BADESUL chegou ao montante de R\$ 2,3 bilhões ao final de 2011 e o Ativo Total Médio a R\$ 2,1 bilhões. O saldo de operações de crédito alcançou a dimensão de R\$ 1,7 bilhão e a aplicação em Títulos e Valores Mobiliários somou R\$ 610,9 milhões (inclusive R\$ 93,1 milhões correspondentes aos fundos estaduais administrados pelo BADESUL).

5.3.3 Resultado

O Resultado Operacional da Instituição, antes da tributação sobre o lucro e participações, atingiu R\$ 65,7 milhões em 2011. O Lucro Líquido Antes dos Juros sobre o Capital Próprio chegou a R\$ 77,6 milhões. Por fim, anuncia-se que o Lucro Líquido final do BADESUL em 2011 foi de R\$ 47,4 milhões.

5.4 Produtos e Serviços

Os produtos financeiros operados pelo BADESUL em 2011 corresponderam, essencialmente, às linhas de crédito e aos programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES. De forma complementar, a Instituição operou produtos financeiros assentados nos seus recursos próprios. No que se refere à prestação de serviços, destaca-se a gestão pelo BADESUL de fundos públicos estaduais.

5.5 Comunicação e Marketing

O BADESUL exerceu em 2011 uma série de atividades de promoção, divulgação e participação dos seus serviços aos seus clientes, atuais e potenciais, à comunidade econômica do Rio Grande do Sul e inclusive de cunho internacional, de forma integrada com as atividades do Governo do



Estado de atração de investimentos e de promoção do desenvolvimento gaúcho. Relacionam-se a seguir algumas destas atividades.

- Processo de comunicação voltado para a fixação da marca BADESUL como nova designação comercial desta Agência de Fomento, com a finalidade de atualizar e modernizar o seu conceito estratégico junto ao mercado.
- Foram patrocinados 16 eventos, abrangendo setores-chaves da economia gaúcha, como: Tecnopuc, Fenegócios, Bits Hannover, II Agroind Familiar, XXVII Reponte da Canção, 39º Premio Exportação, Software Livre, Encontro Agentes Municipais, Seminário Pólo Naval, Comitê Fruticultura Metade Sul, Seminário RS Venha Investir Aqui, Desfile Farroupilha, 1º Fórum Brasil/Coreia, SAE Brasil, XXI Seminário Nacional e Troféu Cultura Econômica.
- O BADESUL, representado por seu Diretor-Presidente, exerceu a coordenação técnica da missão oficial do Governo do Estado à Coreia do Sul, realizada no período de 27/05/2011 a 03/06/2011, com a finalidade de iniciar e consolidar um processo de divulgação dos potenciais do Estado, de atração de investimentos estratégicos, além de conhecer os níveis de pesquisa científica e tecnológica e da indústria de construção naval e de eletroeletrônica.
- O BADESUL esteve presente na 12ª edição da Expodireto Cotrijal, realizada em Não-Me-Toque, de 14 a 18/03/2011, divulgando suas linhas de crédito para agricultura de precisão, máquinas e implementos agrícolas. O valor em captações atingiu R\$ 141,8 milhões.
- O BADESUL, no período de 21 a 25/03/2011, participou da 10ª edição da Fimma Brasil (Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira), disponibilizando equipe técnica para atender empreendedores interessados em conhecer as linhas de financiamento para o setor. No total, foram captados R\$ 176,7 milhões.
- Na Expointer, que aconteceu entre 27/08 e 4/09/2011, o BADESUL se posicionou como o segundo maior captador de solicitações de financiamento, totalizando R\$ 284 milhões. A agência foi superada somente pelo Banco do Brasil, que captou R\$ 310 milhões.
- Na Mercopar, que aconteceu entre 18 e 21/10/2011 e que é a maior feira de subcontratação e inovação industrial na América Latina, a participação do BADESUL resultou na captação de R\$ 80 milhões em negócios.

Em síntese, a participação do BADESUL nos eventos antes relacionados proporcionou a identificação de novas propostas de financiamento à Instituição na ordem de R\$ 682,5 milhões.

5.6 Gestão de Riscos

Observa-se que 94% do valor do saldo de operações de crédito registrado pelo BADESUL ao findar de 2011 corresponde a operações com *rating* desde AA até B e, incluindo-se as operações classificadas como tendo *rating* C, aquele percentual acumulado ascende a 96%. Esta qualidade da carteira de operações de crédito do BADESUL é resultado de uma gestão de risco que monitora cotidianamente a sua evolução e periodicamente a submete a bem-sucedidos testes de estresse, que simulam cenários agudos de risco.

5.7 Gestão de Pessoas

No exercício de 2011, a área de Recursos Humanos do BADESUL, a partir da reestruturação organizacional, foi alçada ao patamar de Superintendência, em reconhecimento tácito da função estratégica representada pela Gestão de Pessoas enquanto arcabouço consistente para o acolhimento de um quadro funcional de pluralidade ímpar e valor reconhecidamente ligado à construção do desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

A Superintendência de Gestão de Pessoas do BADESUL focou na área de treinamento sua iniciativa mais pontual, concretizada na realização de 79 eventos externos de capacitação. Somada, a duração total desses eventos alcançou o montante de 2.572 horas, perfazendo a média de 13h07min por colaborador no decorrer do ano de 2011.

O Planejamento Estratégico do BADESUL desafia a Superintendência de Gestão de Pessoas a renovar em 2012 o seu papel protagonista quanto ao atendimento das expectativas do quadro composto por 189 colaboradores, que conjuga o conhecimento de um quadro técnico experimentado com o dinamismo dos profissionais admitidos no concurso realizado em 2010. Trata-se de momento emblemático, em que a conciliação, o aprendizado e a integração são fatores de importância irrefutável na condução dos propósitos mais ambiciosos da Instituição.

5.8 Estrutura Acionária

O BADESUL é uma sociedade de economia mista de capital fechado, cujo acionista majoritário, o Estado do Rio Grande do Sul, possui 99,99% do capital social. O capital social, totalmente integralizado, está representado por ações ordinárias nominativas.

6 O BADESUL em 2012 – Metas

As atividades que o BADESUL deverá exercer ao longo do próximo exercício podem ser resumidas por suas metas operacionais, uma síntese das quais é apresentada a seguir, na forma das liberações de novas operações de crédito e de participação acionária projetadas para 2012.

Quadro Resumo de Liberações de Financiamentos e Participações Projetadas – 2012 (Em R\$ 1,00)

| Operações de Crédito e de Participação | 2012 |
|---|--------------------|
| Financiamento da Modernização de Setores Tradicionais | 143.391.586 |
| Financiamento da Modernização da Gestão e da Infraestrutura Municipal | 61.014.175 |
| Apoio à Inovação e à Tecnologia | 10.000.000 |
| Financiamento de Setores Prioritários | 282.409.524 |
| Financiamento de Outro Setores | 63.184.715 |
| Total das Operações de Crédito | 560.000.000 |
| Participação Acionária em Empresas Gaúchas | 50.000.000 |
| Total geral | 610.000.000 |

7 Agradecimentos

Na oportunidade desta prestação de contas das atividades do BADESUL no exercício de 2011, a Diretoria desta Agência de Fomento dirige-se aos sul-rio-grandenses para transmitir-lhes a sua firme determinação de, em nome do Governo do Estado e da confiança em si depositada pelo Governador Tarso Genro, bem conduzir esta Instituição como marco de referência na senda do desenvolvimento da economia gaúcha.

Ao final do caminho já trilhado neste primeiro ano de seu mandato, a Diretoria do BADESUL manifesta, em primeiro lugar, os seus agradecimentos aos clientes desta Agência de Fomento, pessoas físicas e jurídicas que honram a tradição de investimento, de dedicação ao trabalho e de amor à ética empreendedora do Rio Grande do Sul e de sua gente.

Em segundo lugar, esta Diretoria agradece às fontes repassadoras de recursos financeiros do BADESUL, em especial ao BNDES, que, ao longo de sua existência, soube tornar-se modelar paradigma internacional de banco nacional de desenvolvimento.



Finalmente, renova-se o reconhecimento desta Administração aos colaboradores do BADESUL, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

A Diretoria

8 Nominata Institucional

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Tarso Fernando Herz Genro, Governador

Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Mauro Knijnik, Secretário

Conselho de Administração

Mauro Knijnik, Presidente

José Antônio Valle Antunes Júnior, Vice-Presidente

Marcelo de Carvalho Lopes

Aloísio Félix da Nóbrega

Joni Jorge Kaercher

José Antônio Chaves Franco

Izilindo Sfredo Stival (desde 22/12/2011)

Diretoria

Marcelo de Carvalho Lopes, Diretor-Presidente

Pery Francisco Sperotto Coelho, Diretor Vice-Presidente

Luis Alberto da Silva Bairos, Diretor Administrativo

Lindamir Teresinha Verbiski, Diretora de Operações

Francisco Cláudio Duda, Diretor de Participações e Inovação

Mário Fernando Vargas Oliveira, Diretor Financeiro

Conselho Fiscal, Membros Titulares

José Benedicto Ledur, Presidente

Kalil Sehbe Neto, Vice-Presidente

Ivar Pavan

Conselho Fiscal, Membros Suplentes

Celso Luft

Lauro Ângelo Cerutti

Jorge Luis Cardoso

Anexos

– Demonstrações Financeiras do BADESUL em 2011, Notas Explicativas e Pareceres

Demonstrações Financeiras

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

31 de dezembro de 2011 e 2010
com Relatório dos Auditores Independentes

RECEBIMENTO-13-MAR-2012-15:37-001081-1/4

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e de 2010

Índice

| | |
|--|---|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 1 |
| Demonstrações financeiras auditadas | |
| Balancos patrimoniais..... | 3 |
| Demonstrações do resultado | 5 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 6 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 7 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 8 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS,

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2010

Os valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem modificação, datado de 07 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F-RS



Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC-1SP217532/O-6 "S" RS

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

| | 2011 | 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Disponibilidades . | 908.603 | 805.881 |
| | 448 | 296 |
| Títulos e valores mobiliários | 610.942 | 490.287 |
| Carteira própria (Nota 5) | 610.942 | 490.287 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 291.051 | 311.204 |
| Operações de crédito | 308.939 | 329.788 |
| Setor público | 27.305 | 30.709 |
| Setor privado | 281.634 | 299.079 |
| Provisão p/operações de crédito de liquidação duvidosa | (17.888) | (18.584) |
| Outros créditos | 6.009 | 3.879 |
| Rendas a receber (Nota 7) | 720 | 767 |
| Diversos | 5.289 | 3.112 |
| Adiantamento e antecipações salariais | 243 | 220 |
| Adiantamento por nossa conta | 23 | 1 |
| Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 8) | 4.219 | - |
| Pagamentos a ressarcir | 446 | 371 |
| Devedores diversos no país (Nota 9) | 358 | 2.520 |
| Outros valores e bens | 153 | 215 |
| Outros valores e bens | 150 | 212 |
| Despesas antecipadas | 3 | 3 |
| Realizável a longo prazo | 1.360.999 | 1.182.062 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 1.338.503 | 1.181.479 |
| Operações de crédito | 1.374.930 | 1.221.782 |
| Setor público | 66.869 | 60.839 |
| Setor privado | 1.308.061 | 1.160.943 |
| Provisão p/operações de crédito de liquidação duvidosa | (36.427) | (40.303) |
| Outros créditos | 22.496 | 583 |
| Rendas a receber (Nota 7) | 56 | 58 |
| Diversos | 22.440 | 525 |
| Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 8) | 22.058 | - |
| Devedores por depósitos em garantia | 325 | 219 |
| Devedores diversos no país (Nota 9) | 57 | 306 |
| Permanente (Nota 10) | 3.941 | 4.651 |
| Investimentos | 307 | 123 |
| Ações e cotas | 307 | 123 |
| Imobilizado de uso | 3.541 | 4.114 |
| Outras imobilizações de uso | 7.428 | 7.403 |
| Depreciação Acumulada | (3.887) | (3.289) |
| Intangível | 93 | 414 |
| Outros ativos intangíveis | 4.070 | 4.070 |
| Amortização acumulada de outros ativos intangíveis | (3.977) | (3.656) |
| Total do ativo | 2.273.543 | 1.992.594 |

| Passivo | 2011 | 2010 |
|---|-----------|-----------|
| Circulante | 392.435 | 333.710 |
| Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 11) | | |
| BNDES | 266.997 | 248.074 |
| CEF | 175.444 | 209.574 |
| FINAME | 734 | 714 |
| | 90.819 | 37.786 |
| Outras obrigações | 125.438 | 85.636 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 88 | - |
| Sociais e estatutárias (Nota 12) | 16.796 | 12.106 |
| Fiscais e previdenciárias (Nota 13) | 7.883 | 7.601 |
| Diversas | 100.671 | 65.929 |
| Despesas de pessoal | 2.533 | 2.211 |
| Outros pagamentos | 579 | 435 |
| Credores diversos (Nota 15) | 97.559 | 63.283 |
| Exigível a longo prazo | 1.320.104 | 1.156.146 |
| Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais (Nota 11) | | |
| BNDES | 1.312.488 | 1.150.100 |
| CEF | 712.733 | 1.069.595 |
| FINAME | 21.170 | 20.808 |
| | 578.585 | 59.697 |
| Outras obrigações | 7.616 | 6.046 |
| Diversas | 7.616 | 6.046 |
| Provisão p/passivos contingentes (Nota 14) | 2.789 | 1.155 |
| Credores Diversos (Nota 15) | 4.827 | 4.891 |
| Patrimônio líquido (Nota 16) | 561.004 | 502.738 |
| Capital | 499.981 | 408.189 |
| De domiciliados no país | 499.981 | 408.189 |
| Reservas de lucros | 61.023 | 94.549 |

Total do passivo e do patrimônio líquido

2.273.543 1.992.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Handwritten signature and initials, likely representing the company's legal representative, located at the bottom right of the page.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

| | Segundo semestre 2011 | Exercício de 2011 | Exercício de 2010 |
|--|--------------------------|----------------------|----------------------|
| Discriminação | | | |
| Receitas da intermediação financeira | 107.700 | 205.083 | 192.297 |
| Operações de crédito | 73.851 | 142.667 | 145.357 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 33.849 | 62.416 | 46.940 |
| Despesas da intermediação financeira | (43.469) | (86.903) | (66.657) |
| Operações de empréstimos e repasses | (41.306) | (75.638) | (71.962) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6e) | (2.163) | (11.265) | 5.305 |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 64.231 | 118.180 | 125.640 |
| Outras receitas e despesas operacionais | (29.723) | (52.498) | (40.465) |
| Receitas de prestação de serviços | 2.385 | 4.875 | 4.575 |
| Rendas de tarifas bancárias | 369 | 995 | 2.620 |
| Despesas de pessoal | (15.390) | (29.252) | (25.248) |
| Outras despesas administrativas (Nota 19a) | (8.344) | (13.738) | (11.376) |
| Despesas tributárias | (3.041) | (6.001) | (5.308) |
| Outras receitas operacionais | 798 | 1.047 | 935 |
| Outras despesas operacionais (Nota 19b) | (6.500) | (10.424) | (6.663) |
| Resultado operacional | 34.508 | 65.682 | 85.175 |
| Resultado antes da tributação s/ o lucro e participações | 34.508 | 65.682 | 85.175 |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 18) | 22.448 | 14.258 | (11.067) |
| Provisão para imposto de renda | (2.750) | (8.768) | (8.065) |
| Provisão para contribuição social | (1.079) | (3.251) | (3.002) |
| Ativo fiscal diferido | 26.277 | 26.277 | 0 |
| Participações estatutárias no lucro | (2.347) | (2.347) | (1.784) |
| Lucro líquido do semestre/exercício | 54.609 | 77.593 | 72.324 |
| Juros sobre o capital próprio | (17.600) | (30.209) | (25.882) |
| Nº de Ações (em milhares) | 499.981 | 499.981 | 408.189 |
| Lucro por ação - R\$ | 109,22 | 155,19 | 177,18 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e
Semestre findo em 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

| Eventos | Capital realizado | Reservas de lucros | | Lucros ou prejuízos acumulados | Total |
|--|-------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------------------|----------|
| | | Legal | Reservas especiais - outras | | |
| Saldos em 01/01/2010 | 383.573 | 10.023 | 38.084 | - | 431.680 |
| 1 - Aumento de capital | | | | | |
| Integralização de capital subscrito no exercício | 24.616 | - | - | - | 24.616 |
| 2 - Lucro líquido do exercício | | | | 72.324 | 72.324 |
| 3 - Destinações | | | | | |
| Reservas | | 3.616 | 42.826 | (46.442) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (25.882) | (25.882) |
| Saldos em 31/12/2010 | 408.189 | 13.639 | 80.910 | - | 502.738 |
| Mutações do período | 24.616 | 3.616 | 42.826 | - | 71.058 |
| Saldos em 01/01/2011 | 408.189 | 13.639 | 80.910 | - | 502.738 |
| 1 - Aumento de capital | | | | | |
| Integralização de capital subscrito no exercício | 91.792 | - | (80.910) | - | 10.882 |
| 2 - Lucro líquido do exercício | - | - | - | 77.593 | 77.593 |
| 3 - Destinações | | | | | |
| Reservas | - | 3.880 | 43.504 | (47.384) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (30.209) | (30.209) |
| Saldos em 31/12/2011 | 499.981 | 17.519 | 43.504 | - | 561.004 |
| Mutações do período | 91.792 | 3.880 | (37.406) | - | 58.266 |
| Saldos em 01/07/2011 | 408.189 | 14.788 | 90.136 | - | 513.113 |
| 1 - Aumento de capital | | | | | |
| Integralização de capital Subscrito no semestre | 91.792 | - | (80.910) | - | 10.882 |
| 2 - Lucro líquido do semestre | - | - | - | 54.609 | 54.609 |
| 3 - Destinações | | | | | |
| Reservas | - | 2.731 | 34.278 | (37.009) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (17.600) | (17.600) |
| Saldos em 31/12/2011 | 499.981 | 17.519 | 43.504 | - | 561.004 |
| Mutações do período | 91.792 | 2.731 | (46.632) | - | 47.891 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2011

| Discriminação | Segundo Semestre 2011 | Exercício de 2011 | Exercício de 2010 |
|---|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do semestre/exercício depois dos impostos e participações | 54.609 | 77.593 | 72.324 |
| Ajustes do lucro líquido do período | (21.876) | (12.030) | (3.601) |
| Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 2.163 | 11.265 | (5.305) |
| (Reversão) de provisão p/desvalorização títulos livres | (28) | (39) | (48) |
| Constituição de outras provisões | 1.807 | 2.027 | 416 |
| Depreciação e amortização | 459 | 994 | 1.336 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (26.277) | (26.277) | - |
| Lucro líquido do período ajustado | 32.733 | 65.563 | 68.723 |
| Variações nos ativos e obrigações | | | |
| (Aumento) em títulos e valores mobiliários | (28.184) | (60.993) | (80.143) |
| (Aumento) em operações de crédito | (68.550) | (120.616) | (59.464) |
| Redução em outros créditos | (36.081) | (148.137) | (370.667) |
| Redução em outros valores e bens | 2.978 | 2.234 | 4.289 |
| Aumento/(Redução) em outras obrigações | 45 | 63 | 7 |
| Aumento em obrigações por empréstimos e repasses | 7.144 | 24.152 | (32.285) |
| Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais | 66.280 | 181.311 | 377.977 |
| | 4.549 | 4.570 | (11.420) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aquisição de investimentos | - | (200) | - |
| Aquisição do imobilizado de uso | (41) | (100) | (724) |
| Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos | (41) | (300) | (724) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Aumento de capital por subscrição | 10.882 | 10.882 | 24.616 |
| Juros sobre o capital próprio pagos | (15.000) | (15.000) | (15.000) |
| Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades de financiamentos | (4.118) | (4.118) | 9.616 |
| Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | 390 | 152 | (2.528) |
| Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (nota 4) | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício | 58 | 296 | 2.824 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício | 448 | 448 | 296 |
| Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | 390 | 152 | (2.528) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998.

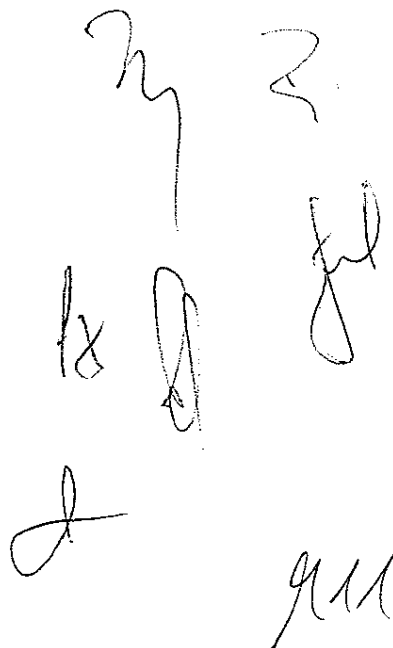
É regida pela Resolução n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções n.º 3.757, de 01 de julho de 2009, n.º 3.834, de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023, de 27 de outubro de 2011, editadas pelo Banco Central do Brasil.

A Instituição tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através de financiamento aos setores público e privado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de janeiro de 2012, a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir do dia 01 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei n.º. 6.404/76) com as atualizações da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e da Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized 'M' and 'Z' at the top, and various other initials and signatures below.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

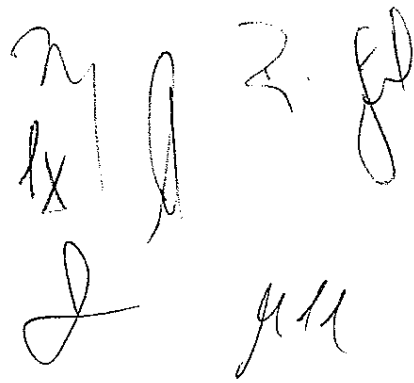
c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

A Circular nº 3.068/2001, emitida pelo BACEN, determina a classificação em três categorias, considerando a intenção de negociação desses ativos, no entanto exceção, entre outras instituições, as agências de fomento da aplicação da referida norma.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000, emitidas pelo BACEN.



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

d) Operações de crédito--Continuação

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções nº 2.682, de 21 de setembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, emitidas pelo BACEN, acrescida de provisões prudenciais, como medida conservadora de proteção contra inadimplementos potenciais.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução nº 2.682.

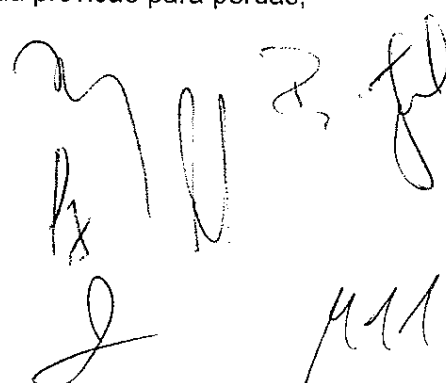
As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição deduzido da provisão para perdas, quando aplicável.



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

h) Imobilizado de uso

O Imobilizado de Uso está demonstrado pelo custo no que se refere aos bens recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul, incorporados ao Patrimônio desta Agência de Fomento no exercício de 2000 pelo valor residual, tendo sido observada a continuidade dos registros patrimoniais existentes à época, e, os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para sistema de transporte.

i) Intangível

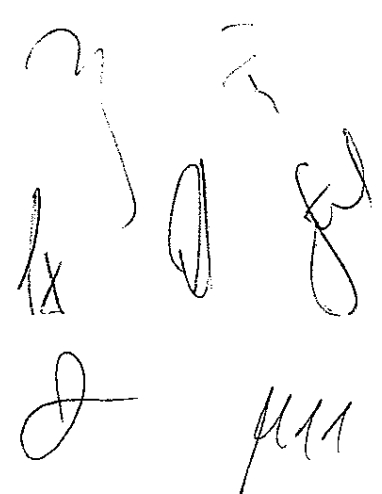
O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de *softwares* destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear.

j) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, devem ser revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para o exercício de 2011 não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis.

k) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo BACEN para a data do encerramento do período.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a large 'M' or 'N' at the top, and various other scribbles and initials below it.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.


m) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 9% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi reconhecida com base no lucro real e calculada à alíquota de 9%, considerando a solução de consulta nº 88-SRRF/10ª Disit, da Receita Federal do Brasil de 22 de julho de 2008, originada no processo nº 11080.002498/2008-84 onde foi questionada a majoração da alíquota para 15% a partir da edição da medida provisória nº 413 de 03 de janeiro de 2008, cuja conclusão foi a seguinte: "Ante ao exposto, conclui-se que as agências de fomento, de que trata a Resolução CMN nº 2828, de 2001, permanecem sujeitas à alíquota da CSLL de 9% (nove por cento)."

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias, e, registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período.

n) Benefícios a empregados

A Administração do BADESUL tem procedido anualmente à avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego oferecidos aos seus funcionários. São adotadas integralmente as diretrizes estabelecidas na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC)T 19.31 - Benefícios a Empregados aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1.193/2009, oriunda do Pronunciamento CPC nº 33, na contabilização dos planos de previdência complementar, de assistência médica e odontológica e do prêmio por aposentadoria, conforme mencionado na nota 22.



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

n) Benefícios a empregados--Continuação

A Instituição reconhece os ganhos ou perdas atuariais para os benefícios pós-emprego de acordo com o item 93 da NBC T 19.31.

- (i) A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor acumulado dos ganhos e perdas não reconhecidos no período anterior que exceder em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total; e,
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

- (ii) A parcela dos ganhos ou perdas atuariais amortizada em cada exercício corresponde à divisão do valor dos ganhos e perdas atuariais acumulados pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

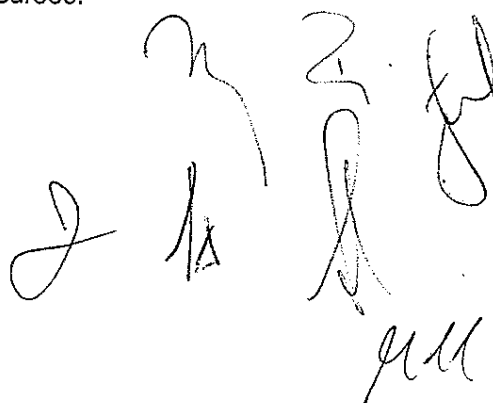
O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, calculado anualmente por atuário independente, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Quando existentes, os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, durante o período em que o direito foi adquirido.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) *Contingências ativas* – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais--Continuação

- (ii) *Contingências passivas* – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

q) Lucro por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

| Discriminação/títulos | 2011 | 2010 |
|-----------------------|------|------|
| Disponibilidades | 448 | 296 |
| Total | 448 | 296 |

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários

a) Carteira Própria - Composição

| Discriminação/títulos | Curto prazo | |
|---|----------------|----------------|
| | 2011 | 2010 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 610.170 | 461.719 |
| Notas do Tesouro Nacional | - | 23.722 |
| Cotas de Fundos de Investimento | 840 | 4.953 |
| (-)Prov. p/Desvalorização de Títulos Livres | (68) | (107) |
| Total | 610.942 | 490.287 |

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31/12/2011 o valor de R\$ 93.095 (Em 31/12/2010 R\$ 58.651) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 15. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo BADESUL, conforme descrito na nota 23b.

b) Carteira própria - Valor de mercado

| Discriminação/Títulos | 2011 | | 2010 | |
|-------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Letras Financeiras do Tesouro | 610.102 | 610.155 | 461.612 | 461.612 |
| Notas do Tesouro Nacional (série B) | - | - | 23.722 | 24.030 |
| Cotas de Fundos de Investimento | 840 | 840 | 4.953 | 4.953 |
| Total | 610.942 | 610.995 | 490.287 | 490.595 |

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada pelo administrador.



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

6. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação

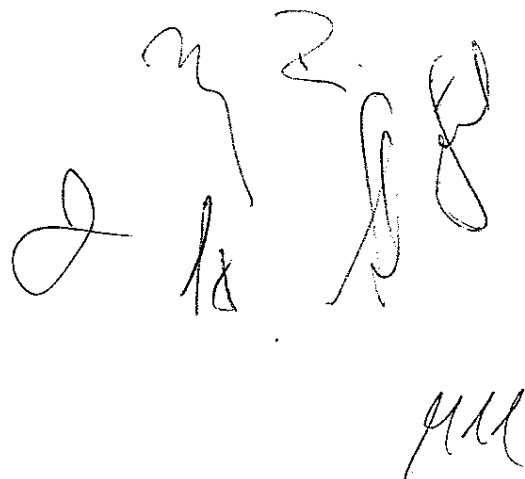
| Discriminação | Curto prazo | | Longo prazo | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Empréstimos | 3.362 | 10.065 | - | 3.378 |
| Financiamentos | 200.957 | 237.564 | 872.037 | 801.340 |
| Financiamentos Rurais e Agro-industriais | 88.614 | 69.136 | 456.366 | 377.971 |
| Financiamentos Infra-estrutura e Desenv. | 16.006 | 13.023 | 46.527 | 39.093 |
| Total | 308.939 | 329.788 | 1.374.930 | 1.221.782 |

b) Composição da carteira por vencimento (parcelas)

| Discriminação | 2011 | 2010 |
|-------------------|------------------|------------------|
| Vencidas | 10.275 | 6.083 |
| Até 60 dias | 4.081 | 2.848 |
| De 61 a 180 dias | 4.558 | 1.939 |
| Acima de 180 dias | 1.636 | 1.296 |
| Vincendas | 1.673.594 | 1.545.487 |
| Até 180 dias | 146.557 | 155.035 |
| De 181 a 360 dias | 152.107 | 168.670 |
| Acima de 360 dias | 1.374.930 | 1.221.782 |
| Total | 1.683.869 | 1.551.570 |

c) Composição da carteira por setor de atividade

| Discriminação | 2011 | 2010 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Setor Público Municipal | 94.174 | 91.549 |
| Administração Direta | 94.174 | 91.549 |
| Outros Serviços | - | - |
| Setor Privado | 1.589.695 | 1.460.021 |
| Pessoa Física | 24 | 443 |
| Indústria | 723.236 | 704.734 |
| Comércio | 149.189 | 123.515 |
| Outros Serviços | 172.266 | 184.221 |
| Rural | 544.980 | 447.108 |
| Total | 1.683.869 | 1.551.570 |



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

6. Operações de crédito--Continuação

d) A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

| Classif. nível de risco | 2011 | | | | | | | |
|----------------------------------|--------------------------------|--------|--------------------------|--------|--------------------|-------|----------------|--------|
| | Total das operações de crédito | | Provisão Resolução BACEN | | Provisão adicional | | Provisão total | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| AA | 533.997 | 31,71 | - | - | - | - | - | - |
| A | 760.521 | 45,17 | 3.803 | 0,5 | 2.633 | 0,35 | 6.436 | 0,85 |
| B | 287.635 | 17,08 | 2.876 | 1,0 | 2.026 | 0,70 | 4.902 | 1,70 |
| C | 33.007 | 1,96 | 990 | 3,0 | 697 | 2,11 | 1.687 | 5,11 |
| D | 24.027 | 1,43 | 2.403 | 10,0 | 1.669 | 6,95 | 4.072 | 16,95 |
| E | 13.609 | 0,81 | 4.083 | 30,0 | 2.840 | 20,87 | 6.923 | 50,87 |
| F | 4.433 | 0,26 | 2.217 | 50,0 | 1.543 | 34,81 | 3.760 | 84,81 |
| G | 21.110 | 1,25 | 14.777 | 70,0 | 6.228 | 29,50 | 21.005 | 99,50 |
| H | 5.530 | 0,33 | 5.530 | 100,00 | - | - | 5.530 | 100,00 |
| Total | 1.683.869 | 100,00 | 36.679 | - | 17.636 | - | 54.315 | - |

| Classif. nível de risco | 2010 | | | | | | | |
|----------------------------------|--------------------------------|--------|--------------------------|--------|--------------------|-------|----------------|--------|
| | Total das operações de crédito | | Provisão Resolução BACEN | | Provisão adicional | | Provisão Total | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| AA | 379.165 | 24 | - | - | - | - | - | - |
| A | 697.919 | 45 | 3.490 | 0,5 | 2.416 | 0,35 | 5.906 | 0,85 |
| B | 375.437 | 24 | 3.754 | 1,0 | 2.644 | 0,70 | 6.398 | 1,70 |
| C | 31.249 | 2 | 937 | 3,0 | 660 | 2,11 | 1.597 | 5,11 |
| D | 20.731 | 1 | 2.073 | 10,0 | 1.441 | 6,95 | 3.514 | 16,95 |
| E | 9.546 | 1 | 2.864 | 30,0 | 1.992 | 20,87 | 4.856 | 50,87 |
| F | 5.224 | 1 | 2.612 | 50,0 | 1.819 | 34,81 | 4.431 | 84,81 |
| G | 22.753 | 1 | 15.927 | 70,0 | 6.712 | 29,50 | 22.639 | 99,50 |
| H | 9.546 | 1 | 9.546 | 100,00 | - | - | 9.546 | 100,00 |
| Total | 1.551.570 | 100,00 | 41.203 | - | 17.684 | - | 58.887 | - |

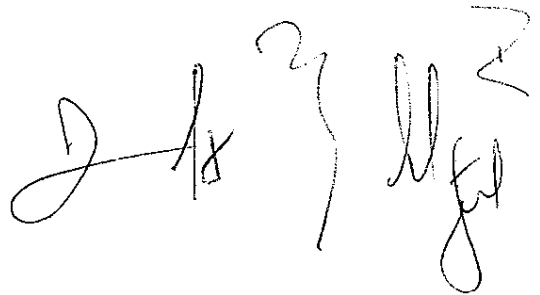
A PCLD adicional constitui reserva técnica para riscos de crédito imprevisíveis, especialmente de operações de elevado valor individual e/ou de concentração setorial. A qualidade da carteira - operações classificadas nos níveis "AA" até "C" - tem apresentado constante melhora, sendo que 95,92% das operações de crédito estão classificadas nesse intervalo de níveis.

Como medida proativa de gerenciamento de risco de crédito todas as operações de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50 são avaliadas periodicamente e tem seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes com montante de saldo inferior a R\$ 50 têm provisão constituída pelo seu nível de risco apurado na contratação da operação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and flourishes.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

6. Operações de crédito--Continuação

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| Discriminação | 2011 | 2010 |
|---|----------|---------|
| Saldo inicial | 58.887 | 70.098 |
| Adições / (Reversões) líquidas do período | 11.265 | (5.305) |
| Baixa por transferência a prejuízo | (17.176) | (7.239) |
| Reversão de baixa a prejuízo | 1.339 | 1.333 |
| Saldo final | 54.315 | 58.887 |

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 3,23% (3,80% em 31 de dezembro de 2010).

f) Concentração dos maiores tomadores de crédito

| Discriminação | 2011 | | 2010 | |
|----------------------|-----------|------------|---------|------------|
| | Valor | % Carteira | Valor | % Carteira |
| Maior | 45.162 | 2,68% | 50.187 | 3,23% |
| 10 maiores seguintes | 293.308 | 17,42% | 332.082 | 21,40% |
| 20 maiores seguintes | 299.050 | 17,76% | 276.543 | 17,82% |
| Demais | 1.046.349 | 62,14% | 892.758 | 57,55% |

g) Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o BADESUL detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h) Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2011 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 17.176 (R\$ 7.239 no exercício de 2010) e revertido R\$ 1.339, em cumprimento ao que dispõe a Resolução nº 2.682 de 21/12/1999, editada pelo Banco Central do Brasil, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2011, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação, está representado por R\$ 57.346 (R\$ 45.829 em 31 de dezembro de 2010). As recuperações por recebimento e renegociação das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 6.713, sendo que R\$ 4.320 referem-se ao saldo contábil recuperado e R\$ 2.393 referem-se aos encargos incorridos a partir de 60 dias do atraso das parcelas contratuais até a data do recebimento (No exercício de 2010 o total foi de R\$ 17.171).

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

6. Operações de crédito--Continuação

i) Renegociações

No exercício de 2011 houve renegociação de operações de crédito no valor de R\$ 25.823, (no exercício de 2010 o valor renegociado foi R\$ 30.688).

7. Outros créditos - Rendas a receber

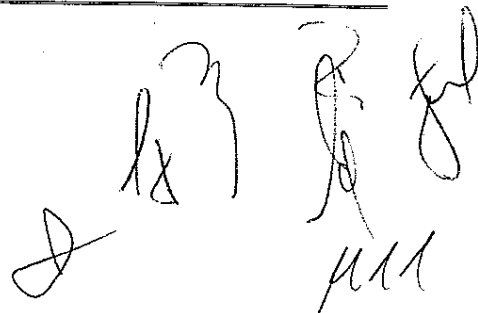
| Discriminação | Curto prazo | | Longo prazo | |
|---|-------------|------|-------------|------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Comissões por Co-Obrigações a Receber/Carta Fiança | 23 | 18 | 56 | 58 |
| Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento | 697 | 749 | - | - |
| Total | 720 | 767 | 56 | 58 |

8. Outros créditos – Créditos Tributários de Impostos e Contribuições

A administração do BADESUL, tendo por base estudo técnico realizado ao longo do exercício de 2011, resolveu reconhecer créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa e de rendas de atraso de contratos de operações de crédito passíveis de realização no período máximo de dez anos. O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que podem, portanto, sofrer alterações. Quanto às demais diferenças temporárias que são compostas por diversas provisões, não foram reconhecidos os respectivos créditos tributários em razão de ainda não haver elementos que fundamentem uma estimativa confiável quanto ao período de realização dos créditos tributários delas decorrentes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, ambas emitidas pelo Banco Central do Brasil.

a) Composição do saldo dos créditos tributários

| Discriminação | Curto prazo | | Longo prazo | |
|------------------------------|-------------|------|-------------|------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Ativo fiscal diferido - IRPJ | 3.102 | - | 16.219 | - |
| Ativo fiscal diferido - CSLL | 1.117 | - | 5.839 | - |
| Total | 4.219 | - | 22.058 | - |



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

8. Outros Créditos – Créditos Tributários de Impostos e Contribuições-- Continuação

a) Composição do saldo dos créditos tributários--Continuação

Considerando o reconhecimento destes créditos fiscais no exercício de 2011, o valor de R\$ 26.277 foi contabilizado diretamente no resultado do exercício na rubrica Ativo Fiscal Diferido.

b) Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2011, são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre as diferenças temporárias, conforme segue:

| Diferenças Temporárias | Saldo projetado para realização até dez anos | Créditos Tributários IRPJ | Créditos Tributários CSLL |
|---|--|---------------------------------|---------------------------------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 69.815 | 17.454 | 6.283 |
| Rendas de atraso | 7.471 | 1.868 | 672 |
| Total | 77.286 | 19.322 | 6.955 |

c) Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

| Ano de Realização | Diferenças Temporárias | IRPJ | CSLL | Total |
|-------------------|---------------------------|---------------|--------------|---------------|
| 2012 | 12.408 | 3.102 | 1.117 | 4.219 |
| 2013 | 23.913 | 5.978 | 2.152 | 8.130 |
| 2014 | 15.890 | 3.972 | 1.430 | 5.402 |
| 2015 | 2.982 | 746 | 268 | 1.014 |
| 2016 | 4.956 | 1.239 | 446 | 1.685 |
| 2017 | 5.237 | 1.309 | 471 | 1.780 |
| 2018 | 2.898 | 724 | 261 | 985 |
| 2019 | 2.683 | 671 | 241 | 912 |
| 2020 | 4.329 | 1.083 | 390 | 1.473 |
| 2021 | 1.990 | 498 | 179 | 677 |
| Total | 77.286 | 19.322 | 6.955 | 26.277 |

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

8. Outros Créditos – Créditos Tributários de Impostos e Contribuições-- Continuação

d) Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, está representado por R\$ 16.705 referente a imposto de renda e R\$ 6.014 referente a contribuição social.

e) Créditos tributários não reconhecidos

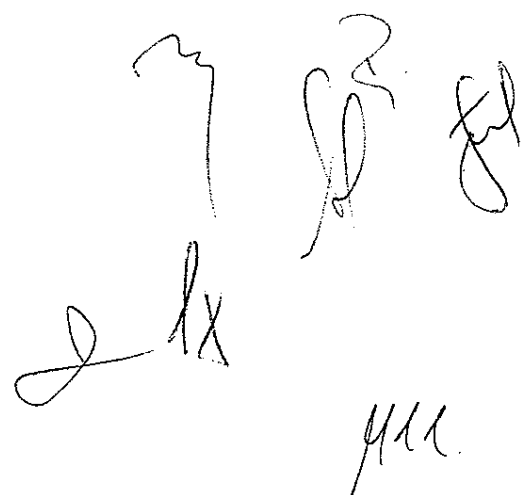
Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2011, R\$ 2.548 relativos a Imposto de Renda e R\$ 917 relativos à Contribuição Social, decorrentes de diferenças temporárias que se constituem em provisões para contingências trabalhistas, planos de benefício pós-emprego e outras que individualmente não representam relevância.

9. Outros créditos - Devedores diversos no País

| Discriminação | Curto prazo | | Longo prazo | |
|---|-------------|-------|-------------|------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Crédito junto ao BNDES ref. bônus/rebates | 186 | 2.420 | - | - |
| Programa de eficiência do uso de energia elétrica | 172 | 94 | 57 | 306 |
| Diversos | - | 6 | - | - |
| Total | 358 | 2.520 | 57 | 306 |

10. Permanente

Em 31 de dezembro de 2011, o grupo Permanente está constituído de investimentos no valor de R\$ 307 (2010 – R\$ 123) e dos demais subgrupos relacionados a seguir:

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized '7', a signature that looks like 'JL', and another signature that looks like 'JL'.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

10. Permanente--Continuação

a) Imobilizado de uso

| Discriminação | Taxas de Depreciação % ao ano | 2011 | | 2010 | |
|------------------------------------|-------------------------------|--------------|-----------------------|---------------|---------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Instalações, móveis e equipamentos | 10 | 4.330 | (1.347) | 2.983 | 3.390 |
| Sistema de processamento de dados | 20 | 2.917 | (2.441) | 476 | 704 |
| Outros | 10 | 181 | (99) | 82 | 20 |
| Total | | 7.428 | (3.887) | 3.541 | 4.114 |

b) Intangível

| Discriminação | Taxas de amortização % ao ano | 2011 | | 2010 | |
|--------------------|-------------------------------|-------|-----------------------|---------------|---------------|
| | | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Ativos intangíveis | 20 | 4.070 | (3.977) | 93 | 414 |

11. Obrigações por repasse no país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e CEF). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 1% a 7,5% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD-P e UPF), e, (b) nas operações pré-fixadas de 2% a.a. até 15,65% a.a.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

| Discriminação | 2011 | | | 2010 | |
|---------------------|---------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | Até 3 meses | De 3 até 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total |
| BNDES | 43.190 | 132.162 | 712.733 | 888.085 | 1.279.169 |
| CEF | 178 | 555 | 21.170 | 21.903 | 21.522 |
| FINAME | 20.476 | 70.436 | 578.585 | 669.497 | 97.483 |
| Total - 2011 | 63.844 | 203.153 | 1.312.488 | 1.579.485 | |
| Total - 2010 | 60.008 | 188.066 | 1.150.100 | - | 1.398.174 |

O Sistema BNDES/FINAME constitui a principal fonte de recursos para repasses do BADESUL aos seus clientes.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

12. Outras obrigações - Sociais e estatutárias

| Discriminação | 2011 | 2010 |
|--|--------|--------|
| Juros sobre o Capital Próprio a pagar | 15.232 | 10.904 |
| Participação nos Lucros e Resultados a pagar | 1.564 | 1.202 |
| Total | 16.796 | 12.106 |

13. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

| Discriminação | 2011 | 2010 |
|--|-------|-------|
| Impostos e Contribuições s/ Lucros a Pagar | 6.345 | 6.160 |
| Impostos e Contribuições s/Serviços de Terceiros | 57 | 62 |
| Impostos e Contribuições s/Salários | 920 | 864 |
| PIS, COFINS, ISSQN | 561 | 515 |
| Total | 7.883 | 7.601 |

14. Passivos contingentes

O BADESUL efetua o monitoramento de todos os processos administrativos e judiciais em que é autor ou réu. Cada processo está suportado por avaliação e acompanhamento de assessoria jurídica que considera o risco e perda envolvida e classifica como risco provável, possível ou remoto. O critério para a constituição da provisão de passivos contingentes está em conformidade ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 e Resolução nº 3.750 emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2009.

i. Passivos contingentes trabalhistas classificados como perdas prováveis

A movimentação no exercício dos passivos contingentes trabalhistas classificados como perdas prováveis foi a seguinte:

| Discriminação | 2011 | 2010 |
|----------------|-------|-------|
| Saldo Anterior | 1.155 | 806 |
| Adições | 1.623 | 416 |
| Baixas | (37) | (67) |
| Saldo Atual | 2.741 | 1.155 |

ii. Passivos contingentes cíveis classificados como perdas prováveis

| Discriminação | 2011 | 2010 |
|----------------|------|------|
| Saldo Anterior | - | - |
| Adições | 48 | - |
| Baixas | - | - |
| Saldo Atual | 48 | - |

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

14. Passivos contingentes--Continuação

iii. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

No exercício de 2010 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das agências de fomento, a qual poderá representar uma futura contingência tributária para o BADESUL, estimada em R\$ 32.062, considerando os dados dos exercícios de 2006 a 2011.

iv. Passivos contingentes trabalhistas classificados como perdas possíveis

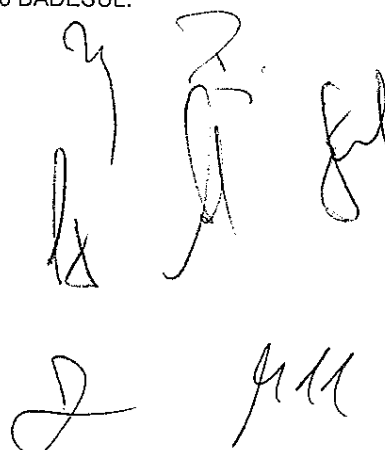
Em 31 de dezembro de 2011 os passivos contingentes trabalhistas foram estimados em R\$ 1.521 (Em 31/12/2010 R\$ 738).

15. Outras obrigações - Credores diversos

| Discriminação | Curto prazo | | Longo prazo | |
|--|---------------|---------------|--------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Financiamentos a Liberar p/Mutuários | 37 | 357 | - | - |
| Cobrança (valores a processar) | 562 | 751 | - | - |
| Provisões Planos de Benefícios Pós-Emprego (*) | 2.702 | 2.593 | 4.614 | 4.447 |
| Receb. de Fundos Estaduais Administrados (**) | 93.095 | 58.651 | - | - |
| CEEE/Programa de eficiência do uso de energia elétrica | 189 | 136 | 213 | 444 |
| Fornecedores | 645 | 360 | - | - |
| Outras | 329 | 435 | - | - |
| Total | 97.559 | 63.283 | 4.827 | 4.891 |

(*) para efeito de publicação, o saldo referente à provisão prêmio aposentadoria foi reclassificado da rubrica Obrigações com Despesa de Pessoal para Credores Diversos/Provisões Planos de Benefícios Pós-Emprego.

(**) os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 23b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do BADESUL.



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 12 de agosto de 2011, em assembléia geral extraordinária, foi aprovada a proposta de aumento do capital social do BADESUL, apresentada pelo acionista controlador, no montante de R\$ 91.792, sendo que R\$ 10.882 foram integralizados mediante a utilização de parte de crédito de juros sobre o capital próprio do exercício de 2010 e R\$ 80.910 foi realizada reversão de reservas de lucros. Esse aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 06/12/2011. Em 31/12/2011 o Capital Social da Instituição estava representado por 499.981.278 (quatrocentas e noventa e nove milhões, novecentas e oitenta e uma mil, duzentas e setenta e oito) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva especial refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que a assembleia geral de acionistas delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários. Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembléia Geral de Acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da provisão com despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações contábeis, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. Os referidos juros reduziram os encargos tributários, no exercício de 2011, na ordem de R\$ 10.271.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

17. Capital regulamentar

a) Patrimônio de referência

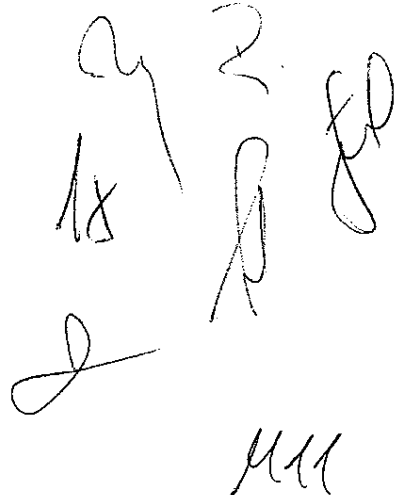
O Banco Central, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital – Basiléia II alterou as regras de apuração do Patrimônio de Referência como disposto na Resolução nº 3.444/2007, emitida pelo BACEN. A apuração do patrimônio de referência da Instituição em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

| Cálculo do Patrimônio de Referência | | |
|--|-----------|-----------|
| | 2011 | 2010 |
| (A) Patrimônio líquido ajustado | 561.004 | 502.738 |
| (B) Patrimônio de Referência - nível I | 561.004 | 502.738 |
| (C) Patrimônio de Referência - nível II | - | - |
| Redução do valor de capital destacado (DC) para operações com o setor público: Resolução CMN/BACEN nº 3.781/2009 | (130.000) | (100.000) |
| (D) Patrimônio de Referência conforme Resolução nº 3.444/07 (nível I + nível II) | 561.004 | 502.738 |
| (E) Patrimônio de Referência [(nível I + nível II) – DC] | 431.004 | 402.738 |

b) Índice de basileia

As regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II, vigentes desde julho de 2008, determinam a obrigatoriedade das instituições financeiras de manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, de acordo com fatores de ponderação de exposições, mitigadores de risco e fatores de conversão em crédito. O índice mínimo exigido no Brasil é de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

As metodologias para apuração das parcelas de capital necessárias para cobertura dos riscos de crédito, mercado e operacional observam as Circulares nºs. 3.360 a 3.366, 3.368, 3.383, 3.388 e 3.389, emitidas pelo BACEN.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large '92', '18', 'J', 'M11', and 'EP'.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

17. Capital regulamentar--Continuação

b) Índice de Basileia--Continuação

| Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia | | |
|---|-----------|-----------|
| | 2011 | 2010 |
| A - Patrimônio de Referência conforme Res. nº. 3.444/07 | 561.004 | 502.738 |
| B - Patrimônio de Referência para fins de limites operacionais | 431.004 | 402.738 |
| Alocação de capital: 1 - Risco de crédito | 185.441 | 166.211 |
| 2 - Risco de mercado | - | - |
| 3 - Risco operacional | 17.589 | 13.398 |
| C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3) | 203.030 | 179.609 |
| D - Alocação de capital para cobertura de risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação | 13.406 | 11.323 |
| E - Valor da margem ("B"- "C"- "D") | 214.568 | 211.806 |
| F - Total das exposições sujeitas à ponderação de risco | 2.391.367 | 2.056.480 |
| G - Total das exposições ponderadas pelo risco | 2.385.716 | 2.049.597 |
| H - Capacidade de alavancagem: ("E" *100)/11 | 1.950.699 | 1.925.509 |
| I - Índice de Basileia: ("B"/("C"/0,11))*100 | 23,35 | 24,67 |
| J - Índice de Basileia amplo: ("B"/("C"+"D"/0,11))*100 | 21,91 | 23,20 |

c) Limites operacionais

O Banco Central estabeleceu conforme Circular nº 3.398/2008 os procedimentos para apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares. Em 31 de dezembro de 2011 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

| Limites regulamentados | Exigência (Exigência/Limite) | Situação | Margem | Índice |
|----------------------------------|---------------------------------|----------|---------|--------|
| 2011 | | | | |
| Compatibilização do PR com o PRE | 216.436 | 431.004 | 214.568 | 21,91% |
| Imobilização | 215.502 | 3.941 | 211.561 | 0,91% |
| 2010 | | | | |
| Compatibilização do PR com PRE | 190.932 | 402.738 | 211.806 | 23,20% |
| Imobilização | 201.369 | 4.651 | 196.718 | 1,15% |

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

| | Segundo Semestre 2011 | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 34.508 | 65.682 | 85.175 |
| Juros Sobre o Capital Próprio | (17.600) | (30.209) | (25.882) |
| Participações Estatutárias no Lucro | (2.347) | (2.347) | (1.784) |
| Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos | (2.576) | 2.993 | (24.152) |
| Diferenças Temporárias | (3.004) | 2.459 | (24.617) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (4.663) | 909 | (22.331) |
| Rendas a apropriar em atraso | 253 | 269 | (4.192) |
| Rendas decorrentes de Ganhos em Renegociações | (327) | (607) | 1.781 |
| Provisões para contingências | 1.449 | 1.634 | 349 |
| Outras provisões | 284 | 255 | (224) |
| Diferenças Permanentes | 428 | 534 | 465 |
| Despesas não dedutíveis | 428 | 534 | 465 |
| Base de cálculo do IR e CS | 11.985 | 36.119 | 33.357 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente (Nota 3m) | (4.063) | (12.256) | (11.317) |
| Incentivos Fiscais | 234 | 237 | 250 |
| Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos | (3.829) | (12.019) | (11.067) |
| Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 8) | 26.277 | 26.277 | - |
| Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado | 22.448 | 14.258 | (11.067) |

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

19. Outras despesas administrativas e outras despesas operacionais

a) Outras despesas administrativas

| Discriminação | Segundo Semestre | | |
|---|------------------|---------------|---------------|
| | 2011 | 2011 | 2010 |
| Água, energia e gás | 224 | 465 | 420 |
| Comunicação | 96 | 176 | 210 |
| Manutenção e conservação de bens | 475 | 838 | 702 |
| Processamento de dados | 1.941 | 3.666 | 2.189 |
| Publicidade e propaganda | 2.701 | 3.350 | 2.330 |
| Serviços do sistema financeiro | 354 | 664 | 599 |
| Serviços de terceiros | 528 | 1.043 | 771 |
| Serviços técnicos especializados | 580 | 749 | 911 |
| Transporte | 44 | 81 | 61 |
| Viagem | 193 | 406 | 499 |
| Emolumentos Cartoriais | 147 | 317 | 242 |
| Depreciação e amortização | 458 | 994 | 1.336 |
| Contribuições p/entidades representativas | 83 | 196 | 168 |
| Outras | 520 | 793 | 938 |
| Total | 8.344 | 13.738 | 11.376 |

b) Outras despesas operacionais

| Discriminação | Segundo Semestre | | |
|--|------------------|---------------|--------------|
| | 2011 | 2011 | 2010 |
| Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego | 341 | 341 | - |
| Despesas de Convênios (atualização saldos de fundos administrados) | 4.589 | 8.105 | 6.085 |
| Despesa com provisão p/contingências trabalhistas | 1.458 | 1.623 | 415 |
| Outras | 112 | 355 | 163 |
| Total | 6.500 | 10.424 | 6.663 |

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

20. Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal do BADESUL e BRDE.

| Discriminação | 31 de dezembro de 2011 | | |
|---|--------------------------|----------|----------|
| | (Direitos) Obrigações | Receitas | Despesas |
| Rendas por administração de Fundos (nota 23b) | (697) | 3.111 | - |
| Contratação de serviços especializados | 295 | - | 471 |
| Remuneração do pessoal chave da administração (*) | 52 | - | 2.041 |
| Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos | (88) | - | - |
| Despesa de Pessoal - funcionários adidos | 162 | - | 2.483 |
| Outros valores a ressarcir | (446) | - | - |

| Discriminação | 31 de dezembro de 2010 | | |
|---|--------------------------|----------|----------|
| | (Direitos) Obrigações | Receitas | Despesas |
| Rendas por administração de Fundos | (749) | 3.661 | - |
| Contratação de serviços especializados | 254 | - | 474 |
| Remuneração do pessoal chave da administração (*) | - | - | 1.251 |
| Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos | (256) | - | - |
| Despesa de Pessoal - funcionários adidos | 221 | - | 2.784 |
| Outros valores a ressarcir | (107) | - | - |

(*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

21. Gestão de riscos

A Administração do BADESUL vem adotando medidas visando ao atendimento de todos os normativos emitidos pelo BACEN, em especial ao cronograma estabelecido no Comunicado nº 16.137, emitido pelo BACEN em 27 de setembro de 2007, resultando em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição num processo contínuo de otimização da gestão de suas atividades com o foco nos controles e mitigação dos riscos. Estão implementados os controles previstos na carta-circular nº 3.368, de 30 de dezembro de 2008, demonstrando o detalhamento das parcelas formadoras do Patrimônio de Referência Exigido as quais compõem o Demonstrativo dos Limites Operacionais. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no site www.badesul.com.br.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

21. Gestão de riscos--Continuação

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a) Risco de mercado

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado implementada na Instituição tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, está implementada sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682, emitida pelo BACEN em 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados. A Administração do BADESUL vem aprimorando seus sistemas de forma a propiciarem informações cada vez mais qualificadas para análise do risco de crédito, tendo desenvolvido e implantado um sistema de cadastro próprio de clientes, contando com fontes externas de dados cadastrais, visando uma gestão eficiente e eficaz com foco na mitigação desse tipo de risco.

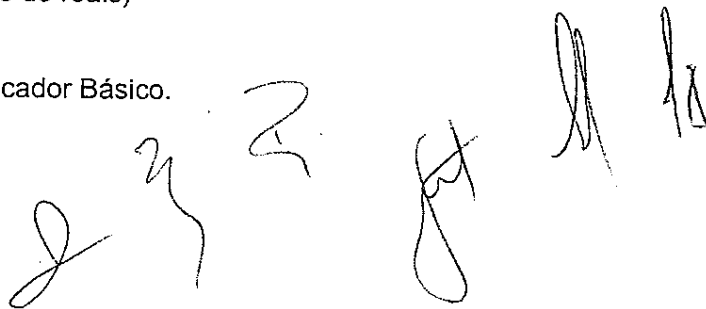
c) Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico foi revisado, tendo por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, emitida pelo BACEN. Para apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

Indicador Básico.

A series of handwritten signatures and initials in black ink, arranged horizontally. From left to right, there is a large stylized signature, a smaller signature, a signature that looks like a 'Z', a signature that looks like a 'J', a signature that looks like 'M', and a small signature that looks like 'A'.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

22. Benefícios pós-emprego

A Administração do BADESUL tem procedido anualmente avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente. Em 31/12/2011, tendo por base o que dispõe o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.193 de 16 de setembro de 2009, foi realizada avaliação atuarial por atuário independente, cujas informações detalhadas seguem abaixo.

a) Plano previdenciário

O BADESUL é patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões. O Plano de Benefícios I, oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL por meio de sucessão trabalhista, é do tipo "benefício definido" e a sua avaliação, em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões.

A avaliação atuarial dos benefícios do Plano de Benefícios I apresenta o seguinte resultado:

| | 2011 | 2010 |
|--|----------------|--------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | (48.408) | (42.381) |
| Valor justo dos ativos do plano | 41.475 | 43.704 |
| Valor presente das obrigações a descoberto | (6.934) | 1.323 |
| Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos | 6.259 | (2.252) |
| Custo do serviço passado não reconhecidos | - | - |
| Passivo Atuarial/(ativo) atuarial líquido total reconhecido | 675 | 929 |

Movimentação do passivo atuarial

| | 2011 | 2010 |
|--|------------|------------|
| Passivo atuarial líquido no início do exercício | 929 | 1.028 |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício | (97) | 733 |
| Contribuições do empregador vertidas durante o exercício | (157) | (832) |
| Passivo Atuarial/(ativo) atuarial líquido no final do exercício | 675 | 929 |

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

22. Benefícios pós-emprego--Continuação

a) Plano previdenciário--Continuação

Movimentação do valor justo dos ativos do plano

| | 2011 | 2010 |
|--|---------------|---------------|
| Valor justo dos ativos no início do exercício | 43.704 | 17.241 |
| Rendimento efetivo dos ativos | (2.753) | 2.108 |
| Contribuições de part./empreg. vertidas durante o exercício | 881 | 832 |
| Benefícios pagos durante o exercício | (357) | (296) |
| Ganhos/(perdas) atuariais sobre os ativos | - | 23.819 |
| Passivo Atuarial/(ativo) atuarial líquido no final do exercício | 41.475 | 43.704 |

Apuração de (ganhos) e perdas atuariais e financeiras

| | 2011 |
|--|--------------|
| (Ganho)/perda ao início do ano | (2.252) |
| Amortização de (ganho)/perda no ano | - |
| (Ganho)/perda nas obrigações atuariais | 411 |
| (Ganho)/perda nos ativos do plano | 8.100 |
| (Ganho)/perda no final do exercício | 6.259 |
| Corredor não sujeito a amortização | 4.841 |
| Parcela sujeita a amortização | 1.419 |
| Valor da amortização para o exercício de 2012 | 393 |

O excedente ao "corredor" será amortizado pelo serviço futuro médio dos participantes ativos do plano, a partir do exercício de 2012, em acordo com o item 92 do Pronunciamento Técnico CPC nº 33.

b) Plano de saúde

São benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, que oferecem benefícios de assistência médica hospitalar, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: **(a)** Plano PAM – Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA e PAMES; **(b)** PROMED Programa Auxílio Medicamento. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da co-participação.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

22. Benefícios pós-emprego--Continuação

b) Plano de saúde--Continuação

A avaliação atuarial desses benefícios apresenta o seguinte resultado:

| | 2011 | 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | (2.427) | (2.785) |
| Valor justo dos ativos do plano | 1.193 | - |
| Valor presente das obrigações a descoberto | (1.234) | (2.785) |
| Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos | (2.304) | (412) |
| Custo do serviço passado não reconhecidos | - | - |
| Passivo Atuarial/(ativo) atuarial líquido total reconhecido | 3.538 | 3.197 |

Movimentação do passivo atuarial

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------|--------------|
| Passivo atuarial líquido no início do exercício | 3.197 | 3.434 |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício | 341 | 420 |
| Contribuições do empregador vertidas durante o exercício | - | (657) |
| Passivo Atuarial/(ativo) atuarial líquido no final do exercício | 3.538 | 3.197 |

Movimentação do valor justo dos ativos do plano

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------|----------|
| Valor justo dos ativos no início do exercício | - | - |
| Rendimento efetivo dos ativos | 1.193 | - |
| Contribuições de part./empreg. vertidas durante o exercício | - | - |
| Benefícios pagos durante o exercício | - | - |
| Ganhos/(perdas) atuariais sobre os ativos | - | - |
| Passivo Atuarial/(ativo) atuarial líquido no final do exercício | 1.193 | - |

Apuração de (ganhos) e perdas atuariais e financeiras

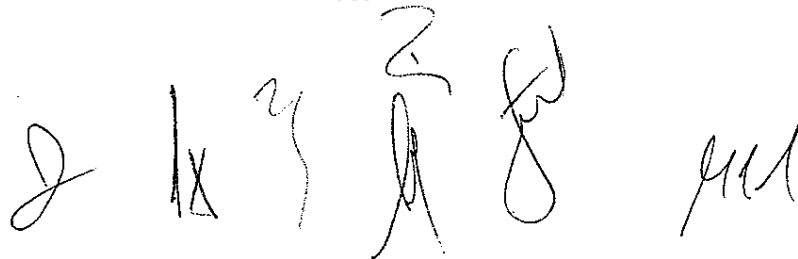
| | 2011 |
|---|---------|
| (Ganho)/perda ao início do ano | (412) |
| Amortização de (ganho)/perda no ano | - |
| (Ganho)/perda nas obrigações atuariais | (699) |
| (Ganho)/perda nos ativos do plano | (1.193) |
| (Ganho)/perda no final do exercício | (2.304) |
| Corredor não sujeito a amortização | (243) |
| Parcela sujeita a amortização | (2.062) |
| Valor da amortização para o exercício de 2012 | (279) |

O excedente ao "corredor" será amortizado pelo serviço futuro médio dos participantes ativos do plano, a partir do exercício de 2012, em acordo com o item

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

92 do Pronunciamento Técnico CPC nº 33.

A series of six handwritten signatures in black ink, arranged horizontally. The signatures are stylized and vary in complexity, with some featuring loops and others being more direct strokes.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

22. Benefícios pós-emprego--Continuação

c) Prêmio por aposentadoria

Em razão da sucessão trabalhista, ocorrida em 01/05/2002, o BADESUL assumiu a obrigação de preservar todos os direitos já adquiridos pelos empregados transferidos do BANRISUL, inclusive os planos de benefícios pós-emprego. Assim, é oferecido prêmio por aposentadoria a esses empregados que se aposentarem com pelo menos 20 anos de empresa, cuja provisão está calculada de acordo com o artigo 82 do regulamento de pessoal, sendo que, para o registro desta provisão, foram considerados no cálculo os encargos patronais, inclusive.

A avaliação atuarial desses benefícios apresenta o seguinte resultado

| | 2011 | 2010 |
|---|--------------|--------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | 3.336 | 1.110 |
| Valor justo dos ativos do plano | - | - |
| Valor presente das obrigações a descoberto | 3.336 | 1.110 |
| Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos | (746) | 1.291 |
| Custo do serviço passado não reconhecidos | - | - |
| *Passivo Atuarial/(ativo) atuarial líquido total reconhecido | 2.590 | 2.401 |

- (*) Para esse item o BADESUL não reconhece o efeito no Resultado pelo valor apurado na avaliação atuarial conforme demonstrado no quadro acima, mantendo provisão em valor a maior do que aquele, por considerar os respectivos encargos patronais incidentes, portanto, o valor do passivo líquido no final do exercício de 2011 é R\$ 3.105 (Em 2010 R\$ 2.914), resultante do reconhecimento da despesa no valor de R\$ 318 e do pagamento de benefício no valor de R\$ 127.

Apuração de (ganhos) e perdas atuariais e financeiras

| | 2011 |
|--|------------|
| (Ganho)/perda ao início do ano | (1.291) |
| Amortização de (ganho)/perda no ano | 6 |
| (Ganho)/perda nas obrigações atuariais | 2.043 |
| (Ganho)/perda nos ativos do plano | - |
| (Ganho)/perda no final do exercício | 746 |
| Corredor não sujeito a amortização | 334 |
| Parcela sujeita a amortização | 413 |
| Valor da amortização para o exercício de 2012 | 413 |

O excedente ao "corredor" será amortizado pelo serviço futuro médio dos participantes ativos do plano, a partir do exercício de 2012, em acordo com o item 92 do Pronunciamento Técnico CPC nº 33.

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

22. Benefícios pós-emprego--Continuação

c) Prêmio por aposentadoria--Continuação

Método atuarial utilizado

As premissas atuariais adotadas foram as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC nº 33 e as definidas pela Administração do BADESUL. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2011, foram adotados o método atuarial PUC – Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais e as seguintes hipóteses demográficas e econômico-financeiras:

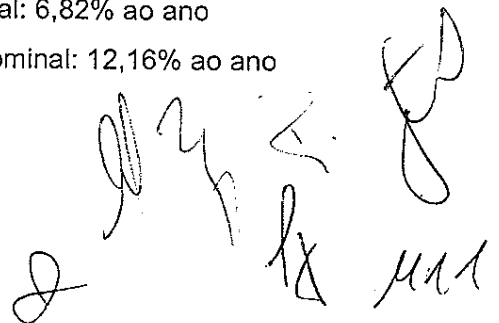
i. Premissas demográficas

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)
- Tábua de mortalidade (inválidos): RRB-83 desagravada em 50%
- Tábua de entrada em invalidez: *Light Forte* desagravada em 40%
- Tábua de rotatividade: Experiência Towers Perrin agravada em 125%*
- Entrada em aposentadoria: 100% na elegibilidade
- Composição familiar:
 - benefícios a conceder: Família Média
 - benefícios concedidos: Família Real informada
 - Família Média considerada: (percentual de casados: 95%; diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos; 1 filho temporário)

* tábua aplicada na avaliação do Plano Previdenciário, sendo considerada nula na avaliação do Prêmio por Aposentadoria e do Plano de Saúde.

ii. Premissas econômico-financeiras

- Taxa de desconto atuarial – taxa real: 5,50% ao ano
- Taxa de desconto atuarial – taxa nominal: 10,78% ao ano
- Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa real: 6,82% ao ano
- Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa nominal: 12,16% ao ano



Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

22. Benefícios pós-emprego--Continuação

c) Prêmio por aposentadoria--Continuação

Método atuarial utilizado--Continuação

ii. Premissas econômico-financeiras--Continuação

- Taxa de crescimento salarial futuro – taxa nominal: 8,15% ao ano
- Taxa de crescimento dos benefícios – taxa nominal: 5,00% ao ano
- Taxa de crescimento dos custos com saúde – taxa nominal: 9,20% ao ano
- Inflação projetada: 5,00% ao ano
- Fator de capacidade dos salários: 100%
- Fator de capacidade dos benefícios do plano: 100%
- Fator de capacidade dos benefícios do INSS: 98,00%
- Custo assistencial médio anual por faixa etária (em R\$)

| Idade Inicial | Faixas Etárias | FAR 200 PROMED | PAM 019 PAMPA Plano PAM | PAM 027 PAMES Plano PAM |
|---------------|----------------|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 0 | 0 a 17 anos | 31,57 | 0,00 | 270,52 |
| 18 | 18 a 29 anos | 39,15 | 0,00 | 162,65 |
| 30 | 30 a 39 anos | 76,92 | 0,00 | 800,75 |
| 40 | 40 a 49 anos | 272,07 | 0,00 | 331,43 |
| 50 | 50 a 59 anos | 469,03 | 0,00 | 479,00 |
| 60 | 60 a 69 anos | 595,48 | 0,00 | 475,94 |
| 70 | 70 anos ou + | 1.060,96 | 0,00 | 688,28 |

23. Compromissos, responsabilidades e contingências

a) Co-obrigações por garantias prestadas

O BADESUL concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES, cujos contratos prevêem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 está representado por R\$ 62.141 (R\$ 49.567 em 31 de dezembro de 2010).

Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS

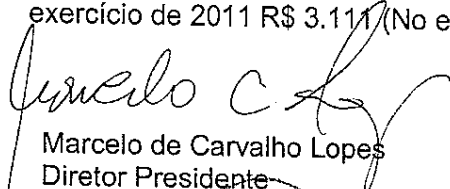
Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

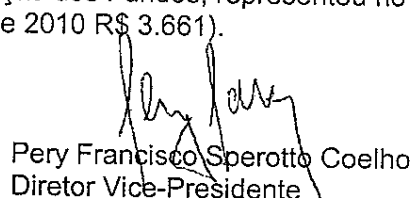
23. Compromissos, responsabilidades e contingências--Continuação

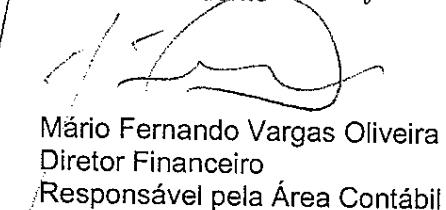
b) Gestão de recursos de terceiros

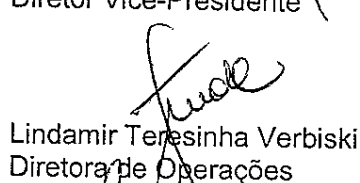
O BADESUL, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do BADESUL está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2011, representam o montante de R\$ 3.047.057 (R\$ 2.359.904 em 31 de dezembro de 2010). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o BADESUL é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício de 2011 R\$ 3.111 (No exercício de 2010 R\$ 3.661).

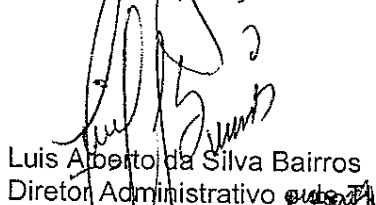

Marcelo de Carvalho Lopes
Diretor Presidente

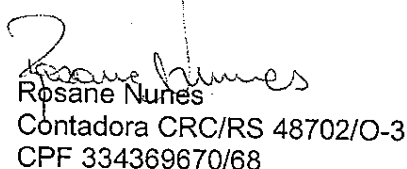

Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente


Mário Fernando Vargas Oliveira
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil


Lindamir Teresinha Verbiski
Diretora de Operações


Francisco Cláudio Duda
Diretor de Participações e Inovação


Luis Alberto da Silva Bairos
Diretor Administrativo


Rosane Nunes
Contadora CRC/RS 48702/O-3
CPF 334369670/68

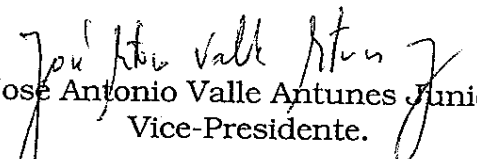
CAIXA ESTADUAL S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

NIRE nº. 43 3 0003872 6
CNPJ nº. 02.885.855/0001-72

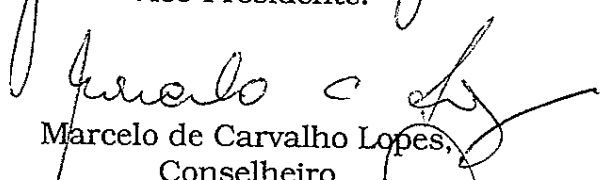
Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31/01/2012, compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2011.

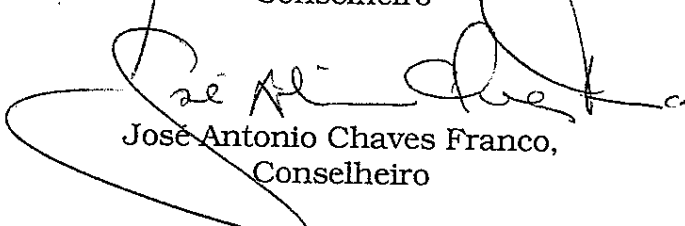
Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2012.



José Antonio Valle Antunes Junior,
Vice-Presidente.



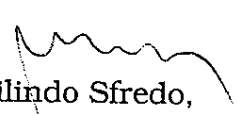
Marcelo de Carvalho Lopes,
Conselheiro



José Antonio Chaves Franco,
Conselheiro



Jom-Jorge Kaercher,
Conselheiro



Izilindo Sfredo,
Conselheiro.

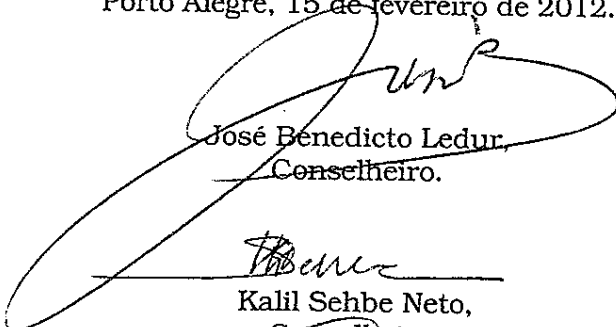
CAIXA ESTADUAL S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

CNPJ/MF nº 02.885.855/0001-72

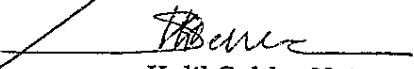
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2011, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao exercício de 2010. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2011.

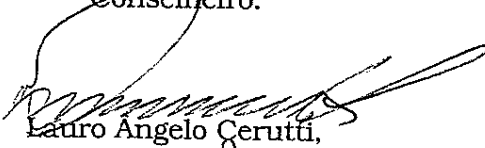
Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2012.




José Benedicto Ledur,
Conselheiro.



Kalil Sehbe Neto,
Conselheiro.



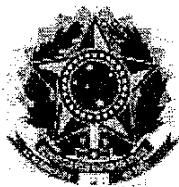
Lauro Angelo Cerutti,
Conselheiro.



Celso Luft,
Conselheiro.



Jorge Luis Cardoso,
Conselheiro.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|------------------|
| NOME..... | : ROSANE NUNES |
| REGISTRO..... | : RS-048702/O-3 |
| CATEGORIA..... | : CONTADOR |
| CPF..... | : 334.369.670-68 |

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 03.02.2012 as 16:21:48.

Válido até: 04.03.2012.

Código de Controle: 111973.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Administradora da ZPE
de Rio Grande
ZOPERG**

CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <u>ATIVO</u> | | |
| <u>CIRCULANTE</u> | <u>472.472,32</u> | <u>765.843,90</u> |
| Caixa | 34,07 | 52,61 |
| Bancos Conta Movimento | 11.099,47 | 21.202,34 |
| Valores a Receber | 1.250,00 | 1.550,00 |
| Aplicações Financeiras | 460.088,78 | 743.038,95 |
| <u>NÃO CIRCULANTE</u> | <u>5.110.024,73</u> | <u>5.128.605,62</u> |
| Aplicação SIAC | 52.074,50 | 36.521,42 |
| Imobilizado | 5.482.327,66 | 5.489.005,25 |
| (-) Depreciações Acumuladas | (424.377,43) | (396.921,05) |
| TOTAL DO ATIVO | 5.582.497,05 | 5.894.449,52 |

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL BEM COMO A DO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.

JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
DIRETOR PRESIDENTE

JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DENISE FREITAS MACKMILLAN
CONTADORA CRC RS 65450
CIC 555.885.900-82

CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|--|----------------------------|----------------------------|
| <u>PASSIVO</u> | | |
| <u>CIRCULANTE</u> | <u>12.132,69</u> | <u>9.882,86</u> |
| Credores Diversos | 1.629,94 | 1.629,94 |
| Obrigações Tributárias e Previdenciárias | 10.502,75 | 8.252,92 |
| <u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | <u>5.570.364,36</u> | <u>5.884.566,66</u> |
| Capital Social Subscrito | 7.435.335,63 | 7.435.335,63 |
| Capital Social a Realizar | (435.557,30) | (435.557,30) |
| Prejuízos Acumulados | (1.429.413,97) | (1.115.211,67) |
| TOTAL DO PASSIVO | 5.582.497,05 | 5.894.449,52 |

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL BEM COMO A
DO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.

RIO GRANDE, 31 DE DEZEMBRO DE 2011

JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
DIRETOR PRESIDENTE

JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DENISE FREITAS MACKMILLAN
CONTADORA CRC RS 65450
CIC 555.885.900-82

CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | | |
|---|---------------------|--------------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2011 | 2010 |
| FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| (+) Outros Recebimentos | 618,03 | 275.221,22 |
| (-) Pagamentos a Fornecedores e Terceiros | (251.083,43) | (186.368,35) |
| (-) Juros Pagos | (247,19) | (2,68) |
| (-) Impostos, Taxas e Contribuições | (84.965,15) | (103.626,65) |
| (=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (335.677,74) | (14.776,46) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS | | |
| Compra de ativo Imobilizado | (3.014,00) | (3.780,00) |
| Juros Recebidos | 45.320,16 | 0,00 |
| (=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | 42.306,16 | (3.780,00) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | |
| Resgate de Aplicações Financeiras | 0,00 | 25.000,00 |
| (=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | 0,00 | 25.000,00 |
| VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES | (293.371,58) | 6.443,54 |
| SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES | 472.472,32 | 765.843,90 |
| SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES | 765.843,90 | 759.400,36 |
| VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES | (293.371,58) | 6.443,54 |

JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
DIRETOR PRESIDENTE

JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DENISE FREITAS MACKMILLAN
CONTADORA CRC RS 65450
CIC 555.885.900-82

CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

| | CAPITA SOCIAL SUBSCRITO (R\$) | CAPITAL A REALIZAR (R\$) | PREJUÍZOS ACUMULADOS (R\$) | TOTAL R\$ |
|---------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|--------------|
| SALDO FINAL EM 31/12/2009 | 7.435.335,63 | (435.557,30) | (1.144.045,25) | 5.855.733,08 |
| <u>Resultado Líquido do Exercício</u> | | | 28.833,58 | 28.833,58 |
| SALDO FINAL EM 31/12/2010 | 7.435.335,63 | (435.557,30) | (1.115.211,67) | 5.884.566,66 |
| <u>Resultado Líquido do Exercício</u> | | | (314.202,30) | (314.202,30) |
| SALDO FINAL EM 31/12/2011 | 7.435.335,63 | (435.557,30) | (1.429.413,97) | 5.570.364,36 |

RIO GRANDE, 31 DE DEZEMBRO DE 2011

JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
DIRETOR PRESIDENTE

JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DENISE FREITAS MACKMILLAN
CONTADORA CRC RS 65450
CIC 555.885.900-82

CIA ADMINISTRADORA DA ZPE RIO GRANDE - ZOPERG

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| RECEITA BRUTA | 0,00 | 0,00 |
| LUCRO BRUTO | 0,00 | 0,00 |
| (-) RECEITAS/DESPESAS OPERAC. | | |
| Despesas Gerais e Administrativas | (374.828,35) | (298.146,80) |
| Despesas Tributárias | 0,00 | (23.382,15) |
| Resultado Financeiro | 60.626,05 | 103.404,72 |
| LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL | (314.202,30) | (218.124,23) |
| (+) Outras Receitas | 0,00 | 252.779,98 |
| LUCRO/PREJ. ANTES DA CSSL E IRPJ | (314.202,30) | 34.655,75 |
| (-) Contribuição Social | 0,00 | (2.183,31) |
| (-) Imposto de Renda | 0,00 | <u>(3.638,86)</u> |
| LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO | (314.202,30) | 28.833,58 |

RIO GRANDE, 31 DE DEZEMBRO DE 2011

JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
DIRETOR PRESIDENTE

JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DENISE FREITAS MACKMILLAN
CONTADORA CRC RS 65450
CIC 555.885.900-82

CIA ADMINISTRADORA DA ZPE DO RIO GRANDE – ZOPERG

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) DAS OPERAÇÕES

A Companhia tem por objetivo o desenvolvimento de todas as atividades determinadas pelos atos constitutivos (Estatuto), nesta cidade do Rio Grande. O presente balanço corresponde ao período de atividades iniciado em 01 de janeiro de 2011 e encerrado em 31 de dezembro de 2011.

2) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância da Lei das Sociedades por ações e das disposições da legislação tributária.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzidas das depreciações calculadas sobre o custo pelo método linear, dentro dos limites permitidos pela legislação tributária. Foram depreciados os bens em uso pela companhia bem como aqueles que estão arrendados. b) Na elaboração das demonstrações foram observados os dispositivos da Lei 6.404/76, suas alterações conforme Lei 11.638/07 e os princípios de contabilidade geralmente aceitos. A partir de 1996 com o advento da Lei nº. 9.249/95, as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária não mais contemplam o reconhecimento nas Demonstrações Financeiras dos efeitos inflacionários. A composição do Imobilizado é a seguinte:

| CONTA | VLR CORRIGIDO | DEPREC. | VLR LIQUIDO |
|-------------------------|---------------|------------|--------------|
| EDIFICACOES | 1.550.988,53 | 261.888,51 | 1.289.100,02 |
| INSTALACOES | 123.237,35 | 95.250,82 | 27.986,53 |
| INSTALACOES 1 | 524.582,12 | 52.582,12 | 472.000,00 |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 8.919,53 | 6.386,39 | 2.533,14 |
| MOVEIS E UTENSÍLIOS | 6.215,42 | 6.215,42 | 0,00 |
| TERRENO | 3.264.517,71 | 0,00 | 3.264.517,71 |
| EQUIP. DE INFORMATICA | 3.014,00 | 1.641,79 | 1.372,21 |
| EQUIP. DE COMUNICAÇÃO | 853,00 | 412,38 | 440,62 |
| TOTAIS | 5.482.327,66 | 424.377,43 | 5.057.950,23 |

A companhia em atendimento ao comunicado CAGE/DCI 034/2011 incorporou o valor de Benfeitorias no montante de R\$ 718.284,35, expresso no Balanço 2010, ao valor das Edificações.

4) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A partir de junho de 2007 a Diretoria passou a receber verba de representação de acordo com aprovação do Conselho de Administração, registrado na ATA 004/2007. A partir de julho de 2009 a Diretoria, exceto o Diretor Administrativo, passou a receber honorários de acordo com aprovação do Conselho de Administração, registrado na ATA 002/2009.

5) RECEITA DE LOCAÇÃO

Por decisão da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, acionista majoritária, a Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande – ZOPERG-RS não alugou suas instalações durante o ano de 2011. Este aluguel se constitui, nos últimos anos, na única fonte de renda da Companhia. Com isto também houve o acréscimo da despesa com segurança patrimonial, visto que esta despesa era suportada pelo arrendatário.

6) APLICAÇÃO SIAC – FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RS

O valor de R\$ 52.074,50 contabilizado no grupo do Ativo Não Circulante é referente a renda acumulada da aplicação vinculada a Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, esse valor para resgate futuro dependerá da autorização do Governo do Estado.

7) TRANSFERENCIA APLICAÇÕES PARA O SIAC

A companhia em atendimento ao comunicado CAGE/DCI 034/2011 transferiu o saldo da conta do fundo de investimento “Banrisul Máster FI Refer. DI LP” para o Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado – SIAC, atendendo assim o citado no decreto 33.959/91.

8) RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

| | 2011 | 2010 |
|--|---------------------|--------------------|
| Resultado Líquido | (314.202,30) | 28.833,58 |
| (+) Depreciações | 34.133,97 | 34.013,05 |
| (=) Resultado Ajustado | (280.068,33) | 62.846,63 |
| Variação nas contas do Ativo e Passivo | (55.609,41) | (77.623,09) |
| (+/-) Variações nas Aplicações Financeiras | (60.873,24) | (65.301,42) |
| (+/-) Variações Impostos e Contribuições a Recolher | 2.249,83 | (16.101,67) |
| (+) Ajuste Variação dos fornecedores de imobilizado/intangível | 3.014,00 | 3.780,00 |
| Caixa Líquido das Atividades Operacionais | (335.677,74) | (14.776,46) |

9) CAPITAL SOCIAL

O capital autorizado é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões). O capital social integralizado é de R\$ 6.999.778,33 (seis milhões novecentos e noventa e nove mil setecentos e setenta e oito reais com trinta e três centavos).

10) EXTINÇÃO DA COMPANHIA

Em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada na sede da Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande – ZOPERG/RS, em 05 de Outubro de 2011, foi decidido, por unanimidade dos acionistas presentes, pela abertura do processo de extinção da Companhia e que a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, acionista majoritária, enviará um Projeto de Lei para a Assembléia Legislativa solicitando a autorização para consumir a “extinção”. Conforme Ata registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 24/11/2011 sob n.º 3551561.

Rio Grande, 31 de dezembro de 2011.

JOSÉ FERNANDO MARCHIORI
DIRETOR PRESIDENTE

JAIRO FONSECA DE AZEVEDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DENISE FREITAS MACKMILLAN
CONTADORA CRC RS 65450
CIC 555.885.900-82

**Companhia de Gás do
Estado do RS
SULGÁS**

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010

Em Reais

ATIVO

| | NOTA EXPLICATIVA | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|---|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 178.000.790,22 | 171.003.012,87 |
| DISPONÍVEL | | 84.507.196,87 | 92.204.117,38 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 5.535.743,38 | 7.292.222,15 |
| Aplicação de Liquidez Imediata | | 78.971.453,49 | 84.911.895,23 |
| DIREITOS REALIZÁVEIS ATÉ O EXERCÍCIO SEGUINTE | | 93.379.588,69 | 78.565.888,00 |
| Clientes | | 68.124.559,75 | 51.577.760,62 |
| Impostos a Recuperar | | 22.765.907,83 | 25.483.567,40 |
| Adiantamento a Funcionários | | 338.049,18 | 269.932,06 |
| Adiantamento a Fornecedores | | 218.182,97 | 25.579,71 |
| Outros Créditos a Realizar | | - | - |
| Estoque Material de Operação e Manutenção | | 1.932.888,96 | 1.209.048,21 |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | | 114.004,66 | 233.007,49 |
| Despesas Diferidas | | 114.004,66 | 233.007,49 |
| ATIVO NÃO-CIRCULANTE | | 99.753.701,76 | 94.770.323,63 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 7.398.163,52 | 15.595.120,45 |
| Clientes | | 1.913.311,50 | 4.344.443,78 |
| Aplicações Financeiras Vinculadas | | - | 4.325.008,78 |
| Depósitos Judiciais | | 818.469,03 | 575.286,64 |
| Impostos a Recuperar | | 1.385.502,34 | 470.768,94 |
| Outros Créditos a Realizar | | 53.779,55 | 53.779,55 |
| Ship or Pay/Take or Pay | NOTA 18 | 182.422,05 | 3.016.043,33 |
| Créditos Tributários Diferidos | | 3.044.679,05 | 2.809.789,43 |
| INVESTIMENTOS | | 48.772,40 | 48.772,40 |
| Participações Diversas | | 48.772,40 | 48.772,40 |
| INTANGÍVEL | NOTA 07 | 91.600.904,69 | 77.666.480,59 |
| Imobilizado da Concessão - Terrenos | | 29.600,00 | 29.600,00 |
| Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais | | 174.552.291,71 | 151.506.039,78 |
| Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório | | 2.861.431,65 | 2.966.150,51 |
| Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados | | 4.820.075,44 | 4.592.612,59 |
| Imobilizado da Concessão - Veículos | | 1.103.278,93 | 1.066.763,93 |
| Imobilizado da Concessão em Andamento | | 22.906.512,43 | 19.291.837,51 |
| (-) Amortização Acumulada | | (114.672.285,47) | (101.786.523,73) |
| DIFERIDO | | 705.861,15 | 1.459.950,09 |
| Despesas Pré-Operacionais | | 1.473.379,42 | 1.473.379,42 |
| Despesas do Projeto de Engenharia de Gás Natural | | 12.661.086,24 | 12.661.086,24 |
| (-) Amortização Acumulada | | (13.428.604,51) | (12.674.515,57) |
| TOTAL DO ATIVO | | 277.754.491,98 | 265.773.336,40 |



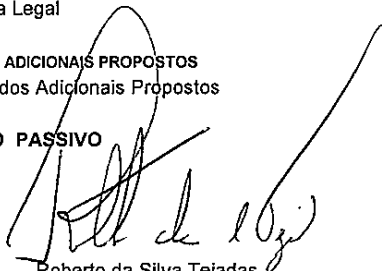


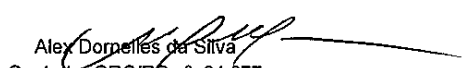

RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010
Em Reais

PASSIVO

| | NOTA EXPLICATIVA | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|--|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 149.564.846,51 | 123.694.692,67 |
| Fornecedores de Mercadorias | | 101.097.781,52 | 67.320.921,45 |
| Fornecedores de Serviços | | 2.061.051,62 | 3.620.539,41 |
| Provisão p/Imposto de Renda | | 27.577.348,40 | 31.903.095,46 |
| Obrigações Sociais e Tributárias | | 13.261.571,71 | 13.072.454,74 |
| Participação nos Lucros | | 1.441.702,19 | 1.127.371,44 |
| Empréstimos e Financiamentos | | - | 2.976.274,87 |
| Adiantamento de Clientes | | 1.301.576,32 | 1.459.674,66 |
| Provisão de Férias a Pagar | | 1.211.215,49 | 866.951,85 |
| Retenções Contratuais | | 400.183,13 | 270.003,50 |
| Outras Obrigações | | 1.212.416,13 | 1.077.405,29 |
| PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | | 3.402.606,95 | 1.993.793,12 |
| Provisão para Contingências | | 3.402.606,95 | 1.993.793,12 |
| PATRIMONIO LÍQUIDO | | 124.787.038,52 | 140.084.850,61 |
| CAPITAL SOCIAL | | 67.655.593,20 | 67.655.593,20 |
| Capital Subscrito e Integralizado | | 67.655.593,20 | 67.655.593,20 |
| RESERVAS DE LUCROS | | 13.531.118,64 | 13.531.118,64 |
| Reserva Legal | | 13.531.118,64 | 13.531.118,64 |
| DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS | | 43.600.326,68 | 58.898.138,77 |
| Dividendos Adicionais Propostos | NOTA 04 | 43.600.326,68 | 58.898.138,77 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 277.754.491,98 | 265.773.336,40 |


Roberto da Silva Tejedades
Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34

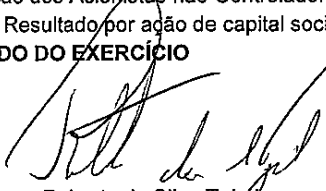





COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS E 2011 E 2010
Em Reais

| | NOTA EXPLICATIVA | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|---|---------------------|------------------|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | NOTA 17 | 492.119.644,68 | 397.944.442,51 |
| CUSTO PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS | | (345.695.817,60) | (242.517.975,36) |
| Custo das Mercadorias | | (327.724.845,98) | (223.754.738,55) |
| Custos de Operação | | (5.407.754,86) | (3.873.264,11) |
| Amortizações Operacionais | | (12.563.216,76) | (14.889.972,70) |
| LUCRO BRUTO | | 146.423.827,08 | 155.426.467,15 |
| DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS | | (36.679.902,53) | (29.969.171,76) |
| Despesas Gerais Administrativas | | (28.432.154,60) | (20.761.746,86) |
| Despesa com benefícios a empregados | | (17.115.006,23) | (15.778.928,63) |
| Amortizações Administrativas | | (1.122.749,07) | (1.050.431,61) |
| Despesas Tributárias | | (220.145,69) | (300.820,99) |
| Outras Receitas Operacionais | | 10.210.153,06 | 7.922.756,33 |
| Receita de Construção - ICPC01 | NOTA 19 | 22.151.141,59 | 12.400.129,81 |
| Custos de Construção - ICPC01 | | (22.151.141,59) | (12.400.129,81) |
| RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS | | 3.472.376,75 | 2.660.371,46 |
| Receitas Financeiras | | 8.796.989,88 | 8.279.993,33 |
| Despesas Financeiras | | (5.324.613,13) | (5.619.621,87) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 113.216.301,30 | 128.117.666,85 |
| Contribuição Social | | (27.404.635,44) | (11.565.260,10) |
| Imposto de Renda | | (10.256.034,72) | (31.053.663,43) |
| RESULTADO APÓS IRPJ e CSLL | | 75.555.631,14 | 85.498.743,32 |
| PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS | | (1.955.304,46) | (1.600.604,55) |
| REVERSÃO JUROS s/CAPITAL PRÓPRIO | | 4.871.202,70 | 4.871.202,70 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 78.471.529,38 | 88.769.341,47 |
| ATRIBUÍDO À | | | |
| Participação dos Acionistas da Controladora | | 40.020.479,98 | 45.272.364,15 |
| Participação dos Acionistas não Controladores | | 38.451.049,40 | 43.496.977,32 |
| Resultado por ação de capital social | | 3,64 | 4,12 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 78.471.529,38 | 88.769.341,47 |


Roberto da Silva Tejedas
Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34





COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS

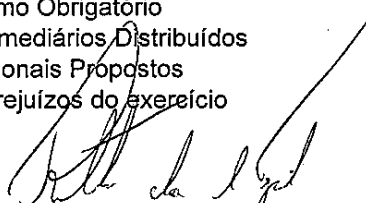
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

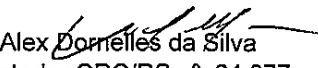
NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2011 E 2010

Em Reais

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| 1 - RECEITAS | | |
| 1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços | 623.925.743,26 | 499.016.832,27 |
| 1.2. Provisão para devedores duvidosos | 7.094.632,13 | 4.649.358,42 |
| 1.3. Outras receitas operacionais | 3.115.520,93 | 3.273.397,91 |
| 2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | |
| 2.1. Materiais consumidos | 327.724.845,98 | 223.754.738,55 |
| 2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos | 5.407.754,86 | 4.023.476,21 |
| 2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais | 19.832.904,71 | 14.220.051,40 |
| 2.4. Perda na realização de ativos | 7.755.368,87 | 7.138.771,66 |
| 3 - RETENÇÕES | | |
| 3.1. Amortizações | 13.685.965,83 | 15.940.404,31 |
| 4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | 259.729.056,07 | 241.862.146,47 |
| 5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | |
| 5.1. Receitas financeiras | 8.796.989,88 | 8.279.993,33 |
| 6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 268.526.045,95 | 250.142.139,80 |
| 7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 268.526.045,95 | 250.142.139,80 |
| 7.1. Empregados | | |
| Salários e encargos | 14.835.163,08 | 12.056.047,86 |
| Honorários da diretoria | 428.089,93 | 383.675,64 |
| Participação dos empregados nos lucros | 1.955.304,46 | 1.600.604,55 |
| 7.2. Tributos | | |
| Federais | 97.701.989,26 | 89.214.563,96 |
| Estaduais | 74.166.512,14 | 56.837.235,91 |
| Municipais | 42.411,06 | 28.720,95 |
| 7.3. Financiadores | | |
| Juros | 64.086,50 | 559.393,03 |
| Aluguéis | 860.960,14 | 692.556,43 |
| 7.4. Juros sobre capital próprio | 4.871.202,70 | 4.871.202,70 |
| 7.5. Dividendos Mínimo Obrigatório | - | - |
| 7.6. Dividendos Intermediários Distribuídos | 30.000.000,00 | 25.000.000,00 |
| 7.7. Dividendos Adicionais Propostos | 43.600.326,68 | 58.898.138,77 |
| 7.8. Lucros retidos/prejuízos do exercício | 0,00 | 0,00 |


Roberto da Silva Tejedas
Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Donelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
Rua 7 de Setembro, 1069 - 5º Andar - Centro - CEP 90010-191 Porto Alegre - RS
Fone: (51) 3287-2200 Fax: (51) 3287-2205 E-mail: sulgas@sulgas.rs.gov.br





COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR

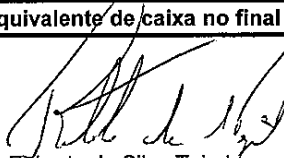
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04


NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em Reais

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 REAPRESENTADO |
|---|-------------------------|-----------------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido: | 78.471.529,38 | 88.769.341,47 |
| Ajustes por: | | |
| Amortização | 13.685.965,83 | 15.940.404,31 |
| Provisão para Devedores Duvidosos | 7.750.059,08 | 7.094.632,13 |
| Provisões para Contingências | 3.402.606,95 | 1.993.793,12 |
| Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos do exercício anterior | (7.094.632,13) | (4.649.358,42) |
| Reversão das Provisões para Contingências do exercício anterior | (1.993.793,12) | (280.084,34) |
| | 94.221.735,99 | 108.868.728,27 |
| Redução (aumento) nos ativos: | | |
| Contas a receber | (14.771.093,80) | (2.165.914,23) |
| Estoques | (723.840,75) | (57.918,95) |
| Tributos e contribuições compensáveis | NOTA 20 1.769.745,25 | (13.851.550,90) |
| Adiantamento a fornecedores | (194.603,26) | (9.144,20) |
| Outros | NOTA 21 2.643.324,60 | (2.142.068,89) |
| Aumento (redução) nos passivos: | | |
| Fornecedores | 33.578.721,51 | 7.383.620,39 |
| Salários e encargos sociais | (45.579,17) | 99.809,30 |
| Pagamento de IR/CS | (4.764.666,99) | 10.501.425,99 |
| Participação nos lucros | 314.330,75 | (21.875,11) |
| Outros | (236.377,41) | (1.368.619,24) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 111.791.696,72 | 107.236.492,43 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Compra de ativo imobilizado | NOTA 07 (27.068.009,67) | (16.862.272,67) |
| Aplicações financeiras de longo prazo | 4.325.008,78 | (380.298,32) |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | (22.743.000,89) | (17.242.570,99) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Empréstimos baixas | (2.976.274,87) | (2.961.455,18) |
| Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas e dividendos | (93.769.341,47) | (93.204.641,71) |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | (96.745.616,34) | (96.166.096,89) |
| Redução líquida de caixa e equivalente de caixa | (7.696.920,51) | (6.172.175,45) |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | 92.204.117,38 | 98.376.292,83 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do período | 84.507.196,87 | 92.204.117,38 |


Roberto da Silva Tejadás
Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Donelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34





COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS
CNPJ: 72.300.122/0001-04 - NIRE: 43.300.033.104
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 – 5º ANDAR
PORTO ALEGRE – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, coeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da entidade.

A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

São aplicações de curto prazo junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Banco do Brasil, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sem perda relevante quando do seu resgate.

b) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Constituída em valor estimado suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização de contas a receber de clientes.



[Handwritten signature]



c) ESTOQUES

Os estoques de peças de reposição no valor de R\$ 1.932.888,96 foram avaliados ao custo médio de aquisição, os quais não excedem ao valor de reposição. Os materiais consumidos no processo de imobilização em andamento estão registrados no ativo intangível.

d) INVESTIMENTOS

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT

Os valores contábeis dos ativos não monetários referentes ao Intangível da Companhia foram revistos para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independente dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativo "unidade geradora de caixa" – UGC.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011.

f) DIFERIDO

É composto por despesas e custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais estão sendo amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia opta pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações restando somente a amortização dos saldos já existentes.

g) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 9.

h) RESULTADO

Tendo em vista que a empresa estava em fase pré-operacional até janeiro de 1997, os custos e despesas realizados até aquele período, foram diferidos em conformidade com o artigo 179, da lei N.º 6.404/76. No presente exercício o resultado é apurado com observância ao regime contábil de competência, confrontando-se a despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período. O consumo ou sacrifício do ativo que não tenha correspondência será descarregado como despesa no período de ocorrência do gasto.





i) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e contingências. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos trimestralmente.

j) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia fornece a seus empregados benefícios que englobam basicamente: Plano de Previdência Privada com contribuição definida administrada pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, assistência médica, odontológica, cartão alimentação e participação nos lucros.

l) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, aplicável às companhias abertas, enquanto que para as companhias de capital fechado representam informação financeira adicional.

NOTA 4 – EFEITOS DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Os principais efeitos dos CPC's na companhia foram os seguintes:

- a) Reclassificação do Imobilizado para o Intangível – ICPC 01 – Nota 07;
- b) Reconhecimento das Receitas e Custos de Construção – ICPC 01 – Nota 19;
- c) Reclassificação dos Dividendos a Pagar no Passivo Circulante para Dividendos Adicionais Propostos no Patrimônio Líquido – ICPC 08 – Nota 14;
- d) Realização do Teste de Recuperabilidade dos Ativos – CPC 01.





NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

| Cliente | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|------------------------|----------------------|----------------------|
| Caixa e Bancos | 5.535.743,38 | 7.292.222,15 |
| Aplicações Financeiras | 78.971.453,49 | 84.911.895,23 |
| Total | 84.507.196,87 | 92.204.117,38 |

Disponibilidades além daquelas necessárias para exigências operacionais são aplicadas em investimentos de curto prazo. Os investimentos com vencimentos de três meses ou menos são classificados como disponibilidades.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| Cliente | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Alberto Pasqualini REFAP S/A | 9.627.707,50 | 5.920.352,34 |
| Petrobras Distrib S/A | 1.410.811,82 | 1.325.371,88 |
| Ipiranga Produtos de Petróleo S/A | 1.583.487,32 | 1.462.474,54 |
| Gerdau S/A | 2.631.835,77 | 1.551.225,79 |
| Braskem S/A | 10.533.175,79 | 3.784.402,56 |
| Outros | 15.760.686,38 | 9.518.777,67 |
| Subtotal | 41.547.704,58 | 23.562.604,78 |
| PDD | (7.750.059,08) | (7.094.632,13) |
| Total | 33.797.645,50 | 16.467.972,65 |

Há um valor de R\$ 28.360.671,88 registrado à conta de Clientes, no ativo circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A. Este valor encontra-se registrado também à conta de Fornecedores de Mercadorias, no passivo circulante, pois depende de acerto entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontram sob arbitragem internacional.

As confissões de dívidas de clientes totalizam R\$ 7.879.553,87, sendo R\$ 5.966.242,37 no ativo circulante e R\$ 1.913.311,50 no ativo não-circulante.



[Handwritten signature]



NOTA 7 – INTANGÍVEL

A Sulgás é concessionária com direito a exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que deverá reverter todos seus bens patrimoniais ao Estado ao término do contrato de concessão se não houver renovação. Com isso, a fim de atender ao ICPC 01, a Sulgás reclassificou todos os bens do imobilizado para o intangível em 2010, adotando como percentual de amortização as taxas pré-definidas no próprio contrato de concessão. Segue abaixo os quadros explicativos:

| Grupo Patrimonial | 2011 Custo | 2011 Amortização Acumulada | 2011 Total 2011 | 2010 Total 2010 | Taxa Amortização |
|-----------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| Terrenos | 29.600,00 | - | 29.600,00 | 29.600,00 | - |
| Gasoduto em Serviço | 166.610.418,27 | -109.790.543,92 | 56.819.874,35 | 50.970.787,71 | 10% |
| Ferramentas | 28.488,39 | -23.738,55 | 4.749,84 | 7.212,52 | 20% |
| Máquinas e Equipamentos | 7.800.665,03 | -529.169,02 | 7.271.496,01 | 2.418.522,05 | 10% |
| Móveis e Utensílios | 898.218,17 | -334.342,21 | 563.875,96 | 593.841,26 | 10% |
| Instalações | 1.390.517,88 | -337.457,28 | 1.053.060,60 | 1.118.618,28 | 10% |
| Equipamentos de Escritório | 219.119,20 | -70.993,51 | 148.125,69 | 168.207,80 | 10% |
| Veículos | 1.103.278,93 | -842.441,54 | 260.837,39 | 376.577,85 | 20% |
| Equipamentos de Comunicação | 353.576,40 | -99.767,18 | 253.809,22 | 163.417,56 | 10% |
| Computadores e Periféricos | 4.820.075,44 | -2.643.832,26 | 2.176.243,18 | 2.645.649,92 | 20% |
| Imobilizado em Andamento | 23.019.232,45 | - | 230.192,45 | 19.174.045,64 | - |
| TOTAL | 206.273.190,16 | -114672285,5 | 91600904,69 | 77.666.480,59 | |

| | Saldo Inicial 2011 | Adições 2011 | Baixas Não Monetárias 2011 | Transferências 2011 | Saldo Final 2011 |
|-----------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Terrenos | 29.600,00 | 0,00 | | | 29.600,00 |
| Gasoduto em Serviço | 149.088.985,23 | 3.344.323,85 | | 14.177.109,19 | 166.610.418,27 |
| Ferramentas | 29.607,09 | 0,00 | -1118,7 | | 28.488,39 |
| Máquinas e Equipamentos | 2.820.542,55 | 3.686.242,76 | -7917,58 | 1301797,3 | 7.800.665,03 |
| Móveis e Utensílios | 871.353,46 | 75.797,11 | -48932,4 | | 898.218,17 |
| Instalações | 1.326.320,15 | 64.197,73 | | | 1.390.517,88 |
| Equipamentos de Escritório | 217.712,20 | 1.520,00 | -113 | | 219.119,20 |
| Veículos | 1.066.763,93 | 37.000,00 | -485 | | 1.103.278,93 |
| Equipamentos de Comunicação | 235.461,48 | 123.602,97 | -5488,05 | | 353.576,40 |
| Computadores e Periféricos | 4.592.612,59 | 1.532.630,42 | -3370,27 | -1301797,3 | 4.820.075,44 |
| Gasoduto em Formação | 19.174.045,64 | 18.202.694,83 | -180398,83 | -14.177.109,19 | 23.019.232,45 |
| Total | 179.453.004,32 | 27.068.009,67 | -247.823,83 | 0,00 | 206.273.190,16 |

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
Rua 7 de Setembro, 1069 - 5º andar - Centro CEP 90010-191 Porto Alegre-RS
Fone : (51) 3220-2200 Fax : (51) 3220-2205 E-mail: sulgas@sulgas.rs.gov.br

Gás Natural
Mais Energia,
Menos Poluição.





NOTA 8 – PARTES RELACIONADAS

O saldo pela aquisição de gás natural junto à Petróleo Brasileiro S/A Petrobras totalizava, em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 72.497.594,66, assim composto:

| DOCTO N.º | Parcela | Vencimento | Valor |
|-----------|---------|------------|---------------|
| 0004751 | 1 | 04/01/2012 | 6.095.400,00 |
| 0004748 | 2 | 04/01/2012 | 27.542.342,32 |
| 96490891 | 1 | 25/01/2012 | 423,61 |
| 0004790 | 1 | 25/01/2012 | 19.272,23 |
| 0004789 | 1 | 25/01/2012 | 19.496,28 |
| 0004791 | 1 | 25/01/2012 | 5.922,17 |
| 0004853 | 1 | 25/01/2012 | 234.729,88 |
| 0004852 | 1 | 25/01/2012 | 2.603.563,19 |
| 0004851 | 1 | 04/02/2012 | 7.796.964,94 |
| 0004850 | 1 | 15/01/2012 | 4.993.430,40 |
| 0004850 | 2 | 04/02/2012 | 22.654.800,00 |
| 0004822 | 1 | 14/01/2012 | 531.249,64 |
| Total | | | 72.497.594,66 |

NOTA 9 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil e estão compostos no ativo não circulante, como segue:

a) Impostos e contribuições sociais a compensar

| Ativo Circulante | 2011 | 2010 |
|--|---------------|---------------|
| ICMS a compensar | 831.451,72 | 371.490,07 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 18.706.880,33 | 22.030.782,77 |
| PIS/COFINS a compensar | 3.227.231,79 | 2.908.457,20 |
| | 22.765.563,84 | 25.483.223,37 |

| Ativo Não-Circulante | 2011 | 2010 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| ICMS a compensar | 1.385.502,34 | 470.768,94 |
| IR/C Social s/provisões | 3.044.679,05 | 2.809.789,43 |
| | 4.430.181,39 | 3.280.558,37 |





b) Impostos e contribuições sociais a recolher

| Passivo Circulante | 2011 | 2010 |
|--|----------------------|----------------------|
| ICMS | 372.476,36 | 114.844,16 |
| COFINS | 1.008.426,97 | 398.646,55 |
| PIS | 218.935,36 | 86.548,26 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 37.895.559,79 | 43.774.151,09 |
| Outras Obrigações | 1.343.521,63 | 601.360,14 |
| | 40.838.920,11 | 44.975.550,20 |

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O empréstimo junto ao BNDES foi liquidado no exercício 2011.

| | Saldo em 31.12.2011 | Saldo em 31.12.2010 |
|--------------|---------------------|---------------------|
| BNDES | 0,00 | 2.976.274,87 |
| Total | 0,00 | 2.976.274,87 |

NOTA 11 - SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

| | 2011 | 2010 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Salários a Pagar | 209.104,92 | 235.505,78 |
| Provisão para Férias | 899.729,88 | 866.951,85 |
| Encargos Sociais | 656.025,72 | 601.360,14 |
| Provisão Participação no Resultados | 1.441.702,19 | 1.127.371,44 |

A provisão para férias, acrescida dos encargos sociais previstos na legislação vigente, foi calculada com base nos períodos aquisitivos dos respectivos funcionários, cujos valores foram apropriados até 31 de Dezembro de 2011.

NOTA 12 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS/RESULTADOS

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração. Ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 1.955.304,46 (Hum milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quatro reais com quarenta e seis centavos).



Ø

Ch



NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 67.655.593,20, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, sendo que o limite já foi atingido.

NOTA 14 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

Aos acionistas, de acordo com os estatutos sociais, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, conforme o cálculo a seguir demonstrado para 31 de Dezembro de 2011.

| | 2011 VALORES (R\$) | 2010 VALORES (R\$) |
|---|-----------------------|-----------------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 78.471.529,38 | 88.769.341,47 |
| RESERVA LEGAL | - | - |
| JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO | -4.871.202,70 | -4.871.202,70 |
| TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR | 73.600.326,68 | 83.898.138,77 |
| DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS | 9.384.041,65 | 10.697.012,69 |
| DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO | 9.016.040,02 | 10.277.522,00 |
| DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS EM 2011 - GOV. ESTADO RS | 15.300.000,00 | 12.750.000,00 |
| DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS EM 2011 - GASPETRO | 14.700.000,00 | 12.250.000,00 |
| DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS | 22.236.166,61 | 30.038.050,77 |
| DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO | 21.364.160,07 | 28.860.088,00 |
| TOTAL | 73.600.326,68 | 83.898.138,77 |

b) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 4.871.202,70 e distribuído conforme quadro abaixo:

| JSCP por Acionista | Valor Bruto | IRRF | Valor Líquido |
|--------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| Estado Rio Grande do Sul | 2.484.313,38 | - | 2.484.313,38 |
| Petrobrás Gás S/A | <u>2.386.889,32</u> | <u>358.033,40</u> | <u>2.028.855,92</u> |
| | 4.871.202,70 | 358.033,40 | 4.513.169,30 |





NOTA 15 - PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa. A provisão é revisada com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente.

| | Saldo Inicial 2011 | Reversões 2011 | Adições 2011 | Saldo Final 2011 |
|------------------------|-----------------------|-------------------|-----------------|---------------------|
| Provisões Trabalhistas | 824.338,73 | -824.338,73 | 2.197.727,68 | 2.197.727,68 |
| Provisões Cíveis | 1.169.454,39 | -1.169.454,39 | 1.204.879,27 | 1.204.879,27 |
| TOTAL | 1.993.793,12 | -1.993.793,12 | 3.402.606,95 | 3.402.606,95 |

NOTA 16 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Honorários e Encargos | 508.639,81 | 442.081,85 |
| Participação nos Resultados | 89.800,99 | 62.807,19 |
| Assistência Médica | 2.685,39 | 8.079,76 |
| Total | 598.440,80 | 512.968,80 |

NOTA 17– RECEITAS BRUTA E DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

| | 2011 | 2010 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| RECEITA DE VENDAS DE GÁS | 623.925.743,26 | 499.016.832,27 |
| RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL | 1.388.441,24 | 764.427,26 |
| RECEITA DE GÁS COMERCIAL | 10.126.279,69 | 8.108.766,40 |
| RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL | 498.613.859,86 | 358.812.339,44 |
| RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO | 34.208.690,70 | 34.048.885,13 |
| RECEITA DE GÁS VEICULAR | 79.588.471,77 | 77.027.605,65 |
| RECEITA DE GÁS TERMOELÉTRICA | - | 20.254.808,39 |
| (-)DEDUÇÕES SOBRE RECEITA | 131.806.098,58 | 101.072.389,76 |
| PIS SOBRE VENDA DE GÁS | 10.288.508,86 | 7.894.417,55 |
| COFINS SOBRE VENDA DE GÁS | 47.389.494,80 | 36.362.166,46 |
| ICMS SOBRE VENDA DE GÁS | 74.128.094,92 | 56.815.805,75 |
| RECEITA LIQUIDA | 492.119.644,68 | 397.944.442,51 |





NOTA 18 – SHIP OR PAY e TAKE OR PAY

O Ship or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a pagar, mesmo que não o utilize, quando contrata a capacidade de transporte de gás junto ao transportador (Petrobrás na condição de fornecedor) para escoar gás natural, com o objetivo de garantir o retorno dos investimentos realizados em instalações de transporte dutoviário de gás. A Sulgás tem um prazo de até 10 (dez) anos para a recuperação do valor, sendo que o saldo de R\$ 3.016.043,33 registrado no final de 2010 foi recuperado durante o exercício de 2011.

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petrobrás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada em até 07 (sete) anos, sendo que foi registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011.

NOTA 19 – RECEITAS E CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

Conforme preceitua o ICPC01 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

| | 2011 | 2010 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| RECEITA DE CONSTRUÇÃO | 22.151.141,59 | 12.400.129,81 |
| CUSTOS DE CONSTRUÇÃO | 22.151.141,59 | 12.400.129,81 |
| MARGEM | 0 | 0 |

NOTA 20 – DFC – Tributos e Contribuições Compensáveis

O Grupo "Tributos e Contribuições Compensáveis" da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composto pela variação dos anos 2010 e 2011 das contas de PIS e COFINS a compensar, ICMS a Compensar, Antecipações de IRPJ/CSLL e IRRF sobre Aplicações Financeiras.

NOTA 21 – DFC – Outros

O Grupo "Outros" de Redução (Aumento) dos Ativos da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composto pela variação dos anos 2010 e 2011 das contas Ship or Pay, Take or pay, Adiantamento a Empregados, Despesas Antecipadas e Depósitos Judiciais.

NOTA 22 – Seguros

A Companhia contratou seguro para cobertura de seus veículos perante a TOKIO MARINE SEGURADORA, sendo o valor do prêmio em R\$ 18.573,93, com limite de cobertura até R\$ 82.000,00 e vigência de 13/05/2011 a 13/05/2012. Contratou seguros de Responsabilidade Civil de Administradores perante a ACE SEGURADORA S/A, com valor do prêmio em R\$ 44.694,19 com vigência de 05/08/2011 a 05/08/2012 com limite de





cobertura de até R\$ 5.000.000,00. Também contratou seguro patrimonial da Sede Porto Alegre e das unidades de Canoas e Caxias do Sul junto à seguradora MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, valor do prêmio em R\$ 8.100,00 e limites de cobertura que variam de R\$ 4000,00 a R\$ 3.600.000,00 conforme o tipo de sinistro, tendo vigência de 09/12/2011 a 09/12/2012.

Roberto da Silva Tejedas
Diretor Presidente

Dáriu Etchichury Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

Flávio Ricardo Soares de Soares
Diretor Técnico-Comercial

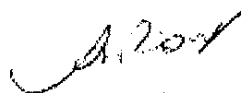
Alex Cornelles da Silva
Contador CRCRS 64044



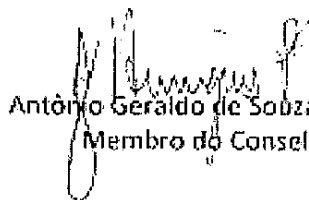
Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias; tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações Patrimoniais, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as respectivas Notas Explicativas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; e tomando como base o parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, datado de 09 de março de 2012, bem como as informações e esclarecimentos recebidos ao longo do exercício, é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou esta ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Porto Alegre, 27 de março de 2012.



Anna Paula G. dos Santos
Membro e Presidente do Conselho Fiscal



Antônio Geraldo de Souza Henriques Filho
Membro do Conselho Fiscal



Jussara Rosa Cony
Membro do Conselho Fiscal



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
PORTO ALEGRE - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 09 de março de 2012.


TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC/RS - 3.622

Rosângela Pereira Peixoto
Contadora CRC/RS - 65.932/O-7
Responsável Técnica

**Companhia Estadual de Geração e
Transmissão de Energia Elétrica
CEEE - GT**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009.

Valores expressos em milhares de reais.



SUMÁRIO

Relatório de Administração

| | |
|---------------------------------|----|
| Relatório de Administração..... | 03 |
|---------------------------------|----|

Demonstrações Financeiras

| | |
|---|----|
| Balanços Patrimoniais | 22 |
| Demonstração dos Resultados..... | 23 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 24 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 25 |
| Demonstração do Valor Adicionado..... | 26 |

Notas Explicativas

| | |
|-------------------------|----|
| Notas Explicativas..... | 27 |
|-------------------------|----|

Relatórios

| | |
|--|----|
| Declaração dos Diretores | 93 |
| Relatório dos Auditores Independentes..... | 94 |
| Parecer do Conselho Fiscal..... | 95 |
| Manifestação do Conselho de Administração..... | 96 |



Relatório de Administração 2011

Senhores acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, manifestação do Conselho de Administração, e de um breve relato dos principais itens e questões relacionados à atividade da Concessionária no ano de 2011.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2011 foi um período de intensa reflexão e ação para o Grupo CEEE. Aprofundamos nossa visão e ação estratégica de modo a tomar decisões vitais à saúde de nossos negócios e, ao mesmo tempo, nos conduzir com segurança na desafiadora jornada que se inaugura agora em 2012.

A partir de diagnóstico realizado na empresa CEEE-GT no início de 2011, que foi acompanhado da revisão dos organogramas organizacionais, foram tomadas medidas administrativas e de investimento para reverter o quadro atual dos negócios e, ao mesmo tempo, atender aos nossos clientes com elevado padrão de qualidade. Assim, o planejamento estratégico que daí derivou, orientou o cenário das empresas do Grupo CEEE e indicou onde deveríamos concentrar nossos esforços em termos de investimento, atividades de gestão e estabelecimento de indicadores. A definição de objetivos, portanto, facilitou a gestão e a governança do Grupo CEEE e de suas empresas.

Nesse contexto, tudo o que planejamos e implementamos em 2011 esteve rigorosamente associado a três objetivos centrais: a renovação das concessões (prevista para ocorrer em 2015); a obtenção de resultados econômico e financeiros positivos, eis que hoje o quadro é negativo, e o atendimento das expectativas dos nossos principais acionistas - o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Eletrobrás.

Cabe destacar um ponto crucial nessa caminhada, qual seja o da obtenção dos recursos indispensáveis para financiar a operação da empresa a partir da aproximação com Eletrobrás. Esse fato possibilitou renegociar a histórica dívida de cerca de R\$ 4 bilhões e, assim, acessar importantes recursos para fomentar as nossas operações. Essa conquista, que somente foi possível a partir do diálogo estabelecido entre o Estado do Rio Grande do Sul e a União, foi uma vitória de todos: Grupo CEEE, Governo do Estado, União, Sociedade e Consumidores.

No âmbito da Responsabilidade Social mantivemos à plena carga um conjunto de atividades voltadas ao bem estar de nossos empregados, onde a Política Corporativa de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional é o eixo central. Nesse sentido, intensificamos estes programas com o intuito de disseminar a cultura de segurança e reduzir o número de acidentes. Isso inclui ações como o Programa Acidente Zero e o apoio permanente à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que mobilizou empregados e chefias durante o ano. Nossa atenção a este tema inclui a disseminação de equipamentos de proteção para nossos eletricitas que atuam diretamente junto às redes de distribuição. Campanhas de vacinação da gripe, prevenção e tratamento de dependências químicas, além da preservação de adequadas relações sindicais com as entidades que representam nossos empregados também expressam a política de atuação da empresa nessa área.

Adicionalmente, provemos inúmeras ações voltadas à comunidade, onde se destacam, por exemplo, as iniciativas sociais que fomentaram melhorias nas cidades de Alvorada e São Lourenço do Sul.



Igualmente, há que se valorizar a dedicação de nossos 164 voluntários cadastrados que ocupam parte de sua jornada de trabalho apoiando inúmeras iniciativas da empresa. Nossa participação no Projeto Pescar e no Programa A Nota é Minha, além do patrocínio de 15 projetos destinados a apoiar a cultura, literatura, artes visuais, cinema e eventos culturais, entre outros, expressam o nosso engajamento em causas e iniciativas relevantes de nossa comunidade.

E, finalmente, com relação ao Meio ambiente podemos afirmar que, hoje, as ações da CEEE-GT são fortemente influenciadas pela Política Ambiental, documento interno cujas diretrizes imprimem nas nossas atividades empresariais o valor permanentemente da minimização dos impactos ambientais negativos e na potencialização daqueles impactos altamente positivos. Nossos compromissos com as Metas do Milênio e com o Pacto Global articulam o desenvolvimento econômico, social e ambiental no dia-a-dia de nossa empresa, de maneira a enfatizar o respeito aos direitos humanos, fomentar a educação e combater a corrupção, atendendo nossos valores corporativos. Nesse sentido, agimos na direção do licenciamento ambiental, gestão e controle de impactos na biodiversidade e preservação de áreas protegidas.

Considerando a necessidade de reestruturação das áreas ambientais da Empresa, de maneira a uniformizar e sistematizar processos, procedimentos e atividades ambientais, criamos em 2011 a Coordenadoria de Meio Ambiente. Uma iniciativa que tem no valor da sustentabilidade o seu principal fundamento. A criação desse setor possibilitará a melhoria do controle das inúmeras demandas ambientais de interesse da empresa, contemplando os aspectos legais, regulatórios e institucionais, através de uma única porta de entrada, de forma a centralizar o foco de interesse de acordo com as estratégias estabelecidas.

A perspectiva positiva que temos à nossa frente é animadora. Alavancados nas negociações já implementadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD e o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, acessaremos investimentos que devem alcançar nos próximos três anos a quantia de R\$ 542 milhões para a CEEE-D. Cabe destacar que todos esses recursos, ao ingressarem nas empresas do Grupo CEEE, serão investidos em melhorias do ativo elétrico para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, gerando novas receitas, melhorando o serviço prestado ao consumidor final e em especial visa atender a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Mas é preciso ter em mente que a tranquilidade do sistema elétrico do Grupo CEEE somente vai ocorrer no final de 2013, já que uma série de investimentos pendentes deverão ser feitos nos próximos 24 meses.

Por último, cabe um agradecimento a todos aqueles que contribuíram para termos enfrentado com energia e vigor a jornada de 2011, começando por nossos dedicados empregados e alcançando acionistas, conselheiros, fornecedores e chegando até aos consumidores.

2. Perfil da Empresa

A CEEE-GT é uma empresa de economia mista, responsável pelo serviço público de geração e transmissão de energia elétrica, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE, concluído em novembro de 2006. Tem como maior investidor a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par).



A área de Geração é composta por um parque gerador de 15 usinas hidrelétricas (UHE) com uma potência instalada própria de 909,9MW. Além disso, dispõe do montante de 342,33MW de energia oriunda da sua participação em projetos realizados através de parcerias, cuja participação da empresa nos empreendimentos se dá através de Sociedades de Propósito Específico (SPE) - à exceção da UHE Dona Francisca - atingindo 1.252,23MW de potência total. A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN), com os clientes situados em empresas de Distribuição, Consumidores Livres do mercado, comercializadoras e geradoras.

Já na área de Transmissão, a CEEE-GT disponibilizou ao Sistema Elétrico Interligado 6.055,61 km de linhas de transmissão (LT) e, através da operação de 62 subestações, totalizou uma potência instalada de 8.346 MVA. Seus clientes são as concessionárias de distribuição que atuam no Estado, as empresas de geração, os consumidores livres, como indústrias e shoppings, e os produtores independentes.

2.1. Os Negócios da Empresa

O negócio da organização é a prestação de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica, em regime de concessão estabelecidos em Contratos de Concessão da ANEEL de nº 25/2000 de 05/04/2000 (Geração), nº 55/2001 de 01/10/2001 – Rede Básica, Instalações de Conexão e Demais Instalações de Transmissão e nº 80/2002 de 19/12/2002 – Linha de Transmissão 230 kV da SE UPME a SE PEL3 (Transmissão).

Além dos contratos acima na área de transmissão de energia, a CEEE-GT ainda possui, em consórcio com outras empresas, os seguintes contratos de Concessão de Transmissão da ANEEL:

- *Contrato nº 082/2002* - ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.) – Participação da CEEE-GT de 10 %;
- *Contrato nº 019/2009* - TPAE (Transmissora Porto Alegrense de Energia) – Formado por CEEE-GT e Procable Energia e Telecomunicações S.A. A participação da CEEE-GT é de 20 %;
- *Contrato nº 001/2011* – TESB (Transmissora de Energia Sul Brasil) – Formado por CEEE-GT, Procable Energia e Telecomunicações S.A. e Zhejiang Insignia United Engineering Co. A Participação da CEEE é de 20 %.
- *Contrato de concessão em elaboração na ANEEL referente as obras licitadas em dezembro de 2011 – Participação de 30% no Consorcio Sul Brasileiro*

As atividades de transmissão podem ser classificadas em três macroprocessos:

Expansão: Tem como objetivo a realização de obras de infraestrutura de transmissão para ampliar a capacidade de transmissão de energia, atendendo ao planejamento de médio e longo prazo elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energéticas (EPE) e autorizadas ou licitadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Operação: Tem como objetivo o Controle e monitoramento das intervenções e condições operativas do sistema em tempo real, atuando e alterando a configuração do sistema quando necessário, através de dispositivos apropriados (disjuntores, chaves).

Manutenção: Tem como objetivo manter os equipamentos e instalações em condições que permitam uma operação segura e confiável, realizando intervenções tanto preventivas, quanto corretivas e emergenciais, garantindo o fornecimento de energia com qualidade aos clientes.



2.2 Composição Acionária

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

| Acionista | Ordinárias | | Preferenciais | | Total | |
|------------------|-------------|-------|---------------|-------|-------------|-------|
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| CEEE-Par | 255.232.851 | 67,05 | 43.495 | 0,66 | 255.276.346 | 65,92 |
| ELETROBRÁS | 122.681.434 | 32,23 | 3.505.584 | 53,43 | 126.187.020 | 32,59 |
| MUNICÍPIOS | 1.387.971 | 0,36 | 2.144.818 | 32,69 | 3.532.789 | 0,91 |
| BM&F BOVESPA S/A | 1.346.346 | 0,35 | 808.432 | 12,32 | 2.154.778 | 0,56 |
| OUTROS | 20.666 | 0,01 | 58.229 | 0,90 | 78.895 | 0,02 |
| TOTAL | 380.669.270 | 100,0 | 6.560.558 | 100,0 | 387.229.828 | 100,0 |

2.3. Reconhecimentos

No ano de 2011 a CEEE-GT obteve um conjunto expressivo de prêmios que revelam a correção e o acerto de políticas, tanto interna quanto externamente. Os principais prêmios recebidos são os seguintes:

Top of Mind – Empresa de Energia

Na 10ª edição do Top of Mind, da Revista Amanhã, que reúne as empresas mais lembradas pelos gaúchos, o Grupo CEEE foi o vencedor na categoria Empresas de Energia. A premiação é fruto de uma pesquisa, de satisfação do cliente. Entregue em 25/05/2011

Grandes e Líderes da Revista Amanhã

Grandes e Líderes da Revista Amanhã: O Grupo CEEE ficou em 4º lugar entre as 100 maiores empresas do RS e foi o 14º colocado entre as 500 maiores empresas da Região Sul (RS, SC e PR). Premiação dia 05/10/2011.

Outros prêmios:

- Top Ser Humano da ABRH;
- Marcas de Quem Decide 2011;
- Certificado de Responsabilidade Social .

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1 Organização e Gestão

A CEEE-GT, como forma de nortear suas ações, suas estratégias e suas relações internas, bem como para buscar a melhoria contínua dos seus processos, possui um conjunto de ferramentas e práticas de gestão, mantendo-se alinhada aos seus valores e ao seu Planejamento Estratégico.

Em novembro de 2011 a CEEE-GT obteve a recomendação para aumento do escopo de certificação de seu Sistema de Gestão Ambiental, mantido de acordo com a Norma NBR ISO 14001. A certificação



foi possível após a confirmação das boas práticas de gestão ambiental da CEEE-GT, tais como gestão de resíduos, atendimento a legislação, a preparação para atendimento de emergências e o treinamento para controle de impactos ambientais, conservação da água e respeito à flora e fauna, entre outros aspectos.

A certificação da empresa abrangia a UHE Canastra e a Sede do Sistema Salto em Canela, e agora também foram incluídas as Usinas de Bugres, Passo do Inferno, Toca e Herval. A certificação é importante para reconhecimento externo de que são adequadas as práticas de gestão ambiental que a CEEE-GT realiza em suas instalações. A sede e a usina de Canastra já são certificadas desde 2009.

A Divisão de Operação e Engenharia do Sistema – Does, da Área de Transmissão, foi submetida, em agosto, à auditoria de avaliação para o Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ. A ABNT^[1] recomendou a continuidade da certificação ISO 9001:2008 para o escopo coordenar, supervisionar e controlar a Operação do Sistema Elétrico de Potência da CEEE-GT. A Does possui certificação ISO desde 2001 para os macroprocessos Pré-Operação, Operação em Tempo Real, Pós-Operação e Normatização. Não foram registradas não-conformidades nos processos.

3.1.1 Políticas

A CEEE-GT, considerando a crescente relevância que o tema Responsabilidade Social vem assumindo em todos os setores da sociedade e buscando atender ao órgão regulador, as exigências da CVM nº 480/2009 e as exigências contidas nos pronunciamentos para a implantação das Normas Internacionais – IFRS, vem adotando, desde 2009, Políticas de Responsabilidade Social com objetivo de refletir sobre todas as práticas desenvolvidas na empresa com base na sua missão e valores fundamentada nos princípios do comprometimento, diálogo, comunicação, transparência e respeito à dinâmica Socioambiental. Além disso, a empresa vem trabalhando fortemente para a elaboração das políticas de Gerenciamento de Capitais, Riscos Financeiros, Composição de Caixa e Equivalente de Caixa, Investimentos, Destinação de Resultados e Reconhecimento da Receita.

A CEEE-GT adota uma série de Políticas que pautam suas relações e suas ações frente às partes interessadas aos negócios, dentre as quais se destacam: Política de Excelência em Gestão, Política Corporativa de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Política Ambiental, Política de Publicação e Uso das Informações Empresariais.

3.1.2 Código de Ética

O Código de Ética está baseado em princípios éticos que orientam a conduta da empresa, definem claramente a responsabilidade e o papel dos gestores e das lideranças em relação aos seus liderados. O documento além de fixar condutas esperadas nos diversos relacionamentos que se estabelecem também aponta os limites na relação com acionistas e investidores, clientes, colaboradores, comunidade, concorrentes, fornecedores, meio ambiente e poder público. O tratamento das situações nas quais se verifique conflitos ou dilemas éticos será realizado pelo Comitê de Ética, cujo objetivo é

^[1] Associação Brasileira de Normas Técnicas.



avaliar e orientar os dirigentes da empresa quanto aos procedimentos a serem adotados nestas situações.

O documento final, convalidado e autorizado pelos dirigentes, Diretoria Executiva e Conselho de Administração em novembro de 2010, encontra-se em revisão. As ações previstas para a divulgação do código, a fim de que este seja do amplo conhecimento de todos os colaboradores e demais partes interessadas da empresa terão encaminhamento após atendimento da revisão realizada pela nova Diretoria.

3.1.3. Planejamento Estratégico

Visando a constante busca de eficiência e de melhores resultados econômico-financeiros, a Diretoria Colegiada aprovou o Planejamento Estratégico (PE) para o ciclo 2011-2015. O trabalho contou com a participação das diversas lideranças da empresa que entendem que as Estratégias formuladas traçam o caminho para a melhoria dos processos e, conseqüentemente, dos resultados da empresa. O principal resultado obtido foi o mapa estratégico, construído com base nas dimensões do *Balanced Scorecard* (BSC).

A execução das ações estratégicas definidas neste Planejamento visa ao alcance dos objetivos estratégicos, abaixo elencados:

- Renovar/Prorrogar as Concessões da empresa;
- Atender as Diretrizes dos Acionistas;
- Alcançar a viabilidade Econômico-Financeira da CEEE-GT.

O monitoramento do Planejamento Estratégico é realizado através de um cronograma de reuniões mensais. O objetivo destas reuniões é acompanhar o alcance das metas, garantindo a eficiência do planejamento estratégico atual e buscando o alinhamento para ações que não estão gerando o resultado esperado.

Com o objetivo de permear a filosofia do método do planejamento estratégico, a gestão instituiu e mantém um Comitê do Planejamento Estratégico, formado por lideranças da empresa e que interage com as diversas áreas, encaminhando as principais necessidades e propostas do nível operacional para a diretoria. Ao mesmo tempo, fornece apoio, acompanhamento e integração para as frentes de gestão estratégica, gestão orçamentária e gestão por processos e para a difusão do planejamento estratégico.

3.2. Governança Corporativa

A CEEE-GT manteve-se no Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa no ano de 2011. A estrutura da administração da empresa é constituída por uma Assembleia Geral, por um Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Diretoria Colegiada. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a auditoria independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.



Além disso, um conjunto de políticas e práticas de relacionamento com as partes interessadas reforçam o compromisso da CEEE-GT com uma atuação mais responsável frente aos seus negócios, enfatizando a transparência e a divulgação das ações e informações, a melhoria contínua e o desenvolvimento sustentável de seus empregados, acionistas e parceiros em geral.

A empresa, norteada pelo seu Planejamento Estratégico, e em consonância com o Nível 1 de Governança Corporativa, iniciou os estudos para implantar a metodologia de Gerenciamento de Riscos. O projeto contempla a contratação de uma empresa especializada para desenvolver e implantar um modelo de gestão integrada de riscos.

Atualmente este projeto está sendo desenvolvido por um grupo de trabalho que conta com representantes de todas as áreas da empresa e está sendo conduzido com referência à Norma ISO 31.000:2009 para elaboração de um diagnóstico junto à Diretoria da empresa e a implantação deverá iniciar em 2012. O Objetivo é reconhecer e controlar os processos que envolvem maior risco e aproveitar oportunidades encontradas, contribuindo para as tomadas de decisão em diversos níveis de gestão.

3.3. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

3.3.1. Produtividade e Qualidade

A CEEE-GT vem buscando alternativas técnicas e financeiras, visando ao atendimento das necessidades energéticas para a realização da Copa 2014 e também a confiabilidade e segurança do sistema elétrico. A melhoria e a modernização dos empreendimentos justificam-se pela necessidade de minimizar as perdas técnicas e de buscar alternativas que proporcionem maior confiabilidade ao sistema e garantam o atendimento de energia elétrica com qualidade e eficácia, atendendo o crescimento da demanda. A CEEE-GT utiliza uma série de indicadores que permitem o monitoramento da energia gerada e do desempenho do Sistema Elétrico de Transmissão do Rio Grande do Sul, facilitando a canalização de recursos para buscar melhores índices, melhor qualidade e o mínimo possível de interrupções.

a) Indicadores da área de Geração

Disponibilidade – PCH's e UHE's:

As usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) devem possuir mensalmente disponibilidade móvel nos últimos 60 meses igual ou superior a estabelecida pela ANEEL. Enquadram-se neste critério na CEEE-GT as UHE's Leonel de Moura Brizola, Jacuí e Passo Real. As três usinas encerraram em dezembro de 2011 com atendimento deste indicador e não tendo no ano nenhum mês abaixo da referência.

O resultado de dezembro de 2011 é apresentado na tabela a seguir:



| Usina | Referência (limite inferior) | Resultado (dez/2011) |
|-------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| Itaúba | 89,58% | 92,61% |
| Passo Real | 89,58% | 93,34% |
| Leonel de Moura Brizola | 93,01% | 96,47% |

As demais usinas hidrelétricas (UHE's) e pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) CEEE-GT, mesmo não tendo necessidade de possuir uma disponibilidade mínima perante a ANEEL, possuem o acompanhamento interno mensal de sua disponibilidade bem como da disponibilidade média móvel dos últimos 24 meses, de modo a maximizar o tempo disponível para geração.

Produção de Energia – PCH's e UHE's: A meta a ser atingida é de gerar na média anual 100% da garantia física vigente para cada uma das usinas hidrelétricas (UHE's) e pequenas centrais hidrelétricas (PCH's). Dentre as usinas, este índice foi atingido com folga nas 3 principais usinas (UHE Itaúba – 113,73%, UHE Leonel de Moura Brizola- 119,23% e UHE Passo Real – 136,16%), porém não foi atingido nas 2 menores (UHE Canastra – 97,35% e UHE Ernestina – 93,39%). Para as PCH's, obtivemos em 2011 o atingimento da meta para 6 PCH's (PCH Toca – 112,64%, PCH Capigui – 119,46%, PCH Forquilha – 109,48%, PCH Guarita – 140,53%, PCH Ijuizinho – 103,25%, e PCH Santa Rosa – 133,90%) e 4 ficaram com indicador abaixo da meta (PCH Bugres – 97,67%, PCH Herval 5,60%, PCH Passo do Inferno – 97,07%, PCH Ivaí – 58,94%).

Como justificativo ao não atendimento deste indicador na totalidade das instalações tem-se com principal fator para a UHE Canastra, as PCH Bugres e Passo do Inferno a ocorrência de período de estiagem nos últimos meses do ano, onde a falta de chuvas acarretou na diminuição considerável do nível das barragens que alimentam estas centrais geradoras. Já a PCH Herval e PCH Ivaí, por estarem em processos de manutenções prolongadas no ano de 2011, também não atingiram a meta de referência.

Taxa de crescimento da geração: Mede o crescimento percentual da capacidade de geração de energia elétrica. Em 2011 o resultado obtido foi de 1,98% inferior à meta estabelecida de 4,07%.

Taxa de crescimento de garantia física: O controle é feito de forma anual através da contabilização dos valores de energia assegurada adicionadas ao parque gerador da empresa. Em 2011 o resultado foi de 2,40%, inferior à meta estabelecida de 4,11%.

b) Indicadores Operacionais e de Produtividade da área de Transmissão

Capacidade Instalada: Este indicador corresponde à soma da potência nominal de todos os transformadores da Transmissão em operação. Em 2011 a CEEE-GT teve seis obras concluídas e energizadas, aumentando em 302 MVA a potência instalada ao sistema de transmissão, totalizando 8.346 MVA. Houve um aumento de 3,75% de capacidade instalada em relação a 2010. Os principais empreendimentos que entraram em operação comercial que proporcionaram esse aumento na capacidade instalada foram nas subestações de Santa Cruz 1, Quinta e Scharlau.

Índice de Indisponibilidade Mensal de Energia (IIT): Indica o percentual de energia deixada de transportar no mês, em relação ao montante total de energia requerida.

A apuração dos montantes de energia interrompida e de suas respectivas causas (desligamentos programados, fenômenos naturais e ambientais, falhas humanas, falhas de equipamentos de potência, falhas de equipamentos de proteção e controle e outras causas) é realizada diariamente e



contabilizada com periodicidade mensal para o cálculo do indicador, permitindo a quantificação dos montantes absolutos e percentuais de cada uma das causas para um melhor controle através de ações específicas e pertinentes às causas verificadas (gerenciamento de manutenção, treinamento de pessoal, utilização de técnicas de manutenção sem desligamento – em linha viva ou ao potencial, etc.).

O quadro 1, abaixo, demonstra uma estabilidade destes indicadores entre 2009 e 2011 e uma queda significativa em relação a média verificada nos últimos 5 anos (2006 a 2010) sinalizando o acerto dos investimentos da transmissão, pois quanto menor o indicador, melhor é o resultado.

Quadro 1 – Valores do Indicador IIT

| Indicador | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Média 06/10 |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|-------------|
| IIT – Geral (%) | 0,0113 | 0,0057 | 0,0060 | 0,0071 | 0,0093 |
| IIT – Transmissão (%) | 0,0081 | 0,0055 | 0,0039 | 0,0060 | 0,0076 |

Energia Deixada de Transmitir (Energia Interrompida no mês em MWh): Este indicador se divide em dois subitens, um valor global, incluindo motivos externos e alheios a CEEE Transmissora, e outro para as causas específicas de responsabilidade de CEEE Transmissora.

A EDT Total soma toda a energia interrompida no ano de 2011 e a EDT Média é o resultado da média nos doze meses do ano de 2011. Segue abaixo no quadro 2, os valores obtidos nos últimos 4 anos e a média histórica dos últimos 5 anos (2006 a 2010).

Quadro 2 – Valores do Indicador EDT

| Indicador | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Média 06/10 |
|-------------------------------|---------|---------|---------|---------|-------------|
| EDT Total - Geral (MWh) | 3255,67 | 1589,09 | 1866,11 | 2217,98 | 2568,24 |
| EDT Total - Transmissão (MWh) | 2317,39 | 1538,44 | 1206,78 | 1885,27 | 2079,36 |
| EDT Média - Geral (MWh) | 271,31 | 132,42 | 155,51 | 184,83 | 214,02 |
| EDT Média - Transmissão (MWh) | 193,12 | 128,20 | 100,56 | 157,11 | 173,28 |

Este crescimento de 2011 em relação a 2010 na EDT foi fortemente influenciado por duas ocorrências com causas específicas, as quais provocaram cerca de 20% da EDT do ano.

Estas ocorrências foram:

1- Ocorrência do dia 05/01/2011 ocasionada por vegetação em área de preservação permanente sob as Linhas de Transmissão 230kV Gravataí 2 / Porto Alegre a qual afetou o atendimento a Porto Alegre, provocando uma EDT de 209MWH. Em 2011, diversas providências foram tomadas pela área de manutenção visando melhorar o desempenho destas Linhas de Transmissão (LTs) tais como: licença ambiental especial para podas mais restritivas nas áreas de preservação permanente, novos procedimentos para inspeção nas faixas de passagem das LTs e novos procedimentos prevendo a identificação de pontos quentes nos condutores (emendas e conexões) ao longo das LTs.

2- Ocorrências nos dias 29/07/11 e 27/10/11 com o desarme das LTs 69kV Lajeado2 / Lajeado1 as quais interromperam 174MWH. Estas grandes interrupções foram ocasionadas por restrições nestes circuitos, ou seja, somente podiam ser religadas após



uma inspeção tendo em vista as características das LTs que cruzam uma área urbana e com faixa de passagem ocupada. Ainda no decorrer de 2011 estas LTs sofreram melhorias visando permitir que se efetue tentativa de religamento das mesmas sem a inspeção local prévia, evitando com isso as longas interrupções de energia aos consumidores daquela região.

4. Gestão Econômica

4.1 O Setor de Energia Elétrica no Brasil

No ano de 2011, o consumo nacional de energia elétrica somou 430,1 gigawatts-hora (GWh), o que correspondeu a um avanço de 3,6% em relação a 2010. O consumo médio mensal nos lares brasileiros avançou 4,6% e registra 4.883 GWh/mês, tendo incrementado em 3,7% a base de consumidores. No setor comercial, o consumo de energia elétrica no ano ficou em 73,5 GWh, 6,3% acima do verificado em 2010. Já o consumo industrial de energia registrou crescimento de 2,3%, com 183,6 mil GWh.

Em relação à produção de energia, o Brasil destaca-se no cenário internacional por sua expressiva participação de energia renovável na matriz energética do país tendo, em 2009, 47,3% da Oferta de Energia Interna do país originária de fontes renováveis. O Brasil é o terceiro maior produtor de hidroeletricidade do mundo e tem uma dependência externa de energia de apenas 3,8%, em 2009. (Fonte de dados: EPE, BEN/2011).

Já o setor elétrico da transmissão é composto por mais de sessenta empresas de energia elétrica, sendo que as oito empresas, pertencentes à Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE são responsáveis por 90% das linhas de transmissão do Brasil, totalizando 95.741 km de linhas. Estas mesmas oito empresas somam 456 subestações e 263.580 MVA de potência instalada.

4.1.1. Regulação

No setor elétrico da área de Geração os ativos são o conjunto de todos os itens (bens e serviços) de infra-estrutura comuns à Geração/Usina (reservatórios, barragens, adutoras, tomadas d'água, condutos, vertedouros e comportas, edificações, casas de comando e geração, terreno, entre outros) e todos os equipamentos principais da Geração/Usina (turbinas, geradores, painéis, células ou unidades de geração, etc.) e os materiais e serviços necessários à sua instalação, inclusive estruturas de suporte e barramento e as máquinas e equipamentos gerais, mesmo aqueles que constituem reserva imobilizada.

Esse conjunto de ativos faz parte da operação do negócio de Geração com vistas à comercialização da energia, que atende aos parâmetros estabelecidos principalmente pela Lei nº 10.848/2004, Decreto nº 5163/2004, Portarias do MME – Ministério de Minas e Energia e Resoluções da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A legislação prevê dois ambientes de negócios, denominados Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Geradora pode optar em vender energia em qualquer destes ambientes.

O Ambiente de Contratação Regulado é o ambiente em que os agentes compradores são concessionários de distribuição, enquanto os vendedores são geradores, comercializadores,



produtores independentes e autoprodutores. A duração de um contrato nesse ambiente pode variar desde alguns meses – empreendimentos de geração existentes – a até 30 anos para os novos empreendimentos. A duração destes contratos são previamente definidos pela ANEEL e a operacionalização da compra e venda de energia é sempre realizada através de leilões públicos.

Já o Ambiente de Contratação Livre é caracterizado por negociações bilaterais, em que as condições contratuais, em especial o período de suprimento, o preço e o reajuste são livremente estabelecidos entre as partes. A legislação determina que empresas sob controle federal, estadual e municipal participem unicamente de processos públicos de compra e venda de energia, mesmo no ambiente livre. A CEEE-GT oferta, portanto, energia a consumidores livres, geradores, comercializadores e exportadores, ou participa de chamadas públicas promovidas por estes agentes.

As diferenças entre as quantidades produzidas ou consumidas e aquelas contratadas são contabilizadas pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, como responsável pela contabilização e valoração desses montantes, e obedece a Regras e Procedimentos de Comercialização aprovadas pela ANEEL.

O negócio de Transmissão, por sua vez, é composto por ativos pertencentes à Rede Básica (RBSE), com tensão igual ou superior a 230 kV e as Demais Instalações de Transmissão (DIT), com tensão inferior a 230 kV.

Ao Operador Nacional do Sistema – ONS compete elaborar anualmente o Plano de Ampliações e Reforços (PAR) na Rede Básica (RB) e nas Demais Instalações de Transmissão (DIT), onde são propostas as ampliações e os reforços na Rede Básica e nas Demais Instalações de Transmissão, e das instalações de transmissão de interesse sistêmico, de âmbito próprio da concessionária ou permissionária de distribuição.

Essa proposta baseia-se em simulações do sistema elétrico nacional, efetuadas na base de estudos do mesmo ciclo do PAR e representa o entendimento do ONS em conjunto com os Agentes de Energia Elétrica sobre as ampliações e os reforços necessários para preservar o adequado desempenho das instalações de Transmissão do Rio Grande do Sul.

4.1.1.2. P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

No sentido de fomentar novas tecnologias que possam trazer benefícios para a sociedade, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das concessionárias de energia elétrica existe, buscando transformar seus investimentos em projetos, em soluções que tragam melhorias nos processos, resultando novas metodologias, protótipos ou até mesmo produtos que possam ser produzidos em escala entrando no mercado consumidor.

A CEEE-GT investiu durante o ano em torno de 3 milhões em projetos de P&D, distribuídos em dois seguimentos, na Geração foram investidos R\$ 2 milhões estando à maior concentração em projetos vinculados ao tema de Fontes Alternativas de Energia. Já na Transmissão foram investidos R\$ 1 milhão com destaque para os projetos com o tema Qualidade, Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica.

No final de 2011 a CEEE-GT cadastrou no sistema Duto ANEEL 14 projetos, com valores totais estimados em R\$ 14 milhões. Os projetos cadastrados deverão iniciar no primeiro trimestre de 2012, como tempo de execução que vão de 12 a 36 meses.

Dentre os diversos projetos de P&D em execução durante o ano de 2011, podemos destacar:



Projetos área de Geração

Geração Biológica de Energia Elétrica a Partir de Fontes Alternativas.

Com previsão de duração de 24 meses, o projeto tem como objetivo principal avaliar, quanto à viabilidade técnica, econômica e ambiental, um novo sistema para a geração biológica de energia elétrica a partir de fontes alternativas, com a finalidade de valorar os resíduos líquidos desperdiçados pela sociedade e indústrias, protegendo o meio ambiente e garantindo sustentabilidade. Pretendendo ao final do projeto obter uma tecnologia passível de ser utilizada pelas empresas do setor elétrico, diversificando a sua matriz energética com a possibilidade de produção de energia renovável.

Gerenciamento Eficiente da Geração Distribuída de Energia Elétrica a Partir de Resíduos Sólidos Urbanos Utilizando o Potencial Inovador das Redes Inteligentes de Energia (SMART GRID).

Projeto iniciado em janeiro de 2011, tem como principal objetivo desenvolver uma metodologia multicritério para a seleção de sistemas de geração de energia elétrica baseados no biogás proveniente do tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) depositados em aterros sanitários.

Projetos área de Transmissão

Projeto: Estudo e Desenvolvimento de Técnicas para Implementação de Melhorias no Sistema de Aterramento Elétrico de Subestações, Visando Aumentar a Confiabilidade dos Sistemas de Telecomunicações.

Projeto iniciado em fevereiro de 2011, e tem como objetivo geral melhorar o desempenho frente a descargas atmosféricas do sistema de aterramento das subestações de energia elétrica, visando aumentar a confiabilidade dos sistemas de telecomunicações das mesmas.

Projeto: Desenvolvimento de Um Sistema Fotoquímico Nanoestruturado para Produção Hidrogênica a Partir da Fotólise da Água e Sua Inserção em Uma Célula a Combustível para Geração de Energia Elétrica.

Projeto iniciado em abril de 2011 com tempo de duração de 18 meses, propõe um novo sistema de produção de energia elétrica utilizando hidrogênio, gerado a partir da fotólise da água, utilizando apenas a radiação solar como fonte de energia. Portanto, o objetivo físico do presente projeto é desenvolver um protótipo de bancada capaz de produzir e armazenar o hidrogênio para geração de cinco Watts de potência elétrica, usando uma célula a combustível para converter o hidrogênio em energia elétrica.

4.2. Participação no Mercado de Energia Elétrica

4.2.1. Mercado de Geração e Transmissão de Energia

A potência total de geração da CEEE GT é de 1.252,23MW, representando em torno de 15% do total instalado no estado e cerca de 1% da potência instalada no âmbito nacional, segundo dados da ANEEL para o ano de 2011.

No que diz respeito ao setor de transmissão de energia no RS, cabe ressaltar que uma parcela expressiva da energia elétrica consumida no Estado flui pelas linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional – SIN. Na área de transmissão a CEEE-GT detém a maioria das concessões de linhas de transmissão e de subestações na tensão de 230 kV, disponibilizadas para o Estado do Rio Grande do Sul através da Rede Básica do Sistema Interligado Brasileiro, com índice de disponibilidade



média de quase 100% nas linhas de transmissão. Também possui a concessão das instalações em tensão menor ou igual a 138 kV. Essas instalações viabilizam o suprimento de energia às concessionárias que atuam no Rio Grande do Sul, assim como aos consumidores livres, produtores independentes e a outras empresas de geração que atuam no Estado.

4.2.2. Comercialização

Em 2011, a CEEE-GT promoveu ofertas públicas de venda de energia elétrica ao mercado livre e participou de chamadas públicas de outros agentes, resultando em contratos de curto e longo prazo.

A energia comercializada no corrente ano totalizou 466,097 MW médios, negociados através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, e em negociações no Ambiente de Comercialização Livre. As sobras contratuais - energia não vendida em contratos – foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

4.3. Investimentos

No ano de 2011 a CEEE-GT implementou um conjunto de obras com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda, confiabilidade e qualidade no fornecimento de energia elétrica. Os investimentos somaram o montante aproximado de R\$ 13,1 milhões na área de Geração e de R\$ 65,1 milhões na área de Transmissão, permitindo o desenvolvimento e favorecendo a expansão dos negócios.

4.3.1. Geração

4.3.1.1. Expansão e modernização da Geração

Durante o ano de 2011, foram desenvolvidas ações visando o aumento da capacidade de geração das usinas da CEEE-GT que estavam em condições favoráveis à ampliação. Destacam-se como principais resultados os seguintes empreendimentos e/ou atividades:

- Ampliação da Central Hidrelétrica Ijuizinho II - Ampliação da usina, que passará a ter 15,0 MW de potência instalada
- Ampliação da Usina Hidrelétrica Ernestina - O projeto de ampliação prevê um incremento de 9,6 MW na capacidade de geração da atual usina.
- Ampliação da PCH Forquilha - O projeto de ampliação prevê um incremento de 9,0 MW na capacidade de geração da atual usina.
- Ampliação da PCH Guarita - O projeto de ampliação prevê um incremento de 10,3 MW na capacidade de geração da atual usina.
- Ampliação da PH Santa Rosa - O projeto de ampliação prevê um incremento de 4,6 MW na capacidade de geração da atual usina.



Além das ações realizadas no parque de geração próprio, destaca-se o programa de expansão da geração da CEEE-GT, já desenvolvido através de parcerias, que atinge um montante de 318,08 MW em operação, reunindo as UHEs de Dona Francisca, Machadinho, Campos Novos, Projeto CERAN (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho), UTE Piratini, PCH Furnas do Segredo e as três primeiras máquinas da UHE Foz do Chapecó de um total de quatro.

No quadro a seguir são apresentados os empreendimentos da CEEE-GT com parcerias.

Participações Societárias em Empreendimentos de Geração

| Empreendimentos | Participação CEEE | Total do Empreendimento | | Total CEEE GT |
|-----------------------|-------------------|-------------------------|---------|---------------|
| | | Pot. Inst. | Energia | Pot Inst. |
| | | MW | MWm | MW |
| UHE Dona Francisca* | 10,00% | 125 | 78,0 | 30,0 |
| UHE Machadinho | 5,53% | 1.140 | 473,0 | 63,0 |
| UHE Campos Novos | 6,51% | 880 | 377,9 | 57,3 |
| UHE Monte Claro | 30,00% | 130 | 59,0 | 39,0 |
| UHE Castro Alves | 30,00% | 130 | 64,0 | 39,0 |
| UHE 14 de Julho | 30,00% | 100 | 50,0 | 30,0 |
| UHE Foz do Chapecó | 9,00% | 855 | 432,0 | 77,0 |
| PCH Furnas do Segredo | 10,50% | 9,8 | 6,2 | 1,0 |
| UTE Piratini | 10% | 10 | | 1,0 |

** A participação da CEEE GT na energia produzida pelo empreendimento, do 1º ao 10º ano de seu início operacional é de 5%, passando a 10% entre o 11º e o 20º ano e chegando a 15% no período restante de concessão.*

Em 2011 o valor de investimento da CEEE GT para manutenção do parque gerador ficou em torno de R\$ 12,8 milhões, dos quais R\$ 9 milhões foram empregados no Sistema Jacuí e cerca de R\$ 300 mil no sistema Salto. Os valores de custeio para 2011 somaram R\$ 10 milhões, dos quais R\$ 6,5 milhões foram realizados no Sistema Jacuí e R\$ 1,6 milhão no Sistema Salto.



4.3.2. Transmissão

4.3.2.1. Expansão e modernização da Transmissão

Em 2011, foram aplicados grandes esforços para execução do Plano de Investimento da CEEE-GT, dando continuidade as obras iniciadas em 2010, instalando novos canteiros de obras, concluindo e energizando etapas fundamentais para assegurar o atendimento da demanda e crescimento do mercado. Do total de 62 Subestações existentes a CEEE-GT está com canteiro de obras instalado e em pleno andamento em 20 Subestações.

Foram concluídas em 2011 ou encontram-se em fase final de construção, 14 empreendimentos, totalizando um valor aproximado de investimento de 140 milhões. Além disso, foram licitadas outros 06 empreendimentos com previsão de início das obras para o 1º trimestre de 2012, totalizando um valor de investimento aproximado de R\$ 80 milhões. A CEEE-GT, através de participação de 20% no Consórcio TP AE, esta colocando em operação em Dezembro de 2011, a Linha de Transmissão Subterrânea em 230 kV entre as Subestações Porto Alegre 4 a Porto Alegre 9, com extensão de 11,8 km e investimento total de R\$ 52 milhões.

Com participação de 20% no Consórcio TESB, a CEEE-GT foi vencedora do Leilão nº 008/2010, Lote A da ANEEL, para construção de um conjunto de obras de transmissão, descritas abaixo, com investimento total de R\$ 231,3 milhões. Este conjunto de obras tem previsão de conclusão para Junho de 2013.

Em 2011, a CEEE-GT investiu em manutenção do seu sistema, composto por 6.055 km de linhas de transmissão e 62 subestações, o valor aproximado de R\$20,5 milhões, destacando-se a aquisição de uma Subestação Móvel com potência de 30MVA, tensões de 138-69/23-13,8 kV, módulos de manobra de AT e BT e circuitos de proteção, comando e supervisão incorporados.



5. Balanço Social

| Balanço Social | | | | | | | | | |
|---|--|--|-------------|---|--|--|-------------|---|--|
| 1 - BASE DE CÁLCULO | | Dezembro 2011 (valor em mil R\$) | | | | Dezembro 2010 (valor em mil R\$) | | | |
| Receita líquida (RL) | | 762.484 | | | | 738.519 | | | |
| Resultado operacional (RO) | | 103.505 | | | | 108.255 | | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | | 202.498 | | | | 188.391 | | | |
| 2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS | | Valor (em mil R\$) | % sobre FPB | % sobre RL | | Valor (em mil R\$) | % sobre FPB | % sobre RL | |
| Encargos Sociais Compulsórios | | 40.225 | 20% | 5% | | 37.016 | 20% | 5% | |
| Saúde | | 298 | 0% | 0% | | 347 | 0% | 0% | |
| Medicina e Segurança | | 988 | 0% | 0% | | 780 | 0% | 0% | |
| Educação | | 751 | 0% | 0% | | 958 | 1% | 0% | |
| Capacitação e Desenvolvimento Profissional | | 543 | 0% | 0% | | 924 | 0% | 0% | |
| Benefícios | | 44.508 | 22% | 6% | | 40.616 | 22% | 6% | |
| Alimentação | | 10.555 | 5% | 1% | | 8.891 | 5% | 1% | |
| Creches ou Auxílio-Creche | | 1.192 | 1% | 0% | | 1.046 | 1% | 0% | |
| Previdência privada | | 27.982 | 14% | 4% | | 26.119 | 14% | 4% | |
| Plano de Saúde | | 4.779 | 2% | 1% | | 4.560 | 2% | 1% | |
| Participação nos Lucros ou Resultados | | 6.029 | 3% | 1% | | 5.617 | 3% | 1% | |
| Inclusão Social | | 62 | 0% | 0% | | 57 | 0% | 0% | |
| Outros | | 1.392 | 1% | 0% | | 1.361 | 1% | 0% | |
| Produtividade | | 1.118 | 1% | 0% | | 1.046 | 1% | 0% | |
| Vale Transporte - Excedente | | 274 | 0% | 0% | | 315 | 0% | 0% | |
| Total - Indicadores sociais internos | | 94.796 | 46% | 12% | | 87.676 | 47% | 12% | |
| 3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS | | Valor (em mil R\$) | % sobre RO | % sobre RL | | Valor (em mil R\$) | % sobre RO | % sobre RL | |
| Educação | | 8.369 | 8% | 1% | | 800 | 1% | 0% | |
| Cultura | | 526 | 1% | 0% | | 2.615 | 2% | 0% | |
| Inclusão Social | | 72 | 0% | 0% | | 166 | 0% | 0% | |
| Total das contribuições para a sociedade | | 8.967 | 9% | 1% | | 3.581 | 3% | 0% | |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | | 57.860 | 56% | 8% | | 47.686 | 45% | 6% | |
| Total - Indicadores sociais externos | | 66.827 | 65% | 9% | | 51.267 | 48% | 6% | |
| 4 - INDICADORES AMBIENTAIS | | Valor (em mil R\$) | % sobre RO | % sobre RL | | Valor (em mil R\$) | % sobre RO | % sobre RL | |
| Indicador Ambiental | | 384 | 0% | 0% | | 53 | 0% | 0% | |
| Educação | | 63 | 0% | 0% | | 72 | 0% | 0% | |
| Estudo | | 32 | 0% | 0% | | 80 | 0% | 0% | |
| Gestão | | 2.930 | 3% | 0% | | 1.441 | 1% | 0% | |
| Resíduos | | 664 | 1% | 0% | | 92 | 0% | 0% | |
| ISO 14.001 | | 113 | 0% | 0 | | - | - | - | |
| Sócio Patrimonial e Ambiental | | 1.516 | 1% | 0% | | 1.349 | 1% | 0% | |
| Processos Ambientais | | 624 | 1% | 0% | | - | 0% | 0% | |
| Outros | | 13 | 0 | 0 | | - | - | - | |
| Institucional | | 47 | 0% | 0% | | 146 | 0% | 0% | |
| Programas Ambientais | | 2.369 | 2% | 0% | | 2.528 | 2% | 0% | |
| Reflorestamento | | 29 | 0% | 0% | | 15 | 0% | 0% | |
| Eficientização Energética | | - | - | - | | - | - | - | |
| Reposição Refloresta | | - | 0% | 0% | | 2 | 0% | 0% | |
| Poda e Desmatamento | | 1.057 | 1% | 0% | | 1.525 | 1% | 0% | |
| Monitoramento de águas e Salvamento fauna | | 247 | 0% | 0% | | 20 | 0% | 0% | |
| Reassentamentos - Remanej | | - | - | - | | - | - | - | |
| Acomodamento Técnico e Gerenciamento Ambiental | | 124 | 0% | 0% | | 719 | 1% | 0% | |
| Manutenção de taxas de serviço | | 739 | 1% | 0% | | - | - | - | |
| Outros | | 176 | 0% | 0% | | 247 | 0% | 0% | |
| Total dos investimentos em meio ambiente | | 5.825 | 5% | 0% | | 4.320 | 3% | 0% | |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | | () não possui metas () cumpre de 0 a 50%; | | () cumpre de 51 a 75%; (x) cumpre de 76 a 100%; | | () não possui metas () cumpre de 0 a 50%; | | () cumpre de 51 a 75%; (x) cumpre de 76 a 100%; | |
| 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL | | 2011 | | | | 2010 | | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período* | | 1.533 | | | | 1.472 | | | |
| Nº de admissões durante o período | | 107 | | | | 95 | | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | | 439 | | | | n.d. | | | |
| Nº de estagiários(as) | | 115 | | | | 130 | | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | | 625 | | | | 600 | | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | | 262 | | | | 257 | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | | 21,33% | | | | 22,94% | | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | | 175 | | | | 174 | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | | 8,53% | | | | 9,52% | | | |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | | 32 | | | | 32 | | | |
| 6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL | | Em 2011 | | | | Em 2010 | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | | 9,86 | | | | 9,86 | | | |
| Número total de acidentes de trabalho** | | 3 | | | | 7 | | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | | () direção | | (x) direção e gerências | | () todos(as) empregados(as) | | () direção | |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | | () direção e gerências | | () todos(as) empregados(as) | | (x) todos(as) - Cipa | | () direção e gerências | |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | | () não se envolverá | | (x) seguirá as normas da OIT | | () incentivará e seguirá a OIT | | () não se envolverá | |
| A previdência privada contempla: | | () direção | | (x) direção e gerências | | () todos(as) empregados(as) | | () direção | |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | | () direção | | () direção e gerências | | (x) todos(as) empregados(as) | | () direção e gerências | |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | | () não serão considerados | | (x) serão sugeridos | | () serão escolhidos | | () não serão considerados | |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | | () não se envolverá | | () apoiará | | (x) organizará e incentivará | | () não se envolverá | |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): | | Em 2011: R\$ 640.227 | | | | Em 2010: R\$ 573.441 | | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | | 28,05% governo 13,77% acionistas | | 40,09% colaboradores(as) 18,09% terceiros | | 20,04% governo 26,64% acionistas | | 37,58% colaboradores(as) 15,73% terceiros | |
| 7 - OUTRAS INFORMAÇÕES | | Em 2011 | | | | Em 2010 | | | |
| Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo | | | | | | | | | |
| Escolaridade | | | | | | | | | |
| Graduados | | 512 | | | | 457 | | | |
| Graduandos | | 0 | | | | 0 | | | |
| Ensino Médio | | 918 | | | | 894 | | | |
| Ensino Médio Incompleto | | 0 | | | | 0 | | | |
| Ensino Fundamental | | 71 | | | | 86 | | | |
| Ensino Fundamental Incompleto | | 30 | | | | 34 | | | |
| Não Alfabetizados | | 1 | | | | 1 | | | |
| **Acidentes com perda de tempo | | | | | | *Acidentes com afastamento | | | |
| Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações. | | | | | | | | | |



6. Indicadores Sociais

6.1. Indicadores Sociais Internos

A estrutura ocupacional utilizada pela CEEE-GT observa a divisão dos processos de trabalho da empresa, contemplando em sua estrutura 4 carreiras distintas. A Tabela a seguir demonstra o número de empregados da CEEE-GT no ano de 2011.

| Carreira | Total de empregados | % |
|------------------------|---------------------|--------|
| Administrativa | 238 | 15,53% |
| Operacional | 700 | 45,66% |
| Técnica de Nível Médio | 280 | 18,26% |
| Nível Superior | 315 | 20,55% |
| Total | 1533 | 100% |

Para manter um dimensionamento de pessoal adequado aos serviços realizados pela CEEE-GT, no ano de 2011 foram contratados 107 novos empregados através de concurso público, conforme detalhado na tabela a seguir:

| Carreira | Total de empregados |
|------------------------|---------------------|
| Administrativa | 09 |
| Operacional | 13 |
| Técnica de Nível Médio | 43 |
| Nível Superior | 42 |
| Total | 107 |

Para manter os empregados capacitados para o pleno exercício de suas atividades profissionais a CEEE-GT, investiu em treinamento e desenvolvimento, resultando em uma média de 47,78 horas de capacitação por empregado.

Considerando que o negócio exercido pela CEEE-GT envolve atividades perigosas a empresa prima pela segurança no ambiente de trabalho. Embora tenha existido um trabalho de prevenção, no ano de 2011, ocorreram 12 acidentes de trabalho, sendo 03 acidentes com afastamento, 03 acidentes sem afastamento e 06 acidente de trajeto.

6.2. Indicadores Sociais Externos

A CEEE-GT, através de sua Política de Patrocínio financiou 17 Projetos, investindo o valor de R\$ 0,7 milhão. Dentre os projetos financiados 25 utilizaram as leis de incentivo fiscal, possibilitando o retorno do investimento de R\$ 0,6 milhão. Em todos os projetos patrocinados pela empresa, encontram-se presentes contrapartidas sociais, buscando beneficiar as comunidades do entorno, seja do local na qual os eventos se realizam ou das instalações da empresa.

Em 2011 a CEEE-GT destinou um montante de R\$ 5,82 milhões em ações e programas ambientais visando a minimização dos impactos potenciais inerentes a suas atividades no âmbito de sua área de concessão. Os valores investidos em 2011 foram cerca de 26% superiores em relação ao ano de 2010.



7. Aspectos Econômicos Financeiros / Endividamento

A CEEE-GT, em 2011, continuou enfrentando vários desafios para manter o seu equilíbrio econômico financeiro, principalmente para garantir ao seu mercado consumidor a excelência na prestação dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica.

O setor elétrico exige elevados investimentos das concessionárias participantes visando atender ao aumento da demanda por energia, decorrente das ascendentes taxas de crescimento da economia observadas nos últimos anos. Para tanto, tais empresas se utilizam de recursos de terceiros na alavancagem de seus negócios. A busca de melhores alternativas de financiamentos passa por pesquisa de fontes de recursos disponíveis nos mercados interno e externo, considerando inclusive as instituições públicas que fomentam as empresas do setor, destacando-se ELETROBRÁS, BNDES, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento).

Devido à dificuldade de acesso às fontes subsidiadas de financiamento, às vezes a empresa necessita captar recursos para investimento no mercado a taxas superiores à TIR de seus empreendimentos.

7.1. Ingressos Extra-operacionais e Outros

Tendo se iniciado em 2010 os procedimentos para firmar contrato com o BID, de forma a se obter recursos para o financiamento das obras vinculadas à Copa do Mundo de 2014, estas tratativas continuaram no decorrer de ano de 2011, estando prevista a sua assinatura para o início do ano de 2012. Também foram capitaneadas tratativas com o BNDES para financiar investimentos adjacentes às obras do BID, todos dentro do Plano de Expansão da Companhia, além das tratativas com a Agência Francesa de Desenvolvimento.

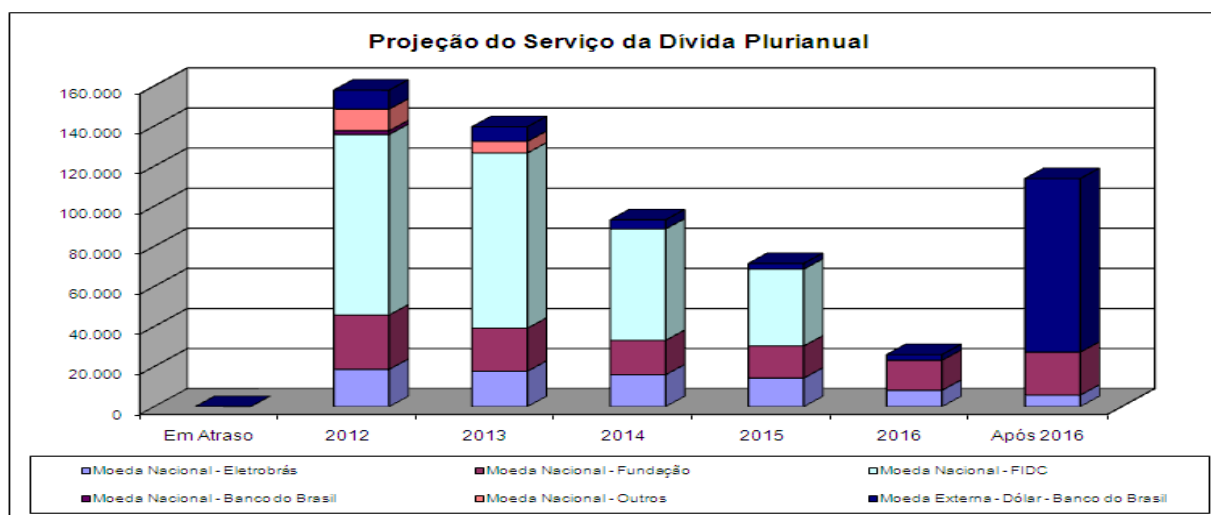
Prosseguiram as tratativas para a liquidação da conta de resultado a compensar – CRC, se tendo previsão de ingresso de recursos no início do ano de 2012. Este valor servirá para a quitação de dívidas e investimentos necessários a concessão.

7.2. Endividamento

Em 2011, o serviço da dívida da companhia totalizou em R\$ 499 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, conforme a seguir demonstrado:

| Grupo | Indexador | Saldo (R\$ Mil) | Participação no Total (%) |
|---|-----------|--------------------|------------------------------|
| Saldo Devedor da Dívida Interna | | 421.573 | 84,52% |
| Moeda Nacional - Eletrobrás - IRD | UFIR | 4.007 | 0,80% |
| Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR | RGR | 71.556 | 14,35% |
| Moeda Nacional - Fundação | INPC | 93.455 | 18,74% |
| Moeda Nacional - FIDC | CDI | 225.120 | 45,13% |
| Moeda Nacional - Banco do Brasil | CDI | 1.851 | 0,37% |
| Moeda Nacional - Refis | TJLP | 25.584 | 5,13% |
| Saldo Devedor da Dívida Externa | | 77.202 | 15,48% |
| Moeda Externa - Dólar - Banco do Brasil | Dólar | 77.202 | 15,48% |
| Saldo Devedor da Dívida | | 498.775 | 100,00% |

A Distribuição da dívida está demonstrada no gráfico a seguir onde o montante máximo possui vencimento em abril/2024 e 85% do estoque com vencimento até 2019.



Valores incluem o principal e juros projetados.

8. Resultado do Exercício

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encerrou o exercício de 2011 com um lucro de R\$ 88.173 milhões, apresentando uma redução de R\$ 64.593 milhões se compararmos ao lucro reapresentado de R\$ 152.766 milhões do exercício de 2010. O resultado de 2011 decorreu principalmente do incremento:

Aspectos Positivos

- Liquidação do Processo da CRC,
- Receita com o Reajuste e Revisão Tarifária,

Aspectos Negativos

- Despesas de Variação Cambial e Monetária com Empréstimos,
- Provisões Trabalhistas e Cíveis e,
- Ajuste proveniente da Conciliação conforme Resolução ANEEL 367/2009.

O EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou um crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior em virtude do reconhecimento da liquidação do processo da CRC, e o crescimento da Receita Operacional.



| Demonstrativo do Cálculo do EBITDA | 2011 | 2010 | 2009 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Receita Operacional Líquida - ROL | 762.484 | 738.519 | 720.387 |
| Custo do Serviço de Energia Elétrica | (415.385) | (440.736) | (359.797) |
| Despesas Operacionais | (274.148) | (230.248) | (206.631) |
| (-) Despesas com Vendas | (1.243) | (254) | (175) |
| (-) Despesas Gerais e Administrativas | (41.958) | (42.329) | (46.408) |
| (-) Outras Despesas Operacionais | (230.947) | (187.665) | (160.048) |
| Outras Receitas/Despesas | 35.591 | (10.915) | 1.152.130 |
| Resultado da Atividade ou EBIT | 108.542 | 56.620 | 1.306.089 |
| (+) Depreciação/Amortização | 61.105 | 61.691 | 61.381 |
| EBITDA | 169.647 | 118.311 | 1.367.470 |
| Margem EBITDA | 22,25% | 16,02% | 189,82% |

9. Auditores Independentes

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da KPMG Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008, no valor de R\$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12(doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60(sessenta) meses. O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2011, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$ 267 mil.

A KPMG Auditores Associados incorporou a BDO Auditores Independentes, em 06 de abril de 2011, ocorrendo nesta data alteração da denominação social para KPMG Auditores Associados. Em 02 de dezembro de 2011, ocorreu novo termo aditivo para nova alteração social, passando de KPMG Auditores Associados para KPMG Auditores Independentes.

A KPMG Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (valor de R\$ 223 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R\$ 14 mil), que são respectivamente, Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

A política na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto ao auditor independente, fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam:

- (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e



(c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Concessionária informa que no exercício de 2011 a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de Auditoria Independente para as Demonstrações Financeiras.

10. Agradecimentos

Os seus consumidores, empregados, parceiros e fornecedores; acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores; aos organismos setoriais, governos federal, estadual e municipal, bem como às instituições bancárias; principalmente, à população gaúcha, a CEEE-GT presta seus agradecimentos pela confiança, reconhecimento, esforços, incentivo e apoio.

Sérgio Souza Dias
Diretor Presidente

Gerson Carrion de Oliveira
Diretor

Luiz Antônio Tirello
Diretor

Halikan Daniel Dias
Diretor

Rubem Cima
Diretor

Gilberto da Silva da Silveira
Diretor

Carlos Ronaldo Vieira Fernandes
Diretor



Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------------|------------|-------------|------------|---|------------------|------------|-------------|------------|
| | | | Republicado | | | | | Republicado | |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | PASSIVO CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 7 | 16.905 | 21.955 | 32.966 | Fornecedores | 22 | 53.192 | 59.277 | 33.026 |
| Concessionárias e Permissionárias | 8 | 97.272 | 86.332 | 89.654 | Obrigações Trabalhistas | 23 | 28.912 | 31.837 | 23.193 |
| Créditos Tributários | 9 | 3.028 | 18.632 | 13.254 | Provisão para Dividendos | 31 | 41.613 | 55.691 | 49.726 |
| Estoque | 10 | 6.969 | 6.340 | 6.339 | Tributos e Contribuições Sociais | 24 | 17.643 | 19.876 | 29.185 |
| Ativo Financeiro da Concessão | 17 | 303.624 | 303.624 | 302.188 | Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações | 25 | 176.005 | 114.950 | 111.090 |
| Pagamentos Antecipados | 13 | 686 | 673 | 523 | Benefícios Pós-Emprego | 26 | 61.288 | 58.311 | 64.267 |
| Conta de Resultado a Compensar - CRC | 12 | 796.505 | - | - | Obrigações da Concessão | 27 | 34.571 | 28.109 | 20.859 |
| Outros Créditos a Receber | 11 | 73.007 | 28.511 | 28.088 | Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários | 28 | 89.284 | 66.380 | 70.154 |
| | | 1.297.996 | 466.067 | 473.012 | Outros Passivos | 29 | 106.521 | 42.077 | 36.718 |
| | | | | | | | 609.029 | 476.508 | 438.218 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Contas a Receber | 14 | 136.742 | 124.435 | 66.583 | Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações | 25 | 137.292 | 270.676 | 356.145 |
| Créditos Tributários | 9 | 4.051 | 32.242 | 36.113 | Comercialização de Energia na CCEE | 44 | 73.058 | 73.058 | 73.058 |
| Aplicações Financeiras | 7 | 33.431 | 22.375 | 29.930 | Benefícios Pós-Emprego | 26 | 326.763 | 330.184 | 343.645 |
| Depósitos Judiciais | 15 | 57.559 | 62.298 | 6.007 | Tributos e Contribuições Sociais | 24 | - | 60.160 | 60.441 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 16 | 252.638 | 252.638 | 183.855 | Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários | 28 | 83.984 | 210.823 | 113.616 |
| Conta de Resultado a Compensar - CRC | 12 | 357.126 | 1.164.415 | 1.153.687 | Obrigações com a Concessão | 27 | 3.274 | 2.837 | 2.814 |
| Ativo Financeiro da Concessão | 17 | 813.873 | 814.596 | 723.171 | Receita Recebida Antecipadamente | 30 | 105.445 | 90.396 | 77.213 |
| Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda | 18 | 3.185 | 3.352 | 3.442 | Outros Passivos | 29 | 178.198 | 95.126 | 93.596 |
| Outros Créditos a Receber | 11 | 43.116 | 44.050 | 81.625 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 16 | 76.563 | 91.633 | 106.703 |
| Investimentos | 19 | 317.838 | 297.384 | 279.758 | | | 984.577 | 1.224.893 | 1.227.231 |
| Imobilizado | 20 | 441.896 | 467.262 | 516.540 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Intangível | 21 | 2.889 | 1.700 | 1.268 | Capital Social | 31 | 588.447 | 588.447 | 588.447 |
| | | 2.464.344 | 3.286.747 | 3.081.979 | Reserva de Incentivos Fiscais | 31 | 1.209.304 | 1.164.415 | 1.153.687 |
| | | | | | Recursos Destinados a Aumento de Capital | | 620 | 620 | 620 |
| | | | | | Reserva de Lucros | | 221.740 | 120.055 | 8.775 |
| | | | | | Ajuste de Avaliação Patrimonial | | 148.623 | 177.876 | 207.129 |
| | | | | | Prejuízo Acumulado | | - | - | (69.116) |
| | | | | | | | 2.168.734 | 2.051.413 | 1.889.542 |
| TOTAL DO ATIVO | | | | | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| | | 3.762.340 | 3.752.814 | 3.554.991 | | | 3.762.340 | 3.752.814 | 3.554.991 |



Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------------|------------|-------------|------------|
| | | | Republicado | |
| RECEITA OPERACIONAL | | 886.692 | 861.248 | 821.785 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 33 | 762.484 | 738.519 | 720.387 |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | | (415.385) | (440.736) | (359.797) |
| Custo com Energia Elétrica | 34 | (52.752) | (38.926) | (36.982) |
| Custo de Operação | 35 | (362.633) | (401.810) | (322.815) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | | 347.099 | 297.783 | 360.590 |
| Despesas Operacionais | | (274.148) | (230.248) | (206.631) |
| Despesas com Vendas | 35 | (1.243) | (254) | (175) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 35 | (41.958) | (42.329) | (46.408) |
| Outras Despesas Operacionais | 35 | (230.947) | (187.665) | (160.048) |
| Outras Receitas | 36 | 50.701 | 12.092 | 1.156.215 |
| Outras Despesas | 36 | (15.110) | (23.007) | (4.085) |
| RESULTADO DO SERVIÇO | | 108.542 | 56.620 | 1.306.089 |
| Resultado de Participações Societárias | | 25.098 | 20.303 | 21.951 |
| Receita/Despesa Financeira | 37 | (30.135) | 29.332 | (28.848) |
| LUCRO ANTES DO IR E CS | | 103.505 | 106.255 | 1.299.192 |
| Imposto de Renda Corrente | 38 | (17.165) | (21.449) | (31.954) |
| Imposto de Renda Diferido | 38 | 6.157 | 64.878 | 64.757 |
| Contribuição Social Corrente | 38 | (6.541) | (8.171) | (12.207) |
| Contribuição Social Diferido | 38 | 2.217 | 11.253 | 23.312 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 88.173 | 152.766 | 1.343.100 |
| Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$ | 32 | 0,23 | 0,39 | 3,47 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Nota Explicativa | Capital Social | Reserva de Incentivos Fiscais | Recursos Destinados a Aumento de Capital | Reserva de Lucros | Lucros Acumulados | Ajuste Avaliação Patrimonial | Patrimônio Líquido Total |
|--|---------------------|----------------|----------------------------------|--|----------------------|----------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Saldos em 31/12/2008 | | 588.447 | - | 620 | - | (244.351) | 236.382 | 581.098 |
| Lucro Líquido do Exercício | | - | - | - | - | 1.343.100 | - | 1.343.100 |
| Destinação do Resultado: | | | | | | | | - |
| Reserva Legal | | - | - | - | 2.925 | (2.925) | - | - |
| Reserva para Expansão | | - | - | - | 5.850 | (5.850) | - | - |
| Reserva de Incentivos Fiscais | | - | 1.153.687 | - | - | (1.153.687) | - | - |
| Proposta de Dividendos | 31 | - | - | - | - | (49.726) | - | (49.726) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | - | - | - | - | 44.323 | (44.323) | - |
| Tributos Diferidos sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial | | - | - | - | - | - | 15.070 | 15.070 |
| Saldos em 31/12/2009 | | 588.447 | 1.153.687 | 620 | 8.775 | (69.116) | 207.129 | 1.889.542 |
| Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos | | - | - | - | 49.726 | - | - | 49.726 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | - | - | - | - | 44.323 | (44.323) | - |
| Tributos Diferidos sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial | | - | - | - | - | - | 15.070 | 15.070 |
| Lucro Líquido do Exercício | | - | - | - | - | 152.766 | - | 152.766 |
| Destinação do Resultado: | | | | | | | | - |
| Reserva Legal | | - | - | - | 5.862 | (5.862) | - | - |
| Reserva para Expansão | | - | - | - | 11.725 | (11.725) | - | - |
| Reserva de Incentivos Fiscais | | - | 10.728 | - | - | (10.728) | - | - |
| Dividendos Obrigatórios | | - | - | - | - | (55.691) | - | (55.691) |
| Dividendos Remanescentes à disposição da AGO | 31 | - | - | - | 43.967 | (43.967) | - | - |
| Saldos em 31/12/2010 | | 588.447 | 1.164.415 | 620 | 120.055 | - | 177.876 | 2.051.413 |
| Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos | 31.5 | - | - | - | 99.658 | - | - | 99.658 |
| Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO | 31.5 | - | - | - | (43.967) | - | - | (43.967) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | - | - | - | - | 44.323 | (44.323) | - |
| Tributos Diferidos sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial | | - | - | - | - | - | 15.070 | 15.070 |
| Lucro Líquido do Exercício | | - | - | - | - | 88.173 | - | 88.173 |
| Destinação do Resultado: | | | | | | | | - |
| Reserva Legal | | - | - | - | 4.380 | (4.380) | - | - |
| Reserva para Expansão | | - | - | - | 8.761 | (8.761) | - | - |
| Reserva de Incentivos Fiscais | | - | 44.889 | - | - | (44.889) | - | - |
| Dividendos Obrigatórios | | - | - | - | - | (41.613) | - | (41.613) |
| Dividendos Remanescentes à disposição da AGO | 31.5 | - | - | - | 32.853 | (32.853) | - | - |
| Saldos em 31/12/2011 | | 588.447 | 1.209.304 | 620 | 221.740 | - | 148.623 | 2.168.734 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 Republicado | 31/12/2009 Republicado |
|--|---------------------|----------------|---------------------------|---------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | |
| Prejuízo/Lucro Líquido do Período | | 88.173 | 152.766 | 1.343.100 |
| Despesas (Receitas) que não afetam o caixa | | | | |
| Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo | | 22.537 | 15.721 | 14.056 |
| Variações Monetárias e Cambiais do Passivo Não Circulante | | 3.452 | 4.848 | 65.596 |
| Provisão para Desvalorização e Depreciação de Investimentos | | 62 | 121 | 283 |
| Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis | 35 | 61.105 | 61.691 | 61.483 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | | (25.098) | (20.303) | (21.951) |
| Constituição de Provisão para Passivos e Outras | | (57.054) | 65.491 | (11.109) |
| Constituição de Provisão Ex-Autárquicos | 35 | 56.457 | 36.739 | 60.292 |
| Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa | 35 | 1.244 | 254 | 175 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | | - | (68.783) | (80.529) |
| Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível | | 11.332 | 24.183 | 7.333 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | 12 | (44.890) | (10.728) | (1.153.687) |
| GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA | | 117.320 | 262.000 | 285.042 |
| Variações no Ativo Circulante e Não Circulante | | 25.185 | (160.887) | (131.539) |
| Concessionárias e Permissionárias | | (12.184) | 3.068 | (9.124) |
| Créditos Tributários | | 43.795 | (1.507) | (42.609) |
| Aplicações Financeiras de Longo Prazo | | (11.056) | 7.555 | - |
| Estoques | | (629) | (1) | (327) |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | | 10.784 | (10.728) | - |
| Outros Créditos a Receber | | 1.328 | 47.880 | (9.507) |
| Pagamentos Antecipados | | (13) | (150) | (216) |
| Contas a Receber | | (12.307) | (57.852) | (641) |
| Depósitos Judiciais | | 4.739 | (56.291) | 1.133 |
| Ativo Financeiro da Concessão | | 723 | (92.861) | (69.587) |
| Bens e Direitos Destinados à Alienação e Bens de Renda | | 5 | - | (661) |
| Variações no Passivo Circulante e Não Circulante | | (9.173) | 19.588 | (103.806) |
| Fornecedores | | (6.085) | 26.251 | (8.347) |
| Obrigações Trabalhistas | | (2.925) | 8.644 | 2.650 |
| Provisão para Dividendos | | 44.017 | 5.965 | 49.726 |
| Tributos e Contribuições Sociais | | (61.301) | (9.590) | (34.883) |
| Benefícios Pós-Emprego | | (62.252) | (61.574) | (66.238) |
| Obrigações da Concessão | | 6.899 | 7.273 | (11.030) |
| Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis | | (48.918) | 28.543 | 5.359 |
| Receita Recebida Antecipadamente | | 15.049 | 13.183 | 13.604 |
| Outros Passivos | | 150.360 | 6.858 | (4.921) |
| Provisão para Dividendos | | (44.017) | (5.965) | (49.726) |
| GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA | | 133.332 | 120.701 | 49.697 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | | |
| Caixa Líquido Aplicado em Investimentos | | (43.516) | (34.382) | (53.734) |
| Aumento de Investimentos | | (5.198) | (6.970) | (35.812) |
| Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado | | (36.975) | (26.770) | (17.616) |
| Aquisição de Ativo Intangível | | (1.343) | (642) | (306) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | |
| Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos | | (94.866) | (97.330) | 32.104 |
| Incremento de Empréstimos e Financiamentos | | 57.627 | 20.300 | 233.365 |
| Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas | | (152.493) | (117.630) | (163.281) |
| Empréstimos - Partes Relacionadas | | - | - | (37.980) |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA | | (5.050) | (11.011) | 28.067 |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa | 7 | 21.955 | 32.966 | 4.899 |
| Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa | 7 | 16.905 | 21.955 | 32.966 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Valores Adicionados

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|---------------------|------------|---------------|-----------------|
| | | | Republicado | Republicado |
| RECEITAS | | | | |
| Suprimento de Energia e Serviços | | 886.692 | 861.248 | 821.785 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 35 | (1.243) | (254) | (175) |
| Outras Receitas | 36 | 35.591 | (10.915) | 1.152.131 |
| (-) INSUMOS | | (330.465) | (239.105) | (200.438) |
| Material | 35 | (10.524) | (10.423) | (9.667) |
| Serviços de Terceiros | 35 | (24.702) | (22.291) | (24.941) |
| Custo de Energia Comprada | 35 | (52.752) | (38.926) | (36.982) |
| Outros Custos Operacionais | 35 | (7.992) | (7.831) | (6.752) |
| Custo de Construção | 35 | (53.433) | (119.249) | (75.117) |
| Outras Despesas Operacionais | 35 | (181.062) | (40.385) | (46.979) |
| (=) VALOR ADICIONADO BRUTO | | 590.575 | 610.974 | 1.773.303 |
| (-) Depreciação e Amortização | 35 | (61.105) | (61.691) | (61.381) |
| (-) Provisões | 35 | 13.015 | (107.138) | (42.181) |
| (=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | | 542.485 | 442.145 | 1.669.741 |
| (+) Resultado de Equivalência Patrimonial | 40 | 25.098 | 20.303 | 21.951 |
| (+) Receitas Financeiras | 37 | 72.644 | 110.993 | 95.913 |
| (=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | | 640.227 | % 573.441 | % 1.787.605 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | | | |
| Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão | | 256.652 | 40,09 215.519 | 37,58 226.395 |
| Remuneração Direta | | 125.723 | 19,65 110.758 | 19,31 88.048 |
| Benefícios | | 18.078 | 2,82 14.299 | 2,49 13.527 |
| Plano de Benefícios Previdenciais | | 45.884 | 7,17 43.526 | 7,59 48.556 |
| Compromissos Previdenciais | | 56.476 | 8,81 37.282 | 6,50 68.803 |
| F.G.T.S. | | 10.491 | 1,64 9.654 | 1,68 7.461 |
| Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições | | 179.605 | 28,05 114.923 | 20,04 84.985 |
| Federais | | 177.887 | 27,78 112.856 | 19,68 83.044 |
| Estaduais | | 4 | 0,00 460 | 0,08 261 |
| Municipais | | 1.714 | 0,26 1.607 | 0,28 1.680 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | | 115.797 | 18,09 90.233 | 15,73 133.125 |
| Aluguéis | | 13.018 | 2,03 8.572 | 1,49 8.364 |
| Despesas Financeiras | | 102.779 | 16,05 81.661 | 14,23 124.761 |
| Remuneração de Capitais Próprios | | 88.173 | 13,77 152.766 | 26,64 1.343.100 |
| Lucro Líquido do Período | | 88.173 | 13,77 152.766 | 26,64 1.343.100 |
| TOTAL | | 640.227 | 573.441 | 1.787.605 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações Financeiras

1. Refazimento dos exercícios de 2010 e 2009.

1.1. Retificação de Erros de Períodos Anteriores

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, originalmente emitidas em 24 de março de 2011 e 01 de março de 2010 respectivamente estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IAS8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência do ajuste realizado nos montantes de R\$212.015 em 2010 e R\$222.743 em 2009 na conta de resultados a compensar – CRC.

A companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o direito tangente ao processo de liquidação judicial nº 2006.71.00047783-2 em que se discutiam os valores devidos pela União a Companhia no tocante a denominada Conta de Resultados a Compensar – CRC, com suporte na sentença proferida em 2005 que transitou em julgado em julho de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF, assim, juridicamente, em síntese, pode-se dizer que o processo de conhecimento definiu o mérito e garantiu o direito patrimonial da companhia registrar o ativo, sendo que o valor deste direito concedeu segurança técnica ao registro do ativo, suportado por Laudo Pericial Independente, elaborado por perito contábil contratado pela Companhia, com vista a quantificar os montantes que seriam liquidados no âmbito judicial, nos termos do Acórdão do STJ e consoante aos critérios de cálculos à época dos fatos.

O direito da Companhia de reconhecer como custo do serviço valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar- CRC e Reserva nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR, foi registrado pela Companhia no montante de R\$1.376.430, já descontado o redutor legal de 25% previsto na Lei 8.631/93, com base no trânsito em julgado do processo, no exercício de 2009.

Em janeiro de 2012, o processo de liquidação de sentença foi extinto em razão do fato de que o Grupo CEEE firmou termo de acordo junto à União Federal homologado pela justiça ainda no mês de janeiro de 2012. Por ocasião do termo de acordo, os valores devidos pela União Federal foram recalculados e apresentaram diferenças em relação aos montantes originalmente reconhecidos pelo Grupo. Em função do deslinde de liquidação judicial nº 2006.71.00047783-2, consubstanciam-se diferenças materiais entre o valor do ativo relacionado à Conta de Resultados a Compensar – CRC reconhecido em exercícios anteriores.

Realizando a depuração, entre o trabalho elaborado no exercício de 2009 pelo perito contratado, com base na sentença judicial, e o cálculo efetivo da liquidação, as seguintes diferenças preenchem o conceito de erro:

1.1.1. Base de cálculo da CRC

- I. Difere do cálculo elaborado pelo Perito independente da Companhia realizado no ano de 2009 (Cr\$11.740.084.262.250,00). A diferença se motiva pela interpretação dada a sentença do STJ no que tange a forma de recomposição da Conta de Resultados a Compensar ter se mostrado diferente da metodologia empregada pelo DNAEE à época dos fatos, bem como em função de reconhecimento parcial da documentação suporte referente ao exercício de 1993.
- II. A base de cálculo que serviu de alicerce para o valor homologado pelo judiciário foi apresentada pelo órgão regulador (ANEEL) através da Nota Técnica nº 309/2011-SFF/ANEEL de 24 de agosto de 2011, perfazendo como valor devido na data de extinção da CRC (18/03/1993) Cr\$11.151.656.845.180,50.



Demonstrações Financeiras

A metodologia de recomposição da CRC utilizada pela ANEEL na Nota Técnica nº 309/2011-SFF-ANEEL, mostrou-se aderente a forma de cálculo contido nas prestações anuais de contas (PACs) a época dos fatos, e, por conseguinte, em consonância com os dispositivos da Lei nº 8.631/93.

1.1.2. Na atualização do valor da base

Tendo como marco o dia 18 de março de 1993 como a data de extinção da Conta de Resultados a Compensar – CRC e, portanto, o ponto inicial de atualização do valor devido a companhia, na liquidação judicial foi aplicada a respectiva correção monetária a partir da referida data, utilizando o método *pro rata tempore* na correção referente ao mês de março de 1993. Neste sentido o método de correção *pro rata tempore* não fora utilizado como premissa no laudo pericial elaborado em 2009 ocasionando divergências matemáticas no montante calculado.

1.1.3. Na utilização de índices de correção monetária e juros

A atualização ocorreu nos termos do Manual de Justiça Federal aprovado através da Resolução nº 134, de 21 de dezembro de 2010, do Conselho de Justiça Federal. Assim, cotejando os critérios técnicos de atualização apresentados no exercício de 2009, com os critérios utilizados na liquidação judicial, existe uma diferença, a partir de julho de 2009, no tocante aos juros aplicados bem como ao indexador aplicado na correção monetária. Essa diferença reside na inserção no ordenamento jurídico brasileiro da Lei 11.960/09.

Com o advento do referido diploma legal, houve mudança do indexador de atualização a partir de julho/2009, onde o IPCA-E foi substituído por TR.No que tange aos juros, a mesma Lei 11.960/09 estabelece alteração a partir de julho/2009, prescrevendo 0,5% ao mês.

Os dispositivos da Lei 11.960/09 descritos no parágrafo acima foram inseridos no Manual de Cálculos da Justiça Federal no exercício de 2010, através da Resolução nº 134/2010 do Conselho de Justiça, tendo sua aplicação com efeitos retroativos a partir de julho/2009.

Assim, no que tange aos índices de correção e aplicação de juros, o cálculo efetuado no exercício de 2009, se pautou pelos critérios administrativos vigentes a época, na medida em que a Resolução nº 134/2010 atualiza o manual de cálculos da justiça federal em dezembro de 2010. Todavia, no exercício de 2010, em função da atualização administrativa e do caráter retroativo dado a aplicação da Lei 11.960/09, necessário o respectivo ajuste no ativo, contemplando os critérios legais vigentes.

Os especialistas contratados agiram com objetividade, imparcialidade e diligência diante dos fatos à época, contudo os fatores que levaram as diferenças apuradas no cálculo de liquidação da sentença se encontravam presentes à época do reconhecimento original do ativo, de modo que uma adequada interpretação da sentença, bem como a consideração tempestiva dos impactos da lei 11.960/2009, provavelmente teria levado o perito independente a um cálculo bastante similar aos valores apurados na liquidação quando da assinatura do termo de acordo.

Levando-se em consideração o exposto acima, a Administração concluiu que as diferenças apuradas na liquidação da sentença pelo termo de acordo caracterizam-se como erros enquadrados no escopo do CPC 23, ensejando assim a necessidade de correção em seu período de origem, com conseqüente refazimento destas demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010.



Demonstrações Financeiras

1.2. Reclassificações

No balanço Patrimonial refere-se ao exercício findo em 2010 foram reclassificados os valores relativos aos Depósitos Judiciais, Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais, Imobilizado, Bens de Renda e Passivo Diferido.

1.3. Detalhamento dos ajustes

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas:

1.3.1 Balanço Patrimonial

| | 31/12/2010 | | | 31/12/2009 | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | | |
| | 466.067 | - | 466.067 | 473.012 | - | 473.012 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Outros | 1.589.419 | - | 1.589.419 | 1.402.293 | - | 1.402.293 |
| Depósitos Judiciais | (b) 15.604 | 46.694 | 62.298 | 6.007 | - | 6.007 |
| Conta de Resultados a Compensar | (a) 1.376.430 | (212.015) | 1.164.415 | 1.376.430 | (222.743) | 1.153.687 |
| Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda | (c) 2.152 | 1.200 | 3.352 | 2.152 | 1.290 | 3.442 |
| Outros Investimentos | (c) 1.549 | (1.549) | - | 1.748 | (1.748) | - |
| Imobilizado | (c) 466.914 | 349 | 467.263 | 516.082 | 458 | 516.540 |
| | 3.452.068 | (165.321) | 3.286.747 | 3.304.712 | (222.743) | 3.081.979 |
| TOTAL DO ATIVO | 3.918.135 | (165.321) | 3.752.814 | 3.777.724 | (222.743) | 3.554.981 |
| | | | | | | |
| | 31/12/2010 | | | 31/12/2009 | | |
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | | | |
| Outros | 476.508 | - | 476.508 | 438.218 | - | 438.218 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | (d) 15.070 | (15.070) | - | 15.070 | (15.070) | - |
| | 491.578 | (15.070) | 476.508 | 453.288 | (15.070) | 438.218 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Outros | 922.437 | - | 922.437 | 1.006.912 | - | 1.006.912 |
| Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais | (b) 164.129 | 46.694 | 210.823 | 113.616 | - | 113.616 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | (d) 76.563 | 15.070 | 91.633 | 91.633 | 15.070 | 106.703 |
| | 1.163.129 | 61.764 | 1.224.893 | 1.212.161 | 15.070 | 1.227.231 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | |
| Capital Social | 588.447 | - | 588.447 | 588.447 | - | 588.447 |
| Reserva de Incentivos Fiscais | (a) 1.376.430 | (212.015) | 1.164.415 | 1.376.430 | (222.743) | 1.153.687 |
| Recursos Destinados a Aumento de Capital | 620 | - | 620 | 620 | - | 620 |
| Reservas de Lucros | 120.055 | - | 120.055 | 8.775 | - | 8.775 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 177.876 | - | 177.876 | 207.129 | - | 207.129 |
| Prejuízos Acumulados | - | - | - | (69.116) | - | (69.116) |
| | 2.263.428 | (212.015) | 2.051.413 | 2.112.285 | (222.743) | 1.889.542 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 3.918.135 | (165.321) | 3.752.814 | 3.777.734 | (222.743) | 3.554.991 |



Demonstrações Financeiras

1.3.2. Demonstração do Resultado do Exercício

| | 31/12/2010 | | | 31/12/2009 | | |
|---|------------|--------|-----------|------------|-----------|-----------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 738.519 | - | 738.519 | 720.387 | - | 720.387 |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | (440.736) | - | (440.736) | (359.797) | - | (359.797) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | 297.783 | - | 297.783 | 360.590 | - | 360.590 |
| Despesas Operacionais | (230.248) | - | (230.248) | (206.631) | - | (206.631) |
| Outras Receitas | 1.364 | 10.728 | 12.092 | 1.378.958 | (222.743) | 1.156.215 |
| Conta de Resultado a Compensar - CRC | (a) - | 10.728 | 10.728 | 1.376.430 | (222.743) | 1.153.687 |
| Outras Despesas | (23.007) | - | (23.007) | (4.085) | - | (4.085) |
| RESULTADO DO SERVIÇO | 45.892 | 10.728 | 56.620 | 1.528.832 | (222.743) | 1.306.089 |
| Resultado de Participações Financeiras | 20.303 | - | 20.303 | 21.951 | - | 21.951 |
| Resultado Financeiro | 29.332 | - | 29.332 | (28.848) | - | (28.848) |
| LUCRO (PREJÚIZO) ANTES DO IR E CS | 95.527 | 10.728 | 106.255 | 1.521.935 | (222.743) | 1.299.192 |
| Imposto de Renda de Contribuição Social | 46.511 | - | 46.511 | 43.908 | - | 43.908 |
| LUCRO (PREJÚIZO) DO EXERCÍCIO | 142.038 | 10.728 | 152.766 | 1.565.843 | (222.743) | 1.343.100 |

1.3.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | 31/12/2010 | | | 31/12/2009 | | |
|---|------------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| Capital Social | 588.447 | - | 588.447 | 588.447 | - | 588.447 |
| Reserva de Incentivos Fiscais | 1.376.340 | (212.015) | 1.164.325 | 1.376.430 | (222.743) | 1.153.687 |
| Recursos destinados ao aumento de capital | 620 | - | 620 | 620 | - | 620 |
| Reserva de Lucros | 120.055 | - | 120.055 | 8.775 | - | 8.775 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 177.876 | - | 177.876 | 207.129 | - | 207.129 |
| Prejuízos Acumulados | - | - | - | (69.116) | - | (69.116) |
| Patrimônio Líquido Total | 2.263.338 | (212.015) | 2.051.323 | 2.112.285 | (222.743) | 1.889.542 |



Demonstrações Financeiras

1.3.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | 31/12/2010 | | | 31/12/2009 | | |
|---|---------------|----------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | | |
| Prejuízo/Lucro Líquido do Período | 142.038 | 10.728 | 152.766 | 1.565.843 | (222.743) | 1.343.100 |
| Despesas (Receitas) que não afetam o caixa | 105.998 | 3.236 | 109.234 | (1.280.801) | 222.743 | (1.058.058) |
| Constituição para provisão de Passivos e Outras | 69.099 | (3.608) | 65.491 | (11.109) | - | (11.109) |
| Constituição de provisão para Passivos e Outras | 33.131 | 3.608 | 36.739 | 60.292 | - | 60.292 |
| Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível | (c) 10.219 | 13.964 | 24.183 | 7.333 | - | 7.333 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | (a) - | (10.728) | (10.728) | (1.376.430) | 222.743 | (1.153.687) |
| GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA | 248.036 | 13.964 | 262.000 | 285.042 | - | 285.042 |
| Variações no Ativo Circulante e Não Circulante | (b) (114.193) | (46.694) | (160.887) | (130.765) | (774) | (131.539) |
| Concessionárias e Permissionárias | 3.108 | (493) | 2.615 | (9.503) | - | (9.503) |
| Títulos de Crédito a receber | 222 | 231 | 453 | 379 | - | 379 |
| Aplicações Financeira de Longo Prazo | 5 | 7.550 | 7.555 | - | - | - |
| Outros Créditos a receber | 44.702 | 3.178 | 47.880 | (9.508) | 1 | (9.507) |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | - | (10.728) | (10.728) | - | - | - |
| contas a Receber | (58.114) | 262 | (57.852) | (641) | - | (641) |
| Depósitos Judiciais | (9.597) | (46.694) | (56.291) | 1.133 | - | 1.133 |
| Bens destinados a alienação | - | - | - | 113 | (774) | (661) |
| Variações no Passivo Circulante e Não Circulante | (27.106) | 46.694 | 19.588 | (103.806) | - | (103.806) |
| Provisão para Passivos trabalhistas e Cíveis | (18.151) | 46.694 | 28.543 | - | - | - |
| GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA | 106.737 | 13.964 | 120.701 | 50.471 | (774) | 49.697 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (20.418) | (13.964) | (34.382) | (54.508) | 774 | (53.734) |
| Aumento de Investimentos | (c) (6.796) | (174) | (6.970) | (35.586) | (226) | (35.812) |
| Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado | (c) (12.980) | (13.790) | (26.770) | (103.806) | - | (103.806) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (97.330) | - | (97.330) | 32.104 | - | 32.104 |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA | (11.011) | - | (11.011) | 28.067 | - | 28.067 |



Demonstrações Financeiras

1.3.5. Demonstração dos Valores Adicionados

| | 31/12/2010 | | | 31/12/2009 | | |
|---|-------------|--------|-----------|------------|-----------|-----------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| RECEITAS | (a) 839.351 | 10.728 | 850.079 | 2.196.484 | (222.743) | 1.973.741 |
| (-) INSUMOS | (239.105) | - | (239.105) | (200.438) | - | (200.438) |
| (=) VALOR ADICIONADO BRUTO | 600.246 | 10.728 | 610.974 | 1.996.046 | (222.743) | 1.773.303 |
| (-) Depreciação e Amortização | (61.691) | - | (61.691) | (61.381) | - | (61.381) |
| (-) Provisões | (107.138) | - | (107.138) | (42.181) | - | (42.181) |
| (=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | 431.417 | 10.728 | 442.145 | 1.892.484 | (222.743) | 1.669.741 |
| (+) Resultado de Equivalência Patrimonial | 20.303 | - | 20.303 | 21.951 | - | 21.951 |
| (+) Receitas Financeiras | 110.993 | - | 110.993 | 95.913 | - | 95.913 |
| (=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | 562.713 | 10.728 | 573.441 | 2.010.348 | (222.743) | 1.787.605 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão | 215.519 | - | 215.519 | 226.395 | - | 226.395 |
| Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições | 114.923 | - | 114.923 | 84.985 | - | 84.985 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | 90.233 | - | 90.233 | 133.125 | - | 133.125 |
| Remuneração de Capitais Próprios | (a) 142.038 | 10.728 | 152.766 | 1.565.843 | (222.743) | 1.343.100 |
| Prejuízo/Lucro Líquido do Período | | | | | | |
| TOTAL | 562.713 | 10.728 | 573.441 | 2.010.348 | (222.743) | 1.787.605 |

- (a) O valor de R\$212.015, monta a diferença apurada do erro, sendo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o reconhecimento da atualização do exercício no valor de R\$10.728 relativo aos ajustes provenientes da Lei 11.960/09, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o estorno no valor de R\$222.743..
- (b) O valor de R\$46.694 em 31 de dezembro de 2010 refere-se a reclassificações de valores relativos aos depósitos judiciais e provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias.
- (c) O valor de R\$1.549 em 31 de dezembro de 2010 e de R\$1.748 em 31 de dezembro de 2009 refere-se a valores reclassificados dos Investimentos para o Ativo Imobilizado, R\$349 e R\$458, respectivamente e para os Bens e Direitos destinados Alienação e Bens de Renda em R\$1.200 e R\$1.290.
- (d) O valor de R\$15.070 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 refere-se a reclassificação dos valores relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos do passivo circulante para o passivo não circulante..

2. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2006, (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir de 1º de dezembro de 2006. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como



Demonstrações Financeiras

desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

2.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão de elaboração das demonstrações contábeis em 26/03/2012.

3. Das Concessões

3.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para Geração de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT detém a concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica das seguintes usinas:

| Usina | Unidades | Entrada em Operação | Potência Instalada, conforme contrato de Concessão 25/2000 (MW) | Potência Instalada, conforme Resolução ANEEL 407/2000 (MW) | Localização da Casa de Força | Término da Concessão |
|----------------------------------|----------|---------------------|---|--|------------------------------|----------------------|
| UHE Itaúba | 4 | 1978 | 512,00 | 500,00 | Pinhal Grande | 30/12/2021 |
| UHE Gov. Leonel de Moura Brizola | 6 | 1962 | 180,00 | 180,00 | Salto do Jacuí | 16/11/2015 |
| UHE Passo Real | 2 | 1973 | 158,00 | 158,00 | Salto do Jacuí | 16/11/2015 |
| UHE Canastra | 2 | 1956 | 44,80 | 42,50 | Canela | 07/07/2015 |
| PCH Bugres | 1 | 1952 | 11,70 | 11,12 | Canela | 07/07/2015 |
| UHE Ernestina | 1 | 1957 | 4,96 | 4,80 | Tio Hugo | 16/11/2015 |
| PCH Capigui | 3 | 1933 | 4,47 | 3,76 | Passo Fundo | 16/11/2015 |
| PCH Guarita | 1 | 1953 | 1,76 | 1,76 | Erval Seco | 16/11/2015 |
| PCH Herval | 2 | 1937 | 1,52 | 1,44 | Santa Maria do Herval | 16/11/2015 |
| PCH Santa Rosa | 1 | 1955 | 1,53 | 1,40 | Três de Maio | 16/11/2015 |
| PCH Passo do Inferno | 1 | 1948 | 1,49 | 1,33 | São Francisco de Paula | 16/11/2015 |
| PCH Forquilha | 1 | 1950 | 1,12 | 1,00 | Maximiliano de Almeida | 16/11/2015 |
| PCH Toca | 2 | 1929 | 1,00 | 1,09 | São Francisco de Paula | 07/07/2015 |
| PCH Ijuizinho | 1 | 1950 | 1,12 | 1,00 | Eugênio de Castro | 16/11/2015 |

O prazo de concessão das usinas hidrelétricas com exceção da Usina Hidrelétrica de Itaúba que possui prazo de concessão contratado até 2021 encerra no ano de 2015. O Contrato de Concessão prevê renovação pelo período de 20 anos desde que requerida pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término de contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O segmento de geração é concorrencial, não havendo garantia de remuneração. A receita é obtida com a venda da energia elétrica referente à Garantia Física das usinas, definida pelo poder concedente. No caso da Geração, parte desta energia está comprometida com contratos assinados no ambiente regulado, com prazo de suprimento até 2016, sendo o índice utilizado para reajuste o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IBGE. Outra parcela de energia é comercializada no



Demonstrações Financeiras

Ambiente Livre, onde o índice de reajuste é definido quando do lançamento do processo público de compra e venda.

Conforme Despacho da ANEEL Nº 259 de 21 de julho de 1999 a CEEE-GT tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

3.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

3.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser renovado pelo período de 20 anos desde que requerida pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada quatro anos, com exceção das tarifas definidas para as Instalações de Transmissão classificadas na Resolução ANEEL nº 166/2000. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

3.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura a serviço da concessão.



Demonstrações Financeiras

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

3.2.3. Autorizações

Em 30 de setembro de 1999, através dos atos nº 4.390 e 4.391, publicados no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 1999, a CEEE recebeu da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Circuito Especializado, em âmbito interno e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

3.3. Mecanismo de atualização das tarifas de transmissão de energia elétrica dos acordos de concessão

Os Contratos de Concessão definem as parcelas de receita que são atribuídas a cada tipo de instalação de transmissão. A RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) refere-se a parcelas de receita das instalações componentes da Rede Básica, definidas no anexo da Resolução nº 166/2000. A RPC trata das instalações de conexão e às Demais Instalações de Transmissão, ambas dedicadas aos respectivos usuários. A soma dessas duas parcelas compõe a Receita Anual Permitida – RAP das concessionárias de transmissão, que deve ser suficiente para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Os reforços em instalações existentes, bem como adequações de menor porte, permitido pela legislação e previsto nos contratos de concessão das concessionárias constantes da Resolução ANEEL nº 166/2000, são implementados por meio de autorizações expedidas pela ANEEL. As RAPS associadas a esses reforços são caracterizadas pelas parcelas denominadas RBNI (Rede Básica Novas Instalações) e RCDM (Demais Instalações de Transmissão), que são as parcelas correspondentes às novas instalações autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica após a publicação da Resolução ANEEL nº 167/2000, ou ainda as instalações de conexão contratadas diretamente das concessionárias, nos termos das Resoluções ANEEL nº 489/2002 e nº 158/2005.

Neste contexto, a revisão tarifária periódica constitui o instrumento regulatório desse regime econômico e financeiro. Na revisão, as tarifas são alteradas (para mais ou para menos) segundo uma metodologia que consiste em revisar as condições de desempenho da concessionária. A receita do serviço de transmissão de energia elétrica é então reposicionada para um novo patamar de “preço máximo” de forma a expressar os ganhos de eficiência obtidos e apropriados pela concessionária ao longo dos anos que antecedem a revisão tarifária contratual.

A revisão tarifária periódica tem como resultado o reposicionamento tarifário que consiste em calcular a Receita Anual da concessionária compatível com a cobertura de custos operacionais eficientes e com um retorno adequado sobre o capital prudentemente investido. O objetivo do reposicionamento tarifário é assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que, com a aplicação das regras de reajuste tarifário anual, deverá ser mantido até a próxima revisão tarifária periódica.



Demonstrações Financeiras

A Receita Anual Permitida Total de uma determinada concessionária é dada pela composição da receita anual líquida, formada pela remuneração e reintegração do capital e pelos Custos de Administração, Operação e Manutenção, acrescida dos encargos e tributos (ET) e da parcela de ajuste (PA), ou seja:

Os encargos e tributos que são considerados no cálculo da RAP são os seguintes: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); Taxa de Fiscalização (TFSEE); Reserva Global de Reversão (RGR); PIS/COFINS.

O total de encargos e tributos incorporados no cálculo da receita deverá considerar as alíquotas de acordo com a legislação vigente. Em relação aos tributos sobre a renda, são considerados no cálculo da RAP o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Assim, a alíquota tributária efetiva será de 34,0%, considerada na taxa de remuneração.

4. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A Concessionária possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos.

5. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

5.1. Bases de Preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

5.1.1. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.991, da SFF/ANEEL de 29/12/2011.

5.1.1.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

5.1.1.2. Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Concessionária. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

5.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Demonstrações Financeiras. As estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na



Demonstrações Financeiras

experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- I. Vida útil do ativo intangível;
- II. Transações e venda de energia elétrica na CCEE;
- III. Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- IV. Passivos contingentes;
- V. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- VI. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos;
- VII. Ativo financeiro da Concessão;
- VIII. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- IX. Vida útil do ativo imobilizado.

6. Principais Práticas Contábeis Adotadas

6.1. Ativos e Passivos Financeiros

6.1.1. Reconhecimento e mensuração

A Concessionária reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Concessionária desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

6.1.2. Classificação

A Concessionária classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis de contrato de concessão a título de indenização ao final do contrato de concessão. Estão classificados nesta categoria: Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Permissionárias, Títulos de Créditos a Receber, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Aplicações Financeiras, Depósitos Judiciais – Ativo, Depósitos Judiciais – Retificadora do Passivo, Outros Créditos a Receber, Custos a Reembolsar.
- II. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Concessionária tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, Estão



Demonstrações Financeiras

classificados nesta categoria: Quotas Subordinadas do FIDC, Conta de Resultados a Compensar – CRC, Cauções e Depósitos Vinculados – DMLP, Bens e Direitos Destinados a Alienação e Ativo Financeiro da Concessão.

- III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do período. Estão classificados nesta categoria: Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações.
- IV. Não destinados a negociação são todos os passivos financeiros não derivativos que não foram classificados como passivos a valor justo com ajuste no resultado. Estes passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

6.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, até 90 dias que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

6.3. Aplicações Financeiras

Na conta de Aplicações Financeiras estão reconhecidas operações financeiras e certificados de depósitos bancários, com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

6.4. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das demonstrações financeiras, para Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

6.5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com concessionárias, permissionárias e consumidores livres. Refere-se aos recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime contábil de competência.

6.6. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Concessionária avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido



Demonstrações Financeiras

e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

6.7. Subvenção e Assistência Governamental

A partir de 01/01/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Concessionária possui registrado em suas Demonstrações Financeiras a Conta de Resultados a Compensar – CRC conforme Lei nº 8.631/93.

6.8. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

6.9. Contrato de Concessão

Os contratos de concessão de transmissão são reconhecidos como Ativo Financeiro. O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acréscimos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro dos contratos de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa efetiva de juros.

6.10. Investimentos

6.10.1. Investimentos em Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Concessionária possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). A influência significativa supostamente ocorre quando a Concessionária, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Concessionária no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a participação da Concessionária nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.



Demonstrações Financeiras

6.10.2. Participações em Empreendimentos em Conjunto (joint ventures)

Uma joint venture é um acordo contratual através do qual a Concessionária e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da joint venture requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Quando a Concessionária exerce diretamente suas atividades por meio de uma joint venture, a participação da Concessionária nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas demonstrações financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência.

Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Concessionária nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela joint venture são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/dá Concessionária e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.10.3. Entidades de Propósito Específico (EPEs)

Uma Entidade de Propósito Específico é consolidada caso a Concessionária conclua, após avaliação da essência do relacionamento e dos riscos e benefícios advindos da EPE, que ela a controla. O controle pode existir mesmo em casos em que a Concessionária detenha pequena ou nenhuma parcela do patrimônio líquido da EPE. A aplicação do conceito de controle exige, em cada caso, julgamento no contexto de todos os fatores relevantes.

6.10.4. Outros Investimentos

Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda.

6.11. Imobilizado

6.11.1. Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

6.11.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Concessionária e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.



Demonstrações Financeiras

6.11.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador, para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito, como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

6.12. Intangível

6.12.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Concessionária e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

6.12.2. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

6.12.3. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

6.13. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de transmissão. Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro da Concessão.

6.14. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

6.14.1. Ativos Financeiros

A Concessionária avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.



Demonstrações Financeiras

6.14.2. Ativos Não Financeiros

A Concessionária avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

6.15. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

6.16. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço.

6.17. Valor Justo

- I. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Concessionária entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.
- II. Ativos Intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção. O valor justo dos serviços de construção é calculado como o custo estimado total sem margem de lucro, pois a Concessionária considera que o atual modelo de regulação do setor elétrico não prevê margem para os serviços de construção e melhorias na determinação da tarifa de energia elétrica. Quando a Concessionária recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de construção em um acordo de concessão de serviços, ela estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.
- III. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de



Demonstrações Financeiras

geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.

- IV. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado para fins de divulgação somente.

6.18. Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários:

Provisões são reconhecidas quando a Concessionária tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

6.19. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

6.20. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% para o lucro que exceder R\$240 anuais e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Os ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

A Concessionária está sobre a regência do Regime Tributário de Transição - RTT, que prescreve a neutralidade fiscal no cálculo dos tributos federais, expurgando os efeitos da aplicação dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas alterações na Lei 6.404/76. O regime foi de caráter optativo no biênio 2008-2009, e passou a ser obrigatório para o exercício de 2010, nos termos da Lei 11.941/09.

6.21. Benefícios Pós-Emprego

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos



Demonstrações Financeiras

funcionários. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 9 de outubro de 2009.

6.22. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Concessionária, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

6.23. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

6.24. Reconhecimento da Receita

6.24.1. Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal.

6.24.2. Receita da Transmissão

6.24.2.1. Receita Operacional

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante rateio realizado pelo Operador Nacional do Sistema- ONS, mensalmente. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também tem como princípio o cálculo da Receita Anual Permitida - RAP homologadas pela ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela concessionária. As receitas contabilizadas são reconhecidas de forma linear considerando a vigência dos contratos de concessão.

6.24.2.2. Receita de Construção

A Concessionária reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.



Demonstrações Financeiras

6.24.2.3. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

6.25. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 50% do lucro anual da Concessionária. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

6.26. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 45.

6.27. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Concessionária.

A Concessionária, tendo em vista a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

6.28. Questões Ambientais

A Concessionária capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

6.29. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis.

6.29.1. Emissão de Novos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis.

Durante o exercício de 2011, alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados, sendo sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

A Concessionária avaliou os novos Pronunciamentos e interpretações e concluiu que não ocorreram impactos nas Demonstrações Financeiras a seguir:



Demonstrações Financeiras

- I. CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1)- aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011.
- II. CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011.
- III. CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 606, de 04 de agosto de 2011.
- IV. CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011.
- V. CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011.
- VI. CPC 35 (R1) Demonstrações Separadas aprovado pela Deliberação CVM nº667, de 04 de agosto de 2011,
- VII. CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas aprovado pela Deliberação CVM nº668, de 04 de agosto de 2011, Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma já vêm sendo adotada pela Concessionária em suas Demonstrações Financeiras.

6.29.2. Pronunciamentos Técnicos Emitidos pelo IASB

O *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu em junho de 2011, normas contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ocorrer a partir de 01 de janeiro de 2013:

- I. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.
- II. IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - estabelece nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. Esta norma substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).
- III. IFRS 11 - Operações conjuntas -estabelece a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto.
- IV. IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades – a norma estabelece as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico e substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

A Concessionária aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o acolhimento pela CVM e está analisando os impactos desses novos Pronunciamentos em suas Demonstrações Financeiras.



Demonstrações Financeiras

7. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

| Descrição / Banco | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------------|------------|------------|------------|
| CIRCULANTE | | | | |
| Numerário Disponível | | 1.531 | 1.170 | 3.046 |
| Aplicações Financeiras..... | 40 | 15.374 | 20.785 | 29.920 |
| Total de Caixa e Equivalentes de Caixa | | 16.905 | 21.955 | 32.966 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Quotas Subordinadas - FIDC..... | | 33.431 | 22.375 | 29.925 |
| Aplicações Financeiras..... | 40 | - | - | 5 |
| Total de Aplicações Financeiras | | 33.431 | 22.375 | 29.930 |

7.1. Numerário Disponível

O valor de R\$1.531 (R\$1.170 em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.046 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

7.2. Aplicações Financeiras e Retenções

O valor de R\$15.374 (R\$20.785 em 31 de dezembro de 2010 e R\$29.920 em 31 de dezembro de 2009) no ativo circulante refere-se a Aplicações Financeiras, aplicadas no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

O valor de R\$33.431 (R\$22.375 em 31 de dezembro de 2010 e R\$29.925 em 31 de dezembro de 2009) no ativo não circulante refere-se a Aplicações Financeiras ao principal e a remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que depende de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Referem-se, também a garantias quando da compra de energia e as relativas à captação de empréstimo, bem como Quotas Subordinadas do FIDC.

8. Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------|------------|------------|
| Suprimento de Energia..... | 39.355 | 37.085 | 34.437 |
| Encargo de Uso da Rede..... | 59.208 | 48.563 | 49.406 |
| Energia de Curto Prazo-CCEE (vide nota explic nº 44.4) | 1.046 | 1.847 | 6.760 |
| Títulos de Crédito a Receber..... | 563 | 493 | 453 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa..... | (2.900) | (1.656) | (1.402) |
| | 97.272 | 86.332 | 89.654 |



Demonstrações Financeiras

8.1. Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$1.046 (R\$1.847 em 31 de dezembro de 2010 e R\$6.760 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 44.4.

8.2. Títulos de Créditos a Receber

Os valores de R\$563 (R\$493 em 31 de dezembro de 2010 e R\$453 em 31 de dezembro de 2009) registrados no Ativo Circulante e R\$276 (R\$544 em 31 de dezembro de 2010 e R\$806 em 31 de dezembro de 2009), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamentos relativos à venda de ativos (vide nota nº 14).

8.3. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$2.900 (R\$1.656 em 31 de dezembro de 2010 e R\$1.402 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

9. Créditos Tributários

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|-----------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| PASEP/COFINS a compensar | 623 | 352 | 352 |
| ICMS a compensar | 256 | 1.379 | 2.479 |
| IRPJ e CSLL a compensar | 1.039 | 15.929 | 9.468 |
| INSS a compensar | 920 | 831 | |
| Outros Créditos a compensar | 190 | 141 | 955 |
| | <u>3.028</u> | <u>18.632</u> | <u>13.254</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| PASEP/COFINS a compensar | 2.748 | 2.748 | 2.748 |
| INSS a compensar | 605 | 605 | 4.566 |
| IRPJ e CSLL a compensar | 695 | 28.887 | 28.192 |
| Outros Créditos a compensar | 3 | 2 | 607 |
| | <u>4.051</u> | <u>32.242</u> | <u>36.113</u> |

10. Estoques

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Estoque de Operação | 7.363 | 6.729 | 6.948 |
| (-) Provisão para Perdas | (394) | (389) | (609) |
| | <u>6.969</u> | <u>6.340</u> | <u>6.339</u> |

Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

11. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:



Demonstrações Financeiras

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|---------------------|---------------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | | |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | 3.948 | 1.693 | 1.676 |
| Adiantamento a Fornecedores/Empregados..... | | 1.995 | 1.933 | 1.849 |
| Aluguel de Postes e Serviços Prestados | | 1.491 | 1.220 | 1.447 |
| Cedência de Funcionários | 40 | 1.128 | 1.277 | 1.309 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC | 25.2 | 6.708 | 6.231 | 3.974 |
| Conta Gráfica | 40 | - | 1.997 | 2.105 |
| Investimento | | 7.866 | 5.506 | 13.816 |
| Custos a Reembolsar..... | | 4.524 | - | - |
| Outros Devedores | | 45.347 | 8.654 | 1.912 |
| | | <u>73.007</u> | <u>28.511</u> | <u>28.088</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Fornecedores - Contrato 1000-1001/87 | 29 | 39.941 | 39.941 | 39.941 |
| Contrato de Mútuo | 40 | - | - | 37.980 |
| Outros | | 3.175 | 4.109 | 3.704 |
| | | <u>43.116</u> | <u>44.050</u> | <u>81.625</u> |

11.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$3.948 (R\$1.693 em 31 de dezembro de 2010 e R\$1.676 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

11.2. Conta Gráfica

O valor de R\$1.997 em 31 de dezembro de 2010 e R\$2.105 em 31 de dezembro de 2009 refere-se aos saldos dos contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

11.3. Fornecedores – Contratos 1000-1001/87

O valor de R\$39.941 (R\$39.941 em 31 de dezembro de 2010 e R\$39.941 em 31 de dezembro de 2009) refere-se as notas fiscais vinculadas aos Contratos 1000/87 (Consórcio Sulino) e 1001/87 (Consórcio Conesul) que tratam do fornecimento de equipamento e materiais para instalação de seis subestações, cujas obras civis e montagens foram de responsabilidade da Concessionária e a construção de cinco subestações com fornecimento de equipamentos em empreitada global na modalidade *turn-key*. Estes contratos estão sendo questionados através de uma ação cível pública cujo objeto é a declaração de nulidade dos referidos contratos e a devolução dos valores pagos a maior, encontrando-se atualmente na fase de cálculo pericial. Quando do ingresso de ação judicial ou pagamentos foram suspensos. Este valor está igualmente registrado no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 29.

12. Conta de Resultados a Compensar – CRC

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|----------------|------------------|------------------|------------------|
| CIRCULANTE | 796.505 | - | - |
| NÃO CIRCULANTE | 357.126 | 1.164.415 | 1.153.687 |
| | <u>1.153.631</u> | <u>1.164.415</u> | <u>1.153.687</u> |



Demonstrações Financeiras

O saldo de R\$1.153.631 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.164.415 em 2010 e de R\$1.153.687 em 2009) se deriva do processo ordinário nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Durante o exercício de 2011 foram realizadas inúmeras tratativas junto à União, que culminaram, em 26 de janeiro de 2012, com a assinatura de um Termo de Acordo, o qual foi homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012.

Como consequência, Advocacia Geral da União, com autorização do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás, juntamente com a CEEE-D, puseram fim ao processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2.

Nesse contexto a Concessionária teve definitivamente reconhecido pelo poder judiciário um valor a receber de R\$1.209.304 inerente a Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com pela União, débitos fiscais da Concessionária junto a Receita Federal do Brasil – RFB no montante de R\$55.673, conforme quadro demonstrativo, composto da seguinte forma:

| | 31/12/2011 |
|---|------------------|
| Valor homologado no Termo de Acordo..... | 1.209.304 |
| Dívidas parceladas pela Lei nº 11.941/2009..... | (25.600) |
| Dívidas parceladas pela Lei nº 8.212/1991..... | (743) |
| BIB - Brasil Investment Bond Exchange..... | (1.635) |
| DMLP - Dívidas de Médio e Longo Prazo..... | (27.695) |
| | <u>1.153.631</u> |

Assim, no tocante aos créditos da CRC, restam devidos R\$1.153.631 os quais serão pagos pela União mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, conforme as seguintes características a seguir:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Os títulos serão emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional em três tranches, sendo que a primeira emitida em 09/02/2012 e as demais serão emitidas em 18/12/2012 e 17/12/2013.

Por ocasião do Termo de Acordo, face à liquidação judicial estabelecida, os valores devidos pela União se apresentaram dissonantes dos valores inicialmente reconhecidos no ativo da Concessionária em 2009 (vide nota 1.1. – Retificação de Erros de Períodos Anteriores).



Demonstrações Financeiras

13. Pagamentos Antecipados

O valor de R\$686 (R\$673 em 31 de dezembro de 2010 e R\$523 em 31 de dezembro de 2009), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

14. Contas a Receber

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Comercialização de Energia na CCEE..... | 136.466 | 123.891 | 65.777 |
| Títulos de Crédito a Receber..... | 276 | 544 | 806 |
| | <u>136.742</u> | <u>124.435</u> | <u>66.583</u> |

14.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$136.466 (R\$123.891 em 31 de dezembro de 2010 e R\$65.777 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme nota explicativa nº 44.4.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em 31 de dezembro de 2011 atualizou os saldos registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme demonstrado:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---------------------|----------------|----------------|---------------|
| Saldo Inicial | 123.891 | 65.777 | 65.136 |
| Atualização | 12.575 | 61.610 | 3.751 |
| Recebimento | - | 227 | (8) |
| Perdas | - | (3.723) | (3.102) |
| Saldo Final | <u>136.466</u> | <u>123.891</u> | <u>65.777</u> |

15. Depósitos Judiciais

O valor de R\$57.559 (R\$62.298 em 31 de dezembro de 2010 e R\$6.007 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide Nota Explicativa nº 28).

16. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controladas na Parte “B” do LALUR, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social a alíquota de 9%.



Demonstrações Financeiras

16.1. Base de Cálculo dos Créditos Fiscais Diferidos - Ativos

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------|------------|------------|
| Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)..... | 299.047 | 289.214 | 298.473 |
| Provisão para Contingências Trabalhistas..... | 196.147 | 254.815 | 224.047 |
| Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis..... | 14.143 | 37.701 | 16.864 |
| Outras Provisões..... | 1.363 | 1.343 | 1.364 |
| Base de Cálculo das Diferenças Temporárias..... | 510.700 | 583.073 | 540.748 |
| Alíquota Aplicável (IR e CS)..... | 34% | 34% | 34% |
| Total do Crédito Fiscal Dif. s/Diferenças Temporárias..... | 173.638 | 198.245 | 183.855 |
| Base Negativa da Contribuição social..... | 88.743 | 61.099 | - |
| Alíquota Aplicável (9%)..... | 7.986 | 5.498 | - |
| Prejuízos Fiscais a Compensar..... | 284.056 | 195.580 | - |
| Alíquota Aplicável (25%)..... | 71.014 | 48.895 | - |
| Total do Crédito Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social | 79.000 | 54.393 | - |
| Parc. não realizada no período de 5 anos (Instr CVM 371/02)..... | - | - | - |
| Saldo Contábil..... | 252.638 | 252.638 | 183.855 |
| Não Circulante | 252.638 | 252.638 | 183.855 |

16.1.1. Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

| | 2011 | 2010 | 2009 |
|------------------------|---------|---------|---------|
| Exercício de 2010..... | - | - | 18.367 |
| Exercício de 2011..... | 46.295 | 46.295 | 18.716 |
| Exercício de 2012..... | 36.089 | 36.089 | 17.963 |
| Exercício de 2013..... | 65.174 | 65.174 | 17.485 |
| Exercício de 2014..... | 51.858 | 51.858 | 17.043 |
| Exercício de 2015..... | 53.222 | 53.222 | 94.281 |
| | 252.638 | 252.638 | 183.855 |

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as projeções elaboradas pela Concessionária, aprovadas pela Administração, tendo como principais premissas para a receita da Geração os contratos existentes em ambiente regulado e livre, além do aumento da capacidade de geração, assim como a reconstrução dos produtos existentes. Este estudo foi atualizado com o intuito de ajustar as premissas, considerando o prazo de concessão.

Para a receita da Transmissão foram considerados valores relativos à receita permitida sobre as subestações e linhas de transmissão existentes, mais a receita de conexão da transmissão com a distribuição e a geração.

16.1.2. Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais a Compensar e Base de Cálculo Negativo da Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2011, a Concessionária apresentava saldo de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício. Estes valores não têm prazo de prescrição e os respectivos créditos fiscais, foram constituídos nos montantes compensáveis considerando o prazo da Concessão.



Demonstrações Financeiras

16.2. Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido

Os saldos de R\$76.563 (R\$91.633 em 31 de dezembro de 2010 e R\$106.703 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao reconhecimento de IRPJ e CSLL sobre os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da adoção do Custo Atribuído para as usinas de geração. A realização do passivo fiscal diferido se dará na proporção em que estes ativos forem sendo depreciados, as taxas são estabelecidas pelo regulador e aceitas pela Concessionária por representar a melhor estimativa de desgaste do valor econômico dos ativos.

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------|------------|------------|
| Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) | 225.186 | 269.508 | 313.831 |
| Base de Cálculo | 225.186 | 269.508 | 313.831 |
| Alíquota Aplicável (IR e CS)..... | 34% | 34% | 34% |
| Total do Passivo Fiscal Diferido | 76.563 | 91.633 | 106.703 |

16.2.1. Estimativa de Realização Passivo Fiscal Diferido

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros:

| | 2011 | 2010 | 2009 |
|------------------------|--------|--------|---------|
| Exercício de 2010..... | - | 15.070 | 15.070 |
| Exercício de 2011..... | 15.070 | 15.070 | 15.070 |
| Exercício de 2012..... | 12.250 | 14.270 | 14.270 |
| Exercício de 2013..... | 12.250 | 13.844 | 13.844 |
| Exercício de 2014..... | 11.483 | 12.762 | 12.762 |
| Exercício de 2015..... | 25.510 | 20.617 | 35.687 |
| | 76.563 | 91.633 | 106.703 |

17. Concessão

17.1. Ativo Financeiro da Concessão

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---------------------|------------|------------|------------|
| CIRCULANTE..... | 303.624 | 303.624 | 302.188 |
| NÃO CIRCULANTE..... | 813.873 | 814.596 | 723.171 |
| | 1.117.497 | 1.118.220 | 1.025.359 |

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos à entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Concessionária obtém remuneração do capital investido. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da parcela da receita Anual Permitida destinada a cobrir os custos de Operação e Manutenção, entre eles os custos anuais de instalações móveis e imóveis.

Com base na análise do Contrato de Concessão nº 055/2001 e Contrato de Concessão nº 080/2002, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída ou recebida é recuperada por meio de dois fluxos de caixa:



Demonstrações Financeiras

- I. parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita garantida (RAP) durante o prazo de concessão; e
- II. parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Administração entende impraticável a aplicação retroativa da norma para o Contrato de Concessão nº 055/2001 e a Concessionária adotou, na transição para a ICPC 01, os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações anteriores. O Contrato de Concessão nº 080/2002 foi recalculado e os ajustes referentes ao reconhecimento da receita financeira, amortização do ativo financeiro e receita e custo de construção foram classificados em Resultados de Exercícios Anteriores.

O Ativo Financeiro da Concessão é amortizado com base em premissas da Administração que estabeleceram o valor justo da Receita Anual Permitida a ser destinada à reintegração do capital investido na infraestrutura. A amortização do ativo financeiro representa cerca de 70% da RAP linearizada, das instalações de Transmissão.

A atualização do Ativo Financeiro das concessões de transmissão é calculada com base na Taxa Interna de Retorno - TIR de cada contrato de concessão, que é reconhecida no resultado do exercício.

As adições ou baixas ocorridas por conta de expansão da infraestrutura da Concessão ou de substituição de itens são incorporadas ou baixadas do saldo do ativo financeiro sempre que alterarem a geração de fluxo de caixa, seja por meio de incremento da Receita Anual Permitida ou por alteração do valor de indenização ao final da concessão. Cada vez que é alterado o saldo do ativo financeiro por conta de adições ou baixas a Concessionária apura a nova TIR que servirá de base para atualização do Ativo Financeiro.

17.1.2. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

| | Infra-Estrutura no Escopo da ICPC 01 | | |
|---|--------------------------------------|----------------------|-------------|
| | Contrato 055/2001 | Contrato 080/2002 | Total |
| Custo | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado | 2.156.296 | 69.515 | 2.225.811 |
| Serviços de Construção e Melhorias..... | 119.249 | - | 119.249 |
| Baixas..... | (1.838) | - | (1.838) |
| Atualização..... | 268.424 | 8.047 | 276.471 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 2.542.131 | 77.562 | 2.619.693 |
| Serviços de Construção e Melhorias..... | 53.434 | - | 53.434 |
| Baixas..... | (18.488) | (210) | (18.698) |
| Atualização..... | 271.270 | 8.072 | 279.342 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | 2.848.347 | 85.424 | 2.933.771 |
| Amortização e perdas por redução do valor recuperável | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado..... | (1.168.526) | (31.927) | (1.200.453) |
| Amortização do período..... | (294.235) | (7.953) | (302.188) |
| Baixas..... | 1.167 | - | 1.167 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | (1.461.594) | (39.880) | (1.501.474) |
| Amortização do período..... | (315.955) | (8.692) | (324.647) |
| Baixas..... | 9.793 | 54 | 9.847 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | (1.767.756) | (48.518) | (1.816.274) |
| Valor contábil | | | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | 987.770 | 37.588 | 1.025.358 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 1.080.537 | 37.682 | 1.118.219 |
| Em 31 de Dezembro de 2011 | 1.080.591 | 36.906 | 1.117.497 |



Demonstrações Financeiras

17.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

17.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

17.3. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;



Demonstrações Financeiras

- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

18. Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda

O valor de R\$3.185 (R\$3.352 em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.442 em 31 de dezembro de 2009), refere-se ao valor de custo dos imóveis que se encontram sem utilização pela Concessionária e que serão alienados.

19. Investimentos

19.1. Composição

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Participações societárias permanentes | | | |
| Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial..... | 312.877 | 296.492 | 278.876 |
| Avaliadas pelo método de custo | 4.961 | 892 | 882 |
| | <u>317.838</u> | <u>297.384</u> | <u>279.758</u> |

19.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

| | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | | 31/12/2009 | |
|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|
| | Lote de Mil ações ou quotas | Participação (%) | Lote de Mil ações ou quotas | Participação (%) | Lote de Mil ações ou quotas | Participação (%) |
| Maesa..... | 22.624.633 | 6,66% | 22.624.633 | 6,66% | 22.624.633 | 6,66% |
| Enercan..... | 25.326 | 6,51% | 25.326 | 6,51% | 25.326 | 6,51% |
| Jaguari..... | 1.857.000 | 10,50% | 1.857.000 | 10,50% | 1.857.000 | 10,50% |
| Etau..... | 3.489.534 | 10,00% | 3.489.534 | 10,00% | 3.489.534 | 10,00% |
| Ceran..... | 153.000.000 | 30,00% | 153.000.000 | 30,00% | 153.000.000 | 30,00% |
| Chapecoense..... | 10.000 | 9,00% | 714.509.342 | 9,00% | 540.519.314 | 9,00% |

19.3. Informações Financeiras das Investidas

| | Capital Social | Patrimônio Líquido Publicado | Ajustes Ressalvados pelo Auditor | Patrimônio Líquido Ajustado | Lucro (Prejuízo) Publicado | Ajustes Ressalvados pelo Auditor | Lucro (Prejuízo) Ajustado |
|------------------|----------------|------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------------------|----------------------------------|---------------------------|
| Maesa..... | 339.808 | 417.215 | - | 417.215 | 53.374 | - | 53.374 |
| Enercan..... | 388.787 | 821.831 | (35.689) | 786.142 | 128.902 | (12.645) | 116.257 |
| Jaguari..... | 17.680 | 13.706 | (6.927) | 6.779 | 135 | (101) | 34 |
| Etau..... | 34.895 | 80.322 | - | 80.322 | 25.331 | - | 25.331 |
| Ceran..... | 470.875 | 604.889 | (58.539) | 546.350 | 61.832 | (13.718) | 48.114 |
| Chapecoense..... | 714.509 | 756.573 | (78.908) | 677.665 | 57.905 | (62.808) | (4.903) |



Demonstrações Financeiras

(*) As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registrarem em suas demonstrações financeiras, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado. Uso do Bem Público - UBP (Enercan, Ceran e Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan e Ceran).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos e o não registro dos tributos, juros moratórios e multas incidentes sobre mútuo financeiro a pagar firmado entre partes relacionadas (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Concessionária ajustou as Demonstrações Financeiras das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes.

19.4. Movimentação dos investimentos

| | Saldos em 31/12/2010 | Aumento de Capital | Equivalência Patrimonial | Dividendos | Saldos em 31/12/2011 |
|------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------|-------------------------|
| Maesa..... | 24.258 | - | 3.554 | (34) | 27.778 |
| Enercan..... | 48.056 | - | 5.163 | (1.994) | 51.225 |
| Jaguari..... | 868 | - | (156) | - | 712 |
| Etau..... | 6.541 | - | 2.533 | (1.042) | 8.032 |
| Ceran..... | 153.877 | - | 14.434 | (4.406) | 163.905 |
| Chapecoense..... | 62.892 | - | (429) | (1.238) | 61.225 |
| | <u>296.492</u> | <u>-</u> | <u>25.099</u> | <u>(8.714)</u> | <u>312.877</u> |

19.4.1. Machadinho Energética S/A – MAESA

Em julho de 1997 foi formalizado contrato de concessão entre o Empreendimento Machadinho, formado pela TRACTEBEL e Machadinho Energética S.A. – MAESA, e Poder Concedente para construção e exploração da UHE Machadinho com 1.140 MW de potência, cuja operação comercial iniciou em 2002.

A CEEE-GT faz parte da MAESA, em 2007 aumentou sua participação societária com a aquisição de parte das ações alienadas pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

Com esta aquisição, a participação da Concessionária na MAESA e por consequência no Empreendimento Machadinho passou a ser de 6,66% (5,86% anterior) e 5,53% (4,85% anterior) respectivamente, representando uma potência de 63 MW e energia garantida de 26,16 MW médios.

19.4.2. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.



Demonstrações Financeiras

19.4.3. Jaguari Energética S/A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S/A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Concessionária reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Concessionária caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em agosto de 2004 foi firmado contrato de empréstimo entre Guascor Serviços Ltda e CEEE-GT, no valor de R\$1.857 para integralização do capital social da Concessionária na investida. A Concessionária pagará a credora através dos dividendos que terá direito do resultado da Jaguari Energética S/A.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Concessionária não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

19.4.4. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à Linha de Transmissão Campos Novos, Lagoa Vermelha, Santa Marta 230 kV; a entrada em operação ocorreu em 17 de abril de 2005. A Concessionária tem participação de 10% na ETAU, sendo que o capital social correspondente foi integralizado com a emissão de notas promissórias “pro soluto”, as quais serão resgatadas mensalmente até a quitação de sua parcela no patrimônio do empreendimento, através do Contrato de Operação e Manutenção ETAU/CEEE-GT.

19.4.5. Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponderá a 360 MW. Em 29 de dezembro de 2004, entrou em operação comercial a primeira das duas turbinas da Usina Hidrelétrica Monte Claro e em 29 de novembro de 2006, a segunda turbina com potência total instalada de 59 MW. Na UHE Castro Alves entrou em operação a primeira turbina em 04 de março, a segunda em 02 de abril e a terceira em 06 de junho de 2008. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial de fornecimento de energia referente à primeira unidade geradora em 25 de dezembro de 2008 e a segunda em 13 de março de 2009.

19.4.6. Foz do Chapecó Energia S/A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S/A e a Chapecoense Geração S/A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, sociedade por ações de propósito específico – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S/A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do



Demonstrações Financeiras

Chapecó Energia S/A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponderá a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O BNDES aprovou financiamento para o empreendimento na ordem de R\$ 1,658 bilhão, cujo prazo de financiamento é de utilização e carência até 15 de setembro de 2011 e amortização em 192 meses. A Concessionária assinou o contrato na condição de interveniente na operação do financiamento e aportou capital em dezembro de 2007, no montante de R\$ 5,9 milhões, o qual já foi repassado através de empréstimo do Banco Bradesco diretamente a Foz do Chapecó Energia S/A.

19.5. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|--------------|------------|------------|
| Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL..... | 2.260 | 2.260 | 2.260 |
| (-) Provisão Desvalorização ELETROSUL..... | (1.936) | (1.936) | (1.936) |
| Piratini Energia S.A..... | 10 | 10 | - |
| Transmissora Porto Alegrense LTDA..... | 4.074 | 4 | 4 |
| Outros Investimentos Avaliados pelo Custo..... | 909 | 909 | 909 |
| (-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos..... | (356) | (355) | (355) |
| | <u>4.961</u> | <u>892</u> | <u>882</u> |

19.5.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação de 0,116% no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- ELETROSUL.

19.5.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S/A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

19.5.3. Transmissora Porto Alegrense Ltda

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a PROCABLE Energia e Telecomunicações constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada TP AE - Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda. que venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante a construção, a montagem, a operação e manutenção do empreendimento Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre as partes, a Concessionária seria responsável pela Operação e Manutenção do Empreendimento, pelas Licenças Ambientais, revisões, acompanhamento técnico e fiscalização da obra e a PROCABLE seria responsável pela preparação do Projeto Básico e Executivo do Empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A Concessionária e a PROCABLE, em conjunto, seriam responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do Empreendimento.



Demonstrações Financeiras

A Concessionária detém 20% de participação no capital da Transmissora.

20. Imobilizado

| | Terrenos | Reservatórios e Barragens | Edificações e Benfeitorias | Máquinas e Equipamentos | Veículos | Móveis e Acessórios | Bens em Construção | Bens não Vinculados a Concessão | Total |
|--|----------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|----------|---------------------|--------------------|---------------------------------|-------------|
| Custo ou custo atribuído | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado | 6.076 | 1.737.525 | 45.978 | 354.725 | 12.793 | 2.102 | 27.351 | 806.899 | 2.993.449 |
| Adições..... | - | - | - | - | - | - | 7.372 | - | 7.372 |
| Baixas..... | - | - | - | (3.637) | (111) | (68) | - | - | (3.816) |
| Transferências para Imobilizado em Serviço..... | - | - | - | 493 | 2 | 61 | (556) | - | - |
| Outros..... | 106 | - | - | (729) | - | (18) | - | 5.382 | 4.741 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 6.182 | 1.737.525 | 45.978 | 350.852 | 12.684 | 2.077 | 34.167 | 812.281 | 3.001.746 |
| Adições..... | - | - | - | - | - | - | 13.087 | - | 13.087 |
| Baixas..... | - | - | (18) | (5.868) | (80) | (25) | - | - | (5.991) |
| Transferências para Imobilizado em Serviço..... | 488 | - | 230 | 3.961 | - | 42 | (4.721) | - | - |
| Outros..... | 1 | - | 12.810 | 1.067 | 62 | 3.569 | - | 22.050 | 39.559 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | 6.671 | 1.737.525 | 59.000 | 350.012 | 12.666 | 5.663 | 42.533 | 834.331 | 3.048.401 |
| Depreciação e perdas no valor recuperável | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado | - | (1.486.001) | (39.811) | (285.338) | (9.355) | (1.838) | - | (654.566) | (2.476.909) |
| Depreciação no período..... | - | (29.007) | (3.824) | (25.212) | (506) | (65) | - | - | (58.614) |
| Baixas..... | - | - | - | 3.015 | 134 | 67 | - | - | 3.216 |
| Outros..... | - | - | - | - | - | - | - | (2.177) | (2.177) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | - | (1.515.008) | (43.635) | (307.535) | (9.727) | (1.836) | - | (656.743) | (2.534.484) |
| Depreciação no período..... | - | (29.007) | (3.627) | (25.041) | (453) | (48) | - | - | (58.176) |
| Baixas..... | - | - | 4 | 5.547 | 20 | 24 | - | - | 5.594 |
| Outros..... | - | - | (12.802) | (834) | (62) | (3.524) | - | (2.218) | (19.440) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | - | (1.544.015) | (60.060) | (327.863) | (10.222) | (5.384) | - | (658.961) | (2.606.506) |
| Valor contábil | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | 6.076 | 251.524 | 6.167 | 69.387 | 3.438 | 264 | 27.351 | 152.333 | 516.540 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 6.182 | 222.517 | 2.343 | 43.317 | 2.957 | 241 | 34.167 | 155.538 | 467.262 |
| Em 31 de Dezembro de 2011 | 6.671 | 193.510 | (1.060) | 22.149 | 2.444 | 279 | 42.533 | 175.370 | 441.896 |

O Ativo imobilizado da Concessionária é composto por Usinas de Geração e por bens administrativos, veículos e moveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existir, são imateriais. Estes ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração



Demonstrações Financeiras

de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é a melhor estimativa do seu valor justo.

Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A Concessionária avaliou os valores de suas usinas de geração e optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão regulador bem como a vida útil econômica estimada pelos pelo Órgão Regulador e aceita pelo mercado como adequada. A avaliação tem como base a metodologia do custo de reposição depreciado que vem sendo empregada nos processos de revisão tarifária das empresas de distribuição de energia elétrica.

21. Intangíveis

| | Softwares |
|---|-----------|
| Custo | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | 1.972 |
| Aquisições - desenvolvido internamente..... | 642 |
| Baixas..... | (18) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 2.596 |
| Aquisições - desenvolvido internamente..... | 885 |
| Baixas..... | (302) |
| Outros..... | 757 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | 3.936 |
| Amortização e perdas por redução do valor recuperável | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | (704) |
| Amortização do período..... | (210) |
| Baixas..... | 18 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | (896) |
| Amortização do período..... | (153) |
| Baixas..... | 2 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2011 | (1.047) |
| Valor contábil | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | 1.268 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 1.700 |
| Em 31 de Dezembro de 2011 | 2.889 |

É composto pelos valores representativos das licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

22. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Encargos de Uso da Rede | 4.049 | 3.641 | 3.900 |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | 1.190 | 1.185 | - |
| Materiais e Serviços | 16.734 | 21.557 | 13.205 |
| Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa nº 44.4) ... | - | - | 1 |
| Retenção Contratual | 31.219 | 32.894 | 15.920 |
| | <u>53.192</u> | <u>59.277</u> | <u>33.026</u> |



Demonstrações Financeiras

O montante de R\$1.190 (R\$1.185 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao contrato de compra de energia firmado em 05 de março de 2010 entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (compradora) e a Foz do Chapecó Energia S/A (vendedora) com período de fornecimento compreendido entre 01 de setembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011.

23. Obrigações Trabalhistas

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Retenções sobre a Folha de Pagamento..... | 8.730 | 10.013 | 8.948 |
| Provisão p/Férias, 13 ^º Salário, Gratificações e Encargos Sociais | 20.046 | 21.682 | 14.032 |
| Prêmio Assiduidade | 136 | 142 | 213 |
| | <u>28.912</u> | <u>31.837</u> | <u>23.193</u> |

24. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

| CIRCULANTE | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 5 | 962 | - |
| Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS | 2.599 | 2.996 | 2.767 |
| Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 4.074 | 3.664 | 3.493 |
| Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP | 884 | 795 | 758 |
| Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serv- FGTS | 1.499 | 1.321 | 1.171 |
| Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social | 8.238 | 118 | 2.721 |
| Parcelamento de Débitos Fiscais Lei nº 11.941/09 | - | 9.200 | 17.279 |
| Parcelamento Previdenciário..... | - | 280 | 306 |
| Outros | 344 | 540 | 690 |
| | <u>17.643</u> | <u>19.876</u> | <u>29.185</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Parcelamento de Débitos fiscais Lei nº 11.941/09..... | - | 59.573 | 59.574 |
| Parcelamento Previdenciário..... | - | 587 | 867 |
| Total | <u>-</u> | <u>60.160</u> | <u>60.441</u> |

24.1. Parcelamento de Débitos Fiscais – Lei nº 11.941/09

A Concessionária efetuou em 20/11/2009 pedido de parcelamento de débitos fiscais junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, de 22 de julho de 2009.

Os débitos se relacionam ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como à obrigações fiscais junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

No tocante ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 31 de maio de 2003, a Concessionária realizou a migração de seu saldo remanescente junto ao ente fazendário, para quitá-lo consoante os critérios da Lei nº 11.941/09

A Companhia efetivou em junho/2011 a consolidação dos débitos, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 02/11, no entanto o saldo em aberto em 27/12/2011 foi compensado com o Termo de Acordo do CRC (vide nota explicativa 12).



Demonstrações Financeiras

24.2. Parcelamento Previdenciário

O parcelamento refere-se ao Auto de Infração nº 35.572.001-9. A Concessionária foi autuada em 25 de agosto de 2005 por deixar de declarar em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, dados relativos ao pagamento de reclamatórias trabalhistas. Após julgado improcedente o recurso promovido pela Concessionária, restou devido R\$2.186 sendo que deste valor foi compensado o depósito recursal anteriormente efetuado no montante de R\$656. O saldo remanescente de R\$1.530 foi parcelado em 60 vezes, corrigidas pela SELIC, sendo que o saldo de R\$743 em 27/12/2011 foi compensado com o Termo de Acordo do CRC (vide nota explicativa 12).

25. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

25.1. Empréstimos e Financiamentos

| BASE DO CONTRATO | | | | | | | FINALIDADE | 31/12/2011 | | | | 31/12/2012 | | | | 31/12/2013 | | | |
|---|---------------|--|----------------|------------|----------|----------------|---------------------|-----------------------|-------|----------------|--------|-----------------------|----------|----------|----------|-----------------------|----------|----------|----------|
| CREDOR | INDEVIDOR | Percentual Médio nos Encargos Fixos a.a. | PREST. TA. (%) | VENCIMENTO | | GARANTIA | | PRAZOS DE VENCIMENTOS | | | | PRAZOS DE VENCIMENTOS | | | | PRAZOS DE VENCIMENTOS | | | |
| | | | | | | | | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CIRCULANTE | | NÃO CIRCULANTE | | CIRCULANTE | | NÃO CIRCULANTE | | CIRCULANTE | | NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | | |
| MOEDA NACIONAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ELETROBRÁS | JFR | 5% a 6,5% | T | 18.08.00 | 15.02.17 | 03 | Investimento | 4.087 | - | 40 | 4.047 | 1.574 | 4.857 | 68 | 6.857 | 1.580 | 5.581 | 72 | 7.263 |
| ELETROBRÁS | TULP | 4% | M | 18.03.08 | 31.03.19 | 03 | Investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.179 | - | - | 10.179 |
| ELETROBRÁS | MÉDIA TX FUEL | 5% a 6,5% | M | 27.12.05 | 30.09.10 | 03 | Investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | 482 | - | - | 482 |
| ELETROBRÁS | RGR | 5% a 7% | M | 13.03.03 | 31.04.19 | 03 | Investimento | 71.556 | - | 339 | 71.895 | 9.588 | 28.178 | - | 31.773 | 4.353 | 31.773 | - | 36.126 |
| ELETROCEEE / ALUGUEL / MÓVEIS | NFC | 8% | M | 11.10.01 | 31.05.13 | 03 | Financiamento | 8.254 | 2.087 | - | 10.351 | 6.871 | 9.111 | - | 15.982 | 5.703 | 14.773 | - | 20.476 |
| BANCO DO BRASIL - LEASING | CDI | 4% | M | 03.06.06 | 01.05.12 | 03 | Leasing de Veículos | 1.853 | - | 2 | 1.855 | 5.360 | 1.493 | 4 | 6.817 | 4.625 | 5.736 | 6 | 10.367 |
| TOTAL MOEDA NACIONAL | | | | | | | | 85.887 | 2.087 | 391 | 88.145 | 17.420 | 42.740 | 60 | 60.228 | 26.322 | 57.863 | 78 | 58.663 |
| MOEDA ESTRANGEIRA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ELETROBRÁS | US\$ | 5% a 6,5% | S | 27.07.87 | 01.01.11 | 03 | Investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | 271 | - | - | 271 |
| GOV. FED. 300S. PRIV - JMLP | US\$ | 5% | S | 15.02.87 | 15.04.24 | 01/02 | Investimento | - | - | 30 | 30 | 8.182 | 67.188 | 711 | 74.059 | 8.478 | 78.882 | 685 | 84.242 |
| BRAZILIAN L BOND - BLS | US\$ | 8% | S | 19.08.87 | 15.08.13 | 01/02 | Investimento | - | - | 1 | 1 | 721 | 1.443 | 40 | 2.204 | 758 | 2.382 | 55 | 3.079 |
| TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA | | | | | | | | - | - | 31 | 31 | 8.205 | 68.939 | 751 | 76.263 | 7.986 | 78.133 | 895 | 87.592 |
| TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA | | | | | | | | 85.887 | 2.087 | 412 | 88.176 | 24.505 | 111.558 | 811 | 138.472 | 34.428 | 158.996 | 1.028 | 172.455 |
| CAUCÕES E DEP. MINICAUCÕES - JMLP | | | | | | | US\$ | - | - | - | - | - | (54.542) | - | (54.542) | - | (51.793) | - | (51.793) |
| TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | | | | | | | | 85.887 | 2.087 | 412 | 88.176 | 24.505 | 77.016 | 811 | 102.130 | 34.428 | 106.203 | 1.028 | 140.742 |
| CÓDIGO DAS GARANTIAS E OBRIGAÇÕES | | | | | | | PRESTAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| 01 - Autorização Controlada para Acesso em Conta Corrente | | | | | | | 14 - MENOR | | | | | | | | | | | | |
| 02 - Fundo de Participação no Salário | | | | | | | 1 - TRIMESTRAL | | | | | | | | | | | | |
| 03 - Permissão para Acesso em Conta Corrente | | | | | | | 3 - SEMESTRAL | | | | | | | | | | | | |

Vide nota Explicativa nº 45.



Demonstrações Financeiras

25.2. Outras Captações

| CREDOR | BASE DO CONTRATO | | | | | FINALIDADE | 31/12/2011 | | | | 31/12/2010 | | | | 31/12/2009 | | | | |
|---|------------------|---|-------------|------------|----------|------------|-----------------------|--------|----------|-------|-----------------------|--------|----------|-------|-----------------------|--------|----------|-------|------------|
| | INDEXADOR | Percentual Médio nos Encargos Fictos a.t. | PRESTATAÇÃO | VENCIMENTO | GARANTIA | | PRAZOS DE VENCIMENTOS | | | | PRAZOS DE VENCIMENTOS | | | | PRAZOS DE VENCIMENTOS | | | | |
| | | | | | | | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | CIRCULANTE |
| | | | Início | Término | | | | | | | | | | | | | | | |
| FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC | CDI | 1,0% | M | 24/02/06 | 08/03/10 | 04 | Investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.829 | - | - | 11.829 |
| FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC | CDI | 1,05% | M | 21/12/07 | 08/12/13 | 04 | Investimento | 35.670 | 27.308 | - | 62.978 | 39.728 | 53.519 | - | 63.248 | 35.712 | 80.521 | - | 118.243 |
| FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC | CDI | 0,99%+CDI ou 106% ao CDI | M | 11/03/09 | 28/08/15 | 04 | Investimento | 94.236 | 107.889 | - | 162.145 | 93.108 | 140.142 | - | 160.250 | 28.003 | 170.323 | - | 198.416 |
| TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CÓDIGOS DAS GARANTIAS SEGU FIANÇAS | | | | | | | PRESTAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| 04 - Percentual de Recebíveis de Geração e Transmissão | | | | | | | M - MENSAL | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

25.3. As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

| | PRINCIPAL | | |
|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| 2011 | - | - | 2.398 |
| 2012 | - | 42.620 | 69.202 |
| 2013 | 37.911 | 94.154 | 94.446 |
| 2014 | 51.112 | 58.070 | 59.930 |
| 2015 | 39.426 | 40.011 | 40.353 |
| 2016 | 4.943 | 1.406 | 1.532 |
| 2017 | 1.050 | 1.121 | 1.187 |
| Após 2017 | 2.850 | 33.294 | 87.097 |
| | <u>137.292</u> | <u>270.676</u> | <u>356.145</u> |

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Moeda/Indexador:

| | MOEDA/INDEXADOR | | |
|------------------|-----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Dólar US\$ | 0,00% | 25,35% | 22,22% |
| UFIR | 0,00% | 1,48% | 1,57% |
| INPC | 1,53% | 3,37% | 4,15% |
| RGR | 0,00% | 10,41% | 8,92% |
| CDI | 98,47% | 59,40% | 63,14% |
| | <u>100,00%</u> | <u>100,00%</u> | <u>100,00%</u> |

25.4. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC I, FIDC III e FIDC V

A Concessionária efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC I, iniciada no segundo semestre de 2005, tendo como Administrador e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Deutsche Bank S.A. A operação foi lastreada em recebíveis da geração e transmissão, no valor total de R\$ 123.000, onde R\$ 115.450 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$ 7.550 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu



Demonstrações Financeiras

nos meses de fevereiro e março de 2006. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

A Concessionária iniciou, em 2007, tratativas com o mercado financeiro para a constituição de novo FIDC III, com cessão de direitos creditórios de alguns contratos de venda de energia e de uso da rede de transmissão, com valor de R\$ 150 milhões.

Em decorrência da elevação do Rating do FIDC I, efetivado em 2006, para AAbr+, construiu-se um ambiente favorável de vinculação do FIDC III aos mesmos recebíveis do FIDC I de forma subordinada, não aumentando o comprometimento da receita operacional da Concessionária.

Em virtude das tratativas iniciadas e considerando as necessidades conjunturais da Concessionária, houve a antecipação de parte do valor do FIDC III através da emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 50 milhões que ingressaram na Concessionária no mês de setembro de 2007.

Em dezembro de 2007 houve a constituição do fundo FIDC III e sua respectiva liquidação, fazendo com que os recursos ingressassem imediatamente no caixa da Concessionária, momento em que houve o resgate das Notas Promissórias.

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Concessionária firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL visando à estruturação do FIDC V, num montante de R\$ 200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. A disponibilização do referido fundo foi efetivada em 11 de março de 2009.

25.5. Leasings Financeiros

A concessionária arrenda a maioria de seus veículos. Esses ativos são classificados como *leasings* financeiros, tendo em vista que todos os riscos e recompensas são transferidos substancialmente para a Concessionária.

Os pagamentos de *leasing* futuros vencem como segue:

| | Pagamentos de <i>Leasing</i> Mínimos | Juros | Valor Presente |
|---|---|-----------|-------------------|
| Em 31 de dezembro de 2011..... | 5.611 | 35 | 5.576 |
| Antes de completar um ano..... | 2.156 | 5 | 2.151 |
| | <u>7.767</u> | <u>40</u> | <u>7.727</u> |
| | Pagamentos de <i>Leasing</i> Mínimos | Juros | Valor Presente |
| Em 31 de dezembro de 2010..... | 4.328 | 55 | 4.273 |
| Antes de completar um ano..... | 5.445 | 32 | 5.413 |
| Mais de um ano e menos de cinco anos..... | 1.880 | 3 | 1.877 |
| | <u>11.653</u> | <u>90</u> | <u>11.563</u> |

O valor presente de pagamentos de *leasings* futuros é analisado como:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---------------------|--------------|--------------|---------------|
| CIRCULANTE..... | 1.852 | 5.364 | 4.631 |
| NÃO CIRCULANTE..... | - | 1.453 | 5.736 |
| | <u>1.852</u> | <u>6.817</u> | <u>10.367</u> |



Demonstrações Financeiras

26. Benefícios Pós-Emprego

A Concessionária é patrocinadora de dois planos de benefícios administrados pela Fundação ELETROCEEE denominados Plano Único e CEEEPREV. Mantém a obrigação do pagamento de aposentadoria a empregados ex-autárquicos, bem como de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

Os saldos compõem-se de:

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|---------------------|----------------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | | |
| Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP | | 1.797 | 2.557 | 9.898 |
| Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE | 40 | 3.977 | 3.869 | 3.070 |
| Empréstimos Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados | 40 | 12.623 | 11.889 | 11.208 |
| Provisão p/Complem Aposent Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA..... | | 42.891 | 39.996 | 40.091 |
| | | <u>61.288</u> | <u>58.311</u> | <u>64.267</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP | | 127 | 2.696 | 274 |
| Empréstimos Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados | 40 | 70.480 | 78.270 | 84.989 |
| Provisão p/Complem Aposent Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA..... | | 256.156 | 249.218 | 258.382 |
| | | <u>326.763</u> | <u>330.184</u> | <u>343.645</u> |
| | | <u>388.051</u> | <u>388.495</u> | <u>407.912</u> |

26.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

26.2. Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

26.2.1. Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Benefício Definido denominado Plano Único.

26.2.2. Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano



Demonstrações Financeiras

CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

26.3. Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefícios aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

26.4. Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, registrado conforme cálculo atuarial.

Na forma preconizada pela CVM nº 600, de 07/10/2009 que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre os Planos de benefícios, compromissos previdenciais e sobre a política contábil adotada.

26.5. Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- I. Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 da Deliberação CVM 600/09.
- II. Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.

A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Companhia é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora naquele período. Consequentemente, nos cálculos da mensuração da obrigação ou da despesa são os ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.

Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício.

De acordo com as praticas contábeis anteriores, prevista na instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do Plano de Benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova pratica contábil estabelecida no CPC 33.



Demonstrações Financeiras

26.6. Descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada de retorno dos ativos dos planos CEEEPREV e Plano Único

A taxa de juros real considerada para o Plano Único é de 5,50% ao ano e para o CEEEPREV é de 6,00% (não considerando a inflação). Conforme determinado pela legislação brasileira para fundos de pensões, a taxa de juros máxima para as projeções atuariais é de 6,00% ao ano mais a inflação, portanto a taxa de juros projetada total para os Planos será de 11,71% ao ano para o CEEEPREV e 11,19% para o Plano Único.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

26.7. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Empresa registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV no montante de R\$ 131.443 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 144.801 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 158.160 em 31 de dezembro de 2009) está sendo reconhecido na Companhia no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 10 anos, conforme item 96 da Deliberação CVM 600/09.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada como segue:

| CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|--|-------------|---------|-----------|-------------|-------------|-------------|---------|-----------|-------------|-------------|-------------|---------|-----------|------------|-------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEPREV BD | Total |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | (809.023) | (4.454) | (343.177) | (1.059.233) | (2.215.887) | (765.475) | (8.512) | (330.991) | (836.020) | (1.940.990) | (544.301) | (8.236) | (334.982) | (797.130) | (1.694.649) |
| Custo do serviço corrente | (687) | - | - | (11.726) | (12.413) | (642) | - | - | (11.126) | (11.768) | (450) | - | - | (10.532) | (10.982) |
| Custo de juros | (91.351) | (354) | (37.357) | (60.714) | (189.776) | (88.478) | (514) | (36.738) | (18.145) | (143.895) | (71.818) | (1.747) | (42.653) | (92.055) | (208.273) |
| Ganho / (perda) atuarial | (77.117) | (385) | (19.827) | (50.891) | (148.220) | (9.728) | (881) | (21.445) | (238.792) | (269.026) | (189.706) | 3.483 | 981 | 3.502 | (191.740) |
| Benefícios pagos pelo plano | 64.839 | 3.329 | 47.171 | 46.288 | 161.627 | 55.300 | 5.433 | 46.018 | 42.850 | 149.601 | 50.801 | 7.988 | 45.683 | 60.196 | 164.648 |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | (913.339) | (1.864) | (353.190) | (1.136.276) | (2.404.669) | (809.023) | (4.454) | (343.176) | (1.059.233) | (2.215.886) | (765.474) | (8.512) | (330.991) | (836.019) | (1.940.990) |
| Valor presente da parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida) | - | - | - | (103.230) | (103.230) | - | - | - | (82.603) | (82.603) | - | - | - | (63.560) | (63.560) |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | (913.339) | (1.864) | (353.190) | (1.239.506) | (2.507.899) | (809.023) | (4.454) | (343.176) | (1.141.836) | (2.298.489) | (765.474) | (8.512) | (330.991) | (899.579) | (2.004.550) |

| ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|---|----------------------|---------------|---------------|----------------------|-------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------|-------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------|-------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEPREV BD | Total |
| Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura | (720.969) | - | - | (1.132.881) | (1.853.850) | (660.828) | - | - | (933.660) | (1.594.488) | (681.492) | - | - | (918.204) | (1.599.696) |
| Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura | (192.370) | (1.864) | (353.190) | (3.395) | (530.819) | (148.195) | (4.454) | (343.176) | (125.573) | (821.398) | (83.982) | (8.512) | (330.991) | (139.536) | (563.021) |
| Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | (913.339) | (1.864) | (353.190) | (1.136.276) | (2.404.669) | (809.023) | (4.454) | (343.176) | (1.059.233) | (2.215.886) | (765.474) | (8.512) | (330.991) | (1.057.740) | (2.162.717) |
| Estatuto do Plano | Parcialmente coberto | Sem cobertura | Sem cobertura | Parcialmente coberto | | Parcialmente coberto | Sem cobertura | Sem cobertura | Parcialmente coberto | | Parcialmente coberto | Sem cobertura | Sem cobertura | Parcialmente coberto | |



Demonstrações Financeiras

26.7. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (continuação)

| CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|--|-------------|---------|----------|-------------|-----------|-------------|---------|----------|-------------|-----------|-------------|---------|----------|-------------|-----------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 680.028 | - | - | 933.660 | 1.594.488 | 681.492 | - | - | 854.644 | 1.536.136 | 567.810 | - | - | 798.470 | 1.386.280 |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 75.760 | - | - | 54.067 | 129.827 | 80.093 | - | - | - | 80.093 | 76.641 | - | - | 95.546 | 172.108 |
| Ganhos / (Perdas) atuariais | 17.521 | - | - | 159.057 | 176.578 | (74.102) | - | - | 98.921 | 24.819 | 60.846 | - | - | (16.774) | 44.071 |
| Contribuições do empregador | 30.466 | 3.329 | 47.171 | 26.522 | 107.488 | 27.475 | 5.433 | 46.018 | 17.382 | 96.308 | 25.374 | 7.988 | 46.018 | 32.332 | 111.712 |
| Contribuições de participantes do plano | 1.233 | - | - | 5.063 | 7.096 | 1.170 | - | - | 5.563 | 6.733 | 1.623 | - | - | 5.266 | 6.889 |
| Benefícios pagos pelo plano | (64.039) | (3.329) | (47.171) | (46.288) | (161.627) | (55.300) | (5.433) | (46.018) | (42.050) | (149.801) | (50.801) | (7.988) | (46.018) | (60.198) | (165.003) |
| Valor justos dos ativos do plano no final do exercício | 720.969 | - | - | 1.132.881 | 1.853.850 | 680.828 | - | - | 933.660 | 1.594.488 | 681.492 | - | - | 854.644 | 1.536.136 |

| CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|--|-------------|-------|----------|-------------|-----------|-------------|-------|----------|-------------|-----------|-------------|--------|----------|-------------|-----------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso) | 182.370 | 1.864 | 353.180 | 3.395 | 550.319 | 148.195 | 4.454 | 343.176 | 125.573 | 621.398 | 83.883 | 8.512 | 330.990 | 138.536 | 563.021 |
| Montante não reconhecido como ativo / (passivo) | (96.185) | - | - | - | (96.185) | (74.080) | - | - | - | (74.080) | (41.991) | - | - | - | (41.991) |
| Custo do serviço passado não contabilizado | - | - | - | (131.443) | (131.443) | - | - | - | (144.001) | (144.001) | - | - | - | (158.160) | (158.160) |
| Ganho / (Perda) atuarial não reconhecidos | (125.317) | 60 | (54.145) | 128.455 | (50.947) | (148.164) | 789 | (53.962) | 20.289 | (181.038) | (131.320) | 1.660 | (32.517) | - | (162.177) |
| Passivo / (Ativo) Atuarial líquido reconhecido no final do exercício | (29.132) | 1.924 | 299.045 | 407 | 272.244 | (74.067) | 5.253 | 289.214 | 1.061 | 221.481 | (88.328) | 10.172 | 298.473 | (18.624) | 200.893 |
| Ajuste do Passivo Atuarial (*) | 77.358 | - | - | 38.449 | 115.807 | 126.739 | - | - | 40.295 | 167.034 | 144.778 | - | - | 62.441 | 207.219 |
| Passivo reconhecido na patrocinadora | 48.226 | 1.924 | 299.045 | 38.856 | 388.051 | 52.672 | 5.253 | 289.214 | 41.356 | 388.495 | 55.450 | 10.172 | 298.473 | 43.817 | 407.912 |

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE nº SF 125495 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 26.3.



Demonstrações Financeiras

26.7. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (continuação)

| CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|---|-----------------|--------------|----------------|---------------|----------------|-----------------|--------------|----------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso) | 192.370 | 1.864 | 353.190 | 3.395 | 550.819 | 148.195 | 4.454 | 343.176 | 125.573 | 621.398 | 83.983 | 8.512 | 330.990 | 138.536 | 563.021 |
| Montante não reconhecido como ativo / (passivo) | (96.185) | - | - | - | (96.185) | (74.080) | - | - | - | (74.080) | (41.991) | - | - | - | (41.991) |
| Custo do serviço passado não contabilizado | - | - | - | (131.443) | (131.443) | - | - | - | (144.801) | (144.801) | - | - | - | (158.160) | (158.160) |
| Ganho (Perda) atuarial não reconhecidos | (125.317) | 60 | (54.145) | 128.455 | (50.947) | (148.164) | 799 | (53.962) | 20.289 | (181.038) | (131.520) | 1.660 | (32.517) | - | (162.177) |
| Passivo / (Ativo) Atuarial líquido reconhecido no final do exercício | (29.132) | 1.924 | 299.045 | 407 | 272.244 | (74.067) | 5.253 | 289.214 | 1.061 | 224.461 | (89.328) | 10.172 | 298.473 | (18.624) | 200.693 |
| Ajuste do Passivo Atuarial (*) | 77.358 | - | - | 38.449 | 115.807 | 126.739 | - | - | 40.295 | 167.034 | 144.778 | - | - | 62.441 | 207.219 |
| Passivo reconhecido na patrocinadora | 48.226 | 1.924 | 299.045 | 38.856 | 388.051 | 52.672 | 5.253 | 289.214 | 41.356 | 388.495 | 55.450 | 10.172 | 298.473 | 43.817 | 407.912 |

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/05 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 26.3.

| MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|--|---------------|----------------|------------------|--------------|------------------|---------------|----------------|------------------|----------------|------------------|---------------|-----------------|------------------|---------------|------------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| (Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício | 74.067 | (5.253) | (289.215) | (1.060) | (221.461) | 89.329 | (10.172) | (289.474) | 18.623 | (200.694) | 4.212 | (9.785) | (283.707) | 1.340 | (287.940) |
| Pagamentos para o plano líquido de administração | 30.486 | 3.329 | 47.171 | 26.521 | 107.487 | 27.475 | 5.433 | 46.018 | 17.382 | 96.308 | 25.374 | 7.987 | 45.663 | 32.332 | 111.356 |
| Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego | (75.401) | (1) | (57.001) | (25.868) | (158.271) | (42.737) | (514) | (36.758) | (37.066) | (117.075) | 59.742 | (8.374) | (60.429) | (15.048) | (24.109) |
| (Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício | 29.132 | (1.925) | (299.045) | (407) | (272.245) | 74.067 | (5.253) | (289.214) | (1.061) | (221.461) | 89.328 | (10.172) | (298.473) | 18.624 | (200.693) |

| COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO | 2011 - Real | | | | | 2012 - Estimado | | | | |
|--|-----------------|------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Custo do serviço corrente | (344) | - | - | (11.726) | (12.070) | (388) | - | - | (12.358) | (12.746) |
| Contribuições dos participantes | - | - | - | 5.863 | 5.863 | - | - | - | 6.164 | 6.164 |
| Custo de juros | (45.675) | (354) | (37.357) | (60.714) | (144.100) | (49.174) | (81) | (38.459) | (130.239) | (217.953) |
| Retorno esperado dos ativos dos planos | 37.880 | - | - | 54.067 | 91.947 | 39.350 | - | - | 131.756 | 171.106 |
| Amortização de (ganhos) / perdas atuariais | (67.262) | 353 | (19.644) | - | (86.553) | (79.650) | - | (18.825) | 861 | (97.614) |
| Amortização de serviço passado | - | - | - | (13.358) | (13.358) | - | - | - | (13.358) | (13.358) |
| Total da despesa do exercício | (75.401) | (1) | (57.001) | (25.868) | (158.271) | (89.862) | (81) | (57.284) | (17.174) | (164.401) |
| Administração do Plano | - | - | - | - | - | - | - | - | (452) | (452) |
| Parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida) | - | - | - | - | - | - | - | - | (4.404) | (4.404) |
| Total da (despesa) / receita no exercício | (75.401) | (1) | (57.001) | (25.868) | (158.271) | (89.862) | (81) | (57.284) | (22.030) | (168.257) |

Montante de pagamentos esperados pela companhia no exercício seguinte

| | | | | | | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|
| Normais | - | - | - | - | - | 16.217 | 2.040 | 49.713 | 8.088 | 76.778 |
| Extraordinários | - | - | - | - | - | 15.891 | - | - | 18.668 | 34.559 |
| Administração | - | - | - | - | - | - | - | - | 903 | 903 |
| Total dos pagamentos esperados para o Plano | - | - | - | - | - | 32.108 | 2.040 | 49.713 | 28.379 | 112.240 |



Demonstrações Financeiras

26.7. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (continuação)

| CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO | 2011 | |
|---|-------------|-------------|
| | Plano Único | CEEEPREV BD |
| Títulos públicos | 39,58% | 38,84% |
| Créditos privados e depósitos - outras companhias | 16,86% | 16,54% |
| Créditos privados e depósitos - patrocinadores | 1,70% | 1,67% |
| Renda variável - outras companhias | 17,59% | 17,26% |
| Fundos de Investimentos | 21,23% | 20,83% |
| Investimentos / Depósitos Judiciais | 0,01% | 0,01% |
| Investimentos imobiliários | 1,01% | 0,99% |
| Empréstimos e financiamentos | 2,02% | 3,86% |
| Total em percentual dos ativos do plano | 100,00% | 100,00% |

| RETORNO ANUAL DOS ATIVOS | 2011 | |
|--|-------------|-------------|
| | Plano Único | CEEEPREV BD |
| Retorno real anual dos ativos do plano | 11,19% | 11,71% |

| MONTANTES INCLuíDOS NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO | 2011 | |
|---|-------------|-------------|
| | Plano Único | CEEEPREV BD |
| Em instrumentos financeiros da própria companhia | 0,15% | 0,00% |
| Em propriedade ocupa pela companhia ou ativos por ela utilizada | 0,00% | 0,14% |

27. Obrigações da Concessão

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Reserva Global de Reversão - RGR | 790 | 1.082 | 1.690 |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | 6.720 | 5.457 | 2.102 |
| Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE | 4.757 | 3.285 | 2.484 |
| Recursos P&D | 21.497 | 17.542 | 13.841 |
| Recursos FNDCT | 538 | 495 | 495 |
| Recursos MME | 269 | 248 | 247 |
| | <u>34.571</u> | <u>28.109</u> | <u>20.859</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Recursos P&D | 3.274 | 2.837 | 2.814 |
| | <u>3.274</u> | <u>2.837</u> | <u>2.814</u> |

27.1. Reserva Global de Reversão - RGR

Foi criada através da Lei n.º 8.631, de 04 de março de 1993, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. O valor refere-se à parcela mensal do exercício de 2009.

27.2. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

Foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas



Demonstrações Financeiras

do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

27.3. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

27.4. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

O P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

28. Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários

| | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | | 31/12/2009 | |
|----------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Trabalhistas | Cíveis | Trabalhistas | Cíveis |
| Riscos prováveis | 196.147 | 14.142 | 254.815 | 37.701 | 224.047 | 16.864 |
| Riscos possíveis e remotos | 43.807 | 3.784 | 70.487 | 15.155 | 43.985 | 6.227 |
| | <u>239.954</u> | <u>17.926</u> | <u>325.302</u> | <u>52.856</u> | <u>268.032</u> | <u>23.091</u> |

A Concessionária é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresentam riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

28.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:



Demonstrações Financeiras

| | 31/12/2011 | | | |
|-------------------------|--------------|--------|-------------|----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Passivo circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 88.393 | 891 | - | 89.284 |
| Passivo não circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 107.754 | 7.943 | 5.308 | 121.005 |
| (-) Depósitos judiciais | (36.911) | (110) | - | (37.021) |
| Total não circulante | 70.843 | 7.833 | 5.308 | 83.984 |
| Total geral | 159.236 | 8.724 | 5.308 | 173.268 |

| | 31/12/2010 | | | |
|-------------------------|--------------|---------|-------------|----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Passivo circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 62.092 | 4.288 | - | 66.380 |
| Passivo não circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 192.723 | 31.078 | 2.335 | 226.136 |
| (-) Depósitos judiciais | (12.078) | (3.235) | - | (15.313) |
| Total não circulante | 180.645 | 27.843 | 2.335 | 210.823 |
| Total geral | 242.737 | 32.131 | 2.335 | 277.203 |

| | 31/12/2009 | | | |
|-------------------------|--------------|---------|-------------|----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Passivo circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 57.429 | 12.725 | - | 70.154 |
| Passivo não circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 166.618 | 1.804 | 2.335 | 170.757 |
| (-) Depósitos judiciais | (50.167) | (6.974) | - | (57.141) |
| Total não circulante | 116.451 | (5.170) | 2.335 | 113.616 |
| Total geral | 173.880 | 7.555 | 2.335 | 183.770 |

28.2. Movimentação da provisão para contingências

| | Movimentação da Provisão para Contingências | | | |
|-------------------------------------|---|----------|-------------|----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Saldo Inicial Janeiro/2009 | 186.652 | 12.897 | 1.742 | 201.291 |
| (+) Novos Ingressos | 40.472 | 648 | 2.335 | 43.455 |
| (-) Pagamentos | (35.979) | (308) | - | (36.287) |
| (-) Montantes Revertidos | (41.061) | (7.459) | (1.742) | (50.262) |
| (+) Atualização Monetária | 29.299 | 2.319 | - | 31.618 |
| (-) Montantes Depositados | (4.180) | (71) | - | (4.251) |
| (-) Atualização dos Depósitos | (1.323) | (471) | - | (1.794) |
| (=) Saldo Final Dezembro/2009 | 173.880 | 7.555 | 2.335 | 183.770 |
| (+) Novos Ingressos | 83.687 | 32.057 | - | 115.744 |
| (-) Pagamentos | (40.866) | (2.555) | - | (43.421) |
| (-) Montantes Revertidos | (39.764) | (11.164) | - | (50.928) |
| (+) Atualização Monetária | 27.712 | 2.498 | - | 30.210 |
| (-) Montantes Depositados | 409 | 1.330 | - | 1.739 |
| (-) Atualização dos Depósitos | 37.679 | 2.410 | - | 40.089 |
| (=) Saldo Final Dezembro/2010 | 242.737 | 32.131 | 2.335 | 277.203 |
| (+) Novos Ingressos | 70.248 | 252 | 2.973 | 73.473 |
| (-) Pagamentos | (66.132) | (30.260) | - | (96.392) |
| (-) Montantes Revertidos | (89.530) | (1.359) | - | (90.889) |
| (+) Atualização Monetária | 26.745 | 4.836 | - | 31.581 |
| (-) Montantes Depositados | (42.566) | 450 | - | (42.116) |
| (-) Atualização dos Depósitos | 17.734 | 2.674 | - | 20.408 |
| (=) Saldo Final Dezembro/2011 | 159.236 | 8.724 | 5.308 | 173.268 |



Demonstrações Financeiras

28.3. Natureza das ações

28.3.1. Trabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

28.3.1.1. Acordos Judiciais Reclamatórias Trabalhistas

A Concessionária firmou acordos judiciais trabalhistas com os Sindicatos dos Engenheiros – SENGE e Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL cujos montantes estão demonstrados nas notas explicativas nº 29.3 e 35.

28.3.2. Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

28.3.3. Fiscais

O montante refere-se a Contribuições Previdenciárias, provisionado para fazer frente ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0, lavrado pela fiscalização do INSS, em razão de eventual insuficiência de recolhimento. O contribuinte busca defesa por meio de recurso voluntário, interposto na esfera administrativa, classificado pela opinião legal como perda provável.

Com relação aos processos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

28.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

A Concessionária obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos Derivados Demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial Nº 98.00.26268-7.

Com alicerce na decisão judicial a Companhia procedeu compensações com contribuições devidas no exercício de 2006 e de 2007, essa compensação está sendo discutida na esfera administrativa perfazendo cerca de R\$ 14.050.

Ainda com relação à matéria previdenciária o contribuinte impugnou cobranças inerentes a suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$ 9.618.



Demonstrações Financeiras

28.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos Tributos Federais a Concessionária possui cerca de R\$ 65.794 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

28.3.3.3. Tributos Municipais – ITBI

Do valor de R\$5.308, R\$1.700 refere-se a débitos vinculados ao ITBI, onde o contribuinte buscava defesa através do processo judicial nº 001/1.06.0259001-2, o qual transitou em julgado em dezembro de 2011. Não obtendo êxito na lide, o contribuinte efetuou parcelamento administrativo junto ao Município de Porto Alegre em fevereiro/2012, no valor de R\$ 1.715 em 24 parcelas, cujo pagamento da primeira parcela se deu em 23/02/2012.

29. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|----------------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Compensação Financeira/Utilização de Recursos Hídricos | 1.580 | 3.612 | 4.592 |
| Obrigações com Obras da Transmissão | 13.939 | 11.560 | 12.251 |
| Programa de Participação nos Resultados - PPR | 3.082 | 2.783 | 2.662 |
| Consumidores | - | 100 | - |
| Obrigações com Coligadas | 4 | 4 | 2.505 |
| Conta Gráfica (vide nota explicativa nº 40) | 720 | - | - |
| Custos a Desembolsar | 4.386 | 18.045 | 8.778 |
| Acordo Judicial Cível - ABB | 7.560 | - | - |
| Acordo Judicial Trabalhista | 20.152 | - | - |
| Provisão Auto de Infração | 17.070 | - | - |
| Outros Credores | 38.028 | 5.973 | 5.930 |
| | 106.521 | 42.077 | 36.718 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Fornec - Contratos 1000-1001/87 (Nota Explic. Nº11) | 39.941 | 39.941 | 39.941 |
| Obrigações com Empreendimentos | 33.038 | 33.038 | 33.038 |
| Provisão Auto de Infração | 1.771 | 15.250 | 13.891 |
| Prêmio Assiduidade | 1.227 | 1.210 | 1.227 |
| Acordo Judicial Cível - ABB | 29.550 | - | - |
| Acordo Judicial Trabalhista | 62.329 | - | - |
| Outras | 10.342 | 5.687 | 5.499 |
| | 178.198 | 95.126 | 93.596 |

29.1. Obrigações com Coligadas

O valor de R\$4 (R\$4 em 31 de dezembro de 2010 e R\$2.505 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à participação da Companhia na Transmissora Porto Alegrense Ltda.

29.2. Acordo Judicial Cível - ABB

O saldo de R\$7.560 no circulante e R\$20.550 no não circulante refere-se ao acordo judicial cível impetrada pela ABB-LTDA. O processo de conciliação foi efetivado em dezembro de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$ 41.233. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e



Demonstrações Financeiras

consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 06 (seis) parcelas, restando 54 parcelas.

29.3. Acordos Judiciais Reclamatórias Trabalhistas

29.3.1. Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul - SENGE

A Concessionária efetuou acordo judicial referente a reclamações trabalhistas impetradas pelo SENGE. O processo de conciliação foi efetivado em abril de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$ 68.212. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 09 (nove) parcelas. Os efeitos no resultado estão demonstrados na nota explicativa nº 35.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

| Data do Evento | Histórico | Valor |
|----------------------|----------------------------------|----------|
| 14/04/2011 | Acordo RT - SENGE Produtividade | 49.032 |
| 14/04/2011 | Acordo RT - SENGE Periculosidade | 19.180 |
| | Total do Acordo | 68.212 |
| 31/12/2011 | Parcelas Pagas até 31/12/2011 | (10.232) |
| | Saldo a Pagar | 57.980 |
| CIRCULANTE | | 13.642 |
| NÃO CIRCULANTE | | 44.338 |
| | | 57.980 |

29.3.2. Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL

A Concessionária efetuou acordo judicial relativo à reclamação trabalhista impetrada pelo SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor da obrigação de responsabilidade da CEEE-GT perfaz R\$ 32.549. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$ 1.006 e as demais no valor de R\$ 450, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 09 (nove) parcelas. Os efeitos no resultado estão demonstrados na nota explicativa nº 35.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

| Data do Evento | Histórico | Valor |
|---------------------|--|---------|
| 15/05/2011 | Acordo Reclamatórias Trabalhistas SENERGISUL | 32.549 |
| 31/12/2011 | Parcelas Pagas até 31/12/2011 | (8.048) |
| | Saldo a Pagar | 24.501 |
| CIRCULANTE..... | | 6.510 |
| NÃO CIRCULANTE..... | | 17.991 |
| | | 24.501 |

29.4. Provisão Autos de Infração

Do valor de R\$17.070, R\$10.805 refere-se à provisão da multa apagão, R\$6.265 pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato de Concessão 055/2001.



Demonstrações Financeiras

30. Receita Recebida Antecipadamente

A ANEEL autorizou as empresas transmissoras de energia elétrica a reconhecerem contabilmente em forma de degrau as suas receitas para as obras do segmento de transmissão autorizadas e licitadas no período de 2001 a junho/2006. A receita em degrau significa o reconhecimento contábil de 66,7% da receita dessas obras nos seus primeiros 15 anos de operação e de 33,3% da receita nos 15 anos seguintes, sendo esta política adotada como forma de atrair investimentos para o setor.

O saldo de R\$105.445 (R\$90.396 em 31 de dezembro de 2010 e R\$77.213 em 31 de dezembro de 2009) é composto pela adequação entre o valor recebido do poder concedente e a competência que este se refere líquido dos ajustes tributários.

31. Patrimônio Líquido

31.1. Capital Social

Os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, passando o Capital Social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$588.447, com a seguinte composição:

| 31/12/2011 | | | | | | |
|-------------------------|--------------------|---------------|------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Ordinárias | % | Preferenciais | % | Total | % |
| CEEE-Par | 255.232.851 | 67,05 | 43.495 | 0,66 | 255.276.346 | 65,92 |
| ELETROBRÁS | 122.681.436 | 32,23 | 3.505.584 | 53,43 | 126.187.020 | 32,59 |
| Municípios | 1.387.971 | 0,36 | 2.144.818 | 32,69 | 3.532.789 | 0,91 |
| Custódia BM&F Bovespa.. | 1.346.346 | 0,35 | 808.432 | 12,32 | 2.154.778 | 0,56 |
| Outros | 20.666 | 0,01 | 58.229 | 0,90 | 78.895 | 0,02 |
| | <u>380.669.270</u> | <u>100,00</u> | <u>6.560.558</u> | <u>100,00</u> | <u>387.229.828</u> | <u>100,00</u> |
| 31/12/2010 | | | | | | |
| CEEE-Par | 255.232.851 | 67,04 | 43.495 | 0,67 | 255.276.346 | 65,92 |
| ELETROBRÁS | 122.681.436 | 32,23 | 3.505.584 | 53,43 | 126.187.020 | 32,59 |
| Municípios | 1.397.262 | 0,37 | 2.159.350 | 32,91 | 3.556.612 | 0,92 |
| Custódia BM&F Bovespa.. | 1.337.058 | 0,35 | 793.904 | 12,10 | 2.130.962 | 0,55 |
| Outros | 20.663 | 0,01 | 58.225 | 0,89 | 78.888 | 0,02 |
| | <u>380.669.270</u> | <u>100,00</u> | <u>6.560.558</u> | <u>100,00</u> | <u>387.229.828</u> | <u>100,00</u> |
| 31/12/2009 | | | | | | |
| CEEE-Par | 255.232.851 | 67,04 | 43.495 | 0,67 | 255.276.346 | 65,92 |
| ELETROBRÁS | 122.681.437 | 32,23 | 3.505.584 | 53,43 | 126.187.021 | 32,59 |
| Municípios | 1.397.331 | 0,37 | 2.159.414 | 32,92 | 3.556.745 | 0,92 |
| Custódia BM&F Bovespa.. | 1.336.485 | 0,35 | 793.245 | 12,09 | 2.129.730 | 0,55 |
| Outros | 21.166 | 0,01 | 58.820 | 0,89 | 79.986 | 0,02 |
| | <u>380.669.270</u> | <u>100,00</u> | <u>6.560.558</u> | <u>100,00</u> | <u>387.229.828</u> | <u>100,00</u> |



Demonstrações Financeiras

31.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 2011 perfazendo total de R\$ 1.209.304.

31.3. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Concessionária deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 31 de dezembro de 2011 a Concessionária possui R\$4.380 registrados a título de Reserva Legal.

31.4. Reserva Estatutária

O estatuto da Concessionária determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 31 de dezembro de 2011 a Concessionária possui R\$8.761 registrados a título de Reserva Estatutária.

31.5. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2011 a Concessionária constitui o montante de R\$32.853 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO.

31.6. Destinação do Lucro Líquido do Exercício

Após as deduções e absorções dos prejuízos acumulados, conforme artigos 48 e 49 do Estatuto da Concessionária, o resultado do exercício tem a seguinte destinação e nesta ordem:

- I) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido para constituição da Reserva Legal;
- II) 50 % (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado, a título de dividendo obrigatório;
 - 1) as Ações Preferenciais têm direito a um dividendo anual mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento) sobre o Capital Próprio a essa espécie de ações, que será entre elas rateado igualmente;
 - 2) as Ações Ordinárias, havendo saldo, têm direito a um dividendo anual não cumulativo, o qual será entre elas rateado igualmente;
- III) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido para constituição de Reserva para Expansão



Demonstrações Financeiras

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|---------------|----------------|---------------|
| Lucro Líquido do exercício | 88.173 | 142.038 | 1.565.843 |
| Absorção dos prejuízos acumulados | - | (69.116) | (175.235) |
| Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial | 44.323 | 44.323 | 44.323 |
| Reserva de Incentivos Fiscais | (44.889) | - | (1.376.430) |
| Base de cálculo | <u>87.607</u> | <u>117.245</u> | <u>58.501</u> |
| Destinação do Lucro do Exercício: | | | |
| Constituição da Reserva Legal - 5%..... | 4.380 | 5.862 | 2.925 |
| Dividendos Obrigatórios - 50%..... | 41.613 | 55.691 | 27.788 |
| Constituição Reserva para Expansão - 10%..... | 8.761 | 11.725 | 5.850 |
| Dividendos Remanescentes | <u>32.853</u> | <u>43.967</u> | <u>21.938</u> |
| | <u>87.607</u> | <u>117.245</u> | <u>58.501</u> |

32. Lucro por Ação

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos. Os saldos compõem-se de:

32.1. Básico

| | 31/12/2011 | | |
|-----------------------------|-------------|---------------|-------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Numerador Básico | | | |
| Lucro Líquido | 86.679 | 1.494 | 88.173 |
| Denominados Básico | | | |
| Média das Ações | 380.669.270 | 6.560.558 | 387.229.828 |
| Lucro Básico por Ação - R\$ | <u>0,23</u> | <u>0,23</u> | <u>0,23</u> |
| | 31/12/2010 | | |
| Numerador Básico | | | |
| Lucro Líquido | 150.178 | 2.588 | 152.766 |
| Denominados Básico | | | |
| Média das Ações | 380.669.270 | 6.560.558 | 387.229.828 |
| Lucro Básico por Ação - R\$ | <u>0,39</u> | <u>0,39</u> | <u>0,39</u> |
| | 31/12/2009 | | |
| Numerador Básico | | | |
| Lucro Líquido | 1.320.345 | 22.755 | 1.343.100 |
| Denominados Básico | | | |
| Média das Ações | 380.669.270 | 6.560.558 | 387.229.828 |
| Lucro Básico por Ação - R\$ | <u>3,47</u> | <u>3,47</u> | <u>3,47</u> |

32.2. Diluído

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| Numerador Diluído | | | |
| Lucro Líquido disponível para as ações ordinárias..... | 86.679 | 150.178 | 1.320.345 |
| Lucro Líquido disponível para as ações preferenciais.... | 1.494 | 2.588 | 22.755 |
| | <u>88.173</u> | <u>152.766</u> | <u>1.343.100</u> |
| Denominados Diluído | | | |
| Ações Ordinárias | 380.669.270 | 380.669.270 | 380.669.270 |
| Ações Preferenciais | 6.560.558 | 6.560.558 | 6.560.558 |
| | <u>387.229.828</u> | <u>387.229.828</u> | <u>387.229.828</u> |
| Lucro Diluído por Ação - R\$ | <u>0,23</u> | <u>0,39</u> | <u>3,47</u> |



Demonstrações Financeiras

33. Receita Operacional

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Receita Bruta | | | |
| Suprimento de Energia Elétrica | 356.623 | 324.244 | 307.148 |
| Disponibilização do Sistema de Transmissão | 505.593 | 456.223 | 438.735 |
| Linearização..... | (24.630) | (21.608) | (22.176) |
| Receita de O&M..... | (334.413) | (302.188) | (289.735) |
| Remuneração do Ativo Financeiro..... | 289.106 | 276.471 | 285.053 |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | 18.297 | 15.676 | 16.842 |
| Receita de Construção..... | 53.433 | 119.249 | 75.117 |
| Outras Receitas..... | 22.683 | (6.819) | 10.801 |
| | <u>886.692</u> | <u>861.248</u> | <u>821.785</u> |
| Deduções da Receita | | | |
| ICMS/ISS | (97) | (91) | (116) |
| PASEP | (9.726) | (8.858) | (8.424) |
| COFINS | (45.320) | (40.817) | (38.846) |
| Quota RGR | (9.625) | (20.881) | (17.355) |
| Outros Encargos | (8.992) | (9.547) | (7.021) |
| Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT | (7.852) | (6.789) | (6.776) |
| Subvenções CCC | (25.691) | (20.183) | (10.685) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | (16.905) | (15.563) | (12.175) |
| | <u>(124.208)</u> | <u>(122.729)</u> | <u>(101.398)</u> |
| Receita Operacional Líquida | <u>762.484</u> | <u>738.519</u> | <u>720.387</u> |

33.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$356.623 (R\$324.244 em 31 de dezembro de 2010 e R\$307.148 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT vendeu no primeiro leilão de energia existente, realizado em dezembro de 2004, 260 MW médios para o período de 2005 a 2012 e 152 MW médios para o período 2006 a 2013.

A comercialização da energia da Área de Geração, durante 2005 e 2006 foi realizada através dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, firmados com trinta e cinco empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.

A partir de 2007, a Concessionária passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Livre, assinando contratos bilaterais com comercializadoras e consumidores livres.

33.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$505.593 (R\$456.223 em 31 de dezembro de 2010 e R\$438.735 em 31 de dezembro de 2009) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de conexão da Geração e do Sistema de Transmissão a terceiros.

33.3. Linearização da Receita da Transmissão

O valor de R\$24.630 (R\$21.608 em 31 de dezembro de 2010 e R\$22.176 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao ajuste da linearização da receita da Transmissão das instalações que possuem receitas em forma de degrau (vide nota explicativa nº 30).



Demonstrações Financeiras

33.4. Receita de Construção

O valor de R\$53.433 (R\$119.249 em 31 de dezembro de 2010 e R\$75.117 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos serviços de construção e melhorias que representam potencial de geração de receita adicional são integralmente registrados como ativo financeiro em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro remunerável transferido somente quando na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado “unitização”. Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas e que os custos de gerenciamento e supervisão já estão contemplados no custo de construção, a Companhia entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

34. Custo com Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros | 17.403 | 4.791 | 1.737 |
| Encargo de Uso do Sistema | 35.349 | 34.135 | 35.245 |
| | <u>52.752</u> | <u>38.926</u> | <u>36.982</u> |

34.1. Custo com Energia Elétrica – Comprada de Terceiros

Do valor de R\$17.403 (R\$4.791 em 31 de dezembro de 2010 R\$1.737 em 31 de dezembro de 2009) R\$1.128 refere-se à aquisição de energia junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e R\$16.275 refere-se à energia comprada de Foz do Chapecó Energia S/A.

34.2. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$35.349 (R\$34.135 em 31 de dezembro de 2010 e R\$35.245 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

35. Custo e Despesas Operacionais

Os saldos compõem-se de:



Demonstrações Financeiras

| CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS | CUSTO DE OPERAÇÃO | | | DESPESAS COM VENDAS | | | DESP. GERAIS E ADMIN. | | | OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS | | | TOTAL | | |
|--|-------------------|----------------|----------------|---------------------|------------|------------|-----------------------|---------------|---------------|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Pessoal e Administradores | | | | | | | | | | | | | | | |
| Remuneração e Encargos | 131.341 | 111.388 | 74.882 | - | - | - | 29.984 | 29.580 | 32.358 | 7.243 | 5.057 | 6.005 | 188.588 | 146.005 | 113.245 |
| Cláusula 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 471 | 8.374 | 1 | 471 | 8.374 |
| Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementado | 9.976 | 16.165 | 23.627 | - | - | - | - | - | - | 6.285 | 5.493 | 5.025 | 16.261 | 21.658 | 28.652 |
| INSS - Empregador | 38.299 | 32.622 | 25.609 | - | - | - | - | - | - | 145 | 28 | 61 | 38.444 | 32.650 | 25.670 |
| Administradores | - | 163 | 74 | - | - | - | 984 | 1.043 | 415 | 49 | - | - | 1.033 | 1.206 | 489 |
| Subtotal Pessoal / Administradores | 179.616 | 160.338 | 124.192 | - | - | - | 30.968 | 30.603 | 32.773 | 13.723 | 11.049 | 19.465 | 224.307 | 201.990 | 176.430 |
| Empr. Fund. ELETROCEEE | 12.876 | 12.070 | 12.967 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 12.876 | 12.070 | 12.967 |
| Total Pessoal e Administradores | 192.492 | 172.408 | 137.159 | - | - | - | 30.968 | 30.603 | 32.773 | 13.723 | 11.049 | 19.465 | 237.183 | 214.060 | 189.397 |
| Material | 10.524 | 10.423 | 9.667 | - | - | - | 973 | 919 | 797 | - | - | - | 11.497 | 11.342 | 10.464 |
| Serviço de Terceiros | 24.702 | 22.291 | 24.941 | - | - | - | 5.783 | 4.727 | 6.806 | 1.591 | 3.573 | 2.547 | 32.076 | 30.591 | 34.294 |
| Compensação/Utilização Recursos Hídricos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 20.705 | 21.382 | 17.885 | 20.705 | 21.382 | 17.885 |
| Taxa de Fiscalização - ANEEL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3.679 | 3.497 | 3.363 | 3.679 | 3.497 | 3.363 |
| Depreciação e Amortização | 60.710 | 61.230 | 60.947 | - | - | - | 322 | 390 | 381 | 73 | 71 | 53 | 61.105 | 61.691 | 61.381 |
| Custo de Construção | 53.433 | 119.249 | 75.117 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 53.433 | 119.249 | 75.117 |
| Doações, Contribuições e Subvenções | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 109 | 169 | 208 | 109 | 169 | 208 |
| Arrendamento e Aluguéis | 12.780 | 8.377 | 8.232 | - | - | - | 238 | 195 | 114 | - | - | 18 | 13.018 | 8.572 | 8.364 |
| Seguros | 367 | 343 | 136 | - | - | - | 498 | 778 | 599 | - | - | - | 865 | 1.121 | 735 |
| Tributos | 854 | 394 | 496 | - | - | - | 1.379 | 1.621 | 1.757 | 138 | 221 | 7.608 | 2.371 | 2.236 | 9.861 |
| Provisão para Liquidação Duvidosa | - | - | - | 1.243 | 254 | 175 | - | - | - | - | - | - | 1.243 | 254 | 175 |
| Provisão para Contingência Trabalhista | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8.036 | 82.443 | 35.051 | 8.036 | 82.443 | 35.051 |
| Provisão para Contingência Cível | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (25.683) | 24.289 | 6.828 | (25.683) | 24.289 | 6.828 |
| Provisão para Contingência Fiscal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.973 | - | - | 2.973 | - | - |
| Autos de Infração e Notificações | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.279 | - | 593 | 2.279 | - | 593 |
| Outras Provisões | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (620) | 407 | (291) | (620) | 407 | (291) |
| Provisão Ex-Autárquicos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 56.475 | 36.739 | 60.292 | 56.475 | 36.739 | 60.292 |
| Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.437 | 1.420 | 2.378 | 1.437 | 1.420 | 2.378 |
| Acordos Judiciais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 142.765 | - | - | 142.765 | - | - |
| Outros | 6.771 | 7.095 | 6.120 | - | - | - | 1.797 | 3.096 | 3.181 | 3.267 | 2.405 | 4.052 | 11.835 | 12.596 | 13.353 |
| TOTAL | 362.633 | 401.810 | 322.815 | 1.243 | 254 | 175 | 41.958 | 42.329 | 46.408 | 230.947 | 187.665 | 160.048 | 636.781 | 632.058 | 529.446 |

36. Outras Receitas e Outras Despesas

Os saldos compõem-se de:

| OUTRAS RECEITAS | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|-----------------|-----------------|------------------|
| Ganho nas Alienações e Outros Ganhos | 5.460 | 1.015 | 1.396 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | 44.889 | 10.728 | 1.153.687 |
| Outras | 352 | 349 | 1.132 |
| | 50.701 | 12.092 | 1.156.215 |
| OUTRAS DESPESAS | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Perdas na Alien. e Desat. de Bens e Direitos | (14.667) | (22.553) | (1.144) |
| Provisão p/Desvalorz./Valoriz. de Outros Investimentos ... | (62) | (122) | (282) |
| Outras | (381) | (332) | (2.659) |
| | (15.110) | (23.007) | (4.085) |



Demonstrações Financeiras

37. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------------|-----------------|------------------|
| RECEITA FINANCEIRA | | | |
| Renda de Aplicações Financeiras | 2.910 | 7.059 | 7.976 |
| Receitas Financeiras com Parcelamentos | 57 | 54 | 108 |
| Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos | 33.865 | 25.009 | 40.450 |
| Prej Fiscal - Base Negativa CSLL utilizado na adesão da Lei 11 | - | - | 36.907 |
| Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais | 1.592 | - | 1.794 |
| Atualização Quota FIDC I..... | 11.057 | 4.239 | - |
| Ganho com Participações Societárias | 2.988 | 258 | - |
| Atualiz Monetária Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517..... | 12.575 | 57.860 | - |
| Outras Receitas Financeiras | 7.600 | 16.514 | 8.678 |
| | <u>72.644</u> | <u>110.993</u> | <u>95.913</u> |
| DESPESA FINANCEIRA | | | |
| Encargos de Dívidas | (9.557) | (9.632) | (13.603) |
| Despesas Financeiras com PAES | (8.038) | - | (28.310) |
| Despesas Financeiras com P&D/FNDCT | (2.129) | (1.573) | (1.189) |
| Despesas Financeiras com Empreendimentos | (5.780) | (5.465) | (4.729) |
| Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos | (60.698) | (52.250) | (61.686) |
| Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais | (9.936) | - | - |
| Outras Despesas Financeiras | (6.641) | (12.741) | (15.244) |
| | <u>(102.779)</u> | <u>(81.661)</u> | <u>(124.761)</u> |
| TOTAL DESPESA FINANCEIRA LÍQUIDA | <u>(30.135)</u> | <u>29.332</u> | <u>(28.848)</u> |

38. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Os saldos compõem-se de:



Demonstrações Financeiras

| | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | | 31/12/2009 | |
|---|------------|----------|------------|----------|-------------|-------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL | 103.506 | 103.506 | 95.527 | 95.527 | 1.521.935 | 1.521.935 |
| Ajustes Decorrentes do RTT | 69.240 | 69.240 | 43.359 | 43.359 | 30.914 | 30.914 |
| Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT..... | 172.746 | 172.746 | 138.886 | 138.886 | 1.552.849 | 1.552.849 |
| Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício | (50.041) | (50.041) | 17.401 | 17.401 | (1.329.235) | (1.329.235) |
| Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes..... | 26 | 26 | 29 | 29 | 34 | 34 |
| Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes..... | (18.890) | (18.890) | (26.614) | (26.614) | (29.883) | (29.883) |
| Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações..... | 103.841 | 103.841 | 129.702 | 129.702 | 193.765 | 193.765 |
| Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social..... | (31.149) | (31.149) | (38.911) | (38.911) | (58.130) | (58.130) |
| Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações..... | 72.692 | 72.692 | 90.791 | 90.791 | 135.635 | 135.635 |
| Alíquota aplicável | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação..... | 18.146 | 6.541 | 22.675 | 8.171 | 33.885 | 12.207 |
| Incentivo PAT = 4%..... | (436) | - | (545) | - | (814) | - |
| Patrocínio - Lei Rouanet (8.313/91 Art.26º) | (436) | - | (545) | - | (814) | - |
| Contribuições FECA - CEDICA/RS | (109) | - | (136) | - | (203) | - |
| Incentivo a Lei do Esporte = 1% | - | - | - | - | (100) | - |
| Total IRPJ e CSLL - Corrente | 17.165 | 6.541 | 21.449 | 8.171 | 31.954 | 12.207 |
| Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias | - | - | (10.581) | (3.809) | (59.213) | (21.316) |
| Total IRPJ e CSLL Diferido - Prejuízos Fiscais | - | - | (48.895) | (5.498) | - | - |
| Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS | (6.157) | (2.217) | (5.402) | (1.946) | (5.544) | (1.996) |
| Total IRPJ e CSLL IFRS Diferidos | (6.157) | (2.217) | (64.878) | (11.253) | (64.757) | (23.312) |
| Total IRPJ e CSLL | 11.008 | 4.324 | (43.429) | (3.082) | (32.803) | (11.105) |

39. Informações por Segmentos

Em atendimento às instruções e orientações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e CPC 22 apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.



Demonstrações Financeiras

39.1. Balanço Patrimonial

39.1.1. Ativo

| | GERAÇÃO | | | TRANSMISSÃO | | | ELIMINAÇÕES | | | TOTAL | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| | Republicado | | | Republicado | | | Republicado | | | Republicado | | |
| ATIVO | 1.774.152 | 1.710.769 | 1.578.677 | 2.653.689 | 2.527.757 | 2.367.796 | (665.501) | (485.712) | (391.482) | 3.762.340 | 3.752.814 | 3.554.991 |
| CIRCULANTE | 688.263 | 366.459 | 302.371 | 1.275.234 | 585.320 | 562.123 | (665.501) | (485.712) | (391.482) | 1.297.996 | 466.067 | 473.012 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.220 | 2.867 | 4.429 | 15.685 | 19.088 | 28.537 | - | - | - | 16.905 | 21.955 | 32.966 |
| Concessionárias e Permissonárias | 40.435 | 39.259 | 41.274 | 57.096 | 47.541 | 48.841 | (259) | (468) | (461) | 97.272 | 86.332 | 89.654 |
| Créditos Tributários | 1.600 | 2.791 | 1.714 | 1.428 | 15.841 | 11.540 | - | - | - | 3.028 | 18.632 | 13.254 |
| Estoques | 878 | 709 | 654 | 6.091 | 5.631 | 5.685 | - | - | - | 6.969 | 6.340 | 6.339 |
| Ativo Financeiro da Concessão | - | - | - | 303.624 | 303.624 | 302.188 | - | - | - | 303.624 | 303.624 | 302.188 |
| Pagamentos Antecipados | - | - | - | 686 | 673 | 523 | - | - | - | 686 | 673 | 523 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | 218.250 | - | - | 578.255 | - | - | - | - | - | 796.505 | - | - |
| Outros Créditos a Receber | 425.880 | 320.833 | 254.300 | 312.369 | 192.922 | 164.809 | (665.242) | (485.244) | (391.021) | 73.007 | 28.511 | 28.088 |
| NÃO CIRCULANTE | 1.085.889 | 1.344.310 | 1.276.306 | 1.378.455 | 1.942.437 | 1.805.673 | - | - | - | 2.464.344 | 3.286.747 | 3.081.979 |
| | 398.305 | 622.907 | 515.117 | 1.303.416 | 1.897.494 | 1.769.296 | - | - | - | 1.701.721 | 2.520.401 | 2.284.413 |
| Contas a Receber | 136.742 | 124.435 | 66.583 | - | - | - | - | - | - | 136.742 | 124.435 | 66.583 |
| Créditos Tributários | 174 | 4.152 | 4.375 | 3.877 | 28.090 | 31.738 | - | - | - | 4.051 | 32.242 | 36.113 |
| Aplicações Financeiras | 12.748 | 8.471 | 11.116 | 20.683 | 13.904 | 18.814 | - | - | - | 33.431 | 22.375 | 29.930 |
| Depósitos Judiciais | 29.217 | 36.668 | 3.615 | 28.342 | 25.630 | 2.392 | - | - | - | 57.559 | 62.298 | 6.007 |
| IR e Contribuição Social Diferidos | 116.188 | 116.188 | 84.547 | 136.450 | 136.450 | 99.308 | - | - | - | 252.638 | 252.638 | 183.865 |
| Contas de Resultados a Compensar - CRC | 97.856 | 326.617 | 323.608 | 259.270 | 837.798 | 830.079 | - | - | - | 357.126 | 1.164.415 | 1.153.687 |
| Ativo Financeiro da Concessão | - | - | - | 813.873 | 814.596 | 723.171 | - | - | - | 813.873 | 814.596 | 723.171 |
| Bens e Direitos Destinados a Alienação e Bens de Renda | 2.214 | 2.297 | 2.387 | 971 | 1.055 | 1.055 | - | - | - | 3.185 | 3.352 | 3.442 |
| Outros Créditos a Receber | 3.166 | 4.079 | 18.886 | 39.950 | 39.971 | 62.739 | - | - | - | 43.116 | 44.050 | 81.625 |
| Investimentos | 290.731 | 279.006 | 266.821 | 27.107 | 18.378 | 12.937 | - | - | - | 317.838 | 297.384 | 279.758 |
| Imobilizado | 395.863 | 441.390 | 493.247 | 46.033 | 25.872 | 23.293 | - | - | - | 441.896 | 467.262 | 516.540 |
| Intangíveis | 990 | 1.007 | 1.121 | 1.899 | 693 | 147 | - | - | - | 2.889 | 1.700 | 1.268 |



Demonstrações Financeiras

39.1.2. Passivo

| PASSIVO | 1.774.152 | 1.710.769 | 1.578.677 | 2.653.689 | 2.527.757 | 2.367.796 | (665.501) | (485.712) | (391.482) | 3.762.340 | 3.752.814 | 3.554.991 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| CIRCULANTE | 457.940 | 376.409 | 352.603 | 816.590 | 585.811 | 477.097 | (665.501) | (485.712) | (391.482) | 609.029 | 476.508 | 438.218 |
| Fornecedores | 8.777 | 8.208 | 7.671 | 44.675 | 51.537 | 25.816 | (260) | (468) | (461) | 53.192 | 59.277 | 33.026 |
| Obrigações Estimadas e Retenções | 11.988 | 13.246 | 9.720 | 16.924 | 18.591 | 13.473 | - | - | - | 28.912 | 31.837 | 23.193 |
| Provisão para Dividendos | 36.449 | 55.691 | 49.726 | 5.164 | - | - | - | - | - | 41.613 | 55.691 | 49.726 |
| Tributos e Contribuições Sociais | 11.807 | 5.391 | 8.589 | 5.836 | 14.485 | 20.596 | - | - | - | 17.643 | 19.876 | 29.185 |
| Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas | 35.844 | 42.375 | 36.102 | 140.161 | 72.575 | 74.988 | - | - | - | 176.005 | 114.950 | 111.090 |
| Benefício Pós-Emprego | 27.586 | 27.662 | 27.149 | 33.702 | 30.649 | 37.118 | - | - | - | 61.288 | 58.311 | 64.267 |
| Obrigações da Concessão | 8.979 | 7.043 | 5.505 | 25.592 | 21.066 | 15.354 | - | - | - | 34.571 | 28.109 | 20.859 |
| Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários | 47.272 | 31.909 | 41.081 | 42.012 | 34.471 | 29.073 | - | - | - | 89.284 | 66.380 | 70.154 |
| Outros Passivos | 269.238 | 184.884 | 167.060 | 502.524 | 342.437 | 260.679 | (665.241) | (485.244) | (391.021) | 106.521 | 42.077 | 36.718 |
| NÃO CIRCULANTE | 465.162 | 557.640 | 582.708 | 519.415 | 667.253 | 644.523 | - | - | - | 984.577 | 1.224.893 | 1.227.231 |
| Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívida | 52.739 | 97.192 | 129.792 | 84.553 | 173.484 | 226.353 | - | - | - | 137.292 | 270.676 | 356.145 |
| Comercialização de Energia na CCEE | 73.058 | 73.058 | 73.058 | - | - | - | - | - | - | 73.058 | 73.058 | 73.058 |
| Tributos e Contribuições Sociais | - | 8.871 | 9.152 | - | 51.289 | 51.289 | - | - | - | - | 60.160 | 60.441 |
| Benefício Pós-Emprego | 164.285 | 162.089 | 168.806 | 162.478 | 168.095 | 174.839 | - | - | - | 326.763 | 330.184 | 343.645 |
| Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários | 41.080 | 86.189 | 56.842 | 42.904 | 124.634 | 56.774 | - | - | - | 83.984 | 210.823 | 113.616 |
| Obrigações da Concessão | 1.436 | 1.294 | 1.224 | 1.838 | 1.543 | 1.590 | - | - | - | 3.274 | 2.837 | 2.814 |
| Receita Recebida Antecipadamente | - | - | - | 105.445 | 90.396 | 77.213 | - | - | - | 105.445 | 90.396 | 77.213 |
| Outros Passivos | 56.001 | 37.314 | 37.131 | 122.197 | 57.812 | 56.465 | - | - | - | 178.198 | 95.126 | 93.596 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 76.563 | 91.633 | 106.703 | - | - | - | - | - | - | 76.563 | 91.633 | 106.703 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 851.050 | 776.720 | 643.366 | 1.317.684 | 1.274.693 | 1.246.176 | - | - | - | 2.168.734 | 2.051.413 | 1.889.542 |
| Capital Social | 65.739 | 65.739 | 65.739 | 522.708 | 522.708 | 522.708 | - | - | - | 588.447 | 588.447 | 588.447 |
| Reserva de Incentivos Fiscais | 339.209 | 326.617 | 323.608 | 870.095 | 837.798 | 830.079 | - | - | - | 1.209.304 | 1.164.415 | 1.153.687 |
| Recursos Destinados a Aumento de Capital | 153 | 153 | 153 | 467 | 467 | 467 | - | - | - | 620 | 620 | 620 |
| Reserva de Lucros | 211.047 | 120.055 | 8.775 | 10.693 | - | - | - | - | - | 221.740 | 120.055 | 8.775 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 148.623 | 177.876 | 207.129 | - | - | - | - | - | - | 148.623 | 177.876 | 207.129 |
| Prejuízos Acumulados | 86.279 | 86.280 | 37.962 | (86.279) | (86.280) | (107.078) | - | - | - | - | - | (69.116) |



Demonstrações Financeiras

39.2. Demonstração do Resultado do Exercício

| | GERAÇÃO | | | TRANSMISSÃO | | | ELIMINAÇÕES | | | CONSOLIDADO | | |
|--|------------|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|------------|------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| RECEITA OPERACIONAL | 376.416 | 339.717 | 324.612 | 514.130 | 525.710 | 501.338 | (3.854) | (4.179) | (4.165) | 886.692 | 861.248 | 821.785 |
| Suprimento de Energia Elétrica | 356.623 | 324.244 | 307.148 | - | - | - | - | - | - | 356.623 | 324.244 | 307.148 |
| Disponibilização do Sistema de Transmissão | - | - | - | 509.447 | 460.402 | 442.900 | (3.854) | (4.179) | (4.165) | 505.593 | 456.223 | 438.735 |
| Linearização | - | - | - | (24.630) | (21.608) | (22.176) | - | - | - | (24.630) | (21.608) | (22.176) |
| Receita de O&M | - | - | - | (324.648) | (302.188) | (289.735) | - | - | - | (324.648) | (302.188) | (289.735) |
| Remuneração do Ativo Financeiro | - | - | - | 279.341 | 276.471 | 285.053 | - | - | - | 279.341 | 276.471 | 285.053 |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | 18.297 | 15.676 | 16.842 | - | - | - | - | - | - | 18.297 | 15.676 | 16.842 |
| Receita de Construção | - | - | - | 53.433 | 119.249 | 75.117 | - | - | - | 53.433 | 119.249 | 75.117 |
| Outras Receitas Operacionais | 1.496 | (203) | 622 | 21.187 | (6.616) | 10.179 | - | - | - | 22.683 | (6.819) | 10.801 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL | (32.011) | (32.426) | (28.979) | (92.197) | (90.303) | (72.419) | - | - | - | (124.208) | (122.729) | (101.398) |
| ISS | - | - | (11) | (97) | (91) | (105) | - | - | - | (97) | (91) | (116) |
| PASEP | (4.938) | (4.667) | (4.328) | (4.788) | (4.190) | (4.097) | - | - | - | (9.726) | (8.857) | (8.425) |
| COFINS | (22.742) | (21.497) | (19.956) | (22.578) | (19.321) | (18.889) | - | - | - | (45.320) | (40.818) | (38.845) |
| Quota RGR | (886) | (3.189) | (1.728) | (8.739) | (17.692) | (15.627) | - | - | - | (9.625) | (20.881) | (17.355) |
| Outros Encargos | - | - | - | (8.992) | (9.547) | (7.021) | - | - | - | (8.992) | (9.547) | (7.021) |
| Subvenções CCC | - | - | - | (25.691) | (20.183) | (10.685) | - | - | - | (25.691) | (20.183) | (10.685) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | - | (16.905) | (15.563) | (12.175) | - | - | - | (16.905) | (15.563) | (12.175) |
| Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT | (3.445) | (3.073) | (2.956) | (4.407) | (3.716) | (3.820) | - | - | - | (7.852) | (6.789) | (6.776) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 344.405 | 307.291 | 295.633 | 421.933 | 435.407 | 428.919 | (3.854) | (4.179) | (4.165) | 762.484 | 738.519 | 720.387 |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | (196.062) | (174.041) | (162.752) | (223.177) | (270.874) | (201.210) | 3.854 | 4.179 | 4.165 | (415.385) | (440.736) | (359.797) |
| Custo com Energia Elétrica | (56.606) | (43.105) | (41.147) | - | - | - | 3.854 | 4.179 | 4.165 | (52.752) | (38.926) | (36.982) |
| Custo de Operação | (139.456) | (130.936) | (121.605) | (223.177) | (270.874) | (201.210) | - | - | - | (362.633) | (401.810) | (322.815) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | 148.343 | 133.250 | 132.881 | 198.756 | 164.533 | 227.709 | - | - | - | 347.099 | 297.783 | 360.590 |
| Despesas Operacionais | (114.263) | (73.304) | (88.755) | (159.885) | (156.944) | (117.876) | - | - | - | (274.148) | (230.248) | (206.631) |
| Despesas com Vendas | (61) | (109) | 70 | (1.182) | (145) | (245) | - | - | - | (1.243) | (254) | (175) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (12.015) | (12.436) | (13.682) | (29.943) | (29.893) | (32.726) | - | - | - | (41.958) | (42.329) | (46.408) |
| Outras Despesas Operacionais | (102.187) | (60.759) | (75.143) | (128.760) | (126.906) | (84.905) | - | - | - | (230.947) | (187.665) | (160.048) |
| Outra Receitas | 15.832 | 3.432 | 324.073 | 34.869 | 8.660 | 832.142 | - | - | - | 50.701 | 12.092 | 1.156.215 |
| Outra Despesas | (3.520) | (1.446) | (899) | (11.590) | (21.561) | (3.186) | - | - | - | (15.110) | (23.007) | (4.085) |
| RESULTADO DO SERVIÇO | 46.392 | 61.932 | 367.300 | 62.150 | (5.312) | 938.789 | - | - | - | 108.542 | 56.620 | 1.306.089 |
| Resultado de Participações Societárias | 17.402 | 10.616 | 10.586 | 7.696 | 9.687 | 11.365 | - | - | - | 25.098 | 20.303 | 21.951 |
| Receita/Despesa Financeira | (73) | 40.040 | (9.006) | (30.062) | (10.708) | (19.842) | - | - | - | (30.135) | 29.332 | (28.848) |
| LUCRO ANTES IR E CSLL | 63.721 | 112.588 | 368.880 | 39.784 | (6.333) | 930.312 | - | - | - | 103.505 | 106.255 | 1.299.192 |
| Imposto de Renda Corrente | (17.165) | (13.379) | (31.954) | - | (8.070) | - | - | - | - | (17.165) | (21.449) | (31.954) |
| Imposto de Renda Diferido | - | 27.369 | - | 6.157 | 37.519 | 64.757 | - | - | - | 6.157 | 64.878 | 64.757 |
| Contribuição Social Corrente | (6.541) | (5.094) | (12.207) | - | (3.077) | - | - | - | - | (6.541) | (8.171) | (12.207) |
| Contribuição Social Diferido | - | 4.282 | - | 2.217 | 6.971 | 23.312 | - | - | - | 2.217 | 11.253 | 23.312 |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | 40.015 | 125.756 | 324.719 | 48.158 | 27.010 | 1.018.381 | - | - | - | 88.173 | 152.766 | 1.343.100 |
| Lucro Básico por Ação - R\$ | 0,10 | 0,32 | 0,84 | 0,12 | 0,07 | 2,63 | - | - | - | 0,23 | 0,39 | 3,47 |



Demonstrações Financeiras

40. Transações com Partes Relacionadas

Os saldos compõem-se de:

| 31/12/2011 | | | | | | |
|--|--|--------|------------|---------------------|-------------------|----------|
| Nota Explicativa | Governo do Estado do Rio Grande do Sul | CEEE-D | Eletrobras | Fundação ELETROCEEE | Outras Investidas | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 7 | 15.374 | | | | 15.374 |
| Cedência de funcionários | 11 | 670 | 295 | 163 | | 1.128 |
| | | 16.044 | 295 | 163 | - | 16.502 |
| (Passivo) | | | | | | |
| Contribuição Patrocinadora | 26 | | | 3.977 | | 3.977 |
| Empréstimo circulante | 25 e 26 | | 75.943 | 20.877 | | 96.820 |
| Empréstimo não circulante | 25 e 26 | | | 72.577 | | 72.577 |
| Conta Gráfica | 29 | (949) | | | | (949) |
| | | - | (949) | 97.431 | - | 172.425 |
| Resultado | | | | | | |
| Renda da Prestação de Serviços | | | | | 1.814 | 1.814 |
| Energia elétrica comprada para revenda | | 5.637 | | | | 5.637 |
| Encargos de uso do sistema | | 54.021 | | | | 54.021 |
| Despesa operacional – Pessoal | | | | (40.857) | | (40.857) |
| Receita financeira | | 2.903 | 164 | | | 3.067 |
| Despesa financeira | | | (59) | (1.856) | | (6.821) |
| | | 2.903 | 59.763 | (4.906) | 1.814 | 16.861 |
| | | | | (42.713) | | |
| 31/12/2010 | | | | | | |
| Nota Explicativa | Governo do Estado do Rio Grande do Sul | CEEE-D | Eletrobras | Fundação ELETROCEEE | Outras Investidas | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 7 | 20.785 | | | | 20.785 |
| Cedência de funcionários | 11 | 780 | 281 | 216 | | 1.277 |
| Conta Gráfica | 11 | | 1.997 | | | 1.997 |
| | | 21.565 | 2.278 | 216 | - | 24.059 |
| (Passivo) | | | | | | |
| Contribuição Patrocinadora | 26 | | | 3.869 | | 3.869 |
| Empréstimo circulante | 25 e 26 | | 5.225 | 18.760 | | 23.985 |
| Empréstimo não circulante | 25 e 26 | | 32.185 | 87.381 | | 119.566 |
| | | - | 37.410 | 110.010 | - | 147.420 |
| Resultado | | | | | | |
| Renda da Prestação de Serviços | | | | | 1.352 | 1.352 |
| Energia elétrica comprada para revenda | | 5.356 | | | | 5.356 |
| Encargos de uso do sistema | | 43.548 | | | | 43.548 |
| Despesa operacional – Pessoal | | | | (39.765) | | (39.765) |
| Receita financeira | | 4.753 | 1.653 | | | 6.406 |
| Despesa financeira | | | (2.859) | (2.602) | | (5.461) |
| | | 4.753 | 50.557 | (2.859) | 1.352 | 11.436 |
| | | | (2.859) | (42.367) | | |



Demonstrações Financeiras

| | | 31/12/2009 | | | | |
|--|--|------------|------------|---------------------|-------------------|----------|
| Nota Explicativa | Governo do Estado do Rio Grande do Sul | CEEE-D | Eletrobras | Fundação ELETROCEEE | Outras Investidas | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 7 | 29.920 | | | | 29.920 |
| Cedência de funcionários | 11 | 756 | 215 | 338 | | 1.309 |
| Conta Gráfica | 11 | | 2.105 | | | 2.105 |
| Contrato de Mútuo | 11 | | 37.980 | | | 37.980 |
| | | 30.676 | 40.300 | 338 | - | 71.314 |
| (Passivo) | | | | | | |
| Contribuição Patrocinadora | 26 | | | 3.070 | | 3.070 |
| Empréstimo circulante | 25 e 26 | | 16.937 | 16.911 | | 33.848 |
| Empréstimo não circulante | 25 e 26 | | 37.354 | 99.762 | | 137.116 |
| | | - | 54.291 | 119.743 | - | 174.034 |
| Resultado | | | | | | |
| Renda da Prestação de Serviços | | | | | 21.111 | 21.111 |
| Energia elétrica comprada para revenda | | | 8.876 | | | 8.876 |
| Encargos de uso do sistema | | | 49.676 | | | 49.676 |
| Despesa operacional – Pessoal | | | | (43.995) | | (43.995) |
| Receita financeira | | 7.976 | 392 | | | 8.368 |
| Despesa financeira | | | (5.825) | (2.816) | | (8.641) |
| | | 7.976 | 58.944 | (5.825) | 21.111 | 35.395 |

40.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.033 (R\$1.206 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia conta com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Concessionária ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

| REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS | 2011 | 2010 | 2009 |
|-------------------------------------|-------|-------|-------|
| Conselho de Administração | 304 | 313 | 188 |
| Conselho Fiscal | 134 | 143 | 69 |
| Verba de Representação | 178 | 244 | 105 |
| Honorário Diretor não Empregado | 85 | 163 | 52 |
| Encargos | 332 | 343 | 75 |
| Subtotal | 1.033 | 1.206 | 489 |
| Diretores Empregados | 687 | 1.357 | 1.045 |
| Total | 1.720 | 2.563 | 1.534 |



Demonstrações Financeiras

41. Instrumentos Financeiros

41.1. Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Concessionária.

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez; assim, o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

41.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Concessionária possui procedimentos e controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado e liquidez.

41.2.1. Risco de Liquidez

A Concessionária se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando a necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária. O caráter gerador de caixa da Companhia, em virtude das peculiaridades do setor, faz com que ocorra com pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamento ao longo dos meses do ano o que torna os fluxos da Companhia estáveis, minimizando seu risco de liquidez.

41.2.2. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Concessionária é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

I. Análise de Sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2011 a Concessionária possui saldo devedor em moeda estrangeira no montante de R\$31 referente a despesas administrativas remanescentes junto a instituições financeiras visto que seus contratos foram liquidados por meio do Termo de Acordo (vide nota explicativa nº12). A Concessionária não possui mecanismos de travamento da variação da moeda em função da sua flutuação.

41.2.3. Riscos de Encargos da Dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.



Demonstrações Financeiras

41.2.4. Risco de Crédito

No mercado de geração, a concessionária CEEE-GT tem 87% da energia disponível – garantia física das usinas próprias e cota de energia em outros empreendimentos - vendida a 36 concessionárias de distribuição, através de CCEAR's – Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, com suprimento desde 2005. Estes contratos apresentam um risco bastante baixo, como pode ser observado pelo índice de adimplência de 100% ao longo de anos.

A energia restante foi vendida a geradores e comercializadores, através de contratos no ambiente livre, onde a geradora exige como garantia, Carta de Fiança Bancária ou CDB - Certificado de Depósito Bancário.

41.2.5. Risco de Preço

Os preços referentes aos contratos de Geração, até 2004 eram autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir da realização do leilão 001/04 a geração passou a comercializar sua energia com um grande número de distribuidoras, a preços definidos pelo mercado. A Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e corrigida pelo IGP-M. As tarifas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico - financeiro da concessão.

41.2.6. Risco de Mercado

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e através de Contratos Bilaterais no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Os compromissos assumidos estão relacionados nas tabelas a seguir:

| Energia Vendida 2011 | | | | |
|----------------------|------------------------|-----------|-----------|------------------------|
| Tipo de Contratação | Produto | MWh | MW Médios | Participação % Energia |
| CCEARS | 2005-2012 | 2.121.730 | 242 | 45,9% |
| | 2006-2013 | 1.268.253 | 145 | 27,6% |
| | 2007-2014 | 131.379 | 15 | 2,8% |
| | 2009-2016 | 78.337 | 9 | 1,7% |
| ACL | ACL | 481.083 | 55 | 10,4% |
| Sobras de Energia | Mercado de Curto Prazo | 537.986 | 61 | 11,6% |
| Total | | 4.618.768 | 527 | 100,0% |

| Energia Comprada 2011 | | | |
|-----------------------|---------|---------|-----------|
| Tipo de Contratação | Produto | MWh | MW Médios |
| ACL | ACL | 176.900 | 20 |

As sobras de energia foram vendidas no mercado de curto prazo e, portanto, sujeitos a variação dos preços deste mercado.



Demonstrações Financeiras

41.3. Gerenciamento de riscos relacionados à Concessionária e suas operações

41.3.1. Riscos Hidrológicos

As usinas hidrelétricas, juntamente com a PCHs, representam aproximadamente 70,4% da capacidade instalada no sistema elétrico brasileiro, e estão sujeitas ao risco de escassez água ao longo do tempo. O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico das usinas, seja através da definição de garantia física para cada um dos empreendimentos de geração, independentemente da fonte de energia, seja através da instituição do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, instrumento financeiro para compartilhamento do risco, de modo que a operação do SIN seja realizada buscando a otimização eletroenergética do sistema como um todo. O MRE é compulsório para todas as hidrelétricas despachadas centralizadamente, mas como estratégia para mitigação de risco a Concessionária exerceu a opção de adesão de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas ao mecanismo.

41.3.2. Risco de não Renovação das Concessões

A Concessionária detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.

Ainda não foi editada legislação específica estabelecendo os critérios para prorrogação ou renovação das concessões a vencer a partir de 2015, se esta será uma prorrogação especial com custo ou sem custo ou, ainda, se será uma nova licitação com custo. Também não existe histórico de prorrogação ou renovação no Brasil. Desde 1995 (Nova Lei das Concessões), nenhuma empresa de distribuição ou transmissão passou pelo processo de análise sobre prorrogação ou renovação. Ocorreram algumas prorrogações com custo e sem custo para atendimento a situações específicas na atividade de geração, nada que pudesse ser considerado um histórico de tendências. Atualmente, no Brasil existem temas legais, regulatório e constitucional sendo discutidos pelo mercado. Já existem diversos projetos de lei e de emenda constitucional sendo discutidos na Câmara dos Deputados, mas ainda não é possível prever o resultado dessa discussão no Congresso Brasileiro.

Caso a renovação da concessão não seja deferida pelo Poder Concedente ou esta ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Concessionária, os atuais níveis de rentabilidade podem ser alterados.

Não há garantia de que a concessão hoje outorgada à Concessionária será prorrogada pelo Poder Concedente.

41.3.3. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.



Demonstrações Financeiras

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Concessionária.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

42. Programa de Participação de Resultados

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado em 2011 totalizou R\$ 6.039, tendo sido distribuído o montante de R\$ 2.957 durante o exercício.

43. Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado junto à TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, contrato 9942075 – 1º Termo Aditivo, e tem vigência de 12/02/2011 até 11/04/2012. O valor do ativo segurado no segmento Geração é de R\$46.976 e no de Transmissão é de R\$96.563 e os prêmios são R\$105 e R\$223, respectivamente.

44. Assuntos Regulatórios

44.1. Geração – Comercialização de Energia

A energia da CEEE-GT foi comercializada nos Leilões de Energia Existente, realizados no Ambiente de Contratação Regulada a partir de dezembro de 2004, através de Ofertas Públicas realizadas pela Companhia e participação em Chamadas Públicas de compradores. A seguir relação de produtos contratados vigentes:

| Ano | Ambiente de Contratação Regulada (ACR) | | | | | Ambiente de Contratação Livre (ACL) | |
|------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------------------------------|------------|
| | Venda MWm | | | | | Venda MWm | Compra MWm |
| | 2005-2012 | 2006-2013 | 2009-2016 | 2007-2014 | 2012-2014 | | |
| 2011 | 242 | 145 | 9 | 15 | 0 | 55 | 20 |
| 2012 | 241 | 144 | 9 | 15 | 10 | 16 | |
| 2013 | | 144 | 9 | 15 | 10 | 83 | |
| 2014 | | | 9 | 15 | 10 | 65 | |
| 2015 | | | 9 | | | 20 | |
| 2016 | | | 9 | | | | |

44.2. Receita Anual Permitida da Transmissão

44.2.1. Revisão Tarifária Periódica

De acordo com a Décima e a Décima Primeira Subcláusulas da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/01, assinado entre a CEEE e a Agência Nacional de Energia



Demonstrações Financeiras

Elétrica – ANEEL em 1º de outubro de 2001, as Revisões Tarifárias Periódicas devem ocorrer de 4 em 4 anos sendo a primeira em 2005 e a segunda em 2009. A primeira Revisão Tarifária Periódica da parcela referente à Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, componente da Receita Anual Permitida – RAP que deveria ter ocorrido em julho de 2005 só aconteceu em julho de 2007.

No ano de 2009 deveria ter ocorrido a 2ª Revisão Tarifária Periódica, que não aconteceu, pois a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL adiou a implantação para 2010, devido a fortes pressões das empresas de Transmissão.

No dia 8 de julho de 2010, foi emitida a Resolução Homologatória nº 989 relativa à 2ª Revisão Tarifária Periódica, cujo impacto do reposicionamento tarifário foi de -5,80% sobre a receita total, considerando Rede Básica e Rede Básica Novos Investimentos.

Decorrente deste reposicionamento tarifário foi definida uma parcela de ajuste de R\$(24.577), sobre a Receita Anual Permitida – RAP, a ser compensado em 12 meses a partir de 1º de julho de 2010.

44.2.2. Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória nº 1.171 de 28 de junho de 2011 e a Nota Técnica 50/2011 SRT/ANEEL de 22 de junho de 2011 ajustou a RAP da CEEE-GT para o período 2011-2012 em 23,60%.

Referente à parcela de ajuste sobre a Receita Anual Permitida o impacto foi de R\$277, divididos em parcela de ajuste relativo ao reajuste R\$7.577 e parcela relativa à 2ª revisão tarifária periódica R\$7.854. Este montante será compensado nas tarifas de julho de 2011 a junho de 2012.

Os valores foram registrados contabilmente na rubrica no Passivo Circulante (Nota Explicativa 32.c).

44.2.3. Formação da Receita da Transmissão

A primeira autorização de receita aconteceu em 25/10/2000. A partir desta data a evolução da receita ao longo dos anos foi consequência da aplicação do mecanismo de reajuste previsto no Contrato de Concessão, com atualização pelo índice IGP-M e da entrada em operação de novas obras.

De acordo com cláusula contratual, a primeira revisão tarifária periódica ocorrida em julho/2007, com base em junho/2005, destinou-se apenas às novas instalações, designadas de Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir de 2000 mediante ato específico, com direito a uma receita anual permitida inicial. As instalações existentes em outubro de 2000 não sofreram revisão tarifária, apenas o reajuste anual.

Na segunda revisão tarifária periódica ocorrida em junho/2010, retroativa a junho/2009 a ANEEL revisou a Base de Remuneração Regulatória das instalações que entraram em operação no período entre a primeira e a segunda revisão, e manteve blindada a base de ativos avaliada na 1ª revisão tarifária.

44.2.4. Reforços Implantados

A empresa está pleiteando junto a ANEEL a receita de reforços e melhorias implantados nas subestações de Campo Bom, Livramento 2, Porto Alegre 10, Porto Alegre 13 e Pelotas 3.



Demonstrações Financeiras

44.2.5. Parcela Variável

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT obteve uma redução de R\$1.298 relativos à Parcela Variável, devido à indisponibilidade de Linhas de Transmissão e Equipamentos em Subestações.

44.3. Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD (*)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, reduziram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Em decorrência da aplicação do MCSD, ocorreram reduções contratuais para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 17,57 MW médios do produto 2005-2012, 7,08 MW médios do produto 2006-2013 e 0,52 MW médios do produto 2006-2008 desde o início dos respectivos contratos. Esta energia descontratada foi comercializada novamente, nos leilões de energia do ACR e em ofertas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, gerando a contratação de montantes apresentados na tabela anterior.

O saldo de energia descontratada está sendo comercializada através de ofertas públicas mensais ou liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças.

44.4. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------|------------|------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | | |
| Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 8.1) | 1.046 | 1.847 | 6.760 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| (*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 14.1) . | 136.466 | 123.891 | 65.777 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| Energia de Curto Prazo | (73.058) | (73.058) | (73.058) |
| Total | 64.454 | 52.680 | (521) |

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesa com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, denominada como “Energia Livre”, realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

45. Eventos Subsequentes

Descrição das dívidas a serem liquidadas com recurso do acordo:

O valor da primeira parcela da CRC (TRANCHE 1) foi convertido em 197.135 Notas do Tesouro Nacional – NTN-B. Essas notas serão monetizadas para quitação de dívidas que totalizam o montante de R\$93.012 em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado a seguir



Demonstrações Financeiras

| | Nota Explicativa | Montantes do Acordo | 31/12/2011 |
|---|---------------------|------------------------|------------|
| Débitos Setoriais perante a ANEEL - Autos de Infração | 29 | 16.463 | 17.070 |
| Financiamentos RGR | 25 | 61.784 | 71.895 |
| Financiamentos Recursos Ordinários | 25 | 4.007 | 4.047 |
| Total de dívidas a serem liquidadas | | 82.254 | 93.012 |

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora CRCRS 42897



Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-GT referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; e
2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-GT relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Porto Alegre, 27 de março de 2012.

SERGIO SOUZA DIAS

Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA

Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS

Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA

Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO

Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES

Diretor

RUBEM CIMA

Diretor



Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Porto Alegre - RS

Outros assuntos

Auditoria do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados em 24 de março de 2011 e 01 de março de 2010 respectivamente que não conteve modificação e inclui parágrafos de ênfases sobre a conta de resultados a compensar, programa de parcelamento de tributos federais (Refis IV) e ativos e passivos relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Porto Alegre, 27 de março de 2012.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC 1RS042460/O-3

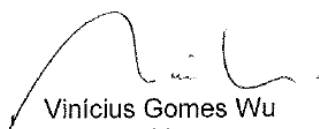


Demonstrações Financeiras

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

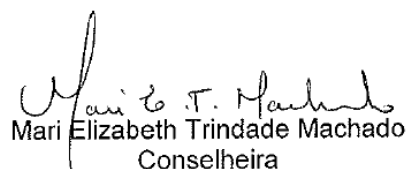
Porto Alegre, 27 de março de 2012.



Vinícius Gomes Wu
Presidente



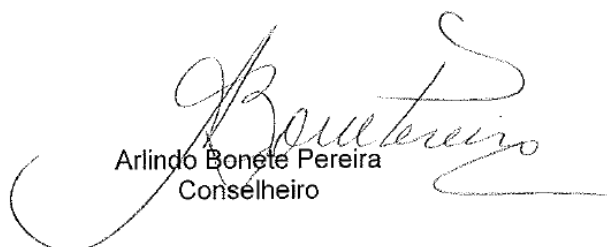
Rodrigo Vilella Ruiz
Conselheiro



Mari Elizabeth Trindade Machado
Conselheira



Carlos Artur Hauschild
Conselheiro



Arlindo Bonete Pereira
Conselheiro

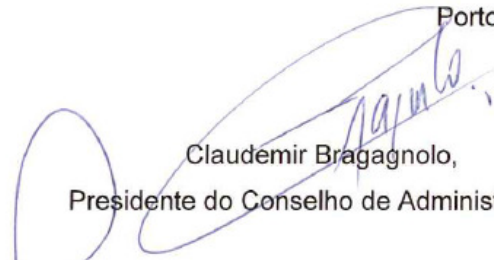


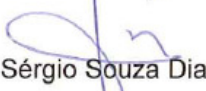
Demonstrações Financeiras

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

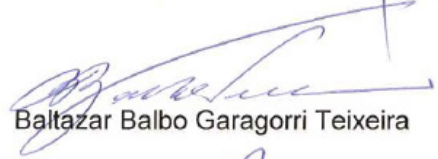
O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2011, encerrado em 31 de dezembro de 2011, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.


Porto Alegre, 27 de março de 2012.


Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.


Sérgio Souza Dias


Caleb Medeiros de Oliveira


Baltazar Balbo Garagorri Teixeira


Fabiano Pereira


Carlos Pestana Neto


Sidney do Lago Júnior


Vicente José Rauber

**Companhia Estadual de Distribuição
de Energia Elétrica
CEEE - D**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

**Período findo em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009.
Valores expressos em milhares de reais**



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Relatório de Administração | |
| Relatório de Administração..... | 3 |
| Demonstrações Financeiras | |
| Balanços Patrimoniais | 22 |
| Demonstração dos Resultados | 23 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 24 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 25 |
| Demonstração do Valor Adicionado..... | 26 |
| Notas Explicativas | |
| Notas Explicativas..... | 27 |
| Relatórios | |
| Relatório dos Auditores Independentes..... | 86 |
| Declaração dos Diretores..... | 88 |
| Parecer do Conselho Fiscal..... | 89 |
| Manifestação do Conselho de Administração..... | 90 |



Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, manifestação do Conselho de Administração, e de um breve relato dos principais itens e questões relacionados à atividade da empresa no ano de 2011.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2011 foi um período de intensa reflexão e ação para o Grupo CEEE e, em especial, para a sustentabilidade da CEEE Distribuição. Aprofundamos nossa visão e ação estratégica de modo a tomar decisões vitais à saúde de nossos negócios e, ao mesmo tempo, nos conduzir com segurança na desafiadora jornada que se inaugura agora em 2012.

A partir de diagnóstico realizado na empresa CEEE-D no início de 2011, que foi acompanhado da revisão dos organogramas organizacionais, foram tomadas medidas administrativas e de investimento para reverter o quadro atual dos negócios e, ao mesmo tempo, atender aos nossos clientes com elevado padrão de qualidade. Assim, o planejamento estratégico que daí derivou, orientou o cenário das empresas do Grupo CEEE e indicou onde deveríamos concentrar nossos esforços em termos de investimento, atividades de gestão e estabelecimento de indicadores. A definição de objetivos, portanto, facilitou a gestão e a governança do Grupo CEEE e de suas empresas.

Nesse contexto, tudo o que planejamos e implementamos em 2011 esteve rigorosamente associado a três objetivos centrais: a renovação das concessões (prevista para ocorrer em 2015); a obtenção de resultados econômico e financeiros positivos, eis que hoje o quadro é negativo, e o atendimento das expectativas dos nossos principais acionistas - o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Eletrobrás.

Cabe destacar um ponto crucial nessa caminhada, qual seja o da obtenção dos recursos indispensáveis para financiar a operação da empresa a partir da aproximação com Eletrobrás. Esse fato possibilitou renegociar a histórica dívida de cerca de R\$ 4 bilhões e, assim, acessar importantes recursos para fomentar as nossas operações. Essa conquista, que somente foi possível a partir do diálogo estabelecido entre o Estado do Rio Grande do Sul e a União, foi uma vitória de todos: Grupo CEEE, Governo do Estado, União, Sociedade e Consumidores.

No âmbito da Responsabilidade Social mantivemos à plena carga um conjunto de atividades voltadas ao bem estar de nossos empregados, onde a Política Corporativa de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional é o eixo central. Nesse sentido, intensificamos estes programas com o intuito de disseminar a cultura de segurança e reduzir o número de acidentes. Isso inclui ações como o Programa Acidente Zero e o apoio permanente à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que mobilizou empregados e chefias durante o ano.

Nossa atenção a este tema inclui a disseminação de equipamentos de proteção para nossos eletricitistas que atuam diretamente junto às redes de distribuição. Campanhas de vacinação da gripe, prevenção e tratamento de dependências químicas, além da preservação de adequadas relações sindicais com as entidades que representam nossos empregados também expressam a política de atuação da empresa nessa área.

Adicionalmente, provemos inúmeras ações voltadas à comunidade, onde se destacam, por exemplo, as iniciativas sociais que fomentaram melhorias nas cidades de Alvorada e São Lourenço do Sul. Igualmente, há que se valorizar a dedicação de nossos 164 voluntários cadastrados que ocupam parte de sua jornada de trabalho apoiando inúmeras iniciativas da empresa. Nossa participação no Projeto Pescar e no Programa A Nota é Minha, além do patrocínio de 15 projetos destinados a apoiar a cultura, literatura, artes visuais, cinema e eventos culturais, entre outros, expressam o nosso engajamento em causas e iniciativas relevantes de nossa comunidade.



E, finalmente, com relação ao Meio ambiente podemos afirmar que, hoje, as ações da CEEE-D são fortemente influenciadas pela Política Ambiental, documento interno cujas diretrizes imprimem nas nossas atividades empresariais o valor permanentemente da minimização dos impactos ambientais negativos e na potencialização daqueles impactos altamente positivos. Nossos compromissos com as Metas do Milênio e com o Pacto Global articulam o desenvolvimento econômico, social e ambiental no dia-a-dia de nossa empresa, de maneira a enfatizar o respeito aos direitos humanos, fomentar a educação e combater a corrupção, atendendo nossos valores corporativos. Nesse sentido, agimos na direção do licenciamento ambiental, gestão e controle de impactos na biodiversidade e preservação de áreas protegidas.

Considerando a necessidade de reestruturação das áreas ambientais da Empresa, de maneira a uniformizar e sistematizar processos, procedimentos e atividades ambientais, criamos em 2011 a Coordenadoria de Meio Ambiente. Uma iniciativa que tem no valor da sustentabilidade o seu principal fundamento. A criação desse setor possibilitará a melhoria do controle das inúmeras demandas ambientais de interesse da empresa, contemplando os aspectos legais, regulatórios e institucionais, através de uma única porta de entrada, de forma a centralizar o foco de interesse de acordo com as estratégias estabelecidas.

A perspectiva positiva que temos à nossa frente é animadora. Alavancados nas negociações já implementadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD e o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, acessaremos investimentos que devem alcançar nos próximos três anos a quantia de R\$ 601 milhões para a CEEE-D. Cabe destacar que todos esses recursos, ao ingressarem nas empresas do Grupo CEEE, serão investidos em melhorias do ativo elétrico para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, gerando novas receitas, melhorando o serviço prestado ao consumidor final e em especial visa atender a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Mas é preciso ter em mente que a tranquilidade do sistema elétrico do Grupo CEEE somente vai ocorrer no final de 2013, já que uma série de investimentos pendentes deverão ser feitos nos próximos 24 meses.

Por último, cabe um agradecimento a todos aqueles que contribuíram para termos enfrentado com galhardia e vigor a jornada de 2011, começando por nossos dedicados empregados e alcançando acionistas, conselheiros, fornecedores e chegando até aos consumidores.

2. Perfil da Empresa

A CEEE-D é uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, efetuada em novembro de 2006. Tem como maior investidor a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par.

A empresa detém a concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica em 26% do território do Estado do Rio Grande do sul, atendendo 72 municípios. Em 2011, atendeu 1,5 milhão de unidades consumidoras, o que representa uma média de mais de 4 milhões de pessoas. Esse mercado cativo apresentou um aumento de fornecimento de energia de 4,26% em relação a 2010 (de 7.322 GWh em 2010 para 7.634 GWh em 2011). Além disso, atende 9 unidades de consumidores livres, que apresentaram crescimento de consumo de 13% em relação ao ano anterior. O total de energia vendida pela distribuidora no ano foi de 8.094 GWh.

2.1 Os Negócios da Empresa

A CEEE-D tem como objetivo projetar, construir e operar sistemas de distribuição de energia elétrica, comercializar e prestar serviços no setor, bem como explorar a respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços.



2.2 Composição Acionária

| Acionista | Ordinárias | | Preferenciais | | Total | |
|----------------------|-------------|--------|---------------|--------|-------------|--------|
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| CEEE-Par | 255.232.851 | 67,05 | 43.495 | 0,66 | 255.276.346 | 65,92 |
| ELETROBRÁS | 122.681.434 | 32,23 | 3.505.584 | 53,43 | 126.187.018 | 32,59 |
| MUNICÍPIOS | 1.323.371 | 0,34 | 2.030.636 | 30,95 | 3.354.007 | 0,87 |
| CUSTÓDIA BMF BOVESPA | 1.404.768 | 0,37 | 912.976 | 13,92 | 2.317.744 | 0,60 |
| OUTROS | 26.846 | 0,01 | 67.867 | 1,04 | 94.713 | 0,02 |
| TOTAL | 380.669.270 | 100,00 | 6.560.558 | 100,00 | 387.229.828 | 100,00 |

2.3 Reconhecimentos

No ano de 2011 a CEEE-D obteve um conjunto expressivo de prêmios que revelam a correção e o acerto de políticas, tanto interna quanto externamente. Os principais prêmios recebidos são os seguintes:

Top of Mind – Empresas de Energia

Na 10ª edição do *Top of Mind*, promovido pela Revista Amanhã, que reúne as empresas mais lembradas pelos gaúchos, a CEEE foi a vencedora na categoria Empresas de Energia. A premiação é fruto de uma pesquisa de satisfação do cliente.

Prêmio Grandes e Líderes

A CEEE-D ocupa o 4º lugar entre as 100 maiores empresas do RS e é a 14ª colocada entre as 500 maiores empresas da Região Sul (RS, SC e PR), segundo o ranking “Grandes e Líderes” da Revista Amanhã e PricewaterhouseCoopers (PwC), que analisa informações exclusivas dos balanços publicados pelas empresas.

Outros prêmios:

Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia;
Prêmio Eloy Chaves;
Certificado de Responsabilidade Social;
Marcas de Quem Decide;
Top Ser Humano;
Prêmio Respeito ao Consumidor;
Destaque 2011 TV Mar.



3. Gestão e Governança Corporativa

3.1 Organização e Gestão

Em 2011 o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CEEE-D recebeu mais uma recomendação de certificação pela norma ISO 9001:2008 para processo de Tratamento de Reclamações de Consumidores. Somando-se ao processo anteriormente certificado, Coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos de continuidade no fornecimento de energia elétrica, demandando envolvimento de cerca de 2.500 empregados organizados em 12 processos.

O trabalho foi conduzido pelo Comitê da Qualidade da empresa que, com o apoio de uma consultoria, readaptou o SGQ para a nova certificação através da elaboração de fluxogramas para as tipologias de reclamações, redesenho dos diagramas de processos, do novo Manual de Qualidade, elaboração de novo macrofluxo e definição de novas atribuições para as áreas envolvidas.

Ainda, durante o ano de 2011 foram realizados três seminários de padronização dos processos nas Regionais, treinamentos de Gestores e novos Auditores Internos, duas Auditorias Internas e Reuniões de Análise Crítica, bem como o acompanhamento da Auditoria de Certificação.

3.1.1 Políticas

A CEEE-D, considerando a crescente relevância que o tema Responsabilidade Social vem assumindo em todos os setores da sociedade e buscando atender ao órgão regulador, as exigências da CVM nº 480/2009 e as exigências contidas nos pronunciamentos para a implantação das Normas Internacionais – IFRS vem adotando, desde 2009, Políticas de Responsabilidade Social com objetivo de refletir sobre todas as práticas desenvolvidas na empresa com base na sua missão e valores fundamentada nos princípios do comprometimento, diálogo, comunicação, transparência e respeito à dinâmica Socioambiental. Além disso, a empresa vem trabalhando fortemente para a elaboração das políticas de Gerenciamento de Capitais, Riscos Financeiros, Composição de Caixa e Equivalente de Caixa, Investimentos, Destinação de Resultados e Reconhecimento da Receita.

A CEEE-D adota uma série de Políticas que pautam suas relações e suas ações frente às partes interessadas aos negócios, dentre as quais se destacam: Política de Excelência em Gestão, Política Corporativa de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Política Ambiental, Política de Publicação e Uso das Informações Empresariais do Grupo CEEE.

3.1.2 Código de Ética

O Código de Ética está baseado em princípios éticos que orientam a conduta da empresa, definem claramente a responsabilidade e o papel dos gestores e das lideranças em relação aos seus liderados. O documento além de fixar condutas esperadas nos diversos relacionamentos que se estabelecem também aponta os limites na relação com acionistas e investidores, clientes, colaboradores, comunidade, concorrentes, fornecedores, meio ambiente e poder público. O tratamento das situações nas quais se verifique conflitos ou dilemas éticos será realizado pelo Comitê de Ética, cujo objetivo é avaliar e orientar os dirigentes da empresa quanto aos procedimentos a serem adotados nestas situações.

O documento final, convalidado e autorizado pelos dirigentes, Diretoria Executiva e Conselho de Administração em novembro de 2010, encontra-se em revisão. As ações previstas para a divulgação do código, a fim de que este seja do amplo conhecimento de todos os colaboradores e demais partes interessadas da empresa terão encaminhamento após atendimento da revisão realizada pela nova Diretoria.



3.1.3 Planejamento Estratégico

Visando a constante busca de eficiência e de melhores resultados econômico-financeiros, a Diretoria Colegiada aprovou o Planejamento Estratégico (PE) para o ciclo 2011-2015. O trabalho contou com a participação das diversas lideranças da Companhia que entendem que as estratégias formuladas traçam o caminho para a melhoria dos processos e, conseqüentemente, dos resultados da empresa. O principal resultado obtido foi o mapa estratégico, construído com base nas dimensões do *Balanced Scorecard* (BSC).

A execução das ações estratégicas definidas neste Planejamento visa ao alcance dos objetivos estratégicos, abaixo elencados:

- Renovar/Prorrogar as Concessões da empresa;
- Atender as Diretrizes dos Acionistas;
- Alcançar a viabilidade Econômico-Financeira da CEEE-D.

O monitoramento do Planejamento Estratégico é realizado através de um cronograma de reuniões mensais, cujo objetivo é acompanhar o alcance das metas, garantindo a eficiência do planejamento estratégico atual e buscando o alinhamento para ações que não estão gerando o resultado esperado.

Com o objetivo de permear a filosofia do método do planejamento estratégico, a gestão instituiu e mantém um Comitê do Planejamento Estratégico, formado por lideranças da empresa e que interage com as diversas áreas, encaminhando as principais necessidades e propostas do nível operacional para a diretoria. Ao mesmo tempo, fornece apoio, acompanhamento e integração para as frentes de gestão estratégica, gestão orçamentária e gestão por processos e para a difusão do planejamento estratégico.

3.2 Governança Corporativa

A CEEE-D manteve-se no Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa no ano de 2011. A estrutura da administração da empresa é constituída por uma Assembléia Geral, por um Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Diretoria Colegiada. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a auditoria independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

Além disso, um conjunto de políticas e práticas de relacionamento com as partes interessadas reforçam o compromisso da CEEE-D com uma atuação mais responsável frente aos seus negócios, enfatizando a transparência e a divulgação das ações e informações, a melhoria contínua e o desenvolvimento sustentável de seus empregados, acionistas e parceiros em geral.

A empresa, norteadada pelo seu Planejamento Estratégico, e em consonância com o Nível 1 de Governança Corporativa, iniciou os estudos para implantar a metodologia de Gerenciamento de Riscos. O projeto contempla a contratação de uma empresa especializada para desenvolver e implantar um modelo de gestão integrada de riscos. Atualmente este projeto está sendo desenvolvido por um grupo de trabalho que conta com representantes de todas as áreas da empresa e está sendo conduzido com referência à Norma ISO 31.000:2009 para elaboração de um diagnóstico junto à Diretoria da empresa e a implantação deverá iniciar em 2012. O Objetivo é reconhecer e controlar os processos que envolvem maior risco e aproveitar oportunidades encontradas, contribuindo para as tomadas de decisão em diversos níveis de gestão.



3.3 Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

Durante o ano de 2011, foram atendidas mais de 50.000 ocorrências com interrupção de energia, de um total em torno de 180.000, encaminhadas às equipes multitarefa para atendimento de demandas dos clientes e necessidades de manobras para otimização do fornecimento de energia. A CEEE-D contou com um grupo para atendimento que totalizou 250 equipes leves e 30 equipes pesadas, além de 60 equipes contratadas, que realizaram os atendimentos para reduzir os transtornos causados a população e aos clientes da empresa, garantindo fornecimento de energia elétrica, principalmente nos meses de junho, julho e agosto e no último dia do ano, em que houve um temporal que atingiu principalmente a região do litoral do estado, provocando uma demanda adicional de serviços com o propósito de manter o fornecimento de energia na virada do ano novo.

3.3.1 Teleatendimento

Durante o ano, o número médio diário de chamadas atendidas foi de 6.396, com um tempo médio de atendimento de 2min42s por chamada, resultando em 2.334.559 de atendimentos no ano.

3.3.2 Postos de Atendimento

Em 2011, a estrutura de atendimento presencial da CEEE-D foi ampliada com a abertura de 17 Postos de Atendimento ao Cliente. Esta ação amplia a quantidade de canais de comunicação disponíveis aos clientes da distribuidora, buscando sempre a qualidade no atendimento. Além da rede de atendimento presencial, a CEEE-D disponibiliza um portal de acesso a serviços via internet (em 2011, foram registrados no site 1,86 milhão de acessos a serviços) e um canal de atendimento por telefone, através do número 0800 721 2333.

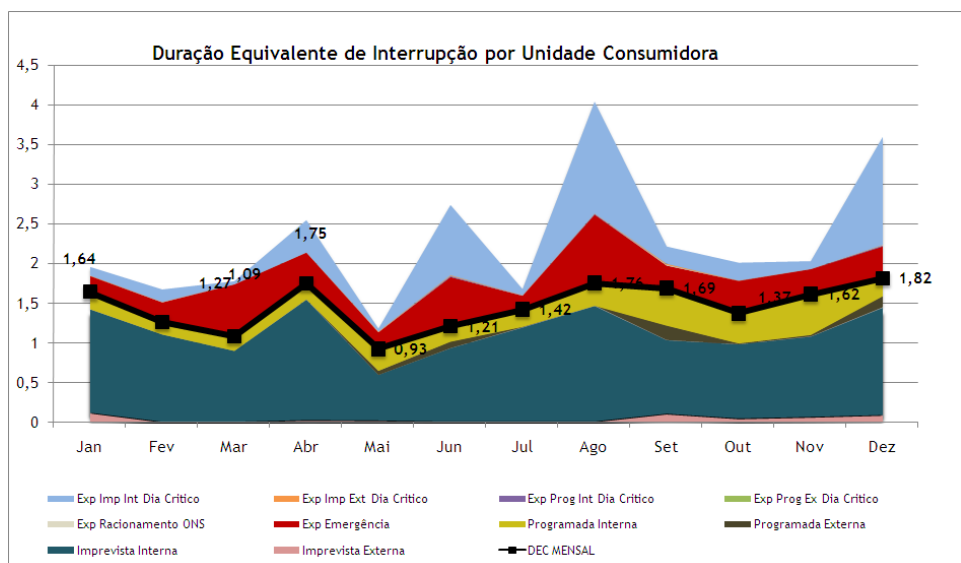
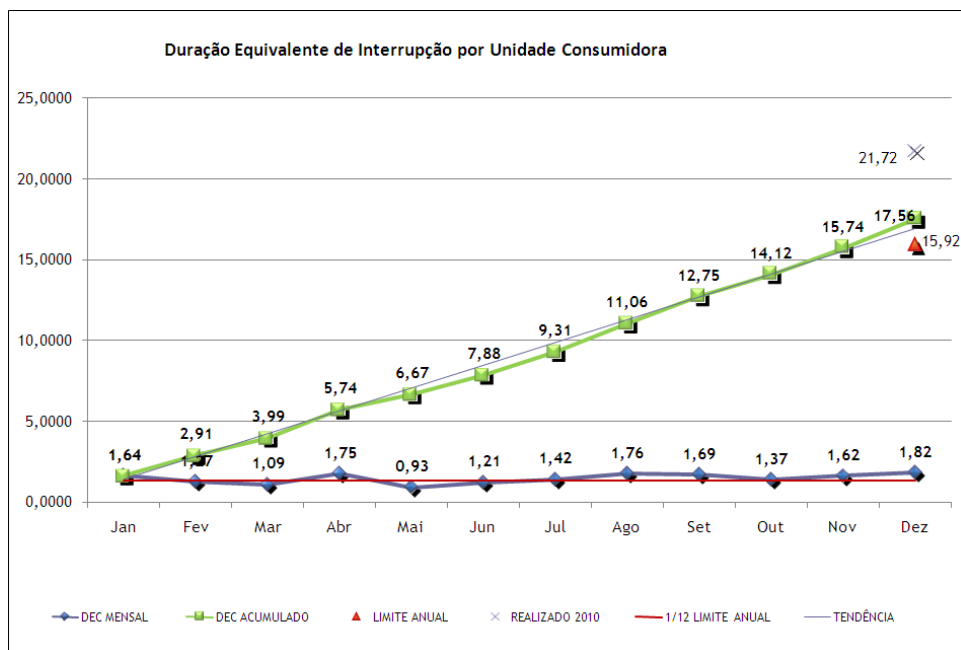
3.3.3 DEC e FEC

Os principais indicadores do negócio de distribuição são o DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

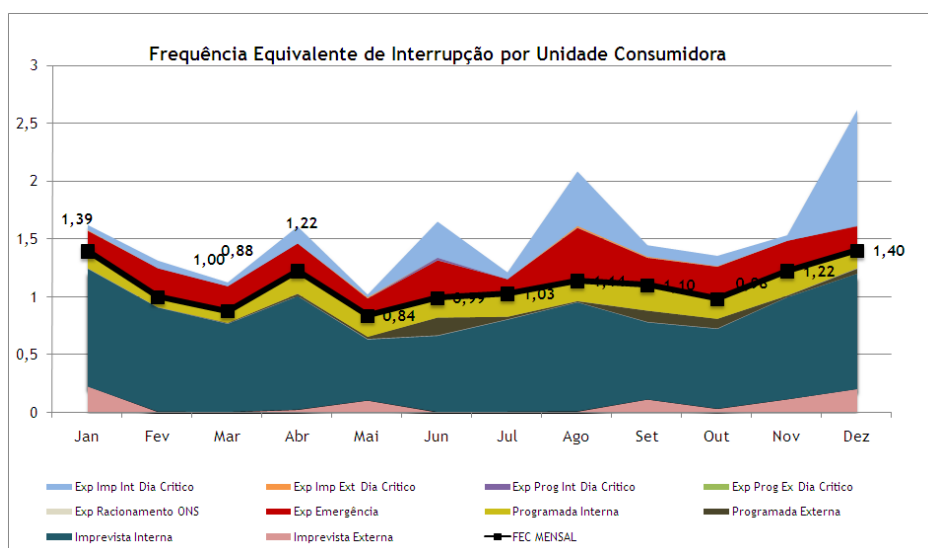
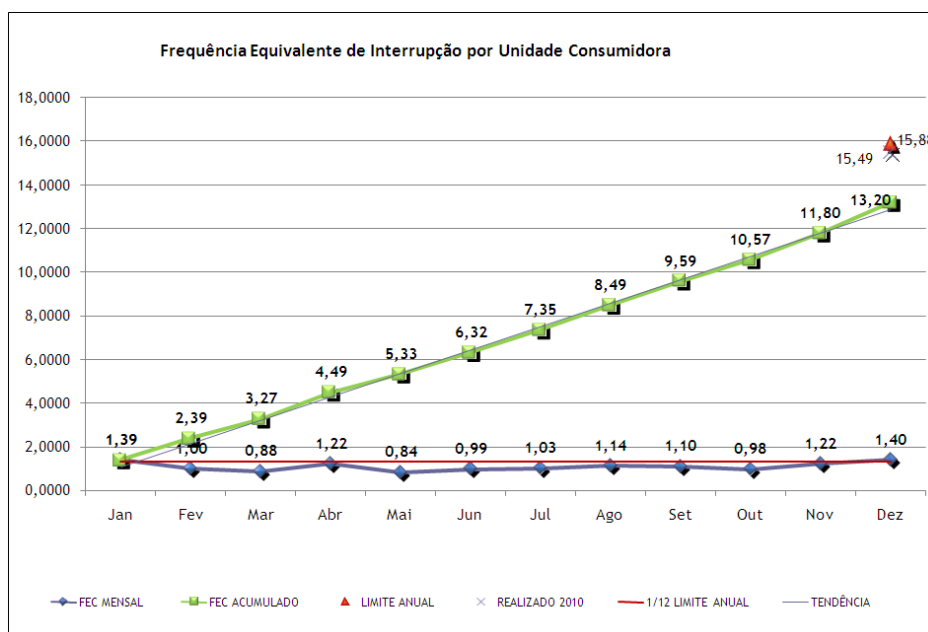
O DEC corresponde ao tempo que o consumidor permanece sem energia, em casos de interrupção do fornecimento, e motivo de o indicador ter ultrapassado o limite anual estabelecido pelo órgão regulador, em 2011, deve-se ao atendimento de um elevado número de ocorrências sem interrupção de energia, aumentando o tempo de atendimento daquelas com interrupção. Mesmo assim, a empresa apresenta uma recuperação surpreendente, em relação a este indicador.

Esta recuperação deve-se ao esforço que a CEEE-D vem empreendendo, focando a melhoria de gestão, otimização dos recursos operacionais, mesmo diante de um cenário difícil onde as demandas e problemas reprimidos do passado, restringem os recursos financeiros para responder as novas demandas do presente e do futuro, exigindo critérios de priorização em um conjunto de processos e atividades já prioritários.

Com este enfoque, trabalhamos obras de melhorias na rede de distribuição, otimizando os recursos disponíveis, o que possibilitou fechar o ano de 2011 com um investimento de R\$ 118,1 milhões, superando a média histórica dos últimos 04 anos de R\$ 90 milhões/ano, embora este resultado, recorde, represente apenas um terço do que a Companhia, necessariamente, precisaria investir por ano para recuperar seu passivo elétrico, bem como fazer frente às exigências atuais do mercado e ao atendimento às obrigações da concessão, impulsionado pelo cenário econômico vigente.



O indicador FEC mede o número de vezes que são atendidas ocorrências em um período. Este indicador está mantendo-se abaixo do limite estabelecido pelo órgão regulador, nos últimos anos, devido a estrutura existente para manutenção emergencial e o expurgo das ocorrências que não são responsabilidade da CEEE-D ou classificadas como pertencentes a dias críticos.



É importante salientar que, nos últimos 4 anos, devido a mudanças regulatórias, modificaram-se os parâmetros de cálculos dos indicadores, o que não permite a análise comparativa da série histórica.

4. Gestão Econômica

4.1 O Setor de Energia Elétrica no Brasil

Com base nos dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), tomando por base o fechamento do ano de 2011, o consumo de energia elétrica acumulou 430.106 gigawatts-hora (GWh), alta de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O valor realizado do ano ficou aderente ao que a EPE havia estimado. O consumo de energia elétrica em 2011, em termos absolutos, foi 14.829 GWh maior do que em 2010.



O mercado de energia elétrica em 2011, mais especificamente no último trimestre, foi impulsionado pela classe Comercial, seguida pelas classes Residencial e Industrial. Em 2011, a Classe Comercial acumulou 73.535 GWh, crescimento de 6,3% sobre 2010. A Classe Residencial apresentou crescimento regular de 4,6%, ao passo que a Industrial, um crescimento discreto de 2,3%. Esse quadro deve permanecer inalterado em 2012 pelo que se observa no âmbito econômico do país. O setor terciário, com destaque para o segmento de hotéis, restaurantes, turismo e comércio varejista, permanece aquecido. Por outro lado, as indústrias diminuíram suas atividades. Visto as incertezas em alguns mercados mundiais, combinado ao período de verão onde muitas empresas reduzem suas atividades, não se prevê uma grande variação no curto prazo da demanda de energia elétrica nessa classe.

No consumo comercial, à Região Sul coube a segunda maior expansão de 2011, 7,9%, atrás apenas da Região Centro-Oeste. As Regiões Norte e Centro-Oeste se destacam pelo crescimento do consumo acumulado de janeiro a dezembro na Classe Industrial, 7,0% e 16,6% respectivamente. Em contrapartida, a Região Nordeste apresentou retração de 2,9% em razão do encerramento da operação de smelter de alumínio na Bahia.

Na Região Sul, o bom desempenho de dezembro foi em função, principalmente, das elevadas temperaturas (em contraste ao que se verificou no resto do país onde as temperaturas mais amenas em novembro e dezembro restringiram um pouco o crescimento), o aumento da carga de irrigação resultante da seca que assola os estados da Região e o bom desempenho econômico, com destaque para a agroindústria. A região geográfica Sul teve crescimento de 4,2%. O Subsistema Sul apresentou o maior consumo total dentre os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN), menor apenas do que o Subsistema Nordeste.

4.1.1 Regulação

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (agência regulatória e fiscalizadora do setor de energia elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia) promoveu regramentos normativos de impacto significativo no setor de distribuição de energia elétrica em 2011, dentre os quais destacamos:

- Estabelecimento da nova metodologia para o 3º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das distribuidoras de energia elétrica;
- Mudança metodológica da estrutura tarifária a partir do 3º ciclo de RTP das distribuidoras;
- Alteração da metodologia de determinação da vida útil de ativos do setor elétrico;
- Prorrogação do encargo setorial Reserva Global de Reversão (RGR) até 2035;
- Modificação no cálculo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC);
- Novos critérios na concessão do benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE);
- Estabelecimento da Contabilidade Regulatória, além da aprovação das modificações no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE);
- Mudanças na definição de limites para indicadores individuais e coletivos de continuidade;
- Instituição de condições gerais de fornecimento de energia elétrica, as quais devem ser consideradas pelos prestadores do serviço e consumidores de eletricidade;
- Instituição de processos a serem implementados pelas distribuidoras para o tratamento das reclamações dos consumidores de energia elétrica.

Estes aprimoramentos regulatórios são medidas que integram o modelo Brasileiro com foco na melhoria contínua e aprimoramentos tecnológicos. Para fazer frente a este nível de exigência do



setor, a empresa atualiza anualmente seu Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, também atendendo a exigências legais, o qual integra o Planejamento Estratégico e orienta o Plano de Investimento da Empresa, observando a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações, sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço, em conformidade com o que estabelece as regras da Concessão.

4.1.2 Tarifas da Distribuição - reajuste tarifário anual

Em 18 de outubro de 2011, foi homologado pela ANEEL o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) da CEEE-D, com vigência a partir do dia 25/10/2011 por 12 meses. As mudanças promovidas no processo do reajuste tarifário deste ano foram:

- a) Posto Tarifário (relação ponta e fora de ponta) nas Tarifas da Rede Básica e Rede Básica Fronteira;
- b) Cálculo do Valor dos Encargos Setoriais pelo Mercado Realizado;
- c) Sazonalização da Neutralidade da Parcela A.

| Índice de Reajuste Tarifário (%) - 2011 | |
|---|-------------|
| CEEE-D | |
| Vigência | 25.10.2011 |
| IRT Econômico | 7,54 |
| IRT Financeiro | -0,04 |
| IRT Total | 7,50 |

Fonte: ANEEL

4.1.3 Programas Regulatórios

4.1.3.1 Universalização (PLT)

No ano de 2011 foram atendidas aproximadamente 1.480 novas unidades consumidoras, nos Contratos ECFS 253/2009, ECFS 302/2010, celebrado com a Eletrobrás, e Convênio FPE 295/2009, celebrado com o Governo do Estado.

Ingressaram na CEEE-D, no exercício de 2011, os seguintes valores:

- R\$ 5,01 milhões, originários do Contrato ECFS 302/2010;
- R\$ 8,08 milhões em quatro parcelas de R\$ 2,02 milhões, através de compensação de créditos presumidos de ICMS, originários do Convênio FPE 3622/2010. O valor do Convênio é de R\$ 12,12 milhões, sendo que as duas primeiras parcelas foram liberadas ainda em 2010.

4.1.3.2 Programa de Eficientização Energética – PEE

A CEEE Distribuição, em cumprimento a Lei 9.991/00 e às determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica, investe em ações educacionais e tecnológicas que colaboram para a formação de cidadãos conscientes para o uso racional da energia elétrica e dos recursos naturais.

Em 2011 foram aplicados R\$ 5,2 milhões na eficientização energética de unidades consumidoras de baixa renda e pertencentes à administração pública.



O Projeto CEEE Distribuição na Comunidade proporcionou a troca de 4.784 geladeiras que, em média, consumiam 40% mais energia e a substituição de 19.164 lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas de consumidores beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

O Programa CEEE Distribuição nos Prédios Públicos promoveu a troca de lâmpadas, reatores e luminárias em 15 escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre, beneficiando mais de 15.000 pessoas.

4.1.3.3 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

No sentido de fomentar novas tecnologias que possam trazer benefícios para a sociedade, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das concessionárias de energia elétrica existe, buscando transformar seus investimentos em projetos, em soluções que tragam melhorias nos processos, resultando novas metodologias, protótipos ou até mesmo produtos que possam ser produzidos em escala entrando no mercado consumidor.

Ao longo do ano de 2011 a CEEE-D concluiu 07 projetos, investindo em torno de R\$ 4,7 milhões em P&D. No final de 2011 a CEEE-D cadastrou no sistema Duto ANEEL 08 projetos, com valores totais estimados em R\$ 9,5 milhões e que deverão iniciar no primeiro trimestre de 2012, com tempo de execução de 18 a 36 meses.

Dentre os diversos projetos de P&D em execução na CEEE-D durante o ano de 2011, podemos destacar os projetos:

- *Células Solares de Alta Eficiência com Emissores Seletivos*

Com duração de 24 meses, o projeto prevê o desenvolvimento de células solares de alta eficiência, visando à redução do custo da energia elétrica produzida a partir da conversão direta da energia solar. É previsto também o desenvolvimento e caracterização de uma nova técnica para formação de emissores seletivos, desta forma, dando continuidade aos projetos anteriores financiados pela CEEE.

- *Implantação de Lote Pioneiro de um Sistema de Monitoramento de Consumo, Parametrização e Diagnóstico da Rede Elétrica de Distribuição em BT Utilizando Tecnologia PLC (Power Line Communication)*

Também previsto para ser realizado em 24 meses, este projeto é oriundo de um projeto de P&D anterior e que agora está partindo para a fase de Lote Pioneiro onde propõe a implantação de um sistema de telemedição, diagnóstico e parametrização para consumidores de um sistema de distribuição em Baixa Tensão (BT) utilizando tecnologia Power Line Communication (PLC), baseado em resultados de inovação tecnológica, advindos do projeto de P&D CEEE/ANEEL - Sistema de Supervisão da Rede Elétrica de Distribuição. (SSRED)

4.2 Participação no Mercado de Energia Elétrica

4.2.1 Mercado de Distribuição de Energia

A CEEE-D atingiu a marca de 1,5 milhão de clientes em 2011, o que representou um aumento de 2,4% em relação a 2010. Neste acréscimo de 34.803 novas unidades consumidoras, destaca-se, principalmente, a classe comercial que apresentou uma variação de 14,5% no total da área de concessão, e de 17,1% somente na região metropolitana. Já na região sul, a classe de maior destaque foi a industrial, com o incremento de 13,5%, ou seja, 507 novas unidades em contrapartida à região litoral norte que apresentou uma queda de 26,4% unidades industriais.



Número de Unidades Consumidoras

| | Regional Metropolitana | | | Regional Litoral Norte | | | Regional Sul | | | Total CEEE - D | | |
|----------------|------------------------|----------------|-------------|------------------------|----------------|-------------|----------------|----------------|-------------|------------------|------------------|-------------|
| | 2010 | 2011 | % | 2010 | 2011 | % | 2010 | 2011 | % | 2010 | 2011 | % |
| CONSUMO CATIVO | 759.918 | 775.322 | 2,0% | 252.293 | 260.279 | 3,2% | 453.659 | 465.072 | 2,5% | 1.465.870 | 1.500.673 | 2,4% |
| Residencial | 669.887 | 672.237 | 0,4% | 216.350 | 223.298 | 3,2% | 360.554 | 368.541 | 2,2% | 1.246.791 | 1.264.076 | 1,4% |
| Industrial | 5.692 | 5.910 | 3,8% | 3.001 | 2.208 | -26,4% | 3.751 | 4.258 | 13,5% | 12.444 | 12.376 | -0,5% |
| Comercial | 74.290 | 87.013 | 17,1% | 13.685 | 15.071 | 10,1% | 28.778 | 31.544 | 9,6% | 116.753 | 133.628 | 14,5% |
| Rural | 7.299 | 7.375 | 1,0% | 17.790 | 18.174 | 2,2% | 57.117 | 57.173 | 0,1% | 82.206 | 82.722 | 0,6% |
| Outros | 2.750 | 2.787 | 1,3% | 1.467 | 1.528 | 4,2% | 3.459 | 3.556 | 2,8% | 7.676 | 7.871 | 2,5% |
| CONSUMO LIVRE | 5 | 5 | 0,0% | - | - | - | 4 | 5 | 25,0% | 9 | 10 | 11,1% |
| Total | 759.923 | 775.327 | 2,0% | 252.293 | 260.279 | 3,2% | 453.663 | 465.077 | 2,5% | 1.465.879 | 1.500.683 | 2,4% |

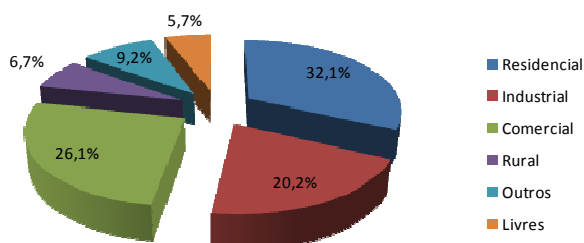
A distribuição de energia apresentou um crescimento de 4,7% em relação a 2010, totalizando 8.094 GWh de consumo faturado total. Neste comportamento destaca-se o consumo industrial livre, que apresentou um aumento significativo de 12,9% em relação ao ano anterior, impulsionado pela migração de um consumidor cativo, da área de alimentos, para o mercado livre.

Ainda, destacam-se fortes crescimentos apresentados nas classes comercial e rural. A classe comercial apresentou um desempenho de 9% em relação a 2010, corroborando com as informações divulgadas pela EPE, que apontam tal classe como a de maior destaque no nível Brasil. Já a classe rural, apresenta um índice de 6% em relação a este mesmo ano, principalmente pela necessidade do uso da irrigação na área de concessão, visto que ocorreu uma forte seca no período.

Consumo Faturado em GWh

| | Regional Metropolitana | | | Regional Litoral Norte | | | Regional Sul | | | Total CEEE - D | | |
|----------------|------------------------|--------------|-------------|------------------------|------------|-------------|--------------|--------------|-------------|----------------|--------------|-------------|
| | 2010 | 2011 | % | 2010 | 2011 | % | 2010 | 2011 | % | 2010 | 2011 | % |
| CONSUMO CATIVO | 4.544 | 4.674 | 2,9% | 772 | 809 | 4,8% | 2.006 | 2.151 | 7,2% | 7.322 | 7.634 | 4,3% |
| Residencial | 1.586 | 1.590 | 0,3% | 334 | 349 | 4,4% | 628 | 663 | 5,6% | 2.548 | 2.602 | 2,1% |
| Industrial | 944 | 936 | -0,9% | 98 | 101 | 2,4% | 547 | 597 | 9,1% | 1.590 | 1.634 | 2,8% |
| Comercial | 1.493 | 1.624 | 8,8% | 135 | 152 | 12,4% | 311 | 338 | 8,5% | 1.939 | 2.113 | 9,0% |
| Rural | 57 | 61 | 5,4% | 109 | 104 | -4,3% | 349 | 380 | 9,0% | 515 | 545 | 5,8% |
| Outros | 464 | 464 | 0,0% | 96 | 104 | 8,5% | 170 | 173 | 1,6% | 730 | 741 | 1,5% |
| CONSUMO LIVRE | 309 | 340 | 10,0% | - | - | - | 98 | 120 | 21,9% | 407 | 460 | 12,9% |
| Total | 4.853 | 5.014 | 3,3% | 772 | 809 | 4,8% | 2.104 | 2.271 | 7,9% | 7.729 | 8.094 | 4,7% |

A participação das classes no consumo total faturado da CEEE-D em 2011 se deu da seguinte forma:

Participação das Classes no Consumo
2011

4.2.2 Compra de Energia

A compra de energia pelas Distribuidoras somente poderá ocorrer através de Leilões no Ambiente de Contratação Regulada. Os Leilões de Compra de Energia Elétrica estão previstos no Decreto nº



5.163, de 30/07/2004 e têm por objetivo o atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras mediante a venda de energia elétrica.

Em 2011, a Distribuidora participou dos seguintes Leilões:

- 10º Leilão de Ajuste – aquisição de 12 MWm;
- 11º Leilão de Ajuste – aquisição de 10,2 MWm;
- Leilão A-3, - aquisição de 16,590 MWm na modalidade por disponibilidade e 2,624 na modalidade por quantidade;
- Leilão A-5 - aquisição de 3,355 MWm na modalidade quantidade e 19,418 MWm na modalidade disponibilidade.
- Leilão A-1 - reposição de 17,3 MWm devido ao encerramento do Contrato Inicial que a CEEE-D possui com a CGTEE. Neste Leilão foram adquiridos 19,43 MWm, para suprimento por 03 anos.

O total de contratos teve um aumento de 4,05% em relação ao ano de 2010, finalizando em 1.060,5MWm para o atendimento a carga de 1096,8MWm. As diferenças foram liquidadas através da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) no mercado Spot.

4.3 Investimentos

Visando à qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados, ao longo de 2011, a CEEE-D realizou investimentos na ordem de R\$ 118,1 milhões.

4.3.1 Expansão

Atendendo às exigências da ANEEL, que estabelece os procedimentos de distribuição (PRODIST), a empresa elaborou seu Plano de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD). No ano de 2011, do total investido pela empresa, R\$ 108,2 milhões destinaram-se a esse plano, em obras para expansão, melhoria, renovação, bem como em Universalização e Luz para Todos (PLT).

4.3.2 Programa de Redução de Perdas Comerciais

4.3.2.1 Fiscalização

Para as atividades de fiscalização de unidades consumidoras, principal ferramenta para o combate às perdas comerciais, a CEEE-D conta com equipes próprias dedicadas exclusivamente a essa atividade, as quais, durante o ano de 2011, realizaram 51.000 inspeções, notificaram 20.000 unidades consumidoras que apresentaram irregularidade na medição de energia elétrica e constataram 4.400 avarias nos equipamentos. Em 2011, o resultado dessa atividade foi o ingresso de R\$ 11 milhões aos cofres da empresa, além do incremento do faturamento estimado em R\$ 8 milhões.

4.3.2.2 Equipamentos de Medição

Em 2011, foram investidos R\$ 9 milhões em equipamentos de medição, sendo adquiridos 79.000 medidores e 2.000 transformadores para instrumentos (transformadores de corrente e de potencial), para possibilitar a realização dos diversos serviços comerciais, entre os quais está a ligação de novos consumidores e a realização da atividade fiscalização de unidades consumidoras.



4.4 Modernização

Ainda em 2011, a empresa manteve um site de acompanhamento dos indicadores de serviços, estabelecendo assim um Ranking gerado por cada unidade de negócio. Esta ferramenta tem o compromisso de buscar permanentemente o aumento da eficiência no atendimento aos consumidores e ao final de cada ano é feita a premiação para aqueles que tiveram o maior desempenho.

Foram implantadas duas novas ferramentas visando ampliar a capacidade de atendimento aos clientes e melhorar sua qualidade:

- URA (Unidade de Resposta Audível): Entrou em funcionamento o atendimento eletrônico através de URA na Central de Teleatendimento. A URA implantada oferece aos clientes da CEEE-D três serviços de forma totalmente eletrônica: ingresso de comunicação de falta de luz, religação normal e de urgência e informação sobre o valor da conta. Neste primeiro ano de implantação, os atendimentos realizados pela URA responderam por 10% das chamadas recebidas nestes serviços. Em 2011, o serviço que recebeu o maior número de acessos foi o de Comunicação de Falta de Luz, com 114.045 registros, sendo o mês de agosto o que obteve o maior número de acessos, 23.106.
- Torpedo SMS: Em 2011, o cliente da CEEE-D passou a dispor de um novo canal de acesso a distribuidora, o torpedo. Através de um telefone celular, o consumidor tem a possibilidade de registrar uma comunicação de falta de luz apenas enviando uma mensagem de texto para o número 27307, contendo a palavra LUZ e o número de sua instalação. O sistema da CEEE-D processa o SMS e ingressa automaticamente a comunicação, a qual é despachada para as equipes de campo. Em 2011, foram 95.063 SMS recebidos e o recorde de SMS recebidos em apenas um dia é de 11.585, em 31/12/2011.
- PDA (*Personal Digital Assistant*) - Com o propósito de melhorar a *performance* do atendimento a ocorrências, a CEEE-D coordenou a implantação do uso de dispositivos de comunicação “on line” com as equipes de campo. A comunicação se dá através de PDA, onde as ocorrências registradas no sistema corporativo SGD (sistema de Gestão da Distribuição), gerenciadas pelo módulo de gestão de serviços (SGS), trafegam via GSM (comunicação de dados por telefonia celular). Este recurso tecnológico permite que as equipes em campo recebam as ocorrências originadas das manifestações dos clientes diretamente na tela do PDA, realizem o atendimento e insiram as informações pertinentes para registro no sistema corporativo. Cerca de 60% das equipes de campo já estão contempladas e treinadas, e têm à sua disposição um total de 300 aparelhos. A implantação do uso dos dispositivos propiciou a redução de 22% nos indicadores de tempo de atendimento (TMAE).



5. Balanço Social

| Balanço Social | | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|--|
| 1 - BASE DE CÁLCULO | Dezembro 2011 (valor em mil R\$) | | | Dezembro 2010 (valor em mil R\$) Republicado | | |
| Receita líquida (RL) | 2.028.501 | | | 1.621.539 | | |
| Resultado operacional (RO) | (147.298) | | | (194.734) | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 324.157 | | | 304.309 | | |
| 2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS | Valor (em mil R\$) | % sobre FPB | % sobre RL | Valor (em mil R\$) | % sobre FPB | % sobre RL |
| Encargos Sociais Compulsórios | 57.261 | 18% | 3% | 53.908 | 17% | 3% |
| Saúde | 560 | 0% | 0% | 683 | 0% | 0% |
| Medicina e Segurança | 3.397 | 1% | 0% | 3.069 | 1% | 0% |
| Educação | 1.463 | 0% | 0% | 1.827 | 1% | 0% |
| Capacitação e Desenvolvimento Profissional | 3.679 | 1% | 0% | 3.193 | 1% | 0% |
| Benefícios | 67.435 | 21% | 3% | 64.095 | 20% | 3% |
| Alimentação | 20.718 | 6% | 1% | 18.233 | 6% | 1% |
| Creches ou Auxílio-Creche | 2.514 | 1% | 0% | 2.138 | 1% | 0% |
| Previdência privada | 34.770 | 11% | 2% | 34.644 | 11% | 2% |
| Plano de Saúde | 9.433 | 3% | 0% | 9.080 | 3% | 0% |
| Participação nos Lucros ou Resultados | 12.203 | 4% | 1% | 11.022 | 3% | 1% |
| Inclusão Social | 93 | 0% | 0% | 86 | 0% | 0% |
| Outros | 2.802 | 1% | 0% | 2.853 | 1% | 0% |
| Produtividade | 1.433 | 0% | 0% | 1.373 | 0% | 0% |
| Vale Transporte - Excedente | 1.369 | 0% | 0% | 1.480 | 0% | 0% |
| Complexo Apoio Empregados | - | - | - | - | - | - |
| Total - Indicadores sociais internos | 148.893 | 46% | 7% | 140.736 | 43% | 7% |
| 3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS | Valor (em mil R\$) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (em mil R\$) | % sobre RO | % sobre RL |
| Educação | 11.474 | -6% | 1% | 1.049 | -1% | 0% |
| Cultura | 1.051 | -1% | 0% | 4.927 | -3% | 0% |
| Saúde e saneamento | 0 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Inclusão Social | 26.793 | -18% | 1% | 27.486 | -19% | 1% |
| Ação Social | - | 0% | 0% | 60 | 0% | 0% |
| Total das contribuições para a sociedade | 39.318 | -27% | 2% | 33.526 | -23% | 2% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 779.582 | -529% | 38% | 668.073 | -454% | 33% |
| Total - Indicadores sociais externos | 818.900 | -556% | 40% | 701.599 | -476% | 35% |
| 4 - INDICADORES AMBIENTAIS | Valor (em mil R\$) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (em mil R\$) | % sobre RO | % sobre RL |
| Indicador Ambiental | 67 | 0% | 0% | - | 0% | 0% |
| Gestão | 288 | 0% | 0% | 12 | 0% | 0% |
| Resíduos | 288 | 0% | 0% | 11 | 0% | 0% |
| Outros | 0 | 0% | 0% | 1 | 0% | 0% |
| Programas Ambientais | 10.032 | -7% | 0% | 9.448 | -6% | 0% |
| Reflorestamento | 796 | -1% | 0% | 608 | 0% | 0% |
| Eficientização Energética | 5.290 | -4% | 0% | 3.456 | -2% | 0% |
| Podas e Desmatamento | 3.875 | -3% | 0% | 5.027 | -3% | 0% |
| Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental | 71 | 0% | 0% | 357 | 0% | 0% |
| Total dos investimentos em meio ambiente | 10.387 | -7% | 1% | 9.460 | -6% | 0% |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: | () não possui metas (x) cumpre de 0 a 50%; | | () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%; | () não possui metas (x) cumpre de 0 a 50%; | | () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%; |
| 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL | 2011 | | | 2010 | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período* | 2.995 | | | 2.990 | | |
| Nº de admissões durante o período | 138 | | | 256 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 500 | | | 410 | | |
| Nº de estagiários(as) | 247 | | | 305 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 956 | | | 866 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 699 | | | 681 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 19,38% | | | 20,00% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 350 | | | 356 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 8,91% | | | 9,55% | | |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 52 | | | 57 | | |
| 6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL | Em 2011 | | | Em 2010 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 26,84 | | | 9,86 | | |
| Número total de acidentes de trabalho** | 16 | | | 14 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () direção | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (x) todos(as) - Cipa | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (x) todos(as) - Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () não se envolverá | (x) seguirá as normas da OIT | () incentivará e seguirá a OIT | () não se envolverá | (x) seguirá as normas da OIT | () incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla: | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não serão considerados | (x) serão sugeridos | () serão elegidos | () não serão considerados | (x) serão sugeridos | () serão elegidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () não se envolverá | () apoiará | (x) organizará e incentivará | () não se envolverá | () apoiará | (x) organizará e incentivará |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa 3.280 | na Procon | na Justiça | na empresa 3.280 | na Procon | na Justiça |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa 100% _____% | na Procon _____% | na Justiça _____% | na empresa 100% _____% | na Procon _____% | na Justiça _____% |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): | Em 2011: R\$ 1.404.343 | | | Em 2010: R\$ 1.199.578 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 75,29% governo (14,45)% acionistas | 26,16% colaboradores(as) 13,01% terceiros | _____% retido | 77,97% governo (16,23)% acionistas | 27,61% colaboradores(as) 10,65% terceiros | _____% retido |
| 7 - OUTRAS INFORMAÇÕES | Em 2011 | | | Em 2010 | | |
| Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo | | | | | | |
| Escolaridade | | | | | | |
| Graduados | 871 | | | 799 | | |
| Graduandos | - | | | - | | |
| Ensino Médio | 1.894 | | | 1.916 | | |
| Ensino Médio Incompleto | - | | | - | | |
| Ensino Fundamental | 178 | | | 218 | | |
| Ensino Fundamental Incompleto | 49 | | | 55 | | |
| Não Alfabetizados | 1 | | | 2 | | |
| **Acidentes com perda de tempo | | | *Acidentes com afastamento | | | |
| Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações | | | | | | |



6. Indicadores Sociais

6.1 Indicadores Sociais Internos

A estrutura ocupacional utilizada pela CEEE-D observa a divisão dos processos de trabalho da empresa, contemplando em sua estrutura 4 carreiras distintas. A Tabela a seguir demonstra o número de empregados da CEEE-D no ano de 2011.

| Carreira | Total de empregados | % |
|------------------------|---------------------|--------|
| Administrativa | 1006 | 33,59% |
| Operacional | 1143 | 38,16% |
| Técnica de Nível Médio | 520 | 17,36% |
| Nível Superior | 326 | 10,89% |
| Total | 2995 | 100% |

Para manter um dimensionamento de pessoal adequado aos serviços realizados pela CEEE-D, no ano foram contratados 138 novos empregados, conforme detalhado na tabela a seguir:

| Carreira | Total de empregados |
|------------------------|---------------------|
| Administrativa | 91 |
| Operacional | 37 |
| Técnica de Nível Médio | 04 |
| Nível Superior | 06 |
| Total | 138 |

Para manter os empregados capacitados para o pleno exercício de suas atividades profissionais a CEEE-D, investiu em treinamento e desenvolvimento, resultando em uma média de 45,79 horas de capacitação por empregado.

Considerando que o negócio exercido pela CEEE-D envolve atividades perigosas, a empresa prima pela segurança no ambiente de trabalho. Embora tenha existido um trabalho de prevenção, no ano de 2011, ocorreram 33 acidentes sendo 16 com afastamentos, 11 sem afastamentos e 06 de trajeto.

6.2 Indicadores Sociais Externos

A CEEE-D, através de sua política de patrocínio, financiou 15 projetos, investindo um montante de R\$ 2,04 milhões. Em todos os projetos patrocinados pela empresa, encontram-se presentes contrapartidas sociais, buscando beneficiar as comunidades do entorno, seja do local na qual os eventos se realizam ou das instalações da empresa.

Em relação às questões ambientais a CEEE-D desenvolve ações e programas visando a minimização dos impactos potenciais inerentes às suas atividades no âmbito de sua área de concessão, como manejo em vegetação, cultivo de mudas de árvores nativas, gestão de resíduos, atividades de sensibilização ambiental, licenciamento, entre outras, destinando, em 2011, um montante de R\$ 10,38 milhões nessas ações e programas. Os valores investidos em 2011 foram cerca de 9% superiores em relação ao ano anterior. Maiores informações podem ser obtidas no nosso Relatório de Sustentabilidade, acessível através do site www.ceee.com.br.



7. Aspectos Econômicos Financeiros

Em 2011, a CEEE-D continuou enfrentando vários desafios com o objetivo de oferecer ao seu mercado consumidor a excelência na prestação dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica.

Faz-se necessário um grande aporte de recursos financeiros para a viabilização da concessão da CEEE-D, sendo vital a identificação da situação financeira e patrimonial do negócio, buscando promover os ajustes orçamentários e financeiros necessários para equilíbrio financeiro da companhia. Além disso, a Companhia tem consciência da indispensável necessidade de realização de grande volume de obras de expansão e melhorias do ativo elétrico, buscando, interruptamente, recursos para estas demandas.

Visando buscar melhores alternativas de financiamento, é de suma importância a realização de pesquisas de fontes de recursos no mercado interno, considerando inclusive as instituições públicas que fomentam as concessionárias do setor, destacando-se a ELETROBRÁS e o BNDES no cenário nacional, e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) no cenário internacional.

Cabe salientar que a Companhia continua depreendendo esforços para manter o seu equilíbrio financeiro devido ao não reconhecido dos passivos na tarifa pela ANEEL, principalmente as despesas com funcionários ex-autárquicos e ações trabalhistas e cíveis.

7.1 Ingressos Extra-Operacionais

Além da sua receita operacional oriunda dos faturamentos dos consumos de energia a companhia tem ingressos de recursos oriundos de outras fontes e de outras vias, conforme abaixo:

- Recursos provenientes de convênios com Governo do Estado, correspondendo a Termos de Acordo firmados da Secretaria de Infra-Estrutura, através de repasses financeiros daquela Secretaria à CEEE-D e de compensação de crédito (Termos de Acordo firmado com a SEINFRA) junto às guias mensais de ICMS a pagar, que continuaram a ser destinados para obras de infraestrutura, extensão do Programa Luz para Todos e outras de natureza técnica-institucional ligadas ao desenvolvimento do Estado.
- Programa Luz para Todos - PLT: Este programa contempla a participação de recursos intra-setoriais, da Concessionária e das prefeituras e/ou governos estaduais. A Concessionária possui cinco contratos assinados com a Eletrobrás para realização deste projeto, sendo que três já foram concluídos, um está em fase final de encerramento e o outro está em andamento.
- Tendo se iniciado em 2010 os procedimentos para firmar contrato com o BID, de forma a se obter recursos para o financiamento das obras vinculadas à Copa do Mundo de 2014, estas tratativas continuaram no decorrer de ano de 2011, estando prevista a sua assinatura para o início do ano de 2012. Também foram capitaneadas tratativas com o BNDES para financiar investimentos adjacentes às obras do BID, todos dentro do Plano de Expansão da Companhia, além das tratativas com a Agência Francesa de Desenvolvimento.
- Prosseguiram as negociações no intuito da estruturação do fundo de investimentos FIDC-VI, no volume de até 150 milhões e com liquidação prevista para o ano de 2012.
- Foram renegociadas dívidas inter setoriais e tributárias no volume de 420 milhões.
- Prosseguiram as tratativas para a liquidação da conta de resultado a compensar – CRC, se tendo previsão de ingresso de recursos no início do ano de 2012. Este valor servirá para a quitação de dívidas e investimentos necessários a concessão.
- Devido às dificuldades de caixa e visando o reequilíbrio financeiro e econômico da Companhia, foi aprovado pela Diretoria e Conselho de Administração o Programa Recuperação Financeira – PRF I, e a seguir o PRF II, os quais destinam-se a reduzir despesas e aumentar receitas.

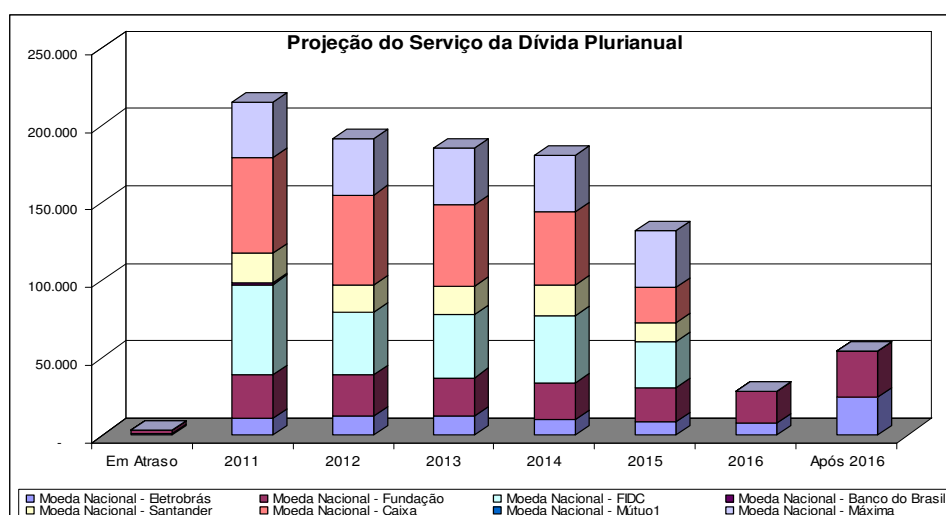


7.2 Endividamento

Em 2011 o serviço da dívida da companhia totalizou em R\$ 995 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo, contemplando somente contratos financeiros com agentes nacionais:

| Grupo | Indexador | Saldo (R\$ Mil) | Participação no Total (%) |
|--|-----------|-----------------|---------------------------|
| Saldo Devedor da Dívida Interna | | 994.612 | 100,00% |
| Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR | RGR | 73.995 | 7,44% |
| Moeda Nacional - Fundação | INPC | 122.615 | 12,33% |
| Moeda Nacional - FIDC II | CDI | 1.511 | 0,15% |
| Moeda Nacional - FIDC IV | IPCA | 115.925 | 11,66% |
| Moeda Nacional - Banco do Brasil | CDI | - | 0,00% |
| Moeda Nacional - Santander | CDI | 45.648 | 4,59% |
| Moeda Nacional - Caixa | CDI | 148.250 | 14,91% |
| Moeda Nacional - Máxima | IPCA | 106.360 | 10,69% |
| Moeda Nacional - Repactuações Eletrobrás | Selic | 363.241 | 36,52% |
| Moeda Nacional - Autos de Infração | Selic | 17.066 | 1,72% |
| Saldo Devedor da Dívida | | 994.612 | 100,00% |

A Distribuição da dívida está demonstrada no gráfico a seguir onde o montante máximo possui vencimento em novembro/2023 e 92% do estoque com vencimento até 2019.



Valores incluem o principal e juros projetados.

8. Resultados do Exercício

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica encerrou o exercício de 2011 com um prejuízo de R\$ 202.892 milhões, apresentando um crescimento de R\$ 8.158 milhões se compararmos ao prejuízo reapresentado de R\$ 194.734 milhões do exercício de 2010. O resultado do exercício de 2011 decorreu principalmente pelo incremento:

Aspectos Positivos



- Liquidação do processo da CRC,
- Receita de Reajuste Tarifário,
- Avaliação de Ativos Biológicos,

Aspectos Negativos

- Despesas com Provisões Trabalhistas e Provisões de Parcelamentos de Energia,
- Variações Monetárias e Cambiais,
- Despesas com Multas Regulatórias e,
- Ajuste proveniente da Conciliação conforme Resolução ANEEL 367/2009.

O EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior devido ao incremento de Provisões Trabalhistas e para Créditos de Liquidação Duvidosa; e o reconhecimento de Multas Regulatórias.

| Demonstrativo do Cálculo do EBITDA | 2011 | 2010 | 2009 |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| Receita Operacional Líquida - ROL | 2.028.501 | 1.821.539 | 1.800.648 |
| Custo do Serviço de Energia Elétrica | (1.742.720) | (1.651.370) | (1.561.676) |
| Despesas Operacionais | (493.319) | (363.487) | (401.426) |
| (-) Despesas com Vendas | (51.635) | (29.501) | (34.755) |
| (-) Despesas Gerais e Administrativas | (71.756) | (73.832) | (61.504) |
| (-) Outras Despesas Operacionais | (369.928) | (260.154) | (305.167) |
| Outras Receitas/Despesas | 98.039 | 18.932 | 1.738.521 |
| Resultado da Atividade ou EBIT | (109.499) | (174.386) | 1.576.067 |
| (+) Depreciação/Amortização | 80.180 | 79.172 | 77.689 |
| EBITDA | (29.319) | (95.214) | 1.653.756 |
| Margem EBITDA | -1,45% | -5,23% | 91,84% |

9. *Audidores Independentes*

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da KPMG Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008, no valor de R\$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12(doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2011, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$ 223 mil.

A KPMG Auditores Associados incorporou a BDO Auditores Independentes, em 06 de abril de 2011, ocorrendo nesta data alteração da denominação social para KPMG Auditores Associados. Em 02 de dezembro de 2011, ocorreu novo termo aditivo para nova alteração social, passando de KPMG Auditores Associados para KPMG Auditores Independentes.

A KPMG Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (valor de R\$ 267 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R\$ 14 mil), que são respectivamente, Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.



A política na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto ao auditor independente, fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam:

- (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e
- (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Concessionária informa que no exercício de 2011 a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de Auditoria Independente para as Demonstrações Financeiras.

10. Agradecimentos

Os seus consumidores, empregados, parceiros e fornecedores; acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores; aos organismos setoriais, governos federal, estadual e municipal, bem como às instituições bancárias; principalmente, à população gaúcha, a CEEE-D presta seus agradecimentos pela confiança, reconhecimento, esforços, incentivo e apoio.

Sérgio Souza Dias
Diretor Presidente

Gerson Carrion de Oliveira
Diretor

Luiz Antônio Tirello
Diretor

Halikan Daniel Dias
Diretor

Rubem Cima
Diretor

Gilberto da Silva da Silveira
Diretor

Carlos Ronaldo Vieira Fernandes
Diretor



Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 31/12/11 | 31/12/10 | 31/12/09 | | Nota Explicativa | 31/12/11 | 31/12/10 | 31/12/09 |
|--|------------------|-------------|-------------|-----------|--|------------------|-------------|-------------|-----------|
| | | Republicado | Republicado | | | | Republicado | Republicado | |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | PASSIVO CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 6 | 54.142 | 36.198 | 111.137 | Fornecedores | 19 | 414.895 | 191.621 | 152.435 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 7 | 274.075 | 260.848 | 258.451 | Obrigações Trabalhistas | 20 | 42.172 | 47.868 | 35.445 |
| Créditos Tributários | 8 | 15.425 | 21.229 | 14.544 | Tributos e Contribuições Sociais | 21 | 57.957 | 58.708 | 34.843 |
| Estoques | 9 | 11.040 | 10.103 | 13.532 | Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações | 22 | 203.108 | 146.251 | 105.835 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | 11 | 1.342.073 | - | - | Benefícios Pós-Emprego | 23 | 112.576 | 108.485 | 107.681 |
| Outros Créditos a Receber | 10 | 100.734 | 90.914 | 95.170 | Obrigações da Concessão | 24 | 259.409 | 102.499 | 79.830 |
| | | 1.797.489 | 419.292 | 492.834 | Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias | 25 | 174.707 | 182.480 | 147.737 |
| | | | | | Outros Passivos | 26 | 172.946 | 103.571 | 77.476 |
| | | | | | | | 1.437.770 | 941.483 | 741.282 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | | | Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações | 22 | 294.669 | 449.342 | 355.131 |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | 7 | 164.493 | 169.505 | 148.649 | Comercialização de Energia na CCEE | 39.2 | 40.607 | 40.607 | 40.607 |
| Créditos Tributários | 8 | 10.493 | 13.079 | 13.288 | Benefícios Pós-Emprego | 23 | 592.823 | 613.918 | 638.825 |
| Aplicações Financeiras | 6 | 18.590 | 20.061 | 37.900 | Tributos e Contribuições Sociais | 21 | - | 435 | - |
| Depósitos Judiciais | 12 | 105.321 | 102.075 | 15.959 | Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias | 25 | 208.157 | 243.403 | 234.991 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 13 | 226.035 | 226.035 | 226.035 | Obrigações com a Concessão | 24 | 13.127 | 13.574 | 11.926 |
| Ativo Financeiro da Concessão | 14 | 557.313 | 518.880 | 470.973 | Outros Passivos | 26 | 16.100 | 39.577 | 47.481 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | 11 | 411.131 | 1.746.622 | 1.730.530 | | | 1.165.483 | 1.400.856 | 1.328.961 |
| Bens e Direitos Destinados a Alienação e Bens de Renda | 15 | 13.062 | 13.638 | 14.968 | | | | | |
| Outros Créditos a Receber | 10 | 13.208 | 13.207 | 13.207 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| | | | | | Capital Social | 27 | 23.703 | 23.703 | 23.703 |
| Ativo Biológico | 16 | 40.027 | 13.899 | 13.841 | Reserva de Incentivos Fiscais | 27.2 | 1.592.060 | 1.592.060 | 1.592.060 |
| Imobilizado | 17 | 59.198 | 63.481 | 66.845 | Reserva de Lucros | - | - | - | 7.781 |
| Intangível | 18 | 412.811 | 451.375 | 448.758 | Prejuízos Acumulados | - | (389.845) | (186.953) | - |
| | | 2.031.682 | 3.351.857 | 3.200.953 | | | 1.225.918 | 1.428.810 | 1.623.544 |
| TOTAL DO ATIVO | | | | | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| | | 3.829.171 | 3.771.149 | 3.693.787 | | | 3.829.171 | 3.771.149 | 3.693.787 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração dos Resultados

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 Republicado | 31/12/2009 Republicado |
|--|------------------|-------------|---------------------------|---------------------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 2.028.501 | 1.821.539 | 1.800.648 |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | | (1.742.720) | (1.651.370) | (1.561.676) |
| Custo com Energia Elétrica | 30 | (1.169.863) | (1.106.025) | (1.057.484) |
| Custo de Operação | 31 | (572.857) | (545.345) | (504.192) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | | 285.781 | 170.169 | 238.972 |
| Despesas Operacionais | | (493.319) | (363.487) | (401.426) |
| Despesas com Vendas | 31 | (51.635) | (29.501) | (34.755) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 31 | (71.756) | (73.832) | (61.504) |
| Outras Despesas Operacionais | 31 | (369.928) | (260.154) | (305.167) |
| Outras Receitas | 32 | 107.077 | 25.117 | 1.750.590 |
| Outras Despesas | 32 | (9.038) | (6.185) | (12.069) |
| RESULTADO DO SERVIÇO | | (109.499) | (174.386) | 1.576.067 |
| Receita/Despesa Financeira | 33 | (93.393) | (20.348) | 22.718 |
| PREJUÍZO/LUCRO ANTES DO IR E CS | | (202.892) | (194.734) | 1.598.785 |
| PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | (202.892) | (194.734) | 1.598.785 |
| Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$ | | (0,52) | (0,50) | 4,13 |
| Prejuízo/Lucro Diluído por Ação - R\$ | 28.2 | (0,52) | (0,50) | 4,13 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

| | Capital Social | Reserva de Incentivos Fiscais | Reserva de Lucros | Prejuízos Acumulados | Patrimônio Líquido Total |
|-------------------------------------|----------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|--------------------------|
| Saldos em 31/12/2008 | 23.703 | - | 1.167 | (6.725) | 18.145 |
| Dividendo não distribuído | - | - | 6.614 | - | 6.614 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | 1.598.785 | 1.598.785 |
| Destinação do Resultado: | | | | | |
| Reserva de Incentivos Fiscais | - | 1.592.060 | - | (1.592.060) | - |
| Saldos em 31/12/2009..... | 23.703 | 1.592.060 | 7.781 | - | 1.623.544 |
| Prejuízo do Exercício | - | - | - | (194.734) | (194.734) |
| Absorção de Reserva de Lucros | - | - | (7.781) | 7.781 | - |
| Saldos em 31/12/2010 | 23.703 | 1.592.060 | - | (186.953) | 1.428.810 |
| Prejuízo do Exercício | - | - | - | (202.892) | (202.892) |
| Saldos em 31/12/2011..... | 23.703 | 1.592.060 | - | (389.845) | 1.225.918 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 Republicado | 31/12/2009 Republicado |
|--|---------------------|----------------|---------------------------|---------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | |
| Prejuízo/Lucro Líquido do Período | | (202.892) | (194.734) | 1.598.785 |
| Despesas (Receitas) que não afetam o caixa | | | | |
| Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo | | 23.170 | 23.670 | 11.968 |
| Provisão Para Desvalorização de Ativos Permanentes | | 196 | 160 | 224 |
| Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado, Intangíveis e Investimentos | 31 | 80.180 | 79.172 | 77.689 |
| Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos, Ativo Biológico e Intangível | | (14.638) | 5.388 | 6.003 |
| Constituição de Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas, Benefícios Pós-Emprego e Outras | | 89.503 | 8.187 | 31.679 |
| Constituição de Provisão Ex-Autárquicos | 31 | 88.498 | 78.927 | 115.051 |
| Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa | 31 | 40.627 | 18.917 | 25.030 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | 11 | (67.334) | (16.092) | (1.730.530) |
| GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA | | 37.310 | 3.595 | 135.899 |
| Variações no Ativo Circulante e Não Circulante | | (30.665) | (156.390) | (72.883) |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias | | (48.842) | (42.170) | (29.581) |
| Créditos Tributários | | 8.390 | (6.476) | 6.833 |
| Aplicações Financeiras de Longo Prazo | | 1.471 | 17.839 | (144) |
| Estoques | | (937) | 3.429 | 2.412 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | | (6.582) | (16.092) | - |
| Outros Créditos a Receber | | 57.513 | 20.348 | 13.850 |
| Depósitos Judiciais | | (3.246) | (86.116) | (2.028) |
| Ativo Financeiro Indenizável | | (38.433) | (47.907) | (64.224) |
| Bens e Direitos Destinados à Alienação | | 1 | 755 | (1) |
| Variações no Passivo Circulante e Não Circulante | | 180.729 | 50.356 | (175.214) |
| Fornecedores | | 223.274 | 39.186 | (51.956) |
| Obrigações Trabalhistas | | (5.696) | 12.423 | 4.241 |
| Tributos e Contribuições Sociais | | (1.186) | 24.300 | (1.503) |
| Benefícios Pós-Emprego | | (106.962) | (103.754) | (111.838) |
| Obrigações com a Concessão | | 156.463 | 24.317 | (7.502) |
| Provisão para Passivos Cíveis e Trabalhistas | | (130.821) | 35.704 | (22.794) |
| Outros Passivos | | 45.657 | 18.180 | 16.138 |
| GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA | | 187.374 | (102.439) | (112.198) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | | |
| Caixa Líquido Aplicado em Investimentos | | (48.444) | (83.457) | (101.057) |
| Aumento de Investimentos | | - | - | - |
| Aumento de Ativo Biológico | | (31.004) | (5.102) | (6.110) |
| Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado | | (4.295) | (5.581) | (8.846) |
| Aquisição de Ativo Intangível | | (13.145) | (72.774) | (86.101) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | |
| Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos | | (120.986) | 110.957 | 286.520 |
| Incremento de Empréstimos e Financiamentos | | 62.009 | 249.529 | 346.306 |
| Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas | | (182.995) | (138.572) | (97.766) |
| Empréstimos - Partes Relacionadas | 22 | - | - | 37.980 |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA | | 17.944 | (74.939) | 73.265 |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa | 6 | 36.198 | 111.137 | 37.872 |
| Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa | 6 | 54.142 | 36.198 | 111.137 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração dos Valores Adicionados

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | | 31/12/2009 |
|---|---------------------|------------------|---------|------------------|---------|------------------|
| | | | | Republicado | | Republicado |
| RECEITAS | | | | | | |
| Venda de Energia e Serviços | | 3.029.838 | | 2.702.427 | | 2.619.671 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 31 | (40.627) | | (18.917) | | (25.030) |
| Outras Receitas e Despesas | | 98.040 | | 18.932 | | 1.738.521 |
| (-) INSUMOS | | (1.474.854) | | (1.389.310) | | (1.370.025) |
| Material | 31 | (16.408) | | (20.582) | | (14.761) |
| Serviços de Terceiros | 31 | (70.103) | | (75.542) | | (57.798) |
| Custo de Energia Comprada | 30 | (1.169.863) | | (1.106.025) | | (1.057.484) |
| Outros Custos Operacionais | 31 | (12.058) | | (9.798) | | (10.558) |
| Custo de Construção | 31 | (134.862) | | (121.328) | | (149.841) |
| Outras Despesas Operacionais | 31 | (71.560) | | (56.035) | | (79.583) |
| (=) VALOR ADICIONADO BRUTO | | 1.612.396 | | 1.313.132 | | 2.963.137 |
| (-) Depreciação e Amortização | 31 | (8.820) | | (9.152) | | (10.021) |
| (-) Amortização do Intangível da Concessão | 31 | (71.360) | | (70.020) | | (67.668) |
| (-) Provisões | 31 | (212.882) | | (137.210) | | (115.201) |
| (=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | | 1.319.335 | | 1.096.750 | | 2.770.247 |
| (+) Receitas Financeiras | 33 | 85.008 | | 102.828 | | 86.344 |
| (=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | | 1.404.343 | % | 1.199.578 | % | 2.856.591 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão | | 367.219 | 26,15 | 331.184 | 27,61 | 333.524 |
| Remuneração Direta | | 167.167 | 11,90 | 148.028 | 12,34 | 112.260 |
| Benefícios | | 35.311 | 2,51 | 31.936 | 2,66 | 27.903 |
| Plano de Benefícios Previdenciais | | 59.347 | 4,23 | 57.318 | 4,78 | 61.443 |
| Compromissos Previdenciais | | 89.963 | 6,41 | 79.598 | 6,64 | 120.321 |
| F.G.T.S. | | 15.431 | 1,10 | 14.304 | 1,19 | 11.597 |
| Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições | | 1.057.255 | 75,29 | 935.336 | 77,97 | 858.872 |
| Federais | | 425.366 | 30,29 | 362.257 | 30,21 | 317.239 |
| Estaduais | | 631.628 | 44,98 | 572.812 | 47,75 | 541.536 |
| Municipais | | 261 | 0,02 | 267 | 0,02 | 97 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | | 182.760 | 13,01 | 127.792 | 10,65 | 65.410 |
| Despesas Financeiras | 33 | 178.401 | 12,70 | 123.176 | 10,27 | 63.626 |
| Aluguéis | 31 | 4.359 | 0,31 | 4.616 | 0,38 | 1.783 |
| Remuneração de Capitais Próprios | | (202.892) | (14,45) | (194.734) | (16,23) | 1.598.785 |
| Prejuízo/Lucro Líquido do Período | | (202.892) | (14,45) | (194.734) | (16,23) | 1.598.785 |
| TOTAL | | 1.404.342 | | 1.199.578 | | 2.856.591 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Refazimento dos exercícios de 2010 e 2009

1.1. Retificação de Erros de Períodos Anteriores

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, originalmente emitidas em 24 de março de 2011 e 01 de março de 2010, respectivamente, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IAS8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência do ajuste realizado nos montantes de R\$318.023 em 2010 e R\$334.115 em 2009 na conta de resultados a compensar – CRC, cujos reflexos nas demonstrações contábeis estão citados abaixo.

A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o direito tangente ao processo de liquidação judicial nº 2006.71.00047783-2 em que se discutiam os valores devidos pela União a Companhia no tocante a denominada Conta de Resultados a Compensar – CRC, com suporte na sentença proferida em 2005 que transitou em julgado em julho de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF. Assim, juridicamente, o processo definiu o mérito e garantiu o direito patrimonial da Companhia registrar o ativo, sendo o valor deste direito suportado por Laudo Pericial Independente, elaborado por perito contábil contratado pela Companhia, com vista a quantificar os montantes que seriam liquidados no âmbito judicial, nos termos do Acórdão do STJ e consoante aos critérios de cálculos à época dos fatos.

O direito da Companhia de reconhecer como custo do serviço valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar- CRC e Reserva nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR, foi registrado pela Companhia no montante de R\$ 2.064.645, já descontado o redutor legal de 25% previsto na Lei 8.631/93, com base no trânsito em julgado do processo, no exercício de 2009.

Em janeiro de 2012, o processo de liquidação de sentença foi extinto em razão do fato de que a Companhia firmou termo de acordo junto à União Federal homologado pela justiça ainda no mês de janeiro de 2012. Por ocasião do termo de acordo, os valores devidos pela União Federal foram recalculados e apresentaram diferenças em relação aos montantes originalmente reconhecidos pela Companhia. Em função do deslinde de liquidação judicial nº 2006.71.00047783-2, consubstanciaram-se diferenças materiais entre o valor do ativo relacionado à Conta de Resultados a Compensar – CRC reconhecido em exercícios anteriores.

Realizando a depuração, entre o trabalho elaborado no exercício de 2009 pelo perito contratado, com base na sentença judicial, e o cálculo efetivo da liquidação, as seguintes diferenças preenchem o conceito de erro:

1.1.1. Base de cálculo da CRC

- I. Difere do cálculo elaborado pelo Perito independente da Companhia realizado no ano de 2009 (Cr\$11.740.084.262.250,00). A diferença se motiva pela interpretação dada a sentença do STJ no que tange a forma de recomposição da Conta de Resultados a Compensar ter se mostrado diferente da metodologia empregada pelo DNAEE à época dos fatos, bem como em função de reconhecimento parcial da documentação suporte referente ao exercício de 1993.



- II. A base de cálculo que serviu de alicerce para o valor homologado pelo judiciário foi apresentada pelo órgão regulador (ANEEL) através da Nota Técnica nº 309/2011-SFF/ANEEL de 24 de agosto de 2011, perfazendo como valor devido na data de extinção da CRC (18/03/1993) Cr\$11.151.656.845.180,50.
- III. A metodologia de recomposição da CRC utilizada pela ANEEL na Nota Técnica nº 309/2011-SFF/ANEEL, mostrou-se aderente a forma de cálculo contido nas prestações anuais de contas (PACs) a época dos fatos, e, por conseguinte, em consonância com os dispositivos da Lei nº 8.631/93.

1.1.2. Na atualização do valor da base

Tendo como marco o dia 18 de março de 1993 como a data de extinção da Conta de Resultados a Compensar – CRC e portanto, o ponto inicial de atualização do valor devido a Companhia, na liquidação judicial foi aplicada a respectiva correção monetária a partir da referida data, utilizando o método *pro rata tempore* na correção referente ao mês de março de 1993. Neste sentido o método de correção *pro rata tempore* não fora utilizado como premissa no laudo pericial elaborado em 2009 ocasionando divergências matemáticas no montante calculado.

1.1.3. Na utilização de índices de correção monetária e juros

A atualização ocorreu nos termos do Manual de Justiça Federal aprovado através da Resolução nº 134, de 21 de dezembro de 2010, do Conselho de Justiça Federal. Assim, cotejando os critérios técnicos de atualização apresentados no exercício de 2009, com os critérios utilizados na liquidação judicial, existe uma diferença, a partir de julho de 2009, no tocante aos juros aplicados bem como ao indexador aplicado na correção monetária. Essa diferença reside na inserção no ordenamento jurídico brasileiro da Lei 11.960/09.

Com o advento do referido diploma legal, houve mudança do indexador de atualização a partir de julho/2009, onde o IPCA-E foi substituído por TR.No que tange aos juros, a mesma Lei 11.960/09 estabelece alteração a partir de julho/2009, prescrevendo 0,5% ao mês.

Os dispositivos da Lei 11.960/09 descritos no parágrafo acima foram inseridos no Manual de Cálculos da Justiça Federal no exercício de 2010, através da Resolução nº 134/2010 do Conselho de Justiça, tendo sua aplicação com efeitos retroativos a partir de julho/2009.

Assim, no que tange aos índices de correção e aplicação de juros, o cálculo efetuado no exercício de 2009, se pautou pelos critérios administrativos vigentes a época, na medida em que a Resolução nº 134/2010 atualiza o manual de cálculos da justiça federal em dezembro de 2010. Todavia, no exercício de 2010, em função da atualização administrativa e do caráter retroativo dado a aplicação da Lei 11.960/09, necessário o respectivo ajuste no ativo, contemplando os critérios legais vigentes.

Os especialistas contratados agiram com objetividade, imparcialidade e diligência diante dos fatos à época, contudo os fatores que levaram as diferenças apuradas no cálculo de liquidação da sentença se encontravam presentes à época do reconhecimento original do ativo, de modo que uma adequada interpretação da sentença, bem como a consideração tempestiva dos impactos da lei 11.960/2009, provavelmente teria levado o perito independente a um cálculo bastante similar aos valores apurados na liquidação quando da assinatura do termo de acordo.

Levando-se em consideração o exposto acima, a Administração concluiu que as diferenças apuradas na liquidação da sentença pelo termo de acordo caracterizam-se como erros enquadrados no escopo do CPC 23, ensejando assim a necessidade de correção em seu período de origem, com conseqüente refazimento destas demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010.



1.2.Reclassificações

No exercício de 2010 foram reclassificados os valores relativos aos Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais.

Nos exercícios de 2010 e 2009 foram reclassificados os valores relativos aos Investimentos, Bens Destinados a Alienação e Bens de Renda e Imobilizado.

1.3.Detalhamento dos ajustes

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas.

1.3.1.Balanco Patrimonial

| | 31/12/10 | | | 31/12/09 | | |
|---|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| ATIVO CIRCULANTE | 419.292 | - | 419.292 | 492.834 | - | 492.834 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Outros | 1.426.041 | - | 1.426.041 | 1.372.651 | - | 1.372.651 |
| Depósitos Judiciais | (b) 32.518 | 69.557 | 102.075 | 15.959 | - | 15.959 |
| Conta de Resultados a Compensar | (a) 2.064.645 | (318.023) | 1.746.622 | 2.064.645 | (334.115) | 1.730.530 |
| Bens e Direitos Destinados a Alienação e Bens de Renda | (c) 238 | 13.400 | 13.638 | 993 | 13.975 | 14.968 |
| Investimento | (c) 18.765 | (18.765) | - | 19.572 | (19.572) | - |
| Imobilizado | (c) 58.116 | 5.365 | 63.481 | 61.248 | 5.597 | 66.845 |
| | 3.600.323 | (248.466) | 3.351.857 | 3.535.068 | (334.115) | 3.200.953 |
| TOTAL DO ATIVO | 4.019.615 | (248.466) | 3.771.149 | 4.027.902 | (334.115) | 3.693.787 |
| | | | | | | |
| | 31/12/10 | | | 31/12/09 | | |
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| PASSIVO CIRCULANTE | 941.483 | - | 941.483 | 741.282 | - | 741.282 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Outros | 1.157.453 | | 1.157.453 | 1.093.970 | - | 1.093.970 |
| Provisão para contingências, Trabalhistas, Cíveis e Tributárias | (b) 173.846 | 69.557 | 243.403 | 234.991 | - | 234.991 |
| | 1.331.299 | 69.557 | 1.400.856 | 1.328.961 | - | 1.328.961 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | |
| Capital Social | 23.703 | | 23.703 | 23.703 | | 23.703 |
| Reserva de Incentivos Fiscais | 1.926.175 | (334.115) | 1.592.060 | 1.926.175 | (334.115) | 1.592.060 |
| Reservas de Lucros | - | | - | 7.781 | | 7.781 |
| Prejuízos Acumulados | (203.045) | 16.092 | (186.953) | - | | - |
| (a) | 1.746.833 | (318.023) | 1.428.810 | 1.957.659 | (334.115) | 1.623.544 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 4.019.615 | (248.466) | 3.771.149 | 4.027.902 | (334.115) | 3.693.787 |



1.3.2.Demonstração do Resultado do Exercício

| | 31/12/10 | | | 31/12/09 | | |
|---------------------------------------|-------------|--------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 1.821.539 | - | 1.821.539 | 1.800.648 | - | 1.800.648 |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | (1.651.370) | - | (1.651.370) | (1.561.676) | - | (1.561.676) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | 170.169 | - | 170.169 | 238.972 | - | 238.972 |
| Despesas Operacionais | (369.672) | - | (369.672) | (401.426) | - | (401.426) |
| Outras Receitas | 9.025 | 16.092 | 25.117 | 2.084.705 | (334.115) | 1.750.590 |
| Conta de Resultado a Compensar - CRC | (a) - | 16.092 | 16.092 | 2.064.645 | (334.115) | 1.730.530 |
| Outras Despesas | - | - | - | (12.069) | - | (12.069) |
| RESULTADO DO SERVIÇO | (190.478) | 16.092 | (174.386) | 1.910.182 | (334.115) | 1.576.067 |
| LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CS | (210.826) | 16.092 | (194.734) | 1.932.900 | (334.115) | 1.598.785 |
| LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO | (210.826) | 16.092 | (194.734) | 1.932.900 | (334.115) | 1.598.785 |
| Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$ | (0,54) | 0,04 | (0,50) | 4,99 | (0,86) | 4,13 |
| Lucro Diluído por Ação - R\$ | (0,54) | 0,04 | (0,50) | 4,99 | (0,86) | 4,13 |

1.3.3.Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | 31/12/10 | | | 31/12/09 | | |
|-------------------------------|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| Capital Social | 23.703 | - | 23.703 | 23.703 | - | 23.703 |
| Reserva de Incentivos Fiscais | (a) 1.926.175 | (334.115) | 1.592.060 | 1.926.175 | (334.115) | 1.592.060 |
| Reserva de Lucros | - | - | - | 7.781 | - | 7.781 |
| Prejuízos Acumulados | (a) (203.045) | 16.092 | (186.953) | - | - | - |
| Patrimonio Líquido Total | 1.746.833 | (318.023) | 1.428.810 | 1.957.659 | (334.115) | 1.623.544 |



1.3.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | 31/12/10 | | | 31/12/09 | | |
|--|--------------|----------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | | |
| Prejuízo/Lucro Líquido do Período | (210.826) | 16.092 | (194.734) | 1.932.900 | (334.115) | 1.598.785 |
| Despesas (Receitas) que não afetam o caixa | 212.711 | (14.382) | 198.329 | (1.800.877) | 337.991 | (1.462.886) |
| Provisão para Desvalorização de Ativos Permanentes | 3.466 | (3.306) | 160 | 224 | - | 224 |
| Baixas do Ativo Imobilizado, Investimento e Intangível | 372 | 5.016 | 5.388 | 2.127 | 3.876 | 6.003 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | - | (16.092) | (16.092) | (2.064.645) | 334.115 | (1.730.530) |
| GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA | 1.885 | 1.710 | 3.595 | 132.023 | 3.876 | 135.899 |
| Variações no Ativo Circulante e Não Circulante | (70.274) | - | (70.274) | (72.883) | - | (72.883) |
| Depósitos Judiciais | (b) (16.559) | (69.557) | (86.116) | (2.028) | - | (2.028) |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | (a) - | (16.092) | (16.092) | - | - | - |
| Variações no Passivo Circulante e Não Circulante | (b) (19.201) | 69.557 | 50.356 | (175.214) | - | (175.214) |
| GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA | (104.149) | 1.710 | (102.439) | (116.074) | 3.876 | (112.198) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (81.747) | (1.710) | (83.457) | (97.181) | (3.876) | (101.057) |
| Aumento de Investimentos | (c) (3.320) | (1.782) | (5.102) | (2.284) | (3.826) | (6.110) |
| Aquisição de Bens do Imobilizado | (c) (5.653) | 72 | (5.581) | (8.796) | (50) | (8.846) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | 110.957 | - | 110.957 | 286.520 | - | 286.520 |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA | (74.939) | - | (74.939) | 73.265 | - | 73.265 |

1.3.5. Demonstração dos Valores Adicionados

| | 31/12/10 | | | 31/12/09 | | |
|---|---------------|--------|-------------|-------------|-----------|-------------|
| | Publicado | Ajuste | Ajustado | Publicado | Ajuste | Ajustado |
| RECEITAS | (a) 2.686.350 | 16.092 | 2.702.442 | 4.667.277 | (334.115) | 4.333.162 |
| (-) INSUMOS | (1.389.310) | - | (1.389.310) | (1.370.025) | - | (1.370.025) |
| (=) VALOR ADICIONADO BRUTO | 1.297.040 | 16.092 | 1.313.132 | 3.297.252 | (334.115) | 2.963.137 |
| (-) Depreciação e Amortização | (9.152) | - | (9.152) | (10.021) | - | (10.021) |
| (-) Amortização do Intangível da Concessão | (70.020) | - | (70.020) | (67.668) | - | (67.668) |
| (-) Provisões | (137.210) | - | (137.210) | (115.201) | - | (115.201) |
| (=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | 1.080.658 | 16.092 | 1.096.750 | 3.104.362 | (334.115) | 2.770.247 |
| (+) Receitas Financeiras | 102.828 | - | 102.828 | 86.344 | - | 86.344 |
| (=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | 1.183.486 | 16.092 | 1.199.578 | 3.190.706 | (334.115) | 2.856.591 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão | 331.184 | - | 331.184 | 333.524 | - | 333.524 |
| Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições | 935.336 | - | 935.336 | 858.872 | - | 858.872 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | 127.792 | - | 127.792 | 65.410 | - | 65.410 |
| Remuneração de Capitais Próprios | (a) (210.826) | 16.092 | (194.734) | 1.932.900 | (334.115) | 1.598.785 |
| Prejuízo/Lucro Líquido do Período | | | | | | |
| TOTAL | 1.183.486 | 16.092 | 1.199.578 | 3.190.706 | (334.115) | 2.856.591 |



- (a) O valor de R\$318.023, monta a diferença apurada do erro, sendo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o reconhecimento da atualização do exercício no valor de R\$16.092 relativo aos ajustes provenientes da Lei 11.960/09, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o estorno no valor de R\$334.115.
- (b) O valor de R\$69.557 em 31 de dezembro de 2010 refere-se a reclassificações de valores relativos aos depósitos judiciais e provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias.
- (c) O valor de R\$18.675 em 31 de dezembro de 2010 e de R\$19.572 em 31 de dezembro de 2009 refere-se a valores reclassificados dos Investimentos para o Ativo Imobilizado, R\$5.365 e R\$5.597, respectivamente e para os Bens e Direitos destinados Alienação e Bens de Renda em R\$13.400 e R\$13.975.

2. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, que detém 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir do dia 1º de dezembro de 2006. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

2.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão de elaboração das demonstrações contábeis em 26/03/2012.

2.2. Das Concessões

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,47 milhões de unidades consumidoras cativas.

O Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo e 2º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005 e 13 de abril de 2010, respectivamente, para Distribuição de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura à serviço da Concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão;



- IV. indenização ao final do Contrato de Concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infra-estrutura à serviço da Concessão. O Contrato de Concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015, podendo ser renovado pelo período de 20 anos desde que requerido pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão assinado com a União Federal confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Concessionária obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- I. fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas.
- II. dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- I. pelo advento do termo final do contrato;
- II. pela encampação do serviço;
- III. pela caducidade;
- IV. pela rescisão;
- V. pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga;
- VI. em caso de falência ou extinção da Concessionária.

O Contrato de Concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, a cada 4 anos a Concessionária passa pelo processo de revisão tarifária periódica e anualmente pelo reajuste tarifário. Nos anos de 2009, 2010 e 2011 os índices homologados pelo órgão regulador a foram os seguintes:

Em 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 895 de 20 de outubro de 2009 aprovou o reajuste tarifário anual da Concessionária, sendo que os novos valores das tarifas de energia dos consumidores pertencentes à área de concessão da distribuidora vigorarão a partir do dia 25/10/2009 e terão em média um reajuste negativo de -0,28%, que em cada grupo de consumidores terá um impacto diferenciado. A classe industrial terá o índice positivo mais elevado (1,14%), enquanto que nas tarifas para o grupo Baixa Tensão, incidirá o maior reajuste negativo (-0,76%).

No que compreende o impacto do reajuste tarifário para a Concessionária o reposicionamento do IRT (Índice de Reajuste Tarifário) Econômico – composto pelos custos não gerenciáveis, tais como encargos e tributos, custos de transporte e compra de energia e pelos custos gerenciáveis, tais como remuneração de capital, custos operacionais e reposição de ativos, foi na ordem de 0,22%. Já o IRT Financeiro, composto de itens como subsídios Baixa Renda, Cooperativas, Irrigantes e Consumidores



Livres, mais variação da parcela A – CVA, dentre outros foi de 2,61%, gerando um reajuste tarifário de 2,83% para a receita da Concessionária.

Em 2010 foi concedido reajuste pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1074/2010, de 6,97% em média, sendo 7,16% relativo ao reajuste tarifário anual e -0,19% referente aos componentes financeiros pertinentes, para o consumidor cativo o efeito médio foi de 4,10%. A tarifa contemplada no reajuste tarifário vigorará do período de 25 de outubro de 2010 a 24 de outubro de 2011.

Em 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.221 de 18 de outubro de 2011 aprovou o reajuste tarifário anual de 7,82% em média (7,60% para clientes de baixa tensão e 8,23% para os de alta tensão).

A Nota Técnica nº 281/2011 – SRE ANEEL de 11 de outubro de 2011 apurou o montante de R\$30.783 a ser devolvido ao consumidor via tarifa no período de 2011/2012. Este valor não está reconhecido no passivo da Concessionária por não atender a definição de ativos e passivos estabelecidos na Estrutura Conceitual Básica (*Framework*) das práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3. Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de outubro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

- I. Parcela A: compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Concessionária.
- II. Parcela B: compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Concessionária. Também inclui a remuneração do capital e um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

Segue o quadro ilustrativo com os componentes da receita requerida:

2.3.1. Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

2.3.2. Encargo que visa a cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada concessionária em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

2.3.3. Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.



| Parcela A | Parcela B |
|---|--|
| Encargos setoriais Reserva Global de Reversão - RGR (2.3.1) Conta de Consumo de Combustível - CCC (2.3.2) Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.3.3) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.3.4) Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (2.3.5 e 2.3.6) Operador Nacional do Sistema (ONS) | Receita irrecuperável |
| Encargos de transmissão Uso das instalações de transmissão Uso das instalações de conexão Uso das instalações de distribuição Transporte de energia proveniente de Itaipu | Despesas de operação e manutenção (2.3.7) Pessoal Material Serviços de terceiros Despesas gerais e outras |
| Compra de energia elétrica para revenda Contratos bilaterais de longo prazo e leilões Contratos Iniciais | Despesas de capital Cotas de depreciação (2.3.8) Remuneração do capital (2.3.9) |

2.3.4. Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL e pago mensalmente pela Concessionária.

2.3.5. Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

2.3.6. Referente à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

2.3.7. Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.3.8. Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.

2.3.9. É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

3. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A Concessionária possui quatro hortos florestais de produção localizados nos municípios de Alegrete, Candiota e Triunfo. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas.

4. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

4.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

4.1.1. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.



Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.991, da SFF/ANEEL de 28/12/2011.

4.1.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

4.1.3. Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Concessionária. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das Demonstrações Financeiras, e na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- I. Vida útil do ativo intangível;
- II. Transações e venda de energia elétrica na CEEE;
- III. Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- IV. Passivos contingentes;
- V. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- VI. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos;
- VII. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- VIII. Ativo financeiro indenizável;
- IX. Receita de fornecimento e uso da rede de distribuição não faturada.

5. Principais Práticas Contábeis Adotadas

5.1. Ativos e Passivos Financeiros

5.1.1. Reconhecimento e mensuração

A Concessionária reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.



A Concessionária desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

5.1.2. Classificação

A Concessionária classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

5.1.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício. Estão classificados nesta categoria: Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos e Custos a Reembolsar.

5.1.2.2. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Concessionária tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Estão classificados nesta categoria: Conta de Resultados a Compensar – CRC, Retenção Banco Máxima, Quotas Subordinadas do FIDC, Bens e Direitos Destinados a Alienação, Ativo Financeiro da Concessão, Ativo Biológico.

5.1.2.3. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis de contrato de concessão à título de indenização ao final do contrato de concessão. Estão classificados nesta categoria: Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Títulos a Receber, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Depósitos Judiciais – Ativo, Depósitos Judiciais – Retificadora do Passivo, Custos a Reembolsar.

5.1.2.4. Não destinados a negociação são todos os passivos financeiros não derivativos que não foram classificados como passivos a valor justo com ajuste no resultado. Estes passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Estão classificados nesta categoria: Consumidores.

5.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, conversíveis em um montante conhecido de caixa, com prazo de até 90 dias, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

5.3 Aplicações Financeiras

Na conta de aplicações financeiras estão reconhecidas as operações financeiras e certificados de depósitos bancários com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão a valor de custo ou de emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais.



5.4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

5.5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. Foi constituída provisão por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com consumidores, concessionárias e permissionárias.

5.6. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

5.6.1. Ativos Financeiros

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

5.6.2. Ativos Não Financeiros

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

5.7. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

5.8. Estoques (inclusive do ativo intangível em curso)

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de



aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Concessionária avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

5.9. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais.

5.10. Bens e Direitos Destinados a Alienação e Propriedades para Investimento

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda

5.11. Ativos Biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorreram. A madeira em pé, utilizada na prestação de serviços de construção e melhoria do Contrato de Concessão, é transferida para o custo de construção pelo seu valor justo na data de corte.

5.12. Contratos de Concessão

Os Contratos de Concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão. O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Ele é reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente é alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviços da concessão são as seguintes:



| <i>Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do ativo Não-circulante</i> | <i>Taxa anual (*)</i> |
|---|-----------------------|
| Condutor (Tensao => 69Kv) | 2,50% |
| Condutor (Tensao < 69Kv) | 5,00% |
| Edificacao | 4,00% |
| Equipamento Geral | 10,00% |
| Estrutura (Poste, Torre) (Tensao =>69Kv) | 2,50% |
| Estrutura (Poste, Torre) (Tensao < 69Kv) | 5,00% |
| Medidor | 4,00% |
| Transformador Distribuicao | 5,00% |
| Transformador De Força | 2,50% |
| Veiculos | 20,00% |

(*) Resolução Normativa ANEEL n° 367/2009

5.13. Imobilizado

Os ativos registrados no Imobilizado incluem os bens da Administração e serão mantidos a custo histórico.

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Concessionária e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5.14. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

5.15. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da



concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infra-estrutura à serviço da concessão.

5.16. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

5.17. Valor Justo

5.17.1. Ativos Biológicos: (madeira em pé) é baseado no preço de mercado dos volumes de madeira recuperável estimados. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/m³ são obtidos através de pesquisa de preço de mercado, divulgadas por empresas especializadas, além da cotação dos preços praticados em mercado ativo para itens semelhantes.

5.17.2. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.

5.17.3 Os ativos intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infra-estrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a empresa gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.

5.17.4. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.

5.17.5. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5.18. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.



5.19. Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Provisões são reconhecidas quando a Concessionária tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

5.20. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

5.21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

A Concessionária está sobre a regência do Regime Tributário de Transição, também intitulado RTT, que prescreve a neutralidade fiscal no cálculo dos tributos federais, expurgando os efeitos da aplicação dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas alterações na Lei 6.404/76. O regime foi de caráter optativo no biênio 2008-2009, e passou a ser obrigatório para o exercício de 2010, nos termos da Lei 11.941/09.

5.22. Benefícios Pós-Emprego

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos funcionários. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 09 de Outubro de 2009.

5.23. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Concessionária, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.



5.24. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

5.25. Reconhecimento da Receita

5.25.1. Receita de Fornecimento

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

5.25.2. Receita não Faturada

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

5.25.3. Receita de Construção

A Concessionária reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

5.25.4. Reconhecimento dos Ajustes da Receita conforme Nota Técnica de Revisão ou Reajuste Tarifário

Anualmente, através a Nota Técnica de Revisão ou Reajuste Tarifário, homologada pela Agência Reguladora, é determinado o percentual a ser aplicado na tarifa da Distribuidora, além disso nessa nota estão detalhados os itens financeiros e itens de CVA que sofreram alteração. A Concessionária reconhece esse ajuste de receita no momento da homologação da Nota Técnica e amortiza esses saldos em 12 meses.

5.26. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 37.

5.27. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Concessionária.



Para a Concessionária a distribuição e a comercialização não são consideradas pela Administração como segmentos, uma vez que não possuem gestão individualizada e que uma depende da outra para operar.

5.28. Questões Ambientais

A Concessionária capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

5.29. Emissão de Novos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis

Durante o exercício de 2011, alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados, sendo sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

A Concessionária avaliou os novos Pronunciamentos e interpretações e concluiu que não ocorreram impactos das nas Demonstrações Financeiras a seguir:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011.

CPC 35 (R1) Demonstrações Separadas aprovado pela Deliberação CVM nº667, de 04 de agosto de 2011.

CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas aprovado pela Deliberação CVM nº668, de 09 de agosto de 2011, Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma já vêm sendo adotada pela Concessionária em suas demonstrações financeiras.

5.30. Pronunciamentos Técnicos Emitidos pelo IASB

O *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu em junho de 2011, normas contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ocorrer a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - estabelece nova definição de controle nadeterminação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. Esta norma substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).



IFRS 11 - Operações conjuntas -estabelece a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto.

IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades – a norma estabelece as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico e substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

A Concessionária aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o acolhimento pela CVM e está analisando os impactos desses novos Pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Os saldos compõem-se de:

| Descrição / Banco | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------------|---------------|---------------|----------------|
| Circulante | | | | |
| Numerário Disponível | 35 | 37.641 | 24.100 | 26.602 |
| Aplicações Financeiras | | 16.501 | 12.098 | 84.535 |
| Total de Caixa e Equivalentes de Caixa | | <u>54.142</u> | <u>36.198</u> | <u>111.137</u> |
| Não Circulante | | | | |
| Aplicações Financeiras | 35 | 5.151 | 4.619 | 22.750 |
| Retenções | | 3.380 | 3.292 | 3.000 |
| Quotas Subordinadas - FIDC | 22.2 | 10.059 | 12.150 | 12.150 |
| Total de Aplicações Financeiras | | <u>18.590</u> | <u>20.061</u> | <u>37.900</u> |

6.1. Numerário Disponível

O valor de R\$37.641 (R\$24.100 em 31 de dezembro de 2010 e R\$26.602 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

6.2. Aplicações Financeiras e Retenções

O valor de R\$16.501 (R\$12.098 em 31 de dezembro de 2010 e R\$84.535 em 31 de dezembro de 2009) no ativo circulante refere-se a Aplicações Financeiras, aplicadas no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata e refere-se as Quotas Subordinadas do FIDC II.

O valor de R\$18.590 (R\$20.061 em 31 de dezembro de 2010 e R\$37.900 em 31 de dezembro de 2009) no ativo não circulante refere-se a Aplicações Financeiras ao principal e a remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que depende de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Referem-se, também a garantias quando da compra de energia e as relativas à captação de empréstimo, bem como Quotas Subordinadas do FIDC IV.

7. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:



| | Nota Explicativa | Saldos Vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------------|------------------|----------------------|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | | | | |
| Consumidores | 7.1 | 92.841 | 80.600 | 221.867 | 395.308 | 348.240 | 335.960 |
| Suprimento de Energia | | 128 | - | - | 128 | 104 | 33 |
| Encargo de Uso da Rede | | 321 | - | - | 321 | 69 | 56 |
| Permissionárias | | 24 | - | - | 24 | 16 | 7 |
| Parcelamentos | 7.2 | 9.280 | 9.329 | 25.996 | 44.605 | 45.591 | 52.901 |
| Energia de Curto Prazo - CCEE | 7.3 | 1 | - | - | 1 | 3.945 | 1 |
| Provisão Créditos Liquidação Duvidosa ... | 7.4 | - | - | - | (166.312) | (137.117) | (130.507) |
| Total | | 102.595 | 89.929 | 247.863 | 274.075 | 260.848 | 258.451 |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Parcelamentos | 7.2 | 91.521 | - | 31.168 | 122.689 | 131.553 | 128.484 |
| Comerc.Energia CCEE | 7.5 | - | - | - | 41.804 | 37.952 | 20.165 |
| Total | | 91.521 | - | 31.168 | 164.493 | 169.505 | 148.649 |

7.1. Consumidores

| | Saldos Vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------------|----------------------|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Residencial | 44.949 | 34.702 | 45.831 | 125.482 | 134.034 | 138.425 |
| Industrial | 5.916 | 14.016 | 55.854 | 75.786 | 55.816 | 51.805 |
| Comercial Serviços e Outras Atividades .. | 24.584 | 17.041 | 56.653 | 98.278 | 74.022 | 73.156 |
| Rural | 2.598 | 6.696 | 11.934 | 21.228 | 14.393 | 14.949 |
| Poder Público | 8.641 | 7.612 | 31.252 | 47.505 | 55.060 | 22.358 |
| Iluminação Pública | 3.942 | 312 | 20.290 | 24.544 | 10.195 | 30.509 |
| Serviço Público | 2.211 | 221 | 53 | 2.485 | 4.720 | 4.758 |
| Total | 92.841 | 80.600 | 221.867 | 395.308 | 348.240 | 335.960 |

7.2. Parcelamentos

O montante de R\$44.605 (R\$45.591 em 31 de dezembro de 2011 e R\$52.901 em 31 de dezembro de 2009) no circulante e R\$122.689 (R\$131.533 em 31 de dezembro de 2010 e R\$128.484 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do estado do Rio Grande do Sul.

7.3. Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$1 (R\$3.945 em 31 de dezembro de 2010 e R\$1 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 39.2.



7.4. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

| CONSUMIDORES POR CLASSE | Saldo 31/12/2009 | Adições | Exclusões | Saldo 31/12/2010 |
|---|------------------|---------|-----------|------------------|
| Residencial | 31.396 | 2.238 | (4.417) | 29.217 |
| Industrial | 14.289 | 3.548 | (7.827) | 10.010 |
| Comercial Serviços e Outras Atividades | 7.787 | 4.992 | (2.354) | 10.425 |
| Rural | 2.874 | 31 | (1.687) | 1.218 |
| Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público ... | 47.492 | 13.138 | (8.402) | 52.228 |
| Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos..... | 24.688 | 12.815 | (5.520) | 31.983 |
| Diversos | 1.981 | 260 | (205) | 2.036 |
| Total | 130.507 | 37.022 | (30.412) | 137.117 |

| CONSUMIDORES POR CLASSE | Saldo 31/12/2010 | Adições | Exclusões | Saldo 31/12/2011 |
|---|------------------|---------|-----------|------------------|
| Residencial | 29.217 | 9.310 | - | 38.527 |
| Industrial | 10.010 | 2.089 | (2.812) | 9.287 |
| Comercial Serviços e Outras Atividades | 10.425 | 5.192 | (2.338) | 13.279 |
| Rural | 1.218 | 1.534 | (1.661) | 1.091 |
| Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público ... | 52.228 | 5.414 | (4.865) | 52.777 |
| Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos..... | 31.983 | 17.415 | (142) | 49.256 |
| Diversos | 2.036 | 300 | (241) | 2.095 |
| Total | 137.117 | 41.254 | (12.059) | 166.312 |

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foi efetuada análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

O valor da provisão contempla a análise criteriosa dos principais devedores de cada classe consumidora, submetendo os valores em débito à análise jurídica, tendo o objetivo de identificar o andamento do processo de cobrança e quais as expectativas de recebimento dos valores junto aos consumidores.

7.5. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$41.804 (R\$37.952 em 31 de dezembro de 2010 e R\$20.165 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme nota explicativa nº 39.2.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, atualizou os saldos registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme demonstrado:



| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---------------------|------------|------------|------------|
| Saldo Inicial | 37.952 | 20.165 | 19.969 |
| Atualização | 3.852 | 17.710 | 1.148 |
| Recebimento | - | 77 | (2) |
| Perdas | - | - | (950) |
| Saldo Final | 41.804 | 37.952 | 20.165 |

8. Créditos Tributários

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Circulante | | | |
| ICMS a compensar | 8.039 | 14.401 | 10.707 |
| IRPJ e CSLL a compensar | 6.380 | 6.524 | 3.555 |
| Outros Créditos a Compensar | 1.006 | 304 | 282 |
| Total | 15.425 | 21.229 | 14.544 |
| Não Circulante | | | |
| ICMS a compensar | 8.623 | 11.210 | 11.420 |
| Outros Créditos a Compensar | 1.870 | 1.869 | 1.868 |
| Total | 10.493 | 13.079 | 13.288 |

A expectativa de realização dos valores registrados no não circulante é de 04 anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

9. Estoques

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| Estoque de Operação | 11.733 | 10.151 | 13.579 |
| (-) Provisão para Perdas | (693) | (48) | (47) |
| Total | 11.040 | 10.103 | 13.532 |

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.



10. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|---------------------|----------------|---------------|---------------|
| Circulante | | | | |
| Programa RELUZ | 35 | 15.850 | 9.670 | 2.183 |
| Programa de Efic. Energética - PEE | | 11.926 | 6.513 | 10.586 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | 7.514 | 4.079 | 2.360 |
| Adiantamento a Fornecedores | | 824 | 825 | 1.017 |
| Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social | | 4.508 | 10.798 | 4.562 |
| Adiantamento a Empregados | | 2.379 | 2.619 | 2.540 |
| Aluguel Postes/Servs.Prestados | | 6.819 | 3.847 | 2.792 |
| Cedência Funcionários | 35 | 582 | 578 | 477 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC II e FIDC IV ... | | 3.500 | 4.768 | 5.124 |
| Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT | | - | - | 3.438 |
| Convênio SEINFRA/CEITEC | | - | - | 637 |
| Serviços Próprios em Curso | | - | - | 3.515 |
| Conta Gráfica | 35 | 720 | - | - |
| Acompanhamento Depósitos Judiciais | | 3.306 | - | - |
| Custos a Reembolsar | | - | 44.906 | 43.327 |
| Outros Devedores | | 42.806 | 2.311 | 12.612 |
| Total | | 100.734 | 90.914 | 95.170 |
| Não-Circulante | | | | |
| Títulos de Crédito a Receber | | 1 | - | - |
| Quota ESS | | 13.207 | 13.207 | 13.207 |
| Total | | 13.208 | 13.207 | 13.207 |

10.1. Programa RELUZ

O valor de R\$15.850 (R\$9.670 em 31 de dezembro de 2010 e R\$2.183 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

10.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$11.926 (R\$6.513 em 31 de dezembro de 2010 e R\$10.586 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

10.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$7.514 (R\$4.079 em 31 de dezembro de 2010 e R\$2.360 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.



10.4. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC II e FIDC IV

O valor de R\$3.500 (R\$4.768 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ e R\$5.124 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao montante retido em excesso as parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras avaliados pelo valor de custo.

10.5. Quota ESS

O valor de R\$13.207 em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 refere-se ao Encargo do Serviço do Sistema - ESS período Setembro de 2000 a Setembro de 2002.

10.6. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$4.508 (R\$10.798 em 31 de dezembro de 2010 e R\$4.562 em 31 de dezembro de 2009) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 514 de 16 de setembro de 2002, Resolução nº 89 de 25 de outubro de 2004 e Resolução nº 414 de 09 de setembro de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

10.7. Custos a Reembolsar

O saldo de R\$44.906 em 31 de dezembro de 2010 e R\$43.327 em 31 de dezembro de 2009 refere-se aos valores do reajuste tarifário homologado através da Nota Técnica nº 318/2010-SER/ANEEL amortizados na tarifa.

11. Conta de Resultados a Compensar – CRC

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|----------------|------------------|------------------|------------------|
| Circulante | 1.342.073 | - | - |
| Não Circulante | 411.131 | 1.746.622 | 1.730.530 |
| | <u>1.753.204</u> | <u>1.746.622</u> | <u>1.730.530</u> |

O saldo de R\$ 1.753.204 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.746.622 em 2010 e de R\$1.730.530 em 2009) se deriva do processo ordinário nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Durante o exercício de 2011 foram realizadas inúmeras tratativas junto à União, que culminaram, em 26 de janeiro de 2012, com a assinatura de um Termo de Acordo, o qual foi homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012.

Como consequência, Advocacia Geral da União, com autorização do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás, juntamente com a CEEE-D, puseram fim ao processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2.

Nesse contexto a Concessionária teve definitivamente reconhecido pelo poder judiciário um valor a receber de R\$1.813.957 inerente a Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com pela União, débitos fiscais da Concessionária junto a Receita Federal do Brasil – RFB no montante de R\$60.753, conforme quadro demonstrativo, composto da seguinte forma:



| | 31/12/2011 |
|---|------------|
| Valor homologado no Termo de Acordo | 1.813.957 |
| Dívidas parceladas pela Lei nº 10.637/2007 - Parcelamento Ordinário | (36.025) |
| Débitos confessados e não liquidados de PIS e COFINS | (24.727) |
| Total | 1.753.205 |

Assim, no tocante aos créditos da CRC, restam devidos R\$1.753.204 os quais serão pagos pela União mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, conforme as seguintes características a seguir:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Os títulos serão emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional em três tranches, sendo que a primeira emitida em 09/02/2012 e as demais serão emitidas em 18/12/2012 e 17/12/2013.

Por ocasião do Termo de Acordo, face à liquidação judicial estabelecida, os valores devidos pela União se apresentaram dissonantes dos valores inicialmente reconhecidos no ativo da Concessionária em 2009 (vide nota 1.1. – Retificação de Erros de Períodos Anteriores).

12. Depósitos Judiciais

O valor de R\$105.321 (R\$102.075 em 31 de dezembro de 2010 e R\$15.959 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 25).

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% considerando o adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 9%.



13.1. Base de Cálculo dos Créditos Fiscais Diferidos

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2009 |
|---|------------|------------|------------|
| Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56) | 575.174 | 580.025 | 593.425 |
| Provisão para Contingências Trabalhistas | 301.654 | 296.662 | 307.485 |
| Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis | 135.763 | 150.715 | 164.548 |
| Outras Provisões | 1.781 | 1.586 | 1.553 |
| Base de Cálculo | 1.014.372 | 1.028.988 | 1.067.011 |
| Alíquota Aplicável (IR e CS) | 34% | 34% | 34% |
| Total do Crédito Fiscal a ser Diferido sobre Diferenças Temporárias | 344.886 | 349.856 | 362.784 |
| Parcela de realização incerta | (118.851) | (123.821) | (136.749) |
| Saldo Contábil | 226.035 | 226.035 | 226.035 |
| Não Circulante | 226.035 | 226.035 | 226.035 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Diferenças Temporárias | 226.035 | 226.035 | 226.035 |

13.2. Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

| | 2011 | 2010 | 2009 |
|-------------------------|---------|---------|---------|
| Exercício de 2010..... | - | - | 49.941 |
| Exercício de 2011..... | - | 70.044 | 18.678 |
| Exercício de 2012..... | 69.528 | 47.996 | 18.678 |
| Exercício de 2013 | 58.407 | 40.293 | 18.678 |
| Exercício de 2014..... | 50.022 | 34.524 | 18.678 |
| Exercício de 2015..... | 48.078 | 33.178 | 101.382 |
| | 226.035 | 226.035 | 226.035 |

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as premissas elaboradas pela Concessionária, aprovadas pela Administração, tendo como principais premissas o crescimento médio de mercado, crescimento marginal dos custos operacionais para fazer frente ao crescimento de mercado e os custos de financiamentos já existentes. Este estudo foi atualizado com intuito de ajustar as premissas considerando o prazo de concessão.

13.3. Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais a Compensar e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2011, a Concessionária apresentava saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social de R\$501.960 (R\$240.093 em 31 de dezembro de 2010 e R\$70.025 em 31 de dezembro de 2009). Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício.

14. Ativo Financeiro da Concessão

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:



| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Ativo Intangível | 402.934 | 440.668 | 438.660 |
| Ativo Financeiro Indenizável | 557.313 | 518.880 | 470.973 |
| | <u>960.247</u> | <u>959.548</u> | <u>909.633</u> |

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Concessionária. Os ativos administrativos e do apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da “Empresa de Referência” para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

- a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e - a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) que deve ser classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

| | Ativo Financeiro Indenizável |
|--|---------------------------------|
| Custo | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | <u>470.973</u> |
| Serviços de Construção e Melhorias | - |
| Amortização por Baixas/Desativação | (1.393) |
| Transferência para Ativo Financeiro | 49.300 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | <u>518.880</u> |
| Serviços de Construção e Melhorias | - |
| Amortização por Baixas/Desativação | (4.001) |
| Transferência para Ativo Financeiro | 121.745 |
| Outros/Provisão para Baixas | (79.311) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>557.313</u> |
| Amortização/Perdas por redução valor recuperável | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | <u>-</u> |
| Amortização do período | - |
| Amortização por Baixas/Desativação | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | <u>-</u> |
| Amortização do período | - |
| Amortização por Baixas/Desativação | - |
| Outros/Provisão para Baixas | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>-</u> |
| Valor contábil | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | <u>470.973</u> |
| Em 31 de dezembro de 2010 | <u>518.880</u> |
| Em 31 de dezembro de 2011 | <u>557.313</u> |



14.1. Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,41%, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

14.3. Valor Recuperável do Ativo da concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras.

III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária

IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades.

V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens.

VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.



15. Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Bens e Direitos Destinados a Alienação | 238 | 238 | 993 |
| Bens de Renda | 9.189 | 9.765 | 10.340 |
| Bens de Uso Futuro | 3.635 | 3.635 | 3.635 |
| | <u>13.062</u> | <u>13.638</u> | <u>14.968</u> |

Refere-se ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos da Concessionária e imóveis destinados à futura utilização pela Concessionária, no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

16. Ativo Biológico

O valor de R\$40.027 (R\$13.899 em 31 de dezembro de 2010 e R\$13.841 em 31 de dezembro de 2009) contempla os investimentos em hortos florestais de produção, usinas de preservação de madeira e viveiros de mudas nativas e exóticas. A Concessionária desenvolve a tecnologia aplicada, implementando florestas exóticas e estudando as suas ações e interações ecológicas no conjunto ambiental. A atividade de produção de madeira preservada compreende os momentos desde o plantio da muda do eucalipto até a fabricação e preservação dos postes utilizados nas redes elétricas. O valor de R\$ 26.128 compreende o investimento nos hortos florestais de Carola, Renner, Candiota e Giruá por seu valor justo, aplicando as técnicas de levantamentos dendométricos e topográficos, identificando as áreas, seus talhões e as características dos ativos biológicos que ali estão, sendo avaliadas as perspectivas de crescimento destes ativos e a capacidade de geração de postes e sobras de madeira que, posteriormente, são avaliados pelos valores praticados no mercado para cumprimento das determinações do CPC 29/ IAS 41.

| | Hortos Florestais |
|--|----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | <u>13.841</u> |
| Aumento devido a novos investimentos | 1.783 |
| Mudança no valor justo | 3.319 |
| Madeira colhida e transferida para custo de construção | (5.044) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | <u>13.899</u> |
| Aumento devido a novos investimentos | 2.480 |
| Mudança no valor justo | 28.448 |
| Madeira colhida e transferida para custo de construção | (4.800) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | <u>40.027</u> |



17. Imobilizado

| | Terrenos | Edificações e Benfeitoria | Máquinas e Equipamentos | Veículos | Móveis e Acessórios | Bens em construção | Bens não vinculados à concessão | Total |
|--|----------|---------------------------|-------------------------|----------|---------------------|--------------------|---------------------------------|-----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | 3.318 | 11.116 | 15.640 | 40.433 | 1.899 | 15.214 | 87.578 | 175.198 |
| Adições | - | - | - | - | - | 4.988 | - | 4.988 |
| Baixas | - | - | (82) | (754) | (45) | - | (1.074) | (1.955) |
| Transferências para Imobilizado em Serviço | - | - | 6.367 | 114 | 98 | (8.764) | 2.185 | - |
| Outros | - | - | - | (72) | - | 665 | - | 593 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 3.318 | 11.116 | 21.925 | 39.721 | 1.952 | 12.103 | 88.689 | 178.824 |
| Adições | - | - | - | - | - | 4.280 | 14 | 4.294 |
| Baixas | - | - | (856) | (220) | (127) | - | (863) | (2.066) |
| Outros | - | 562 | 25 | - | - | (1.268) | - | (681) |
| Transferências para Imobilizado em Serviço | - | 14 | 464 | 7 | 88 | (1.876) | 1.303 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 3.318 | 11.692 | 21.558 | 39.508 | 1.913 | 13.239 | 89.143 | 180.371 |
| Depreciação e perdas no valor recuperável | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | - | (9.072) | (8.021) | (28.333) | (181) | - | (62.746) | (108.353) |
| Depreciação no período | - | (161) | (1.477) | (5.181) | (123) | - | (1.706) | (8.648) |
| Baixas | - | - | 44 | 770 | 42 | - | 802 | 1.658 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | - | (9.233) | (9.454) | (32.744) | (262) | - | (63.650) | (115.343) |
| Depreciação no período | - | (157) | 1.386 | (3.670) | (17) | - | (5.124) | (7.582) |
| Baixas | - | - | 734 | 220 | 110 | - | 688 | 1.752 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | - | (9.390) | (7.334) | (36.194) | (169) | - | (68.086) | (121.173) |
| Valor contábil | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | 3.318 | 2.044 | 7.619 | 12.100 | 1.718 | 15.214 | 24.832 | 66.845 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 3.318 | 1.883 | 12.471 | 6.977 | 1.690 | 12.103 | 25.039 | 63.481 |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 3.318 | 2.302 | 14.224 | 3.314 | 1.744 | 13.239 | 21.057 | 59.198 |

O Ativo Imobilizado da Concessionária é composto por bens administrativos, veículos e moveis e utensílios, que são deduzidos da Base de Remuneração Regulatória e que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01. Estes ativos são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existirem, são imateriais. Esses ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é a melhor estimativa do seu valor justo.



18. Intangível

| | Softw ares | Direitos Concessão | Total |
|---|------------|-----------------------|-----------|
| Custo | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | 12.389 | 1.315.802 | 1.328.191 |
| Aquisições | 591 | - | 591 |
| Contratos de concessão de serviços | - | 121.328 | 121.328 |
| Transferência para Ativo Financeiro | - | (49.300) | (49.300) |
| Amortização por Baixas | - | (17.191) | (17.191) |
| Outros | 154 | - | 154 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 13.134 | 1.370.639 | 1.383.773 |
| Aquisições | 18 | - | 18 |
| Contratos de concessão de serviços | - | 134.862 | 134.862 |
| Transferência para Ativo Financeiro | - | (121.745) | (121.745) |
| Amortização por Baixas | 11 | (161.025) | (161.014) |
| Outros | (15) | (11.671) | (11.686) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 13.148 | 1.211.060 | 1.224.208 |
| Amortização e perdas por redução do valor recuperável | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2009 | (2.291) | (877.142) | (879.433) |
| Amortização do período | (136) | (68.584) | (68.720) |
| Amortização por Baixas | - | 15.755 | 15.755 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | (2.427) | (929.971) | (932.398) |
| Amortização do período | (858) | (69.793) | (70.651) |
| Amortização por Baixas | 14 | 10.105 | 10.119 |
| Outros | - | 181.533 | 181.533 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | (3.271) | (808.126) | (811.397) |
| Valor contábil | | | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | 10.098 | 438.660 | 448.758 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 10.707 | 440.668 | 451.375 |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 9.877 | 402.934 | 412.811 |

Intangível da Concessão

É composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infra-estrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Concessionária através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Concessionária amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro, pois será recuperado através de indenização.

Softwares

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.



19. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------|------------|------------|
| Circulante | | | |
| Encargos de Uso da Rede | 27.650 | 22.842 | 23.780 |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | 107.303 | 115.128 | 91.345 |
| Repactuação de Dívida - Itaipu | 191.330 | - | - |
| Materiais e Serviços | 62.580 | 25.847 | 24.182 |
| Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa nº 39.2) | 19.154 | 22.640 | 10.100 |
| Retenção Contratual | 6.878 | 5.164 | 3.028 |
| Total | 414.895 | 191.621 | 152.435 |

19.1. Repactuação de Dívida - Itaipu

Os montantes de R\$191.330 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida de Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº 4178/2011. Vide nota explicativa nº 40.

20. Obrigações Trabalhistas

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------|------------|------------|
| Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais | 29.458 | 32.588 | 21.270 |
| Folha de Pagamento | 12.536 | 15.009 | 13.905 |
| Prêmio Assiduidade | 178 | 271 | 270 |
| Total | 42.172 | 47.868 | 35.445 |

O valor de R\$12.536 (R\$15.009 em 31 de dezembro de 2010 e R\$13.905 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.



21. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Circulante | | | |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 22.736 | 21.264 | 16.486 |
| Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS | 5.897 | 4.756 | 4.474 |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 21.143 | 23.809 | 9.174 |
| Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP | 4.554 | 5.169 | 1.993 |
| Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS | 2.046 | 1.868 | 1.798 |
| Parcelamento ICMS..... | 435 | 745 | - |
| Outros | 1.146 | 1.097 | 918 |
| Total | 57.957 | 58.708 | 34.843 |
| Não Circulante | | | |
| Parcelamento ICMS..... | - | 435 | - |
| Total | - | 435 | - |

22. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

22.1. Empréstimos, Financiamentos

| CREDOR | BASE DO CONTRATO | | | | | FINALIDADE | 31/12/2011 | | | | 31/12/2010 | | | | 31/12/2009 | | | | | | | | | | |
|---|------------------|--|--------------------|------------|----------|------------|------------------------------|-------------------|----------|-------|------------|-------------------|----------|---------|------------|-------------------|----------|---------|-------------|---------|--------|-----|---------|---|---------|
| | INDEXADOR | Percentual Mensurados Encargos Fixos n.a. | PREST TA GÃO | VENCIMENTO | | | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | | | | | | | |
| | | | | início | Término | | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | | | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | | | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | RAJ | RAJ | RAJ | RAJ | | | |
| MOEDA NACIONAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ELETROBRÁS | TJLP | 4% | M | 30.11.08 | 30.06.10 | 01 | Investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | 7.932 | - | - | 7.932 | | | | | | |
| ELETROBRÁS | RGR | 5% a 7,5% | M | 30.11.08 | 31.12.21 | 01 | Investimento | 73.589 | - | 321 | 74.316 | 7.232 | 62.902 | 269 | 70.392 | 2.054 | 18.947 | - | 20.501 | | | | | | |
| BANCO DO BRASIL - LEASING | CDI | 4% | M | 30.11.08 | 01.12.11 | 01 | Leasing de Veículos | - | - | - | - | 1.106 | - | - | 1.106 | 1.354 | 978 | 1 | 2.631 | | | | | | |
| BANCO MÓDULO | IPCA | 0,650% | M | 30.12.08 | 26.12.15 | 02 | Investimento | 26.221 | 79.154 | - | 104.435 | 24.393 | 97.751 | - | 122.134 | 1.730 | 116.494 | - | 117.224 | | | | | | |
| SANTANDER | CONCEPIT | 1,75% | M | 11.12.07 | 11.12.11 | 03 | Capital de Giro | - | - | - | - | 7.500 | - | - | 7.500 | 7.500 | 7.500 | - | 15.000 | | | | | | |
| SANTANDER | CONCEPIT | 3,50% | M | 25.07.09 | 25.07.15 | 04 | Capital de Giro | 12.750 | 32.910 | - | 45.660 | 3.509 | 40.540 | - | 50.597 | - | - | - | - | | | | | | |
| CASA ECONOMICA FEDERAL | CONCEPIT | 1,40% | M | 13.06.08 | 13.06.11 | 05 | Capital de Giro | - | - | - | - | 8.533 | - | - | 8.533 | 20.000 | 8.533 | - | 28.533 | | | | | | |
| CASA ECONOMICA FEDERAL | CDI | 3,41% | M | 30.07.09 | 30.07.15 | 02 | Capital de Giro | 17.333 | 41.234 | 730 | 59.306 | 16.004 | 57.333 | - | 73.333 | 6.667 | 73.333 | - | 80.000 | | | | | | |
| CASA ECONOMICA FEDERAL | CDI | 3,04% | M | 30.08.10 | 30.08.14 | 05 | Investimento/Capital de Giro | 27.084 | 62.343 | 1.038 | 90.465 | 12.500 | 87.500 | - | 100.000 | - | - | - | - | | | | | | |
| CONSUMIDORES | - | - | - | - | - | - | Outros | 3.507 | 2.376 | - | 5.883 | 4.533 | 2.500 | - | 7.033 | 3.266 | 68 | - | 3.334 | | | | | | |
| TOTAL - MOEDA NACIONAL | | | | | | | 180.879 | | | | 217.303 | 2.158 | 380.340 | 180.920 | | | | 353.385 | 298 | 440.883 | 50.225 | | 224.541 | 1 | 274.785 |
| TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | | | | | | | 180.879 | | | | 217.303 | 2.158 | 380.340 | 180.920 | | | | 353.385 | 298 | 440.883 | 50.225 | | 224.541 | 1 | 274.785 |
| CÓDIGOS DAS GARANTIAS EXIGIDAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | PRESTAÇÃO | | | | | | |
| 01 - Fincação para Acesso em Conta Corrente | | | | | | | | | | | | | | | | | | | M - NEUTRAL | | | | | | |
| 02 - Percentual da Taxa de Financiamento de Energia | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 03 - Percent de Duplicatas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Vide nota explicativa nº 40.



22.2. Outras Captações

| CREDOR | BASE DO CONTRATO | | | | | | FINALIDADE | 31/12/2011 | | | | 31/12/2010 | | | | 31/12/2009 | | | |
|---|------------------|---|-------------|------------|----------|----------|--------------|-------------|----------------|----------|---------|------------|----------------|----------|---------|------------|----------------|----------|---------|
| | INDEXADOR | Percentual Médios Energias Físicas e.a. | PRESTATAÇÃO | VENCIMENTO | | GARANTIA | | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | | ENCARGOS | TOTAL |
| | | | | Início | Término | | | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | | | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | | | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UNICRED NACIONAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC II | COF | 1% | N | 08.01.07 | 10.01.12 | 02 | Investimento | 1.511 | - | - | 1.511 | 31.748 | 427 | - | 32.175 | 39.410 | 27.845 | - | 58.055 |
| FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC IV | IPCA | 9,98% | N | 06.07.09 | 16.07.16 | 02 | Investimento | 38.090 | 77.389 | - | 115.009 | 27.227 | 95.330 | - | 122.557 | 25.241 | 102.945 | - | 128.146 |
| TOTAL DE OUTRAS CAPTAÇÕES | | | | | | | | 40.071 | 77.389 | - | 117.457 | 58.975 | 95.757 | - | 154.732 | 64.651 | 130.580 | - | 195.231 |
| OSÓCIOS DAS PARCELARIAS E/OU FINANÇAS | | | | | | | | PRESTATAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| 02 - Percentual da Tarifa de Fornecimento de Energia | | | | | | | | M - MENSAL | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES | | | | | | | | 298.050 | 204.889 | 2.136 | 497.777 | 145.853 | 449.342 | 206 | 595.593 | 105.654 | 555.131 | 1 | 459.896 |

22.3. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC II e FIDC IV

A Concessionária efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -FIDC II, iniciada em 2006, tendo como administrador o Banco Pactual Serviços Financeiros S.A. - DTVM e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Banco Itaú S.A.. A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial), no valor total de R\$105.300, onde R\$100.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$ 5.300 a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu em janeiro de 2007. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Em 2008 a Concessionária iniciou uma segunda estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 8 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$136.850, no qual R\$130.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

22.4. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

| | PRINCIPAL | | |
|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| 2011 | - | - | 52.942 |
| 2012 | - | 92.861 | 74.981 |
| 2013 | 43.336 | 127.769 | 76.126 |
| 2014 | 128.850 | 133.234 | 80.137 |
| 2015 | 89.526 | 61.022 | 62.703 |
| 2016 | 3.035 | 3.231 | 6.771 |
| 2017 | 4.462 | 4.567 | 243 |
| Após 2017 | 25.460 | 26.658 | 1.228 |
| | 294.669 | 449.342 | 355.131 |



22.5. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

| | INDEXADOR | | |
|--------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| RGR | 0,00% | 13,98% | 5,31% |
| CDI | 46,40% | 42,48% | 33,16% |
| IPCA | 52,79% | 42,98% | 61,51% |
| Outros | 0,81% | 0,56% | 0,02% |
| | <u>100,00%</u> | <u>100,00%</u> | <u>100,00%</u> |

22.6. Leasing Financeiro

A Concessionária arrenda a maioria de seus veículos. Esses ativos são classificados como *leasings* financeiros, tendo em vista que todos os riscos e recompensas são transferidos substancialmente para a CEEE-D.

Os pagamentos de *leasing* futuros vencem como segue:

| | Pagamentos de <i>Leasing</i> Mínimos | Juros | Valor Presente |
|---------------------------------|---|----------|-------------------|
| Em 31 de dezembro de 2011 | 1.252 | 4 | 1.248 |
| Antes de completar um ano | 111 | - | 111 |
| | <u>1.363</u> | <u>4</u> | <u>1.359</u> |

| | Pagamentos de <i>Leasing</i> Mínimos | Juros | Valor Presente |
|---------------------------------|---|-----------|-------------------|
| Em 31 de dezembro de 2010 | 977 | 7 | 970 |
| Antes de completar um ano | 1.262 | 3 | 1.259 |
| | <u>2.239</u> | <u>10</u> | <u>2.229</u> |

O valor presente de pagamentos de *leasings* futuros é analisado como:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--------------------------|------------|--------------|--------------|
| Passivo Circulante | - | 1.198 | 2.031 |
| | <u>-</u> | <u>1.198</u> | <u>2.031</u> |

22.7. Custos de Transação

Dos empréstimos relacionados o montante dos custos de transação incorridos no processo de captação junto ao Banco Máxima, compõe-se conforme abaixo:

| | Ano de Captação | Custo de Transação | TIR |
|--------------------|--------------------|-----------------------|-------|
| Banco Máxima | 2009 | 2.766 | 7,57% |



O montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente é demonstrado a seguir:

| | Banco Máxima |
|-----------|-----------------|
| 2012..... | 382 |
| 2013..... | 299 |
| 2014..... | 433 |
| 2015..... | 839 |
| | <u>1.953</u> |

23. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia é patrocinadora de dois planos de benefícios administrados pela Fundação Eletroceee denominados Plano Único e CEEEPREV. Mantém a obrigação do pagamento de aposentadoria a empregados ex-autarquicos, bem como de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

Os saldos compõem-se de:

| Circulante | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------------|----------------|----------------|----------------|
| Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP | | 1.600 | 3.607 | 5.859 |
| Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE | 35 | 5.127 | 4.379 | 3.981 |
| Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados | 35 | 20.808 | 19.723 | 16.329 |
| Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA | | 85.041 | 80.776 | 81.512 |
| | | <u>112.576</u> | <u>108.485</u> | <u>107.681</u> |
| Não Circulante | | | | |
| Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP | | - | 629 | 3.083 |
| Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados | 35 | 102.690 | 114.040 | 123.829 |
| Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA | | 490.133 | 499.249 | 511.913 |
| | | <u>592.823</u> | <u>613.918</u> | <u>638.825</u> |

23.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

23.2. Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.



23.3. Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Benefício Definido denominado Plano Único.

23.4. Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

23.5. Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 – Benefício aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

23.6. Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56

Esta provisão refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, registrado conforme cálculo atuarial.

Na forma preconizada pela CVM nº 600, de 07/10/2009 que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre os Planos de benefícios, compromissos previdenciais e sobre a política contábil adotada.

23.7. Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 da Deliberação CVM 600/09.

- Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.

A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Companhia é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora naquele período. Consequentemente, nos cálculos da mensuração da obrigação ou da despesa são os ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.

Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício.



De acordo com as praticas contábeis anteriores, prevista na instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do Plano de Benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova pratica contábil estabelecida no CPC 33. A Companhia optou por manter abordagem do corredor acima mencionado para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

23.8. Descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada de retorno dos ativos dos planos CEEEPREV e Plano Único

A taxa de juros real considerada para o Plano Único é de 5,50% ao ano e para o CEEEPREV é de 6,00% (não considerando a inflação). Conforme determinado pela legislação brasileira para fundos de pensões, a taxa de juros máxima para as projeções atuariais é de 6,00% ao ano mais a inflação, portanto a taxa de juros projetada total para os Planos será de 11,71% ao ano para o CEEEPREV e 11,19% para o Plano Único.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

23.9 . Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Concessionária registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV no montante de R\$135.510 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 147.088 em 31 de dezembro de 2010 e R\$160.665 em 31 de dezembro de 2009) está sendo reconhecido na Companhia no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 10 anos, conforme item 96 da Deliberação CVM 600/09.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada como segue:



| CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|--------------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | (863.295) | (4.590) | (663.939) | (802.979) | (2.334.803) | (792.432) | (9.520) | (665.001) | (719.826) | (2.186.779) | (791.423) | (17.174) | (666.254) | (833.135) | (2.307.986) |
| Custo do serviço corrente | (818) | - | - | (11.918) | (12.736) | (678) | - | - | (11.309) | (11.987) | (652) | - | - | (10.705) | (11.357) |
| Custo de juros | (97.286) | (373) | (72.069) | (92.760) | (262.488) | (91.659) | (632) | (73.890) | (18.432) | (184.613) | (104.373) | (1.514) | (84.940) | 7.892 | (182.935) |
| Ganho / (Perda) atuarial | (77.573) | (155) | (40.362) | 14.884 | (103.206) | (40.665) | 224 | (17.415) | (95.422) | (153.278) | 52.458 | 1.139 | (4.950) | 76.354 | 125.011 |
| Benefícios pagos pelo plano | 72.771 | 3.009 | 94.440 | 44.275 | 214.495 | 62.139 | 5.338 | 92.366 | 42.010 | 201.853 | 51.558 | 8.029 | 91.143 | 39.768 | 190.498 |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | <u>(966.201)</u> | <u>(2.109)</u> | <u>(681.530)</u> | <u>(848.498)</u> | <u>(2.498.738)</u> | <u>(863.295)</u> | <u>(4.590)</u> | <u>(663.940)</u> | <u>(802.979)</u> | <u>(2.334.804)</u> | <u>(792.432)</u> | <u>(9.520)</u> | <u>(665.001)</u> | <u>(719.826)</u> | <u>(2.186.779)</u> |
| Valor presente da parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida) | - | - | - | (123.440) | (123.440) | - | - | - | (100.350) | (100.350) | - | - | - | (78.355) | (78.355) |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | <u>(966.201)</u> | <u>(2.109)</u> | <u>(681.530)</u> | <u>(971.938)</u> | <u>(2.622.178)</u> | <u>(863.295)</u> | <u>(4.590)</u> | <u>(663.940)</u> | <u>(903.329)</u> | <u>(2.435.154)</u> | <u>(792.432)</u> | <u>(9.520)</u> | <u>(665.001)</u> | <u>(798.181)</u> | <u>(2.264.134)</u> |

| ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO | 2011 | | | | | 2010 | | | | | 2010 | | | | |
|---|----------------------|----------------|------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------|------------------|----------------------|--------------------|----------------------|----------------|------------------|----------------------|--------------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura | (780.274) | - | - | (848.498) | (1.628.772) | (688.013) | - | - | (724.427) | (1.412.440) | (686.002) | - | - | (579.598) | (1.265.598) |
| Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura | (185.927) | (2.109) | (681.530) | - | (869.566) | (175.282) | (4.590) | (663.940) | (78.552) | (922.364) | (106.430) | (9.520) | (665.001) | (140.231) | (921.182) |
| Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | <u>(966.201)</u> | <u>(2.109)</u> | <u>(681.530)</u> | <u>(848.498)</u> | <u>(2.498.738)</u> | <u>(863.295)</u> | <u>(4.590)</u> | <u>(663.940)</u> | <u>(802.979)</u> | <u>(2.334.804)</u> | <u>(792.432)</u> | <u>(9.520)</u> | <u>(665.001)</u> | <u>(719.827)</u> | <u>(2.186.779)</u> |
| Estatuto do Plano | Parcialmente coberto | Sem cobertura | Sem cobertura | Totalmente coberto | | Parcialmente coberto | Sem cobertura | Sem cobertura | Parcialmente coberto | | Parcialmente coberto | Sem cobertura | Sem cobertura | Parcialmente coberto | |

| CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|--|----------------|----------|----------|----------------|------------------|----------------|----------|----------|----------------|------------------|----------------|----------|----------|----------------|------------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 688.013 | - | - | 724.427 | 1.412.440 | 686.002 | - | - | 579.597 | 1.265.599 | 825.605 | - | - | 591.221 | 1.416.826 |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 78.873 | - | - | 42.467 | 121.340 | 80.974 | - | - | - | 80.974 | 111.077 | - | - | (974) | 110.103 |
| Ganhos / (Perdas) atuariais | 47.882 | - | - | 136.878 | 184.760 | (51.397) | - | - | 136.681 | 87.284 | (232.065) | - | - | (19.138) | (251.203) |
| Contribuições do empregador | 38.277 | 3.009 | 94.440 | 36.779 | 172.505 | 33.371 | 5.338 | 92.366 | 42.505 | 173.580 | 31.488 | 8.029 | 91.144 | 42.902 | 173.563 |
| Contribuições de participantes do plano | - | - | - | 5.959 | 5.959 | 1.201 | - | - | 5.654 | 6.855 | 1.455 | - | - | 5.353 | 6.808 |
| Benefícios pagos pelo plano | (72.771) | (3.009) | (94.440) | (44.274) | (214.494) | (62.139) | (5.338) | (92.366) | (42.010) | (201.853) | (51.558) | (8.029) | (91.144) | (39.767) | (190.498) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | <u>780.274</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>902.236</u> | <u>1.682.510</u> | <u>688.012</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>724.427</u> | <u>1.412.439</u> | <u>686.002</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>579.597</u> | <u>1.265.599</u> |



23.9 . Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (continuação)

| CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|---|---------------|--------------|----------------|---------------|----------------|-----------------|--------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|--------------|----------------|-----------------|----------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso) | 185.927 | 2.109 | 681.930 | (53.738) | 816.228 | 175.282 | 4.590 | 663.940 | 78.552 | 922.364 | 106.430 | 9.520 | 665.001 | 140.231 | 921.182 |
| Montante não reconhecido como ativo / (passivo) | (92.963) | - | - | - | (92.963) | (87.841) | - | - | - | (87.841) | (53.215) | - | - | - | (53.215) |
| Custo do serviço passado não contabilizado | - | - | - | (133.510) | (133.510) | - | - | - | (147.088) | (147.088) | - | - | - | (160.665) | (160.665) |
| Ganho (perda) atuarial não reconhecidos | (77.148) | (509) | (106.756) | 195.022 | 10.609 | (147.230) | (354) | (83.915) | 43.259 | (188.240) | (140.924) | (578) | (71.576) | - | (213.078) |
| Passivo Atuarial | 15.816 | 1.600 | 575.174 | 7.774 | 600.364 | (59.589) | 4.236 | 580.025 | (25.277) | 499.395 | (87.709) | 8.942 | 593.425 | (20.434) | 494.224 |
| Ajuste do Passivo Atuarial (*) | 55.652 | - | - | 49.383 | 105.035 | 136.793 | - | - | 86.215 | 223.008 | 168.173 | - | - | 84.109 | 252.282 |
| Passivo reconhecido na patrocinadora | 71.468 | 1.600 | 575.174 | 57.157 | 705.399 | 77.204 | 4.236 | 580.025 | 60.938 | 722.403 | 80.464 | 8.942 | 593.425 | 63.675 | 746.506 |

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 23.5.

| MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO | 31/12/2011 | | | | | 31/12/2010 | | | | | 31/12/2009 | | | | |
|--|-----------------|----------------|------------------|----------------|------------------|---------------|----------------|------------------|---------------|------------------|---------------|----------------|------------------|---------------|------------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| (Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício | 59.590 | (4.236) | (580.024) | 25.276 | (499.394) | 87.709 | (8.942) | (593.425) | 20.435 | (494.223) | (21.592) | (11.965) | (569.255) | (10.455) | (613.267) |
| Pagamentos para o plano líquido de administração | 38.277 | 3.009 | 94.440 | 36.779 | 172.505 | 33.372 | 5.338 | 92.367 | 42.505 | 173.582 | 31.488 | 8.029 | 91.144 | 42.902 | 173.563 |
| Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego | (113.682) | (373) | (89.590) | (69.829) | (273.473) | (61.493) | (631) | (79.966) | (37.864) | (178.754) | 77.813 | (5.006) | (115.314) | (12.012) | (54.519) |
| (Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício | (15.816) | (1.600) | (575.174) | (7.774) | (600.363) | 59.589 | (4.236) | (580.024) | 25.276 | (499.395) | 87.709 | (8.942) | (593.425) | 20.435 | (494.223) |

| COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO | 2011 - Real | | | | | 2012 - Estimado | | | | | 2012 - Estimado | | | | |
|--|------------------|--------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|--------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|--------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total | Plano Único | CTP | EVA | CEEEPREV BD | Total |
| Custo do serviço corrente | (408) | - | - | (11.918) | (12.327) | (418) | - | - | (12.561) | (12.979) | (409) | - | - | (11.918) | (12.327) |
| Contribuições dos participantes | - | - | - | 5.959 | 5.959 | - | - | - | 5.945 | 5.945 | - | - | - | 5.959 | 5.959 |
| Custo de juros | (46.643) | (373) | (72.069) | (92.780) | (213.845) | (51.897) | (148) | (68.718) | (93.612) | (214.375) | (48.643) | (373) | (72.069) | (92.780) | (213.845) |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 39.437 | - | - | 42.467 | 81.904 | 42.639 | - | - | 50.442 | 93.081 | 39.437 | - | - | 42.467 | 81.904 |
| Amortização de (ganhos) / perdas atuariais | (104.066) | - | (17.521) | - | (121.587) | (28.838) | (298) | (38.563) | 6.013 | (61.686) | (104.066) | - | (17.521) | - | (121.587) |
| Amortização de serviço passado | - | - | - | (13.577) | (13.577) | - | - | - | (13.577) | (13.577) | - | - | - | (13.577) | (13.577) |
| Total da despesa do exercício | (113.681) | (373) | (89.590) | (69.829) | (273.473) | (38.514) | (446) | (107.281) | (57.350) | (203.591) | (113.681) | (373) | (89.590) | (69.829) | (273.473) |
| Administração do Plano | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.239) | (1.239) | - | - | - | (1.122) | (1.122) |
| Parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida) | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.270) | (10.270) | - | - | - | (9.307) | (9.307) |
| Total da (despesa) / receita no exercício | (113.681) | (373) | (89.590) | (69.829) | (273.473) | (38.514) | (446) | (107.281) | (68.659) | (215.100) | (113.681) | (373) | (89.590) | (80.258) | (283.902) |

Montante de pagamentos esperados pela companhia no exercício seguinte

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|
| Normais | - | - | - | - | - | 18.297 | 3.171 | 99.531 | 12.082 | 133.081 | 14.209 | 5.626 | 97.345 | 10.950 | 128.130 |
| Extraordinários | - | - | - | - | - | 22.043 | - | - | 26.603 | 48.646 | 20.961 | - | - | 27.595 | 48.556 |
| Administração | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.239 | 1.239 | - | - | - | 1.123 | 1.123 |
| Total dos pagamentos esperados para o Plano | - | - | - | - | - | 40.340 | 3.171 | 99.531 | 39.924 | 182.966 | 35.170 | 5.626 | 97.345 | 39.668 | 177.809 |



23.10. Hipóteses e Premissas Atuariais Adotadas para os Cálculos

| PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS | Plano Único | CTP | EXA | CEEEPREV BD |
|---|-------------|--------|--------|-------------|
| Taxa para desconto da obrigação atuarial | 5,50% | 6,00% | 6,00% | 6,00% |
| Taxa de juros totais do retorno dos investimentos | 11,19% | 11,71% | 11,71% | 11,71% |
| Crescimento Salarial | 5,39% | 5,39% | 5,39% | 5,39% |
| Tabua de Mortalidade Geral | AT-83 | AT-83 | AT-83 | AT-83 |
| Tábua de Mortalidade dos Inválidos | AT-49 | - | - | AT-49 |
| Tábua de Entrada em Invalidez | Light-Média | - | - | Light-Média |
| Rotatividade | Nula | - | - | Nula |
| Idade de Aposentadoria - Aposentadoria Normal | - | - | - | 60 anos |
| Idade de Aposentadoria - Benefício Saldado | 55 anos* | - | - | 55 anos* |
| Taxa de Inflação | 5,39% | 5,39% | 5,39% | 5,39% |

* O profissional deverá se aposentar pelo INSS

| CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO | 2011 | |
|---|-------------|----------|
| | Plano Único | CEEEPREV |
| Títulos públicos | 39,58% | 38,84% |
| Créditos privados e depósitos - outras companhias | 16,86% | 1,67% |
| Créditos privados e depósitos - patrocinadores | 1,70% | 16,54% |
| Renda variável - outras companhias | 17,59% | 17,26% |
| Fundos de Investimentos | 21,23% | 20,83% |
| Investimentos / Depósitos Judiciais | 0,01% | 0,01% |
| Investimentos imobiliários | 1,01% | 0,99% |
| Empréstimos e financiamentos | 2,02% | 3,86% |
| Total em percentual dos ativos do plano | 100,00% | 100,00% |

| RETORNO ANUAL DOS ATIVOS | 2011 | |
|--|-------------|----------|
| | Plano Único | CEEEPREV |
| Retorno real anual dos ativos do plano | 11,19% | 11,19% |

| MONTANTE INCLUÍDOS NO VALOR JUSTOS DOS ATIVOS DO PLANO | 2011 | |
|---|-------------|-------|
| | Plano Único | |
| Em instrumentos financeiros da própria companhia | 0,15% | 0,00% |
| Em propriedade ocupa pela companhia ou ativos por ela utilizada | 0,00% | 0,14% |



24. Obrigações com a Concessão

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Circulante | | | |
| Reserva Global de Reversão - RGR | 2.395 | 911 | 1.255 |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC | 9.720 | 17.484 | 1.426 |
| Repactuação de Dívida - CCC | 79.040 | - | - |
| Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE | 6.570 | 5.974 | 5.696 |
| Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE | 56.056 | 41.728 | 40.948 |
| Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D | 41.148 | 35.511 | 29.670 |
| Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT | 629 | 594 | 557 |
| Programa de Eficiência Energética - Recursos MME | 314 | 297 | 278 |
| Repactuação de Dívida - CDE | 63.537 | - | - |
| Total | 259.409 | 102.499 | 79.830 |
| Não Circulante | | | |
| Recursos PEE | 9.376 | 9.977 | 8.517 |
| Recursos P&D | 3.751 | 3.597 | 3.409 |
| Total | 13.127 | 13.574 | 11.926 |

24.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A Reserva Global de Reversão – RGR, criada através da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, tem a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

24.2. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

24.3. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando além do desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, à promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

24.4. Repactuação de Dívida - CCC

O montante de R\$79.040 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Encargo Setorial Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, celebrado com as Centrais Elétricas



Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL n° 4178/2011. Vide nota explicativa nº 40.

24.5. Repactuação de Dívida – CDE

O montante de R\$63.537 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida relativa a as quotas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL n° 4178/2011. Vide nota explicativa nº 40.

24.6. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

25. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributários

| | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | | 31/12/2009 | |
|---------------------------------|--------------|---------|--------------|---------|--------------|---------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Trabalhistas | Cíveis | Trabalhistas | Cíveis |
| Riscos Prováveis..... | 301.654 | 142.102 | 296.662 | 157.365 | 307.485 | 171.329 |
| Riscos Possíveis e Remotos..... | 137.514 | 177.580 | 143.854 | 162.282 | 59.238 | 92.496 |
| Total | 439.168 | 319.682 | 440.516 | 319.647 | 366.723 | 263.825 |

A Concessionária é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresentam riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

25.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:



| 31/12/2011 | | | | |
|-----------------------------------|--------------|---------|-------------|----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Passivo circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 125.333 | 49.374 | - | 174.707 |
| Passivo não circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 176.321 | 86.331 | 58 | 262.710 |
| Contas a pagar para contingências | - | 6.339 | - | 6.339 |
| (-) Depósitos judiciais | (53.194) | (7.698) | - | (60.892) |
| Total não circulante | 123.127 | 84.972 | 58 | 208.157 |
| Total geral | 248.460 | 134.346 | 58 | 382.864 |

| 31/12/2010 | | | | |
|-----------------------------------|--------------|---------|-------------|----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Passivo circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 110.262 | 72.218 | - | 182.480 |
| Passivo não circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 186.400 | 78.439 | 58 | 264.897 |
| Contas a pagar para contingências | - | 6.650 | - | 6.650 |
| (-) Depósitos judiciais | (21.075) | (7.069) | - | (28.144) |
| Total não circulante | 165.325 | 78.020 | 58 | 243.403 |
| Total geral | 275.587 | 150.238 | 58 | 425.883 |

| 31/12/2009 | | | | |
|-----------------------------------|--------------|----------|-------------|----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Passivo circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 87.245 | 60.492 | - | 147.737 |
| Passivo não circulante | | | | |
| Saldo da provisão | 220.240 | 103.998 | 58 | 324.296 |
| Contas a pagar para contingências | - | 6.781 | - | 6.781 |
| (-) Depósitos judiciais | (73.169) | (22.917) | - | (96.086) |
| Total não circulante | 147.071 | 87.862 | 58 | 234.991 |
| Total geral | 234.316 | 148.354 | 58 | 382.728 |

25.2. Movimentação da provisão para contingências

| Movimentação da Provisão para Contingências | | | | |
|---|--------------|----------|-------------|-----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Saldo Inicial Janeiro/2009 | 247.078 | 136.332 | 3.445 | 386.855 |
| (+) Novos Ingressos | 55.047 | 56.439 | - | 111.486 |
| (-) Pagamentos | (61.409) | (29.964) | - | (91.373) |
| (-) Montantes Revertidos | (38.400) | (37.429) | (3.387) | (79.216) |
| (+) Atualização Monetária | 39.553 | 19.778 | - | 59.331 |
| (-) Montantes Depositados | (3.833) | 4.567 | - | 734 |
| (-) Atualização dos Depósitos | (3.720) | (1.369) | - | (5.089) |
| (=) Saldo Final Dezembro/2009 | 234.316 | 148.354 | 58 | 382.728 |
| (+) Novos Ingressos | 68.738 | 74.009 | - | 142.747 |
| (-) Pagamentos | (68.915) | (42.828) | - | (111.743) |
| (-) Montantes Revertidos | (49.399) | (67.705) | - | (117.104) |
| (+) Atualização Monetária | 38.755 | 22.563 | - | 61.318 |
| (-) Montantes Depositados | 47.710 | 16.307 | - | 64.017 |
| (-) Atualização dos Depósitos | 4.382 | (462) | - | 3.920 |
| (=) Saldo Final Dezembro/2010 | 275.587 | 150.238 | 58 | 425.883 |
| (+) Novos Ingressos | 102.115 | 30.381 | - | 132.496 |
| (-) Pagamentos | (82.939) | (32.587) | - | (115.526) |
| (-) Montantes Revertidos | (51.578) | (33.371) | - | (84.949) |
| (+) Atualização Monetária | 37.393 | 20.313 | - | 57.706 |
| (-) Montantes Depositados | (47.615) | (6.951) | - | (54.566) |
| (-) Atualização dos Depósitos | 15.497 | 6.323 | - | 21.820 |
| (=) Saldo Final Dezembro/2011 | 248.460 | 134.346 | 58 | 382.864 |



25.3. Natureza das ações

25.3.1. Trabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo, sendo provisionados os valores prováveis de perda destes processos. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento e prêmio assiduidade e outras.

Acordo Judicial Reclamatória Trabalhista - A Concessionária firmou acordo judicial trabalhista com o Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico – SENERGISUL cujo montante está demonstrado nas notas explicativas nº 26.4. e 31.

25.3.2. Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

25.3.3. Tributárias

O valor de R\$58, decorre de provisão referente ao auto de lançamento nº 036/2005, lavrado pela Prefeitura de Alvorada em razão de suposto não recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, inerente ao compartilhamento de infra-estrutura, o qual foi impugnado administrativamente pela Concessionária.

A CEEE-D obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos derivados da demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial nº 98.00.26268-7. Assim, no exercício de 2006, o contribuinte efetuou o reconhecimento do crédito no valor de R\$10.812, referente aos pagamentos indevidos do período de setembro de 1989 a junho de 1991. Até o final do exercício de 2007 a Concessionária compensou o montante do crédito, todavia, em dezembro de 2007, o contribuinte recebeu Notificação de Lançamento de Débito oriundo da Fiscalização previdenciária do INSS referente aos valores compensados a título de FUNRURAL. A Concessionária vem discutindo no âmbito administrativo essa matéria, cujo valor da cobrança perfaz atualmente cerca de R\$5.628 e, segundo parecer da área jurídica, o desfecho negativo é considerado como possível.

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D possui contenciosos administrativos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$11.882 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.



26. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

| | Nota Explicativa | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|---------------------|----------------|----------------|---------------|
| Circulante | | | | |
| Encargo de Capacidade Emergencial | | 1.606 | 1.610 | 1.628 |
| Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP ... | | 4.540 | 4.139 | 3.878 |
| Programa de Participação nos Resultados - PPR | | 5.936 | 5.228 | 5.228 |
| Provisão Auto de Infração | | 73.025 | 5.446 | 20.660 |
| Consumidores | | 15.618 | 15.669 | 9.291 |
| Compra de Créditos de ICMS | | 255 | - | - |
| Encargos Ex-Isolados | | 866 | - | - |
| Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas | | 4.490 | - | 4.200 |
| Conta Gráfica | 35 | - | 1.997 | 2.105 |
| Repactuação PROINFA | | 32.063 | - | - |
| Outros Credores | | 34.547 | 69.482 | 30.486 |
| Total | | 172.946 | 103.571 | 77.476 |
| Não Circulante | | | | |
| Contrato de Mútuo | | - | - | 37.980 |
| Prêmio Assiduidade | | 1.603 | 1.586 | 1.553 |
| Provisão Auto de Infração | | - | 35.903 | 5.609 |
| Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas | | 12.409 | - | - |
| Outros Credores | | 2.088 | 2.088 | 2.339 |
| Total | | 16.100 | 39.577 | 47.481 |

26.1. Provisão Auto de Infração

Os valores de R\$73.025 (R\$5.446 em 31 de dezembro de 2010 e R\$20.660 em 31 de dezembro de 2009) no passivo circulante e R\$ 35.903 em 31 de dezembro de 2010 (R\$5.609 em 31 de dezembro de 2009) no passivo não circulante referem-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto aos pedidos de ressarcimento de danos em equipamentos elétricos causados por perturbação no sistema elétrico e quanto ao descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC (2006, 2007, 2008 e 2009).

Em 21 de outubro de 2011 foi firmado Termo de Parcelamento do AI 07/2006 – GPE, AI 02/2008 – AGERGS (DEC e FEC 2006) e AI 062/2010 SFE. O parcelamento será realizado em 60 prestações mensais e sucessivas com vencimento no dia 20 de cada mês. No valor de cada prestação, por ocasião do pagamento, serão acrescidos juros equivalentes a taxa SELIC. Vide nota explicativa nº40.

26.2. Conta Gráfica

O valor de R\$1.997 em 31 de dezembro de 2010 (R\$2.105 em 31 de dezembro de 2009) é composto pelos saldos dos contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT.

26.3. Consumidores



O valor de R\$15.618 (R\$15.669 em 31 de dezembro de 2010 e R\$9.291 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

26.4. Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas

A Concessionária efetuou acordo judicial relativo à reclamação trabalhista impetrada pelo Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor inicial da obrigação de responsabilidade da Concessionária perfaz R\$22.451. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$ 694 e as demais no valor de R\$ 310, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 08 (oito) parcelas. Os efeitos no resultado estão demonstrados na nota explicativa nº 31.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

| Data do Evento | Histórico | Valor |
|----------------------|--|---------|
| | Acordo Reclamatórias Trabalhistas SENERGISUL | 22.451 |
| 15/05/2011 | Parcelas Pagas até 31/12/2011 | (5.552) |
| 30/09/2011 | Saldo a Pagar | 16.899 |
| CIRCULANTE | | 4.490 |
| NÃO CIRCULANTE | | 12.409 |
| Total | | 16.899 |

26.5. Repactuação de Dívida - PROINFA

Os valor de R\$32.063 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida com as quotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº 4178/2011. Vide nota explicativa nº 40.

27. Patrimônio Líquido

27.1. Capital Social

Os acionistas aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para uma ação da mesma espécie, nos termos do art.12 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$23.703, com a seguinte composição:



| | 31/12/2011 | | | | | |
|-----------------------|--------------------|---------------|------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Ordinárias | | Preferenciais | | Total | |
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| CEEE-PAR | 255.232.851 | 67,05 | 43.495 | 0,66 | 255.276.346 | 65,92 |
| ELETOBRÁS | 122.681.434 | 32,23 | 3.505.584 | 53,43 | 126.187.018 | 32,59 |
| Municípios | 1.323.371 | 0,34 | 2.030.636 | 30,95 | 3.354.007 | 0,87 |
| BM&Fbovespa S.A | 1.404.768 | 0,37 | 912.976 | 13,92 | 2.317.744 | 0,60 |
| Outros | 26.846 | 0,01 | 67.867 | 1,04 | 94.713 | 0,02 |
| | <u>380.669.270</u> | <u>100,00</u> | <u>6.560.558</u> | <u>100,00</u> | <u>387.229.828</u> | <u>100,00</u> |

27.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.592.060 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 no montante de R\$1.730.530, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 nos montantes de R\$67.334, R\$16.092 e R\$138.470, respectivamente, a mesma deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$1.813.957, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

28. Lucro por Ação

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

28.1. Básico

| | 31/12/2011 | | |
|--------------------------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Prejuízo | (199.455) | (3.437) | (202.892) |
| Denominados Básico | | | |
| Média das Ações | <u>380.669.270</u> | <u>6.560.558</u> | <u>387.229.828</u> |
| Prejuízo/Lucro Básico por Ação - R\$ | <u>(0,52)</u> | <u>(0,52)</u> | <u>(0,52)</u> |

| | 31/12/2010 | | |
|--------------------------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Numerador Básico | | | |
| Prejuízo | (191.435) | (3.299) | (194.734) |
| Denominados Básico | | | |
| Média das Ações | <u>380.669.270</u> | <u>6.560.558</u> | <u>387.229.828</u> |
| Prejuízo/Lucro Básico por Ação - R\$ | <u>(0,50)</u> | <u>(0,50)</u> | <u>(0,50)</u> |



| | 31/12/2009 | | |
|--------------------------------------|-------------|---------------|-------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Lucro | 1.571.698 | 27.087 | 1.598.785 |
| Denominados Básico | | | |
| Média das Ações | 380.669.270 | 6.560.558 | 387.229.828 |
| Prejuízo/Lucro Básico por Ação - R\$ | 4,13 | 4,13 | 4,13 |

28.2. Diluído

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Numerador Diluído | | | |
| Prejuízo/Lucro Líquido disponível para as ações ordinárias..... | (199.455) | (191.435) | 1.571.698 |
| Prejuízo/Lucro Líquido disponível para as ações preferenciais..... | (3.437) | (3.299) | 27.087 |
| | (202.892) | (194.734) | 1.598.785 |
| Denominados Diluído | | | |
| Ações Ordinárias | 380.669.270 | 380.669.270 | 380.669.270 |
| Ações Preferenciais | 6.560.558 | 6.560.558 | 6.560.558 |
| | 387.229.828 | 387.229.828 | 387.229.828 |
| Prejuízo/Lucro Diluído por Ação - R\$ | (0,52) | (0,50) | 4,13 |

29. Receita Operacional

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|-------------|------------|------------|
| Fornecimento de Energia Elétrica | 1.095.995 | 1.043.176 | 983.320 |
| Disponibilização do Sistema de Distribuição | 1.738.006 | 1.522.526 | 1.424.236 |
| Outras Receitas Operacionais | 195.837 | 136.725 | 212.115 |
| RECEITA OPERACIONAL | 3.029.838 | 2.702.427 | 2.619.671 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL | (1.001.337) | (880.888) | (819.023) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 2.028.501 | 1.821.539 | 1.800.648 |

29.1. Fornecimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Distribuição

Os saldos compõem-se de:



| | Número de Consumidores | | | Fornecimento MWh | | |
|---------------------|------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Residencial | 1.264.076 | 1.246.791 | 1.223.506 | 2.601.952 | 2.548.275 | 2.432.406 |
| Industrial | 12.376 | 12.444 | 11.865 | 1.633.606 | 1.589.761 | 1.414.721 |
| Comercial | 133.628 | 116.753 | 113.445 | 2.113.166 | 1.938.815 | 1.862.154 |
| Rural | 82.722 | 82.206 | 81.760 | 544.716 | 514.826 | 494.883 |
| Poder Público | 6.918 | 6.754 | 6.586 | 294.069 | 281.110 | 277.707 |
| Livres | 10 | 9 | - | 459.535 | 407.128 | - |
| Outros | 953 | 922 | 902 | 446.884 | 448.928 | 428.673 |
| | <u>1.500.683</u> | <u>1.465.879</u> | <u>1.438.064</u> | <u>8.093.928</u> | <u>7.728.842</u> | <u>6.910.544</u> |

| | Fornecimento R\$ | | | Disponibilização do Sistema de Distribuição R\$ | | |
|---------------------|------------------|------------------|----------------|---|------------------|------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Residencial | 391.499 | 375.646 | 364.189 | 753.866 | 682.917 | 642.475 |
| Industrial | 232.380 | 224.252 | 203.165 | 211.671 | 186.587 | 164.242 |
| Comercial | 331.764 | 308.786 | 301.079 | 518.663 | 432.776 | 406.661 |
| Rural | 45.422 | 42.963 | 38.492 | 67.772 | 59.286 | 55.051 |
| Poder Público | 41.171 | 39.105 | 39.025 | 70.817 | 62.257 | 61.545 |
| Livres | - | - | - | 48.456 | 37.360 | 2.927 |
| Outros | 53.759 | 52.424 | 37.370 | 66.762 | 61.343 | 91.335 |
| | <u>1.095.995</u> | <u>1.043.176</u> | <u>983.320</u> | <u>1.738.007</u> | <u>1.522.526</u> | <u>1.424.236</u> |

A rubrica Outros refere-se principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e a Iluminação Pública.

29.2. Receita de Construção

A Receita de construção representa o potencial de geração de receita adicional sendo integralmente registrada como ativo intangível em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro, transferida somente quando for possível apurar com segurança os valores de intangível e financeiro. Esta bifurcação acontece na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado “unitização”. Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas, a Concessionária entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

Valores da Receita de construção:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Serviços de Construção e Melhoria | 139.810 | 139.122 | 148.932 |
| (-) Adição Obrigações Especiais | (4.948) | (17.794) | 909 |
| Total dos Serviços de Construção e Melhorias | <u>134.862</u> | <u>121.328</u> | <u>149.841</u> |

30. Custo com Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | 940.047 | 898.217 | 848.196 |
| Encargo de Uso da Rede | 229.816 | 207.808 | 209.288 |
| | <u>1.169.863</u> | <u>1.106.025</u> | <u>1.057.484</u> |



30.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

| SUPRIMENTO MWh | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| AES Uruguiana | - | - | 162.790 |
| Itaipu | 1.841.912 | 1.867.455 | 1.968.354 |
| CGTEE | 175.260 | 326.809 | 572.857 |
| ENERCAN | 209.499 | 209.685 | 210.432 |
| CHESF | 866.336 | 832.163 | 756.685 |
| Comercialização de Energia na CCEE | 337.895 | 451.927 | 814.996 |
| COPEL | 300.294 | 290.182 | 290.182 |
| CERAN | 465.161 | 465.161 | 454.644 |
| CESP | 376.991 | 376.991 | 331.593 |
| ELETRONORTE | 562.983 | 562.532 | 364.777 |
| DUKE PARANAPANEMA | 116.781 | 116.781 | 116.781 |
| FURNAS | 1.030.149 | 1.030.542 | 949.355 |
| PROINFA | 196.527 | 201.564 | 177.783 |
| Outras | 907.595 | 847.220 | 890.140 |
| | <u>7.387.383</u> | <u>7.579.012</u> | <u>8.061.369</u> |

| SUPRIMENTO R\$ | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| AES Uruguiana | - | - | 22.846 |
| Itaipu | 156.202 | 173.966 | 200.608 |
| CGTEE | 33.946 | 32.742 | 45.624 |
| ENERCAN | 25.651 | 24.467 | 24.350 |
| CHESF | 70.737 | 64.020 | 54.081 |
| Comercialização de Energia na CCEE | 171.847 | 160.392 | 119.644 |
| COPEL | 25.097 | 23.309 | 22.327 |
| CERAN | 74.919 | 69.589 | 66.994 |
| CESP | 36.139 | 34.338 | 27.015 |
| ELETRONORTE | 53.237 | 51.144 | 30.194 |
| DUKE PARANAPANEMA | 10.802 | 10.264 | 9.832 |
| FURNAS | 86.811 | 88.895 | 74.620 |
| PROINFA | 33.354 | 34.892 | 30.460 |
| Outras | 161.305 | 130.199 | 119.601 |
| | <u>940.047</u> | <u>898.217</u> | <u>848.196</u> |

31. Custos e Despesas Operacionais por Natureza

Os saldos compõem-se de:



| CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS | CUSTO DE OPERAÇÃO | | | DESPESAS COM VENDAS | | | DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS | | | OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS | | | TOTAL | | |
|--|-------------------|----------------|----------------|---------------------|---------------|---------------|-----------------------------------|---------------|---------------|------------------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Pessoal e Administradores | | | | | | | | | | | | | | | |
| Remuneração e Encargos | 157.851 | 139.119 | 106.356 | - | - | - | 56.061 | 53.799 | 40.847 | 9.394 | 3.268 | 7.714 | 223.306 | 196.186 | 154.917 |
| Cláusula 25 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 373 | 688 | 5.006 | 373 | 688 | 5.006 |
| Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados | 25.850 | 25.639 | 30.489 | - | - | - | - | - | - | 5.832 | 5.749 | 4.341 | 31.682 | 31.388 | 34.830 |
| INSS - Empregador | 55.487 | 52.827 | 39.003 | - | - | - | - | - | - | 162 | 29 | 52 | 55.649 | 52.856 | 39.055 |
| Administradores (vide N.E. 35.3) | - | 27 | 75 | - | - | - | 501 | 801 | 457 | 317 | 13 | - | 818 | 841 | 532 |
| Subtotal Pessoal / Administradores | 239.188 | 217.612 | 175.923 | - | - | - | 56.562 | 54.600 | 41.304 | 16.078 | 9.747 | 17.113 | 311.828 | 281.959 | 234.340 |
| Empr. Fund. ELETROCEEE - SF 1254 (vide N.E. 23.5) .. | 19.454 | 19.897 | 18.865 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 19.454 | 19.897 | 18.865 |
| Total Pessoal e Administradores | 258.642 | 237.509 | 194.788 | - | - | - | 56.562 | 54.600 | 41.304 | 16.078 | 9.747 | 17.113 | 331.282 | 301.856 | 253.205 |
| Material | 16.408 | 20.582 | 14.761 | - | - | - | 1.055 | 1.366 | 1.105 | 2 | 13 | 148 | 17.465 | 21.961 | 16.014 |
| Serviço de Terceiros | 70.103 | 75.542 | 57.798 | 11.008 | 10.584 | 9.725 | 9.414 | 9.782 | 11.407 | 8.112 | 11.215 | 9.868 | 98.637 | 107.103 | 88.796 |
| Taxa de Fiscalização - ANEEL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.159 | 3.837 | 3.453 | 4.159 | 3.837 | 3.453 |
| Depreciação e Amortização | 5.391 | 6.834 | 7.874 | - | - | - | 2.854 | 1.743 | 1.572 | 575 | 575 | 575 | 8.820 | 9.152 | 10.021 |
| Custo de Construção | 134.862 | 121.328 | 149.841 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 134.862 | 121.328 | 149.841 |
| Amortização do Intangível da Concessão | 71.360 | 70.020 | 67.668 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 71.360 | 70.020 | 67.668 |
| Doações, Contribuições e Subvenções | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 22 | 74 | 24 | 22 | 74 | 24 |
| Arrendamento e Aluguéis | 4.033 | 3.732 | 904 | - | - | - | (97) | (257) | (255) | 423 | 1.141 | 1.134 | 4.359 | 4.616 | 1.783 |
| Seguros | 40 | 40 | - | - | - | - | 430 | 153 | 90 | - | - | - | 470 | 193 | 90 |
| Tributos | 612 | 494 | 553 | - | - | - | 50 | 800 | 757 | 1 | 1.388 | 3 | 663 | 2.682 | 1.313 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | - | - | - | 40.627 | 18.917 | 25.030 | - | - | - | - | - | - | 40.627 | 18.917 | 25.030 |
| Provisão para Contingências Trabalhistas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 105.801 | 74.607 | 65.472 | 105.801 | 74.607 | 65.472 |
| Provisão para Contingências Cíveis | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 23.269 | 39.295 | 49.349 | 23.269 | 39.295 | 49.349 |
| Autos de Infração e Notificações | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 24.970 | 24.429 | 5.609 | 24.970 | 24.429 | 5.609 |
| Provisão para Baixa dos Ativos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 58.802 | - | - | 58.802 | - | - |
| Outras Provisões | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 40 | (1.121) | (1.842) | 40 | (1.121) | (1.842) |
| Provisão Ex-Autárquicos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 88.498 | 78.927 | 115.051 | 88.498 | 78.927 | 115.051 |
| Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3.088 | 3.255 | 4.324 | 3.088 | 3.255 | 4.324 |
| Acordos Judiciais Trabalhistas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 22.451 | - | - | 22.451 | - | - |
| Outros | 11.406 | 9.264 | 10.005 | - | - | - | 1.488 | 5.665 | 5.524 | 13.637 | 12.772 | 34.888 | 28.531 | 27.701 | 50.417 |
| TOTAL | 572.857 | 545.345 | 504.192 | 51.635 | 29.501 | 34.755 | 71.756 | 73.832 | 61.504 | 369.928 | 280.154 | 305.167 | 1.086.176 | 908.832 | 905.618 |



32. Outras Receitas e Despesas

Os saldos compõem-se de:

| OUTRAS RECEITAS | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|----------------|----------------|------------------|
| Ganho nas Alienações e Outros Ganhos | 8.348 | 7.040 | 10.231 |
| Conta de Resultados a Compensar - CRC | 67.334 | 16.092 | 1.730.530 |
| Outras | 31.395 | 1.985 | 9.829 |
| | <u>107.077</u> | <u>25.117</u> | <u>1.750.590</u> |
| OUTRAS DESPESAS | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Perdas na Alien. e Desat. de Bens e Direitos | (8.842) | (3.275) | (1.988) |
| Provisão para Desvalorz./Valoriz. de Outros Investimentos | (196) | (206) | (224) |
| Outras | - | (2.704) | (9.857) |
| | <u>(9.038)</u> | <u>(6.185)</u> | <u>(12.069)</u> |

33. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

| RECEITA FINANCEIRA | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------------|------------------|-----------------|
| Renda de Aplicações Financeiras | 4.986 | 6.242 | 5.747 |
| Atualização Quotas FIDC II | 3.340 | - | - |
| Acréscimo Moratório - Energia Vendida | 40.169 | 38.083 | 37.765 |
| Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais | 2.697 | 1.311 | 5.089 |
| Receitas Financeiras com Parcelamentos | 16.252 | 18.297 | 10.766 |
| Variação Monetária - Energia Comprada | 9.132 | 5.122 | 21.264 |
| Atualização Monetária - Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517 | 3.852 | 17.709 | - |
| Outras Receitas Financeiras | 4.580 | 16.064 | 5.713 |
| Total Receita Financeira | <u>85.008</u> | <u>102.828</u> | <u>86.344</u> |
| DESPESA FINANCEIRA | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Encargos de Dívidas | (26.150) | (21.296) | (9.221) |
| Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT | (8.704) | (4.550) | (6.160) |
| Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos | (77.246) | (47.074) | (24.005) |
| Variação Monetária - Energia Comprada | (31.874) | (3.511) | (3.699) |
| Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão | (10.831) | (15.357) | - |
| Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais | (2.232) | (5.232) | - |
| Correção Monetária e Juros | (19.398) | (12.767) | (14.541) |
| Outras Despesas Financeiras | (1.966) | (13.389) | (6.000) |
| Total Despesa Financeira | <u>(178.401)</u> | <u>(123.176)</u> | <u>(63.626)</u> |
| Total Despesa Financeira | <u>(93.393)</u> | <u>(20.348)</u> | <u>22.718</u> |



34. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

Os saldos compõem-se de:

| | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | | 31/12/2009 | |
|---|------------|-----------|------------|-----------|------------|-------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL | (202.892) | (202.892) | (194.734) | (194.734) | 1.598.785 | 1.598.785 |
| Ajustes Decorrentes do RTT | (129.864) | (129.864) | 20.148 | 20.148 | (28.446) | (28.446) |
| Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT..... | (332.756) | (332.756) | (174.586) | (174.586) | 1.570.339 | 1.570.339 |
| Efeito líquido provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas exercício ... | 91.840 | 91.840 | (20.781) | (20.781) | 27.840 | (1.970.912) |
| Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes..... | (23.016) | (23.016) | 633 | 633 | 606 | 606 |
| Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações.. .. | (263.932) | (263.932) | (194.734) | (194.734) | 1.598.785 | (399.967) |
| Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. | - | - | - | - | - | - |
| Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações | (263.932) | (263.932) | (194.734) | (194.734) | 1.598.785 | (399.967) |
| Alíquota aplicável | 25% | 9% | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | - | - | - | - | - | - |

35. Transações com Partes Relacionadas

Os saldos compõem-se de:

| | | 31/12/2011 | | | | |
|--|---------------------|--|----------|------------|------------------------|-----------|
| | Nota Explicativa | Governo do Estado do Rio Grande do Sul | CEEE-GT | Eletrobras | Fundação ELETROCEEE | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 6 | 14.186 | | | | 14.186 |
| Aplicações financeiras | 6 | 5.115 | | | | 5.115 |
| Parcelamentos | 7 | 21.946 | | | | 21.946 |
| Cedência de funcionários | 10 | 31 | 341 | 23 | 187 | 582 |
| Conta Gráfica | 10 | | 720 | | | 720 |
| Outros valores | 10 | | | 15.850 | | 15.850 |
| | | 41.278 | 1.061 | 15.873 | 187 | 58.399 |
| (Passivo) | | | | | | |
| Contribuição Patrocinadora | 23 | | | | 5.127 | 5.127 |
| Empréstimo circulante | 22 | | | 74.316 | 20.808 | 95.124 |
| Empréstimo não circulante | 22 | | | | 102.690 | 102.690 |
| Repactuação de dívidas | | | | 365.970 | | 365.970 |
| | | - | - | 440.286 | 128.625 | 568.911 |
| Resultado | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | | (5.637) | | | (5.637) |
| Encargos de uso do sistema | | | (54.021) | | | (54.021) |
| Despesa operacional – Pessoal | | | | | (54.220) | (54.220) |
| Receita financeira | | 4.504 | | | | 4.504 |
| Despesa financeira | | | (164) | (4.522) | | (4.686) |
| | | 4.504 | (59.822) | (4.522) | (54.220) | (114.060) |



| | | 31/12/2010 | | | |
|--|--|------------|------------|---------------------|-----------|
| Nota Explicativa | Governo do Estado do Rio Grande do Sul | CEEE-GT | Eletrobras | Fundação ELETROCEEE | Total |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 6 | 12.098 | | | 12.098 |
| Aplicações financeiras | 6 | 4.583 | | | 4.583 |
| Parcelamentos | 7 | 21.946 | | | 21.946 |
| Cedência de funcionários | 10 | 172 | 201 | 93 | 578 |
| Outros valores | 10 | | 9.670 | | 9.670 |
| | | 38.799 | 201 | 93 | 48.875 |
| (Passivo) | | | | | |
| Contribuição Patrocinadora | 23 | | | 4.379 | 4.379 |
| Empréstimo circulante | 22 | | 7.553 | 19.723 | 27.276 |
| Empréstimo não circulante | 22 | | 62.802 | 114.040 | 176.842 |
| Conta Gráfica | 26 | 1.997 | | | 1.997 |
| | | - | 1.997 | 138.142 | 210.494 |
| Resultado | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (5.356) | | | (5.356) |
| Encargos de uso do sistema | | (43.548) | | | (43.548) |
| Despesa operacional – Pessoal | | | | (54.540) | (54.540) |
| Receita financeira | 5.871 | | | | 5.871 |
| Despesa financeira | | (1.653) | (3.559) | | (5.212) |
| | 5.871 | (50.557) | (3.559) | (54.540) | (102.785) |

| | | 31/12/2009 | | | | |
|--|---------------------|--|----------|------------|------------------------|-----------|
| | Nota Explicativa | Governo do Estado do Rio Grande do Sul | CEEE-GT | Eletrobras | Fundação ELETROCEEE | Total |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 6 | 84.535 | | | | 84.535 |
| Aplicações financeiras | 6 | 22.715 | | | | 22.715 |
| Parcelamentos | 7 | 35.724 | | | | 35.724 |
| Cedência de funcionários | 10 | 136 | 118 | 107 | 134 | 495 |
| Outros valores | 10 | 637 | | 2.183 | | 2.820 |
| | | 143.747 | 118 | 2.290 | 134 | 146.289 |
| (Passivo) | | | | | | |
| Contribuição Patrocinadora | 23 | | | | 3.981 | 3.981 |
| Empréstimo circulante | 22 | | | 9.986 | 16.329 | 26.315 |
| Empréstimo não circulante | 22 | | 37.980 | 18.847 | 123.829 | 180.656 |
| Conta Gráfica | 26 | | 2.105 | | | 2.105 |
| | | - | 40.085 | 28.833 | 144.139 | 213.057 |
| Resultado | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | | (8.876) | | | (8.876) |
| Encargos de uso do sistema | | | (49.676) | | | (49.676) |
| Despesa operacional – Pessoal | | | | | (58.019) | (58.019) |
| Receita financeira | | 5.405 | | | | 5.405 |
| Despesa financeira | | | (392) | (2.465) | | (2.857) |
| | | 5.405 | (58.944) | (2.465) | (58.019) | (114.023) |



35.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros dos Conselhos Fiscal e de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em dezembro de 2011 foi de R\$ 818 (R\$841 em 31 de dezembro de 2010 e R\$532 em 31 de dezembro de 2009).

A Concessionária possui diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Concessionária ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

| REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS | 2011 | 2010 | 2009 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|------------|
| Conselho de Administração | 300 | 316 | 192 |
| Conselho Fiscal | 132 | 146 | 76 |
| Verba de Representação | 84 | 117 | 145 |
| Honorário Diretor não Empregado | 84 | 81 | 43 |
| Encargos | 218 | 181 | 76 |
| Subtotal | 818 | 841 | 532 |
| Diretores Empregados | 1.312 | 334 | - |
| Total | 2.130 | 1.175 | 532 |

36. Instrumentos Financeiros

36.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Concessionária.

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez; assim, o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

36.2. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Fundação ELETROCEEE, FIDC II, IV e aos Consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

As contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 69.975. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D possui, também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com



o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$ 21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$ 87.826 (vide Nota Explicativa 8.c).

Os valores de mercado dos créditos vencidos não foram estimados, face que nas negociações em andamento ainda não estão previstos os prazos de recebimento dos mesmos.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Concessionária são os seguintes:

36.2.1. Risco de Crédito

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O risco de crédito se origina quando a Concessionária incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores.

Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Concessionária tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

36.2.2. Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

36.2.3. Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada para atendimento à Concessionária está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada concessionária, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do mecanismo de compensação de sobras e déficits.

Além do recurso de descontratação, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 3% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Em 2011, os compromissos assumidos com compra de energia estão elencado conforme quadro abaixo:



| ORIGEM | TIPO | MWh | % |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| 1º LEILÃO EE - Produto 2005-2012 | CCEAR com MCSD | 2.426.737,48 | 25,08% |
| 1º LEILÃO EE - Produto 2006-2013 | CCEAR com MCSD | 1.170.310,21 | 12,09% |
| 1º LEILÃO EE - Produto 2007-2014 | CCEAR com MCSD | 434.206,94 | 4,49% |
| 5º LEILÃO EE - Produto 2007-2014 | CCEAR com MCSD | 368.562,36 | 3,81% |
| 2º LEILÃO EE - Produto 2008-2015 | CCEAR com MCSD | 247.105,60 | 2,55% |
| 4º LEILÃO EE - Produto 2009-2016 | CCEAR com MCSD | 32.474,03 | 0,34% |
| 8º LEILÃO EE - Produto 2010-2014 | CCEAR com MCSD | 276.935,59 | 2,86% |
| 9º LEILÃO EE - Produto 2011-2013 | CCEAR com MCSD | 34.465,91 | 0,36% |
| 1º LEILÃO EN - Produto 2008-2037 | CCEAR En.Nova Hidro | 22.259,57 | 0,23% |
| 1º LEILÃO EN - Produto 2009-2038 | CCEAR En.Nova Hidro | 8.279,01 | 0,09% |
| 1º LEILÃO EN - Produto 2010-2038 | CCEAR En.Nova Hidro | 267.138,98 | 2,76% |
| 3º LEILÃO EN - Produto 2011-2040 | CCEAR En.Nova Hidro | 112.251,69 | 1,16% |
| 1º LEILÃO EN - Produto 2008-2022 | CCEAR En.Nova Termo | 159.726,02 | 1,65% |
| 1º LEILÃO EN - Produto 2009-2023 | CCEAR En.Nova Termo | 105.647,30 | 1,09% |
| 1º LEILÃO EN - Produto 2010-2024 | CCEAR En.Nova Termo | 259.025,65 | 2,68% |
| 4º LEILÃO EN - Produto 2010-2024 | CCEAR En.Nova Termo | 44.692,65 | 0,46% |
| 6º LEILÃO EN - Produto 2011-2025 | CCEAR En.Nova Termo | 105.544,20 | 1,09% |
| 3º LEILÃO EN - Produto 2011-2025 | CCEAR En.Nova Termo | 220.345,30 | 2,28% |
| 10º LEILÃO AJUSTE | CCEAR Ajuste | 88.116,00 | 0,91% |
| PIRATINI | Bilateral | 49.669,20 | 0,51% |
| ENERCAN | Bilateral | 209.499,05 | 2,16% |
| JAGUARI G | Bilateral | 53.617,32 | 0,55% |
| CERAN | Bilateral | 454.669,95 | 4,70% |
| PROINFA | Proinfa | 196.280,84 | 2,03% |
| ACEI G | Proinfa | 1.840.884,76 | 19,02% |
| CGTEE G | Inicial | 151.548,00 | 1,57% |
| CONTABILIZAÇÃO DE CURTO PRAZO | SPOT | 337.894,36 | 3,49% |
| TOTAL | | 9.677.887,96 | 100,00% |

Em 2011, não houve sobras de energia na CEEE-D, dessa forma, a participação no MCSD foi para adquirir energia para atendimento ao mercado.

O risco de mercado para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, no que se refere à contratação de energia, pode ser considerado como médio a alto. Os riscos existentes são:

- não atendimento a 100% do mercado – exposição ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;
- repasse não integral da energia comprada;
- outras variações de mercado;
- saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 kW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

36.2.4. Risco de Moeda

O risco cambial está atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu, vinculados ao Dólar Americano. Estes contratos não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio. Por se tratar de uma dívida em moeda estrangeira - com montantes de energia e tarifas, bem como seus respectivos ajustes, definidos pela ANEEL - a Companhia Estadual está exposta às flutuações entre o Real e a moeda americana. O risco financeiro da CEEE referente à taxa de câmbio é a desvalorização do Real frente ao Dólar.

I. Análise de sensibilidade

Do valor de R\$107.303, vide nota explicativa nº19, R\$35.930, refere-se à energia comprada de Itaipú. A empresa apresenta os seguintes cenários quanto a variação sobre o valor patrimonial referente a exposição cambial líquida em dólar.

| Itens | 31/12/2011 | Provável | 25% | 50% |
|----------------|------------|----------|--------|--------|
| Exposição US\$ | 1,8758 | 35.930 | 44.913 | 53.895 |
| Variação | | | 8.983 | 17.965 |



36.2.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Concessionária irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Concessionária se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

36.2.6. Risco de Encargos de Dívidas

Este risco é oriundo da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.

36.3. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Concessionária e suas Operações

36.3.1. Risco quanto à Escassez de Energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que a energia adquirida e vendida pela Concessionária é basicamente gerada por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido à redução de receitas com eventual adoção de novo programa de racionamento.

Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos novo programa de racionamento.

36.3.2. Risco de não Renovação das Concessões

A Concessionária detém concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.

Ainda não foi editada legislação específica estabelecendo os critérios para prorrogação ou renovação das concessões a vencer a partir de 2015, se esta será uma prorrogação especial com custo ou sem custo ou, ainda, se será uma nova licitação com custo. Também não existe histórico de prorrogação ou renovação no Brasil. Desde 1995 (Nova Lei das Concessões), nenhuma empresa de distribuição ou transmissão passou pelo processo de análise sobre prorrogação ou renovação. Ocorreram algumas prorrogações com custo e sem custo para atendimento a situações específicas na atividade de geração, nada que pudesse ser considerado um histórico de tendências. Atualmente, no Brasil existem temas legais, regulatório e constitucional sendo discutidos pelo mercado. Já existem diversos projetos de lei e de emenda constitucional sendo discutidos na Câmara dos Deputados, mas ainda não é possível prever o resultado dessa discussão no Congresso Brasileiro.

Caso a renovação da concessão não seja deferida pelo Poder Concedente ou esta ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade podem ser alterados.

Não há garantia de que a concessão hoje outorgada à Concessionária será prorrogada pelo Poder Concedente.

36.3.3. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no segmento de distribuição de energia



produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e consequentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Dessa forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

37. Programa de Participação de Resultados

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado em 2011 totalizou R\$ 12.199, sendo distribuído o montante de R\$ 6.263 no exercício.

38. Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado com a TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., contrato 9942074 – 1º Termo Aditivo, e tem vigência de 12/02/2011 até 11/04/2012. O valor do ativo segurado é de R\$12.866 e o valor do prêmio é de R\$39.

39. Assuntos Regulatórios

39.1. Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ()*

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, alteram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Estas regras levaram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, por necessidade de aquisição adicional de energia, a efetuar uma compra adicional de 12,476 MW médios a partir de janeiro e 2,524 MW médios a partir de fevereiro de 2005 e descontratar em janeiro de 2006 16,435 MW médios por saída de consumidores livres. Em 2007, descontratamos 9,767 MW médios devido à sobra de energia na época. A partir desta data, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D não participou mais deste mecanismo.

39.2. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os saldos compõem-se de:



| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
|---|------------|------------|------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | | |
| Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 7.3) | 1 | 3.945 | 1 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| (*) Ressarcimento Acordo-CCEE (vide nota explicativa 7.5) | 41.804 | 37.952 | 20.165 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | |
| Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 19) | (19.154) | (22.640) | (10.100) |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| Energia de Curto Prazo | (27.400) | (27.400) | (27.400) |
| Encargo do Serviço do Sistema | (13.207) | (13.207) | (13.207) |
| | (40.607) | (40.607) | (40.607) |
| Total | (17.956) | (21.350) | (30.541) |

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, denominada como “Energia Livre”, realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D realizou a contabilização da energia de Curto Prazo negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme contabilização definitiva elaborada por aquela entidade, porém impetrou ações judiciais nas seguintes bases:

PROCESSO CEEE Nº 3.494/02

OBJETO:

Ação Ordinária visando a nulidade do item IV do Despacho nº 288 da ANEEL, em face dos vícios formais e materiais desse ato administrativo e declaração de que a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE possuía o direito de não optar pelo alívio de exposição da energia elétrica oriunda de contrato de Itaipu nos exercícios de 2001 e 2002, de sorte a ter direito ao resultado dos riscos de exposição positiva no âmbito do mercado.

Houve requerimento de liminar de antecipação da tutela para que fosse a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ordenada a instruir a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a recontabilizar os valores da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE relativos à comercialização da energia elétrica da cota-parte de Itaipu Binacional referentes ao exercício de 2001 e 2002, contabilizando e liquidando em favor da Concessionária a exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alívio de exposição.

ANDAMENTO:

Ajuizada a demanda, o juízo concedeu à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE a antecipação de tutela requerida determinando a suspensão da contabilização dos valores da energia produzida por Itaipu e referente à quota a que tem direito a Autora, a qual não foi objeto de registro nos exercícios de 2001 (total) e 2002 (parcial), até que fosse proferida decisão final quanto à validade do Despacho nº 288/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo ainda sido determinado a vedação de qualquer exigência de valores decorrentes da contabilização eventualmente lançada e que foi liminarmente suspensa, até final julgamento da ação.

Da decisão que concedeu a antecipação de tutela, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL interpôs agravo de instrumento que foi autuado perante o Tribunal Regional Federal de Brasília em data de 17 de dezembro de 2002, sob o nº 2002.01.00.045107-3, ao qual não foi concedido o efeito



suspensivo pleiteado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o recurso encontra-se aguardando inclusão em pauta para julgamento de mérito pela 6ª Turma do Tribunal.

Em data de 07 de dezembro de 2004 sobreveio despacho saneador nos autos principais em que o Juízo declara que a lide está sustentada em fatos que dependem de comprovação através de perícia técnica, manifestando a necessidade de realização da prova. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou nos autos tecendo esclarecimentos sobre a lide e concordando com a realização da perícia técnica.

A perícia foi realizada e o laudo pericial foi considerado favorável pela área de Comercialização/CEEE-GT e pela área Jurídica, tendo sua concordância em juízo, impugnando aspectos de menor importância em relação ao contexto geral. Houve também manifestação da outra parte. Em 17 de outubro de 2008 foi juntado aos autos cópia de decisão exarada na ação de objeto idêntico ajuizada pela AES Sul em face da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL com decisão favorável a Autora. A última movimentação do processo inclui a União no pólo passivo da ação, não tendo sido proferida ainda decisão de mérito do feito, estando os autos conclusos para decisão desde 30.04.2009.

PROCESSO CEEE Nº 3.555/2002

AÇÃO CAUTELAR

OBJETO:

Ação Cautelar Preparatória com pedido de liminar, para o fim de determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação financeira das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à parte Autora.

ANDAMENTO:

Foi deferida a medida liminar para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (período de setembro de 2000 a setembro de 2002), até ulterior deliberação do Juízo. Após, houve despacho do

Juízo esclarecendo que as liquidações futuras em relação às operações realizadas nos meses de outubro a dezembro de 2002 não estão abrangidas pela decisão liminar.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, interpôs agravo de instrumento autuado sob o nº 2002.03.00.051118-9 em data de 06 de dezembro de 2002, tendo sido indeferida a liminar de efeito suspensivo pleiteada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ante a ausência dos requisitos necessários ao acolhimento do pleito liminar, estando o processo concluso ao Desembargador Relator desde 10 de junho de 2004, restando este agravo de instrumento baixado desde agosto de 2006.

Os últimos andamentos processuais na ação cautelar são relativos à despacho do Juízo em data de 06 de agosto de 2004, determinando prosseguimento na ação principal, e juntada de petição em 16 de dezembro de 2004.

AÇÃO ORDINÁRIA

OBJETO:

Ação Declaratória com Pedido Condenatório objetivando a declaração de nulidade do Despacho ANEEL nº 346/02, por infração aos princípios da legalidade e segurança jurídica, bem como condenação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a liquidar as contabilizações do período de setembro de 2000 a outubro de 2002 somente mediante auditoria prévia dos programas computacionais utilizados pelo sistema de contabilização e liquidação, e das transferências de recursos entre os agentes participantes da Câmara de Comercialização de Energia



Elétrica - CCEE, atendendo estritamente aos termos da Convenção de Mercado aprovada pela Resolução ANEEL nº 102/02, que possibilite à Autora conferir e controlar a exata origem e o objeto do seu débito.

ANDAMENTO:

Ação Ordinária proposta em data de 19 de dezembro 2002 e autuada sob o nº 2002.61.00.029736-5. Em 10 de março de 2004 houve despacho do Juízo requerendo manifestação das partes sobre o pedido de ingresso no feito formulado por ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A E OUTROS como assistente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou requerendo realização de prova pericial. Em 06 de agosto de 2004, houve despacho do Juízo determinando autuação em apenso das petições de impugnação à assistência simples, bem ainda determinando a apresentação de quesitos à prova pericial pela Autora, fins de aferir-se a pertinência da realização da prova pericial. A petição da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com os quesitos foi apresentada em data de 13 de agosto de 2004. Em 29 de outubro de 2008 foram arbitrados pelo Juízo os valores referentes aos honorários periciais. Em 07 de novembro a Concessionária apresentou os quesitos para realização da perícia. A última movimentação processual foi a juntada de petição ocorrida no dia 13 de novembro de 2008. Em 23/09/2010 o laudo foi apresentado a Concessionária, tendo essa se manifestado contrariamente ao mesmo. O processo ainda não foi sentenciado.

40. Eventos Subsequentes

O valor da primeira parcela da CRC (TRANCHE 1) foi convertido em 417.684 Notas do Tesouro Nacional - NTN-B. Essas notas serão monetizadas para quitação de dívidas que totalizam o montante de R\$513.311 em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

| | Nota Explicativa | Montantes do Acordo | 31/12/2011 |
|---|---------------------|------------------------|------------|
| Débitos Setoriais perante a ANEEL - Autos de Infração | 26.1 | 83.863 | 73.025 |
| Repactuação Dívida CCC | 24.4 | 79.430 | 79.040 |
| Repactuação Dívida CDE | 24.5 | 62.990 | 63.537 |
| Repactuação Dívida PROINFA | 26.5 | 31.774 | 32.063 |
| Repactuação Energia Itaipu | 19.1 | 187.498 | 191.330 |
| Financiamentos RGR | 22.1 | 74.256 | 74.316 |
| Total de dívidas a serem liquidadas | | 519.811 | 513.311 |



SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora CRCRS 42897



Aos
Diretores e Acionistas da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para



companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados em 24 de março de 2011 e 01 de março de 2010 respectivamente que não conteve modificação e inclui parágrafos de ênfases sobre a conta de resultados a compensar e ativos e passivos relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Porto Alegre, 27 de março de 2012.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC 1RS042460/O-3



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-D referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; e
2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-D relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Porto Alegre, 27 de março de 2012.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor




RUBEM CIMA
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

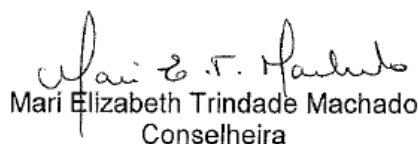
Porto Alegre, 27 de março de 2012.



Vinícius Gomes Wu
Presidente



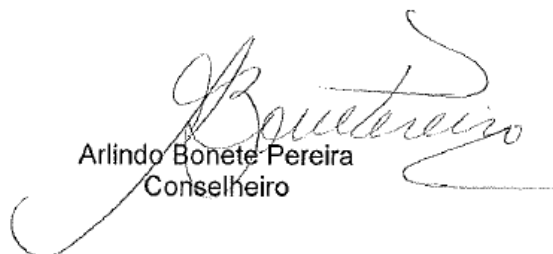
Rodrigo Vilella Ruiz
Conselheiro



Mari Elizabeth Trindade Machado
Conselheira



Carlos Artur Hauschild
Conselheiro




Arlindo Bonete Pereira
Conselheiro



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2011, encerrado em 31 de dezembro de 2011, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.


Porto Alegre, 27 de março de 2012.


Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.



Sérgio Souza Dias

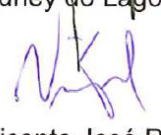

Caleb Medeiros de Oliveira


Baltazar Balbo Garagorri Teixeira


Fabiano Pereira


Carlos Pestana Neto


Sidney do Lago Júnior


Vicente José Rauber